

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/ International Journal of African Studies

Email: africanastudia@letras.up.pt

Entidade proprietária: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Email: ceaup@letras.up.pt

Director: Maciel Morais Santos (caup@letras.up.pt)

Sede da Redação: FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

N.º de registo: 124732

Depósito legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

Tiragem: 300 exemplares

Periodicidade: Semestral

NIF da entidade proprietária: 504045466

Design capa: Sersilito

Execução gráfica: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Edição: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Secretariado: Carla Delgado

Revisão gráfica e de textos: Henriqueta Antunes

Conselho científico/Advisory Board: Adriano Vasco Rodrigues (CEAUP); Alexander Keese (U. Genève/CEAUP); Ana Maria Brito (FLUP); Augusto Nascimento (FLUL); Collette Dubois (U. Aix-en-Provence); Eduardo Costa Dias (CEA-ISEG); Eduardo Medeiros (U. Évora); Emmanuel Tchoutchoua (U. Douala); Fernando Afonso (Unilab/CEAUP); Jean Gormo (U. Maroua/CEAUP); Joana Pereira Leite (CESA-ISEG); João Garcia (FLUP); José Carlos Venâncio (U. Beira Interior); Malyn Newitt (King's College); Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra); Manzambi V Fernandes (Faculdade de Letras e Ciências Sociais de Luanda)/CEAUP); Michel Cahen (IEP—U. Bordéus IV); Mohammed Nadir (CEAUP); Mourad Aty (U. Guelma); Nizar Tadjiti (U. Tetouan/CEAUP); Paul Nugent (U. Edimburgo); Paulo de Carvalho (Faculdade de Letras e Ciências Sociais de Luanda); Philip Havik (IHMT); Suzanne Daveau (U. Lisboa) e Roland Afungang (CEAUP).

Conselho editorial/Editorial Board: Amélia Queirós, Celina Silva, Flora Oliveira, Jorge Ribeiro, Khalid Ben Omar, Maciel Santos, Mohammed Nadir e Rui Silva.

Venda online: <http://www.africanos.eu/caup/loja.php>

Advertência: Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou eletrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

Africana Studia é uma revista da rede Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

Capa: José Soares Martins na redação do Diário de Moçambique. Beira, c. 1956. Coleção particular da família de José Soares Martins.

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 27 – 2.º semestre – 2016

Índice

Editorial	5
-----------------	---

José Capela e a história de Moçambique: 45 Anos depois de *O vinho para o preto*

Representações de Moçambique na época moderna

África do Sudeste nos relatos de naufrágios do século XVI – Para uma compreensão genealógica das categorias de representação geográfica e antropológica	13
Glória de Santana Paula	

<i>Rotas e esfarrapadas</i> : a precariedade da vida militar na Capitania de Moçambique e Rios de Sena no século XVIII	21
Ana Paula Wagner	

Escravidão e tráfico de escravos em Moçambique

Os conceitos de escravidão na obra de José Capela: uma leitura jurídica.	39
Margarida Seixas	

Memórias da Diáspora: diálogos históricos entre Moçambique e as ilhas Mascarenhas	51
Aurélio Rocha	

O negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c. 1808-1829	67
Carlos Gabriel Guimarães	

Dinâmicas sociais no norte de Moçambique no século XIX: escravidão, comércio, deslocamentos e mobilidade social	81
Regiane Augusto de Mattos	

Transformações sociais – Moçambique na época contemporânea

Os <i>Khokholo</i> dos <i>Chopi</i> no contexto político dos finais do século XIX no sul de Moçambique	97
Mário José Chitaúte Cumbe	

Equids in Mozambican history: the role of zebras, donkeys, horses, and their hybrids	111
William G. Clarence-Smith	

Moçambique entre greves ferroviárias e “Modus Vivendi” (1920-1926)	127
M. F. Silva e Maciel Santos	
O terror nas colónias como prelúdio do fascismo.	149
João-Manuel Neves	
José Capela e a Igreja Católica	167
Eric Morier-Genoud	
As vicissitudes políticas nas sucessivas vidas da <i>Voz Africana</i> em defesa dos africanos.	177
Augusto Nascimento	
A Renamo, um assunto para historiadores e cientistas sociais	197
Michel Cahen	
José Capela e a historiografia de Moçambique	
Moçambique pelo seu povo. Mozambique: Many People, Many Stories. Contested Masculinities & Gendered Perspectives	207
Jeanne Marie Penvenne	
José Capela, transversalidade de discursos e práticas em sistemas existenciais excludentes em Moçambique	221
Martinho Pedro	
O <i>Kairós</i> na análise do fenómeno da escravatura na obra de José Capela	239
Pedro Pereira Leite	
Entrevista	
Eduardo Medeiros.	257
Entrevista conduzida por Eugénia Rodrigues e Augusto Nascimento	
África em debate. Poderes e Identidades	
Army in African countries in conditions of armed conflicts (On the example of the Democratic Republic of Congo)	267
Galina Sidorova e Igor Harichkin	
Notas de leitura	
L’Ultramar intéresse-t-il les éditeurs portugais?	281
René Pélissier	
José Capela, <i>O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique 1717-1904</i>	297
Jorge Ribeiro	
Resumos	303
Legendas das ilustrações	317

Editorial

Este número da *Africana Studia* reúne alguns dos textos apresentados no congresso de homenagem a José Capela (pseudónimo de José Soares Martins), *José Capela e a história de Moçambique: 45 anos depois de O vinho para o preto*, realizado em 29 e 30 de Maio de 2017, no Porto, numa organização conjunta do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, do Centro de História da Universidade de Lisboa, do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. À organização do evento associaram-se, ainda, institucionalmente várias universidades moçambicanas – a Universidade Eduardo Mondlane, a Universidade do Lúrio e a Universidade Pedagógica – e, presencialmente, o Reitor desta universidade, Professor Doutor Jorge Ferrão, que abriu o debate sobre a importância da investigação de José Capela para o estudo da História de Moçambique. A participação neste evento de investigadores de várias nacionalidades, entre as quais a moçambicana, espelha não só o interesse crescente pela História de Moçambique, como também os afectos que José Capela espalhou do Índico ao Atlântico, do hemisfério sul ao hemisfério norte.

Os textos que compõem este número especial da *Africana Studia* exploram questões da História de Moçambique e analisam o contributo de José Capela e da sua obra historiográfica para o nosso entendimento do passado e do presente de Moçambique. Sob diferentes perspectivas, Moçambique constitui o traço de união destes artigos, desde estudos de caso a textos de cariz ensaístico, todos eles tributários de várias disciplinas do saber social. Embora maioritariamente respeitantes aos séculos XIX e XX, alguns artigos debruçam-se sobre períodos históricos mais longínquos.

Na primeira secção, abordam-se as representações europeias sobre Moçambique no período moderno. Glória de Santana Paula analisa as imagens construídas pelos europeus, particularmente pelos portugueses, sobre os povos do Sudeste Africano, explorando as categorias de “cafre” e “cafraria”, tomadas das que circulavam no mundo suaili. Ana Paula Wagner discute, para o século XVIII, os limites das políticas modernizantes da administração portuguesa para o exército que mantinha na colónia, destacando o seu fracasso, espelhado nas precárias condições materiais em que actuavam os soldados do regimento de Moçambique.

Na segunda secção, as questões centrais prendem-se com a escravatura e o tráfico de escravizados em Moçambique, ambos temas de eleição da historiografia de José Capela, com cuja obra os artigos presentes dialogam. Margarida Seixas analisa, no confronto com as normas jurídicas portuguesas sobre os escravos, os diversos conceitos e práticas de escravatura em Moçambique, considerando as sociedades locais e a construída pela antiga colonização portuguesa de Moçambique. Carlos Gabriel Guimarães volta-se para o estudo das ligações económicas entre Moçambique e o Brasil, focando os negócios dos comerciantes de escravos sediados no Brasil na década de 1820. As incidências do tráfico de escravos, que se prolongou até ao final do século XIX ou mesmo início do século XX, propiciaram a emergência de novas configurações políticas e sociais no território de Moçambique, resultantes da intensificação dos conflitos, como mostra Regiane Augusto de Mattos para a região norte. Mas, o tráfico de escravizados criou, igualmente, novos

vínculos entre Moçambique e os territórios de destino, como as ilhas do Oceano Índico, processos analisados por Aurélio Rocha. Explorando essas conexões, o autor debruça-se sobre a formação de novas identidades dos escravizados oriundos da área de Moçambique na Reunião e nas Maurícias e o seu legado nestas ilhas.

A terceira secção congrega contributos sobre a história mais recente de Moçambique, destacando a dialéctica entre tradição e a inovação. Mário Cumbe discute o modo como, na região de Inhambane, múltiplos conflitos militares no final do século XIX obrigaram os Chopi a determinada organização do território, nomeadamente à criação de povoações fortificadas, designadas *khokholo*, equivalentes às aringas existentes noutras áreas de Moçambique, também elas estudadas por José Capela. Como que em resposta ao alerta de José Capela sobre a urgência de investigar a história material de Moçambique, William G. Clarence-Smith examina o papel dos equídeos na longa duração, desde um passado remoto até ao período pós-independência. Destacando as condições ambientais nos sucessivos fracassos no uso de zebras, mulas e cavalos, o autor descreve os seus usos militares e civis ao longo dos tempos. Miguel Silva e Maciel Santos focam a sua análise nas greves nos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques, nas primeiras décadas do século XX, em articulação com construção do capital, português e internacional, em Moçambique. João-Manuel Neves, por sua vez, explora, a partir da literatura colonial, as relações entre a política de terror tendente à imposição de uma supremacia “racial” em Moçambique, entre 1890 e 1940, e a ascensão do fascismo em Portugal. Eric Morier-Genoud discute o papel histórico de José Capela, enquanto padre e jornalista do *Diário de Moçambique* na Beira assim como o seu contributo para a historiografia da igreja católica em Moçambique. Centrando-se, ainda na Beira, Augusto Nascimento estuda o jornal *Voz Africana*, editado Centro Africano de Manica e Sofala. Mostra como o jornal constituiu um veículo de afirmação de identidade e de reivindicação da igualdade face aos colonos, para o qual, numa fase posterior, José Capela acabou por contribuir ao dar voz aos africanos sob regime colonial. Partindo ainda da Beira e do que conceptualiza como o “norte político” de Moçambique, configurado a partir do “sul político” construído no período colonial e mantido após a independência, Michel Cahen discute a história política recente de Moçambique, alertando para a necessidade de tornar a Renamo e as suas bases sociais objecto de análise das ciências sociais.

A última secção inclui artigos que abordam mais directamente os contributos inovadores da obra de José Capela para a História de Moçambique, iniciados ainda no ambiente ditatorial do Estado Novo e do regime colonial, como destaca Jeanne Marie Penvenne. Capela abordou temas que estavam negligenciados na historiografia sobre Moçambique e, de certa forma, inspirou outros historiadores a estudá-los. Na sua recolha emblemática de cartas dirigidas ao director do jornal *Voz Africana*, publicadas em 1971, no livro *Moçambique pelo seu povo*, ecoa as vozes dos africanos. O texto de Martinho Pedro parte de um dos últimos livros de José Capela, *Moçambique pela sua história*, para investigar como, por entre rupturas no processo político moçambicano do colonialismo ao pós-independência, subsistem continuidades, assim como modelos de subalternidade nas relações entre África e a Europa criados no período colonial. A partir da posição de José Capela sobre a necessidade de exorcizar os “mal-entendidos históricos” em torno do “encontro de culturas”, Pedro Pereira Leite reflecte sobre a importância da obra de José Capela, particularmente do *Tráfico de escravos nos portos de Moçambique*, na sua própria experiência como investigador da museologização das memórias do tráfico e da escravatura na Ilha de Moçambique, mostrando como se mantêm vivas as tensões em torno da relação colonial.

Finalmente, este número apresenta uma entrevista a Eduardo Medeiros, outro reputado investigador das sociedades de Moçambique e, igualmente, testemunha da sua história

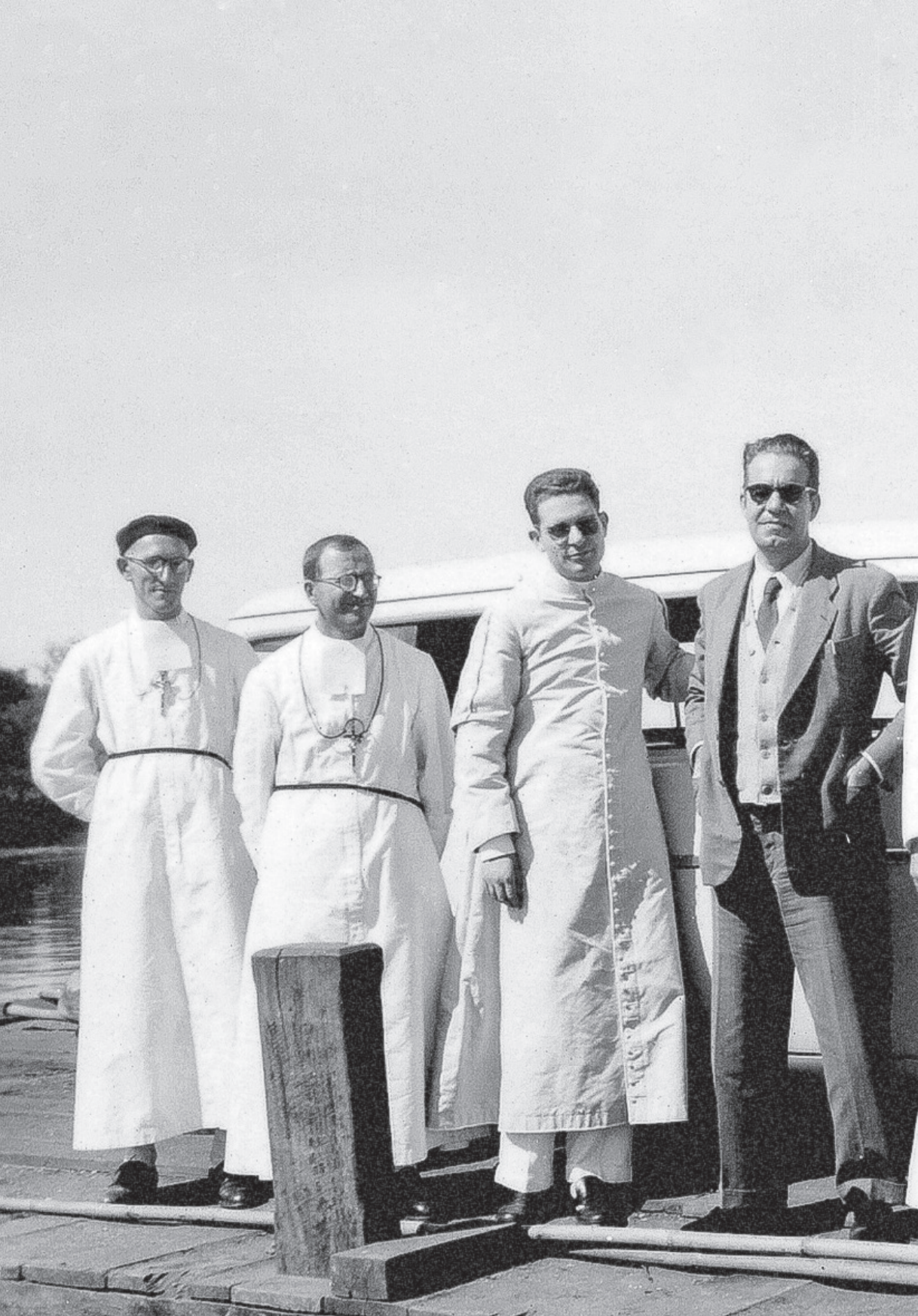
recente, experiência compartilhada, em diferentes momentos, com José Capela. A colaboração intelectual entre ambos mostra também as vantagens dos diálogos entre a história e a antropologia para o conhecimento da História de Moçambique, a qual, como argumenta Eduardo Medeiros, beneficiará do alargamento desse diálogo a outras ciências.

Ao longo da sua trajetória profissional, José Capela foi muito mais do que um historiador. Foi sacerdote, jornalista, editor e escritor. Também por isso, não será de mais salientar a sua vasta e diversificada obra, a seu tempo lida por públicos muito variados. Escrita por alguém que não era originalmente um profissional, mas que fez da história uma profissão, a sua obra teve virtudes proféticas, no sentido em que deu a conhecer as realidades calçadas pelo imobilismo repressivo da ditadura colonial¹. A investigação inicial de José Capela sobre a História de Moçambique constituiu, como assinalou Valentim Alexandre, uma obra precursora do que viria a ser a vaga de estudos sobre a história colonial portuguesa em África. Os seus estudos podem, eventualmente, inspirar também os historiadores moçambicanos que investigam o período colonial e a trajetória de afirmação do Estado moçambicano. Como ele relatou, o livro *O Vinho para o preto* era um referente da consciencialização anti-colonialista da Frelimo no tempo da luta armada.

Eugénia Rodrigues e Augusto Nascimento*

* Centro de História da Universidade de Lisboa.

¹ Veja-se a recente abordagem da obra de José Capela feita por José Pimentel Teixeira, tendo em conta uma narrativa decantada em sucessivas gerações de intelectuais acerca de uma suposta indole portuguesa, "A especificidade portuguesa face à historiografia de José Capela" in http://www.academia.edu/33428757/A_especificidade_portuguesa_face_%C3%A0_historiografia_de_Jos%C3%A9_Capela, acesso: 17 de novembro de 2017.

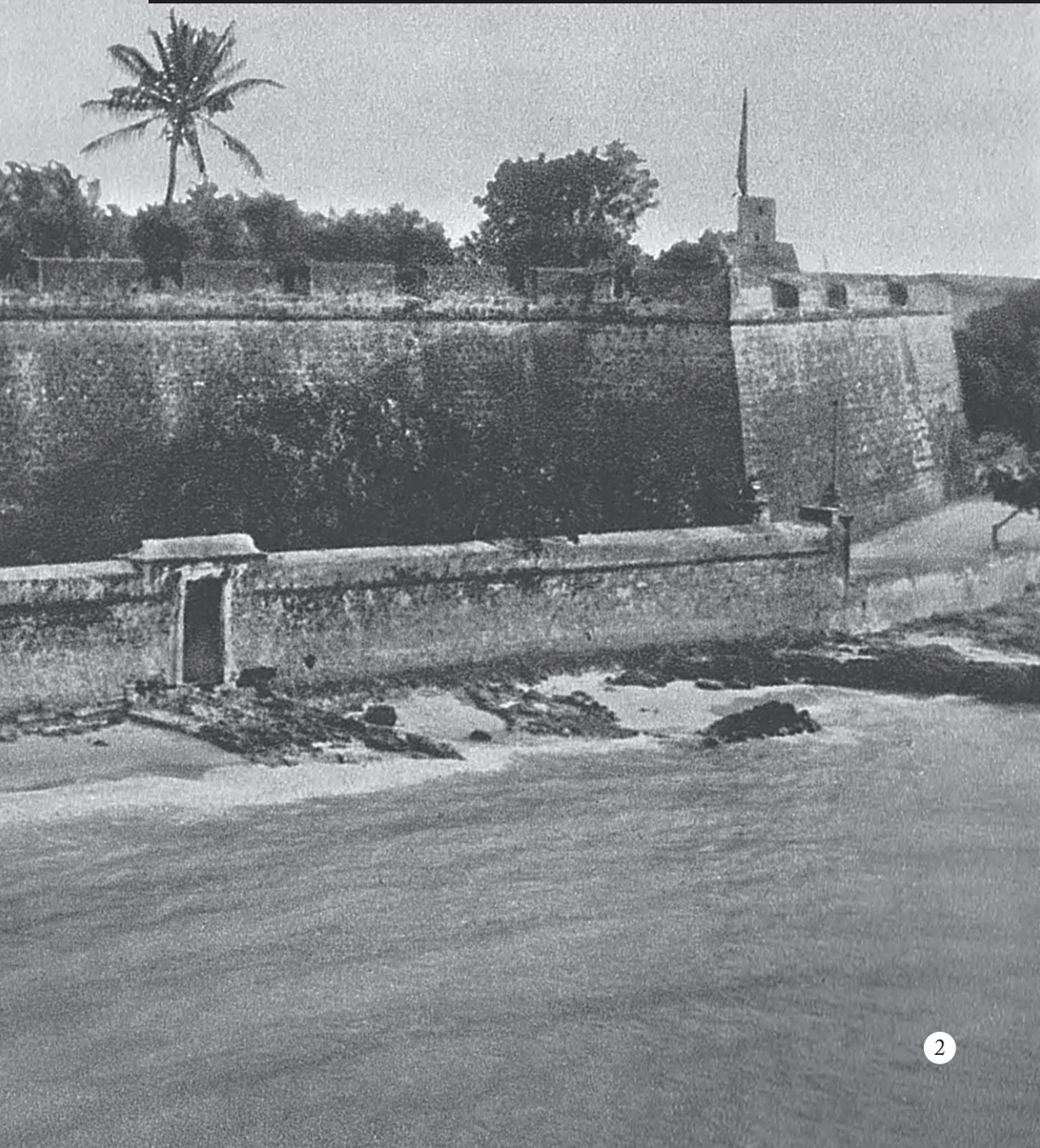


**José Capela
e a história de Moçambique:
45 anos depois de *O vinho para o preto***





*Representações de Moçambique
na época moderna*





África do Sudeste nos relatos de naufrágios do século XVI – Para uma compreensão genealógica das categorias de representação geográfica e antropológica

Glória de Santana Paula*

pp. 13-20

Este artigo contém o essencial da comunicação apresentada no Colóquio de homenagem ao historiador José Soares Martins (José Capela), momento extraordinário de reflexão e partilha académica alargada sob a força inspiradora dos seus trabalhos e a História de Moçambique.

A nossa análise direccionou-se para a temática das representações que os portugueses construíram sobre a África do Sudeste. Este vasto espaço geográfico, que abrange territórios das atuais nações moçambicana e sul-africana, era designado na documentação do séc. XVI por *Terra de cafres* e *Cafraria*, sendo então aplicado o termo derogatório de *cafres* ao conjunto dos seus habitantes, vivendo nos mais diversos nichos ecológicos e complexos socioculturais. Desenvolve-se a nossa abordagem na ótica da longa duração de modo a compreendermos alguns dos momentos-chave do processo histórico que conduziu à categorização e classificação dos povos africanos pelos outros, neste caso, os viajantes portugueses.

No séc. XVI, e considerando a perspetiva da Carreira da Índia, o sudeste africano era percebido como um macro obstáculo para as navegações portuguesas que buscavam pela nova rota os mercados do Oriente. A difícil dobragem do Cabo, a força das tempestades meridionais e das correntes marítimas, os desconhecidos baixios do Canal de Moçambique e as peculiaridades técnicas impostas pelo regime das monções à navegação faziam desta zona a mais problemática da costa africana.

Durante o século XVI, meia centena de naufrágios de navios portugueses ocorreram entre o Cabo da Boa Esperança e a Ilha de Moçambique e, num período mais alargado (entre 1497 e 1650), neste mesmo espaço que medeia entre o Cabo tormentoso e o Canal de Moçambique, prolongando-se pela África Oriental, registam-se 47,5 % das perdas totais dos navios da Carreira da Índia (Guinote et al., 1998: 124).

Quando a perdição das naus ocorria nos litorais africanos, permitindo a chegada a terra de sobreviventes, estes atravessaram a pé grandes extensões territoriais, no sentido nordeste, por vezes desde o sul do rio Kei até ao chamado “Reino do Inhaca”, Inhambane e Sofala. Os grupos humanos saídos das “ossadas” das naus caminhavam centenas e, por vezes milhares de quilómetros, estabeleceram contactos com as populações locais e fixaram na escrita as

* Centro de História da Universidade de Lisboa, Doutoranda em História de África. gloriaespaula@gmail.com

memórias dessas travessias terrestres. Por meios dos próprios naufragos ou pela pena dos escritores e dos cronistas afirmou-se, na segunda metade do séc. XVI, um género literário que impressionou os leitores da época. Mercê da novidade da tipografia, algumas relações de naufrágios, impressas na forma de folhetos de cordel, tornaram-se êxitos editoriais, com diversas edições, tiragens elevadas¹ e traduções noutras línguas europeias.

Deste modo, fundou-se no século XVI um corpo textual, que é também um *corpus* de pensamento sobre os africanos do sul do continente.

Centremo-nos então nas representações que esta literatura legou ao discurso sobre os territórios e as populações da África do Sudeste. As populações autóctones, falantes de línguas Bantu, foram designadas por *cafres*, um vocábulo de origem árabe que teria entrado na língua portuguesa nos primeiros anos do séc. XVI através dos contactos estabelecidos com os mercadores suáli da região de Sofala, significando “infiel”, “descrente”, “ingrato”, “renegado”. Ao tempo em que a palavra foi adotada nos falares portugueses era já muito mais do que um substantivo designando um opositor religioso. No mundo árabe era claramente uma categoria classificatória imbuída de poderosa carga depreciativa e injuriosa, aplicada aos habitantes da extremidade da terra da *Ethiopia*.

O primeiro texto impresso, produzido no contexto das navegações portuguesas, descrevendo os *cafres* foi escrito por Martín Fernandez de Figueroa, um nobre de Salamanca ao serviço da coroa portuguesa, que viajou em 1505 na armada de Pero d’Anhaia (a segunda enviada ao Índico nesse ano)² e que, tendo feito escala em Sofala, observou as populações locais, recolheu informações e redigiu as suas impressões. Em 1512, fez imprimir em Salamanca o seu relato de viagem, com o título *Conquista de las Indias de Persia y Arabia que hizo la armada del rey don Manuel de Portugal* (Mckenna, 1967). Nas imagens escritas sobre as terras e povos distantes, a novidade são os “cafres”: “Los moradores de Sofala son cáferes que adoran al sol e las estrellas” (Mckenna, 1967: 36).

Figueroa narra o encontro de Pedro d’Anhaia com um grupo de naufragos portugueses de uma das naus perdidas em 1504³, entre o Cabo das Correntes e Sofala. Na sua descrição, os naufragos portugueses figuram como “perdidos” em terra estranha, enquanto os *cafres*, usando o poder de senhores da terra, escarnecem e deleitam-se com o seu esgotamento, negando-lhes alimento e obrigando-os a dançar até à exaustão. Quando encontrados por Pero d’Anhaia, os naufragos portugueses deambulavam desnudos, despojados de todos os seus atavios, comendo apenas ervas, caranguejos, tudo cru como os pássaros, e traziam já a pele “enegrecida” (Mckenna, 1967: 36), expressão que mobilizava a ideia de passagem por um processo de metamorfose cultural e morte simbólica. No seu texto, Figueroa diminui a religião dos *cafres*, salientando a sua marginalidade devido ao desconhecimento da Fé Cristã e ao culto prestado a divindades astrais, como o sol e as estrelas. É esta também a primeira obra que apela à “guerra contra os cafres” enquanto serviço de Deus e forma de alcançar a salvação: “Dad en ellos, que la guerra de los cáferes más parece juego de cañas que gente de lid. Aquí podéis salvar la vida, acrecentar la honra e hacer mucho servicio a Dios” (Mckenna, 1967: 36).

Ora, apesar desta descrição do encontro de naufragos portugueses na África do Sudeste, o texto de Figueroa não é tipologicamente um relato de naufrágio. Porém, trata-se da pri-

¹ Alfredo Margarido informa-nos que segundo Eleutério Cerqueira sabemos que “a tiragem média dos folhetos de cordel consagrados aos naufrágios andava sempre à volta dos 3000 exemplares. Lembremos, a título simplesmente comparativo, que se aceita que a tiragem da primeira edição de *Os Lusíadas* oscile entre os 400 e os 600 exemplares” (Margarido, 2008: 76).

² Figueroa chegou a Sofala a 4 de setembro de 1505 e permaneceu aí em escala até que a nau em que seguia prosseguisse viagem para a Índia.

³ Em 1504 naufragaram nos “Baixos de S. Lázaro” a nau *Rainha*, comandada por Francisco de Albuquerque e a nau *Faial* ou *Faia*, que levava por capitão Nicolau Coelho. Ambos os naufrágios ocorreram na viagem de regresso (Guinote et al., 1998: 187).

meira obra impressa, lida por portugueses e castelhanos, que consubstancia em si uma imagem negativa e marginal dos habitantes nativos, designados por *cafres*, a qual teria gerado leituras e interpretações no âmbito de um sistema de pensamento que concebia a cor da pele, o vestuário, as crenças, a alimentação e a guerra em termos binários. Os relatos de naufrágios da segunda metade do séc. XVI integraram esta herança imagética sobre os *cafres*.

Em 1552 ocorria o naufrágio do galeão *S. João* cujo relato anónimo saía impresso sob a forma de folheto de cordel, entre 1555-64. Este é um “texto fundador” no que se refere ao género literário, à estrutura, aos elementos que o tipificam e também na definição de estereótipos sobre a terra e as gentes. Um discurso coerente estabelece a unidade simbólica entre as forças da natureza e os elementos humanos. Temporais e mares furiosos conduziram o mais portentoso navio daquela época a “varar em terra de cafres” (Anónimo, 1956, I: 22) Cerca de 500 sobreviventes (300 eram escravos) chegados a terra organizaram-se num cortejo com lideranças sociais, armas e algumas provisões recolhidas da nau fraturada e “peregrinaram” mais de 1000 km ao longo de cinco meses e meio, entre a foz do rio Mtavuna e Inhambane. A imagem do território constrói-se com sequências narrativas onde continuamente são referidos os matos, os “ásperos caminhos”, as terras de grande “esterilidade”, onde os naufragos sucumbiram à fome e à ameaça dos *cafres* e das feras, ambos posicionados no mesmo plano retórico.

É destacado o agasalho prestado pelo chefe Tsonga Inhaca, que teria avisado os naufragos sobre a hostilidade das populações mais a norte. Apesar destes avisos, a jornada prosseguiu no sentido de contornar a baía de Maputo e, no rio Incomati, um outro chefe africano (o Manhiça) propôs ao grupo de naufragos que se dispersassem pelas diversas aldeias por forma a melhor se poderem alimentar até à chegada do próximo navio português, que ali viria ao comércio do marfim. Diz o relato que, consumada a dispersão, os naufragos entregaram as suas armas ao chefe africano, sendo roubados e morrendo quase todos de fome e doenças. O relato enfatiza as condições da morte do capitão Manuel de Sousa Sepúlveda e sua mulher e filhos às mãos dos *cafres*, num processo retórico que atribui aos africanos os mais terríveis atos de traição e selvajaria. Quanto à terra, é representada como um desterro de areais brutos e matos perigosos, onde os corpos de nobres cristãos ficaram insepultos ou foram devorados pelas feras. Dos cerca de 500 viajantes que embarcaram no galeão *S. João*, apenas 8 portugueses e 17 escravos (provavelmente asiáticos) foram resgatados em Inhambane. Fácil será imaginar o impacto da notícia deste saldo humano negativo na formulação de uma imagem desfavorável da “terra dos cafres”, facto que fez correr muita tinta, não só nas prensas tipográficas, pois durante o séc. XVI houve três edições do relato, mas também nas versões manuscritas que foram copiadas, compiladas e lidas para diversos públicos, abrindo caminho para uma verdadeira mitificação da *Cafraria* e dos *cafres*.

No decurso do século XVI outros naufrágios ocorreram na mesma costa, também eles dando origem a expressivos relatos escritos.

Em 1554 naufragava a nau *S. Bento* (Perestrelo, 1956, I: 41-126) na foz do rio Umsikaba, costa do Transkei; em 1585, fracturava-se a nau *Santiago* (Cardoso, 1956, II: 153-215) num recife de coral do Canal de Moçambique (Baixos da Índia); em 1589 perdia-se a nau *S. Tomé* (Couto, 1956, II: 217-266), a norte da Terra do Natal e, em 1593, ocorria a perda da nau *Santo Alberto* (Lavanha, 1956, III: 10-76), a sul do rio Kei, cujos naufragos experienciaram a mais bem-aventurada travessia da *Cafraria*. Dos 285 sobreviventes (125 portugueses e 160 escravos) do naufrágio da *Santo Alberto* chegaram à ilha do Inhaca 182 pessoas (117 portugueses e 65 escravos), tendo percorrido mais de 1000 km em 88 dias. Entre os escravos africanos e asiáticos, 95 desertaram e buscaram refúgio nas comunidades locais onde se integraram plenamente, como foi atestado anos mais tarde por outros naufragos em

trânsito por aquelas terras, aos quais viriam a ser úteis como “linguas”. Também alguns portugueses que foram deixados pelos caminhos, devido à incapacidade física de caminhar, foram encontrados de boa saúde, plenamente integrados nas comunidades, casados e com descendência, sendo diversos os exemplos de naufragos que se “cafrealizaram”.

Um manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal, vindo da pena de um sobrevivente anónimo do naufrágio da *Santo Alberto*, intitulado “*Perdição da nao Santo Alberto, e das couzas da Cafraria, custumes dos que a abitão até o Cabo das Correntes*”,⁴ se por um lado mobiliza os estereótipos de uma terra agreste – as “brutas areas da Cafraria”, também elogia o clima temperado, as paisagens quase edénicas, a abundância de madeiras, as frescas ribeiras, a “domesticação” dos *cafres* e as suas comunidades ricas em gado. Este anónimo defendia, na última década do séc. XVI, a construção de uma fortaleza na costa meridional do continente africano, entre o Cabo da Boa Esperança e a Baía Formosa (atual *Plettenberg Bay*), para abrigo das naus da Carreira da Índia. A proposta deste assentamento português visava dotar as navegações com uma escala de apoio alternativa à Ilha de Moçambique, tal como já havia sugerido João Pereira Dantas, em 1556 (Santos, 1969: 6-7). O autor anónimo do relato da perdição da nau *Santo Alberto* descreve os habitantes locais como *cafres*, gentios, gente bruta e sem razão, mas doméstica, pelo que a evangelização se afigurava como um imperativo moral que responsabilizava os povos cristãos. Neste relato, a *Cafraria* é dividida em duas partes distintas que têm na baía de Maputo um ponto de viragem. Para sul, as comunidades de agricultores-pastores mostravam ser de bom agasalho, mas para norte oferecia-se um caminho “majs deficultozo e de piores ares, agoas, gente porque [...] são já comunicados de nós [que] por nossos pequados logo pesonhentamos tudo omde chegamos” (Paula, 2007: 162). Com esta reflexão crítica sobre a ação do mesmo meio cultural, o autor

selava o seu manuscrito com o apreço pelo estado de inocência dos *cafres* vivendo numa espécie de paraíso perdido.

Na literatura de naufrágios do século XVI, o signo identificativo *cafre* afirmava-se como uma categoria de representação antropológica cujos indicadores, de acordo com a mentalidade europeia e cristã da época, postulavam sociedades vivendo num estado primitivo de barbárie. Tais indicadores culturais resultavam de uma leitura do outro em termos da nudez ou da cobertura de escassas partes do corpo com peles de animais, do facto de algumas sociedades não praticarem a agricultura, não cozinharem os alimentos e não disporem de uma organização urbana, usarem armas consideradas rústicas (como azagaias e paus tostados) e os reis locais praticarem a poligamia.

De facto, a categoria antropológica de *cafre* construía-se com base na ausência de muitos dos indicadores culturais reconhecidos pelas



⁴ BNP, Reservados, Cod. 639. O códice compõe-se de 57 folios e foi escrito por um sobrevivente que dedica grande parte do seu texto ao território africano e suas populações. A versão deste manuscrito é contemporânea e revela-se diversa da impressa em 1597, da autoria de João Baptista Lavanha, sendo provavelmente uma das fontes que este usou (Paula, 2007: 34-37).

sociedades ocidentais, o que implicava formas ativas de exclusão e discriminação dos povos do sudeste africano. Com o tempo, *cafre* tornava-se sinónimo de pagão, idólatra, selvagem, bárbaro, rústico, mais próximo das feras que dos seres racionais, sintetizando um conjunto de significados pejorativos e imagens grotescas destinadas a perdurar na mentalidade portuguesa e europeia.⁵ Se muitas das sociedades da *Cafraria* acolheram de forma positiva os naufragos, sendo esse agasalho determinante para histórias de salvamento, a verdade é que os estereótipos desfavoráveis sobrepuseram-se e replicaram-se nos discursos, contribuindo para um posicionamento marginal destes povos na ordenação moral e cultural do mundo, vindo a influenciar formulações teóricas que conceberam a humanidade em diversos graus de desenvolvimento, desde a selvajaria, passando pela barbárie, até aos níveis mais sublimes da civilização.

Em 1791, no âmbito de um interesse crescente pela história natural e como forma de compilar as “principaes maravilhas da Natureza”, foram publicadas em Lisboa, as “Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes à História da Natureza para formar um museo nacional”.⁶ Além das instruções sobre as remessas de animais, vegetais e minerais dos diversos territórios ultramarinos, eram também solicitadas descrições sobre a “moral dos povos que o habitão”, de acordo com as rúbricas religião, política, economia, artes e tradições. As respostas a estas recomendações chegaram ao Governador e Capitão-General de Moçambique, que recebeu do Governador da capitania dos Rios de Sena (1794), uma “Descrição do Império do Moanamotapa” e, dois anos depois, do Governador de Sofala, a “Resposta das Questoens sobre os Cafres” (Liesegang, 1966: 10).

O conteúdo destas respostas permitia traçar, em finais do séc. XVIII, um perfil cultural das populações designadas por *cafres*, sublinhando a ausência de escrita, cálculo ou qualquer material capaz de perpetuar a memória coletiva e ignorando o conceito político de Nação. No plano espiritual, a “Resposta das Questoens sobre os Cafres” destacava o culto aos antepassados, a ignorância face à história bíblica e aos conceitos de Paraíso, Inferno e Alma. Ao nível das instituições sociais, muitas das respostas recaíam sobre a prática da *lobola*, vista de forma simplificada como a venda de mulheres a troco de vacas, a poligamia como sinal de riqueza, as práticas solenes de iniciação feminina e masculina, os processos de adivinhação por meio de “mulheres mezinheiras” (o chamado *cucho-cucho*) e de “Ngangas”, os modos de punir os crimes e o regime de sucessão colateral (de tio para sobrinho). A amplitude de informações acerca dos instrumentos de guerra, do calendário lunar, do número de povoações e respetivos habitantes, das riquezas, mantimentos da terra e formas de produção, das doenças mais frequentes e respetivas curas “cafreaais”, além de informações geográficas como a orografia e a hidrografia fazem pressupor um questionário bastante detalhado e testemunham a crença da época no valor do conhecimento. De facto, estas respostas permitiram sistematizar um conjunto vasto de informações etnográficas que viriam a constituir uma base de dados útil no paradigma subsequente, que é o colonial. No século XIX, no contexto da afirmação da ciência antropológica e sob a marca do Evolucionismo surgiram princípios teóricos, instrumentos de craniometria e classificações que posicionavam os africanos numa escala inferior da evolução (Henriques, 2004: 288-291). Neste contexto científico, a par da conjuntura política internacional da corrida aos territó-

⁵ A título de exemplo, observe-se a representação iconográfica do “cafre”, da autoria de Allain Manesson Mallet, incluída na obra *Description de l’Univers* (1683), Vol. III, p. 119. Destaca-se a capa constituída por uma pele de animal, cuja cauda se arrasta pelo chão, bem como o bastão e a azagaia como armas consideradas rústicas. <https://archive.org/stream/descriptiondelunozmall#page/118/mode/2up> [consult. 10maio2017].

⁶ *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar hum Museo Nacional* (1781), Lisboa: Na Regia Officina Typografica, - <http://www.gutenberg.org/cache/epub/15668/pg15668-images.html> [consult. 17maio2017].

rios africanos, na sequência da Conferência de Berlim, surgiam as categorias classificatórias de “indígena” e “nativo”.

Na última década do séc. XIX, António Enes, enquanto Comissário Régio e defensor da ocupação militar de Moçambique⁷, foi uma figura chave na definição do que viria a constituir-se como o *estatuto jurídico do indígena*. No relatório sobre Moçambique (1893) que apresentou ao Governo, este ideólogo e agente do colonialismo português expôs os estereótipos e as razões subjacentes à criação da categoria jurídica do “indígena”. Enes considerava os indígenas as “gentes bravias”, as “criaturas ínfimas” (Enes, 1971:12) que, governando-se por usos e costumes avessos aos da civilização padrão, estavam mais próximos da animalidade do que dos seres humanos e, pelo seu primitivismo, impediam o aproveitamento zeloso dos copiosos recursos da terra africana. Por conseguinte, impunha-se a missão histórica de edificar a África Oriental Portuguesa, o que implicava a submissão e obediência do “indígena” num projeto que concebia o trabalho forçado como o único meio pedagógico capaz de operar a necessária assimilação.

A categoria classificatória de *cafre*, proveniente dos textos de viagens e dos primeiros trabalhos da etnologia, à qual se associavam significados pejorativos muito óbvios, cedia nos discursos o seu destaque à categoria de *indígena*. Esta tornava-se operatória no âmbito do discurso oficial e legal, definindo uma massa inerte de nativos desapossados de todos os direitos sobre a terra e apartados da cidadania, os quais podiam ser recrutados, requisitados e compelidos ao trabalho, de acordo com as exigências da administração colonial e no âmbito do *Regulamento do Trabalho Indígena*. Sob o rótulo classificatório de *indígena* anulavam-se os particularismos das identidades étnicas e criava-se o estatuto de uma densa população subalterna.

De forma interligada, linguagem e poder criavam um Estatuto (dos Indígenas) que só seria abolido a 6 de setembro de 1961, mas que ainda assim, enquanto estrutura conceptual geradora de imagens mentais, haveria de subsistir nas relações de poder até à descolonização. Entretanto, em registos não oficiais persistia a categorização das populações de Moçambique como *cafres*, abundando escritos sobre os costumes “cafreaís”. Francisco Gavicho de Lacerda, um colono arrendatário de um dos Prazos da Zambézia, na sua obra *Os Cafres: seus usos e costumes* (1944), define os *cafres* como os “aborígenes da Zambézia”, traçando-lhes um perfil “exótico”, selvagem e primitivo em processo de evolução tutelada.

No texto de Gavicho de Lacerda é possível reconhecer os elementos de uma complexa genealogia conceptual num discurso pretensamente científico, que classifica os *cafres* como um dos ramos dos povos falando línguas Bantu, com traços fisionómicos, culturais, sociais e de psicologia coletiva apresentados de forma depreciativa, simplista e categórica, sustentada pelos argumentos da teoria das raças. As classificações e estereótipos que se afirmaram desde o primeiro relato de naufrágio na “Terra dos Cafres” entrecruzam-se com as lições do paternalismo colonial e missão civilizadora, que justificavam a conquista e a ocupação da terra africana – “eles atingirão essa civilização e educação que, entre as raças de que a Humanidade se compõe, têm direito de atingir e nós, como nação civilizadora, o dever de lhes ministrar” (Lacerda, 1944: 26).

Em suma, entre textos e discursos de natureza diversa destacámos três momentos históricos que representam paradigmas de compreensão e representação das populações da África do Sudeste na longa duração.

O paradigma da expansão marítima, que assistiu em simultâneo à emergência do discurso da anti-epopeia, veio expor a incompreensão perante as assimetrias humanas observadas e

⁷ António Enes foi um dos principais organizadores da expedição de Mouzinho de Albuquerque contra o Império de Gaza, último reduto da resistência política africana à imposição colonial em Moçambique.

afirmar a categoria antropológica de *cafres*. Definindo uma humanidade gentílica, bárbara e selvagem, esta designação aplicada às populações africanas acabou por sintetizar tudo o que era considerado opoente face aos valores europeus e cristãos da época. A constatação da diversidade levava à afirmação da alteridade radical e à definição de uma mentalidade dominante que seria mobilizada posteriormente.

No séc. XVIII, a consciência civilizacional decorrente da Filosofia das Luzes, questionou os africanos (*cafres*) para melhor conhecê-los e inventariá-los. *Cafres*, animais, plantas e minerais eram objeto de curiosidade naturalista e elementos a musealizar.

Finalmente, no paradigma colonial, consolidou-se um sistema mental e retórico binário que hiperbolizou as assimetrias: de um lado a Civilização, de outro o primitivismo associado à categoria classificatória legal de *indígena*, a qual englobava em si os múltiplos significados que estavam subjacentes à categoria de *cafres*. Mais do que nunca, as categorias discursivas sustentavam a ação dominadora.

Estes momentos paradigmáticos são, antes de mais, um convite à reflexão sobre a importância histórica da formação de imagens e conceitos acerca dos africanos bem como a sua transferência nos discursos e, conseqüentemente, nas mentes humanas. Tais imagens têm uma história de adoção e herança cultural e desempenharam um papel decisivo no domínio do conhecimento e da organização do mundo, condicionando fortemente, até aos nossos dias, as práticas relacionais e dialógicas entre os povos.

Referências bibliográficas

Fontes

Livros

- Enes, António (1971), *Moçambique – Relatório apresentado ao Governo* (1971, 4.ª edição fac-similada pela de 1946), Lisboa: Imprensa Nacional.
- Lacerda, Francisco Gavicho de (1944), *Os Cafres: seus usos e costumes*, Lisboa: Livraria Rodrigues.
- Liesegang, Gehrard (1966), “Resposta das Questoens sobre os Cafres” ou *Notícias Etnográficas sobre Sofala do fim do século XVIII*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Mckenna, James B. (1967), *A Spaniard in the Portuguese Indies*, Cambridge – Massachusetts: Harvard University Press.
- Paula, Glória de Santana (2007), *O Naufrágio na Nau Santo Alberto. Discurso de um manuscrito anónimo*, Lisboa: Caleidoscópio.

Coletâneas

- Anónimo, “Relação da mui notável perda do Galeão Grande S. João em que se contam os grandes trabalhos e lastimosas cousas que aconteceram ao capitão Manuel de Sousa Sepúlveda e o lamentável fim que ele e sua mulher e filhos, e toda a mais gente, houveram na Terra do Natal, onde se perderam a 24 de Junho de 1552”. In: Brito, Bernardo Gomes de (1956), *História Trágico-Marítima*, anotações e comentários de António Sérgio, Lisboa: Editorial Sul, Vol. I, pp. 9-40.
- Cardoso, Manuel Godinho, “Naufrágio da nau Santiago no ano de 1585. E itinerário da gente que dele se salvou”. In: Brito, Bernardo Gomes de (1956), *História Trágico-Marítima*, anotações e comentários de António Sérgio, Lisboa: Editorial Sul, Vol. II, pp. 153-215.
- Couto, Diogo do, “Relação do Naufrágio da Nau S. Tomé na Terra dos fumos, no ano de 1589 e dos grandes trabalhos que passou D. Paulo de Lima nas terras da Cafraria, até sua morte”. In: Brito, Bernardo Gomes de (1956), *História Trágico-Marítima*, anotações e comentários de António Sérgio, Lisboa: Editorial Sul, Vol. II, pp. 217-266.

Lavanha, João Baptista, “Naufragio da Nau Santo Alberto no Penedo das Fontes, no ano de 1593 e itinerário da gente que dele se salvou até chegarem a Moçambique”. In: Brito, Bernardo Gomes de (1956), *História Trágico-Marítima*, anotações e comentários de António Sérgio, Lisboa: Editorial Sul, Vol. III, pp. 10-76.

Perestrelo, Manuel de Mesquita, “Relação Sumária da viagem que fez Fernão D’Álvares Cabral desde que partiu deste Reino por Capitão mor da Armada que foi no ano de 1553 às partes da Índia ate que se perdeu no Cabo de Boa Esperança no ano de 1554”. In: Brito, Bernardo Gomes de (1956), *História Trágico-Marítima*, anotações e comentários de António Sérgio, Lisboa: Editorial Sul, Vol. I, pp. 41-126.

Suporte eletrónico

Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar hum Museo Nacional (1781), Lisboa: Na Regia Officina Typografica, disponível em <http://www.gutenberg.org/cache/epub/15668/pg15668-images.html> [consult. 17maio2017].

Mallet, Allain Manesson (1683), *Description de l’Univers*, Paris: Chez Denyz Thierry, Vol. III, <https://archive.org/stream/descriptiondeluno3mall#page/n9/mode/zup> [consult. 10maio2017].

Estudos

Guinote, Paulo, et al. (1998), *Naufrações e outras perdas da “Carreira da Índia”. Séculos XVI e XVII*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Henriques, Isabel Castro (2004), “A (falsa) passagem do escravo a indígena”, in *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*, Lisboa: Caleidoscópio, pp. 285-297.

Margarido, Alfredo (2008), “O trabalho do luto nos relatos dos naufrágios”, *Afreudite – Ano IV*, n.º 7/8.

Santos, Maria Emília Madeira (1969), *O carácter experimental da Carreira da Índia. Um plano de João Pereira Dantas, com fortificação da África do Sul (1556)*, Lisboa: Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga – Junta de Investigações do Ultramar.

Rotas e esfarrapadas: a precariedade da vida militar na Capitania de Moçambique e Rios de Sena no século XVIII¹

Ana Paula Wagner*¹

pp. 21-36

Rotas e esfarrapadas, foi assim que em 1786 o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, António Manuel de Melo e Castro, descreveu as fardas dos soldados que estavam em serviço naquele território. A situação achava-se daquela maneira porque, segundo o próprio governador, havia quatro anos que não chegava um novo carregamento de material para suprir as necessidades de novos fardamentos².

Na década de 1760, outro governador, João Pereira da Silva Barba, também se queixou ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos informando que precisou encontrar meios para *acudir a desnudez* das tropas. Para resolver esta situação, mandou dar anualmente a cada soldado *um chapéu, duas camisas, duas gravatas, dois pares de meias e dois pares de sapatos*. Porém, ele justificava aos seus superiores que as aquisições daqueles gêneros eram *caríssimos neste país* e que se os produtos viessem do reino, como era de costume, diminuir-se-iam as despesas da Fazenda Real. Na mesma correspondência, João Pereira da Silva Barba reiterou o pedido de 420 fardas inteiras (além das peças mencionadas anteriormente, estariam incluídas a *casaca* e a *véstia*)³ para o Regimento da Praça de Moçambique e mais 200 fardas inteiras para as companhias instaladas nos demais portos e guarnições da capitania. Além disso, o governador também solicitava equipamentos para a defesa do território, como armas de fogo, munições e alguns tipos de espadas.⁴

Na documentação administrativa referente à capitania de Moçambique e Rios de Sena, produzida no século XVIII, nota-se que queixas como as acima mencionadas eram constantemente enviadas ao reino, para que fossem tomadas providências quanto às necessidades materiais dos militares que atuavam naquele território. Como teremos a oportunidade de abordar, o dia-a-dia daqueles homens era envolto em precariedades, com a falta de fardas e armamento, fragilidade de alimentação e condições de saúde. Esses elementos, alguns deles estruturantes da prática militar, nos possibilitam problematizar as particularidades

* Universidade Estadual do Centro-Oeste (Paraná/Brasil). anapwagner@gmail.com

¹ Este artigo é resultado pesquisa de pós-doutoramento, realizado junto ao Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e sob supervisão da Dra. Eugénia Rodrigues, durante o ano de 2017.

² AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 08. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Antonio Manuel de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro*, de 14 de agosto de 1786.

³ Peça do vestuário usada por baixo da casaca.

⁴ AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 64. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena João Pereira da Silva Barba para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, de 13 de Agosto de 1764.

do cotidiano dos homens que iriam atuar na defesa do território em questão. Em certa medida, a análise dessa dimensão material nos permite entender os significados que aqueles objetos (fardas, armas, alimentação, etc.) tinham para a constituição e manutenção da tropa instalada na África Oriental Portuguesa. Da mesma forma, auxiliam na compreensão das dinâmicas locais, as quais muitas vezes condicionavam e impunham obstáculos às ações da Coroa lusa no gerenciamento dos territórios que integravam o Império Português.⁵ Note-se que as queixas procedentes das autoridades instaladas na capitania não significavam, necessariamente, um total descaso por parte da Coroa para com os cuidados com a tropa. Em documento expedido em 1761, o governador-geral recebeu um conjunto de orientações relativas aos diferentes segmentos da prática governativa: aspectos financeiros, política comercial e religiosa, criação de vilas, administração da justiça, cuidado com os portos e o hospital etc. Dos elementos constantes na *Instrução* de 1761, gostaríamos de destacar aquelas partes referentes à presença e atuação das forças militares na capitania.⁶ O governador deveria se preocupar em estabelecer na capitania a *segurança contra os de fora e a tranquilidade pública* dos habitantes. Na ótica da Coroa portuguesa isso seria possível com a constituição de um *Corpo de Tropas*, mantido sempre *em boa ordem e em regular disciplina*. Para haver a almejada disciplina, era preciso atenção ao pagamento dos soldos, *de que depende a subsistência das tropas*. No mesmo sentido, era necessário cuidar do fornecimento dos alimentos, particularmente de arroz, considerado o *pão de munição daquelas terras*. Outro ponto que exigiria a atenção do governador dizia respeito às fardas. Na *Instrução*, consta a advertência que *sucedendo virem estrangeiros ao porto de Moçambique, achem sempre as tropas fardadas e municadas, em forma que lhe façam respeito*.⁷ Por fim, após a observação de que parte dos homens das tropas e dos moradores da capitania eram indivíduos considerados *homens vadios e facinorosos, que por crimes vão degredados* do reino, o governador de Moçambique e Rios de Sena deveria ficar atento para que houvesse uma *disciplina exata e severa, e um castigo pronto*, quando fosse necessário. *Para conter os maus e preservar os bons*, era imperativo que as punições fossem aplicadas com rigor.⁸

As recomendações enviadas ao governador-geral mostram alguns aspectos que eram relevantes em se tratando da presença das forças militares na capitania de Moçambique e Rios de Sena: as tropas deveriam ser disciplinadas, estar fardadas, com pagamento do soldo e a entrega da alimentação em dia, podendo assim, garantir a segurança e a tranquilidade pública. Todavia, como abordaremos a seguir, a correspondência administrativa trocada entre as diferentes autoridades instaladas na África Oriental, assim como aquela dirigida ao reino, e deste para Moçambique, revela um quadro de precariedade material que envolvia a falta de fardas e armas, uma alimentação exígua, ocorrência de deserções e falta de disciplina. Esse quadro geral, das circunstâncias de vida desses indivíduos naquele território ultramarino, oferece elementos para entender de que maneira eles puderam, ou não, dar suas contribuições para a sustentação da presença portuguesa naquela localidade.

⁵ A noção de Império Português possibilita ao historiador realizar um estudo local, mas não perdendo de vista o contexto mais amplo no qual a realidade social em foco estava inserida. Ver Wagner, 2009.

⁶ Até 1752, a capitania de Moçambique e Rios de Sena esteve subordinada administrativamente ao Estado da Índia, com sede em Goa. Apenas no ano de 1761 é que foi expedido um conjunto de orientações para o governo da nova capitania geral. Essas disposições passariam a ser observadas em 1763, com a chegada do governador-geral João Pereira da Silva Barba.

⁷ AHU, Moçambique, cx. 19, doc. 63-A. *Cópia da Instrução dada a Calisto Rangel Pereira de Sá, que vai por governador e capitão general da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala*, de 7 de maio de 1761.

⁸ Idem.

Vida material e as implicações no cotidiano militar

1. Fardas

Independentemente de qual fosse o governador-geral, ao se fazer a leitura da documentação produzida por estes indivíduos, nota-se uma frequência de queixas sobre a falta de fardas. Durante o governo de Pedro Saldanha de Albuquerque (1758-1763), a temática do fardamento para a tropa apareceu nas cartas remetidas ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Em dezembro de 1758, ele escrevia, entre outras necessidades, sobre a falta de fardas e de caixas de guerra.⁹

Embora em março de 1760 conste um ofício acusando o recebimento de fardas e *material de guerra* destinados a Moçambique (260 fardas completas e 520 camisas),¹⁰ em agosto daquele ano o governador-geral continuava informando o reino que não chegou nenhum daqueles itens na capitania, com exceção da pólvora.¹¹ Em agosto de 1761, o governador comunicou que havia aportado na praça de Moçambique a embarcação São Miguel (vinda de Goa), e que finalmente recebera um carregamento com *fardas, pólvora e velório*.¹² Porém, como decorriam 6 anos que as fardas não chegavam, a quantidade recebida já se fazia insuficiente, resultando em um novo pedido na mesma correspondência.¹³ Em março de 1762, pela galera São Tomé (também vinda de Goa), o governador Pedro Saldanha de Albuquerque acusava o recebimento de *172 barricas de velório e 6 caixotes de fardamento*. Entretanto, pressupomos que a quantidade recebida ainda não amenizava a precariedade vivida com as roupas, porque ele escreveu que a mercadoria recebida *não chegou para fardar estas tropas*.¹⁴

O governador-geral que sucedeu a Pedro Saldanha de Albuquerque foi João Pereira da Silva Barba (1763-1765). Ele assumiu o governo da capitania munido das *Instruções de 1761*, já mencionadas. Em 1763, buscando cumprir com suas atribuições, o governador escreveu para o reino e informou que encontrou o território em desacordo com o que diziam alguns trechos da *Instrução*. A principal questão era a falta de fardamento. Como ele era um recém-chegado e ainda não estava familiarizado com a dinâmica da capitania, ele observou que era necessária a vinda de uniformes *todos os anos, conforme se pratica nesse reino pelo Regimento da Junta dos Três Estados*.¹⁵ Ele dizia enviar uma relação do número de homens e pedia uma atenção especial para a quantidade de *casaca, vestia, calção, meias, sapatos*,

⁹ AHU, Moçambique, cx. 15, doc. 63. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Tomás Joaquim da Costa Corte Real*, de 30 de dezembro de 1758.

¹⁰ AHU, Moçambique, cx. 17, doc. 47. *Recibo das fardas e material de guerra entregues a José Quaresma, com destino a Moçambique*, de 14 de março de 1760.

¹¹ AHU, Moçambique, cx. 18, doc. 34. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, de 9 de agosto de 1760; cx. 18, doc. 49. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 11 de agosto de 1760.

¹² Velórios, ou avelórios, eram contas de vidro, miçangas, utilizadas como uma das moedas de negociação na África Oriental Portuguesa.

¹³ AHU, Moçambique, cx. 20, doc. 41. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 16 de agosto de 1761.

¹⁴ AHU, Moçambique, cx. 22, doc. 55. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque, sobre as mercadorias trazidas de Goa pela galera São Tomé*, de 22 de novembro de 1762.

¹⁵ A Junta dos Três Estados, em linhas gerais, era um órgão da administração central portuguesa (criado em 1643) responsável pela administração das verbas utilizadas para custear as despesas militares, como pagamento do soldo aos militares, manutenção de alimentos, fornecimento de fardamentos, de munições e armamento, na construção e manutenção de fortificações e quartéis militares, entre outras.

*chapéu, gravata e camisa, para assim se carregar aos soldados, e que tudo isso fosse expedido na primeira monção.*¹⁶

No ano seguinte, já notamos sinais de que o governador João Pereira da Silva Barba começava a compreender que alguns assuntos relativos ao gerenciamento da capitania não eram prontamente atendidos pela Coroa. Como referido na introdução, foi dele o comentário de que precisou encontrar meios para *acudir a desnudez* das tropas e que comprou peças do vestuário diretamente no território.

Um outro ponto diretamente ligado à questão do vestuário da tropa, refere-se aos tecidos utilizados na confecção dos uniformes. Baltazar Pereira do Lago (1765-1779), o governador-geral responsável pela administração da capitania após João Pereira da Silva Barba, em uma correspondência endereçada ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, explicava sobre algumas mudanças no tipo de material empregado na confecção de algumas peças das fardas dos militares. Ele dizia que era preferível o uso de *pano de linho*, ao invés do algodão, para a fabricação das véstias e dos calções brancos dos soldados. Os motivos para a alteração do tecido eram justificados por razões econômicas (o linho ser mais barato e era conhecido por sua maior durabilidade e resistência, em relação ao algodão) e climáticas (era um tecido mais apropriado para vestuários utilizados em locais quentes).¹⁷

Antônio Manuel de Melo e Castro, o governador que escreveu que as fardas dos soldados encontravam-se *rotas e esfarrapadas* em 1786, também fez referência às escolhas de tecidos para a elaboração dos uniformes da tropa da capitania. Para contornar a falta de fardas durante um período de quatro anos, Melo e Castro mandou fazer as *casacas de zuartes*¹⁸ e *fornadas de chiri encarnado*, e as *véstias e calções de canequim*¹⁹ branco. Ele explicava que zuarte era um tecido de algodão que *dura pouco, e não pode chegar a seis meses*. Mas justificou que o escolheu *pela sua barateza*, devido à falta dos uniformes vindos do reino. Todavia, ele foi enfático ao afirmar que era necessário *mandar algum pano, principalmente azul, com os mais aviamentos precisos para as casacas*. Assim, nota-se o uso do zuarte apenas numa situação emergencial, havendo preferência por determinados tecidos para a elaboração das casacas. Já os panos para as véstias e os calções, o governador utilizaria mesmo o canequim, *ou outra fazenda branca de pouco custo*, na medida que compreendia que o uso da lã se *faz[ia] insuportável nestes países tão quentes*.²⁰

A razão pela qual esses governadores justificavam para Lisboa a escolha de determinados tipos de tecidos deve-se ao Alvará publicado no reino em 1764 que trazia algumas regulamentações sobre os fardamentos dos Regimentos da Infantaria, Artilharia e Marinha (Alvará de 1764, 1789: 317-324). Embora aquela não tivesse sido a primeira tentativa nessa direção,²¹ foi a partir de meados do setecentos que se notou uma ação mais efetiva no sentido de normatização dos fardamentos da tropa, levada a termo pelo Conde de Lippe.²²

¹⁶ AHU, Moçambique, cx. 23, doc. 58. *Carta do governador e capitão general de Moçambique João Pereira da Silva Barba, sobre a situação geral da capitania*, de 20 de julho de 1763.

¹⁷ AHU, Moçambique, cx. 27, doc. 86. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Baltazar Pereira do Lago para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 17 de Agosto de 1767.

¹⁸ Zuarte é descrito como um tecido de algodão, rústico, com fios brancos e azuis mesclados. Ver Costa, 2004: 137-161.

¹⁹ Canequim é descrito como um tecido branco, de algodão e de origem indiana. Ver Costa, 2004: 137-161.

²⁰ AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 8. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Antonio Manuel de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro*, de 14 de Agosto de 1786.

²¹ Conforme Alexandre Morais, em 1661 o Conde Schomberg foi encarregado de uma importante tarefa de reorganização das tropas portuguesas, colocando em prática as primeiras tentativas de vestir os corpos do Exército, na altura denominados 'terços', de forma uniforme (Morais, 1991: 171).

²² Frederico Guilherme Ernesto, Conde Wilhelm von Schaumbourg-Lippe, teve o posto de *marechal-general* e o cargo de *comandante-em-chefe de todas as tropas nacionais e aliadas* de Portugal. De acordo com Rui Bebianno, a ação de Conde de Lippe incidiu principalmente na reestruturação orgânica da instituição militar, na preparação dos combatentes e, à maneira prussiana, num insistente reforço disciplinar (Bebiano, 2004: 133-134).

Com o *Alvará* de 1764, procurou-se uma espécie de padronização de chapéus, casacas, calções e véstias, botões, gravatas, meias, polainas, sapatos, pentes e fitas para atar o cabelo, porém com particularidades para distinguir os regimentos de Infantaria, Marinha e Artilharia. De acordo com o *Alvará*, *todos os uniformes serão inalteravelmente talhados e feitos na conformidade do que foi estabelecido (...) e as suas quantidades, qualidades, medidas, cores e divisas*, estariam especificadas no chamado *Livro Iluminado* (*Alvará* de 1764, 1789: 318).²³ No *Alvará* também havia a diretriz de que os comandantes dos regimentos não poderiam fazer qualquer tipo de alteração de medidas, cores e divisas dos uniformes, sob a pena de perderem os seus postos. Nesse sentido, compreendemos porque os governadores da capitania de Moçambique e Rios de Sena estavam tão preocupados em justificar para a Coroa porque fizeram determinadas mudanças no fardamento das tropas. De acordo com o *Alvará* de 1764, as fardas do exército seriam da cor azul e as da marinha na cor verde. Para a África Oriental Portuguesa, só encontramos registro de pedido de tecido azul após a década de 1780.²⁴ Antes disso, quando constava alguma referência à tonalidade dos panos, existia a indicação da cor verde²⁵ para a elaboração das casacas.²⁶ Baseados nos casos pontuados acima, depreendemos que, embora na segunda metade do século XVIII pudesse existir a tentativa de uma padronização dos uniformes dos militares, era preciso ter em consideração outros fatores para a confecção e uso das fardas, como os aspetos econômicos (preços dos tecidos e aviamentos, a existência de alfaiates etc.), aspectos relativos à dinâmica administrativa do próprio Império Português (como a chegada dos navios vindos do reino com o fardamento), além da logística de pensar conveniência dos tecidos em relação às especificidades climáticas de cada território. A documentação consultada não permite um cálculo exato sobre a quantidade de peças de vestuário a serem entregues aos militares sediados na capitania de Moçambique e Rios de Sena. Todavia, pode-se considerar que o seu enxoval era composto de *uma peça de casaca, uma de vestia, um chapéu, duas camisas, duas gravatas, dois pares de meias, e dois pares de sapatos*.²⁷ No documento que o governador-geral João Pereira da Silva Barba encaminhou para o reino em 1764, já mencionado neste artigo, constava a informação do pedido de 420 fardas inteiras (compostas pelos itens e quantidades acima identificados) para o Regimento da ilha de Moçambique.²⁸ De acordo com o Mapa do Regimento de Moçambique, datado daquele mesmo ano, havia um total de 426 indivíduos (entre capitães, tenentes, alferes, sargentos, tambores e soldados).²⁹ Ou seja, temos, aproximadamente, um conjunto de *farda inteira* para cada militar.

²³ De acordo com o *Alvará* de 1764, haveria um exemplar deste livro, com todas as informações sobre as fardas junto com o rei, outro exemplar no Arsenal Real (em Lisboa), mais dois nos Armazéns Provinciais (em Estremoz e no Porto), e outros exemplares nas mãos dos respetivos coronéis (uma cópia autenticada).

²⁴ AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 8. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Antonio Manuel de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro*, de 14 de Agosto de 1786.

²⁵ AHU, Moçambique, cx. 17, doc. 47. *Recibo das fardas e material de guerra entregues a José Quaresma, com destino a Moçambique*, de 14 de março de 1760; AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 64. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena João Pereira da Silva Barba para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, de 13 de Agosto de 1764.

²⁶ Curiosamente, o Tenente-coronel da Praça de Moçambique, Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, que estava incumbido de levar para a África Oriental a reforma do exército empreendida pelo Conde de Lippe (a partir de 1763), pede, no ano de 1779, fardamento de pano verde. Ver: AHU, Moçambique, cx. 32, doc. 91. *Carta do tenente-coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, sobre os aspectos militares*, de 26 de Agosto de 1779.

²⁷ AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 64. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena João Pereira da Silva Barba para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, de 13 de Agosto de 1764.

²⁸ Idem.

²⁹ AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 65. *Carta do Comandante do Regimento de Moçambique Francisco Ambrósio Roncalli para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, de 24 de Agosto de 1764.

De certa maneira, foram vários os fatores que concorriam para que as fardas estivessem *rotas e esfarrapadas*. Conforme já assinalamos, a capitania chegou a ficar até 6 anos³⁰ sem a chegada de navios com carregamentos de fardas. O uso de determinados tipos de tecidos com pouca durabilidade, como o zuarte, também contribuíram para essa situação. Ao mesmo tempo, deve-se levar em conta o próprio desgaste que a ação do clima provocava nos uniformes, estando os soldados abaixo de sol ou de chuva. Possivelmente tudo isso concorreu para a fragilidade das roupas e desencadeou algum tipo de consequência no dia a dia daqueles que atuavam na defesa da capitania de Moçambique e Rios de Sena.

Um outro aspeto diretamente relacionado às questões que estamos discutindo é pensar a importância da farda no cotidiano militar. O *Alvará* de 1764 assinala que, para a *conservação e decência* das tropas os fardamentos delas se achem prontos nos seus devidos tempo; de sorte que não falem, às mesmas Tropas nem a comodidade nem o asseio, que constituem uma tão importante parte da Disciplina Militar (Alvará de 1764, 1789: 317). Ou seja, além de vestir (proteger o corpo), a farda tinha múltiplas finalidades no cotidiano militar, todas entrelaçadas. Ela diferenciava aqueles pertencentes à instituição militar do restante da sociedade, solidificando o espírito de corpo, de pertencimento. No campo de batalha, por exemplo, distinguia as tropas de um exército e os seus inimigos. Portanto, de uma maneira geral, pode-se dizer que eram um *senal externo* (Coelho, 2009: 10) que auxiliava na organização e na disciplina da estrutura militar e, junto com outros elementos, possibilitaria atingir melhor eficácia e desempenho.³¹

Concomitantemente, a farda, assim como as armas e outros equipamentos, contribuíram para um processo que Sérgio A. V. Coelho chamou de *modelagem do corpo, de gestos e de atitude* (Coelho, 2009: 14), importante na formação do militar e na criação de códigos de comportamentos.³² Rui Bebiano fala de um movimento de *metamorfose, de sujeição absoluta do indivíduo, do seu corpo*, para transformar um homem em soldado; uma ação que estaria em pleno desenvolvimento no século XVIII, em que o militar deveria estar disponível ao serviço das estruturas de comando da sociedade e do Estado, de uma maneira coesa e uniforme (Bebiano, 2004: 145-147).

Nesse quadro de sujeição, as transformações também passavam pelos cuidados com o aspecto e o asseio do corpo.³³ Para atingir esses objetivos, todos os detalhes eram importantes, como ter pentes para cuidados dos cabelos dos soldados. O *Alvará* de 1764, além de fazer menção ao vestuário, chapéus, sapatos, meias e gravatas, também determinou que cada militar deveria receber um *pente de madeira, que vulgarmente se chama Tartaruga do Além-Tejo*, com a especificação de formato de cinco oitavos de palmo de comprimento e três oitavos de palmo de largo, o qual tinha uma dupla finalidade: *de uma parte para limpar a cabeça, e de outra parte para concertar o cabelo* (Alvará de 1764, 1789: 321). Ou seja, denota uma preocupação tanto em termos de higiene quanto de estética.

Os cuidados com a higiene e com a apresentação dos militares já haviam sido alvo de atenção e reflexão em décadas anteriores. Bento Gomes Coelho, na obra *Milicia pratica e manejo de infantaria*, publicada em 1740, anotou a diretriz de que o sargento-mor *cuidará da*

³⁰ AHU, Moçambique, cx. 20, doc. 41. *Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 16 de agosto de 1761.

³¹ Em 1787, no *Tratado de tática dirigida a instruir os oficiais novos e cadetes*, Luiz de Oliveira da Costa Almeida Osório escreveu que *uniformidade é o princípio e causa de todos os efeitos militares, e que quem vê a tropa vestida regularmente faz logo um alto conceito da sua disciplina* (Apud: Bebiano, 2004: 150).

³² Ainda segundo Coelho, o *objetivo fulcral da uniformização deixa de ser unicamente o reconhecimento das tropas no terreno e passa a ter um papel formativo no desempenho e na combatividade das unidades militares*. Sobre o processo de modelagem de gesto e atitude, Coelho argumenta que *a postura a que obriga o uniforme revela o trabalho individual do corpo e simultaneamente a aquisição de princípios de rigor e de sentimento coletivo* (Coelho, 2009: 14).

³³ Conforme publicação do Séc. XVIII, o soldado deveria mostrar-se *amável pela limpeza da sua farda, camisa e gravata lavadas, chapéu empilhado, barba feita, cabelos penteados, sapatos engraxados* (Coelho, 1740: 17, Apud Bebiano, 2004: 147).

limpeza dos Soldados, para que andem lavados, e penteados todos os dias; porque o homem aseado mostra, que cuida honradamente de si, do mesmo modo eles não devem trazer as barbas muito crescidas, principalmente nas occasioens dos actos de mostra, em que devem apparecer com assejo, e com boa compostura (Apud Oliveira, 2016: 417).

Em 1779, o Tenente-coronel da Praça de Moçambique, Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, responsável por reorganizar e disciplinar o regimento da capitania de acordo com as orientações do Conde de Lippe, escreveu como deveria ser o ritual diário a ser executado dentro das instalações militares situadas na África Oriental Portuguesa: *Todos os dias ao toque da alvorada, os oficiais e oficiais inferiores, que estiverem comandando as suas companhias, farão alevantar os seus soldados, e faze-los vestir, lavar, levantar as camas e arrumá-las, pentear os cabelos [...]*³⁴. Nesse sentido, a referência ao pente e aos cuidados com o cabelo indicam que todos os pormenores eram considerados nesse processo de transformar indivíduos em soldados na capitania de Moçambique e Rios de Sena. António Manoel de Melo e Castro, o governador-geral que em 1786 escreveu sobre as fardas rotas e esfarrapadas, também solicitou o envio de pentes para a capitania de Moçambique e Rios de Sena.³⁵ Assim, pelas questões discutidas nos parágrafos anteriores, talvez pudéssemos concluir que devidamente fardados e zelosos com a higiene e asseio, tecnicamente esses indivíduos teriam condições, em termos materiais, de desenvolver suas obrigações militares. Esses oficiais e soldados estariam aptos, *prontos para montar guarda*,³⁶ poderiam apresentar-se, *aparecer*,³⁷ e assim, colocar em prática o que dizia a *Instrução* de 1761, *garantir a segurança contra os de fora e a tranquilidade pública* dos habitantes da capitania de Moçambique e Rios de Sena.

2. Equipamentos, armas e munições

Um capítulo importante da vida militar dizia respeito às armas, munições e demais equipamentos. Queixas sobre a falta e a precariedade desses elementos proliferavam na documentação administrativa. A seguir, destacamos alguns documentos com essas reclamações encaminhadas internamente à capitania. Ou seja, paralelamente à correspondência enviada ao reino, havia também cartas de autoridades locais instaladas na África Oriental endereçadas ao governador-geral, tratando das necessidades materiais dos militares sob suas responsabilidades. Em certo sentido, temos uma espécie de cadeia de reclamações e queixas, iniciadas nessas autoridades locais (situadas em diferentes pontos da capitania), depois dirigidas ao governador-geral e, por fim, conduzidas à Coroa.³⁸

No início da década de 1790, nesse processo de queixas internas, o governador de Inhambane³⁹, António José de Vasconcelos e Sá, escreveu para o governador-geral dando alguns

³⁴ AHU, Moçambique, cx. 34, doc. 38. *Carta do Tenente-Coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, sobre os aspectos militares, s/d [1779]*.

³⁵ AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 08. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Antonio Manuel de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, de 14 de agosto de 1786*.

³⁶ AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 08. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Antonio Manuel de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, de 14 de agosto de 1786*.

³⁷ O capitão-mor de Inhambane escreveu que, *por não ter o que vestir por falta de fardamento*, a infantaria estava incapaz de *aparecer*. AHU, Moçambique, cx. 23, doc. 41. *Carta do capitão-mor de Inhambane António Correia Monteiro de Matos para o governador e capitão-general de Moçambique*, de 11 de Maio de 1763.

³⁸ Segundo Fátima Gouvêa, em relação à administração do Império português, havia uma *cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, dinamizando ainda mais a progressiva ampliação dos interesses metropolitanos, ao mesmo tempo em que estabelecia vínculos estratégicos com os vassallos no ultramar* (Gouvêa, 2001: 288).

³⁹ Segundo Malyn Newitt, foi na década de 1720 que Portugal instituiu um assentamento de caráter permanente em Inhambane, situado em uma região litorânea, abaixo de Sofala. Ainda segundo o autor, era uma localidade estratégica para a constituição do monopólio comercial português, na medida em que era ponto de escoamento de produtos vindos do interior e tinha um porto (Newitt, 1997: 153).

relatos sobre as dificuldades enfrentadas pelos militares que atuavam naquele território, especialmente a falta de *munições e efeitos de guerra*, e a informação de que os poucos itens que existiam eram considerados *desnecessários por estarem totalmente incapazes*. Vasconcelos e Sá explicou que, se fosse *preciso para a decisão de alguma guerra*, os armamentos existentes, *não mais de 40 armas*, não seriam suficientes para *dar fogo em um conflito*. Inhambane também se encontrava desprovida de fardas, fato que o governador subalterno informava ao seu superior.⁴⁰

Em ofício de 1791 também remetido para a capital, o governador de Inhambane voltou a reclamar, abordando sobre a falta de *panos para as fardas* e detalhando mais alguns pontos sobre os armamentos. Antônio José de Vasconcelos e Sá escreveu que muitas das armas necessitavam de reparos e que ele tinha notícias de existir, na ilha de Moçambique, um soldado da Companhia de Artilharia, que seria capaz de fazer esses consertos e solicitava a sua vinda para *fazer os ditos [reparos] que são bem precisos para a defesa de algum insulto que queiram praticar os cafres deste sertão*. Por fim, pedia o envio de *algumas patronas e boldrires*, porque as que existiam em Inhambane não eram capazes de funcionar.⁴¹

Para entendemos qual o contingente de militares da tropa regular que precisaria ser socorrido em Inhambane, o mapa do ano de 1796 nos dá, aproximadamente, uma ideia do número de homens que necessitavam de armas e fardas naquela década. De acordo com esse documento, na Infantaria existiam três oficiais superiores, quatro oficiais inferiores e 31 soldados, totalizando 38 pessoas. Já no Corpo de Artilharia, foram contabilizados três oficiais e oito soldados, totalizando onze indivíduos.⁴²

Pela documentação pode-se inferir que a precariedade material vivida pelas forças militares instaladas em Inhambane não era recente. Em carta de 1763, o capitão-mor da época indicava que os problemas enfrentados naquele território eram variados. Ele dizia que a Infantaria estava *incapacitada de aparecer, por não ter que o vestir por falta de fardamento*. A fortificação existente precisava de reparos pois encontrava-se *podre e incapaz*. Ele chamava atenção para a situação dos baluartes, que *indicavam princípio de ruína* e colocavam em risco *qualquer soldado que estivesse nela de sentinela*. Por esta razão, o capitão-mor informou ao governador-geral que havia mandado desmanchar e fazer uma nova construção, necessitando assim de recursos para pagar as despesas feitas.⁴³ Essas duas correspondências (de 1791 e de 1763) indicam que as dificuldades experimentadas pelos militares em Inhambane poderiam atravessar décadas.

Assim como as fardas eram importantes no processo de constituição do soldado, o emprego de determinadas armas também colaborava com o mecanismo de identificação e de reforço de hierarquias internas ao corpo das forças militares. Era o caso, no decorrer do século XVIII, do uso dos *espontões* pelos oficiais superiores, ou aqueles pertencentes ao Estado Maior (Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente, Alferes), e das *alabardas* pelos sargentos (uma forma geral de fazer referência aos indivíduos integrantes do grupo dos oficiais inferiores, constituídos pelos sargentos, furriéis e cabos) (Oliveira, 2016: 14).

⁴⁰ AHU, Moçambique, cx. 62, doc. 46. *Carta do governador de Inhambane Antônio José de Vasconcelos e Sá para o Governador-geral de Moçambique Antônio Manuel de Melo e Castro*, de 30 de Junho de 1791.

⁴¹ AHU, Moçambique, cx. 62, doc. 51. *Carta do governador de Inhambane Antônio José de Vasconcelos e Sá para o Governador-geral de Moçambique Antônio Manuel de Melo e Castro*, de 1 de Julho de 1791.

No século XVIII, a patrona foi descrita como *cartucheira*, em que os soldados levam a pólvora encartuchada; vai num cinto diante da cintura, ou a *tiracolo* (Silva, 1789, vol 2: 412) e o boldrié como uma *cinta de couro*, com uma peça de que se suspende a espada (Silva, 1789, vol 1: 288).

⁴² AHU, Moçambique, cx. 73, doc. 9. *Mapa da tropa que garante o Presídio da Capitania de Inhambane, de que é capitão Luis José da Costa Pereira*, 1 de agosto de 1796.

⁴³ AHU, Moçambique, cx. 23, doc. 41. *Carta do Capitão-mor de Inhambane Antônio Correia Monteiro de Matos para o Governador-geral de Moçambique*, de 11 de Maio de 1763.

Tanto os espontões quanto as alabardas eram armas de haste que estavam em uso no século XVIII e no início do século XIX. A primeira delas também era chamada de meia-lança (*spontonn* ou *half pike*), era uma *lança curta com cruzeta que resultou da evolução do pique*. Já a alabarda, que era para os sargentos, também era conhecida como sargentina (*sergeant's halberd*), feita de uma lâmina leve e simbólica, mas com ponta geralmente funcional, como a do espontão (Costa, 2015: 23 e 57).⁴⁴

O armamento e as insígnias também eram um sinal exterior para a construção do processo de pertencimento, de diferenciação entre os militares e os paisanos. Porém, ao mesmo tempo que esses elementos buscavam criar um espírito de corpo e de coletividade, eles igualmente corroboravam o caráter hierárquico da instituição, reforçando os diferentes níveis de comando e de obediência. Nesse sentido, compreende-se o detalhamento de um pedido de armamento para a tropa da ilha de Moçambique, feito no ano de 1764, no qual constava a necessidade de *12 espontões para oficiais e 24 alabardas para sargentos*.⁴⁵

Em relação às armas, munições e acessórios, além das quantidades, outros dois pontos também eram considerados importantes e exigiam a atenção dos oficiais superiores e dos governadores da capitania de Moçambique e Rios de Sena. Eles diziam respeito às estruturas necessárias para a guarda e a manutenção desses equipamentos.

Pedro Saldanha de Albuquerque, em carta de 1758, escreveu que naquela data o Armazém da Pólvora instalado na ilha de Moçambique encontrava-se reformado por iniciativa do seu antecessor. Era uma obra que considerou *utilíssima*, visto o anterior armazém ter *cobertura de palha*,⁴⁶ o que poderia provocar umidade e tornar a pólvora imprestável.

A pólvora, basicamente composta pela mistura de enxofre, salitre e carvão, era armazenada e transportada em barris. De acordo com a bibliografia sobre a tema, a *pólvora começou a ser usada para fins bélicos no ocidente a partir do século XIV, mas sua importância real só se firmou mais tarde, no século XVI*. Em um período de conquista e ocupação das novas terras pelos europeus, a pólvora ganhou cada vez mais relevância (Piva et al., 2008: 390). Assim, ocupando um lugar de destaque na vida militar, os conhecimentos sobre a pólvora foram objeto de reflexões.

Jose Fernandes Pinto Alpoim, engenheiro militar, professor da Aula do Terço de Artilharia no Rio de Janeiro, escreveu dois importantes trabalhos na primeira metade do século XVIII (*Exame de Artilheiros*, publicado em Lisboa em 1744, e o *Exame de Bombeiros*, publicado em Madrid no ano de 1748), que, entre outros temas, tratavam sobre o fabrico e uso da pólvora. Teresa Piva e Carlos Filgueiras, ao estudarem as contribuições deste engenheiro militar, sistematizam qual era a compreensão da época no que dizia respeito aos fatores climáticos que interferiam no processo de deterioração da pólvora:

Alpoim acautela o leitor a respeito de dois inimigos da pólvora, o excesso de umidade e seu oposto, a secura extrema. No primeiro caso, se a pólvora for armazenada em local úmido, o carvão absorve a umidade e com isso o salitre se dissolve, fazendo com que se rompa a unidade dos dois com o enxofre, originando então o que ele denomina um tártaro viscoso. Por outro lado, se a pólvora for armazenada por muito tempo em local muito seco ou ao ar livre, o carvão acaba por desprender-se da composição, separando-se como um pó fino, tornando a pólvora menos ativa (Piva et al., 2008: 934-935).

⁴⁴ Bento Gomes Coelho, na obra *Milícia pratica e manejo de infantaria*, publicada em 1740, no capítulo em que descreve a obrigação que o Sargento de infantaria tem na Companhia, indicou que a sua arma he huma alabarda, e lhe serve esta de insignia, que continuamente a deve trazer de dia e de noite (Apud Oliveira, 2016: 446).

⁴⁵ AHU, Moçambique, cx. 24, doc. 64. Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena João Pereira da Silva Barba para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 13 de Agosto de 1764.

⁴⁶ AHU, Moçambique, cx. 15, doc. 63. Carta do governador e capitão general de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Tomás Joaquim da Costa Corte Real, de 30 de dezembro de 1758.

O fato do Armazém de Pólvora da ilha de Moçambique não estar mais com uma cobertura de palha era importante para a conservação dos materiais. Todavia, isso não impediu que outras queixas quanto à umidade da pólvora aparecessem na documentação.⁴⁷ Os fatores ambientais e climáticos também interferiam em outros equipamentos bélicos, como as armas. Em 1779, o Tenente-coronel da Praça de Moçambique, Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, informava ao reino que as armas se encontravam *cheias de ferrugem e quebradas*.⁴⁸ Possivelmente, o processo de oxidação era decorrente do acondicionamento das armas, e demais equipamentos, em locais inapropriados.

Por causa desta situação geral, na correspondência enviada para o reino, assim como aquela que circulava internamente da capitania, também observamos a constante necessidade de ferramentas para recuperar armas, munições e acessórios, e de mão-de-obra adequada para fazer tais consertos. O próprio Tenente-coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, quando escreveu pedindo mais *petrechos de guerra*, também solicitava *instrumentos de serralheria e carpintaria*.⁴⁹ Uma década antes, o governador-geral Baltazar Pereira do Lago destacou que eram necessários recrutas para a Praça de Moçambique com diferentes habilidades, *fosse pedreiro e carpinteiro, serralheiro, ferreiro, fabricantes de telha e tijolo, cabouqueiros*⁵⁰, *ourives, e mais oficiais mecânicos*,⁵¹ mesmo que tivessem sido sentenciados a degredo. Na década de 1780, a guarnição de Inhambane manifesta-se pesarosa, por causa da enfermidade de *Manuel serralheiro*, descrito como um *oficial tão necessário e indispensável naquela Praça para o conserto das armas*.⁵²

O que se depreende destas indicações é que eram necessários instrumentos e mão-de-obra apropriados para a conservação e reparos dos equipamentos existentes na capitania de Moçambique e Rios de Sena. Sérgio A. Veludo Coelho em um estudo sobre os Arsenais Reais de Lisboa e do Porto, responsáveis por enviar os materiais para o dia a dia das tropas (uniformes, armas e qualquer outro tipo de equipamento militar), identificou que, em 1802, entre as 18 oficinas existentes no Arsenal Real do Exército, estavam aquelas integradas por espingardeiros, ferreiros, serralheiros e carpinteiros, sendo a maior parte delas dedicadas à fabricação de armas e acabamentos de artilharia (Coelho, 2009: 416). Nesse sentido, podemos compreender porque aquela *qualidade de homens era extremamente necessária*⁵³ para a África Oriental.

3. Alimentação e condições de saúde

Outros dois aspetos da vida dos oficiais e dos soldados da capitania de Moçambique e Rios de Sena, diz respeito à alimentação e condições de saúde, temas bastante interligados.

Em agosto de 1756, o governador-geral Francisco de Melo de Castro escreveu para o reino tratando de vários assuntos. Sobre a vida militar, começou queixando-se do limitado número de soldados. Para ele, parte daquela situação devia-se à dificuldade de recrutamento de homens. O governador considerava também que o cotidiano daqueles indivíduos não era fácil, pois experimentavam *faltas de comer e de vestir* e que *a fome era o maior*

⁴⁷ AHU, Moçambique, cx. 32, doc. 91. *Carta do tenente-coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, sobre os aspectos militares*, de 26 de Agosto de 1779.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Cabouqueiros: *que abre caboucos; cavador, individuo que trabalha em minas ou pedreiras* (Silva, 1789, vol. 1: 367).

⁵¹ AHU, Moçambique, cx. 29, doc. 55. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Baltazar Pereira do Lago para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 12 de Agosto de 1769.

⁵² AHU, Moçambique, cx. 56, doc. 70. *Representação dos oficiais, oficiais inferiores e soldados da Guarnição da Praça de Inhambane para o Governador-geral*, [ant. de 22 de Dezembro de 1788].

⁵³ AHU, Moçambique, cx. 29, doc. 55. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Baltazar Pereira do Lago para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 12 de Agosto de 1769.

verdugo que tinham os pobres soldados. Para tentar sanar essa situação, o governador pedia que o Rei, *por sua real grandeza e piedade*, aumentasse o soldo dos militares, pensando na *conservação e asseio pessoal* destes.⁵⁴

Dois anos depois, outro governador-geral nos deu pistas sobre as carências alimentares dos habitantes da ilha de Moçambique, independentemente de serem militares ou paisanos. Pedro Saldanha de Albuquerque escreveu sobre a *esterilidade* da ilha. Dizia que, em termos de subsistência, era preciso a vinda de *socorro de tudo*. O que remediava um pouco a situação era a entrada de produtos como *arroz, legumes, vacas, cabras, cocos e outros víveres*, que chegavam anualmente por algumas embarcações.⁵⁵

O termo *esterilidade* também foi empregado pelo governador-geral Baltazar Pereira do Lago, no ano de 1773. Em um episódio conturbado, de ancoragem de uma embarcação que estava a caminho de Goa, com 13 soldados mortos e mais 120 soldados doentes que precisavam ser socorridos, o governador se irritou com o comandante do navio que não entendia a situação de precariedade em que se encontrava a ilha de Moçambique. Pereira do Lago escreveu que vivia *na condição de 5 anos de esterilidade e de não ter uma galinha para o próprio alimento em necessária dieta*, não sendo possível acudir tantos doentes trazidos pela nau Claridade. O governador utilizou da ironia para relatar o episódio para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, escrevendo que, para obter as galinhas para alimentar os integrantes da embarcação, precisaria que *lhas fizesse chover do céu, como as codornizes aos Israelitas*,⁵⁶ referindo-se a episódio do Antigo Testamento. Sarcasmos à parte, este acontecimento indica algumas dificuldades que a população enfrentava na capitania de Moçambique e Rios de Sena, na segunda metade do século XVIII. Nos exemplos apresentados anteriormente, a ideia de *esterilidade* apontada pelos diferentes governadores delineava um quadro de pobreza e de escassez de alimentos. Acima de tudo, ponderemos o impacto que causava a chegada de embarcações na ilha de Moçambique, com o desembarque de homens que precisavam de alimento e de água, e muitos deles em mau estado de saúde.

Em memória escrita em 1768 por Ignácio Caetano Xavier, secretário de governo da capitania de Moçambique e Rios de Sena, encontramos um cenário alimentar relativamente variado, embora o autor não tratasse ali da quantidade disponível desses produtos. Segundo Xavier, aqueles que viviam na África Oriental tinham acesso a alguns alimentos: as frutas em geral, como *mangas, goiabas, ananases, cocos, laranjas doces e azedas, limões, jambos de Malaca, e toda fruta que há na Índia, exceto jacas, que esta terra não produz; milho e legumes, galinhas, cabras, caça, inhames, frutos agrestes e outros víveres* encontrados nas ilhas do Cabo Delgado e ilha de Moçambique; semeava-se *arroz* de Angoche até Quelimane; havia grande quantidade de *carnes e pescados* em Sofala; ele salientava o baixo preço das frutas em Inhambane, da mesma maneira que das *vacas, cabras, carneiros, galinhas e peixe*; nessa mesma localidade também era produzido óleo, utilizado para diferentes fins, como para iluminação e práticas medicinais, além de mel e cera; em Quelimane encontrava-se, além daqueles produtos achados em outros pontos, trigo e olanga, *que é farinha, como mandioca*; ali também se produzia *muita nipa (que é vinho estilado [sic] da sura dos coqueiros) dos palmares, que tem, e também vinagre da mesma sura e sumo de canas* (Xavier, 1955: 149, 151, 154, 156 e 160). Diante deste quadro tão farto de alimentos em

⁵⁴ AHU, Moçambique, cx. 12, doc. 28. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Francisco de Melo de Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 10 de Agosto de 1756.

⁵⁵ AHU, Moçambique, cx. 15, doc. 44. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Pedro Saldanha de Albuquerque para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 27 de dezembro de 1758.

⁵⁶ AHU, Moçambique, cx. 30, doc. 93. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Baltazar Pereira do Lago para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 20 de Agosto de 1773.

toda a capitania, o cenário de *esterilidade* da ilha de Moçambique apresentado por Pereira do Lago poderia não ser 100 % verosímil.

Porém, toda essa possível fartura de produtos pouco valeria se, por acaso, os militares tivessem dificuldades para adquirir os seus alimentos. De acordo com o Tenente-coronel da Praça de Moçambique, Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, a dinâmica de alimentação de cada companhia instalada no quartel funcionaria da seguinte maneira: um oficial nomeava um *rancheiro* para sair e *comprar os mantimentos para o rancho*, sendo que cada soldado deveria dar *meio soldo de cada dia* para esta compra; a cada cinco dias era feita uma espécie de prestação de contas aos soldados, sobre o que foi adquirido com os seus soldos; os comandantes das companhias eram os responsáveis por esse gerenciamento e por elaborar uma lista dos alimentos a serem consumidos diariamente; por fim, havia a recomendação de que o almoço estivesse pronto as 11:30 horas e o jantar servido as 18:00 horas.⁵⁷ Nessa circunstância, em que o próprio soldado era quem subsidiava a compra dos seus alimentos, retomamos as diretrizes enviadas ao governo da capitania de Moçambique e Rios de Sena, pela *Instrução* de 1761. Como já indicamos, o governador deveria ficar atento ao pagamento dos soldos dos militares, *de que depende a subsistência das tropas*. Ainda segundo a *Instrução*, era preciso cuidar do abastecimento dos alimentos, particularmente de arroz, considerado o *pão de munição daquelas terras*.⁵⁸ Ou seja, os atrasos no pagamento dos soldos tinham implicações diretas na satisfação das necessidades fisiológicas (energéticas e nutricionais) dos militares, particularmente dos soldados.

Um dos efeitos da fome, ou também da má nutrição, era o desencadeamento de alterações no estado de saúde de um indivíduo. Nesse quesito, a documentação administrativa encontra-se repleta de queixas sobre as poucas possibilidades, sobretudo a falta de qualidade de socorro aos militares doentes. Em 1758, o cirurgião-mor José Alvares, a pedido do governador-geral, escreveu uma espécie de parecer sobre os serviços hospitalares que os religiosos da Ordem de São João de Deus prestavam aos militares internados no Real Hospital da Ilha de Moçambique.⁵⁹ Em relação à alimentação dos soldados enfermos, escreveu sobre a debilidade desta: *não consta senão de arroz, peixe, mucate, galinha e algumas vezes pão*. E ainda acrescentou que a má conservação e manipulação dos alimentos, sintetizadas pelo uso da expressão *trato pernicioso*, resultavam na morte dos indivíduos por diarreias e indigestões. O cirurgião-mor concluiu seu parecer de maneira dramática: *pois é raro o soldado vindo novo do reino que vá duas vezes ao hospital e que não venha na terra a paracer*.⁶⁰ Ainda na década de 1750, mais especificamente no ano de 1753, o governador-geral Francisco de Melo e Castro, pensando na *comodidade e conservação dos vassallos* de Sua Majestade e, particularmente no cuidado da saúde dos soldados, escreveu para o reino dando algumas informações sobre a situação geral do hospital da ilha de Moçambique. Na introdução da correspondência descreveu um pouco as instalações físicas: *a enfermaria é muito úmida, ainda na força do verão*, era escura e acomodava entre 50 até 60 doentes. Na seqüência, teceu crítica aos responsáveis por atender os enfermos, os religiosos da Ordem de São João de Deus, alegando que *a primeira coisa que falta naqueles seus filhos é a caridade, [...] porque*

⁵⁷ AHU, Moçambique, cx. 34, doc. 38. *Carta do Tenente-Coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, sobre os aspectos militares*, s/d [1779].

⁵⁸ AHU, Moçambique, cx. 19, doc. 63-A. *Cópia da Instrução dada a Calisto Rangel Pereira de Sá, que vai por governador e capitão general da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala*, de 7 de maio de 1761.

⁵⁹ De acordo com Eugénia Rodrigues, *as referências ao Real Hospital de Moçambique remontam ao início do século XVI*. Conforme suas pesquisas, *ao longo da sua história, o Real Hospital da Ilha de Moçambique passou a ser referenciado quer por Hospital de S. João de Deus, quer por Real Hospital, quer, a partir da década de 90 (séc. XVIII), por Hospital Real Militar ou Hospital Real Militar e Civil* (Rodrigues, 2011: 17-18).

⁶⁰ AHU, Moçambique, cx. 15, doc. 32. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Pedro Saldanha de Albuquerque para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 15 de Dezembro de 1758. Ao longo do século XVIII havia uma disputa pelo poder e pelo controle dos doentes e dos recursos financeiros que envolviam a administração do hospital.

não só a comodidade aos enfermos é má, mas também a assistência, e todo aquele preparo e enxoval. Nesse misto de comentários sobre as condições materiais e o aparato humano do hospital, o governador sintetiza suas críticas comparando as camas dos enfermos à *Quitanda do Cairo*, com esteiras no chão que fazem as vezes dos colchões, e sugerindo ser o hospital um local de confusões como as feiras comerciais. Para alterar essa situação, Francisco de Melo e Castro propôs a construção de um outro hospital, que pudesse alojar de 250 a 300 doentes. Além disso, escreveu que a administração da instituição deveria correr por conta dos religiosos da Companhia de Jesus.⁶¹

A maior parte da documentação administrativa traz reclamações sobre o hospital da ilha de Moçambique, mas a situação também era complicada para os militares instalados em outras partes da capitania, como na região de Rios de Sena. Em 1780, Antonio José de Oliveira, o cirurgião-mor responsável pela Guarnição da tropa regular instalada na vila de Tete, informou que na fortaleza situada naquela vila, ou em outra *casa própria*, não havia condições adequadas para o tratamento dos enfermos. Uma sala utilizada como enfermaria foi apresentada como parecendo mais um *horroroso cárcere para castigos dos facinorosos réus, do que lugar próprio para alívio e curativo de doentes soldados que servem à Sua Majestade*.⁶² Podemos considerar que as escolhas das palavras para a descrição do espaço tiveram por objetivo causar algum tipo de impacto e chamar atenção para as necessidades enfrentadas pelos militares. Da mesma forma, nota-se o emprego de um argumento que procurava sensibilizar seus superiores. O cirurgião-mor não deixa de informar que se tratavam de indivíduos que estavam naquela situação a serviço da Coroa.

Um outro exemplo desse tipo de dificuldades em outras regiões da capitania de Moçambique e Rios de Sena vem de Inhambane. Na década de 1780, uma representação dos oficiais superiores, oficiais inferiores e soldados da Praça de Inhambane apresentava ao governador-geral o pedido de uma licença para buscarem tratamento no hospital da ilha, em razão da *total falta que experimentam no preciso e pronto curativo quando se acham enfermos*. Eles explicavam que, por *pura necessidade*, às vezes recorriam aos *ervellarios*⁶³ na tentativa de buscar algum tipo de auxílio. Nesse documento também constava uma acusação de que os *remédios da botica* dirigidos a Inhambane eram indevidamente utilizados por outros indivíduos não militares, sendo distribuídos para *particulares e apaixonados amigos e escravos de quem governa*.⁶⁴

Na relação entre alimentação e saúde também é relevante observar a construção de representações europeias que desqualificavam a cultura alimentar local. Luís Vicente de Simoni, um médico italiano que atuou como físico-mor em Moçambique entre os anos de 1819 e 1821, escreveu o *Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique* (1821), embaçado na sua experiência na ilha e sobretudo no tratamento de militares e tripulantes das embarcações que ali estacionavam.⁶⁵

Eugénia Rodrigues, ao realizar um estudo sobre esse médico, explica que Simoni procurou compreender o contexto social das doenças e da sua cura e, para isso, *preocupou-se com os comportamentos e as condições de vida, incluindo a habitação, o vestuário, a higiene pessoal, a limpeza doméstica e a nutrição*. Concentrando-se na alimentação da população, ele exa-

⁶¹ AHU, Moçambique, cx. 9, doc. 4. *Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena Francisco de Melo e Castro para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 20 de Dezembro de 1753.

⁶² AHU, Moçambique, cx. 33, doc. 91. *Representação do cirurgião-mor de Tete Antonio José de Oliveira para o comandante*, de 8 de Junho de 1780.

⁶³ De acordo com Eugénia Rodrigues, esses *ervanários eram os adivinhos e curandeiros africanos, comumente chamados 'ngangas', independentemente da sua especialização* (Rodrigues, 2009: 249).

⁶⁴ AHU, Moçambique, cx. 56, doc. 70. *Representação dos Oficiais, Oficiais Inferiores e Soldados da Guarnição da Praça de Inhambane para o Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena*, [ant. 22 de Dezembro de 1788].

⁶⁵ BNB, Sessão de Manuscritos – *Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique*, por Luís Vicente de Simoni, 1821, cód. I-47, 23, 17.

minou os produtos consumidos naquele território e apontou os seus malefícios e benefícios para a saúde dos habitantes (Rodrigues, 2006: 621).

Um dos alimentos citados pelo médico italiano do século XIX foi justamente o *mucate*, referido pelo cirurgião-mor José Alvares como um dos alimentos disponíveis aos soldados doentes em 1758. De acordo com Rodrigues, *mucate* era a forma aportuguesada do macua *mukhate*, pão, alimento feito de farinha amassada e cozida. Simoni explica que, embora o termo *mucate* designasse qualquer tipo de pão para os macua, em Moçambique ele se referia apenas os pães que eram feitos de milho miúdo. Conforme Rodrigues, o médico italiano

avaliava o milho fino como um alimento de difícil digestão e recriminava particularmente o consumo dos duros mucates. Encarando-os como o alimento causador de maiores danos em Moçambique, porque, além de naturalmente indigestos, eram ordinariamente mal cozidos, imputava-lhes as recaídas da maior parte dos enfermos saídos do hospital com uma dieta ligeira (Rodrigues, 2006: 634).

Muitas das observações de Luís Vicente de Simoni, e nesse caso podemos estender também para os argumentos dos administradores portugueses que atuavam na capitania de Moçambique e Rios de Sena, enfatizam a *superioridade da alimentação europeia e depreciam as práticas nutricionais locais* (Rodrigues, 2006: 636). Assim, em relação ao *mucate*, por exemplo, devemos relativizar as afirmações de que não contribuía para a saúde dos indivíduos que o consumiam.

Em documento datado de outubro de 1765, podemos ter uma indicação mais precisa do que seria a dieta alimentar dos pacientes do hospital da ilha de Moçambique naquela ocasião. Ela podia variar em *galinha e pão*, *galinha e arroz*, *galinha temperada*, *peixe temperado e pão*, *atola*⁶⁶, *peixe frito e pão*, oferecidos na principal refeição. No jantar, alguns pratos poderiam ser repetidos, como *galinha e pão*, *peixe temperado e pão*, *peixe frito e pão*. Entretanto, outras opções também eram acrescentadas à refeição noturna, como a *atola de galinha* e a *açorda*.⁶⁷ Eugénia Rodrigues, em estudo sobre o discurso médico e as práticas alimentares no Hospital Real de Moçambique, explica que a partir do oitocentos procurou-se aproximar a dieta dos pacientes de Moçambique àquelas dos hospitais europeus, sobretudo quanto ao modo de confecção dos alimentos. Porém, salienta que a escolha dos produtos era fortemente condicionada pela oferta do mercado local, levando à substituição de alguns itens, como a galinha pelo peixe (Rodrigues, 2014: 619). Nesse sentido, diante da importância de alguns alimentos para a dieta dos enfermos e, paralelamente, da possível escassez destes produtos no território moçambicano, como o caso das aves, se compreende porque em 1773 o governador-geral Baltazar Pereira do Lago ficou tão irritado e usou do artifício do deboche para dizer que teria que fazer *chover do céu* galinhas para alimentar os soldados doentes chegados à ilha de Moçambique.

Considerações finais

Buscamos apresentar alguns elementos integrantes da vida militar (fardas, armamentos e equipamentos, condições de alimentação e saúde) dos indivíduos instalados na capitania de Moçambique e Rios de Sena, no decorrer da segunda metade do século XVIII. A grande quantidade de reclamações e lamentações existentes na documentação revelou, em um primeiro plano, um quadro de precariedade. Como foi discutido, as preocupações com esses

⁶⁶ Atola era um prato feito de arroz e vegetais, levemente temperado. Por vezes era completado com frango ou peixe. Ver Rodrigues, 2014: 616.

⁶⁷ AHU, Moçambique, cx. 25, doc. 84. *Relação das refeições oferecidas no Hospital de Moçambique*, de 24 de outubro de 1765.

aspectos materiais do cotidiano militar vieram de diferentes instâncias e localidades do território que compunha a capitania.

Esse conjunto de queixas também permitiu a construção de uma interpretação dos significados que estes aspectos materiais tinham para constituição de um corpo militar. Assim, procuramos apontar como a confluência de alguns elementos, tais como as fardas e as armas, e o uso de maneira disciplinada delas, poderiam transformar indivíduos em militares, homens que tinham um papel a ser desempenhado na engrenagem administrativa do Império Português.

A documentação também tornou possível perceber que, de certa forma, os aspectos materiais e o cotidiano desses militares foram condicionados pelas particularidades existentes na África Oriental Portuguesa, como as escolhas de tecido para as fardas (em razão da temperatura e do preço dos panos), a manutenção de armas e pólvora (condições climáticas para acondicionamento e a existência de mão-de-obra capaz de arrumá-las), a possibilidade de abastecimento de víveres para os soldados (estivessem eles no quartel ou no hospital) etc.

Por fim, abordar a temática da vida material das forças militares de uma capitania no contexto do Império Português é estar diante de um quadro complexo. Um cenário constituído por múltiplos elementos, como as diretrizes de organização e administração emanadas do centro do poder (Coroa portuguesa) e o acolhimento e as possibilidades de execução destas ordens por parte das autoridades locais.

Documentação manuscrita

Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal (AHU)

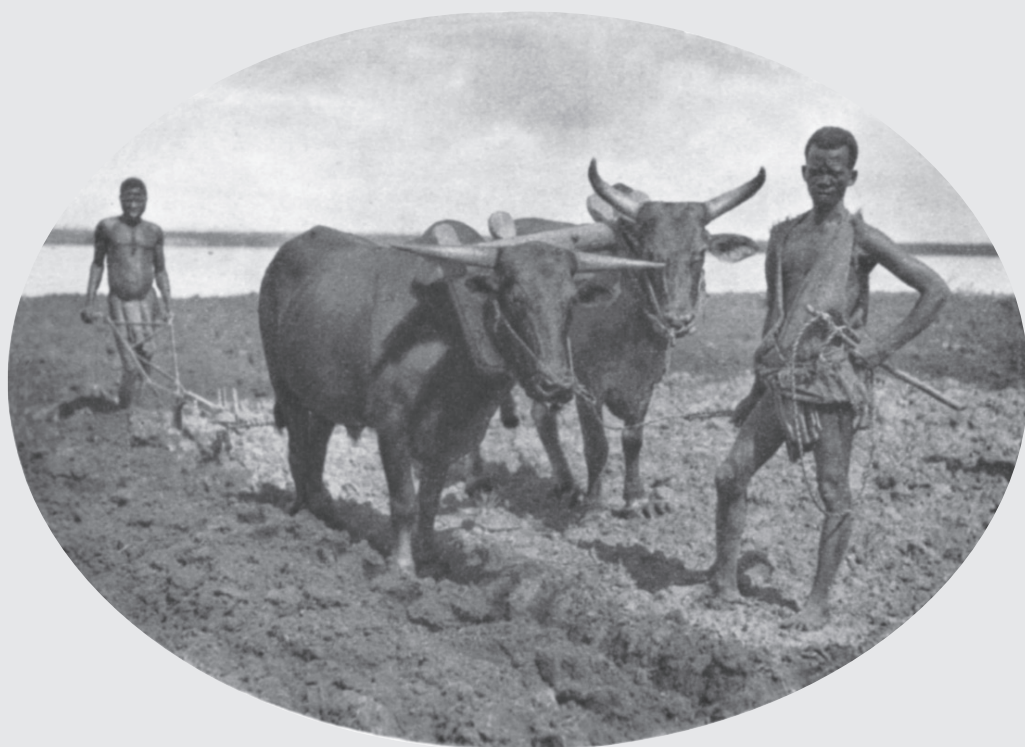
Biblioteca Nacional do Brasil, Brasil (BNB)

Referências bibliográficas

- Alvará sobre a nova forma dos fardamentos do Exército, de 24 de Março de 1764. In: *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reais, Tomo V* (1789). Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, pp. 317-324.
- Bebiano, R. (2004), A arte da guerra: estratégia e tática. In: Hespanha, António Manuel (coord.), *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Coelho, Sérgio Alexandre Soldá da Silva Veludo (2009), *Os arsenais reais de Lisboa e Porto: 1800-1814*. Tese de doutorado em História (Universidade Portucalense Infante D. Henrique). Porto.
- Costa, Antonio Luiz M. C. (2015), *Armas Brancas – Lanças, espadas, maças, flechas: como lutar sem pólvora da pré-história ao século XXI*. São Paulo: Draco.
- Costa, Manuela Pinto da (2004), *Glossário de termos têxteis e afins, Revista Ciências e Técnicas do Patrimônio*, vol. 3, pp. 137-161.
- Gouvêa, M. F. (2001), Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: Fragoso, João, Bicalho, Maria Fernanda, Gouvêa, Maria de Fátima (orgs.), *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 285-315.
- Morais, Alexandre (1991), *A moda e o traje militar no século XVII, Atas do II Colóquio de História Militar: Panorama e perspectivas atuais da História Militar em Portugal*, vol. 2, pp. 169-174.
- Newitt, Malyn (1997), *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

- Oliveira, Carlos Manuel B. M. B (2016), *Os Sargentos nas Forças Militares Portuguesas: do cotidiano nos quartéis à luta política*. Tese (Doutorado em História). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Piva, Teresa C. C e Filgueiras, Carlos A. L. (2008), *O fabrico e uso da pólvora no Brasil Colonial: o papel de Alpoim na primeira metade do século XVIII*, *Revista Quim*, no. 4, pp. 930-936.
- Rodrigues, Eugénia (2006), *Alimentação, saúde e império: o físico-mor Luís Vicente de Simoni e a nutrição dos moçambicanos*, *Arquipélago-história*, vol. 9-10, pp. 621-660.
- Rodrigues, Eugénia (2009), *'Uma celebrada negra, que se chamava Joana'. Rituais africanos e elite colonial em Quelimane no século XVIII*, *Povos e Culturas: Tradições Populares*, no. 11, pp. 231-254.
- Rodrigues, Eugénia (2011), *Moçambique e o Índico: a circulação de saberes e práticas de cura. Métiis: História & Cultura*, vol. 10, pp. 15-41.
- Rodrigues, Eugénia (2014), *Discurso médico e práticas alimentares no Hospital Real de Moçambique no início do século XIX*, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 21, pp. 609-627.
- Silva, Antonio de Moraes (1789), *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdiana, 2 v.
- Xavier, Ignácio Caetano (1955), *Notícias dos domínios portugueses na Costa da África Oriental, de 1768*. In: Andrade, António Alberto Banha de (org.), *Relações de Moçambique Setecentista*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, pp. 139-188.

Escravatura e tráfico de escravos em Moçambique





Os conceitos de escravidão na obra de José Capela: uma leitura jurídica

Margarida Seixas*

pp. 39-50

Nos textos de José Capela encontramos frequentemente – e com inovação na historiografia portuguesa – a distinção entre a escravidão europeia e a escravidão moçambicana (africana), dois conceitos e duas realidades diferentes, que partem também de conceitos de “pessoa” díspares, pois, segundo o Autor, nas línguas e no pensamento bantos, a dimensão individual e a dimensão social não se contrapõem e nem mesmo se distinguem, o que acarreta uma imagem completamente diversa de escravidão face ao conceito europeu da época moderna.

Em primeiro lugar, teremos de começar por analisar as diferentes concepções de pessoa. Nos textos de José Capela é mencionada diversas vezes a concepção ocidental, mas parece-me que se refere essencialmente à concepção iluminista-liberal, que podemos, por exemplo, encontrar nos juristas portugueses do século XIX. Assim, indicando apenas dois exemplos, entre muitos possíveis, de entre os mais relevantes autores: Manuel Borges Carneiro afirmava claramente, em 1836, que é pessoa o “*homem considerado em seus direitos*”, independentemente da idade, sexo ou condição, pelo que os escravos, como também os filhos famílias, “*são pois verdadeiras pessoas*” (Carneiro, 1836: 65); também António Coelho da Rocha escrevia: “*Todo o homem é capaz de ter direitos, e por tanto todo o homem é pessoa.*” (Rocha, 1848: 34).

Mesmo em pleno século XIX, a realidade continuava, contudo, a sobrepor-se a estas concepções. Manuel Silva Bruschy, após declaração expressa de que os escravos não eram coisas, mas pessoas, afirmava, de forma algo prosaica e conformada, quanto aos direitos (típicos) do proprietário:

“No entanto o escravo é reconhecido ainda hoje legitima propriedade do senhor, e portanto pôde este reivindicar-o, alugar-o, vendel-o, e até dal-o em penhor [...]” (Bruschy, 1868: I, I, 31).

A afirmação evidente da individualidade e dos direitos que lhe são próprios não é ainda uma construção acabada no final da Idade Média ou no início da Idade Moderna, momento em que teve início o novo tráfico e a escravização dos africanos pelos europeus – e, em primeiro lugar, pelos portugueses. Ou seja, uma vez que esta prática de escravização teve início em momento muito anterior ao do surgimento do pensamento iluminista, não podemos utilizar como sinónimos “ocidental” e “individualista/iluminista”.

Curiosamente esta concepção setecentista, herdeira de um longo caminho anterior de progressivo individualismo, foi a mesma que permitiu criticar a escravidão e defender a sua abolição e que possibilitou ainda, no século XIX e já num contexto liberal, aboli-la gradual-

* Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. margaridaseixas@fd.ulisboa.pt

mente *ope legis*. No final do século XVIII, a escravidão era, cada vez mais, uma condição inaceitável face à natureza livre de todo o ser humano, mas tolerada, entendendo-se, então, que teria de perdurar ainda por algum tempo, mesmo se defendida a sua abolição. É essa concepção individualista, mas transmutada no indivíduo apropriável por outro indivíduo, que encontramos mencionada na obra de José Capela:

“Sempre que referimos o escravo estamos a conceptualizar, em primeiro lugar, a pessoa/indivíduo, a unidade humana apropriada por outrem. Ignoramos tudo quanto possa estar para além do indivíduo reduzido a coisa, mercadoria, semovente desintegrado da família e da sociedade.” (Capela, 2016: 9).

Teria sido esta concepção individual a justificar a escravidão de modelo europeu, (embora convivendo, inicialmente, com outras instituições menos “individuais”). Porém, a concepção africana – em especial a do território moçambicano – era, na visão de Capela, muito diversa:

“Ora, no contexto africano dos povos de língua banta, o conceito de pessoa, em qualquer circunstância, incluída a do cativo, não se reduz à individualidade, à unidade. Um conjunto de autores que percorreram os sistemas de pensamento africano banto constatou a coincidência de conceitos generalizados para as categorias fundamentais da sua mundividência, nomeadamente para a de homem-pessoa, cuja expressão morfológica mantém a mesma raiz em praticamente todas as línguas bantas.” (Capela, 2016: 9).

Assim, essa diferença específica tornava-se evidente no léxico utilizado no território de Moçambique, que revelava uma concepção cosmológica e sincrética:

“Muntu não é exclusivamente o homem ou o indivíduo. Em línguas de Moçambique, Mulungu e Muzungu ou Nzungu designam Senhor e, pelo menos em uma delas, Mulungu significa Deus. Muntu abarca a pessoa mas é, cumulativamente, a força universal cósmica presente na raiz comum às designações de outras categorias como “coisa”, “lugar” ou “tempo”. Essa uniformidade é flagrante em diversas línguas bantas e claramente nas línguas mais faladas em Moçambique.” (Capela, 2016: 9).

Concluindo, esta concepção mais abrangente reflectia-se necessariamente na de escravidão e na forma como se estabeleciam as relações entre senhores e escravos, diversa do modelo europeu:

“[...] o homem de língua banta não vive de uma consciência individual em qualquer posição que se situe dentro da sociedade clânica. Sociedade e individualidade são duas dimensões da mesma realidade. [...] Ao contrário do que acontece na dialética social ocidental, no pensamento africano o conjunto Senhor-Escravo não é estrutural. Como em todas as ocasiões, a vida da pessoa nunca é uma realização individual. É sempre uma realização colectiva. O que tem reflexos directos em todos os casos de cativo e de escravidão.” (Capela, 2016: 10).

É esta diferente concepção de pessoa que alicerça também duas concepções de escravidão, como já resulta do final deste trecho. Em África – ou, melhor, em alguns territórios do continente africano – a escravidão anterior à “intromissão” europeia tinha uma natureza doméstica, embora, como José Capela, seja importante realçar a diversidade:

“A diversidade de etnias na Zambézia não permite referir os cativos aí existentes de forma unívoca. Há que atender ao facto da matrilinearidade prevalecer ao norte do Zambeze e a patrilinearidade ao sul; às interferências entre as formações sociais de ambas as zonas; às transformações que se foram operando nomeadamente as provocadas por incursões de povos estranhos.” (Capela, 1995: 189-190).

O que retiramos também da obra de Capela é que mesmo essa escravidão africana/moçambicana apresentava uma configuração bastante heterogênea:

“Os escravos nem correspondiam à categoria ocidental de escravatura nem estavam sujeitos a um estatuto homogêneo. Por exemplo, os descendentes de escravos, nascidos em família livre de que dependiam, não eram passíveis nem de morte nem de venda por parte dos senhores, outros, produto de captura nas guerras eram transaccionáveis mas a sua descendência já estava isenta dessa sujeição.” (Capela, 1978: 57-58).

Ainda assim, mesmo tendo em conta as especificidades dos distintos territórios e grupos populacionais, apesar das diferenças existentes, parece possível afirmar que, em geral, esta escravidão africana era tendencialmente propícia à integração dos escravos no novo clã que os recebia:

“Ora, o que é frequentemente chamado de escravatura doméstica, isto é, os cativos feitos tais, por captura, entrega pessoal, herança clânica, etc., se se achavam em estado de servidão, mais do que apropriados eram integrados em famílias ou grupos sociais ao abrigo de um estatuto que lhes permitia o acesso à plenitude das regalias sociais do novo clã onde casavam, etc.” (Capela, 1993: 16).

O escravo não era um mero instrumento de trabalho, mesmo antes da sua integração familiar:

“[...] na África [o escravo] era um elemento entrado em clã estranho, a grande família, ido de fora, alheio, portanto, aos laços de parentesco sobre que repousava o fundamento da comunidade. Não beneficiava dos direitos inerentes ao componente do clã, mas também não era, simplesmente, nem principalmente, um instrumento de trabalho, como tal apropriado pelo mesmo clã.” (Capela, 1978: 95-96).

Na Europa – e igualmente no continente americano – o conceito de escravidão diverge deste e por isso tenho afirmado que no *“Direito português, que regulou a realidade numa perspectiva “metropolitana” e “eurocêntrica”, mesmo quando as normas se dirigiam ao contexto colonial e até a fenómenos de origem não europeia, os conceitos utilizados (pessoa, escravo, liberdade, escravidão, trabalho, serviço) encarnam essa mesma perspectiva”* (Seixas, 2016: 29-30). O indispensável cuidado ou prevenção conceptual nem sempre está presente nos estudos europeus e americanos sobre os temas do tráfico e da escravidão ou mesmo noutros temas jushistoriográficos. É sempre fundamental prevenir que trabalhamos apenas *“um certo direito de uma certa Europa”* (Hespanha, 2012: 6), com consciência de que existiram outros direitos, desta e de outra Europa e de muitos outros territórios não europeus. Foi também esse o contributo de José Capela: alertar para a diferença de conceitos, recentrando-os no seu contexto cultural, com as respectivas especificidades. Assim, vincando essa diferença de conceitos, afirmava:

“O escravo colonial moderno é a pessoa individualmente apropriada e excluída quer do grupo social de que é originário quer do grupo do apropriante. Para além de passar a ser objecto de propriedade nas mesmas condições de qualquer bem semovente, ao homem feito escravo são automaticamente subtraídas a inserção e a vitalidade de que partilhava sem beneficiar da inclusão no grupo do apropriante. Sendo objecto de propriedade plena o escravo é hereditário e desfrutável quer na sua capacidade de trabalho, quer na sua reprodução. Não beneficia de direitos porque não é sujeito de nada. Está ab ovo fora da sociedade pelo que nem sequer se lhe ajusta a classificação de excluído. É a exclusão em natureza.” (Capela, 2000: 47).

Embora concorde, tendencialmente, com as afirmações contidas no excerto, considero-as demasiado categóricas face às normas jurídicas aplicáveis aos escravos, que infirmam

frequentemente esta concepção, demonstrando os textos e as práticas que, também para os europeus, o escravo não era (ou não era sempre) um mero “instrumento de trabalho”, uma mera coisa/res.

Para justificar a minha discordância, é necessário aprofundar um pouco mais o conceito de escravidão, tal como entendido no pensamento europeu e, em especial, português. Em primeiro lugar, devo lembrar que o termo “escravidão” é, na atualidade, mais usado no Brasil e a o termo “escravatura” em Portugal, mas esta utilização diferenciada é bastante recente. Como tive oportunidade de confirmar reiteradamente, nas fontes portuguesas (jurídicas ou de outra natureza), a palavra “escravidão” é predominante até ao século XVIII e, mesmo durante o século XIX, continua a ser maioritária.

Como já escrevi anteriormente, nos textos portugueses até ao final do século XIX,

“a escravidão corresponde ao estado ou à situação de uma pessoa sobre a qual se exercem os poderes da propriedade ou, de outra forma, de uma pessoa objecto de propriedade. A negação desta definição passa essencialmente por pretender gizar uma definição de propriedade que sirva em todas as épocas, locais e contextos.” (Seixas, 2016: 33).

Não é pertinente, para afastar a definição defendida, invocar limitações aos direitos dos senhores sobre os escravos (presentes, desde sempre, no Direito Português), pois o direito de propriedade nunca foi um direito absoluto.

Uma opção que tenho considerado válida é a utilização da definição da Convenção de 1926¹ (Sociedade das Nações). Na minha opinião, esta definição pode ser reconduzida a concepções muito anteriores, pelo que a sua utilização como padrão afasta o possível anacronismo. A Convenção dispunha:

“Artigo 1.º Para os fins da Presente Convenção fica entendido que: 1.º A escravatura é o estado de condição de um indivíduo sobre o qual se exercem todos ou quaisquer atributos do direito de propriedade.”

Assim, historicamente, a definição do artigo 1.º da Convenção de 1926 ajusta-se melhor ao conceito de “escravidão” que ao de “escravatura”, termo que foi usado na tradução oficial portuguesa, mas não na brasileira, que utiliza o termo “escravidão”. Considero que a palavra “escravidão” é mais adequada para definir a condição jurídica do que a palavra “escravatura”, hoje mais sedimentada em Portugal.

Devo acrescentar que a escravidão era uma condição perpétua e hereditária; apesar de se terem verificado excepções, essas duas características estiveram presentes na maioria das situações de escravidão nos territórios sob administração portuguesa (e, tendencialmente, sob administração europeia), desde o século XV até ao século XIX. No entanto, o conceito de escravidão e a prática da mesma registaram repetidos desvios que impedem a equiparação inalterável do escravo a qualquer outra “res”/coisa, objecto de propriedade, pelo que uma definição excessivamente peremptória acaba por se revelar imprecisa.

Tenho tentado salientar, na minha investigação, que não existiu no Direito português das épocas moderna e contemporânea uma construção unitária da escravidão na legislação, na jurisprudência dos tribunais ou nos textos da nossa doutrina jurídica. Para estabelecer o regime jurídico do escravo – ou, melhor, para criar soluções para os problemas que envolviam escravos – os juizes e os juristas recorriam, directa ou indirectamente, aos textos romanos. A legislação tratava essencialmente aspectos pontuais, à medida das necessidades que iam surgindo, com alguns laivos humanitaristas na segunda metade do século XVIII (de

¹ Aprovada por Portugal pelo Decreto com força de lei n.º 14 046, de 21 de Junho de 1927; Carta de Confirmação e Ratificação publicada no *Diário do Governo* (a partir daqui sempre *DG*), n.º 1, 2 de Janeiro de 1929.

eventual inspiração no pensamento iluminista, nesta matéria recebido incontestavelmente pelos autores portugueses da época), em especial no consulado do Marquês de Pombal.

O Direito português da Idade Moderna não tinha apenas uma resposta para a complexa questão da natureza jurídica do escravo. O tratamento como besta/cavalgadura coexistia com a frequente equiparação ao filho, ao criado, à mulher, ao aprendiz, ao surdo-mudo, ao demente, ao pródigo, ou seja, às pessoas livres que não tinham plena capacidade jurídica. Porém, em muitos textos, o escravo não tinha um tratamento diverso do previsto para o peão ou outros homens livres, os de condição social inferior.

A diversidade das normas aplicáveis fazia-se sentir, quer no cotejo de diferentes áreas de regulação (assim, por exemplo, em matéria penal – em que o escravo surgia amiúde como autor que podia ser criminalmente responsável – e em normas de natureza tributária – assumindo nestas geralmente a natureza de bem/património do seu senhor), quer também no seio de cada matéria em que o tratamento era distinto consoante o âmbito específico de cada norma (com vários exemplos nos aspectos relativos à capacidade ou nas normas processuais).

O escravo podia ser vendido, alugado ou penhorado, mas devia ser baptizado e podia casar, mesmo contra a vontade do seu proprietário. Podia ser castigado e aprisionado por este último, mas com limites, tal como os previstos nas *Ordenações*² para a punição do filho e de outros dependentes. Não podia celebrar contratos em seu nome nem adquirir património, mas podia fazê-lo em nome e benefício do proprietário, sendo muito complexa a verdadeira natureza do *peculium*. Não podia ser testemunha em processo judicial, mas excepcionalmente o seu depoimento era admitido, não podia ser testemunha de um testamento, mas o mesmo não era inválido se as partes tivessem tomado o escravo por livre. Devia ser julgado quando fosse suspeito de um crime e podia ser condenado, na mesma pena de uma pessoa livre ou em pena diferente, consoante os casos. E, sobretudo, podia deixar de ser escravo, podia obter a liberdade, podia tornar-se até completamente autónomo, verdadeiro “sujeito”. Embora as próprias características do Direito português da época moderna possam ser invocadas para explicar a contradição e dispersão de normas (correspondendo quase a uma “esquizofrenia jurídica”) não são, na minha opinião, suficientes para justificar o regime jurídico do escravo (utilizo o termo “regime jurídico” num sentido muito fluido, pois a falta de unidade e coerência normativa impedem a construção de um “sistema”). Assim, para lá das deficiências técnicas que podem ser hoje assinaladas no Direito português moderno (e, ainda assim, de forma anacrónica, desfasada dos critérios da época), é essencialmente a dimensão pluriforme do escravo que se reflecte nas normas reguladoras, a título principal ou incidental, da condição jurídica desse mesmo escravo.

Esta dualidade da condição do escravo esteve sempre presente no Direito português, como também afirma Jorge Fonseca, apresentando um paralelismo com a atualidade:

“O escravo era considerado, simultaneamente, um bem e uma pessoa. Esta dupla natureza tinha como consequência que cada um dos papéis colocava limites à plena realização do outro, ou seja, o seu valor como património do dono amputava-o de grande parte das prerrogativas próprias dos outros seres humanos, assim como a sua condição humana colocava também algumas limitações ao poder do senhor. Nada, no entanto, que fosse difícil de aceitar pelas pessoas da época, tal como hoje se aceita geralmente que um trabalhador assalariado seja tido pelos empregadores simultaneamente como pessoa e como factor de produção, com as inevitáveis consequências para as suas condições de vida.” (Fonseca, 2010: 291-292).

² *Ordenações Filipinas*, livro V, título XXXVI, § 1. Norma semelhante constava já das *Ordenações Manuelinas*, livro V, título XI, §. 3.

Esclarecida esta heterogeneidade, que é pressuposto necessário quando se trabalha com a conceção europeia ou ocidental de escravidão, podemos reconhecer de forma mais poliédrica a contraposição com a conceção africana e identificar o choque directo, despoletado em larga escala com o tráfico negreiro português, logo a partir de meados do século XV. Subsistiam ainda – e nunca desapareceriam por completo – os conflitos bélicos que geravam o cativo e subsequente escravização; contudo, a maioria dos escravos trazidos de África pelos portugueses era, paulatinamente, obtida através da compra aos próprios africanos:

“Os primeiros escravos obtidos em África foram-no por meio de raides aos acampamentos Touareg, ao longo do litoral do Saara, e depois às aldeias negras da região do Senegal. Estas incursões faziam-se sobre povoações ou aldeias desarmadas. Depois, os portugueses descobriram que era um meio muito mais expedito e de nulo perigo, negociar, uma vez que havia quem estivesse, localmente, disposto a vender o seu semelhante, isto é, o chefe ou mercadores.” (Capela, 1978: 80-81).

A transformação na prática de aquisição, que Capela refere no trecho *supra*, encontra plena confirmação nas fontes da época e está atestada, desde meados do século XV, quer por autores portugueses como Gomes Eanes Zurara, quer por outros, como Cadamosto (versão portuguesa do nome *Alvise da Ca’ da Mosto*). Zurara relatou a aquisição de escravos negros aos azenegues do Rio do Ouro logo em 1445 (Zurara, 1973: 276).

O tráfico também surgia relatado, desde 1455, por Cadamosto, que referia quer o aprisionamento dos *guanches* (designação dos habitantes das ilhas Canárias), quer os “*escravos que trazem os ditos árabes das terras dos negros*”, adquiridos aos próprios chefes, trocando seda e prata ou um cavalo por uma dezena ou mais de escravos. Estes negros eram divididos pelos árabes com três destinos diferentes: Sicília, Tunes e para “*toda a costa da Berberia*” e Arguim, onde eram vendidos aos portugueses, trazendo-se todos os anos “*de 800 a mil escravos*” (Cadamosto, 1948: 104).

Com a continuação das navegações para sul e a construção de feitorias ao longo da costa, essa transacção foi-se tornando ainda mais regular. Os escravos tinham como principal destino, nesta primeira fase, a Mina e as plantações em São Tomé. O tráfico negreiro era realizado directamente pela Coroa ou por particulares com licença temporária para aquisição de determinado número de escravos ou por particulares (a partir do século XVII, essencialmente por Companhias) com um contrato de arrendamento (por exemplo, os *assientos*) de uma determinada área, pagando renda em dinheiro ou em escravos. Nos territórios controlados pelos portugueses, desde meados do século XV até meados do século XVIII, os três sistemas coexistiram “*quase sempre*” (Carreira, 1983: 18).

Como realçado por Capela, a escravatura por ele designada “*simbiótica*”, de cariz tradicional, foi aproveitada pelos portugueses e outros europeus e cruzou-se com as estruturas introduzidas no continente africano, dando origem a modelos mistos, com características muito específicas.

Saliento uma situação muito relevante no território melhor estudado por José Capela, Moçambique: os escravos nos prazos. Os portugueses começaram a ocupar algumas regiões de Moçambique – em especial o vale do Zambeze – ainda no século XVI e a partir do século XVII o domínio português tornou-se mais efectivo e a Coroa emitiu títulos que conferiam a particulares e a ordens religiosas jurisdição sobre certos territórios e populações: estes receberam a denominação de “*prazos*”, que perduraram no vale do Zambeze, no interior de Sofala e na costa a norte de Quelimane, na foz do Save e nas ilhas de Cabo Delgado.

Os prazos – em especial os de grande dimensão, concentrados nas mãos de poderosas famílias luso-africanas, que resistiam às tentativas de instrumentalização por parte do Estado – transformaram-se em “*feudos*”, por vezes bem fortificados, com exércitos

privados, populações que pagavam tributo (em géneros ou serviços) e das quais saíam os escravos que exerciam diversas actividades, incluindo a fiscalização dos demais escravos do seu proprietário. Vejamos as diferenças:

“[...] o senhor do prazo considerava os seus escravos como propriedade, ao contrário da sociedade clânica que os integrava com «status» próprio. No prazo, o escravo não tinha nem os privilégios nem os direitos que lhe eram reconhecidos na sociedade tradicional. O prazeiro podia vendê-los mesmo contra o estabelecido para o caso dos que se lhe ofereciam; em caso de morte podia igualmente apossar-se dos seus pertences.” (Capela, 1978: 76-77).

Esta escravidão aproximava-se da escravidão colonial:

“Não havia qualquer mecanismo legal que defendesse os escravos. Aliás, era patente o melhor trato dado pelos colonos dos prazos aos seus dependentes, do que o recebido pelos escravos dos prazeiros. Igualmente, o prazeiro dispunha dos escravos sem limites de geração e o único caso em que eram libertados era em ocasião de fome, quando os senhores, em dificuldades, não os podiam alimentar.” (Capela, 1978: 77).

Em Moçambique, após a instituição do tráfico pelos portugueses, os escravos destinados ao mesmo eram distintos dos usados na escravidão “doméstica” ou “tradicional”, tendo sido reservada para os primeiros a designação de “caporros” (Capela, 2000: 37), ao que parece anteriormente não exclusiva.

Outra forma, que se cruzou com esta, liga-se à prática do “corpo vendido”. Durante séculos, os senhores dos prazos reuniam hordas de escravos à sua volta, através da captura ou desta tradição do “corpo vendido”. De entre estes últimos, um grupo conhecido como “*achicunda*” (no singular “*chicunda*”) estava encarregue da guarda armada, caça e comércio por conta do senhor do prazo, viviam em aldeias próprias, comandavam outros escravos daquele senhor e tinham, eles próprios, os seus escravos.

Segundo José Capela, esta autonomia não impediu que, até ao final do século XIX e já após toda a legislação abolicionista, os senhores os considerassem propriedade que podiam transmitir (por venda ou em herança) e os “*achicunda*” se sentissem eles próprios escravos:

*“Dada a preponderância que os *achiunda* assumiram na história da Zambézia, nomeadamente as acções, inclusivé as acções bélicas, que desenvolveram com total autonomia, será legítimo classificá-los como escravos? Até finais do século XIX tanto os senhores os tinham na conta de propriedade sua e nessa qualidade os transacionavam ou transmitiam em herança como os próprios *achiunda* se comportavam na mais estrita obediência e total fidelidade aos senhores que reconheciam como tais.” (Capela, 1999: 155).*

Todavia, a prática do corpo vendido propagou-se para lá dos prazos e correspondia a fenómenos muito mais antigos (que se verificavam ou se tinham verificado também noutros territórios, incluindo o europeu):

“O fenómeno que em Moçambique ficou conhecido por «corpo vendido» reproduz exactamente aquilo que constituiu a essência da escravatura dita «antiga». Uma situação de refúgio para as ameaças de morte. [...] Deve ter sido esta a forma mais comum de o senhorio levado para Moçambique pelos portugueses fazer escravos, herdando o hábito das sociedades locais. Aqueles que passaram a acolher-se à protecção de um senhor alienígena fizeram-no tal como o fariam relativamente aos senhores indígenas. E muitos deles, tal como estariam a fugir destes para aqueles, passaram, mais tarde, a refugiar-se sob tutela de outros senhores, europeus ou africanos, quando assim lhes convinha.” (Capela, 2016: 13).

A questão tinha sido muito discutida no pensamento europeu ao longo do tempo, *v.g.* a propósito da escravidão voluntária dos Índios no Brasil. Quanto a este problema específico, pode ilustrar-se a polémica com o debate entre Manuel da Nóbrega e Quirício Caxa, em 1567³. A discussão entre Nóbrega e Caxa nunca põe em causa a possibilidade de venda de si próprio ou de um filho; pelo contrário, essa faculdade era aceite por ambos. Sendo tais vendas apenas permitidas em caso de necessidade, o dissenso residia na qualificação dessa necessidade: grande para Caxa, extrema para Nóbrega.

A resposta de Nóbrega retomava a interpretação dominicana de São Tomás, na linha de Francisco de Vitória e de Domingos de Soto, considerando a liberdade humana como inalienável em regra. Contudo, existindo conflito entre a preservação da própria vida e a perda da liberdade, é a primeira que prevalece, ou seja, pode alienar-se a liberdade desde que em caso de extrema necessidade. Manuel da Nóbrega também aduzia a facilidade com que os colonos enganavam os indígenas para que vendessem a sua liberdade, que o faziam sem consciência integral das consequências dessa alienação.

O problema voltaria a ser discutido ainda durante o século XVI, nomeadamente por Luís de Molina, que aceitava a escravidão voluntária:

“[...] o homem não é apenas dominus dos seus bens externos, mas também da própria honra e fama [...], assim também é dominus da sua liberdade e segundo o direito natural pode aliená-la e sujeitar-se à escravidão.” (Molina, 1602: II, tractatus II, disputatione 33, col. 160).

Molina enunciava as várias condições necessárias para que a venda fosse válida e admitia ainda a venda dos filhos, em estado de necessidade, embora considerasse que era indispensável averiguar se estes eram vendidos sem qualquer necessidade ou mesmo se não eram crianças raptadas pelos vendedores e apresentadas como filhos destes.

Nos autores seguintes, continuamos a encontrar a admissibilidade desta venda: Francisco Suarez afirmava que *“como o homem é senhor da sua liberdade, pode vendê-la”* (Suarez, 1612: II, XIV, 18, 160); Hugo Grócio admitia a venda de si próprio e dos filhos, mas também apenas em caso de necessidade e limitada no tempo, uma vez que a venda perpétua era considerada *“ignobilíssima”* (Grócio, 1646: II, V, §. XXVII, 158); Samuel Pufendorf, pelo contrário, admitia a venda perpétua, embora considerando que os filhos destes escravos não seguiam a condição dos progenitores (Pufendorf, 1672: VI, III, §. 4, 840; §. 9, 847-848). Contudo, no final da época moderna, a venda de si próprio ou dos filhos já não era aceite uniformemente, existindo muitos autores que a recusavam. Isso mesmo afirmara John Locke ainda no final do séc. XVII, Burlamaqui, em meados do séc. XVIII, bem como, na mesma época ou um pouco mais tarde, Montesquieu, Jaucourt, Condorcet e Diderot. Entre os portugueses, encontra-se a inadmissibilidade da venda de si próprio ou dos filhos, por exemplo, em António Ribeiro dos Santos, em carta particular: *“[...] se hum homem não pode ser comprado nã vender-se, menos pode elle vender seo filho”* (BNP, 77v^o).

Porém, o Pe. Bremeu, em 1749, ainda dava como certa a legitimidade da venda de si próprio ou até da doação gratuita (desde que cumpridas certas condições), face aos “princípios do direito natural”:

“Prova-se; porque cada hum he senhor da sua liberdade, não menos, que de outra qualquer cousa temporal; logo, se das demais cousas póde por direito natural dispor livremente, ou por titulo de venda, ou de doação; assim póde dispor da sua liberdade.” (Bremeu, 1749: 11-12).

³ A discussão epistolar traduziu-se num conjunto de cartas trocada entre os dois jesuítas. A única cópia hoje disponível é a da Biblioteca Municipal de Évora, *Livro sobre os índios do Brasil*, códice CXVI/1-33, fls. 145-146.

E acrescentava que os pais (mas não as mães nem os avós) podiam vender os filhos, apenas em casos de extrema necessidade, o que lhes era concedido por Direito positivo humano, não contrário ao Direito Natural, uma vez que assim como os filhos se podiam vender a si próprios, também os pais os podiam vender, como seu fruto, e desde que estivessem sob o seu poder, existindo sempre nestes casos o dever de resgate, desde que o pai melhorasse a sua condição económica.

Contudo, esta posição fora-se tornando cada vez mais minoritária e, na Doutrina jurídica portuguesa oitocentista, a não admissibilidade da venda de si próprio ou da venda de seus filhos estava já bastante sedimentada. Veja-se, por exemplo, José Homem Corrêa Telles:

“É absurda a venda, que alguém fizesse da sua própria liberdade, e nulla a que fizesse das pessoas de seus filhos; porque a condição livre é inapreciável, e não pode ser objecto de commercio.” (Telles, 1835: 221).

Também Vicente Ferrer Neto Paiva, transcrevendo, como sempre nesta matéria, trechos de Montesquieu e Rousseau, recusava que a “alienação” pudesse justificar a escravidão (Paiva, 1843: 198). E José Dias Ferreira, em anotação a Ferrer Neto Paiva, repetia que a liberdade (como qualquer outro direito absoluto) era inalienável e que o homem não podia tornar-se escravo nem mesmo por contrato, seu ou de seu pai, sendo tal contrato nulo (Ferreira, 1864: 33, 56-57, 78-79). A mesma opinião exprimia Rodrigues de Brito quanto à escravidão voluntária, independentemente da forma de realização (Brito, 1871: 226-227).

Outra forma de aquisição conexa com esta é a entrega do devedor ao credor quando o primeiro não satisfaz a prestação (normalmente conhecida como *debt bondage*), embora a submissão resultado desta aquisição – servidão por dívidas – seja distinta da escravidão, assinalando os autores as diferenças. Esta forma de aquisição não era permitida pelo Direito português, mas era praticada nos territórios ultramarinos e, por essa razão, teve mesmo de ser proibida. O Alvará de 14 de Janeiro de 1608⁴, por exemplo, revogava, por contrário “à liberdade e à lei natural”, o antigo costume existente na Índia, pelo qual os “christãos da terra” (os nativos convertidos ao Cristianismo), presos por dívidas, eram entregues aos seus credores.

Apesar da censura, cada vez mais generalizada, da venda de si próprio ou dos filhos como forma de aquisição da escravidão, a mesma continuou a ser praticada, mesmo na época das abolições, nos territórios sob administração portuguesa. A rejeição desta forma de aquisição ficou bem patente na legislação portuguesa oitocentista. Do art.º 13.º do Decreto de 22 de Dezembro de 1854⁵ resultava a proibição desta forma de adquirir, enquanto uso através do qual “*indivíduos de condição livre*” eram “*reduzidos ao estado de escravidão*”:

“Ficam expressamente proibidas as penas impostas por efeito dos chamados «milandados de cabeça rapada» e quaesquer usos por virtude dos quaes alguns individuos de condição livre, colonos, ou outros, tenham sido reduzidos ao estado de escravidão. § unico. Quem as impozer ou fizer executar fica sujeito à maior das penas do Decreto de dez de Dezembro de mil oitocentos trinta e seis”.

Ainda na década de 50 do século XIX, em Moçambique, se proibia “o uzo antigo dos negros venderem os seus corpos”, sendo a venda “*nulla e immoral, e o negro livre*”.

A Portaria de 31 de Maio de 1858⁶ também tem nesta sede especial interesse: a mesma teve como origem uma Portaria de 7 de Julho de 1853 do governador-geral de Moçambique

⁴ José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, volume dos anos 1603-1612, pp. 214-215.

⁵ *Diário do Governo*, 8 de Janeiro de 1855, n.º 7.

⁶ *Diário do Governo*, 5 de Junho de 1858, n.º 130.

(Joaquim Pinto Magalhães)⁷, confirmando a libertação de mais de duzentos colonos do prazo Licungo pelo ex-governador de Quelimane (Onofre Lourenço de Andrade), pois estes colonos tinham sido sentenciados à escravidão (pelo capção-mor das decisões cafreais), porque o seu chefe vendera a sua pessoa a outro indivíduo.

A Portaria de 1858 considerava “*absurda e contraria aos princípios de justiça*” a prática geralmente existente entre os povos africanos de os indivíduos se venderem a si próprios ou às pessoas que lhes estavam submetidas ou aos membros da sua família, pelo que era necessário “*fazer desaparecer totalmente todos os vestígios de semelhantes usos*”, não bastando a sua proibição (como já antes fizera o Decreto de 22 de Dezembro de 1854, mencionado *supra*). Assim, ordenava-se ao governador-geral que empregasse “*todos os meios*” para o cumprimento das proibições legais e que exigisse à Junta Protectora de escravos e libertos que cumprisse a obrigação de reivindicar a liberdade de todos os que tivessem “*sido abusivamente reduzidos ao estado de escravidão*”.

Que o homem não se podia alienar a si próprio – no fundo, não podia alienar a sua liberdade, direito originário – resultaria também do nosso primeiro Código Civil, aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho em 1867⁸, a vigorar nas províncias ultramarinas, por força do Decreto de 18 de Novembro de 1869⁹, a partir do dia 1 de Julho de 1870:

“Artigo 359.º Dizem-se direitos originários os que resultam da própria natureza do homem, e que a lei civil reconhece, e protege como fonte e origem de todos os outros.

Estes direitos são:

1º O direito de existência; 2º O direito de liberdade; 3º O direito de associação;

4º O direito de apropriação; 5º O direito de defeza

[...]

Artigo 368.º Os direitos originários são inalienáveis; e só podem ser limitados por lei formal e expressa. A violação d’elles produz a obrigação de reparar a offensa.”

Era esta a consequência lógica do que, um pouco antes, já afirmara José Dias Ferreira: “*O respeito á personalidade humana é mantido, ainda contra vontade do individuo*” (Ferreira, 1864: 373).

Contudo, a prática manteve-se muito para lá da sua proibição e mesmo da abolição da escravidão:

“Os missionários jesuítas na Zambézia, nas duas últimas décadas do século [XIX], foram testemunhas presenciais da prática escravocrata generalizada. Os fugitivos da fome, ao longo de todo o Zambeze, vendiam crianças e jovens. Anos mais tarde, quando a autoridade colonial já actuava contra o tráfico, no alto Zambeze, onde não chegava essa autoridade, fazia-se o tráfico da escravatura em larga escala.” (Capela, 2000: 43).

Para concluir, interessa realçar que a concepção europeia de escravidão, durante a Idade Moderna anterior ao Iluminismo, permitia à maioria dos autores, como ficou dito, admitir a venda de si próprio – equiparável à prática do “corpo vendido” – embora apenas em casos de necessidade.

No plano teórico, essa era uma forma legítima de aquisição do estatuto de escravo, juntamente com o cativo de guerra, o nascimento e a pena judicial. Apesar das críticas de muitos autores dos séculos XVIII e XIX, questionando a legitimidade destas formas de aquisição, Saldanha da Gama enunciava, ainda em 1816, os tipos de escravos existentes em África: os “escravos de nascimento”, os “escravos por direito de guerra” e os escravos

⁷ Já anteriormente, por Portaria de 8 de Junho de 1847, o então governador Domingos Fortunato do Vale, proibia a venda de si próprio (art.º 3.º), Portaria transcrita por CUNHA, 1885: XVII-XVIII.

⁸ *Diário de Lisboa*, 24 de Setembro, n.º 213.

⁹ *Diário de Governo*, 20 de Novembro de 1869, n.º 265.

“por delictos” (Gama, 1880: 11), afirmando que estes últimos, tal como os de nascimento, existiriam até que África fosse civilizada.

Vários teólogos e juristas tinham afirmado, a partir do século XVI, que o comprador europeu tinha um dever de averiguar da legitimidade na forma de aquisição (e mesmo um dever de libertar o escravo se fora injustamente reduzido a essa condição), mas indicavam que se podia licitamente comprar os escravos **a)** tomados em guerra, **b)** condenados nessa pena por crimes graves, **c)** que se tinham vendido a si próprios ou **d)** nascidos de mãe escrava. Através destas formas, os portugueses (e os restantes europeus) tentaram legitimar a aquisição do estatuto à luz do que afirmavam ser a compra de indivíduos legitimamente “feitos” escravos em território africano pelos seus conterrâneos. Foi indiferente, para esse efeito, a diferente conceção de escravidão africana – os europeus aproveitaram-na e até a subverteram para servir os seus fins, tal como afirmava Capela (neste caso a propósito de Angola, mas extensível a outros territórios):

“Tornava-se fácil partir da utilização da escravatura doméstica tradicional para a entrada dos chefes locais no negócio e, logo a seguir, envolverem-nos nas guerras então tornadas necessárias para a manutenção do que passava a ser uma coisa bem diversa, a caça ao homem para o vender.” (Capela, 1978: 86).

O conceito africano e o conceito europeu de escravidão não eram, como ficou claro, coincidentes e do seu cruzamento resultaram até modelos mistos, com traços próprios, e novas práticas. Porém, rapidamente, o tráfico apagou, quanto aos “escravos de exportação”, as diferenças e permitiu a apropriação maciça de seres humanos, comprados e vendidos como qualquer outra *res*.

Referências bibliográficas

Manuscrita

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Secção de Manuscritos e Reservados, *Parte das Obras de António Ribeiro dos Santos*, vol. 128, *cod. 4710, Cartas de Canonica Civil e Política, Collecção de Cartas de Assumptos de Economia Civil e Política*, fls. 77-79.

Impressas

Bremeu, António Cortez (1749), *Universo Juridico, ou juris-prudencia universal, canonica e cesarea, regulada pelas disposições de ambos Direitos, commum, e patrio*, Lisboa: Domingos Rodrigues.

Brito, Joaquim Maria Rodrigues (1871), *Philosophia do Direito*, Coimbra: Imprensa da Universidade [2.ª edição].

Bruschy, Manuel Maria da Silva (1868), *Manual do Direito Civil Portuguez segundo a Novissima Legislação*, I, Lisboa: Rolland & Semiond [2.ª edição].

Cadamosto, Luís (1948), *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, II Parte.

Capela, José (1978), *Escravatura. Conceitos. A empresa de saque*, Porto: Afrontamento [2.ª edição].

——— (1993), *O Escravismo Colonial em Moçambique*, Porto: Afrontamento.

——— (1995), *Donas, Senhores e Escravos*, Porto: Afrontamento.

——— (1999), “Conflitos sociais na Zambézia, 1878-1892: a transição do senhorio para a plantação”, *Africana Studia*, n.º 1, pp. 143-173.

- (2000), “Escravos e escravatura em Moçambique. Problemas identitários”, *Africana Studia*, n.º 3, pp. 33-48.
- (2016), *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1717-1904*, Porto: Afrontamento [2.ª edição].
- Carneiro, Manuel Borges (1836), *Direito Civil de Portugal*, I, Lisboa: Typografia de Eugénio Augusto.
- Carreira, António (1983), *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa: Editorial Presença [2.ª edição].
- Cunha, Joaquim d’Almeida da (1885), *Estudo acerca dos usos e costumes dos Baniões, Bathiás, Parses, Mouros, Gentios e Indigenas*, Moçambique: Imprensa Nacional.
- Ferreira, José Dias (1864), *Noções Fundamentais de Philosophia do Direito*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Fonseca, Jorge (2010), *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*, Lisboa: Colibri.
- Gama, António de Saldanha da (1880), *Memoria Historica e Politica sobre o Commercio da Escravatura entregue no dia 2 de Novembro de 1816 ao Conde Capo d’Istria por António de Saldanha da Gama*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Grócio, Hugo (1646), *De iure belli ac pacis libri tres, in quibus jus naturae et gentium; item júris publici praecipua explicantur*, Amesterdão: Johannem Blaeu.
- Hespanha, António Manuel (2012), *A Cultura Jurídica Europeia. Síntese de um Milénio*, Coimbra: Almedina.
- Molina, Luís (1602), *De iutitia e de iure*, livro II, Maguncia (Mainz).
- Paiva, Vicente Ferrer Neto (1843), *Curso de Direito Natural segundo o estado actual da sciencia, principalmente em Allemanha, professado no 1.º anno da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Pufendorf, Samuel (1672), *De iure naturae et gentium libri octo*, Lund.
- Rocha, Manuel Coelho da (1848), *Instituições de Direito Civil Portuguez*, Coimbra: Imprensa da Universidade (2.ª edição), tomo I.
- Seixas, Margarida (2016), *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): escravo, liberto e serviçal*, Lisboa: AAFDL/Lisbon Law Editions.
- Suarez, Francisco (1612), *De legibus ac Deo legislatore in decem libros distributus*, Coimbra: Diogo Gomez de Loureiro.
- Telles, J. H. Corrêa (1835), *Digesto portuguez ou tratado por direitos e obrigações civis accomodado ás leis e costumes da nação portugueza para servir de subsidio ao novo codigo civil*, tomo II, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Zurara, Gomes Eanes de (1973), *Crónica da Guiné*, com introdução e notas de José de Bragança, Barcelos: Livraria Civilização.

Memórias da Diáspora: diálogos históricos entre Moçambique e as ilhas Mascarenhas

Aurélio Rocha*

pp. 51-66

Introdução

A historiografia da zona do Índico Ocidental tende, desde há algum tempo, a ser redimensionada, contra a ideia feita da negação, primeiro, e a irrelevância, depois, de uma história africana nas ilhas do vasto oceano. Convém lembrar que a ideologia colonial sempre procurou negar o passado africano das ilhas do Índico a fim de justificar mais facilmente a dominação europeia e a exploração duma população negra reduzida ao estado de objeto pelo direito europeu e colonial.

Como já muitos autores evidenciaram, o tráfico de escravos e as formas de trabalho servil tiveram incidências económicas e sociais profundas em Moçambique e nas ilhas do Oceano Índico, proporcionando por essa via relações culturais e políticas muito especiais a partir do século XVIII, se não mesmo antes, e até ao século XX.

Questões como a escravidão, as migrações, a dimensão dos tráficos e outros temas da história colonial estão razoavelmente tratados nas várias obras que a eles se dedicaram. Mais raros, são, porém, os estudos que procuram identificar o que ficou dessas relações marcadas pelos tráficos de pessoas – foi Gerbeau (1979b: 242) quem chamou a atenção para a existência de vários *fenómenos do tráfico*¹ –, tanto nos destinos para onde foram transportados como nas terras de origem. Raros são, também, os estudos sobre as interações históricas na origem de culturas com influências africanas nas ilhas do Índico. Desses raros estudos, cumpre mencionar os resultados das pesquisas de, entre outros autores, José Capela (1993, 2002, 2005, 2016), Eduard Alpers (1970, 1975, 2000, 2001, 2005a, 2005b, 2009), Sudel Fuma (1979, 1994, 1999, 2005a, 2005b), Herbert Gerbeau (1979a, 1979b, 1999), Jean-Michel Filliot (1974, 1985, 2003), Gwin Campbel (1981, 1989a, 1989b, 2005) e Philippe Bédière (2001, 2005).

Acentuando a pertinência e a atualidade destas temáticas, os trabalhos destes autores romperam com uma certa *história do silêncio* (Gerbeau, 1979b: 237) e trouxeram-nos elementos que permitem uma melhor compreensão da história aos descendentes dos arrastados nessa enorme infâmia que foram os tráficos de pessoas.

Tomo a liberdade de dar nota da minha experiência, não sem deixar – não o poderia fazer, por dever de homenagem – de mencionar José Capela, cujo incentivo foi determinante

* Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.
aurelioanrocha@gmail.com

¹ Esta ideia de Gerbeau está em clara sintonia com a UNESCO que, em face das inúmeras formas de trabalho compelido que atravessaram o período colonial de antes e após a intervenção e a partilha de África pelos europeus, entendeu ser mais apropriado chamar a essas deslocações forçadas de pessoas de «tráficos escravagistas» e não apenas «tráfico de escravos».

para penetrar nestes domínios da história dos escravismos nas suas mais distintas formas, procurando trazer para o debate elementos que podem ajudar a encontrar respostas para algumas das questões ainda em fase embrionária da pesquisa no âmbito de um estudo mais alargado intitulado *Memórias das Diásporas*.

Na esteira dos autores mencionados, entendi dever contribuir para reabilitar o passado africano rico de um património cultural, desconhecido ou subestimado, cumprindo assim a obrigação de estudar mais a fundo esta história a fim de permitir às pessoas, às novas gerações, o reencontro com as suas raízes para melhor viverem e se compreenderem neste espaço regional que experimenta, atualmente, os efeitos duma nova colonização: globalização ou mundialização, como se queira chamar, qual nova ideologia tão ou mais destrutiva e perversa que a ideologia colonial que subjugou a história e as culturas africanas. É também a forma de me juntar à comunidade científica na exigência de repor a história das sociedades das margens do Índico ocidental no seu justo lugar, para que as ideologias não deformem o passado histórico daqueles que foram os seus protagonistas. Há, enfim, a necessidade de honrar a memória dos Africanos que foram durante tanto tempo desumanizados, coisificados e, sobretudo, rejeitados pelas sociedades coloniais intolerantes e racistas do século XX.

1. Origens remotas das relações comerciais entre Moçambique e as Mascarenhas

Desde o século VII que se exportavam escravos da costa oriental de África para a Arábia, Golfo Pérsico, Índia e Oriente em geral. Era, todavia, uma exportação limitada. A verdadeira expansão do tráfico de Moçambique ocorreu a partir de meados do século XVIII com a multiplicação de entrepostos escravagistas portugueses e franceses e, também, espanhóis e americanos, que traficavam escravos para as plantações de cana-de-açúcar das ilhas Mascarenhas, de Madagáscar, Comores, Seychelles, do Brasil, Cuba e América do Norte. A procura de escravos, estimulada no início do século XIX pela expansão da cultura da cana-de-açúcar nas Ilhas Mascarenhas, intensificou-se depois por causa das solicitações provenientes das plantações brasileiras de cacau e café para além da expansão da agricultura de plantação especializada na produção de especiarias de Zanzibar e Pemba (Gentili, 1998: 49). Enquanto o comércio de Moçambique com o Oriente ia declinando, crescia o tráfico de escravos para as Américas e para as ilhas do Índico. Nos séculos XVIII e XIX, a costa moçambicana começou a ser mais intensamente procurada pelos plantadores franceses instalados nas ilhas do Índico (Clarence-Smith, 1989: 42). Apesar do inquestionável crescimento do tráfico no século XVIII, a África Oriental ainda não se mostrava muito atrativa para os traficantes, devido ao longo percurso que era preciso fazer e que se traduzia em custos elevados e altas taxas de mortalidade durante as viagens. Será sobretudo no século XIX que o negócio se tornará mais vantajoso, devido ao ainda ineficaz patrulhamento da costa oriental africana pelos navios ingleses e portugueses, ao contrário do que ocorria na costa oeste de África. Assim, o tráfico de escravos continuou incólume mesmo depois de ter sido considerado ilegal, criando-se cada vez mais centros ao serviço do negócio.

À época, a situação de Moçambique era de enorme crise e incerteza, levando a que o tráfico de escravos prosperasse e se tornasse importante de tal modo que passou a dominar a economia de Moçambique na primeira metade do século XIX. A anarquia política em Portugal e as medidas liberais demasiado idealistas de descentralização administrativa mais não conseguiam do que aumentar a autonomia e a impunidade dos promotores do tráfico, incluindo os funcionários da administração portuguesa. Como afirma Clarence-Smith (1989: 40), as medidas abolicionistas dos governos liberais em Portugal não resultaram,

dada a incapacidade de fazer cumprir localmente a legislação contra o tráfico de escravos, como ocorreu com a lei abolicionista de Sá da Bandeira em 1836.

Apesar de subsistir ainda hoje uma enorme controvérsia sobre o número exato de escravos saídos de Moçambique, para o Índico, para o Atlântico e outros destinos, do que não há dúvida é que este foi um grande negócio e envolveu muita gente. Os lucros com os tráficos iam, em geral, para os bolsos dos altos funcionários portugueses e dos traficantes que ditavam a lei em Moçambique. Funcionários de postos intermédios ou inferiores da administração colocavam-se muitas vezes ao serviço das elites mestiças e negras, todas profundamente envolvidas no tráfico. Muitos funcionários enviados por Lisboa para acabar com o tráfico tornavam-se eles próprios traficantes (Capela, 2016: 183-218).

Patrick Manning (1990: 8-26) calcula que, de um total acumulado de cerca de 14 milhões de pessoas exportadas de África nos séculos XVIII e XIX, dois a três milhões de Africanos terão saído da costa oriental. Estes números não incluem, por ainda ser difícil a quantificação, as perdas provocadas pelas razias, pelas longas viagens até aos portos de embarque, pelo encarceramento e pelo transporte marítimo feito em navios negreiros em condições muito precárias e com elevados índices de mortalidade.

Nos séculos XVIII e XIX, a costa de Moçambique passou a ser mais intensamente procurada pelos plantadores franceses instalados nas ilhas do Índico e por comerciantes de zonas mais longínquas como as Américas, principalmente o Brasil (Clarence-Smith, 1989: 42). As estatísticas indicam, para o período entre 1786 e 1794, que terão saído de Moçambique em direcção às ilhas do Índico mais de 56 mil escravos, a que corresponde uma média anual de cerca de 6 200 escravos. Na década de 80 do século XIX, levantado o embargo aos portos de Moçambique, acompanhado com medidas que oficializaram a emigração de trabalhadores da costa de Moçambique para as ilhas do Índico nos mesmos moldes da emigração para o Natal, na África do Sul, os embarques para as Mascarenhas apresentavam números que se podem considerar impressionantes. Afirma M'Bokolo (2003: 308), baseando-se nos serviços de emigração reunionenses, que se estimava existirem na ilha da Reunião, em 1882, cerca de 12 000 trabalhadores africanos – os *Cafres* –, ainda que não fosse possível distinguir os Africanos oriundos do continente dos de Madagáscar. De acordo com Campbell (1981: 203-227), entre 1821 e 1890, terão sido embarcados de Moçambique para o reino de Merina, em Madagáscar, cerca de 540 000 escravos.

2. Tráficos e relações históricas e culturais

A história da escravatura e dos tráficos entre os povos africanos é a história das populações escravas, libertos e seus descendentes, muitas vezes mestiços, enraizados nas sociedades para onde foram transportados. No caso de Moçambique, no âmbito deste estudo, interessará não tanto determinar a dimensão dos tráficos, mas, sim, identificar o que ficou dessa(s) identidade(s) nos diferentes destinos para onde foram transportados os escravizados. Não menos importante, importará saber se alguns deles, ou seus descendentes, terão regressado e, naturalmente, trazido hábitos e costumes que se tenham também enraizado na sociedade de origem.

Os *Moçambiques*, que foram forçados a deixar as suas terras e levados para distintas partes do Oceano Índico, transportaram certamente consigo elementos das suas culturas, línguas, música, hábitos e costumes. Mas, para os seus descendentes, já nascidos nos cativéis, Moçambique pode ter-se tornado uma memória distante. No entanto, a condição de ser um *Moçambique* deve levar-nos a reflectir sobre esta conexão, mesmo que essas origens possam ter-se diluído no tempo e não suscitar boas memórias.

No tocante às ilhas do Oceano Índico e a outras zonas banhadas por este grande mar, tem sido interessante observar que alguns dos laços às origens persistem ou estão mesmo a ser reconstruídos pelos *moçambicanos* na diáspora, cidadãos de países que procuram agora estabelecer conexões com as terras de onde vieram os seus ancestrais. É todo esse manancial de conexões e incidências que este artigo pretende reportar.

A partir do século XVIII, com o comércio de escravos, primeiro, e, depois, com o envio de contratados para o trabalho em minas e plantações, milhares de pessoas, oriundas do território que é hoje Moçambique, foram conduzidos para vários destinos, nomeadamente as ilhas do Oceano Índico.

Entretanto, desde meados de setecentos tinha-se intensificado a produção nas plantações das ilhas Mascarenhas, ao mesmo tempo que se multiplicavam as refinarias de açúcar. Para o fim do século XVIII já Moçambique era, a par de Madagáscar, uma das principais fontes de abastecimento em escravos das ilhas Mascarenhas.

Alguns dos estudos produzidos acentuam a originalidade das culturas africanas, já não reduzidas a meros objetos circunstanciais, o que faz realçar a sua contribuição para a organização das sociedades das ilhas, com destaque para a forma e as condições que ditaram a sua integração cultural em cada uma das sociedades das Mascarenhas. Outros confirmam que se encontram, em todas as ilhas do Oceano Índico, evidências de manifestações culturais que remetem para a origem moçambicana dos seus actores, sobretudo a partir da preservação dos nomes e das ligações destas comunidades². Muitos destes estudos dão, de alguma forma, a devida atenção à participação dos Africanos na criação dessas sociedades de destino, ou como alguns autores sugerem, na criação de *sociedades inéditas*³.

O realce para a importância destes estudos que recorrentemente afirmam a participação dos Africanos na construção das sociedades das ilhas do Índico, não deve deixar de suscitar outras interrogações, cujas respostas poderão, por um lado, confirmar ideias já afirmadas por outros autores e, por outro lado, trazer-nos mais luz sobre as relações históricas e culturais entre Moçambique e as ilhas do Oceano Índico, afinal o objeto do presente estudo. São questões importantes para as quais não se encontrarão respostas simples e categóricas. Mas, é inquestionável que merecem ser pesquisadas e discutidas, confrontando-as com situações que podem suscitar qualquer tipo de reacção ou revolta, ainda que sob a forma passiva.

Entre outras questões, importa, para já, saber: O que aconteceu com os escravos e seus descendentes já livres? Como se integraram nas sociedades de destino? O que resta das suas línguas e das suas tradições culturais? Em que se ocupavam? Terão muitos deles regressado? Se regressaram, como se integraram na sociedade de origem dos seus antepassados?

2.1. *Origem e proveniência dos escravos*

A informação escrita ou as estatísticas produzidas quer por proprietários ou pelo próprio Estado descrevem, ainda que nem sempre esclareçam, a origem dos escravos, a sua proveniência, as relações entre eles e com outros grupos, ou como viviam. As informações, muito parciais, encontram-se nos livros de notários, registos de nascimentos e mortes, nos relatórios oficiais, nas narrativas de viajantes, na documentação de arquivo e, também, nos jornais da época. Os censos populacionais das ilhas são também preciosos auxiliares para determinar as origens geográficas e «étnicas» dos escravos provenientes da costa oriental africana.

² Entre outros ver: Alpers, 2001, 2005a; Capela, 2002a, 2016; Fuma, 2005; Low, 2005; Rocha, 2006.

³ Esta designação deu-a Isabel Castro Henriques (2000) às ilhas de São Tomé e Príncipe, também elas povoadas com contingentes de escravos durante vários séculos, incluindo escravos de Moçambique.

As pessoas levadas para as ilhas como escravas descreviam-se e identificavam-se a si próprias pela sua origem étnica. Em 1806, na ilha Reunião (ex-ilha de França), mais de 40 % dos escravos eram designados por *Moçambiques* e constituíam uma variedade de origens étnicas, nomeadamente *Macouas* ou *Maquois* (Macuas), *Mindiahous* (Ajaus ou Yao), *Makondés* (Macondes), *Yambanes* (de Inhambane) e outros. Num processo verbal dos interrogatórios destinados a constatar a proveniência de diversos indivíduos da população negra, foi levado a depor um indivíduo que o fez nos seguintes termos: “*Eu sou cafre moçambique, no meu país chamava-me Tambéra. No navio em que nos encontrávamos... viemos para Saint-Denis em que fomos desembarcados*”⁴. A origem mencionada refere-se à atual área do distrito de Tambara, situado a norte da Província de Manica, limitando com a margem sul do rio Zambeze.

Os vocábulos *Macouas*, *Mudiaous*, *Makondés* e outros estão bem vivos nas ilhas ainda hoje. Havia gente conhecida também sob as designações de *Zambezianos* e *Quelimanes*, certamente oriundos da Zambézia ou saídos pelos porto de Quelimane. É muito usual a designação do *Yambane*, que se refere a todos os escravos do sul de Moçambique, embarcados a partir do porto de Inhambane. Muitos destes indivíduos eram Tsongas, sendo este etnónimo também utilizado nas diásporas. A designação de *Yambane* (ou *Nyambane*) era nas ilhas assumida como uma identidade distinta entre os escravos da África Oriental no século XIX. Ainda hoje é muito acentuada, havendo evidências de algumas famílias ainda se auto-designarem dessa forma⁵. Baissac (1887), primeiro, Chaudenson (1974), depois, afirmaram a importância dos vocábulos de origem «moçambicana» no fundo lexical crioulo das ilhas de França/Reunião e Bourbon/Maurícia.

Pode-se, por isso, dizer que não há hoje grandes dúvidas em reconhecer a diversidade de origens dos *Moçambiques* ou *Mozambiky*, como também eram conhecidos nas ilhas do Oceano Índico. A imagética sobre Africanos escravos, ou descendentes, constantes na documentação de arquivo e nos catálogos, refere uma variedade de *Moçambiques* cujas figuras mostram diferentes formas de escarificações corporais, próprias de muitos dos povos da África oriental, e diferentes origens étnicas. Um número significativo de famílias busca reconhecer as suas origens moçambicanas. Além destas, certas danças transportam o nome *moçambique*, ainda que as origens de algumas delas sejam mais diversas do que a designação indica. Como *Moçambiques* eram também conhecidos escravos originários de outras zonas fora do actual território de Moçambique – Maravi, Nyamiwezi, etc. Durante o século XIX, foram identificados descendentes de escravos macuas e devem ter mantido alguma desta identidade. Os *Moçambiques*, de um modo geral, mantiveram alguma identidade, nessas zonas onde eram mais numerosos, como sugere Alpers (2001: 85) após pesquisas efetuadas mais recentemente. Assim, ainda que possa surpreender, é relevante o facto de os *Moçambiques*, de um modo geral, terem mantido traços de identidade de origem, mormente nas zonas onde eram mais numerosos.

Na Ilha Maurícia, o censo de 1830 faz a distinção das classes de escravos, em que aparecem os *Moçambiques* representando a classe 4 com dois quintos da população escrava. Segundo Alpers (2001: 85), nesta população estavam referidos os *macouas*, *mondjavoas*, *senas*, *moussenas*, *yambanes*, *mouquindos*, *maravis*, *macondes*, *niamoeses*, todos designados pelo nome colectivo de *Moçambiques*. Apesar da diversidade das origens étnicas e linguísti-

⁴ Documentação sobre “Inquirições, registos, actas e listas de nascimentos.e mortes, e fotografias constantes ou depositados nos Arquivos Documentais da ilha Reunião”. In: *Catálogo da Exposição «Île de La Réunion. Regards Croisés sur l’Esclavage, 1794-1848»*. Paris/Saint-Denis: Somogy Éditions d’Art/Association Les Cahiers de Notre Histoire, 1998, p. 68.

⁵ “Processos Verbais de Interrogatórios” e “Assentos e Registos de Nascimentos e Óbitos de Negros e Escravos”. In: *Catálogo da Exposição «Île de La Réunion. Regards Croisés sur l’Esclavage, 1794-1848»*. Paris/Saint-Denis: Somogy Éditions d’Art/Association Les Cahiers de Notre Histoire, 1998, pp. 68-159.

cas destes grupos, acabaram por constituir a categoria de *Moçambiques* e, depois, a de *Crioulos*, que indica também hoje os descendentes afro-malgaches e, entretanto, pessoas cujos ancestrais foram escravos. Há evidências de a língua eMakwa (macua) ter sido falada ainda durante muito tempo, bem para além da emancipação dos escravos, identificando-se muitos termos já integrados no vocabulário popular da ilha Maurícia, similarmente ao que acontece com a Reunião (Baissac, 1887; Chaudenson, 1974).

No século XIX e grande parte do século XX, chamar a alguém *Moçambique* nas ilhas era considerado pejorativo, por indicar uma pessoa de origem escrava. Contudo, essa imagem vem sendo gradualmente esbatida. Antes instrumento para marginalizar os Crioulos, na Maurícia, e os Cafres, na Reunião, tal designação tornou-se numa *identidade* reclamada pelos ilhéus que desempenham cada vez mais um papel central nas sociedades das ilhas. Autores como Barker (1996: 64-70) consideram os Mauricianos *Moçambiques* como uma comunidade étnica. Este processo de investigação histórica de famílias, e que permite determinar as origens e reconstituir histórias de famílias, é desenvolvido no âmbito do projeto *Origins* do Centro de Cultura Africana Nelson Mandela, de Port Louis, na ilha Reunião⁶.

2.2. Ocupações e/ou profissões dos escravos e contratados

Os efeitos da escravatura e dos tráficos não só afetaram as sociedades africanas como também modificaram as condições de ocupação e de exploração nas ilhas do Índico. Escravos domésticos, escravos de ofícios e escravos de lavoura, terão sido, porventura, os pilares do sistema escravocrata implantado nas ilhas. Que competências tinham os escravos ou os contratados? Como eram escolhidos? Impunham-se pela sua competência, pela sua personalidade?

Nos estudos até hoje produzidos, são raras as referências às competências e habilidades dos escravos oriundos de Moçambique ou da África Oriental. Mas, é provável que entre os escravos se encontrassem os mais dados aos trabalhos mecânicos, os artesãos, cuja capacidade de transformação e de invenção cultural possa ter tido alguma influência na organização da produção (agrícola ou artesanal) e, porventura, das sociedades das ilhas. Certamente que entre eles se encontrariam ferreiros, calafates, carpinteiros, pedreiros, marinheiros e tecelões. Vários autores apontam referências quase sempre a escravos de lavoura (plantação), mas também a alguns artesãos e escravos domésticos. Ora, sabe-se que em Moçambique, nos séculos XVIII e XIX, em pleno auge dos tráficos, os ofícios mecânicos eram desempenhados por escravos, que até eram mandados *industrializar-se* pelos próprios senhores (Capela, 2002b: 239). A documentação contém referências a escravos experientes nos ofícios de ferreiro, calafate, pedreiro, carpinteiro, marinheiro, barqueiro, tecelão, etc., que trabalhavam para o Estado ou para particulares. Foram eles que construíram os grandes edifícios e palácios na Ilha de Moçambique e em outras zonas de ocupação portuguesa, e que se ocupavam da navegação, costeira e oceânica (Capela, 2002b: 233-245; 2005: 188-192). Porém, é necessário que as pesquisas prossigam no sentido de inventariar mais sobre os ofícios a que se dedicavam os escravos *Moçambiques* nas ilhas.

Muito está ainda por fazer relativamente ao papel das mulheres, escravas e descendentes, bem como sobre as suas origens e o seu peso demográfico. Teriam as mulheres um peso significativo na população escrava das ilhas? Qual a percentagem de mulheres e o que

⁶ Para a ilha Reunião, ver Fuma, 2005: 247-256, referindo documentação dos Arquivos Departamentais da Reunião, *Registos especiais de 1848*. Para a Ilha Maurícia, ver Low, 2005: 367-371, citando documentos dos Arquivos Nacionais da Ilha Maurícia, Série KK 1/II, designadamente: *Registo dos nomes dos libertos da ilha Maurícia, em 1835*; *Report on the census enumeration made in the colony of Mauritius and its dependencies on 31 March 1901*; *Report on the census enumeration made in the colony of Mauritius and its dependencies on 31 March 1911*.

faziam principalmente? Quantas eram originárias de Moçambique, ou, pelo menos, da costa oriental de África? Tinham papel de relevo nos grupos em que estavam inseridas? Os censos, tanto na Ilha da Reunião como na Ilha Maurícia, mostram um reduzido peso demográfico das mulheres. Dão também alguma indicação da origem de mulheres escravas, cujos registos e referências remetem para Moçambique, como é o caso das actas e registos de nascimentos e mortes. Um desses registos, de 1834, dá conta do nascimento de uma criança do sexo feminino, de nome Velina, filha de uma escrava originária de Moçambique⁷. Na documentação iconográfica do século XIX encontram-se alguns elementos que levam a crer que as mulheres estão presentes em percentagem razoável entre a população escrava e descendente de escravos⁸. É provável que muitas destas mulheres tivessem participado nos diversos movimentos sociais que ocorreram entre a população escrava no século XIX, nas ilhas. Elas eram certamente as responsáveis pela preservação das tradições culturais africanas, nomeadamente jogando um papel importante na organização das festividades e na combinação das culinárias africanas com as indianas, chinesas e europeias. Sabe-se que um número razoável destas mulheres ganhou a sua liberdade, mas pouco ou nada se sabe das que, em algum momento, tenham voltado a África com os seus familiares. Num dos poucos casos conhecidos de mulheres que regressaram a Moçambique foram identificadas, no inventário de um navio proveniente da ilha Reunião em 1893, apenas cinco mulheres e uma criança em um total de 560 repatriados⁹.

2.3. Organização social na origem e no destino

Uma outra questão que carece de mais investigação é a da possível formação de associações do tipo das irmandades e confrarias, tão prolíferas em outras sociedades, nomeadamente a brasileira e as caribenhas. Em todo o lado onde se constituíram, estas associações tinham, normalmente, por objetivo a diversão em comum, a ajuda mútua em casos de doença e morte (apoio às famílias, aos funerais, etc.). Elas contribuíram amiúde para aproximar pessoas de origens, raças e religiões distintas, destruindo assim barreiras criadas por preconceitos absurdos. O carácter organizado das festas e atividades das associações podem dar-nos a ideia de como estes grupos souberam conservar traços identificadores das suas culturas.

A viver nas plantações ou nos centros urbanos, aos Africanos decerto não agradaria muito, em caso de morte, serem enterrados de noite, em qualquer lugar, fosse num campo ou numa montanha desabitada. Se tivermos em conta o quão importante é a reverência dos Africanos à morte e, também, a importância dos funerais em África, compreendemos a razão pela qual os Africanos tendem a organizar-se em associações, e que tenham, em pouco tempo, aderido às religiões dominantes, as que permitiam uma oportunidade de se juntarem, assim se favorecendo a interação cultural. Os mortos não seriam assumidos apenas pelos membros da família mas por toda a comunidade. Nessas cerimónias, como ocorria nas ilhas das Caraíbas, por exemplo, os Africanos usavam, certamente, uma língua acrioulada, que acabavam por criar à sua chegada às ilhas.

Hoje, nas ilhas Reunião e Maurícia, as comunidades encontram-se organizadas em grupos e associações dinâmicas, tais os casos da Associação Cafre (Reunião)¹⁰ e do Movimento

⁷ "Naissances et décès d'esclaves à Saint-Joseph en 1831-1834". In: *Catálogo da Exposição «Île de La Réunion. Regards Croisés sur l'Esclavage, 1794-1848»*. Paris/Saint-Denis: Somogy Éditions d'Art/Association Les Cahiers de Notre Histoire, 1998, p. 159.

⁸ *Idem*.

⁹ AHM, Governo do Distrito de Inhambane, Cx. 6, Maço 2, n.º 10, *Informação do cônsul português em St. Denis para governador de Inhambane*, 25/02/1893.

¹⁰ Fuma, 2005, referindo os Arquivos Departamentais da Reunião, Registos especiais de 1848.

Crioulo (Maurícia)¹¹, com toda a probabilidade sucedâneos de grupos que se constituíram durante todo o processo de formação das sociedades das ilhas Mascarenhas.

Ao contrário do movimento de regresso entre o Brasil e a África Ocidental, fenómeno bem documentado e já suficientemente divulgado por diversos autores¹², são escassas as evidências de escravos e seus descendentes que tenham porventura regressado a Moçambique. Na Ilha Maurícia, onde, no século XIX, a lembrança de África estava bem viva, Perthum¹³ indica casos de escravos libertos que retornaram à terra de origem.

Nas duas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, vieram para Moçambique, primeiro para a ilha de Moçambique, estendendo-se depois a outros centros, nomeadamente Lourenço Marques e Inhambane, grupos provenientes das ilhas do Oceano Índico, que cedo se organizaram em defesa dos seus interesses. Foi nesse período que se formaram em Moçambique associações de defesa e ajuda (mutualidades) de emigrantes das ilhas Mascarenhas, nomeadamente de mauricianos e reunionenses, em cuja constituição se encontravam, com toda a probabilidade, «crioulos» das ilhas.

Uma dessas associações é a Sociedade de Socorros Mútuos e de Beneficência «*La Mutuelle Mauricienne*», fundada em 1921, com sede social em Lourenço Marques, e que tinha por fim reunir os seus membros, residentes em Moçambique, “*por uma solidariedade fraternal, para o caso de precisarem de auxílio*”¹⁴. Segundo os Estatutos¹⁵, a associação era constituída por mauricianos e pessoas nascidas em Moçambique de pais mauricianos¹⁶, o que deixa entender a existência de uma comunidade das ilhas em Moçambique bem antes de iniciar o século XX. Os nomes constantes dos órgãos diretivos da associação permitem estabelecer uma similaridade com os nomes mais usuais entre as famílias «crioulas» nas ilhas Maurícia e Reunião¹⁷.

Relativamente à Reunião, estão documentadas levas de repatriamento, isto é, de retorno a Moçambique, de ex-contratados em finais do século XIX e início do século XX. Este movimento dirigiu-se a Inhambane, um dos mais importantes portos de partida de escravos e contratados no sul de Moçambique. Na última década do século XIX, a documentação de arquivo permite identificar vários barcos transportando trabalhadores de regresso a Moçambique¹⁸. Ainda para a Reunião, com ligação muito provável ao Movimento ou Associação Cafre que ali foi criado, a pesquisa em curso no âmbito da componente de histórias de vida do projeto *Memórias da Diáspora* permitiu-me identificar famílias descendentes de contratados (os *libres engagés*) que regressaram à terra dos seus antepassados. Cito como exemplo o caso da família de apelido Cafre, cujas origens remontam às famílias Nicuere e Amua, dos Macua-Lómwè da Zambézia, de que alguns membros foram embarcados sob contrato para as plantações daquela ilha do Índico, em finais do século XIX, e ainda no século XX. Cafre Nicuere, já nascido na Reunião, era filho de Nicuere, tendo este sido transportado com toda a probabilidade como contratado para aquela ilha em finais do século XIX. Através destas famílias, pudemos confirmar a semelhança e afinidade de

¹¹ Fuma, 2005, referindo os Arquivos Nacionais da Ilha Maurícia, Série KK I/II, *Application de la Loi du 24 septembre 1814; Registo dos nomes dos libertos da ilha Maurícia, em 1835*. Todos os nomes dos libertos da Ilha Maurícia foram registados sob directiva do Centro Nelson Mandela da Ilha Maurícia.

¹² Rodrigues, 1964; Silva, 1994.

¹³ Cf. Low, 2005: 367-371.

¹⁴ Foi oficializada por Alvará de 7 de Abril de 1923, da Secretaria Provincial do Interior em Lourenço. Ver: *Boletim Oficial* n.º 21, 25/05/1923: 132-133.

¹⁵ Estatutos da Sociedade de Beneficência «*La Mutuelle Mauricienne*», in *Boletim Oficial* n.º 21, 25/05/1923: 132-133.

¹⁶ Em Moçambique, *Mauriciano* era o nome dado à generalidade das pessoas oriundas das ilhas Mascarenhas, precisamente a Maurícia e a Reunião.

¹⁷ Entre outros estão identificados nomes e apelidos como Trim, Ciseaux, Grancourt, Cangy, Adam, Whittle, Reasonable, Labistour, Le Bon, Régnaud, Dimingue, Carrière, Polanah, Baronet, Poitevin e Moplé. Ver: Estatutos da Sociedade de Beneficência «*La Mutuelle Mauricienne*», in *Boletim Oficial* n.º 21, 25/05/1923: 132-133.

¹⁸ Cf. Capela e Medeiros, 1987: 59-61, Notas 103-111, pp. 69-70.

certas manifestações culturais (danças, rituais, plantas, culinária) entre a comunidade Cafre da ilha Reunião e o grupo macua-lómwè da Zambézia¹⁹.

2.4. Manifestações culturais

Já vários autores apresentaram evidências de manifestações populares, geralmente associadas a grupos com origem em Moçambique, assumindo por vezes cariz religioso. Nos estudos efetuados, pouco se tem dito sobre as manifestações religiosas, sobretudo sobre os rituais no espaço das irmandades negras, quase sempre organizadas como associações autónomas.

Ao nível das práticas religiosas, é importante um maior esforço de investigação. Neste domínio pode abrir-se uma via de reencontro com a África, dando, porventura, azo a uma reafirmação dos cultos, que as viagens e os contactos, agora possíveis, podem tornar mais autênticos. Nas ilhas do Índico, são vários os sincretismos ali existentes por influência das culturas negras originárias de Moçambique e de toda a África Oriental. Nas ilhas Reunião e Maurícia, é reconhecida a influência das culturas afro-orientais, nomeadamente de Moçambique, desde as práticas de fetichismo ao folclore, aos cânticos e às danças, tornando forte uma certa consciência racial, elemento predominante mesmo nas relações sociais. Este é também o espaço reservado aos movimentos ritmados, aos jogos, às trocas verbais, ao mesmo tempo imitando a luta, o combate. Teelock (2005: 279-281) e Alpers (2005b: 52-69), conhecedores da história e da cultura das ilhas do Índico, afirmam que a ignorância e o medo de muitas pessoas de serem identificadas com uma cultura africana se mantiveram até muito recentemente, o que dificultou o reconhecimento das suas identidades.

Na Reunião são reconhecidas as danças e cantos *moringue*, *sega* e *maloya*, cuja origem se crê estar também em Moçambique²⁰. *Maloya* é, segundo o músico e compositor reunionense Davy Sicard, que não descarta a hipótese de ter origem em Moçambique, o ritmo tradicional mais conhecido na Reunião, que reenvia para o estado de transe o corpo e o espírito. É um cântico forte que relata o sofrimento dos escravos que foram levados como mão-de-obra para a ilha que, como se sabe, serviu durante muito tempo de presídio de europeus. A origem do *maloya* está ainda por determinar, sabendo-se, todavia, que “*nasceu da fusão de expressões musicais, vocais, instrumentais e de danças de escravos africanos*”, levadas para a Reunião por escravos negros oriundos de Madagáscar. Praticado em segredo, em círculos fechados, era através do *maloya* que os escravos procuravam comunicar-se e trocar ideias, que lhe valeram a perseguição pelos ideólogos da escravatura e pelas elites dirigentes, que viam nesta manifestação tendências de criouliização da ilha. O *maloya* fala da terra, do povo, da história, estabelecendo espiritualmente a comunhão entre vivos e mortos (antepassados).

O *maloya* está intimamente ligado ao *marron*, designação dada aos descendentes de escravos, já mestiçados, e que na Reunião está bem inserido no imaginário popular dos ilhéus, como uma espécie de filosofia de ser e de estar, isto é, “*uma pessoa que se sabe levantar, discutir e exigir a sua liberdade*”. Muito ligado aos movimentos sociais nas ilhas, a impor-

¹⁹ Cafre Nicuere, já nascido na Ilha Reunião, aqui casou com Anaisse Murakelle, também natural da ilha, com quem teve vários filhos. Nicuere veio para Moçambique em finais dos anos 30 do século passado acompanhado de parte da sua família, entre os quais Mateus Cafre, estabelecendo-se no Alto Molócué, um distrito da Zambézia. Mateus Cafre voltou à Reunião como contratado e de lá regressou em finais dos anos 40, juntando-se à família no Alto Molócué. Alfabetizado e diplomado, foi professor na missão católica do Alto Molócué, sendo obrigado a refugiar-se no Malawi durante a guerra civil que assolou Moçambique durante 16 anos. Regressado à Zambézia em 1995, retomou a sua vida normal e o lugar de professor na escola da Missão Católica local. Estes dados foram recolhidos no âmbito do projecto *Memórias da Diáspora - Histórias de Vida*, em entrevista com um dos descendentes da família Cafre, filho de Mateus Cafre, de seu nome Aires Cafre, na altura estudante na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, em 2009/2010.

²⁰ Savana, 07/07/2006: 31.

tância do vocábulo *marron* remete para os tempos da escravatura, em que os escravos levados para a ilha se levantaram para exigir a sua liberdade. Para Sycard, assumindo-se o espírito maloya, “a Reunião torna-se possível”²¹.

Para Karl Kugel²², um antropólogo *doublé* de museólogo, da Ilha Reunião, são evidentes as semelhanças da dança *moringue* e outras práticas culturais antigas da Reunião com manifestações culturais do Norte de Moçambique, em particular as que assumem a forma de danças guerreiras ou de combate. Também Phillipe Bessier identificou várias danças, entre as quais a *moringue*²³, o que de certo modo confirma a tese de Kugel, atribuindo a esta dança uma origem em Moçambique. A *moringue* também se pratica em Madagáscar com o nome de *morangué*, e na Mayote, onde leva o nome de *merenguê*, tendo sido identificadas, segundo Kugel²⁴, pelo malgache Jean René Dreinaza. É sabido, estas ilhas receberam numerosos grupos de escravos e contratados provenientes de Moçambique ao longo do século XIX.

Tanto Kugel como Dreinaza referem que estas práticas populares, às quais estão ligadas personagens de representação popular como o Jackô, não sendo de origem indiana, chinesa ou polinésia, são, certamente, de origem afro-oriental e praticam-se em quase todo o Índico ocidental. Kugel afirma que estavam ainda muito presentes em toda a Reunião nos anos 50 e 60 do século passado²⁵. Como dança guerreira, a *moringue* apresenta-se ao mesmo tempo como uma forma de dança tradicional e uma prática desportiva. A mitologia diz que a *moringue* existia em África e que foi disseminada nas ilhas do Oceano Índico pelo tráfico de escravos. A sua existência é mais um dos elementos comprovativo dos laços estabelecidos entre pessoas oriundas de Moçambique transportadas para as ilhas do Oceano Índico, cujos descendentes e aspectos da sua cultura são hoje parte da população e da cultura das ilhas. Baissac, citado por Police (2000: 57-69), refere-se igualmente à dança *sega*, também *chega* ou *tchega*, como sendo originária de Moçambique, e que era provavelmente cantada pelos negros refugiados nas montanhas.

O contributo de Moçambique para as línguas crioulas das ilhas parece estar ligado ao dialecto crioulo designado *shongor*, identificado na Ilha Maurícia. Os vocábulos *Yambane* (designando os oriundos de Inhambane), *Macoua* (os de origem Macua ou Makhwa), *Mundiaou* (os Yao ou Ajaua), e outros, estão bem vivos na memória e na oralidade das ilhas. Chaudenson (1974: 916, 1093) confirma o que Baissac também havia registado em 1887: a importância de vocábulos de origem moçambicana no fundo lexical crioulo da ilha Maurícia, e, certamente, também da Reunião.

2.5. Resistência vs passividade

As formas de resistência dos escravos, tanto nos locais de destino como nos de origem, constituem um dos aspetos mais negligenciados e mais nebulosos da história dos tráficos e das escravaturas. Esta ausência de estudos sobre revoltas e insurreições dos escravos deixa subentender toda uma passividade face aos maus tratos e condições de vida e de trabalho por parte dos escravos, libertos e contratados. Será que os Africanos não resistiram? Colaboravam pura e simplesmente para conseguir a confiança do senhor?

Até recentemente, no domínio das resistências de escravos, a atenção dos investigadores permaneceu mais focada nas insurreições a bordo dos navios negreiros, nas revoltas (qui-

²¹ *Savana*, 12/10/2007: 30.

²² *Savana*, 07/07/2006: 31.

²³ Informação recolhida durante o Seminário *Causas e Consequências da Escravatura Ontem e Hoje*, realizado na Ilha de Moçambique, co-organizado pelo ARPAC/Ministério da Cultura e pela Universidade da Ilha Reunião, em Agosto de 2007.

²⁴ *Savana*, 07/07/2006: 31.

²⁵ *Idem*.

lombolas) e nas fugas nas Américas, esquecendo África. Ora, é mais do que provável que em África tenham ocorrido revoltas e fugas, algumas das quais já conhecidas, ainda que não profundamente estudadas. Começa-se, hoje, a perceber a amplitude deste fenómeno ao longo dos séculos de vigência do tráfico.

As pesquisas efetuadas vão dando conta de revoltas na costa, opondo-se os escravos, quase sempre violentamente, à deportação, ou de insurreições nos navios negreiros em plena viagem, algumas delas espetaculares e até vitoriosas, seguidas da destruição dos próprios navios. Para África, são mais conhecidas algumas revoltas de escravos no século XIX, o que não significa que não tenham ocorrido anteriormente. Simplesmente, tais revoltas e insurreições não chamaram a atenção dos investigadores, mais preocupados com as formas de submissão e a integração dos escravos nas sociedades de destino. Embora haja, nos últimos tempos, mudanças de pontos de vista por parte dos investigadores, o estudo geral sobre as revoltas de escravos em África mantém-se muito incompleto²⁶.

Em Moçambique, o século XVIII foi marcado por revoltas de escravos, de que as mais conhecidas são as dos célebres «achicunda», escravos guerreiros ao serviço dos senhores dos prazos, em reacção à sua iminente venda como escravos aos traficantes da costa com destino aos mercados externos.

Nas ilhas do Índico, as comunidades originárias de Moçambique usaram as danças como formas de manifestação identitária. Estas manifestações, de tradição já antiga, são vistas como traços importantes das culturas afro-orientais e formas de expressão cultural e de resistência negra.

Um melhor conhecimento da história dos movimentos sociais nas ilhas do Índico em busca da liberdade, nos séculos XVIII e XIX, certamente imbuídos dos ideais da Revolução Francesa e do liberalismo jacobino, pode ajudar-nos a entender melhor, não só a dinâmica desses movimentos mas também a das eventuais resistências dos escravos, ou já libertos, nesses períodos. A trajetória, por vezes épica, destes grupos e movimentos de resistência, pode inscrever-se na luta pela liberdade, embora, na maioria das vezes, sem ter tido a oportunidade histórica de pôr em prática esse mesmo ideal de liberdade.

Nas ilhas Maurícia e Reunião, a resistência dos escravos passou pela procura de refúgio nas zonas montanhosas. Em todos os casos históricos conhecidos foi assim, dado que, conhecedores dos terrenos que pisavam, procuravam refúgio na sua *fortaleza natural*. Estas questões, de difícil resposta categórica, requerem mais pesquisa, mormente sobre as situações que podiam suscitar revolta ou reacção, ainda que sob a forma passiva. A leitura da legislação sobre os escravos, os famosos *códigos negros*, evidencia o reconhecimento da existência jurídica do escravo, não pela *obediência positiva* – ao escravo não era reconhecida vida própria, era tido como um objecto –, mas pela negativa, ou seja, pelos casos de revolta ou desobediência, prevendo-se sanções para tais atitudes. Segundo Sala-Molins (1998: 72-73), o senhor era o único juiz que determinava a sanção, por desobediência, ou a liberdade ou alforria em caso de *obediência positiva*.

Se se levar em conta a exiguidade dos territórios das ilhas, pode inferir-se que tal situação não tenha permitido a formação de grandes comunidades resistentes, semelhantes aos *quilombolas* ou *mocambos* da América do Sul e das Caraíbas. No entanto, nas ilhas existem os chamados movimentos de *marrons*, grupos de escravos revoltados que se refugiavam nas montanhas, e onde vários escravos *Moçambiques* se destacaram. As montanhas da ilha Maurícia, especialmente o monte Le Marne Brabant, ficaram como referência, para os mauricianos, de ligação aos movimentos revoltosos.

²⁶ M'Bokolo, 2003, I: p. 467.

Teelock (2005: 279-294) chamou a atenção para a existência de vários escravos *Moçambiques* (macuas, sobretudo). Alpers (2000: 89), por sua vez, destacou o papel de liderança de escravos oriundos de Moçambique – os escravos Hercule e Bataillon-Carre, que se identificaram como Macua («macoua» ou também «maquois»), e Martin que se descrevia a si próprio como Ajaua/Yao («mindihaou»). Encontram-se referências a condenados na ilha Reunião por rebelião e insubordinação, a indiciar a sua participação em manifestações de luta e de protesto. No seu regresso a Moçambique, vários deles vinham mencionados como perigosos e sob vigilância²⁷.

3. Notas finais

Este estudo pretende abrir caminhos na reflexão sobre o porquê do esvaziamento da memória das escravidões na maior parte das sociedades onde o fenómeno ocorreu de uma ou de outra forma.

Como já foi dito, o tráfico de escravos teve incidências económicas e sociais em Moçambique, mas proporcionou o estabelecimento de relações culturais e políticas especiais de Moçambique com as ilhas do Oceano Índico, a partir do século XVIII.

A fragmentação e a dispersão das fontes dificultam o estudo desses processos. As principais fontes para seguir o rasto dos *moçambicanos* parecem ser os arquivos dos cartórios notariais e registos paroquiais, onde podemos determinar a origem e a descendência dos escravos, os assentos de nascimentos e óbitos, importantes por se tratar de verdadeiros atos administrativos, que possuem indicações obrigatórias mínimas (nomes de origem, estatuto, profissão, etc.), tal como o são os catálogos fotográficos e de gravuras, além, obviamente da demais documentação arquivística.

Estudos sobre a coesão social em torno das associações, mormente as culturais e religiosas, criadas onde os moçambicanos se encontravam, abrem certamente espaços para pesquisas, como, por exemplo, a das relações estabelecidas e do espírito de competitividade entre essas entidades, procurando-se assim identificar as diferenças e aspetos comuns estabelecidos nos diversos espaços entre essas formas de organização já conhecidas. Uma linha de pesquisa que se mantém actual é a de saber como os escravos oriundos de Moçambique e seus descendentes já livres procuraram reconstruir as estruturas políticas, religiosas e económicas das terras de origem.

Os estudos sobre o tráfico e os diferentes sistemas de escravidão devem cada vez mais refletir a preocupação pela dimensão humana dos escravos, procurando mostrar as formas pelas quais os Africanos participaram nas mudanças culturais ocorridas tanto nas suas comunidades de origem como na construção do tecido socio-cultural das sociedades de destino. De igual modo, o estudo das diversas formas de resistência, algumas já inventariadas, dará certamente um contributo para devolver aos Africanos a dignidade tantas vezes recusada, deitando por terra a ideia instalada sobre a pretensa passividade dos moçambicanos, e dos africanos em geral, que teria facilitado tanto a escravatura como o tráfico de escravos ou a dominação colonial. As sociedades das ilhas, nomeadamente da Reunião e da Maurícia, são o resultado de sínteses de experiências culturais e entrecruzamentos étnicos – negros, malgaches, brancos, indianos e chineses. Na verdade, foi o trabalho escravo e servil que permitiu, também aqui, a *reconstrução* ou a *invenção*²⁸ das sociedades de hoje nestas ilhas, marcadas, como outras, a ferro e fogo pela intervenção colonial.

²⁷ AHM, Governo do Distrito de Inhambane, Caixa 28, Maço 4, n.º 3, *Liste de Repatriement par Champenois*, de 3/10/1891; AHM, Governo Geral, Caixa 25, Maço 1, n.º 33, *Do Cônsul de França para o Governador-Geral*, 14/04/1892; AHM, Governo do Distrito de Inhambane, Caixa 6, Maço 2, n.º 10, *Do Cônsul de Portugal em Saint-Denis para Governador de Inhambane*, 25/02/1883. Ver também o que sobre esta matéria referem Capela e Medeiros, 1987: 58-59.

²⁸ No sentido que lhe conferem Benedict Anderson (1983) e Isabel Castro Henriques (2000).

Nas ilhas, a população de origem africana é facilmente identificável, embora atualmente grande parte se encontre diluída no grupo genericamente designado de *crioulo*. O estudo deste grupo torna-se, por vezes, difícil, por se tratar de uma população durante muitos anos marginalizada e que, para sobreviver nestas sociedades, acabou por se diluir na população, escondendo dessa forma as marcas da origem escrava.

Cortados das suas origens geográficas, os Africanos procuram hoje estabelecer ligações às suas culturas originais, reveladas em actos durante as cerimónias ligadas à morte, ou transmitir elementos do seu reportório cultural, presente em contos, provérbios, crenças, danças e músicas tradicionais. Assim, ainda hoje, podemos encontrar na tradição mauriciana ou reunionense, porventura já alteradas, mas ainda fortes, sobrevivências culturais dos grupos de origem dos escravos e contratados que foram levados de Moçambique para estas ilhas nos séculos XVIII, XIX e XX. Pode aventar-se que a hegemonia das culturas dominantes não parece ter impedido os *Moçambiques* e outros grupos de origem africana de cultivarem os traços das suas culturas de origem.

No estado atual das investigações, não é arriscar demais dizer-se que, afinal, a relação das ilhas do Índico com África perdurou e continua a marcar algumas das mudanças que vão ocorrendo em ambos os lados do Índico. É necessário prosseguir com as pesquisas para estudar melhor as comunidades de origem africana nas ilhas do Índico, e das comunidades oriundas das ilhas em Moçambique, pela importância que devem representar na formação dos nossos povos. Para tal, é importante que sejam estabelecidos intercâmbios entre a história, a antropologia e a sociologia, e também entre cientistas sociais e suas instituições (universidades, centros de investigação, instituições da cultura), procurando aprofundar opções metodológicas e teóricas numa perspectiva interdisciplinar. Tendo em vista a continuidade dos estudos do tráfico e de outras formas de trabalho migratório, fundamental para resgatar toda uma memória coletiva, impõe-se elaborar um projeto que envolva todos os países cujas sociedades foram moldadas pelos efeitos das formas de trabalho servil, e pela influência das culturas africanas. Um processo de intercâmbio já foi iniciado, timidamente embora, como o ilustram os vários programas e ações entre entidades moçambicanas, reunionenses e mauricianas da cultura.

Testemunho desse dinamismo são os acordos de cooperação rubricados entre Moçambique e a Reunião em 2006²⁹. Em Dezembro desse ano, assinalando mais um aniversário do fim da escravatura nas ilhas, realizou-se na Reunião um grande evento cultural em que Moçambique marcou presença como convidado especial, através de grupos culturais de música timbila e dança mapiko, da Companhia Nacional de Canto e Dança, e de exposições de arte moçambicana sob a direcção do Museu Nacional de Arte e do Departamento de Museus do MEC. A representação moçambicana participou ainda em encontros académicos, designadamente em debates sobre os tráficos em direcção à Reunião³⁰.

Em 2007, realizou-se na Ilha de Moçambique uma conferência internacional, organizada pelo Arquivo do Património Cultural de Moçambique – o ARPAC – e a Universidade da Ilha Reunião, subordinada ao tema *Causas e Consequências da Escravatura Ontem e Hoje*. O mais recente cruzamento entre moçambicanos e reunionenses realizou-se na ilha Reunião em Abril de 2008, em Saint-Gilles, pequena cidade a poucas dezenas de quilómetros a sudoeste de Saint-Denis, a capital, para onde se deslocou a Companhia de Canto e Dança de Moçambique, para um festival internacional que juntou artistas de países que partilham o Oceano Índico. Entre Moçambique e a Ilha Maurícia tinha já sido rubricado, em Novembro de 2014, um programa executivo sobre cultura e artes que, ao mesmo tempo,

²⁹ Notícias, 15/12/2006: 30.

³⁰ *Idem*.

visava consolidar as relações e a cooperação cultural entre os dois países, através da participação em festivais e exposições, a formação e a investigação³¹.

Para Moçambique, no campo mais estritamente académico e científico, impõe-se considerar, como forma de tirar do esquecimento e do remanso dos arquivos essas memórias antigas, a criação de um Departamento ou Centro de Estudos sobre a África Oriental e o Oceano Índico numa ou em várias das universidades moçambicanas, além, obviamente, do alargamento desses estudos a diversas disciplinas. Até agora, a presença dominante dos historiadores nestes estudos pode ter dado uma visão demasiado historicista e, como tal, redutora dos acontecimentos. Nas ilhas, grupos e associações impuseram já o debate destas questões no espaço público, também político, como o ilustra o dinamismo que hoje ali têm os movimentos *Crioulo* na Maurícia e *Cafre* na Reunião, debate esse que está longe de se ter esgotado e aproveitaria de uma reflexão comparativista com políticas de separações elaboradas em situações de genocídios, crimes de guerra ou contra a humanidade, que continuam a ocorrer até aos nossos dias. Pelo que foi reportado neste trabalho, a história mostra-nos que, tanto no domínio económico como no demográfico e cultural, se estabeleceram complementaridades e imbricações entre os espaços aqui referidos desde praticamente o século XVIII. Resta esperar que estudiosos e investigadores, de Moçambique e das ilhas do Índico, se sintam encorajados a uma vontade comum de mais cooperação.

Bibliografia e Fontes

Fontes

Documentos de Arquivo

Arquivo Histórico de Moçambique.

Fundo do Governo do Distrito de Inhambane, Caixa 28, Maço 4, n.º 3, *Liste de Repatriement par Champenois*, de 3/10/1891.

Fundo do Governo do Distrito de Inhambane, Caixa 6, Maço 2, n.º 10, *Do Cônsul de Portugal em Saint-Denis para Governador de Inhambane*, 25/02/1883.

Fundo do Governo Geral, Caixa 25, Maço 1, n.º 33, *Do Cônsul de França para o Governador-Geral*, 14/04/1892.

Periódicos

Notícias, 15/12/2006, 15/11/2014.

Savana, 07/07/2006.

Obras

Alpers, Edward (1970), "The French Slave Trade in East Africa (1721-1810)". In: *Cahiers d'Études Africaines*, 1970, n.º 37, pp. 80-124.

— (1975), *Ivory and Slaves in East-Central Africa. Changing Patterns of International Trade to the Later Nineteenth Century*. London: Heinemann.

— (2000), "Recollecting Africa: Diasporic Memory in the Indian Ocean World", In: *African Studies Review*, 43 (1), pp. 83-99.

³¹ *Notícias*, 15/11/2014: 17.

- (2001), “Becoming Mozambique. Diaspora and Identity in Mauritius”. In: Teelock, V. & Alpers, E. A. (eds.), *History, Memory and Identity*. Port Louis.
- (2005a), “Mozambique and «Mozambiques»: Slave Trade and Diaspora on a Global Scale”. In: Zimba, B., Alpers, E. e Isaacman, A. (eds.), *Slaves Routes and Oral Tradition in Southern Africa*. Maputo: Filsom Entertainment, Lda., pp. 39-62.
- (2005b), “Flight to Freedom: Escape from Slavery among bonded Africans in the Indian Ocean World, c. 1750-1862”. In: Campbell, Gwin, *The Structure of Slavery in Indian Africa and Asia*. London-Portland: Frank Cass, pp. 52-69.
- (2009), *East Africa and the Indian Ocean*, Princeton: Markus Wiener Publishers.
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso.
- Baissac C. (1887), *Le Folklore de l'Île Maurice*.
- Barker, A. J. (1996), *Slavery and Antislavery in Mauritius, 1810-33*. London.
- Béssière, Philippe (2001), *Vingt Décembre: le jour où La Réunion se souvient*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- (2005), “L'Invention du Cafre”. In: Fuma, Sudel (org.), *Regards sur l'Afrique et l'Océan Indien*, Paris: Le Publieur, pp. 449-455.
- Campbell, Gwin (1981), “Madagascar and the Slave Trade, 1810-1895”. In: *Journal of African History*, 22, n.º 2.
- (1989a), “The East African Slave Trade, 1861-1895. The Southern Complex”. In: *The International Journal of African Historical Studies*, 22, n.º 1.
- (1989b), “Madagascar and Mozambique in the Slave Trade of the Western Indian Ocean, 1800-1861”. In: Clarence-Smith, W. Gervase. (ed.), *The Economics of the Indian Ocean Slave Trade in the Nineteenth Century*. London: Frank Cass.
- (2005), *The Structure of Slavery in Indian Africa and Asia*. London-Portland: Frank Cass.
- Capela, José (1993), *O Escravismo Colonial em Moçambique*. Porto: Ed. Afrontamento, 1.ª edição.
- (2002a), *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Edições Afrontamento.
- (2002b), “Dos Cativeiros Tradicionais para o Escravismo Colonial em Moçambique”. In: Henriques, Isabel C. (org.), *Escravidão e Transformações Culturais. África - Brasil - Caraíbas*. Lisboa: Ed. Vulgata, 2002, pp. 234-245.
- (2005), “Identity, Sex, Age and Profession of Slaves in Mozambique in the Nineteenth Century”. In: Zimba et al (eds.), *Slaves Routes and Oral Tradition in Southern Africa*. Maputo: Filsom Entertainment, Lda., pp. 171-194.
- (2016), *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Edições Afrontamento, 2.ª edição refundida.
- Capela, José e Medeiros, Eduardo (1987), *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902*. Maputo: Núcleo Editorial da UEM.
- Catálogo da Exposição «Île de La Reunion. Regards Croisés sur l'Esclavage, 1794-1848»*. Paris/Saint-Denis: Somogy Éditions d'Art/Association Les Cahiers de Notre Histoire, 1998.
- Chaudenson, Robert (1974 II), *Le Lexique du Parler Créole de La Réunion*. Paris: Librairie Honoré Champion.
- Clarence-Smith, W. Gervase, ed. (1989), *The Economics of the Indian Ocean Slave Trade in the Nineteenth Century*. London: Frank Cass.
- Filliot, Jean-Michel (1974), *La Traite des Esclaves vers les Mascareignes au XVIIIe Siècle*. Paris: ORSTOM.
- (2003), “The Mascaregne Slave Trade and Labour Migration in the Indian Ocean in the Eighteen and Nineteenth Centuries”. In: *Slavery and Abolition*, 24/2, pp. 33-50.

- Fuma, Sudel (1979), “La traite esclavagiste dans l’Océan Indien: problèmes posés à l’historien, recherches à l’entreprendre”. In: *La traite négrier du XVème au XIXème siècle. Histoire Générale de l’Afrique*. Paris: UNESCO, Études et Documents II.
- (1994), *Histoire d’un Peuple: La Réunion (1848-1900)*. Saint-Denis: Université de La Réunion.
- (1999), “Essai d’ethno-démographie historique”. In: *Regards sur La Réunion contemporaine*. Saint-Denis: Université de La Réunion/L’Harmattan, pp. 378-393.
- , (org.) (2005a), *Regards sur l’Afrique et l’Océan Indien*. Paris: Le Publieur.
- (2005b), “Les noms d’esclaves et d’affranchis dans les îles créoles du Sud-Ouest de l’océan Indien au XIXème siècle”. In: FUMA, Sudel (org.), *Regards sur l’Afrique et l’Océan Indien*. Paris: Le Publieur, pp. 247-258.
- Gentili, Anna Maria (1998), *O Leão e o Caçador. Uma história da África sub-saariana*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique – Estudos 14.
- Gerbeau, Herbert (1979a), “Quelques aspects de la traite illegal des esclaves à l’Île Bourbon au XIXème Siècle”. In: Méhoud, C., *Mouvements de Populations dans l’Océan Indien*. Paris: H. Champion.
- (1979b), “La traite esclavagiste dans l’Océan Indien: problèmes posés à l’historien, recherches a entreprendre”. In: *La traite negrière du XVème au XIXème siècle. Histoire Générale à l’Afrique*. Paris: UNESCO, Études et Documents II.
- , (1999), “Communauté créole de l’île Maurice. Un combat pour l’Histoire. L’Histoire d’un combat”. In: *Annuaire des Pays de l’Océan Indien, 1997-1998*. Aix-Marseille: CRESOI, pp. 165-212.
- Henriques, Isabel Castro (2000), *São Tomé e Príncipe. A Invenção de uma Sociedade*. Lisboa: Ed. Vega.
- Low, Joscelyn Chan (2005), “De l’Afrique rejetée à l’Afrique retrouvée? Les «Créoles» de l’île Maurice et l’Africanité”. In: Fuma, Sudel (org.), *Regards sur l’Afrique et l’Océan Indien*, Paris: Le Publieur, pp. 367-385.
- (2002), “Les ex-apprentis dans la société coloniale: le recensement de 1846”. In: *Revi Kiltir Kreol*, n.º 1, Nelson Mandela Centre for Africano Studies.
- Manning, Patrick (1990), *Slavery and African Life. Ocidental, Oriental and African Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press.
- M’Bokolo, Elikia (2003), *África Negra. História e Civilizações. Tomo I – Até ao Século XVIII*. Lisboa: Editora Vulgata.
- Medeiros, Eduardo (1988), *As Etapas da Escravatura no Norte de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Newitt, Malyn (1997), *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Police, D. (2000), “Mauritian Segs: The Trace of the Slaves Emancipatory Voice, Cultural Studies and New Writing”. In: *UTS Review*, Vol. 6, n.º 2, pp. 57-69.
- Rocha, Aurélio (2006), “Diáspora e Memória, encontro de culturas”. In: CEAUP (coord.), *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*. Porto: Campo das Letras, pp. 541-571.
- Rodrigues, José Honório (1964), *Brasil e África: Outros Horizontes*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2 volumes.
- Sala-Molins, L. (2002), *Le Code Noir ou le calvaire de Canaan*. Paris: PUF.
- Silva, Alberto da Costa (1994), “O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX”. In: *STVDIA*, n.º 52, Lisboa, pp. 195-220.
- Teelock, Vijaya (2005), “From Mozambique to Le Morne Brabant Mountain. Being Young, Male and Mozambican in Colonial Mauritius”. In: Zimba, B. et al (eds.), *Slaves Routes and Oral Tradition in Southern Africa*. Maputo: Filsom Entertainment, Lda.

O negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c.1808 – 1829

Carlos Gabriel Guimarães*

pp. 67-79

Introdução

Após a partida do embaixador [duque de Luxemburgo, embaixador francês na corte do Rio de Janeiro em 1816], um homem generoso quem eu fora recomendado, o senhor comendador J. Rodrigues Pereira de Almeida, me propôs acompanhá-lo até a sua habitação, situada próxima ao rio Paraíba e cerca de 25 a 30 léguas do Rio de Janeiro: aceitei com sofreguidão e reconhecimento (...)' (Saint-Hilaire, 2000: 17).

Na sua primeira viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, August de Saint-Hilaire, acompanhado pelo “generoso” comendador João Rodrigues Pereira de Almeida, conheceu a região do médio do vale do rio Paraíba. Entre as fazendas onde pernitoitou, estavam os famosos engenhos de Pau Grande e de Ubá, sendo este último, propriedade do dito comendador. Em outras passagens do relato de sua viagem, Saint-Hilaire agradeceu ao comendador por arcar com as despesas da mesma e indicá-lo aos amigos que contribuíssem para que a viagem fosse proveitosa. Uma questão então surgiu: quem foi o comendador João Rodrigues Pereira de Almeida?

Filho do negociante e contratador José Pereira de Almeida, um dos maiores negociantes de grosso trato (homens de negócio) português do reinado de D. Maria I, e sobrinho do senhor de engenho de Pau Grande José Rodrigues da Cruz e do negociante Antonio Ribeiro de Avellar, João Rodrigues Pereira de Almeida foi um dos mais ricos e poderosos negociantes portugueses no Rio de Janeiro durante os reinados de D. João VI e de D. Pedro I². Contratador do dízimo do Rio Grande, do quinto dos couros e do gado em pé nas décadas de 1790 e 1800, representante da firma comercial lisboeta Joaquim Pereira de Almeida & Cia. no Rio de Janeiro após-1808, e com negócios no comércio de cabotagem ligando o porto do Rio de Janeiro até a cidade de Rio Grande, capital e principal porto da

* Departamento de História da UFF. Pesquisador 1D do CNPq. carlosguimaraes@gmail.com

¹ August Saint-Hilaire foi um botânico e naturalista francês, que esteve na Corte portuguesa no Rio de Janeiro com a missão francesa. No período de 1816 a 1822, viajou pelo Brasil, e fez vários relatos das diversas regiões, como também da flora e fauna.

² Em virtude dos serviços prestados à Coroa, recebeu as mercês de Comendador da Ordem de Cristo (1810), depois Conde de Sua Majestade (1821) e barão de Ubá (1828). Esse último constituiu-se no primeiro baronato da região cafeeira do Vale do Paraíba fluminense.

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul³, o negociante e a firma atuaram também nas carregações de escravos vindos da África.

O trabalho que apresentamos versa justamente em analisar a atividade comercial do tráfico negroiro em Moçambique desenvolvida pelo negociante e traficante de escravos João Rodrigues Pereira de Almeida e pela firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. no período de c.1808 a 1829. Está dividido em duas partes mais a Consideração Final provisória. Na primeira parte, reconstruímos a trajetória do negociante e traficante de escravos João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. Na segunda parte analisamos as carregações de escravos no Sudeste Africano (Moçambique e Quilimane) empreendidas pelo traficante e pela firma face à pressão inglesa para acabar com o tráfico transatlântico de escravos na conjuntura econômica e política da época.

1. A trajetória do negociante João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia.

Nos últimos anos temos presenciado uma série de trabalhos com ênfase em trajetórias de comerciantes e do tráfico negroiro no Rio de Janeiro (Florentino, 2005; Fragoso, 2007). Face à influência da micro-história italiana (Lima, 2006), particularmente de Giovanni Levi (Levi, 1986; Levi, 2000), os estudos têm privilegiado aspectos como a ação dos indivíduos, dos grupos e das famílias, bem como das redes sociais (e de sociabilidade) para compreender o funcionamento da sociedade carioca colonial e imperial.

As primeiras notícias sobre o negociante João Rodrigues Pereira de Almeida na cidade do Rio de Janeiro datam de 1794, quando ele apareceu como alferes no “1.º Terço de Infantaria Auxiliar denominado da Candelária, na Rua da Direita”⁴. No inventário do seu pai, o negociante de Lisboa José Pereira de Almeida, constava que João Rodrigues, então com a idade de 21 anos (em 1795), vivia no Rio de Janeiro “em casa do tio Antonio Ribeiro de Avellar”⁵. Antonio Ribeiro de Avelar foi um dos negociantes mais importantes do Rio de Janeiro no final dos setecentos (Fragoso, 1993: 295), e juntamente com seu irmão João Rodrigues da Cruz eram os proprietários do engenho de Pau Grande (Moraes, 1994; Muaze, 2008; Muaze e Salles, 2017). Essa rede de sociabilidade possibilitou a João Rodrigues ascender na Praça do Rio de Janeiro e se associar com outros negociantes, como foi o caso de Antonio dos Santos, primo e sócio de Antonio Ribeiro de Avellar na firma comercial Antonio dos Santos & Cia., proprietária do trapiche em Inhomirim e outros negócios (Pesavento, 2009: 112-113).

Em 1799, João Rodrigues apareceu como negociante e capitão no Corpo de Milícias, 1.º Regimento de Milícias de Infantaria, da Freguesia da Candelária, 1.º de Fuzileiros.⁶ Além da participação nos negócios dos contratos régios, sob as ordens do Vice-rei do Estado do Brasil D. Luis de Vasconcellos, 4.º Conde de Figueiró, juntamente com o seu tio José Rodrigues da Cruz e o major Ignácio de Sousa Werneck, empreendeu uma “empresa de conquista” junto aos índios coroados localizados numa região compreendida entre os rios Paraíba do

³ A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi criada em 19 de setembro de 1807, e sucedeu a Capitania do Rio Grande de São Pedro, fundada em 1760.

⁴ O nome de João Rodrigues não constava na lista dos negociantes. Já o seu tio Antônio Ribeiro Avelar apareceu como capitão do Terço de Infantaria Auxiliar denominado da Candelária, e com loja de atacado na Rua da Direita (em 1792, a loja era na Rua dos Pescadores). Almanac Historico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro composto por Antonio Duarte Nunes de 1792 e 1794. *Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Vol. 266, jan/março de 1965. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1965, p. 233.

⁵ ANTT, Letra J, maço 243, n.º 4, José Pereira de Almeida. 1795. f. 12. Feitos Findos. Inventário Orfanológico.

⁶ Almanac Historico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro composto por Antonio Duarte Nunes de 1799. *Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Tomo XXI, 1.º trimestre de 1858. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, pp. 85 e 169.

Sul e Rio Preto, na região de serra acima da capitania do Rio de Janeiro. A “domesticação” dos índios e a criação do aldeamento de Nossa Senhora da Glória de Valença, em 1801, possibilitou não só cruzar o rio Paraíba do Sul, como também a ocupação mais efetiva da região com a concessão de sesmarias. Tal façanha fora celebrada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e do Ultramar na época⁷, significando prestígio político e econômico aos conquistadores.

No tocante à firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia., infelizmente não encontramos o registro da sociedade nos Livros de Notas e Registros dos Cartórios de Lisboa, nem na Real Junta de Comércio, e não podemos confirmar o ano de criação da mesma, nem se todos os irmãos Pereira de Almeida eram sócios da firma. Joaquim Pereira de Almeida era o nome do irmão mais velho de João Rodrigues e esteve em Macau na década de 1780. Sua presença neste importante posto comercial, religioso e cultural localizado no Sul da China, rota do comércio com Bengala, Calcutá e Goa, fora retratada pelo poeta português Du Bocage, quando esse esteve em Macau em 1790⁸. Ao retornar para Lisboa, o negociante Joaquim Pereira de Almeida continuou no comércio com Macau, Goa e Bengala⁹, e a firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia manteve esse comércio como constou no documento de 1803, com a importação de “duas e meias caixas com Chá perola (...) vindas de Macau em 1803 no navio Modesta”¹⁰. José Acúrcio das Neves, desembargador da Relação do Porto, e deputado e secretário da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Reino e seus Domínios de Lisboa, ao analisar o comércio português na Ásia, mencionou a firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. como proprietária de navios que fizeram comércio na Ásia nos anos de 1804 e 1806¹¹, e, na seção de Avisos da *Gazeta de Lisboa* de 1 de abril de 1806, encontramos sua participação na criação de uma Cia de Seguro. Dizia o aviso:

*No dia 24/03 proximo passado começou a ter exercicio huma nova companhia de seguros de mar e terra, estabelecida na Praça desta cidade, debaixo da firma d Salgado, barros, pedra, Sousa e Companhia. Todos os sócios respondem em sólido por todos os seus bens. São Directores Joaquim Pereira de Almeida & Cia, e Joaquim José da Cunha; e caixa José Pereira de Souza; o que se faz publico para utilidade do Commercio.*¹²

Acreditamos que a criação da companhia de seguro estava relacionado não só com a importação das especiarias da Ásia, mas, principalmente, com o comércio de escravos na África. Face ao custo desse comércio, com os escravos africanos sendo comercializados com os panos da Índia e metais preciosos, como a Prata, era necessário assegurar tais mercadorias (Antunes, 2006 e 2010; Carreira, 2014; Bohórquez, 2016).

A chegada da corte no Rio de Janeiro, em 1808, possibilitou a ascensão econômica e política de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. Além de ser nomeado diretor do Banco do Brasil e deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e seus Domínios Ultramarinos, João Rodrigues recebeu as mercês da Ordem e da Comenda da Ordem de Cristo (Mattos,

⁷ “Memória histórica e documentada das aldeas de índios da província do Rio de Janeiro”. Apud: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. 3.ª série, n. 14, 2.º trimestre de 1854, pp. 251-253.

⁸ *Manoel Maria Du Bocage* (1867). *Excertos seguidos de uma noticia sobre a sua vida e obra (...) por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha*. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, p. 62.

⁹ ANTT, Consulta. Joaquim José Cordeiro e Joaquim Pereira de Almeida, a necessária licença para expedirem ao Porto de Bengala o seu Navio denominado Princesa do Brasil. (12/11/1793). pp. 237v-238. Junta do Commercio. Livro 128, 1792-1793

¹⁰ ANTT. LIVRO 1088. Ano 1805. f. 5V, N.º 119. Alfandega Grande de Lisboa. Casa da India. Receita de Fazenda Inglesa. Livro 1088. Ano 1805. O Chá perola, o “zhu cha”, é um tipo de chá verde da China, originário da província Zhejiang. Era também conhecido como Gun-powder-tea (“Chá pólvora”).

¹¹ Neves, José Acúrcio das (1814). O comercio portugues na Asia em particular. Apud: Neves, José Acursio das. *Variedades sobre objectos relativos ás artes e manufacturas consideradas segundo os principios da economia politica*. Tomos I. Lisboa: Imprensa Régia, pp. 233-234.

¹² Avisos, p. 3. *Gazeta de Lisboa*. 1.º de abril de 1806. p. 4. (Manteve-se a ortografia da época.)

2009). Durante o período regencial do príncipe João, que, com a morte da mãe, a rainha D. Maria I, assumiu o trono português como D. João VI em 1816, João Rodrigues, assim como outros grandes negociantes e traficantes de escravos, tais como Fernando Carneiro Leão e os irmãos Amaro e Manuel Velho da Silva, prestaram serviços à Coroa, ganhando em troca mercês e prestígio. No caso de João Rodrigues Pereira de Almeida, além dos donativos para a Coroa combater os revoltosos pernambucanos em 1817, foi credor do Erário Régio face à crise financeira e política do Reino em 1821. Nomeado por D. João VI Conselheiro pela Fazenda Real e membro da Comissão da Junta Governativa do Estado do Brasil (decreto de 23 de fevereiro de 1821), e contando com o apoio do ministro Silvestre Pinheiro Ferreira, foi enviado pelo rei para as Cortes de Lisboa para negociar um empréstimo para o Estado do Brasil, como também para tomar ciência da receptividade das Cortes com o retorno da família real para Portugal. Tal importância diplomática ficou explícita na carta de Silvestre Pinheiro endereçada ao Fr. Francisco de São Luis Saraiva, um dos principais membros da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, de 24 de Agosto de 1820, e Membro do Conselho da Regência, 26 de janeiro de 1821:

(...) Contudo, não são occultas a sua magestade as difficuldades que occurrem na verificação da sua entrada n'esse reino, por isso que, de uma parte, nem a elle, nem á nação está bem o deixar de exercer, ..., tanto o poder executivo na sua plenitude, como a parte do legislativo, que lhe compete segundo os principios communs a toda e qualquer constituição de uma monarchia representativa (...).

Cumpré portanto que sua magestade regule a sua viagem e a entrada n'essa corte pelo que ahí se houver antecipadamente accordado ao mencionado respeito.

Tenho pois a rogar a v exc. que, além de instruir ao portador d'esta o Sr. João Rodrigues Pereira de Almeida, um dos meus melhores amigos, e muito digno de confiança de v. exc., ..., me informe do mais que convem avisarme para governo de quem deseja salvar a honra da nação e decoro do throno, tanto no assunto de que tenha fallado, como em quaesquer outro de que v exc. entenda que cumpra que eu esteja de accordo, (...).¹³

Além da autorização para funcionar no Rio de Janeiro¹⁴ no endereço comercial de João Rodrigues na Rua da Direita, n.º 52, a firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia se tornou correspondente do Banco do Brasil em Portugal. O crescimento e o prestígio da firma pareceram evidentes no período joanino, pois, se em 1809, estava localizada na Rua da Emenda, 11, freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, em 1823, a firma apareceu como proprietária dos prédios de 9 a 12 na referida Rua da Emenda¹⁵. Após 1823, com a morte dos irmãos Joaquim Pereira de Almeida¹⁶ e de Antonio Ribeiro Pereira de Almeida, esse fora Consul português em Bengala¹⁷, a firma em Lisboa passou a girar em torno do irmão mais novo Matheus Pereira de Almeida associado a Joaquim José da Cunha, que foi sócio de

¹³ *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa: Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*. Nova Serie, tomo III, parte II. Lisboa: Typographia Acadêmica, 1865, p. 60.

¹⁴ BNRJ. Annuncio. p.4. *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 3, 21 de setembro de 1808. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808_003.pdf

¹⁵ AHTC. *Livro da Décima de Lisboa*. 1809-1823.

¹⁶ No testamento de Joaquim Pereira de Almeida, este deixou "um terço da fortuna para cada um dos irmãos vivos (Antonio Ribeiro Pereira de Almeida, João Rodrigues Pereira de Almeida e Matheus Pereira de Almeida) e um terço para dividir entre as duas irmãs. O outro irmão, José Rodrigues Pereira de Almeida, já tinha falecido. Alegou Joaquim Pereira de Almeida que as "casas" da sua residência, localizadas na Rua da Emenda, eram de sua propriedade e de seu irmão Antonio Ribeiro Pereira de Almeida. Eram nessas casas que se encontrava a firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia". ANTT, Testamento de Joaquim Pereira de Almeida. Registro Geral de Testamento (RGT). Livro 374, Fl. 290v.

¹⁷ "Em 7 de Julho de 1809 se passou passaporte a Antonio Ribeiro Pereira de Almeida, Consul Geral da Nação Portuguesa em Bengala, que desta cidade de Lisboa faz viagem para Calcutá, com escala por Inglaterra, ou pelo Rio de Janeiro. Referendado por Theodozio José Pinheiro". ANTT, Livro 366, 1809 a 1823. MNE. Passaporte.

Joaquim Pereira de Almeida em carregações para Ásia. Essa nova sociedade dissolveu-se em 1830.¹⁸

O fim da firma comercial não impediu que João Rodrigues continuasse nos negócios de comércio (cabotagem e escravos) e de produção de açúcar e de café, essas últimas na fazenda de Ubá. Retornando ao Brasil em 1823, e resgatando seus bens sequestrados pelo governo brasileiro (Ribeiro, 2002: 65), o negociante apoiou com recursos financeiros e navios D. Pedro I na Guerra de Independência. Os serviços prestados à Coroa brasileira renderam-lhes frutos e, indicado por seu amigo e ministro do reino José Clemente Pereira, recebeu a mercê de barão de Ubá em 12 de outubro de 1828, o primeiro barão de café da região do Médio do Vale do Paraíba Fluminense, a principal região produtora do café brasileiro até a década de 1880.

2. O tráfico negreiro o Sudeste Africano do traficante João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia.

A paragem em Moçambique era frequente pelas embarcações pertencentes ao negociante Joaquim Pereira de Almeida. Em 1798, por exemplo, uma embarcação retornando de Bengala solicitou escala em Moçambique em virtude de ataque de corsários franceses¹⁹. Porém, no tocante ao comércio de escravos, os primeiros registros das atividades comerciais no Sudeste da África efetuados pela firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. e pelo negociante João Rodrigues remontam ao início do século XIX. Segundo José Capela, em 1805 e 1806, a firma e o negociante eram proprietários dos navios *Animo Grande* e *Telemaco*, que fizeram carregação de escravos vindos de Moçambique.²⁰

Este interesse de João Rodrigues em Moçambique, e principalmente no comércio de africanos, pode ser constatado no documento de 1805, em que João Rodrigues fez uma consulta à Junta de Commercio de Lisboa solicitando licença para enviar o navio *Anna* para Moçambique comercializar escravos. Dizia a Consulta:

“Senhor

Foi V. A. R. Servidode ordenar por Aviso do Ministro Secretario dos Negócios da Marinha e Dominios Ultramarinos que vendo-se neste Tribunal os requerimentos de Francisco Rodrigues de Lima e Couto, e João Rodrigues Pereira de Almeida negociantes da Praça do Rio de Janeiro se consulte o que parecer sobre amateria de que tratar.

Pertende o primeiro supplicante que V.A. R. se digne a mandar lhe expedir passaporte a fim de poder enviar o seu navio Jovem Theodora ao Porto de Moçambique para ali fazer o negocio de escravatura tão necessária naquele continente, e voltar ao mesmo Porto do Rio de Janeiro, ou a outro qualquer do Brasil da mesma forma que se tem praticado com outros.

O Segundo supplicante pertende igual graça para com o mesmo fim fazer navegar daquela cidade do Rio de Janeiro o seu Navio Anna ao Porto de Moçambique e voltar ao do Rio ou outros qualquer do Brasil.

¹⁸ “O Commendador Matheus Pereira de Almeida, e Joaquim José da Cunha participação que, desde o dia 13 do corrente mes de Março de 1830 se acha dissolvida a sociedade de commercio, que entre elles existia desde o primeiro dede Agosto de 1823, debaixo da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia, ficando a sua liquidação a cargo do mesmo Commendador, para o qual somente usará da dita firma”. BNL. Annuncios. p. 262. *Gazeta de Lisboa*, 17 de Março de 1830, Num. 65.

¹⁹ AHU, C 81_ D 98_10 de Novembro de 1798. Caixas de Macau. Agradeço à Professora Ernestine Carreira pela fonte.

²⁰ Joaquim Pereira Almeida & C proprietário do navio *Animo Grande*, que esteve em Moçambique a carregar escravos. O documento tem a data de 24 de abril de 1805. AHU, 1.ª secção, caixa 111, capilha 67. Moçambique. João Rodrigues Pereira d’Almeida negociante do Rio de Janeiro e proprietário do navio *Telémaco*, AHU, 1.ª secção, caixa 114, capilha 92, 25 de fevereiro de 1806, Moçambique. Estas informações foram cedidas gentilmente pelo Prof. José Capela.

Carregação “era o termo utilizado para designar uma carga específica (mercadoria, inclusive escravos), pertencente a uma ou mais pessoas, e enviada para uma localidade distinta daquela em que seus proprietários residiam, com a finalidade de ser vendida” (Sampaio, 2003: 238).

A pertença dos Supplicants em nada encontra a economia do Commercio estabelecida antes he conforme com as providências que se tem dado, para promover o resgate d'escravos de Moçambique para as nossas Colonias (grifo nosso) que perdem na exportação que fazem os estrangeiros, e são por isso deferíveis; mas V. A. R. Decidirá mais justo." RJC em 3/09/1805²¹

Embora não tenhamos achado a carregação do navio Anna, analisando os periódicos editados no Rio de Janeiro p s-1808, *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*, achamos 16 carregações de africanos realizadas por João Rodrigues Pereira de Almeida e pela firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. no período de 1811 a 1829 (Quadro 001). Destas, nove eram carregações vindas do Congo-Angola e sete eram carregações vindas de Mocambique e Quilimane. Observando o período e as regiões de embarque dos africanos, chamou atenção a mudanç a geográfica, pois, se na década de 1810 as carregações foram exclusivas da região do Congo e de Angola, principalmente no rio Zaire e em Cabinda, depois de 1821 a região privilegiada foi Moçambique e Quilimane, conforme já destacaram os trabalhos de José Capela e Manolo Florentino (Capela e Medeiros, 1987; Florentino, 1993; Capela, 2002).

Quadro 001 – Carregações de escravos de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. (1811-1829)

Data de chegada no RJ	Origem do embarque (dias de viagem)	Nome do navio	Carregaç�o
3/07/1811	S�o Tom� (39 dias)	<i>Bergatim Pequena Ventura</i>	219 escravos
27/08/1811	Rio Zaire (40 dias)	<i>Bergatim Vasco da Gama</i>	310 escravos (3 mortos e 1 doente)
4/05/1812	Cabinda (38 dias)	<i>Galera 7 de Març�</i>	238 escravos (1 morto) e fazendas
24/06/1812	Rio Zaire (35 dias)	<i>Bergatim Vasco da Gama</i>	305 (2 mortos) escravos
29/05/1813	Cabinda (35 dias)	<i>Galera 7 de Març�</i>	escravos
18/04/1814	Cabinda (35 dias)	<i>Bergatim Vasco da Gama</i>	escravos
21/11/1817	Cabinda (41 dias)	<i>Bergatim Pequena Ventura</i>	escravos
16/03/1819	Bahia (12 dias)	<i>Galera Voador</i>	escravos
3/08/1819	Cabinda (50 dias)	<i>Bergatim Pequena Ventura</i>	escravos, cera e marfim
16/02/1821	Moçambique (48 dias)	<i>Galera 4 de Abril</i>	escravos e tartaruga
30/10/1821	Hambri�e (48 dias)	<i>Bergatim 6 de Fevereiro</i>	escravos
25/01/1826	Quilimane (58 dias)	<i>Bergatim Nacional (?)</i>	340 escravos (10 mortos)
18/03/1826	Moçambique (67 dias)	<i>Navio 4 de Abril</i>	807 escravos (4 mortos)
02/03/1827	Quilimane (48 dias)	<i>Bergatim Nacional 6 de Fevereiro</i>	419 escravos (21 mortos)
31/01/1829	Quilimane (50 dias)	<i>Bergatim Nacional 6 de Fevereiro</i>	430 escravos (26 mortos)
3/02/1829	Moçambique	Navio Nacional 4 de Abril	901 escravos (213 mortos)

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro* (1811-1821), *Diário do Rio de Janeiro* (1825-1829) e *Jornal do Commercio* (1827-1830).

É importante destacar que, no período de 1821 a 1823, João Rodrigues Pereira de Almeida estava em Portugal, e quem recebeu as carregações para ele no Rio de Janeiro foi José de Carvalho Ribeiro. Segundo Helen Osório, João Rodrigues Pereira de Almeida e José de Carvalho Ribeiro eram credores de vários negociantes no Rio Grande do Sul “e dominavam o comércio dos produtos gaúchos nas duas primeiras décadas do século XIX” (Osório, 2000: 110).

²¹ ANTT. Livro de Consultas. Livro 135, 1804-1806. Junta do Commercio Consulta. Sobre pretenderem Francisco Rodrigues de Lima e Couto, e João Rodrigues Pereira de Almeida, Licenç a para mandarem o seu Navio ao Porto de Moçambique. pp. 99-99v.

Comparando os dados extraídos da documentação brasileira com aqueles levantados pelo Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos (Slave Voyage), este último apresentou um maior número de carregações de João Rodrigues, um total de vinte. Destas, doze carregações de escravos vieram do Sudeste da África e Ilhas do Oceano Índico e oito da África Centro-Occidental e Santa Helena (Quadro 2). Das doze carregações, uma ocorreu no ano de 1806, confirmando o dado levantado por José Capela, e as outras onze ocorreram após 1826. Estas últimas corroboram os dados do quadro 1, sobre a mudança da região do tráfico com o maior fluxo para o Sudeste da África, embora as carregações da África Centro-Occidental tenham continuado (Quadro 002).

Quadro 002 – Viagens de João Rodrigues Pereira de Almeida

Identificação da viagem	Navio (Nome)	Ano de chegada dos Escravos	Região principal da compra dos escravos	Região principal do desembarque dos escravos
403	<i>Quatro de Abril</i>	1824	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
610	<i>Bela Americana</i>	1827	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
613	<i>Vinte e Oito de Março</i>	1827	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
615	<i>Seis de Fevereiro</i>	1827	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
623	<i>Amália</i>	1827	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
743	<i>Quatro de Abril</i>	1828	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
818	<i>Seis de Fevereiro</i>	1828	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
832	<i>Dezenove de Março</i>	1828	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
858	<i>Quatro de Abril</i>	1829	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
979	<i>Seis de Fevereiro</i>	1829	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
1022	<i>Dezenove de Março</i>	1829	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
1054	<i>Seis de Fevereiro</i>	1830	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
1057	<i>Quatro de Abril</i>	1830	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
3339	<i>Quatro de Abril</i>	1826	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
3353	<i>Trajano</i>	1826	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
7019	<i>Pequena Aventura</i>	1811	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
7220	<i>Pequena Aventura</i>	1819	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
49066	<i>Sete de Março</i>	1812	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
49995	<i>Pequena Aventura</i>	1811	Bight of Biafra and Gulf of Guinea islands	Southeast Brazil
900068	<i>Telêmaco</i>	1806	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>

A preferência pelos portos de embarques de Moçambique e Quilimane nos quadros 001 e 002 tem que ser analisada tanto pela conjuntura do tráfico na África, quanto nas ações dos ingleses contra o tráfico transatlântico de escravos. Não negando a importância primeira, a pressão inglesa teve papel importante nessa mudança, primeiramente com a assinatura do Tratado de 1815 com o Reino de Portugal, que aboliu o tráfico atlântico de escravos ao norte do Equador, regulamentado pela Convenção de 1817, e, depois, com a Convenção de 23 de novembro de 1826, “firmada no Rio de Janeiro, ratificada pelo Brasil no mesmo dia e pela Grã-Bretanha em 28 de fevereiro de 1827”), e que abolia o tráfico de escravos no prazo de três anos (Parron, 2011; Peixoto, 2013). A solução do tráfico para o oriente africano foi uma estratégia dos traficantes, beneficiando principalmente aqueles que já tinham uma rede de negócios e conhecimentos na região, como era o caso de João Rodrigues Pereira de Almeida.

Precisando do trabalho de escravos para as suas fazendas de café, João Rodrigues e outros grandes fazendeiros da região do Vale do Paraíba fluminense intensificaram a compra dos escravos (Florentino, 1993; Salles, 2008). Não foi por outra razão que, em 1829, o próprio João Rodrigues Pereira de Almeida empreendeu duas carregações de 430 e 901 escravos, de Quilimane e Moçambique, respectivamente, para o Rio de Janeiro. Na última carregação chamou atenção não só pelo número de escravos como também pelo alto índice da mortalidade na travessia, com a morte de 213 escravos, 23,6 % da carregação, uma taxa muito mais alta do que a média de 14,5% apresentada por Alexandre Ribeiro (Ribeiro, 2011: 4). A maior pressão inglesa significou um maior patrulhamento sobre o tráfico e os traficantes. Nas correspondências dos comissários britânicos relatando o tráfico de escravos de 1829 (Imagem 001), mais especificamente na lista dos navios e dos proprietários no período de março a setembro de 1829, apareceram três carregações em que o proprietário dos navios era o **barão de Ubá**, ou seja, o negociante João Rodrigues Pereira de Almeida, além de uma carregação de Antonio Clemente Pinto. Este último, negociante e fazendeiro de café no Segundo Reinado brasileiro (1840-1889), recebeu o título de Barão de Nova Friburgo e constituiu-se na maior fortuna do Império brasileiro (Marretto, 2017). A menção ao Barão de Ubá pelos britânicos mereceu destaque, pois, pela primeira vez, apareceu um nobre, negociante e fazendeiro de café, como traficante de escravos. Isto, por si só, mostra a relevância do personagem retratado neste texto.

Considerações finais provisórias

Consoante o título do trabalho, apresentamos os primeiros resultados da pesquisa sobre a atuação do negociante e traficante João Rodrigues Pereira de Almeida, o barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia no comércio dos escravos.

Embora esteja faltando um maior refinamento sobre as carregações de escravos, como também da rede do negociante em África, ficou bastante nítida a atuação política e econômica do negociante e traficante João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. A rede de sociabilidade, o conhecimento e a experiência da família Pereira de Almeida no comércio de longo alcance, juntamente com os importantes cargos e prestações de serviços no Império Luso-Brasileiro joanino, com sede no Rio de Janeiro, como também no Primeiro Reinado de D. Pedro I, possibilitaram a João Rodrigues Pereira de Almeida beneficiar-se da proximidade com o aparelho estatal para os seus fins privados, uma atuação típica de um indivíduo da elite mercantil numa sociedade de Antigo Regime. Um exemplo disto, e não explorado no texto, foi a atuação do então deputado na Real Junta do Comércio, que conseguiu o financiamento dessa instituição para a construção da Real Estrada do Comércio, que ligou o porto do Rio de Janeiro a Vassouras.

Essa estrada, a primeira estrada do café de Vassouras para o porto do Rio de Janeiro após 1822, possibilitou também a chegada crescente de africanos na região cafeeira em expansão. Tal feito empreendido pelo negociante, somado aos outros serviços à Coroa, reforçou mais ainda o seu prestígio, e o título de barão de Ubá demonstrara isto. Em 1830, veio a falecer.

Imagem 001 – Correspondance with the British Comissioners at Sierra Leoa, the Havana, RJ and Surinam, relating to slave trade 1829

BRAZIL.

77.

Third Enclosure in No. 63.

List of Brazilian Vessels to which Passports have been granted for the Slave-trade in Moçambique.—March to September 1829.

	Names and Description of the Vessels.	Ports to which they are bound.	Names of the Masters.	Names of the Proprietors.
1829.				
March 21	Brig Maria - -	Moçambique, Porto de Natal, Lourenço Marques, Inhambane, and Quillimane.	{ France, Nunes Pereira, Madruga. - - }	Domingos Rota Guilmees.
" "	Brig 10th of March	Moçambique, Inhambane, Lourenço Marques, and Cabo Delgado.	José Maria Falcão - -	Barão de Ubá
April 7	Brig 28th of March	Moçambique, Quillimane, Inhambane, Lourenço Marques.	{ Manoel José Lopes da Costa - - }	{ Antonio Clemente Pinto e Bernardo Antonio Duarte. }
" 9	Ship Industria - -	Moçambique, Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	Manoel José Simoes da Fozes.	France, José dos Santos.
May 4	Brig Industria - -	Moçambique, Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	Januario France. Miaz.	France, José dos Santos.
" 13	Brig 6th February	Moçambique, Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	France, de Assis Mendonça.	Barão de Ubá.
" 16	Brig Formosa - -	Moçambique, Quillimane, Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	Antonio José Bondono - -	{ Feliciano Alexandrino Gomes. }
" 20	{ Navis Conde de Souzael - - }	Moçambique, and Quillimane, touching at Bahia - -	{ Alexandre Carlos de Cotrea Monteiro - - }	Manoel dos Passos Correa, e Sa.
" 22	Bark Novo Paquete	Moçambique, Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	Joaquim de Sousa Pontes.	{ José Gomes de Oliveira e Sa. }
June 5	Ship 4th of April - -	Moçambique - -	{ Rafael Ignez da Fozes, Louisa - - }	Barão de Ubá.
" "	Ship 30th of March	Moçambique, Quillimane.	Luis Jose Soares P'nhre.	{ José Ferraz da Rocha e Arr. and Joaquim Chaves. }
" "	Brig Aurora de Cabo	Moçambique, and Quillimane, touching at Inhambane and Bahia de Lourenço Marques.	{ Ant. Joaõ da Sa. Raposo - - }	France, da Costa Guilmees.
" 20	Brig Vulcano - -	Quillimane and Moçambique - -	José de Freitas Chavez - -	José Freire de Andrade.
" 27	Bark Eliza - -	Moçambique, Lourenço Marques, Inhambane, and Quillimane.	{ France, José da Sa. Ericelra - - }	José Alas da Silva Porto.
July 1	Brig Pollfemo - -	Moçambique, Inhambane, and Lourenço Marques.	Joaquim Gervasio - -	{ France, José dos Santos, Duques. Carvalho de Sá. }
" 11	Bark Anisado - -	Quillimane, and Moçambique.	Joaquim Martins - -	José Freire de Andrade.
" 24	Ship Incomparavel	Moçambique, returning by Lourenço Marques, and Ports of Brazil - -	Estevas José Alves - -	Antonio José d'Amorim.
" 30	{ Louper Santo Antonio }	Moçambique, Inhambane, and other Ports of the same Coast.	José Caetano Malho - -	José Antonio, Oliveira e Sa.
Aug. 5	Brig Minerva - -	Quillimane, and Moçambique - -	{ Antonio, José d'Oliveira, Barros. - - }	{ Zoforino José Pto. de Miaz. }
" 19	Schooner Dafud - -	Moçambique by Quillimane, Sofala, and Bahia de Lourenço Marques.	José Maria Meira - -	{ Luis Carlos Adolfo de Souza, and others. }
" 20	{ Ship Imperio do Brazil - - }	Moçambique, Quillimane, Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	José Maria Meira - -	{ Luis Carlos Adolfo de Souza, and others. }

Referências bibliográficas

AHTC. *Livro da Décima de Lisboa*. 1809-1823.
 AHU, C 81_D 98_10 de Novembro de 1798. Caixas de Macau.
 AHU, 1.ª secção, caixa 111, capilha 67. Moçambique.
 AHU, 1.ª secção, caixa 114, capilha 92, 25 de fevereiro de 1806, Moçambique.
 Alexandre, Valentim, O Império luso-brasileiro em face ao abolicionismo inglês (1807-1820). In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.
 Almanac Historico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro composto por Antonio Duarte Nunes de 1792 e 1794. *Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Vol. 266, jan/março de 1965. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1965.

- Almanac Historico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro composto por Antonio Duarte Nunes de 1799. *Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Tomo XXI, 1.º trimestre de 1858. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858.
- Almeida, Paulo Roberto de (2001), *Formação da diplomacia econômica no Brasil*. São Paulo: SENAC.
- Almodovar, António, “O pensamento político-económico de José Acúrsio das Neves: uma proposta de leitura”. In: *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*. Vol. I. Porto: Afrontamento, s.d., pp. 15-60.
- ANTT, Letra J, maço 243, n.º 4, José Pereira de Almeida (1795), f. 12. Feitos Findos. Inventário Orfanológico.
- ANTT, Consulta. Joaquim José Cordeiro e Joaquim Pereira de Almeida. a necessária licença para expedirem ao Porto de Bengala o seu Navio denominado Princesa do Brasil. (12/11/1793). pp. 237v-238. Junta do Commercio. Livro 128, 1792-1793.
- ANTT. Livro 1088. Ano 1805. f. 5V, N.º 119. Alfandega Grande de Lisboa. Casa da Índia. Receita de Fazenda Inglesa. Livro 1088. Ano 1805.
- ANTT, Testamento de Joaquim Pereira de Almeida. Registro Geral de Testamento (RGT). Livro 374, Fl. 290v.
- ANTT, Livro 366, 1809 a 1823. MNE. Passaporte.
- ANTT. Livro de Consultas. Livro 135, 1804-1806. Junta do Commercio Consulta. Sobre pretenderem Francisco Rodrigues de Lima e Couto, e João Rodrigues Pereira de Almeida, Licença para mandarem o seu Navio ao Porto de Moçambique, pp. 99-99v.
- Antunes, Luís Frederico Dias (2006), “A influência Africana e Indiana no Brasil, na virada do século XVIII: Escravos e têxteis” In: Fragoso, João; Sampaio, Antonio Carlos Jucá de; Campos, Adriana. *Nas Rotas do Império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, Lisboa: IICT.
- Antunes, Luís Frederico Dias (2010), “A dinâmica do comércio Indo-Brasileiro: Têxteis, metais preciosos e outras trocas comerciais (1808-1820).” In: O Estado da Índia e os desafios europeus. Actas do XII Seminário Inrernacional da História Indo-Portuguesa. Lisboa.
- Bethell, Leslie (1976), *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos de 1807 a 1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp.
- BNL, Gazeta de Lisboa, 17 de Março de 1830, Num. 65. Anuncios, p. 262.
- BNRJ, Gazeta do Rio de Janeiro, n.º 3, 21 de setembro de 1808. Anuncio. p. 4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808_003.pdf
- Bohórquez, Jesus (2016), *Globalizar el sur: la emergencia de ciudades globales y la economía política de los imperios portugués y español: Rio de Janeiro y La Habana durante la era de las revoluciones*. PhD theses; Department of History and Civilization. Florence: European University Institute.
- Capela, José e Medeiros, Eduardo (1987), *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902*. Maputo; Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane.
- Capela, José (2002), *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Afrontamento.
- Carreira, Ernestine (2005), Navegação comercial entre o Brasil e a Ásia Portuguesa durante a estadia da corte no Brasil 1808-1821. *Actas do Congresso Internacional «Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa 2 a 5 de Novembro de 2005, FCSH/UNL.http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/ernestina_carreira.pdf.

- Carreira, Ernestine (2014), *Globalising Goa (1660-1820): Change and exchange in a former capital of empire*. Translate Claire Davison, Goa.
- Conrad, Robert (1985), *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Curto, José C. (2002), *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata.
- Ferreira, Roquinaldo Amaral (2003), *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. Tese de Doutorado, UCLA.
- Ferreira, Roquinaldo Amaral (1996), *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ-PPGH.
- Florentino, Manolo Garcia (1995), *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- (org.) (2005), *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, João Luis R. (1993), *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- (2003), “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII _ algumas notas de pesquisa”. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 8, n. 15, pp. 11-35.
- Fragoso, João Luis R. et al. (2006), *Nas rotas do Império: eixos mecantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES.
- (2007), *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gomes, Flávio (2012), A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiais. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, p. 96. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000500006&lng=en&nrm=iso>. access on 31 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000500006>.
- Gomes, José Eudes A. Barroso (2009), *As milícias d’el rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação de mestrado, UFF/PPGH.
- Lima, Henrique Espada (2006), *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Levi, Giovanni (1986), *Centro e periferia di uno stato assoluto. Tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Torino: Rosenberg & Sellier.
- (2000), *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Manoel Maria Du Bocage (1987), *Excertos seguidos de uma notícia sobre a sua vida e obra (...) por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha*. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier.
- Marretto, Rodrigo (2017), Os Sertões do Leste da Província Fluminense: Cantagalo e Nova Friburgo sob o impacto da Segunda Escravidão. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 10, n.º 1, jan.-jul., pp. 67-91.
- Mattos, Walter de (2009), *A Real Junta do Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e seus Domínios Ultramarinos: um tribunal de Antigo Regime na corte de Dom João (1808-1821)*. Dissertação de mestrado, UFF/PPGH.

- Mello, Cristiane Mello P. de (2002), *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII – as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF-PPGH.
- Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa: Classe de Ciências Moraes, Políticas e Bellas Lettras*. Nova Serie, tomo III, parte II. Lisboa: Typographia Acadêmica, 1865.
- “Memória histórica e documentada das aldeas de índios da província do Rio de Janeiro”. *Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. 3.ª série, n. 14, 2.º trimestre de 1854.
- Miller, Joseph (1988), *Way of Death Merchant Capitalism and the Angola Slave Trade 1750-1830*. Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- Moraes, Roberto Menezes de (1994), *Os Ribeiro Avellar na fazenda de Pau Grande*. Patty de Alferes.
- Muaze, Mariana (2008), *As Memórias da Viscondessa – Família e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Muaze, Mariana e Salles, Ricardo (2017), Família escrava em Impérios Agrários: o caso da fazenda Guaribu. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n.º 1, pp. 34-51, jan./jun. <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/804/780>.
- Neves, José Acúrcio das (1814), O comercio portuguez na Asia em particular. In: Neves, José Acursio das. *Varietades sobre objectos relativos ás artes e manufacturas consideradas segundo os princípios da economia política*. Tomos I. Lisboa: Imprensa Régia.
- Osório, Helen (2001), “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”. In: Fragoso, João Luis R., Bicalho, Maria Fernanda e Gouvêa, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 107-138.
- (2000), “Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n.º 39, p. 110. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2983.pdf>.
- Parron, Tâmis (2011), *A Política da escravidão no Império Brasileiro, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Peixoto, Rafael Cupello (2013), *O Poder e a Lei: O jogo político no processo de elaboração da lei para inglês ver (1826-1831)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF-PPGH.
- Pesavento, Fábio (2009), *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Tese (Doutorado em Economia). Niterói: Universidade Federal Fluminense/FE.
- Ribeiro, Gladys Sabina (2002), *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará.
- Ribeiro, Alexandre Vieira (2011), “Perdas em trânsito”: mortalidade escrava na travessia Atlântica. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308099903_ARQUIVO_texto_alexandre_ribeiro_junho_2011.pdf.
- Rodrigues, Eugénia (2001), Mercadores, conquistadores e foreiros: a construção dos prazos nos Rios de Cuama na primeira metade do século XVII. In: *Congresso Internacional Vasco da Gama. Homens, Viagens e Culturas*. Lisboa, 1998. Actas... Lisboa, CNCDP, pp. 443- 479.
- (2001), “Nomes e serventia”. *Administração e História Natural em Moçambique em finais de Setecentos (c. 1781-1807)*. <http://www.humanas.ufrpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Nomes-e-serventia-Eugenia-Rodrigues.pdf>.
- Rodrigues, Jaime (2000), *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT.

- Saint-Hilaire, August (2000), *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Salles, Ricardo (2008), *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sampaio, Antonio Carlos Jucá de (2003), *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Santos, Guilherme de Paula Costa (2009), *A convenção de 1817: debate político e diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro*. São Paulo: USP-FFLCH.
- Tavares, Luís Henrique Dias (1988), *O comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática.
- Wagner, Ana Paula (2007), *A administração da África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII: Notas para o estudo da região de Moçambique*. *História Unisinos* 11(1): 72-83, Janeiro/Abril.



Dinâmicas sociais no norte de Moçambique no século XIX: escravidão, comércio, deslocamentos e mobilidade social

Regiane Augusto de Mattos*

pp. 81-93

Ao longo do século XIX, é possível notar o surgimento de novas configurações sociais, como a dos chamados namarrais, construídas a partir de articulações políticas com outras sociedades locais, como os sultanatos e xeicados islâmicos da costa e os denominados imbamelas. Parte de um complexo de interconexões históricas, essas novas configurações foram geradas a partir das múltiplas relações estabelecidas em meio aos espaços políticos, culturais, religiosos e de trocas comerciais.

Partindo das reflexões iniciais da pesquisa que desenvolvo atualmente, que versa sobre as dinâmicas sociais no Índico no século XIX, o objetivo deste artigo é analisar esse processo através dos seguintes aspectos – escravidão, comércio, deslocamentos e mobilidade social. A proposta é problematizar como a escravidão e outras formas de organização de trabalho, assim como o comércio influenciaram e, em alguns momentos, até mesmo provocaram os deslocamentos populacionais e a mobilidade social na região, destacando as contribuições de José Capela para o tema.

Escravidão, comércio e deslocamentos populacionais

Neste trabalho, o “norte de Moçambique” compreende a atual província de Nampula, entre a Baía de Fernão Veloso e o rio Ligonha, onde existiam no século XIX, os sultanatos e xeicados muçulmanos da costa, como Angoche, Quitangonha, Sangage e Sancul; e os grupos macuas-imbamelas e namarrais do interior. Já na primeira metade do século XIX, esse território era um importante polo econômico da África oriental. Centro das redes de comércio internacional e de longa distância, sobretudo de escravos, como apontou exaustivamente José Capela em várias de suas obras, uma parte delas escrita em parceria com Eduardo Medeiros (Capela, 1993; Capela, 2007; Capela et al., 1987; Capela et al., 2002).

Após a ocupação de algumas localidades da região centro-ocidental africana pelos holandeses, no século XVII, comerciantes portugueses e “brasileiros” se deslocaram para a costa da África oriental com o objetivo de realizar o comércio, sobretudo de escravos. Entretanto, até o final do século XVIII, os franceses foram os grandes exploradores do tráfico de escravos, pois há muito tempo tinham estabelecido o controle desse comércio entre Moçambique e as ilhas do Índico. Esses escravos, originários de Zanzibar, Quíloa, ilha de

* Doutora em História Social pela USP e docente do Departamento de História da PUC-Rio. regianemattos@puc-rio.br

Moçambique e Madagascar, eram utilizados nas grandes plantações de especiarias, como cravinho, nas ilhas Reunião e Maurícia (Campbell, 1988: 166-193). Tecidos, missangas, sal, conchas, armas de fogo, pólvora e bebidas eram os principais produtos que os chefes dos territórios do interior obtinham em troca dos escravos (Medeiros, 1988: 24).

Os franceses receberam, durante muito tempo, licenças do governo português na ilha de Moçambique para terem seus barcos atracados na região para o embarque fácil de escravos. Contudo, a intensificação do comércio e o aumento das taxas de embarque nos portos portugueses, fizeram com que os franceses procurassem portos situados fora da jurisdição daquele governo, como os da ilha de Cabo Delgado e de Angoche, e passaram a negociar mais diretamente com os comerciantes árabes e suaílis (Medeiros, 1988: 19-23).

De acordo com José Capela, durante a primeira metade do século XIX, cerca de 251 mil escravos originários de Moçambique foram destinados ao trabalho nas plantações das ilhas do Índico. E a região norte foi a maior exportadora de cativos nessa época. Entretanto, os portos de Inhambane e Lourenço Marques, no sul do atual Moçambique, também foram responsáveis pelo embarque de milhares de africanos, sobretudo originários de guerras ocorridas em áreas de populações *ngunis* (Capela et al., 1987; Capela et al., 2002).

Esse período foi marcado por muitas mudanças em Moçambique, sobretudo na região norte, em virtude de movimentos populacionais, como o dos grupos *ngunis*, e de conflitos decorrentes. Os *ngunis* ou angunes são povos do sudoeste africano que se expandiram nesse período para sudeste e para norte através dos rios Zambeze e Rovuma. De acordo com José Capela, as migrações *ngunis* provocaram uma grande desordem no vale do Zambeze, onde se localizava a maioria dos prazos da Coroa. Uma das consequências acarretadas foi a fuga de colonos e de escravos guerreiros (*achicunda*) para os prazos mais ao sul, cujos senhores conseguiram resistir aos ataques *ngunis*, e para a região de Quelimane e do delta do Zambeze (Capela, 2006: 80-81).

As migrações *ngunis* repercutiram igualmente nos territórios até mais ao norte afetando os chamados grupos macuas. Muitos escravos e colonos abandonaram o território constituindo novas formações sociais (Capela, 2006: 86-90). A partir da década de 1850, nota-se o surgimento de uma nova geração de líderes militarizados, que pode ter sido influenciada, dentre outros fatores, pela presença de migrantes *achicunda* nessa região, como será discutido mais à frente com o caso dos namarrais.

Além destes deslocamentos, a intensificação do comércio de longa distância também promoveu novas articulações sociais e políticas. Alguns chefes passaram a buscar maior autonomia e mais privilégios por meio do envolvimento com o comércio de longa distância, abandonando os territórios controlados por linhagens mais antigas com as quais tinham alguma relação política (Mbwiliza, 1991: 144). Foi o caso, por exemplo, de chefes de caravanas que se estabeleceram como uma entidade política no território entre Monapo e Fernão Veloso, apoiando-se em relações com os chefes do litoral e exercendo a função de intermediários comerciais entre estes e as sociedades do interior.

Segundo Eduardo Medeiros, no norte de Moçambique, novas confederações de chefaturas macuas como a dos imbamelas de Morla e Guarnéa-muno, dos Mogovolas de Cubula-muno, de Mukapera-muno em Corrane e dos namarrais foram constituídas a partir da intensificação do comércio de escravos e de marfim (Medeiros, 1988: 39).

Novas alianças foram firmadas entre os diferentes chefes da região por meio de vínculos que o comércio, a doação de terras e as relações de parentesco proporcionavam. Os imbamelas estavam divididos entre *á-nélla* e *á-iyadje*. Nos últimos anos do século XVIII, o sultanato de Angoche, que detinha o controle de um vasto território, permitiu a migração dos imbamelas para as terras ao longo do rio M'luli, com o objetivo de aproveitar o comércio realizado mais próximo ao litoral. Já no início do século XIX, apenas os *á-iyadje*

receberam a permissão de ocupar também as terras mais ao sul do vale do M'luli, que eram mais férteis (Amorim 1911: 145-174, 202-206; Bonate, 2007: 46). Dessa maneira, os *á-iadje* foram privilegiados ao receberem vantagens econômicas e políticas oriundas dessa doação de terras e, conseqüentemente, do laço político que estabeleceram com o sultanato de Angoche.

Essa aliança seria ainda reforçada por laços de parentesco instituídos pelo casamento. Em 1867, alguns “*monhés*” que estavam no M'luli se dirigiram para a Murrua levando escravos e armas com o objetivo de tratar como Mussa Quanto, sultão de Angoche, seria “*introduzido*” na região através do seu casamento com uma mulher parente de outro “*monhé*” chamado Canana.²

Tudo isso teria contribuído para o fortalecimento e a autonomia do chefe dos *á-iadje* Guarnéa-muno em relação ao chefe Morla-muno dos *á-nélla*, que até meados do século XIX, mantinha vários “*dependentes*” na região entre Lona, Larde, Matadane e Mocogone e ao sul do M'luli, incluindo Guarnéa-muno (Amorim, 1911: 47-48).

Outro exemplo da constituição de novas configurações sociais ocorreu na área conhecida por M'lay, próxima à Angoche. No século XIX, essas terras acabaram despovoadas devido às razias realizadas para capturar escravos. O sultanato de Angoche aproveitou que as populações mais ao sul, no vale do rio M'lay estavam sendo perseguidas por acusação da morte de um dos chefes do território vizinho Marrovone e as deslocou para aquela região. Com isso, evitaria que migrantes originários do interior se estabelecessem nos territórios próximos dos principais portos de Kinga, Sangage e Parapato e concorressem ao controle do comércio costeiro.

Novas formas de organização do trabalho

O século XIX foi igualmente marcado por mudanças e contradições em relação às formas de organização do trabalho estabelecidas por novas relações de poder na África. Estas eram influenciadas, em grande medida, pela presença das autoridades ligadas aos governos europeus e seus projetos coloniais em todo o continente africano (Cooper, 2005: 222).

Viajantes-exploradores e autoridades europeias descreviam os efeitos violentos e nocivos do comércio de escravos que geraram constantes e inúmeros ataques às aldeias, massacre de idosos e a venda de homens, mulheres e crianças, embora ignorassem muitas vezes a escravidão em suas formas agrícola e doméstica. O intuito desse discurso era o de chamar a atenção para a necessidade da Europa interferir nessa situação, exercendo efetivamente influência e poder sobre os africanos. E, para isso, seriam necessários “*meios de penetração*” principalmente através de um governo, de missionários, de comerciantes e de ferrovias, utilizando-se da força trabalhadora local e promovendo a regulamentação do trabalho (Cooper, 2005: 215-218).

Durante esse processo, diferentes (re)ações foram tomadas por parte dos trabalhadores africanos. É possível notar, no caso da região norte de Moçambique, uma série de estratégias promovidas por agricultores, soldados, guias e carregadores, diante das formas de exploração do trabalho implementadas pelo governo português.

Um marco desse processo foi a publicação em 1899 do novo Código de Trabalho elaborado por Antonio Enes, apoiado na ideia de que os “*indígenas*” deveriam ser “*civilizados*” pelo

¹ Os portugueses utilizam, com frequência, o termo *monhé* para se referirem aos chefes locais. *Monhé*, *muno*, *mwené* ou *muyini* eram termos empregados para designar as chefias africanas, pois tinham o significado de chefe eleito pela linhagem que primeiro chegou ao território, considerado o dono ou senhor da terra (Lupi, 1907: 171).

² Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretaria do Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), DGU, Correspondência dos Governadores, caixa 37, capilha 1, documento 65, Moçambique, 31 de julho de 1867.

governo por meio da “obrigação moral” do trabalho. O novo código foi incorporado quase inteiramente, em 1911, ao Regulamento de Trabalho dos Indígenas que, por sua vez, fundamentou a elaboração do Regime do Indigenato. O Código de Trabalho estabelecia a todos os “indígenas” a obrigação legal de obter um trabalho para a subsistência e para melhorar a sua condição social. Eles teriam a liberdade para escolher um trabalho, porém se não o fizessem, as autoridades coloniais poderiam lhes impor uma ocupação. Para José Capela e Eduardo Medeiros, o trabalho escravo era substituído teoricamente pelo serviço contratado, mas na prática a condição era a mesma (Medeiros, 1988: 55). Antes mesmo disso, uma série de decretos e leis tentavam promover a regulamentação do trabalho, com destaque para o trabalho contratado.

Com a cobrança do imposto da palhota e os incentivos à produção e o comércio de gêneros agrícolas a partir da década de 1890, a captura de indivíduos transformados em escravos e destinados à exportação foi reduzida. A força de trabalho passou a ser empregada pelos chefes das linhagens do interior na produção local, utilizando-se escravos domésticos. A procura por produtos de origem vegetal, como as oleaginosas, promoveu transformações importantes na economia e na política das sociedades do norte de Moçambique. Indianos abriram lojas de comércio no interior próximo para onde se dirigiam os produtores locais oferecendo amendoim, gergelim, coco, oleaginosas, marfim, urzela, borracha, cera, enxadas e outros objetos em ferro. Em troca recebiam tecidos, sal, armas e pólvora. Apesar da abolição do trabalho escravo ter sido instituída em 1875, as chefias africanas continuavam a empregar também a mão de obra escrava na produção, no transporte das mercadorias, na caça para atender a nova demanda econômica, voltada para a produção agrícola e extração de bens vegetais (Medeiros, 1988: 49-51).

Nessa época, as autoridades portuguesas iniciaram a institucionalização da exportação da mão de obra moçambicana, determinando que os portos de Lourenço Marques (no sul) e Moçambique (no norte) constituíssem as saídas oficiais de trabalhadores. O principal destino dos moçambicanos era a África do Sul, onde foram levados a trabalhar nas plantações de algodão, na construção do porto de Durban e nas estradas de ferro. O número de contratados chegou a aproximadamente cem mil no período entre 1875 e 1910. A descoberta de minas de ouro na região do Transvaal, na África do Sul, em 1886, aumentou vertiginosamente o número de trabalhadores contratados (Alexandre; Dias, 1998: 614-615).

A resistência desses trabalhadores às determinações do governo português poderia estar relacionada com as formas e condições da arrematação de contratados após a instituição da abolição da escravidão.

Em 1854, um decreto emitido pelo governo tornava obrigatório o registro dos escravos em todo o Ultramar. Aqueles não registrados e os que pertenciam ao Estado passaram a ser considerados libertos. Também tornou possível a reivindicação da liberdade por aqueles que conseguissem pagar uma indenização ao seu senhor (Zamparoni, 2007: 34-35).

Entretanto, a abolição total da escravidão nas possessões africanas foi promulgada apenas em 1858 por um decreto elaborado por Sá da Bandeira que determinava o prazo de vinte anos para a sua completa implementação. Porém, o estatuto de liberto, que regulamentava a condição dos ex-escravos, foi decretado somente em 25 de fevereiro de 1869. Logo depois, em 1875, uma lei instituiu o fim do estatuto e estabeleceu as regras para o contrato de trabalho, facilitando o recrutamento de trabalhadores, sobretudo destinados à prestação de serviços em outras regiões.

Esta lei de 1875 foi complementada pelo *Regulamento para os Contratados de Serviçaes e Colonos nas Províncias da África Portuguesa* de 1878, definindo que os africanos poderiam ser contratados por qualquer patrão e não exclusivamente pelo seu antigo senhor. Regulamentava ainda as condições dos contratos de trabalho, determinando que o seu rom-

pimento ou a mudança de padrão poderia acarretar multa e prisão por vadiagem por um período quatro vezes maior do que o aplicado em Portugal (Zamparoni, 2007: 49)

Como já mencionado, o colonizador fazia uso do discurso da obrigação moral do trabalho para legislar sobre e justificar a exploração dos trabalhadores em tarefas sub-remuneradas ou condições, muitas vezes, análogas à escravidão. Nesse sentido, mais tarde em 1899, o Código do Trabalho Indígena, estabelecia em seu 1.º artigo que: *“todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas estariam sujeitos à obrigação moral e legal de adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltassem para substituir e melhorar a própria condição social, tendo plena liberdade de escolherem o modo de cumprir essa obrigação, o que, se não fosse feito, poderia ser-lhes imposto pelas autoridades”* (Zamparoni, 2007: 62-63).

Nesse contexto, muitos trabalhadores eram empregados como carregadores e guias durante as campanhas militares contra as populações locais que resistiam à colonização portuguesa, assim como na abertura de estradas e na construção de postos militares nos territórios mais para o interior. As relações de trabalho e, sobretudo, a violência despendida no tratamento desses trabalhadores, muitas vezes semelhante à utilizada para com os escravos, geravam sabotagens às ações das autoridades portuguesas e inúmeras fugas.

Há vários relatos dos chefes locais reclamando de acusações de maus tratos feitas pelos trabalhadores recrutados pelo governo português. Carregadores e guias mencionavam que eram presos e apanhavam quando chegavam aos estabelecimentos do governo português, além de muitas vezes não receberem um pagamento pelos trabalhos executados.³

Um episódio bastante citado na documentação estudada revela a possibilidade de sabotagem por parte desses trabalhadores. Em 1897, durante a campanha militar contra os namarrais, os guias africanos levaram as tropas portuguesas para uma região de difícil acesso e com poucos recursos naturais, sem nenhuma fonte de água potável. Consequentemente, as tropas tiveram que ser retiradas impossibilitando os ataques aos namarrais. O comandante Mousinho de Albuquerque, que já desconfiava dos guias africanos desde o início, pois discutiam demasiadamente sobre os caminhos a serem tomados, aproveitou em seu relato para acrescentar que encontrara um saquinho contendo papéis junto ao chefe dos guias, o *“mouro”* Moamade Charamadane, que diziam em ajami *“feitiço para os brancos serem vencidos pelos namarrais”* (Albuquerque, 1897: 10-11).

É preciso levar em conta que no caso das memórias e dos relatórios oficiais como esse de Mousinho de Albuquerque, escritos por representantes do governo português que estiveram em Moçambique nesse contexto, fazem parte de uma literatura marcada por um discurso que ressaltava as dificuldades enfrentadas pelas condições naturais inapropriadas do território, pelas (re)ações das populações locais e, sobretudo no caso do norte de Moçambique, pela influência negativa do Islã. Por isso, o cotejamento com outras fontes foi fundamental para o trabalho.

Existem igualmente várias outras fontes que mencionam os incidentes causados por soldados africanos, integrantes das forças militares portuguesas. Durante a pesquisa, foram encontrados alguns casos de ataques aos postos militares portugueses e de abandono das forças em plena ação militar e fuga para os territórios dos chefes das sociedades do norte de Moçambique que, por sua vez, aproveitavam para incorporá-los ao seu grupo de guerreiros. Em 1890, a sede do distrito de Angoche, fora novamente atacada e desconfiam da participação de soldados por causa das marcas de munições encontradas serem semelhantes àquelas

³ Correspondência do comandante militar do Moginqual Antonio Diniz Ayalla ao secretário geral do Governo Geral. Moginqual, 1 de novembro de 1892. Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, caixa 8-151, maço 1, 1892.

utilizadas pelo governo português.⁴ Para o comandante militar de Angoche, Francisco Coutinho, existiam vários indícios da proteção e do auxílio despendidos pelos soldados de origem local aos chefes Ibrahim e Farelay, de Angoche.⁵ Declarava ainda que muitos soldados se juntaram ao grupo imbamela aliados ao sultanato de Angoche, demonstrando que: “*reconhece[ra] pelos vestígios que as balas deixaram nas árvores e mesmo porque desapareceram alguns, eu sei estarem em Angoche.*”⁶

Em 1884, novamente durante a guerra contra o grupo namarraís, num ataque especificamente à povoação de Ampapa, as tropas portuguesas foram obrigadas a recuar porque cerca de quatrocentos soldados armados “*dividiram-se em grupos e assentaram-se debaixo do alvoredo!*”⁷ Nessa época, o capitão-mor de Angoche Antonio Magalhães revelou o caso de um dos inúmeros desertores que passaram a viver em Angoche, afirmando que “*outros vadios lá estão vivendo sob a sua proteção, fugidos d’aqui (...)*”⁸

Os baixos salários (ou o não pagamento destes), os maus-tratos e as péssimas condições de sobrevivência e a dificuldade de arregimentação podem explicar essas ações de deserções, sabotagens e fugas. A formação de um regimento militar e o recrutamento de soldados em Moçambique já era um problema desde o século XVIII. As deserções eram inúmeras e constantes, movidas pelos castigos sofridos e pelas imposições. Além disso, o valor dos salários era menor do que nos regimentos portugueses (Rodrigues, 2006: 83).

Nesse contexto, o regimento de Moçambique, em grande medida, era formado por degredados de Portugal, Goa e Brasil. Pensou-se, então, numa política de substituição das tropas portuguesas em África. O governador dos Rios de Sena, Marco Antonio Montauray, propôs a incorporação de soldados da Índia, denominados cipaios, pois além de possuírem grande experiência militar e de uso de armas de fogo, a migração de soldados europeus era muito dispendiosa por conta do transporte e das taxas elevadas de mortalidade. A utilização dos cipaios em detrimento da mão-de-obra local também seria mais apropriada devido à imagem negativa atribuída aos africanos. Contudo, seriam privilegiados apenas os canarins (indianos católicos), para evitar o risco de expansão da religião hindu e islâmica entre os africanos (Rodrigues, 2006: 61-78).

Entretanto, a incorporação de soldados locais também era considerada vantajosa porque, além de conhecerem o território, os africanos eram mais resistentes às doenças locais e se adaptavam melhor ao clima e ao relevo. Ademais, o aumento dos conflitos no território próximo às Terras Firmes (território continental em frente à ilha de Moçambique) fez com que as autoridades portuguesas implementassem um novo sistema de composição dos regimentos. A saída encontrada foi a formação de uma companhia de naturais arregimentados entre suaílis e macuas, que também passaram a ser conhecidos por cipaios (Rodrigues, 2006: 83).

Embora o governo português acreditasse ser fácil arregimentar soldados entre os africanos por conta da ameaça da escravização, muitos registros revelam o contrário. Dentre as estratégias utilizadas pelos africanos para escapar ao recrutamento estava a própria

4 AHU, SEMU, DGU, Correspondência dos Governadores, caixa 1333, pasta 12, capilha 1, documento 20/45, Moçambique, 2 de março de 1890.

5 Correspondência do comandante militar de Angoche ao secretário geral do Governo Geral de Moçambique. Antonio Ennes, 11 de outubro de 1894. AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, caixa 8-105, maço 2, 1894.

6 Correspondência do encarregado do governo do distrito de Angoche ao secretário do Governo Geral de Moçambique. Angoche, 21 de fevereiro de 1890. AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, caixa 8-104, maço 3, 1890.

7 Correspondência do capitão-mor de Mossuril ao secretário geral do Governo de Moçambique. Mossuril, 9 de dezembro de 1884. AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, caixa 8-147, maço 2, 1884.

8 Correspondência do capitão-mor de Angoche ao chefe da Secretaria Militar do Governo do Distrito de Moçambique. Antonio Ennes, 11 de fevereiro de 1890. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, caixa 8-8, 1890. Carta do capitão-mor de Angoche ao chefe da Repartição Militar de Moçambique. Antonio Ennes, 20 de abril de 1898. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, caixa 8-8, 1899.

escravização por meio da “*venda do corpo*”. Isso mostra o desconhecimento por parte das autoridades portuguesas da noção de escravidão nas sociedades africanas. Esta era caracterizada por uma dependência social, não se assemelhando ao tipo de relação estabelecida numa economia de plantação (Rodrigues, 2006: 86).

A escravização por meio da “*venda do corpo*” funcionava da seguinte maneira: os senhores acolhiam os colonos recrutados em suas terras ao “*comprarem o corpo*”, ou seja, estes adquiriam o estatuto de escravos. No século XVIII essa prática tornara-se tão comum que o governador expediu um alvará estabelecendo a penalização dos senhores que recebessem os soldados desertores. Entretanto, os soldados passaram a procurar territórios mais distantes comandados por chefes africanos que não estavam sob a jurisdição portuguesa (Rodrigues, 2006: 89).

O problema do recrutamento de soldados perdurou durante todo o século seguinte, persistindo a questão sobre a origem dos soldados, ou seja, se o regimento deveria ser formado exclusivamente por portugueses, goeses ou africanos. Em meados do século XIX, voltou-se à opção pela incorporação de soldados de Portugal e de Goa.

Para o capitão-mor de Angoche Eduardo Lupi, o problema dos regimentos era agravado justamente pelo fato da diversidade de origem dos soldados que, em geral, eram pouco “*instruídos e disciplinados*”. Isso não permitia que as forças miliares tivessem uma unidade, um “*espírito de corpo*”. Ademais, com a constante renovação dos quadros, dirigentes e subordinados não se conheciam e os oficiais portugueses recém-chegados ignoravam suas funções e responsabilidades, assim como a situação da região e as condições de vida. Além disso, as condições financeiras não eram muito favoráveis. Desde 1877 o sistema dos prêmios de alistamento fora cancelado, provocando ainda mais descontentamento entre os soldados (Lupi, 1907: 222).

Já no final do século XIX, as tropas portuguesas em Moçambique passaram a integrar recrutados vindos de Angola. Estes tinham um contrato de trabalho de cinco anos, mas forçados pelo governo, pelas circunstâncias financeiras ou relações sociais, como laços familiares estabelecidos, acabavam tendo a sua volta dificultada e permaneciam ali por muito mais tempo.

O comandante Mousinho de Albuquerque alegava que era preciso incorporar soldados africanos e indianos no corpo da chamada “*polícia a pé*” para auxiliar a polícia a cavalo, pois “*o europeu a pé não anda[va] quase nada neste clima deprimente e adoec[ia] logo às primeiras marchas e às privações inseparáveis da vida no sertão.*” Contudo, as autoridades portuguesas não tinham nenhuma confiança nos soldados de origem local, sendo considerados “*medrosos e todos mais afeitos aos mouros*”. Para isso, tentou-se recrutar cerca de sessenta “*marathas verdadeiros, gente de confiança*”, isto é uma casta de guerreiros indianos originários de várias regiões da Índia, como em Goa e Gujerat (Albuquerque, 1897: 10-11).

Em 1897, o governador geral de Moçambique Mouzinho de Albuquerque determinava que todos os indivíduos estabelecidos nas possessões portuguesas, com exceção apenas dos menores de 21 anos, dos inválidos e dos funcionários públicos, deveriam prestar serviços como auxiliares no caso de rebelião ou guerra. Para serem isentos do recrutamento teriam que pagar 2\$500 réis, sob pena do pagamento de multa no valor de 45\$000 réis e, no caso dos indígenas, prisão com trabalho (Zamparoni, 2007: 166).

O governo português finalmente conseguiu organizar seu regimento colonial, com reforços vindos de Portugal, apenas em meados da década de 1890, diante da necessidade da ocupação efetiva dos territórios. Nessa época, o regimento chegou a contar com aproximadamente sete mil homens, enquanto que na década anterior, o número de soldados não ultrapassou 1 400.

Novas configurações sociais: o caso dos namarrais

Dessa maneira, as experiências de trabalhadores diante das formas de exploração do trabalho, num contexto histórico marcado por novas relações de poder que se configuraram na África notadamente a partir do estabelecimento dos sistemas coloniais europeus, contribuíram igualmente para a migração de indivíduos em direção aos chefados do norte de Moçambique. Fossem escravos ou libertos, os deslocamentos de trabalhadores passaram a ser ainda mais recorrentes para essa região.

É possível notar o surgimento de novas configurações sociais, como a dos chamados namarrais, construídas a partir de articulações políticas com outras sociedades locais, como os sultanatos e xeicados islâmicos da costa e os denominados imbamelas. Parte de um complexo de interconexões históricas, essas novas configurações foram geradas a partir das múltiplas relações estabelecidas em meio aos espaços de trocas comerciais, religiosos, políticos e culturais.

Nesse sentido, as contribuições de José Capela para o tema das dinâmicas sociais no norte de Moçambique no século XIX são indispensáveis. No artigo “*Como as aringas de Moçambique se transformaram em Quilombos*”, publicado na Revista Tempo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2006, José Capela mostra que escravos fugidos da Ilha de Moçambique construíram uma aringa⁹, isto é, uma povoação fortificada habitada por escravos, em Ampapa.

Com o passar do tempo e por meio de relações sociais e de lealdade, a população da aringa teria estabelecido conexões políticas sendo englobada pelos namarrais com o advento de novas chefias. A esse respeito, o governador geral de Moçambique declarou, em 1886, que um “*régulo do Namarral era um verdadeiro salteador, com mando sobre numerosas hordas de cafres e que se refugiam os maiores malfeitores escapados às justiças*” (Capela, 2006: 86-90). Por sua vez, os namarrais teriam se constituído, ainda na primeira metade do século XIX, a partir do processo de migração *nguni* que causou grandes transformações sociais na região da Zambézia (Newitt, 1997; Serra, 1982). Parte dos escravos e colonos, que deixaram esse território, migraram para o norte formando novos agrupamentos sociais, como a dos namarrais, nas terras próximas a Mossuril e Moinqual (Hafkin, 1973: 365; Martins, 2011). Os namarrais teriam sido chefes de caravanas que comandavam as rotas comerciais de produtos agrícolas, de extração e escravos fornecidos pelos chefes macuas do interior de terras. Por exercerem uma função de intermediários comerciais entre as sociedades do interior e as do litoral, conquistaram legitimidade política. Fundamentados nesse importante papel, construíram relações de lealdade com os chefes estabelecidos na costa conseguindo apoio para se fixarem e se constituírem, na primeira metade do século XIX, como entidade política, no território entre Monapo e Fernão Veloso (Martins, 1989: 490).

Uma característica da organização dos namarrais era a forte militarização. Como mencionado anteriormente, é preciso considerar que os namarrais incorporaram por meio de laços de lealdade as populações de escravos fugidos da ilha de Moçambique que compunham a aringa de Ampapa. Capela menciona que as aringas dessa região eram compostas por colonos e escravos guerreiros, os famosos *achikunda*, dos prazos da Zambézia, que migraram na primeira metade do século XIX. Além disso, também recebiam continuamente soldados desertores das forças militares portuguesas (Capela, 2006: 86-90). Deste modo, as possibilidades interpretativas de José Capela nos levam a pensar que esse caráter fortemente militarizado dos namarrais pode ter sido potencializado pela integração das populações da aringa de Ampapa.

⁹ O termo *mussito* também era utilizado com o mesmo significado, dependendo da localidade e da época, em Moçambique. Rodrigues, 1999.

Pode-se aventar igualmente que a militarização dos namarrais teria sido sustentada pelo fácil acesso às armas de fogo e pólvora comercializadas pelos franceses e portugueses em troca, sobretudo, de escravos e marfim. Assim, no contexto em que os namarrais surgem, isto é, de grande instabilidade por conta do auge do comércio de escravos, era necessária para garantir a sobrevivência, uma entidade política fortemente militarizada, pois as comunidades mais fracas, em geral, sucumbiam às razias para escravização.

Para incrementar ainda mais esse caráter militarizado, os namarrais criaram relações políticas com o Saleh bin Ali Ibrahim, mais conhecido por Marave, filho de um grande comerciante, sheikh e hajj, das ilhas Comores. Marave era comandante militar do sultanato de Sancul, ou seja, um chefe que também detinha conhecimentos estratégicos e técnicas de guerra. Nas fontes documentais estudadas há registros de que esse vínculo entre os namarrais e o Marave de Sancul fora estabelecido por um tipo de laço de parentesco. Esses relatos mencionam o Marave como “*marido*” ou “*amante*” da “*rainha*” Nagueua e, por isso, estava frequentemente naquele território. É o caso, por exemplo, do soldado do governo português, de nome Cicatriz, preso por haver desertado e se associado aos namarrais. Além de mencionar os locais de residência do chefe namarral Mucuto-muno e de Nagueua e de armazéns de armas dos guerreiros de Nagueua e do Marave, declarou que o Marave era “*marido*” de Nagueua e que o Mucuto-muno tratava-a como “*mãe*”, mas não o era de fato.¹⁰ No norte de Moçambique, as mulheres mais velhas ocupavam um lugar social bastante importante. Ao serem responsáveis por transmitir o *nhimo*, conceito que denota a pertença e o reconhecimento de todos os membros de um mesmo grupo, desempenhavam o papel de “*mãe-alimentadora*”. Também controlavam o direito ao uso da terra, à qual os homens somente tinham acesso por meio do casamento, e centralizavam as funções rituais de uma comunidade mais ampla. Eram as chamadas *apwya* ou *pia-mwene* ou mais conhecidas, sobretudo pelos portugueses, como “*rainhas*”. Nagueua, portanto, era a *pia-mwene* dos namarrais.

É possível observar também como novas fontes de poder e prestígio, advindas não apenas dos contatos econômicos e políticos, mas igualmente da expansão do Islã bastante impactante nesse período, alteraram as relações sociais nessa região, possibilitando a mobilidade social.

Mobilidade social no norte de Moçambique

As possibilidades interpretativas sobre escravidão, comércio e deslocamentos populacionais abertas pela obra de José Capela, ensejaram, no âmbito das minhas investigações sobre as dinâmicas sociais no Índico, um olhar para o processo de incorporação de indivíduos exógenos e de mobilidade social em determinadas sociedades.

Começamos pelo caso dos escravos. As formas de escravização poderiam ser variadas, desde por meio de razias ou guerras até mesmo por herança ou indenização, mas sempre o indivíduo seria estranho ao grupo, isto é, um estrangeiro. Embora a condição de escravo provavelmente fosse transmitida à sua descendência, havia grande probabilidade de obter a liberdade a qualquer momento. Como a escravidão se configurava uma forma de dependência, a inserção se dava com o passar do tempo, quando lhe reconheceriam a nova condição. O seu “*senhor*” poderia não se referir a ele como escravo, normalmente o considerava como um “*filho*” mas, ainda assim, correria o risco de ser vendido ou doado (Lupi, 1907: 149-151).

¹⁰ Correspondência do capitão-mor das Terras da Coroa ao chefe da Repartição Militar do Distrito de Moçambique. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, caixa 8-9, 1898-1900. Correspondência do comandante do Posto Militar da Muchelia ao capitão-mor das Terras da Coroa. Muchelia, 30 de setembro de 1898. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, caixa 8-15, maço 2, 1857-96.

Quando jovem, o escravo não poderia possuir bens, mas teria a garantia de recebimento de alimentação e vestuário para a sua sobrevivência. Já na fase adulta, era-lhes permitido usar armas e alguns eram treinados para a função de guerreiros. É possível notar, muitas vezes, que escravos de confiança eram nomeados capitães, cabos de guerra ou guerreiros, direcionados à função de defesa do território. Também era possível que se estabelecessem numa povoação próxima, casando-se com uma escrava ou com qualquer outra mulher do grupo e recebendo uma porção de terra para cultivar, sendo a sua produção destinada ao seu “senhor”. Quanto mais filhos tivesse, menos trabalho na terra precisaria dispende, melhorando a sua condição.

Ainda haveria brecha para a negociação utilizando-se a fuga como meio para em seguida, intimidar ou ameaçar, e ter a sua outra condição reconhecida. Embora pudesse ser libertado ainda em vida, estava garantido que o escravo não continuaria sob tal condição após a morte do seu “senhor”.

Já a mulher escrava era, com frequência, direcionada à função de concubina. E, se tivesse sorte, seria libertada com o nascimento de um filho ou casando-se com um indivíduo escolhido pelo seu “senhor”. Mas, o risco de ser doada ou vendida sempre existia, sobretudo nesse contexto, quando se configurava a principal moeda de troca das relações comerciais. Por meio dos estudos das fontes documentais produzidas no século XIX, nota-se que a conversão ao Islã também poderia se caracterizar como um instrumento de incorporação de indivíduos exógenos à sociedade, fossem carregadores, soldados ou guias; escravos ou libertos.

Há indícios de que os chefes namarrais eram muçulmanos, incluindo as *pia-mwene*, como Naguema, pelo uso da escrita ajami nas correspondências trocadas com as autoridades portuguesas.¹¹ Mas não somente os chefes aderiram ao Islã. É interessante constatar que outros segmentos sociais foram também atingidos pela expansão da religião islâmica e que esta pode ter sido um elemento facilitador da incorporação desses indivíduos exógenos a essa sociedade.

Os soldados desertores das forças portuguesas que fugiam para outros territórios poderiam integrar o conjunto de guerreiros de chefes do norte de Moçambique. Por exemplo, há relatos de que chefes, como Farelay de Angoche, e seus guerreiros, participavam da manifestação Maulide, uma celebração em homenagem ao aniversário do profeta Maomé da confraria islâmica Rifa'iyya (Bonate, 2007: 68; Trimmingham, 1964: 101). Dentre os guerreiros de Farelay poderiam estar incluídos soldados que abandonaram as forças portuguesas. Como já foi mencionado, algumas fontes documentais apontam para o deslocamento de soldados desertores para o norte de Moçambique procurando serem agregados ao sultanato de Angoche e a outras sociedades da região.

Tendo em vista que alguns destes trabalhadores eram muçulmanos, supõe-se que a conversão ao Islã contribuiu para a incorporação desses indivíduos exógenos por meio da construção de vínculos de lealdade com as chefias muçulmanas locais, pressupondo ainda que muitos deles poderiam ser escravos.

Ressalte-se que a expansão do Islã no norte de Moçambique ocorreu nesse contexto por meio das confrarias sufistas (*turuq - tariqa* - singular em árabe, *dtiqiri* - na língua macua). Durante o processo de conversão, sucedia-se uma espécie de renascimento do indivíduo provocado pela sua nova posição social, diferente da qual ocupava na sociedade de origem.

¹¹ Ajami é o termo utilizado para a escrita das línguas africanas em caracteres do alfabeto árabe. Neste trabalho de pesquisa foram utilizadas grande parte das correspondências escritas em ajami pelos chefes do norte de Moçambique, enviadas aos governadores, secretários e comandantes militares portugueses, que estão no Arquivo Histórico de Moçambique. Algumas dessas cartas são acompanhadas da respetiva tradução realizada pelo “*língua do Estado*”, isto é, um tradutor ligado ao governo português.

Dessa maneira, poderia libertar-se de uma condição inferior que lhe causava a marginalização ou até mesmo a exclusão social. Esse novo lugar social remontava à linhagem mística do Profeta Maomé e sua família (Penrad, 2004: 189). Vale mencionar o caso de Manoel Luiz Duarte, um criminoso português, enviado como degradado para Moçambique. Em 1867, ele se converteu, professando sua nova fé diante do *Alcorão*, e recebeu um novo nome – Momade Bin Sultani. A partir desse momento, ganhou a confiança de Mussa Quanto, o sultão de Angoche, passando a ser tratado pelo sultão como “*seu filho*” (Amorim, 1911: 8). De acordo com o historiador Edward Alpers, inicialmente a expansão do Islã alcançou os chefes yaos e macuas, depois se estendendo, por meio do controle dos rituais de iniciação, a toda a população (Alpers, 1972). De outra forma, Joseph Mbwiliz defende que a conversão poderia ocorrer de maneira inversa, através da pressão da população para que o chefe professasse a religião islâmica. Dessa forma, ela não partiria apenas das elites sociais, embora muitos chefes se convertessem com o objetivo de obter mais poder e vantagens e, assim, criassem condições propícias para a aceitação dos preceitos muçulmanos por toda a população.

Outra estratégia existente era a adoção do Islã como uma alternativa ao poder e privilégios dos chefes das grandes linhagens, isto é, em resposta às “*formas tradicionais de controle social*”, utilizada por indivíduos ou chefes dependentes (Mbwiliza, 1991: 67). Como já mencionado anteriormente, nesse contexto de grandes transformações e instabilidade, novos chefes de novas linhagens também deixaram seus territórios controlados por linhagens mais antigas em busca de autonomia e privilégios trazidos pelo comércio e pelo Islã, intrinsecamente associados. Por exemplo, na segunda metade do século XVIII, os grupos lomé e macua-medo, quando migraram para o sul da Tanzânia, passaram a professar os preceitos do Islã como uma alternativa para suplementar a ideologia das relações de parentesco (Mbwiliza, 1991: 144).

Isso poderia acontecer principalmente em sociedades cujo sistema de parentesco seguia as regras matrilineares, nas quais os homens ocupavam um papel secundário. Nessas sociedades as mulheres eram responsáveis pela continuidade da descendência do grupo, cujos “*filhos*” pertenciam à linhagem materna. Quando o casamento terminava, por morte de um dos cônjuges ou por divórcio, os “*filhos*” menores de idade ficavam sob a autoridade da “*mãe*” ou da família materna. Elas também controlavam o acesso à terra e a organização do trabalho (Lupi, 1907: 142).

Dessa maneira, a expansão do Islã possibilitaria que indivíduos que ocupavam um lugar marginal fossem integrados e passassem a ocupar funções mais importantes por meio da conversão religiosa ao Islã. Isso fica evidente no caso das sociedades matrilineares macuas, nas quais as *pia-mwene* passaram a dividir algumas funções com os chamados *mwalimo* após a islamização.

Nas sociedades macuas, as *pia-mwene* comandavam as cerimônias ligadas aos momentos importantes da sociedade, como na entronização dos chefes, em casamentos, nascimentos, sepultamentos e guerras, assim como em casos de secas, doenças e fomes. Os rituais eram conduzidos por elas, que faziam uso de oferendas com farinha de mapira (espécie de sorgo), elemento simbólico da conexão com os ancestrais¹² (Amorim, 1911: 104; Hafkin, 1973: 78). Dessa maneira, a autoridade da *pia-mwene* estava intrinsecamente relacionada ao seu poder de se comunicar com os ancestrais.

Com a islamização dessas sociedades, os homens ganharam mais espaço exercendo a função de *mwalimo*. O *mwalimo* era responsável pela educação da população nas escolas

¹² “Segue-se a mapira, nome que dão ao sorgo, o outro elemento principal, que juntamente com a mandioca constituía base da alimentação indígena, fazendo a ‘chima’ (papas), e que fermentado em panellas dá o ‘pôbe’, ou cerveja de milho, bebida da sua predileção.” (Lupi, 1907: 5).

islâmicas. Mas também resolvia os casos de divórcio e do tratamento das doenças, preparando remédios, mezinhas e amuletos de proteção feitos com bolsinhas de algodão, nos quais inseria palavras do *Alcorão*. Tinham um papel de destaque igualmente nas cerimônias de casamentos, de nascimento, de sepultamento e de guerra.

Pode-se supor que para reverter essa situação e ocupar um espaço para além do controle das funções rituais, as *pia-mwene* passaram a atuar mais fortemente no espaço político, ganhando contornos de chefias políticas, como é possível perceber a partir da análise das fontes documentais. Isto ocorreu por meio do apoio e da conquista de legitimidade política com relação a outras sociedades, sustentadas pela sua atuação no comércio, pelo parentesco político e pelo apoio militar, que estabeleceram, por exemplo, com o Marave, comandante militar de Sancul.

Nesse sentido, lanço aqui uma hipótese que pretendo desenvolver melhor futuramente. Ao tornarem-se conscientes dessas novas fontes de poder e prestígio, assim como das mudanças de horizontes econômicos e do mundo político, as *pia-mwene* buscaram a mobilidade, alterando o seu lugar social. É nesse sentido que talvez seja possível interpretar a atuação delas para além do controle das funções rituais nesse período.

Enfim, foi objetivo desse artigo mostrar aspectos presentes na obra de José Capela, relacionados aos temas da escravidão e do comércio, dos deslocamentos populacionais e da mobilidade social, trazendo o caso específico das dinâmicas e configurações sociais dos namarrais do norte de Moçambique no século XIX.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, Joaquim Augusto Mousinho de (1897), *A campanha contra os Namarraes*, Lisboa: Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar.
- Alexandre, Valentim; Dias, Jill (coord.) (1998), *O Império Africano, 1825-1890. Nova história da expansão portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Alpers, E. A. (1972), Towards a History of the expansion of Islam in East Africa: the matrilineal people of the Southern Interior. In: Ranger, T. O; Kimambo, I. N. *The historical study of african religion*, Londres: Heinemann.
- Amorim, Pedro Massano de (1911), *Relatório sobre a ocupação de Angoche* operações de campanha e mais serviços realizados, [Lourenço Marques]: Imprensa Nacional.
- Bonate, Liazzat J. K. (2007), *Traditions and transitions: Islam and chiefship in Northern Mozambique, ca. 1850-1974*; (Tese de Doutorado), Departamento de Estudos Históricos, Universidade de Cape Town, África do Sul.
- Campbell, Gwyn (1988), Madagascar and Mozambique in Slave Trade of the Western Indian Ocean, 1800-1861, *Slavery & Abolition*, n.º 9, pp. 166-193.
- Capela, José; Medeiros, Eduardo (1987), *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do índico, 1720-1902*. Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane.
- Capela, José (1993), *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- (2002), *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- (2006), Como as aringas de Moçambique se transformaram em Quilombos, *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro: 7 Letras, v. 10, n.º 20, jan.-jun.
- (2007), *Dicionário de negreiros em Moçambique, 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Cooper, Frederick (2005), Condições análogas à escravidão. In: Cooper, Frederick; Holt, Thomas C.; Scott, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania no pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 201-270.

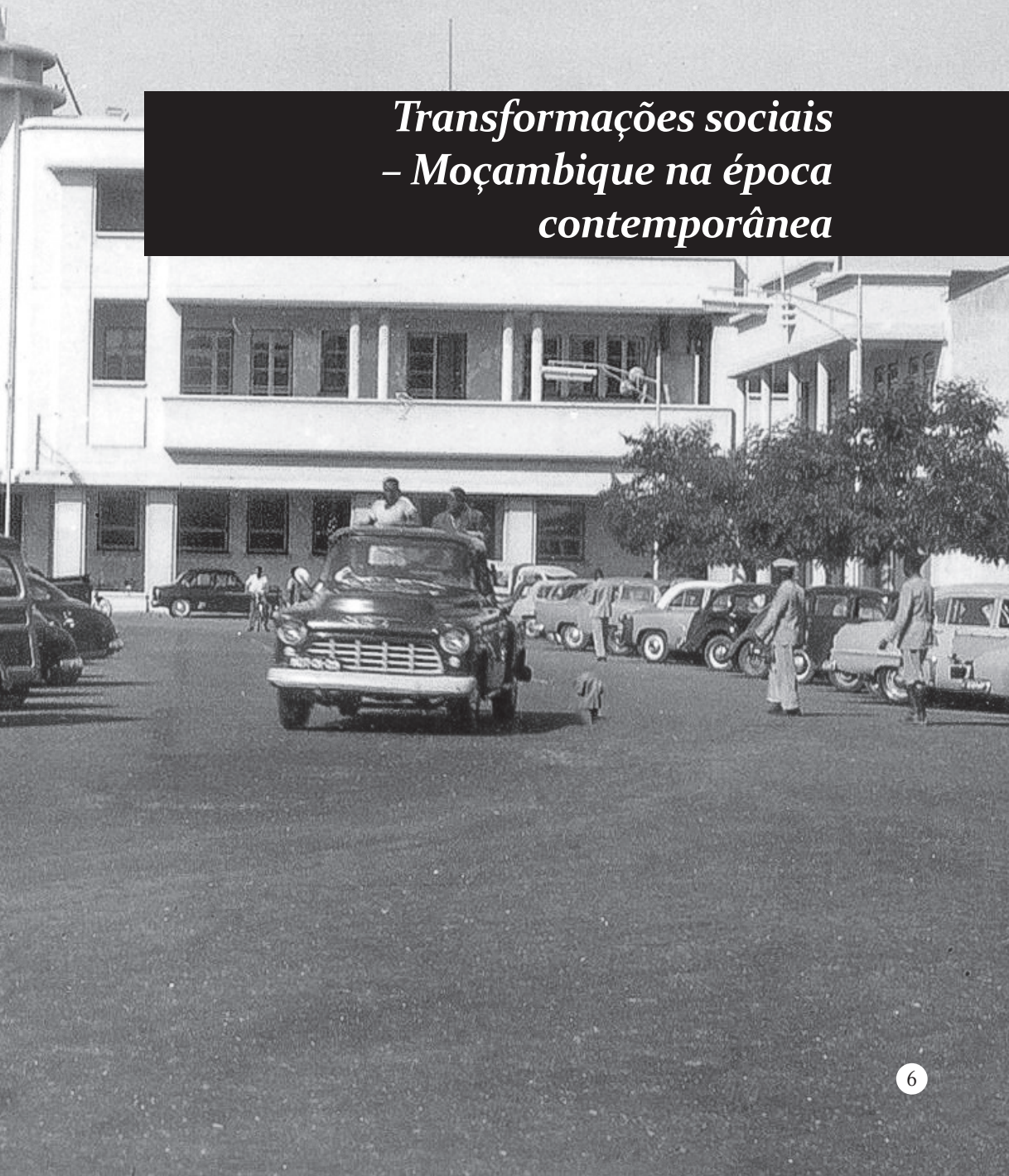
- Hafkin, Nancy (1973), *Trade, society and politics in Northern Mozambique, c.1753-1913*, Ph. D. Dissertation, Boston University Graduate School, Boston.
- Lupi, Eduardo do Couto (1907), *Angoche. Breve memória sobre uma das capitánias-mores do distrito de Moçambique*. Lisboa: Typographia do Anuario Commercial.
- Martins, Luísa F. G. (1989), A expedição militar portuguesa ao Infusse em 1880. Um exemplo de ocupação colonial nas terras islamizadas do Norte de Moçambique. *Reunião Internacional de História de África: relação Europa-África no 3.º quartel do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- (2011), Os Namarrais e a reacção à instalação colonial (1895-1913). Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). *Blogue de História Lusófona*. Ano 6, julho. [Em linha]. [Consult. outubro 2017]. Disponível em: <http://www2.iict.pt>.
- Medeiros, Eduardo (1988), *As etapas da escravatura no norte de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Mbwiliza, Joseph F. (1991), *A history of commodity production in Makuani 1600-1900: mercantilist accumulation to imperialist domination*. Dar es Salaam: University Press.
- Newitt, Mallyn (1997), *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América.
- Penrad, Jean-Claude (2004), Commerce et religion: expansion et configurations de l'Islam en Afrique Orientale. *O Islão na África Subsaariana: actas do 6.º Colóquio Internacional. Estados, Poderes e Identidades na África Subsaariana*. Porto: Universidade do Porto, Centro de Estudos Africanos.
- Rodrigues, Eugénia (1999), Senhores, escravos e colonos nos prazos dos Rios de Sena no século XVIII: conflito e resistência em Tambara. *Conference The Evolution of Portuguese Asia: Quincentenary Reflections: 1498-1998*, Charleston, South Carolina, Estados Unidos da América, 18-20 de Março.
- (2006), Cipaio da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. *História: Questões e Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n.º 45.
- Serra, Carlos (1982), *História de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História e Tempo Editorial.
- Trimingham, J.S. (1964), *Islam in East Africa*. Oxford: Clarendon Press.
- Zamparoni, Valdemir (2007), *De escravo a cozinheiro. Colonialismo e racismo em Moçambique*, Salvador: EDUFBA: CEAO.

Arquivos

- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretaria do Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), DGU.
- Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique.



*Transformações sociais
– Moçambique na época
contemporânea*





Os *Khokholo* dos *Chopi* no contexto político dos finais do século XIX no sul de Moçambique

Mário José Chitaúte Cumbe

pp. 97-110

I. Introdução

A região sul de Moçambique, tal como as outras regiões do país, foi palco de diversas lutas entre os grupos que por ali aqui passaram contra aqueles que já estavam estabelecidos. Os invasores estavam à procura de espólios de guerra e submissão política para beneficiar do pagamento de tributo e terras para cultivo e pastorícia. Neste contexto, o estudo da história da resistência na atual província de Inhambane mostra que no último quartel do Século XIX havia três entidades políticas diferentes e independentes nesta região com relacionamento ora conflituoso ora de reconhecimento.

Esta pesquisa está inserida no contexto dos micro-estudos do meio ambiente e de regiões, e tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a forma de organização do espaço que as chefaturas *chopi* tinham dentro do contexto de guerra em que se encontravam, assim como sobre as metamorfoses que o conceito de *khokholo* sofreu ao longo do tempo e as respectivas causas do seu desaparecimento. Os *khokholo*, povoações fortificadas com estacas e paliçadas semelhantes às aringas da Zambézia, estiveram implantados na atual província de Inhambane, distritos de Inharrime e Zavala, povoados sobretudo por populações da etnia *chopi*. O seu estudo tornou-se necessário pela tentativa de documentar a estrutura da organização sócio-política e económica das comunidades que viviam nestas fortificações, considerando que a literatura sobre o assunto desenvolve maior destaque às aringas da Zambézia, no centro, do que na região sul¹. O presente trabalho pretende ser uma revisão bibliográfica – no contexto das guerras territoriais de ocupação entre os povos locais e, em concomitância, da colonização europeia (portuguesa) em Moçambique – de estudos acerca das aringas efetuados no vale do Zambeze por, sobretudo, Allen e Barbara Issacman; José Capela; M. D. D. Newitt; M. L. Correia de Matos².

¹ Salvo o trabalho feito em Manjacaze pelo Dr. Liesegang e publicado numa separata do vol. I, em “A Survey of the 19 century Stockades of Southern Mozambique: The *khokholwene* of Manjacaze area”. In: Memoriam António Jorge Dias, 1974: 303-320.

² Cumbe, 2000: 16-23.

II. Origens da etnia *Chopi*

As primeiras referências às chefaturas que hoje fazem parte dos *chopi* datam da segunda metade do sec. XVI (1560-62), com relatos de cartas de padres jesuítas³, seguidas de relatos de naufragos⁴.

A sua localização espacial está nos distritos de Zavala e Inharrime, onde a maioria dos seus habitantes pertence à comunidade da etnia *chopi*⁵. Segundo vários autores que estudaram as suas origens, os *chopi* são o resultado de associação de grupos de várias origens. Um desses autores é Leonor Correia de Matos que afirma que os *chopi* são um conglomerado de tribos, ou segmentos de tribos, emigradas de pontos vários e ali estabelecidas e reunidas em datas distanciadas entre si apenas alguns anos ou vários séculos⁶. Em outra passagem refere que gostaria de acautelar, em primeiro lugar, os estudiosos de ciências humanas contra certas presunções comumente aceites, mas que certa pesquisa provará talvez serem erróneas, em particular a da unidade cultural do povo *chopi*. Em segundo lugar, procurou lançar as bases para uma definição das fronteiras político-sociais tradicionais.

Quanto à composição étnica dos *chopi*, conclui que não são, pois,

*os autores dos meados e fins do século passado quem irão ajudar de modo decisivo no puzzle que é a composição étnica da chopilândia. A literatura da época pouco mais pode oferecer a este trabalho do que a desanimadora certeza de que as tribos do sul de Moçambique foram irremediavelmente fragmentadas e desenraizadas do seu habitat tradicional, quando não também subjugadas e compelidas à aceitação de uma lei estrangeira*⁷.

Rita-Ferreira, na obra “Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique, até c. 1900”, também trata das origens do povo *chopi* recorrendo à análise da bibliografia dos seus predecessores. As complexidades desta matéria levaram-na a afirmar que

*É tarefa ingrata e quase impossível esboçar satisfatoriamente os movimentos migratórios que se sucederam no sul de Moçambique durante os Séculos XVI, XVII, XVIII, período em que julgamos terem sido robustecidos os fatores que provocaram a diferenciação cultural e linguística entre *tsonga*, *chopi* e *bitongas**⁸.

Na sua análise das origens, conclui que, à semelhança da população designada por *Tsonga*, a população apodada de *chopi* pelos invasores do Séc. XIX foi formada por elementos de múltiplas origens étnicas, mas com predomínio original de *cocas* e, posteriormente, de *chona-caranga*⁹.

A diferença cultural entre os *tsonga* e os *chopi* é argumentada pela afirmação de que o fator que fez divergir a cultura *chopi* da cultura *tsonga* – apesar da base populacional ter origens semelhantes – foi a lenta adaptação de cada uma das partes a ambientes ecológicos marcadamente distintos onde predominavam, respetivamente, a floresta (*chopi*) e a savana (*tsonga*). Daí as diferenciações se verificarem, sobretudo, no domínio da cultura material¹⁰.

³ Em 1559 decidia a Companhia de Jesus levar a fé cristã a um reino de Inhambane, referido nas cartas de D. Gonçalo da Silveira, como reino de *Gamba*. Matos, 1973: 22.

⁴ É o caso do naufrágio da nau “São Tomé” em 1589, em que Diogo de Couto foi um dos sobreviventes. Matos, 1973: 22.

⁵ O termo data do século passado e foi aplicado pelos invasores *nguni* à população que se estende ao longo da costa entra a Vila de João Belo (Xai-Xai) e Inharrime e para o interior até Manjacaze. Matos, 1973: 4.

⁶ Matos, 1973: 3.

⁷ Matos, 1973: 43.

⁸ Rita-Ferreira, 1982: 185.

⁹ Esta ideia também é partilhada por Alan Smith que considera os *chopi* o resultado de uma fusão de uma população originária, os *tongas*, com outra que por volta do sec. XV se lhe sobrepôs, os *carangos*. Smith, citado em Matos, 1973: 33.

¹⁰ Matos, 1973: 190.

Outra referência às várias origens dos *chopi* pode ser encontrada em Liesegang, quando afirma que vários autores aceitam que as linhagens reinantes tiveram diferentes origens e houve restos de grupos de população que governavam antes dos invasores. Este é o grupo migrante que é referenciado nesta zona em 1560¹¹.

Assim, neste espaço temos que considerar duas linhagens principais: a *chopi* e a *tsonga*.

Os *chopi* do grupo *Gwambe-Mucumbi-Zavala*, segundo Liesegang, têm uma importância bastante grande na história e historiografia da região, pelas seguintes razões:

- 1.º) é um grupo comprovadamente bastante antigo nesta zona, tendo sido mencionado em 1560-61.
- 2.º) Segundo, seu nome, na forma de *Magwamba*, *Makwapa* ou *Makoapa*, foi depois utilizado por certos grupos *venda* e *sotho* da África do Sul para designar também ou especialmente os *tsonga* vivendo em contacto com estes ou vindo refugiados do vale do Limpopo. Esse termo serviu também para autoidentificação e sugere que durante um certo período *Gwamba* era uma chefatura ou grupo importante, um ponto de referência, que serviu para identificar grupos.

Essa suposição é reforçada pela circunstância que um outro termo, referente a este grupo, *Dongé*, já referido na forma de *Tongue* (ou *Otongue*, i.e. *Vutongé*) em 1561 como designação local, serviu depois de termo de identificação para todo o grupo que mais tarde se chamaria de *chopi*¹².

Estes estudos sobre os *chopi* concordam em alguns aspetos e divergem noutros o que é visível na outra obra de Liesegang (1990) que vem rebater as pretensões de Matos em localizar *Gumba* em outro local do proposto pelos seus predecessores.

III. O que são *Khokholo* e como se caracterizam

Os *khokholo*, fortalezas de paliçadas, foram encontrados no período pré-colonial em várias partes de África, nomeadamente Zaire, Angola, Guiné, Malawi, Uganda, Sudão e na costa do Quênia. Em Moçambique foram reportadas as *aringas* do vale de Zambeze e de certas áreas a sudoeste de Inhambane e outras a sul do Limpopo. Os nomes variam sendo que em *swahili* são chamados de “*boma*”, na área do Zambeze o termo *aringa* era corrente e no século XIX em Inhambane o termo “*muconja*” era usado para além do termo *khokholo* que nós preferimos usar¹³.

*It is not postulated that all these stockades are signs of a diffusion of a certain cultural element. They may even have had different functions in different societies. Certain small scale societies employed them to protect themselves against sudden attacks. They were apparently also used by expanding polities or conquest states, as for example in Bárue under Manuel António de Sousa. The Ngoni states, including the Gaza Nguni, apparently did not use stockades as a means of defence, probably because their territory was so large that an attack to their main settlement area was not probable*¹⁴.

Estas considerações de Liesegang mostram as várias funções que um *khokholo* podia ter. Uma das características físicas descritas por Lima é de serem aldeias circulares, cercadas por sebes de pau-a-pique e, dentro desta paliçada, dispunham-se as casas em círculo, viradas para o centro do terreiro, onde se via outra sebe circular de pau-a-pique, que servia de curral dos bois. Em frente das casas erguiam-se árvores frondosas que davam sombra e paz aos moradores.

¹¹ Liesegang, 1998: 19.

¹² Idem.

¹³ Liesegang, 1974: 303-4.

¹⁴ Idem: 304.

Uma delas, distinguia-se não só pelo lugar que ocupava na aldeia como também por ser ela uma espécie diferente das outras, que ninguém confundia com aquelas, desempenhava a função de altar da povoação -era aí que faziam oferendas e preces aos antepassados. À volta da paliçada ainda se encontravam pequenas construções que serviam de currais de cabras, celeiros, lugar de reunião dos homens, etc. Dentro da aldeia, cada um construía a sua palhota no lugar que lhe competia, segundo a tradição, de acordo com o grau de parentesco que ocupava na família extensa¹⁵.

Neste extrato temos informações sobre aspetos culturais, a religião local, assim como o espectro hierárquico que prevalecia nas funções dos *khokholo*.

De Lima cita O'Neil a dar aquilo que ele designa de uma descrição completa destas cercas defensivas:

Uma sebe circular de aproximadamente 60 ou 80 pés de espessura está densamente plantada de árvores e arbustos espinhosos. Todos os interstícios estão preenchidos tão cuidadosamente que é absolutamente impossível a um homem ou animal de qualquer tamanho aí penetrar. Em dois ou três pontos deixam abertos carreiros estreitos de acesso à aldeia, que são fortemente defendidos por portões de duplos e triplos. Eu fallo de portões, mas, na realidade, não existem fechaduras nem dobradiças. Constroem uma espécie de armação formada por dois fortes postes verticais, firmemente implantados no solo e reforçados por dois barrotes horizontais distantes um do outro cerca de cinco pés. Dois outros barrotes horizontais móveis encaixam-se num orifício e numa calha abertos nos postes verticais. Um certo número de paus verticais, com buracos abertos a fogo nas duas extremidades, são atravessados pelos barrotes horizontais de maneira a fechar o caixilho completamente, uma vez que as extremidades dos barrotes horizontais são encaixadas nos buracos e nas calhas dos postes verticais. Este conjunto é reforçado por vigas colocadas pelo lado de dentro¹⁶.

A primeira característica dos *khokholo* era a defesa. Nos finais do Séc. XIX (1885) Longle na sua viagem pelo sertão das atuais províncias de Gaza e Inhambane fez uma descrição dos *khokholo* que visitou. Uma destas descrições faz uma caracterização dos *khokholo* assim como das dificuldades de serem assaltadas, realçando a defesa. Analisa também a ausência de água no seu interior o que considera como um dos seus aspetos fracos. Na análise das características dos *khokholo*, podemos concluir que houve uma certa mudança de significado da sua denominação ao longo do tempo, devido a fatores endógenos e exógenos às comunidades que neles residiam, que se podem resumir em:

1. No séc. XIX, eram fortificações de defesa;
2. Início do séc. XX, povoação concentrada para fins sociais¹⁷;
3. Segunda década do século XX, povoação concentrada com fins religiosos (considerando as religiões não africanas¹⁸).

A preocupação sobre a defesa nestes *khokholo* é justificada pelo ambiente de lutas permanentes entre os povos desta região contra os povos de *Bilene* referência ao Imperador *Gungu-*

¹⁵ Lima, 1975: 18.

¹⁶ Lima, 1975: 22.

¹⁷ Sobre o desenho da povoação tonga Junod recomendou que "...conservemos tudo o que há de agradável, tudo o que tem valor moral no pitoresco círculo das palhotas: o respeito dos velhos, o sentido da unidade familiar, o hábito de mútuo auxílio, a disposição de partilhar a comida com outros (...), no círculo fechado não havia lugar para estranhos. o amor e o interesse estendiam-se só aos membros da família". Junod, 1974: 516, Tomo I.

¹⁸ Porque antes da introdução destas seitas, os africanos tinham as suas crenças e cultos. Junod constatou entre os tongas que "O culto dos antepassados parece uma religião extremamente antiga na humanidade. Descobriram-se nestes últimos anos sepulcros pré-históricos em que a posição do esqueleto e a presença de objetos no túmulo parecem provar que os ritos funerários das raças de então eram muito semelhantes aos que praticam os bantos de hoje". Junod, 1974: 409, Tomo II.

nhana e, mais tarde, contra as autoridades portuguesas¹⁹, representadas pelos caçadores²⁰. Segundo Matos, *Gungunhana* transferiu a sua corte, de novo, para Manjacaze tendo como primeiro objetivo “*esmagar o poderio e a resistência do reino de Cambana-Mondlane, então dirigido por Binguane, que havia fortificado parte da sua fronteira com uma linha de fortes paliçadas, os célebres cocolo (...)*”²¹.

Teixeira Botelho também descreve as razões de *Gungunhana* transferir a sua capital quando afirma que em 1888 *Gungunhana* deixou a região do norte denominada de *Mussapa* e desceu, acompanhado por alguns milhares de pessoas, para as terras de *Cambane*, governadas por um régulo *chopi*, de nome *Binguana*, que o hostilizará. (...) Na luta travada entre ambos, *Binguana* foi derrotado e não recebeu ajuda dos portugueses que diziam que ele traía, zombando da vassalagem que prestara²².

José D’Almeida salienta que até 1886 *Binguana*, apesar de se ter oferecido à vassalagem portuguesa, não obedecia nem a estes e muito menos aos *vátuas*, daí que teve de comunicar para as terras da Coroa para que se não aceitassem vassalagens de mais régulos, tendo também que desligar do seu juramento o *Binguana*. Este já tinha sido avassalado há tempos, mas foi desleal ao governo, auxiliando com mão armada uma rebelião nas terras da coroa, que teve de ser repelida pelas forças militares e castigando-o severamente²³. Conclui afirmando que “*Binguana, que habitava nas terras de Cambane, não cessava de ordenar correrias às terras vátuas do Chuáhibo e as do Bilene Mananga, confiando numa impunidade certa que lhe era garantida pelos poderosos cocolos, povoações fortemente paliçadas, em que sua gente vivia, no recesso das florestas mais densas*”²⁴.

As hostilidades entre os *nguni* e os *chopi* são ainda reportadas no Anuário de Lourenço Marques de 1927 que diz que

Gungunhana veio para Manjacaze em 1885²⁵ sendo um dos objetivos submeter à sua vontade de despota a tribo muchopes tal como havia feito às outras tribos de Gaza. Não o conseguiu, porém, porque a raça dos muchopes foi sempre orgulhosa e com vontade própria e tinha à sua frente um chefe digno, o régulo Espadanhana, causando-lhe, no entanto, enormíssimos estragos e perdas²⁶.

Longle também fala dos problemas de segurança para as populações das chefaturas mais fracas que se aliavam aos mais fortes. Nessa referência diz que as populações da região mais perto do Bilene (referindo-se aos *chopi*), sabem que só com os brancos é que podem gozar sossego e por isso mostravam-se muito satisfeitas por se acharem debaixo da bandeira portuguesa²⁷. Contudo, tal como vimos em algumas asserções acima, procuravam essa proteção apenas quando lhes convinha.

Segundo Diogo do Couto, entre o rio Limpopo e Inhambane existiam sete chefaturas dentre centralizadas e descentralizadas. Relata sobre o reino de *Cambana-Mondlane* mencionado os *khokholo*. Considera que neste reino se alcançou um elevado grau de centralização e

¹⁹ Uma das referências diz que “Os pretos andavam empregados na reconstrução das suas habitações que tinham sido queimadas. Já depois de *Makomane*, tinha visto um grande número de palhotas igualmente destruídas pelo fogo e abandonadas pelos seus habitantes. Contaram-me em *Mujango* que quando lá chegaram os caçadores assaltaram as casas matando cinco pretos e afugentando os demais”. Longle, 1886: 61.

²⁰ Segundo Longle, eles deviam comer à sua custa e que a maioria das armas era deles. O governo dava-lhes pólvora e munições de guerra. Longle, 1886: 61.

²¹ Matos, 1973: 202-204.

²² Botelho, 1936: 427.

²³ Relatório do governador de Inhambane, citado por D’Almeida, 1898: 135.

²⁴ D’Almeida, 1898: 208. Relatório do Governador de Inhambane, AHM, Maço 3 (1 a 13), Cxa 52, Fundo do Seculo XIX.

²⁵ Nota-se uma divergência nas datas da movimentação de *Gungunhana* na documentação.

²⁶ Muchopes, In: Anuário de Lourenço Marques, 1927: 33. Há diferença de datas de saída de *Gungunhana* de *Mussapa*, sendo 1888 para Botelho.

²⁷ Longle, 1886: 64.

planificação, revelado na construção de grandes povoações fortificadas, na conservação da espessura defensiva dos matagais virgens, no plantio de numerosas frutíferas, na demarcação dos campos de cultivo com renques de ananás²⁸.

Isaacman considera que os Estados Secundários para estabelecerem a sua hegemonia e preeminência, todos combinaram o uso de armas europeias e o desenvolvimento de um novo sistema de fortificações defensivas, para defender os seus territórios durante a segunda metade do séc. XIX²⁹. O armamento utilizado pelas populações locais era, em geral, a azagaia, a machadinha e a rodela. Os *macuas*, *maganjas* e os *chopi* usavam ainda o arco e a flecha. A moca é privativa dos *vátuas*. O uso da arma de fogo foi-se generalizando gradualmente, segundo o acesso aos circuitos comerciais com estrangeiros³⁰. Sobre a principal arma dos *chopi*, o arco e flecha, Botelho afirma que

Não diferiam essencialmente, pelos meados do séc. XVIII as armas usadas pelos negros das que empregavam nas guerras do séc. XVI. (...) era a principal arma dos negros o arco, de madeira muito resistente, chamada melarara, com as suas veringas, que são cordas feitas de couro de vaca de mato. Todos os cafres daqueles imensos sertões usavam dessa arma, que lhes servia para lançarem flechas contra o inimigo. A aljava, de pele de tigre, era uma espécie de bolsa, a que chamavam chimine e de que serviam como de patrona ou cartucheira para guardarem as flechas. Havia muita variedade destas armas, a saber, a dos guerreiros do Monomotapa, a dos munhais e dos nossos cafres, a dos colonos das terras sujeitas ao domínio da Coroa, a dos maraves e ainda outras, de que também se serviam os mesmos maraves, ervadas, quer dizer, untadas ao pé do ferro com uma massa venenosa, feita de certa planta e de que eles conheciam o antídoto³¹.

Quanto ao conceito de guerra, Caldas Xavier afirma que uma guerra dos indígenas consiste em incendiar povoações, animais, culturas, apreender gado, matar uma parte da população, e fazer emigrar a restante, por não encontrar no local os recursos necessários à vida. Estas guerras não eram seguidas de ocupação do território arrasado, por isso a sua influência era temporária³². Longle também faz referência a estes factos quando relata o que aconteceu aos *Macuácuá*. Segundo ele os *macuácuas* pertenciam ao *Muzila* com quem as autoridades da coroa portuguesa tinham acordo, mas os caçadores ao serviço da coroa invadiram-no e venceram, não pelas armas, mas pela fome, dando cabo de todos os mantimentos, gados e campos de culturas que encontravam e arruinando povoações inteiras. Os mortos e feridos foram tão poucos que se podiam contar facilmente³³. A forma de guerra dos portugueses não era muito diferente pois Botelho afirma que as guerras contra os indígenas eram simples correrias, em regra feitas por um diminuto número de soldados regulares, acompanhados de auxiliares sem disciplina³⁴. Portanto, todos os grupos estabelecidos nesta região tinham quase o mesmo procedimento³⁵ com a principal diferença a residir no tipo e qualidade de armas que os portugueses tinham.

Outra dimensão defensiva dos *khokholo* encontra-se nas habitações construídas no meio das lagoas³⁶, que serviam nas circunstâncias de insegurança para albergar as mulheres,

²⁸ Matos, 1973: 23.

²⁹ Isaacman, 1979: 62.

³⁰ Botelho, 1936: 172-73.

³¹ Botelho, 1936: 497-98.

³² Xavier, 1881: 493. De acordo com Wolfe (2006) dentro do contexto do colonialismo vai se registar uma alteração. Aqui, a primeira razão para o ataque a um grupo será o acesso e ocupação do seu território. Wolfe, 2006: 388.

³³ Longle, 1886: 60.

³⁴ Botelho, 1936: 435.

³⁵ Na obra de Harrison fala da adoção do costume de coleção de crânios humanos como troféus pelos soldados ingleses na África do Sul. Harrison, 2008: 286.

³⁶ Cabral refere que "... ainda hoje existem vestígios das paliçadas e fossos que os povos avassalados do *Binguana* e depois de seu filho *Espadanhana* construíram para resistirem aos *Vátuas*. Refugiavam-se também no centro das lagoas, onde construíam palhotas em cima de estacas, por ser expressamente defeso aos *Vátuas* entrarem dentro de água". Cabral,

crianças e os impossibilitados em pegar em armas. Na lagoa de *Nhambavale* (Distrito de Chidenguele na atual província de Gaza) assim como em *Zandamela*, existem algumas estacas no meio da lagoa que são restos de antigas povoações lacustres³⁷.

A segunda característica dos *khokholo* foi a social. Este tipo inicia-se depois do fim das campanhas de pacificação e a derrota dos *nguni* com a prisão e deportação de *Gungunhana* em 1895. Nesta função social o *khokholo* torna-se um espaço físico onde se constroem residências de um determinado grupo clânico com a sua hierarquia própria, para perpetuar o seu grupo. O seu cercado, se o tiver, marca as fronteiras em relação aos outros grupos e protege a aldeia dos animais selvagens e para que os domésticos não saiam. As suas relações com os outros *khokholo* são de familiaridade pois pertencem ao mesmo grupo linhageiro ou clânico. Portanto, eram construídos para fins de residência de uma determinada família ou linhagem, ou podiam ser do regulado que detinha o poder político. De acordo com um informante,

Khokholo é fundado por um determinado sujeito que, assim que se decide a constituir o seu lar em separado, por várias razões, leva a sua mulher e os filhos podendo convidar também os seus irmãos que levarão também as suas mulheres e filhos. Os filhos resultantes destes casais poderão casar-se e continuarem a habitar o mesmo espaço, aparecendo os netos que farão o mesmo com o passar do tempo, perpetuando e alargando o khokholo desta família. Formam um grupo de casas que ocupam o mesmo espaço, o que pode considerar-se agora como uma aldeia. Podia ser constituído por 10, 20 ou mais casas consoante o número dos agregados familiares existentes nessas famílias. Neste khokholo só habitavam pessoas da mesma família³⁸.

A terceira e última característica vai ser o *khokholo* religioso. Esta função religiosa apareceu com a entrada das igrejas das missões protestantes por volta de 1910-15. Estes *khokholo* eram habitados pelos convertidos à fé cristã que construíam as suas casas na mesma zona, constituindo assim aldeias grandes³⁹. O objetivo era de permitir que o convívio dos convertidos não tivesse interferência dos não convertidos e facilitar o processo de evangelização. Na área da região da atual província de Inhambane foram mencionadas as seguintes Missões Evangélicas Protestantes: Igreja Metodista Episcopal, 26; Missão Metodista Livre Americana, 22; Episcopal Igreja Luso-Africana de Moçambique, 16; The American Board Mission, 17; Missão Inglesa de Massiene, 11; Missão Suíça de Mahusse, 2; Missão Evangelista Civilizadora de Moçambique, 1; Missão Igreja Nazareno, 1. Total foram 97 missões nesta região⁴⁰.

IV. Conflitos pelo domínio político da região sul

Durante todo o Séc. XIX, a história da tribo tonga é principalmente a da invasão e das imigrações dos conquistadores zulus, que tendo-se separado de Tchaka reduziram à escravidão, em seu proveito próprio, os pobres Ama-Tonga da costa, como Mussilicátsi fez aos Ama-Chona. Estes Angónis, dirigidos por Manicusse, encontraram todos os clãs tongas vivendo à antiga maneira banta, cada um por si, sem nenhuma unidade. Assim, submeteram-nos facilmente e procuraram impor-lhes o sistema de domínio militar criado por Dinguissuaio e Tchaca. O Manicusse reinou tranquilamente durante mais de vinte anos no vale do Limpopo até Mussapa (território dos Ndjaus, ao norte do Save)⁴¹.

1910: 32. Rita-Ferreira fala de “edificação de povoações lacustres contra os guerreiros do Império de Gaza, que sabiam manietados pelo tabu que os proibia de combater em meio aquático”. Rita-Ferreira, 1982: 195.

³⁷ Cumbe, 2000: 56.

³⁸ Cumbe, 2000: 55.

³⁹ Contrariamente aos *machanganas* que só se encontravam aos domingos para a reza, nesta região as pessoas fixavam residências próximas, constituindo umas autênticas aldeias. Cumbe, 2000: 41.

⁴⁰ Zavala, In: A. de L.M., 1927: 491.

⁴¹ Junod, 1974: 38.

Esta asserção de Junod mostra as movimentações militaristas que caracterizam o Séc. XIX na África Austral dentro do contexto geral do *Mfecane*.⁴² Longle também confirma a violência que se vivia no sertão da actual Província de Inhambane, afectando e justificando a construção dos *khokholo* pelos *chopi*, quando diz que

... neste dia um grande número de pretos veio pedir para me acompanhar. É que os habitantes desse país não se atrevem a ir sós para o sul da Província. As frequentes guerras que têm havido com os gentios do Bilene⁴³, causam-lhes medo e de facto consta que só na companhia de brancos ou molungos é que podem viajar descansadamente⁴⁴.

Além destas escaramuças militares entre os *nguni* e as tribos locais, existiam também atritos com as autoridades portuguesas que procuravam estender os seus domínios para além dos territórios da Coroa estabelecidos em Inhambane. Ao longo da sua viagem, Longle relata ter encontrado um destacamento de cerca de setecentos homens armados, vindos de Inhambane onde estava confinada a autoridade portuguesa, sob o comando do ajudante das terras, um mouro, Daud Ismael Tajú. Segundo este autor,

... eram pretos de diferentes régulos que se denominavam de caçadores pelo facto de serem empregados pelo governo. Quinhentos destes homens estavam armados de espingardas, que na maior parte lhes pertenciam, e o resto com rodelas e azagaias (...) parte da força dos setecentos, em lugar de seguir o seu caminho espalhou-se pelo mato cercando a povoação tratou de a saquear. Este facto dá-se constantemente apesar de se acharem em serviço do governo, em terras da Coroa perfeitamente sossegadas, roubam, estragam tudo sem que os habitantes se atrevam a resistir ou a queixar-se com medo das armas de que fazem frequente uso⁴⁵.

Estes relatos de lutas envolvendo portugueses, *nguni* e as tribos locais, mostra a violência pela tentativa de controlo da área e a busca de espólios de guerra que teve como resposta a construção de *khokholo* para a defesa. Longle faz algumas descrições dos *khokholo* que ele visitou que as caracterizou de serem pequenas vilas que se compõem de umas centenas de palhotas colocadas sem ordem. À volta existe uma estacaria de troncos de árvores. Este era o *khokholo* do filho do régulo Guambe. (...). Refere ainda ter passado pouco depois do *khokholo* de *Binguane*, e de *Canhavane*. Conclui que todas estas aringas eram muito fortes, mas sem ordem no interior. Eram defendidas por estacaria e a sua situação no meio das matas cerradas as tornava mais fortes ainda. Também faz referência aos povos do Bilene, os *nguni* de terem tentado assaltar uma destas aringas. Mas que basta vê-las para perceber as dificuldades de se apoderarem delas pela força. Em primeiro lugar pela sua localização no meio de matas espessas e difíceis. Em segundo lugar pela sua estrutura de estacas. Em outra parte do texto descreve o *khokholo* como sendo uma defesa formada por

troncos de árvores altas e grossas do lado exterior e reforçada no interior por outros troncos de árvores, postos horizontalmente até uma altura que não será inferior a 2,5 metros. As estacas exteriores são muito altas e não deixam lugar se não para, de distância em distância se passar o cano de uma espingarda. Do lado sul, está toda furada pelas balas. Os cadáveres do inimigo estavam espalhados pelo mato, porque só enteram os seus e deixavam às aves e outros animais o cuidado de fazerem desaparecer os outros. Já tinha reparado que em nenhuma destas aringas se encontra água. É preciso ir procurá-la a distância que às vezes não é inferior a uma hora de marcha. É a parte fraca dessas fortalezas africanas. Não posso explicar este facto, se não pela natureza

⁴² *Mfecane*, denomina o período de caos e dispersão de vários grupos políticos na África Austral a partir da África do Sul, nos finais do Século XIX.

⁴³ Nesta altura Bilene estava sob o domínio dos *nguni*.

⁴⁴ Longle, 1886: 60.

⁴⁵ Longle, 1886: 61.

*pantanosos do país que obriga os pretos a escolher para se estabelecerem os terrenos mais altos e que melhor se prestam à cultura*⁴⁶.

Esta é a caracterização que se nos é fornecida, por quem visitou e viveu alguns momentos nestes *khokholo*. Estas citações longas, mas necessárias, mostram os conflitos que caracterizaram este período dos finais do século XIX e início do século XX na região sul de Moçambique.

Em 1880, segundo Caldas Xavier⁴⁷ deu-se a derrota e ocupação de Zavala pelos portugueses como resultado da terceira expedição e das correrias e ataques dos (vátuas) *nguni*. Em 1895 deu-se a derrota dos *nguni* e a prisão de *Gungunhana*. Em 1897, o governador de Gaza Sr. Major Gomes da Costa criou o Comando militar dos M'Chopes e no decreto Orçamental de 1907 foi extinto, passando uma parte do território que o constituía a denominar-se 1.ª Circunscrição das terras de Gaza⁴⁸. Assim terminavam os conflitos militares com a implantação do domínio português na região.

V. Fatores que levaram ao desaparecimento dos *Khokholo*

No séc. XIX a estrutura das chefaturas *chopi* tinham sofrido profundas alterações quanto à sua cultura e etnicidade devido, por um lado, à diminuição ou secessão das movimentações militares e, por outro, à entrada para uma vida *monetarizada*⁴⁹ e a miscigenação entre as populações locais e as invasoras, além da entrada de uma nova realidade espiritual, as igrejas protestantes. Dentre todos estes fatores os mais preponderantes foram a circulação crescente do dinheiro, para pagamento de imposto e necessidades pessoais, que levou muitos jovens a emigrarem para as cidades e para as minas da África do Sul. Este facto foi constatado nos finais do século passado por Longle quando repara a influência da emigração para os campos de ouro e diamantes pela posse de casacas vermelhas características do exército inglês. Segundo ele, estas casacas faziam parte da bagagem do emigrante quando voltasse ao seu país natal. Destaca ainda a quantidade de indígenas falando algumas palavras inglesas ou a dizer quasi mais do que portuguesas⁵⁰.

As igrejas protestantes que se implantaram e espalharam nas primeiras décadas do século XX nesta região passaram a influenciar até nos aspetos culturais, tal é o caso do *lobolo* que deixou de ser tratado pelos pais e familiares para ser dirigido pelos chefes das igrejas, os evangelistas e os pastores, alterando até as formas de enterro dos mortos⁵¹.

Nesta análise vamos considerar como fatores internos as dinâmicas da comunidade ditadas pelos contactos com populações de outras regiões através das emigrações e invasões; pelo possível aumento ou diminuição demográfica; pela pressão do solo para a agricultura; pelas doenças e mortes originadas pela feitiçaria, assim como pelo adultério. Consideramos como fatores externos a introdução da cobrança do imposto em dinheiro; as monoculturas do algodão e o xibalo.

Em relação à saúde, as doenças propagavam-se com muita rapidez nos *khokholo* levando à morte muita gente. Este facto semeou a desconfiança e acusações de feitiçaria entre os

⁴⁶ Longle, 1886: 62-64.

⁴⁷ Xavier, 1881: 500.

⁴⁸ Ferrão, 1909: 252.

⁴⁹ Junod, no seu estudo sobre a sociedade tonga, também constatou que o aparecimento do dinheiro na sociedade banta teve efeitos inesperados, destacando a alteração que se verificou no *lobolo*. Junod, 1974: 267; Em Mavila também se notaram estas alterações quando se observou o facto de as pessoas, sobretudo os pais terem chegado a uma fase em que levavam as suas filhas para “penhorar” a quem tivesse dinheiro como forma de conseguirem um empréstimo para pagar o imposto. Cumbe, 2000: 71.

⁵⁰ Longle, 1886: 60.

⁵¹ Cumbe, 2000: 68.

habitantes o que levava a vários atritos que desaguavam nas cerimónias do *mondzo*⁵². O Anuário de Lourenço Marques, em relação a Inharrime, refere que a população, apesar de não ter o hábito de registo de nascimentos e de óbitos, no ano de 1919 diminuiu consideravelmente, em virtude de epidemias de difícil ataque, que fizeram muitas baixas, como pneumónica e varíola. Apesar das providências das autoridades locais, o modo de vida indígena muito contribuiu para um obituário importante⁵³.

Nos *khokholo* das igrejas um dos motivos apontados para o seu desaparecimento foi o adultério. Como viviam todos no mesmo local foi fácil propagar-se a desconfiança que levou muitos a desistirem de ficarem todos no mesmo sítio, preferindo encontrarem-se apenas nas horas de culto, mas cada um com a sua residência em separado⁵⁴.

O *xibalo* (trabalho forçado) e o imposto de palhota (*mussoco*) foram também outros motivos a considerar. Quando os portugueses chegassem a um *khokholo* eles contavam o número de contribuintes em função do número de casas construídas. Em cada uma distribuíam uma semente de milho. Acontece que um único chefe de casa podia ter mais de cinco palhotas distribuídas pela(s) mulher(es) e pelos filhos o que elevava demasiadamente os custos para o pagamento do imposto. Assim, muitos preferiram afastarem-se do *khokholo*, para fugirem ao controlo das autoridades administrativas.

Em relação ao *xibalo*, reporta-se que em 1937 houve um administrador alcunhado de *incuchuane* (significa tosse em *chopi*) que introduziu, por falta de jovens, até o recrutamento de velhos para os trabalhos forçados. Ele usava um sistema de requisição onde o chefe de terras que não conseguisse reunir o número desejado ficava com um défice negativo que devia compensar no recrutamento seguinte. Ora, como os jovens conseguiam fugir para as cidades ou para a África do Sul, como forma de compensação exigia que se incluíssem os velhos. Apesar disto, era quase impossível compensar. A pressão era tal que levou os chefes a enviarem para o *xibalo* até os seus parentes próximos e filhos, o que contribuiu para a desconfiança e dispersão das pessoas dos *khokholo*⁵⁵.

Estas são as razões para o desaparecimento dos *khokholo* e o período cronológico são as primeiras décadas do século XX.

Considerando a divisão em três tipos de *khokholo* que analisamos, podemos concluir que o primeiro tipo de *khokholo* que desapareceu foi aquele que tinha as funções de defesa, a seguir foi o *khokholo* com funções sociais e só depois o *khokholo* religioso liderado pelas igrejas protestantes. A sustentação da nossa conclusão pode ser dada pela cronologia dos factos que permitiram a criação destas “fortalezas africanas” parafraseando Longe em que foi necessário procurar formas de se defenderem das várias movimentações militares que já descrevemos, a seguir as fortalezas transformam-se em aldeias com a estabilização política caracterizada pela ocupação efetiva e, por último, em comunidades religiosas. Nestes *khokholo* das missões protestantes não era permitido o recrutamento para o *xibalo* assim como a cobrança de impostos de vassalagem aos mineiros recém-chegados. O régulo não tinha autoridade suficiente para entrar nesses domínios religiosos. Era um acordo existente entre as autoridades coloniais e estes⁵⁶.

⁵² Processo destinado a descobrir o culpado de feitiçaria realizado por curandeiros. Em *manguenguene*, localidade perto de Mavila e a caminho de Nhacutó, visitámos uma família que se diz ser a detentora do segredo para a realização deste *Mondzo*. Tudo indica que, pelo valor económico que isto acarretava, era mantido em segredo. Cumbe, 2000: 71.

⁵³ Clima e Salubridade, In: A. de L. M., 1927: 456-57. Fuller considera o incremento das migrações como a razão do aparecimento de muitas doenças (lepra, elefantíase, disenteria, varíola, febre tifoide, malária, doenças venéreas) como causas para a diminuição da população nessa época. Fuller, 1955: 76.

⁵⁴ Cumbe, 2000: 72.

⁵⁵ Cumbe, 2000: 55.

⁵⁶ Cumbe, 2000: 72.

VI. Identidade cultural dos *Chopi*

Uma das características culturais dos *chopi* de Zavala e Inharrime é o fabrico e uso das *Timbilas* e a dança *ngalanga*. A diferença entre estas reside no facto de *ngalanga* incluir vários tipos de *tingomas* (ngoma singular) para além das *timbilas*, enquanto as *timbilas* são uma orquestra quase exclusivamente constituída por estes instrumentos (*mbila* singular). Neste momento, predomina mais *timbilas* em Zavala e *ngalanga* em Inharrime. Nestas *timbilas* existem pequenas diferenças nas afinações que variam de zona para zona, tal como o sotaque da língua falada. Por exemplo, em Zavala o teclado é tocado de fora para o centro enquanto em Inharrime é do centro para fora⁵⁷.

Um dos elementos de identificação é a língua *chopi*⁵⁸. Contudo, esta língua possui várias variantes regionais no sotaque (pronúncia) que permitem identificar a origem geográfica dessa variante. Considera-se Mavila como o centro da língua *chopi*.

Segundo Liesegang a etnogénese da etnia *chopi* inicialmente designada de *mindongue* ou *valengues* provem de *Tonguene* que passou para *tongue*⁵⁹ tornando-se uma designação regional usada no início do século XIX em Inhambane. Foi por volta de 1870 que passaram a ter a designação de *chopi*⁶⁰.

O *chopi* foi redefinido por Rita Ferreira e outros investigadores portugueses da época para ser uma categoria linguística, excluindo largamente os *cambane* que passaram a falar *changaná*⁶¹, por influência do domínio de *Sochangane* que tinha a zona de Manjacaze, na atual província de Gaza sob seu domínio. A designação *chopi* teve variações no sentido do termo desde uma identificação histórica, depois regional e mais tarde, com a vinda dos *nguni*, aparece um novo critério baseado no armamento.

Outro elemento de identificação era o uso de sinais (mutilação) na cara e no corpo para efeitos ornamentais ou distinção clânica. A este respeito Longle observou que os *chopi*,

... usam sinais na cara, que os tornam tão feios. Mas parece que a moda vai diminuindo porque já tenho notado que só os velhos é que usam a cara toda marcada. Reparei que se arrancam igualmente as pestanas, o que dá ao olhar uma expressão que não posso definir⁶².

No século XIX a etnia *chopi* emerge reconhecida com o uso de arco e flecha e a residir em povoações defendidas por estacas ou paliçadas (*khokhola*) e na atualidade é reconhecida pelo uso das *timbilas*⁶³.

⁵⁷ Cumbe, 2000: 80.

⁵⁸ Matos cita H. P. Junod a considerar como umas das características que distinguem os *chopi*: tatuagens e esscarificações elaboradas, orquestras aperfeiçoadas de xilofones, uso de casca de árvore como vestuário, formosos gomis de madeira, cerimónias de iniciação típicas e, acima de tudo uma língua genuinamente sua e distinta das restantes. Acrescenta ainda que os *chopi* são os mestres da *timbila*, apesar de outros grupos, como os *tongas* também o terem adotado. Matos, 1973: 22.

⁵⁹ *Utongue, tonga, tongué, tonguene, mindongue, vandongue* designação locativa que indica a Leste que desapareceu com o tempo. Comunicação pessoal de Liesegang. 29/Setembro 2017.

⁶⁰ De referir que o uso de arco e flecha não era exclusivo aos *chopi* pois os *cambana* ou *watava* também utilizavam estes instrumentos. Comunicação pessoal de Liesegang. 29/Setembro 2017.

⁶¹ Designação linguística dada aos súbditos de *Sochangane* que nessa altura por volta de 1830 incluía os *ndaus* localizados no norte do Rio Save em Quissanga e os chamados *mabuindlelas*, designação dada as pessoa a Sul do mesmo rio. Os súbditos de *Sochangane* também furavam orelhas como uma forma de identidade. Comunicação pessoal de Liesegang 29/Setembro 2017.

⁶² Longle, 1886: 62. A minha falecida avó, tinha tatuagem na cara e no ventre e costumava tirar as pestanas. Dos lagartos é costume aqui em Maputo ouvir-se que os *chopi* comem cobra. Rita-Ferreira também fala do uso do arco, confencionamento de cordame e panos de córtice, mutilação para efeitos ornamental ou distinção clânica. Rita-Ferreira, 1982: 186. A forma estranha de ver os hábitos culturais dos outros também está na obra de Nicholas (1997) quando descreve a sociedade na Índia.

⁶³ Cumbe, 2000: 50. Esta situação também pode ser entendida no âmbito do conceito de invenção das tradições de Hobsbawm e Ranger (2008).

Rita-Ferreira considera que a especificidade cultural dos *chopi* foi reconhecida não só pelos europeus (portugueses, holandeses, britânicos e austríacos) como também pelos africanos das diversas etnias com quem entraram em contacto, nomeadamente *tsongas*, *bitongas* e *nguni*⁶⁴. Segundo este autor as opiniões de hostilidade e estranheza em relação aos *chopi* leva a definir a existência de um fenómeno de desconfiança e até de discriminação coletiva contra uma etnia estranha e diferente semelhante ao que vitimou, durante séculos, na própria Europa, certas minorias como a dos judeus e a dos ciganos⁶⁵. Ramiro Lopes de Sequeira, na sua monografia etnográfica diz que

*Os bachopes, segundo vários autores aparecem, ainda hoje, como uma tribo distinta, em virtude de nunca se ter deixado absorver nem pelos tongas, nem pelos zulus. Os mais numerosos e mais puros agrupamentos desta tribo encontram-se nas circunstâncias de Zavala e Muchopes. (...) A sua tatuagem, o costume ainda existente entre eles de limar os dentes incisivos, o uso do arco e da flecha são outras das suas características*⁶⁶.

Outro autor que se refere aos *chopi* é Lima quando afirma que observou que os *Valengue* possuem uma tatuagem étnica que permite distinguir imediatamente as mulheres das suas vizinhas changanas. Têm uma linha de incisões que se estende do canto de cada olho até às orelhas e as idosas apresentam duas linhas que correm da comissura esquerda da boca até ao lobo da orelha⁶⁷.

VII. Conclusão

A natureza dos *khokholo* é de terem sido construídos de material vegetal extraído das florestas que é perecível a curto espaço de tempo. Este facto dificulta a sua localização e visualização nos tempos recentes contrariamente às fortificações feitas de pedras. A este facto, alia-se a existência de outras construções e machambas; a recolha das estacas restantes para a lenha assim como a recolha dos restos de objetos de barro para a construção de casas e poços, reduziram drasticamente as possibilidades de preservação destes lugares históricos. Os poucos lugares que ainda estão conservados é onde realizavam as cerimónias de adoração dos espíritos (*mipachos*). Também é difícil encontrar as sepulturas dos chefes, pela tendência cultural que predominava de escondê-las dos outros membros da comunidade e/ou depositarem-nos nas lagoas. Assim, a sua existência prevalece na memória da história oral destas comunidades.

A vida de muitas destas aldeias era relativamente curta porque com o decorrer dos anos iam mudando de lugar, umas vezes para muito longe, outras para perto. Durante a vida de um chefe a aldeia podia mudar uma, duas e três vezes, conforme as regiões. Por esta razão existem muitas dificuldades para uma possível quantificação dos *khokholo*, por um lado pelas constantes mudanças de localização geográfica e, por outro, pelas possíveis mudanças de nome do mesmo *khokholo* consoante a mudança dos chefes.

Os eixos do xadrez político desta época, que giravam em volta dos *nguni* primeiro com *Manicusse* e depois com seu neto Gungunhana, os *chopi* com *Binguana* primeiro e depois o seu filho *Espanandhana* e os portugueses, permitem-nos concluir que a ocupação colonial

⁶⁴ Diogo de Couto, no naufrágio de 1589, aludia aos cafres chamados *mocrangas*, grandes ladrões; Vaz de Almada, em 1622 foi avisado pelos monarcas de Inhaca, Manhiça e Inhampurra que os *mocrangas* eram gente de má índole, useira em práticas de rapina; O comandante da feitoria Holandesa em 1730 escreveu que, segundo lhe parecia os *okalange* mais próximos do mar eram considerados como nação desprezível; Junod narra que os *rongas* se consideram muito superiores aos *chopi*; Cabral refere os *batongas* e *landins* a tratarem com desprezo o *Muchope*. Cumbe, 2000: 83.

⁶⁵ Rita-Ferreira, 1982: 189-90; Wolfe, 2006: 387.

⁶⁶ Sequeira, 1956: 1.

⁶⁷ De Lima, 1975: 144.

no sul de Moçambique apenas tornou-se efetiva após a prisão e deportação de Gungunhana no final do século XIX. Políticos usam a retórica de o sistema colonial em Moçambique ter durado cinco séculos, mas os factos documentados e expostos nesta revisão bibliográfica sobre a zona sul indicam outra duração. Entretanto este *imperador nguni* também pode ser considerado invasor pelos *chopi* que foram compelidos a construir *khokholo* para lhe resistir. Estes foram os últimos focos de resistência a um colonialismo que, para os *chopi*, se pode considerar duplo: dos *nguni* e dos portugueses.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

- Cardoso, A. M. (1887), Expedição às terras de Muzilla em 1882, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Vol. VII, pp. 153-190, (relatório datado de 18 de Abril de 1883, Início e fim da Missão em Inhambane).
- D'Almeida (1898) In: Relatório do Governador de Inhambane, AHM, Maço 3 (1 a 13), Cxa 52, Fundo do Seculo XIX.
- Erskine, St. Vicent W. (1875), Journey to Umzila's in 1871-72, Journal of Royal Geography Society, Vol. 45: 45-128.
- Ferrão, F. (1909), Circunscrições de Lourenço Marques: Respostas aos quesitos feitos pelo Secretario dos Negócios Indígenas, Lourenço Marques.
- Henriques, C. Correa (1916), Districto de Inhambane, Relatório do Governador 1913-15, Lourenço Marques.
- Montanha, Alberto Furtado (1939), Rellatório duma inspecção às circunscrições dos distritos de Inhambane, 1938 (40pp., datado de L. M., 23 de fevereiro de 1939), A. H. M., inspeções, cx. 30. (s/a). Muchopes (1927), *Anuário de Lourenço Marques*, Inhambane, Lourenço Marques: Casa Bayley. 1908, 1927, 1940.
- Sequeira, Ramiro Lopes de (1956), Monografia etnográfica dos indígenas da circunscrição de Inharrime. Mossuril (dactilografado).

Fontes secundárias

- Botelho, José J. (1936), *Teixeira. História militar e política dos portugueses em Moçambique. De 1833 aos nossos dias*, Lisboa: Centro Tip. Colonial, 2.ª ed.
- Cabral, A. (1910), *Raças usos e costumes dos indígenas do distrito de Inhambane*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- Cumbe, Mário (2000), *Os khokholo e a estrutura da etnia chope no século XIX: o problema da definição da cultura de uma população*. Maputo: UEM/FLCS- Departamento de História, Dissertação de Licenciatura.
- Dirks, Nicholas B. (1997), The Policing of Tradition: Colonialism and Anthropology in Southern India, *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 39, n.º 1, pp. 182-212.
- Fuller, Charles Edward (1955), *Na ethnohistoric study of continuity and change in Gwambe culture*, Northwestern University (University Microfilms), PhD Dissertation.
- Harrison, Simon J. (2008), *Skulls and Scientific Collecting in the Victorian Military: Keeping the Enemy Dead in British Frontier Warfare*, School of Psychology, University of Ulster.
- Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence (org.) (2008), *A invenção das tradições*, São Paulo: Paz e Terra (ed.), Cavalcante, C. C. (trad.), 6.ª ed.

- Isaacman, A. F. (1979), *A tradição de resistência em Moçambique. O vale do Zambeze, 1850-1921*, Porto: Edições Afrontamento.
- Junod, H. A. (1974), *Usos e costumes dos bantos: a vida de uma tribo do sul de África*, Tomo I, vida social, 2.ª ed., Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- (1974), *Usos e costumes dos bantos: a vida de uma tribo do sul de África*, Tomo II, vida mental, 2.ª ed., Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- (1927), *Some notes in the tshopi origins*, Bantu studies III, pp. 57-71.
- Liesegang, Gerhard (1974), A Survey of the 19 century Stockades of Southern Mozambique: The khokholwene of Manjacaze área, *Memoriam António Jorge Dias*, vol. n.º 1, pp. 303-320.
- Liesegang, Gerhard (1990), Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da história de Moçambique, II, III. Três autores sobre Inhambane: Vida e obra de Joaquim de Santa Rita Montanha (1806-1870), Aron S. Mukhombo (ca. 1885-1940) e Elias S. Mucambe (1906-1969), *Arquivo*. Vol. n.º 8. Maputo, pp. 61-143.
- Liesegang, Gerhard (1998), *Estados, grupos étnico-políticos em Moçambique ao Sul do Save, c.1300-1850*. Versão incompleta, preliminar.
- Lima, Fernando Castro P. de (dir.) (1975), *Urbanização, Arte popular em Portugal-Ilhas adjacentes e Ultramar*, Editorial: Verbo, pp. 18-23.
- Longle, Armando (1886), De Inhambane a Lourenço Marques, *Boletim Oficial do Governo de Moçambique*, pp. 59-67.
- Matos, M. L. Correia de (1973), Origens do povo chope segundo a tradição oral, *Memórias*, Instituto de Investigação Científica, Moçambique, n.º 10, série C.
- Mukhombo, A.S. (sd), *A nkutsulani wa matimu ya VaTshua A timaka ta kalle ti khedzelwako hi...* Cleveland (Tvl): Central Mission Press (3.ª ed.).
- Neves, Diocleciano Fernandes das (1878), *Itinerário de uma viagem à caça dos elefantes*, Co-autorizado por Ilídio Rocha, com o título: Das terras do império vátua às praças da República Boer, Lisboa: Edições D. Quixote.
- Pinto, Caetano dos Santos (1917), Viagem de Inhambane às terras de Manicusse em 1840, *Arquivo das colónias*, I, n.º 6. pp. 269-274.
- Rita-Ferreira, António (1961), *Bibliografia etnológica de Moçambique (das origens até 1954)*, Lisboa: Junta de Investigação Ultramarina.
- Rita-Ferreira, António (1982), *Presença luso-asiática e mutações culturais no sul de Moçambique até c. 1900*, Lisboa: Estudos Ensaios e Documentos, n.º 139.
- Wolfe, Patrick (2006), Settler colonialism and the elimination of the native, *Journal of Genocide Research*, Vol. 8, n.º 4, pp. 387-409.
- Xavier, Caldas (1881), *O Inharrime e as guerras Zavalla*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º 7-8, 2.ª ed., pp. 479-528.

Equids in Mozambican history: the role of zebras, donkeys, horses, and their hybrids

William G. Clarence-Smith*

pp. 111-125

Introduction

The late José Capela insisted on exploring the material history of Mozambique, and yet knowledge of the history of animals in Mozambique remains poorly developed. To the extent that scholars have looked at the topic, they have focused mainly on cattle, whereas equids have received little attention. And yet, wild zebras have been hunted for centuries. Seafarers from the Indian Ocean introduced domesticated horses and donkeys, which later came overland from southern Africa. There were imports and local breeding of mules and hinnies, the sterile hybrids of donkeys and horses. Technically, a mule is from a horse mother [mare] and donkey father [jack], whereas a hinny is from a donkey mother [jenny] and a horse father [stallion], although the word 'mule' often embraces both crosses. All domesticated equids were severely tested by disease in Mozambique, although donkeys and their hybrids were somewhat more resistant to the numerous pathogens.

Despite high morbidity and mortality, equids had some significance in colonial history, notably from the 1890s to the 1910s. They served in wars of conquest, and during Portugal's deadly conflict with Germany from 1914 to 1918. They assumed a role in civilian transport, before largely losing out to competition from bicycles and motorized vehicles. Sporting events then remained as a specialised niche, although little is known about this. There were attempts to breed equids locally, albeit not to tame and hybridize zebras, which served as an attraction for hunters and tourists.

After independence, equids suffered mixed fortunes. Zebras were nearly exterminated as a result of civil strife, although they are being reintroduced into national parks. Horse-riding now attracts foreign visitors. Donkeys contribute to pack and wheeled transport, both rural and urban, and are especially valued because of shortages of vehicles and fuel. There is probably an increased consumption of donkey meat, as exports of donkey hides to China rise. This provides nutrition and income, but it may threaten the future of the animals. Moreover, disease remains a menace to the health and lives of domesticated equids.

* SOAS, University of London, UK. wcz@soas.ac.uk

I owe a great debt of gratitude to those who have helped me with this project, notably Eugénia Rodrigues, Ana Roque, João Moreira Tavares, Ana Paula Pires, Giacomo Macola, Pedro Machado and Peta Jones.

Zebras and domesticated equids: differential resistance to disease

Equus quagga, the Plains species of zebras, evolved some 100,000 to 300,000 years ago in Eastern and Southern Africa. In the region that is today Mozambique, the Crawshay sub-species lived north of the Zambezi, while the Selous sub-species ranged to the south (Anon., 2009). The main cause of limitations on zebra numbers were predators, both human and animal. African hunters developed a wide range of techniques to kill game animals, for meat, for hides and other products, and as a social and political ritual (MacKenzie, 1988: ch. 3). Lions were also especially fond of zebra flesh (Selous, 1903: 194).

The great natural advantage of zebras is their resistance to insect-borne diseases. Indeed, their stripes may discourage insects from biting them (Caro, 2016). In contrast, domesticated equids are extremely vulnerable to these pathogens. Moreover, zebras act as reservoirs for the viruses of African Horse Sickness, which are spread by *Culicoides* midges, as well as the parasites that cause equine piroplasmiasis or babesiosis, which are passed on by blood-sucking ticks. A wide range of game animals carry the parasites that cause trypanosomiasis, or *nagana*, which are transmitted by blood-sucking tsetse flies, and are fatal to domesticated mammals (Mitchell, 2017). Furthermore, zebras seem to be unaffected by toxic plants that kill other equids when ingested (Brown, 2008). Donkeys have a greater resistance to all these maladies than horses, with mules somewhere in between, although the extent of any real immunity is hotly debated (Fielding and Krause, 1998: ch. 5).

Donkeys spread overland from the Horn of Africa, reaching the region that is now Tanzania by the first millennium BCE. However, they did not extend to what is today Mozambique by that route, as their advance stopped in the Nyamwezi lands of modern central Tanzania. Susceptibility to disease probably explains why they did not follow cattle, sheep and goats any further into Southern Africa (Mitchell, 2017).

It was therefore from the Indian Ocean that Mozambique initially received domesticated equids. By the nineteenth century, horses, donkeys and mules arrived fairly regularly in dhows in coastal zones of East Africa, albeit on a small scale. The animals originated in the Horn of Africa, the Gulf, and Northwestern India (Guillain, 1856-57: III, 306, 328, 350-1; Burton, 1859: 393-4; Nicholls 1971: 352).

The Dutch, soon after their settlement at the Cape of Good Hope in 1652, introduced horses from Europe and donkeys from the Cape Verde Islands, and bred mules by hybridizing the two animals. Domesticated equids then gradually spread north and east along highlands and drylands, although African Horse Sickness proved to be a major barrier (Swart, 2010: 21-31, 69; Andreas, 2016). The Great Trek of the Boers in the early 1830s, away from British-ruled areas, accelerated the movement inland.

Horses in early modern Mozambique

After the Portuguese had settled on the southeastern coast of Africa, they sought to conquer the fabled gold mines, and rumoured silver mines, of the Mwene Mutapa on the Zimbabwean Plateau. For his great expedition of 1571-75, Francisco Barreto commandeered a few animals locally in the region of Mozambique Island. He then received 25 to 30 horses from India in Sena, which were of varying quality. The Portuguese accused local Muslims of poisoning a number of these animals, and inflicted savage reprisals. However, the symptoms described for the death of one animal, namely yellow matter issuing from the beast's mouth, suggest that it died of African Horse Sickness. The Portuguese rode horses in the campaign, and employed them for reconnaissance and charges, whereas they transported their artillery by water or ox-carts (CEHU, 1962-1989: VIII, 284-96, 370-2, 378,

398, 404, 408, 410, 412). All the original animals had died by the time that the expedition ended (Newitt, 2002: 75).

Later Portuguese plans to conquer the gold mines mentioned horses, but there is no clear evidence that they were ever actually employed again in any military operations. In 1585, a report estimated that 2,000 men and 200 horses would be necessary to seize the lands of the Mwene Mutapa. A similar project, in 1614, made no mention of animals, though they may have been subsumed in the calculation of general costs (CEHU, 1962-1989: VIII, 528; IX, 376-8).

Horses became more important for Portuguese diplomatic initiatives directed to the Mwene Mutapa, albeit with no greater visible success. Around 1614, Diogo de Simões, knowing that the ruler had earlier fruitlessly asked Estêvão de Ataíde for a horse, bought one from a Sena trader. However, the Mwene Mutapa sent a message not to send the animal immediately, as the land was very dry, and it seems that the animal was never despatched (Boccaro, 1876: II, 587-8). In 1621, the Mwene Mutapa again requested the gift of a horse, and the Portuguese authorities in Hormuz or Goa were told to send a pair of them to Mozambique, with appropriate trappings. The king then repeated this order in 1624 (Theal, 1898-1903: IV, pp. 183, 187). In the event, it seems that no horse was ever delivered to a Mwene Mutapa, and that the animals did not become established on the Zimbabwean Plateau till the late nineteenth century (Randles, 1975: 75).

Importing and breeding horses for the defence of the Portuguese colony proved no more viable. In 1635, the king ordered that 200 mares and some stallions be distributed to settlers, for their security and for that of the mines, although he opined that local oxen would be adequate to transport artillery pieces (Theal, 1898-1903: IV, 248-9). Suggestions of imports of military horses, from India or Arabia, continued to be made in the eighteenth century, with the argument that Africans would be terrified of the beasts. Some writers thought that horses could easily be bred locally, whereas others were more prudent in their evaluations (Rodrigues, 2017). The Captain General of Mozambique in 1802 called for 'two pieces of field artillery' for the flat lands of Zambezia, presumably to be drawn by horses or mules, although his advice went unheeded (Lima and Bordalo, 1844-1862: IV, 34).

In the mid-nineteenth century, little had changed in Zambezia. The Portuguese employed light artillery against local *aringa*, stockades of living trees, during the Zambezi Wars of 1840 to 1869, but it is unclear how they moved their guns (Newitt, 1995: 315). The Junta Geral da Província de Moçambique inquired into introducing horse breeding in 1856. Francisco Bordalo applauded this initiative, and argued for a cavalry force of some 50 men in Zambezia, with horses imported from Arabia and pastured in Sena (Lima and Bordalo, 1844-1862: IV, 94, 139).

Nevertheless, new sources of horses emerged in the first half of the nineteenth century. Initially, the extension of the Atlantic slave trade to Mozambique led to occasional imports of horses from Brazil. A few of these animals were thus found in Quelimane in 1823 (Boteler, 1835: I, 247). In 1858, the governor of Tete ordered that a horse be sent to him from Quelimane, although it died of trypanosomiasis before it could reach him (Livingstone, 1865: 41). Boer settlers, in what became the Transvaal, also brought horses overland, with the Portuguese of Lourenço Marques remarking on the fine horses of the Boers in 1844 (Jackson Haight, 1967: 315).

Zebbras, donkeys, and mules in early modern Mozambique

Portuguese commentators were fascinated by zebras, which were unfamiliar wild cousins of domesticated equids. However, they sometimes created confusion by describing them

as donkeys or mules. As it became clear that zebras were a different species, opinions were divided as to whether they could be tamed or not, although no Portuguese attempts to do so have been recorded. There were also the mysterious *miruns*, described as grey wild asses that Africans loved to eat (Mártires, 1823, 99; Botelho, 1835: 254). The *mirun*, also spelled *miru*, *meru*, or *merum*, may have been the animal known as the quagga to the Dutch, although this now extinct equid is not thought to have extended as far north and east as this.

Donkeys and mules fared slightly better than horses in early modern Mozambique. Barreto commandeered donkeys in the north for his ill-fated campaign up the Zambezi, as well as camels, which were seemingly brought from Arabia. Among the equids arriving from India, there was at least one *macho*, translated as 'mule' but possibly a hinny, which soon died (CEHU, 1962-1989: VIII, 264, 370-1). Donkeys carried water-bags on the Portuguese expedition, whereas camels transported heavy goods (Theal, 1907-1910: I, 322).

Good donkeys were bred in the north by 1809, when Henry Salt reported on large white animals that were raised on the Mossuril Coast, opposite Mozambique Island. They were employed locally for pack transport over short distances. A few of these fine animals were sent to Brazil as gifts (Salt, 1816: 34-5, 73). Often called 'Muscat asses', as they were originally imported via the port of Masqat in Oman, this breed originated in al-Ahsa or Bahrain, on the Arabian side of the Gulf (Clarence-Smith, forthcoming). Frei Bartolomeu dos Mártires further remarked on half a dozen nondescript donkeys, belonging to individual settlers, which foraged in the streets of the capital in 1822 (Rodrigues, 2014: 26; Mártires, 1823: 4-5).

Donkeys became established in central Mozambique, but apparently not in the far south. Reports of 1758-1762 noted their presence in the Rios de Sena in 1758 (Ellert, 1993: 138-9). Tonga oral traditions, of uncertain date, record that the Chikunda, the military slaves of the Portuguese, employed some pack donkeys, together with porters, to trade in ivory away from the Zambezi (Matthews, 1976: 197, 513). Thomas Boteler commented on the large size of the 'asses' that he saw in Quelimane in 1823 (Boteler, 1835: I, 247). In the far south of the colony, however, there were said to be neither donkeys nor horses in 1835 (Botelho, 1835: 74).

A trader's donkey attained unexpected diplomatic celebrity, as a result of António Cândido Pedroso Gamitto's trip to the Central African kingdom of Kazembe in 1831-32. Accompanying the expedition as it left Tete was a Portuguese merchant riding on a donkey, although porters carried his trade goods. When the trader died, Gamitto took over his mount, although he complained that the animal was poorly equipped, and was averse to crossing marshy ground. On reaching Kazembe, Gamitto seized the opportunity to impress the king and his court by riding the animal, dressed in his full uniform (Gamitto, 1854: 8, 162, 233-4, 383). This incident shows that Simoni's assertion that nobody rode donkeys in the colony, because there were Africans to carry them in litters or hammocks, was something of an exaggeration (Simoni, 1821).

David Livingstone provided further evidence for donkeys and mules. In 1856, he noted that a trader of Tete employed donkeys to power a rudimentary groundnut mill (Livingstone, 1857: 645). Three years later, he borrowed two donkeys in Tete to travel to the Upper Zambezi. In 1863, he had a 'mule-cart' to travel up the River Shire, possibly with mules imported from South Africa (Livingstone, 1865: 183, 207, 335, 426, 464). For his final expedition, he brought two mules and four donkeys from Zanzibar, as pack animals. However, they all succumbed to trypanosomiasis as he went up the Rovuma valley (Livingstone, 1874: I, 9, 15-16, 23, 29-30, 34-6, 42, 61, 68, 75).

Modern wars of conquest, 1894-1914

In the late nineteenth century, Europeans developed a novel optimism that they could overcome the diseases of animals, which had for so long hampered their penetration of Africa. The discoveries of Pasteur, Koch, and other scientists heralded a new era. Veterinary medicine did not fully live up to this promise, as parasites and viruses proved much more difficult to suppress than bacteria, but it became somewhat easier to keep equids alive in Africa (Brown, 2008: 33-5). The development of veterinary services in Mozambique may have had a positive impact in the colony, although it is hard to judge (Mendes, 2006).

Some equids were locally procured for military purposes in Mozambique, but South Africa emerged as a major new source. Horses, mules, and donkeys regularly came over the land frontier with the Transvaal (Andrade, 1907-1910: I, Appendices, 18). Horses, and more especially mules, also came episodically by sea from Durban (Coutinho, 1904: 84). Many mules in South Africa were in turn imported from the Río de la Plata area of South America (Tegetmeier and Sutherland, 1895: 56). Equids were also sent with military expeditions from Lisbon, which became more numerous as the 'Scramble for Africa' took off.

The Portuguese began to employ equids for wars of colonial conquest in a serious way from 1894, when they faced a major military threat to the rapidly expanding city of Lourenço Marques [Maputo] from King Ngungunyane of Gaza. However, neither animals nor carts accompanied the metropolitan expedition, which left Lisbon on the 15th October 1894 (Pélissier, 1984: II, 590, 594). Presumably, the soldiers were expecting to procure the means of transport locally in Mozambique.

Joaquim Mouzinho de Albuquerque, who arrived in 1895, was a cavalry officer from a noble family, and a lover of horses. He led a small force of mounted men in the operations of 1895 against Gaza, initially disposing of 121 horses and mules. The four mountain-guns and two machine-guns of the expedition were transported by equids. However, horses and mules died so fast that Mouzinho de Albuquerque was on foot when he famously captured King Ngungunyane at Chaimite. Portuguese artillery was paralysed, and Boer ox-wagons had to be procured for logistics. Ironically, Ngungunyane was riding a cart pulled by mules as he retreated, and it may be that his mules were better acclimatised than those of his foes (Pélissier, 1984: II, 595, 603-7, 614-17).

Despite this inauspicious start, the Portuguese became somewhat more effective at keeping their equids alive, albeit with marginal effects on their military efforts. Mouzinho de Albuquerque conducted minor operations in the Maputo area in 1896 on horseback, making up for his frustration the year before (Pélissier, 1984: II, 625-6). In 1897, there were plans to deploy 200 Europeans and 50 horses for a campaign against Maganja da Costa, in Zambezia (Capela 1988: 17). However, no equids were mentioned in the actual operations in the following year (Pélissier, 1984: II, 475-6).

Mouzinho de Albuquerque's campaign against the Namarrais in the area opposite Mozambique Island, in 1896, is harder to interpret. He was lucky to be able to retreat out of an ambush, twice wounded but alive, and it may have been a cavalry charge by the 68 horses in the Portuguese column that avoided an even more spectacular defeat for the Portuguese (Pélissier, 1984: I, 197). Local Africans have a tradition that they ate the horse of the vanquished commander (Cahen, 2017). Horses continued to be part of Portuguese forces in the north after this defeat, but on a reduced scale (Pélissier, 1984: I, 197, 203, 207). Although Mouzinho de Albuquerque had quite limited success in deploying equids of war in Mozambique, colonial apologists later employed the iconography of the horse to the full. Salazarist ideologues turned Mouzinho de Albuquerque into an exemplary colonial figure (Rodrigues, 1956). An enormous equestrian statue of the hero was erected in a prominent

position in the square named after him in Lourenço Marques, in front of the city hall, and it was embellished with bas-reliefs of cavalry charges on the plinth (Anon, 2015).

In 1902, the African state of Barué, in central Mozambique, witnessed the most significant Portuguese military expedition between 1895 and 1914. José de Azevedo Coutinho, Governor of Zambezia, had an unusually large contingent of artillery, consisting of nine pieces, two mortars, and a Maxim gun, but René Pélissier does not explain how the guns were transported. He notes a cavalry charge with lances in the crucial battle of the campaign, but says nothing about the mounts (Pélissier, 1984: II, 488-502).

For this unusually successful operation, Coutinho procured a small but serviceable contingent of equids. There were 34 horses, mainly for the cavalry, 58 mules, mainly for the artillery, and 11 donkeys, mainly for logistics, although porters were far more significant in this regard. Mounted men were armed with lances, swords and carbines, and some rode mules. Horses were partly bought in Durban, and partly obtained locally, while mules were nearly all purchased in Durban. The quality of these animals was good, and having geldings, rather than stallions, avoided problems with mares. Few losses were recorded among the equids, possibly reflecting cold winter weather and altitude (Coutinho, 1904: 601, 65-8, 84, 352-9, and Tables after 385).

Equids in the First World War and its aftermath

The outbreak of the First World War in Europe led to an immediate increase in military activity in Mozambique. Even though Germany only declared war on Portugal on the 9th of March 1916, the northern frontier was tense from August 1914, and armed clashes occurred (Pires, 2017).

Around 2 000 horses and mules were probably sent to the front in northern Mozambique during the war, although there are discrepancies and uncertainties in the figures. Pack saddles, Alentejo carts, harnesses, and forage for equids were also dispatched from Lisbon. A decree of the 21st August 1914 authorised the first expedition, made up of 1 527 men and 322 *solípedes*, that is horses and mules combined. A second wave, leaving in October 1915, brought 1 543 men, but no animals. After the formal declaration of war in March 1916, a set of ships left Lisbon between May and July, carrying 4 642 men and 1 378 *solípedes*. The animals left on two separate ships, on the 3rd and 8th of July. By this time, equids were becoming scarce in Portugal, and many had to be acquired from Spain, with some difficulty. In addition, several hundred were purchased in South Africa, but again with difficulty, as General Jan Smuts had requisitioned 11 000 for his own army. The fourth expedition, departing between January and July 1917, consisted of 4 509 men, but apparently brought no equids. Forty lorries were obtained in 1916, from Italy and the United States, possibly in response to reports of high equine losses (Barbosa, 1917-1918: 841-2, 21-5, 107-8, 129-31). General Ferreira Gil gave a lower number of 945 *solípedes*, with 159 carts, for the 1916 expedition (Gil, 1919: 334).

Equids sent to northern Mozambique lacked immunity to local diseases, and died quickly and in large numbers. Indeed, the average life-span of these animals in Africa was estimated to be only four months (Pires, 2014). Tsetse-borne trypanosomes were particularly bad in the Rovuma Valley, as David Livingstone had discovered decades earlier (Gil, 1919: 342). Death rates of equids in the British expeditionary forces in East Africa were equally high. Of the 88 000 horses, mules and donkeys, which were sent from South Africa in January 1916, only 3 000 were left alive in October of that year, chiefly due to the ravages of trypanosomiasis and African Horse Sickness (Tylden, 1980: 63).

In addition to high losses from disease, the Germans captured equids from the Portuguese, killed some in battle, and caused others to flee into the bush (Costa, 1932: 50, 53-4, 60, 135, 143, 145, 159, 176, 180-1; Paice, 2007: 273). In the last phase of the war, the Germans were mainly interested in eating the equids that they took from their enemies (Lettow-Vorbeck, 1920: 232; Paice, 2007: 338).

Horses were mainly destined for cavalry squadrons, but the Portuguese were at times unable to make use of this arm, for lack of mounts (Pires 2014). When General Gil arrived with the second expedition in early July 1916, he discovered that the remaining troopers of a cavalry squadron, which had come out the previous year, were stuck in Porto Amélia without any horses. Only with the arrival of horses from South Africa, procured through the intervention of the Governor of Mozambique, was the squadron able to take part in the invasion of German East Africa in September of that year, in which the cavalry provided vital reconnaissance services (Gil, 1919: 336, 343, 348). When the Portuguese took the German fort of Newala [Nevala] in late October 1916, they were able to send a force of some 30 horsemen to pursue the retreating Germans. However, the Portuguese lost these horses, together with some mules, when they were in turn obliged to withdraw from the fort in the dead of night, for lack of water (Costa, 1932: 52; Lettow-Vorbeck, 1920: 232, 273). Horses were also issued to officers in infantry units. This is portrayed in a number of photographs from this period (Gil, 1919: 338-339, 342-343; Anon, 2008; Anon, 2014). However, it is unclear how many horses were attributed to this service, and whether infantry officers also rode mules. On the German side, mules and hinnies were commonly the mounts of mounted volunteers (Inhülsen, 1941: 11-12).

Mules were mainly designated for transporting Portuguese mountain-guns and machine-guns. Equipment and munitions were in short supply, hampering the effectiveness of the artillery. More seriously, animals had been hastily selected just before departure, and were not given time to acclimatise in Africa. They soon died of trypanosomiasis and African Horse Sickness (Machado, 2011). By the end of 1917, Portuguese artillery forces found themselves virtually paralysed by a shortage of animals. The 5th battery of mountain-guns had only 11 mules left, which was insufficient to carry two dismantled guns. The battery was also short of harness and other equipment (Pires, 2014).

Insufficient general means of transport was one of the causes of Portugal's poor performance in military operations in East Africa (Paice, 2007: 269). To be sure, logistics depended mainly on tens of thousands of sullen and resentful African porters (Péligier, 1984: II, 684). Nevertheless, mules were expected to transport munitions, tools, and sanitary equipment (Barbosa, 1917-1918: 841-2). Photographs of the period depict mule carts, probably loaded with artillery shells, as well as wagons, which appear to have been drawn by either oxen or mules (Gil, 1919: 338-339, 342-343; Anon, 2008; Anon, 2014). Lorries also began to be employed towards the end of 1916, but the atrocious state of roads made it difficult to deploy them effectively (Gil, 1919: 349). Overall, the contribution of animals to Portuguese logistics remains unclear, as well as the impact of their high morbidity and mortality.

The First World War marked both the peak in Portuguese recourse to war equids, and the beginnings of rapid decline. The stupendous death rates of imported animals, together with the arrival of significant numbers of lorries and cars, speeded up an incipient transition to motorized vehicles. That said, there appears to have been some residual use of horses by the Portuguese armed forces in Mozambique, even as late as the liberation wars of the 1960s and early 1970s (Cruz, 2008).

Equids in civilian employment from the late nineteenth century

The story of civilian equids ran parallel to that of military ones. A brief intensification in the late nineteenth and early twentieth centuries was followed by decline, due to competition from bicycles, cars, lorries, and buses. The perpetual problem of disease made it especially hard for equids to compete, with both trypanosomiasis and African Horse Sickness continuing to kill many of them (Districto de Quelimane, 1909, 229-30; Districto de Inhambane, 1912: 139; Great Britain, 1920: 68). Donkeys were seen as most resistant to these maladies, followed by mules, with horses being especially vulnerable (Maugham, 1910: 222). Relative susceptibility to disease was reflected in scattered statistics, in which initial small numbers probably reflect the exclusion of most stock owned by Africans. In 1908, 800 donkeys, 712 mules, and 172 horses were recorded in the District of Lourenço Marques (Mendes, 2006: 6). For central Mozambique in 1920, the figures were 351 donkeys, 94 mules, and 57 horses (Companhia de Moçambique, 1890-1942: Report 1921, 27). Grillo's figures indicated the existence of nearly 78 000 donkeys across the whole colony in 1951, each one worth on average about half the price of an ox or a cow. About 50 000 donkeys were in the central provinces, 22 000 in the south, and only 6,000 in the north. There were about 500 other equids (Grillo, 1958: 32, 67-8). However, Boléo's figures for 1960 show a total of just over 12,000 donkeys, without any explanation for the discrepancy (Boléo, 1966: 117).

Access to horses was often an indication of wealth. The richest residents, especially those in towns, owned animals for riding, harnessing to carriages, or sporting events. This was especially marked in Lourenço Marques and Beira. Middle class urban people seem to have had recourse to horse-drawn urban cabs (Miranda 1902: 92-3; Anon., 2010).

The government made use of horses for the delimitation of the frontier between Mozambique and the Transvaal, together with mules and donkeys. Reports noted that horses that survived an infection with African Horse Sickness were known as 'salted horses'. In theory, they were protected from further attacks (Roque, 2017).

Mules, including hinnies, became more widespread in this period, partly in urban areas. Postcards of the early twentieth century show pairs of mules in harness in Lourenço Marques, hauling two-wheel carts or four-wheel wagons. In the 1920s, a mule was photographed with a cart, in front of the shop of one Aboobakar, probably a South Asian trader (Loureiro, 2001: 30, 32; Gama, 2006: 77).

Mules also spread for rural transport. Swiss missionaries in southern Mozambique seem to have been keen on mule power, perhaps due to their experiences in South Africa. One photograph portrays a mission cart drawn by two mules in southern Mozambique, in about 1900 (IMPA).

Foreign-owned chartered companies and Portuguese settlers similarly had recourse to mules in rural areas. O. W. Barrett, employed by the *Companhia de Moçambique*, travelled about 250 miles on mules in the 1900s, compared to some 125 miles in a hammock carried by porters, and around 1,000 miles by boat (Barrett, 1910: 821). Some individual Portuguese settlers preferred mules to other equids. Thus, Miguel Paes kept six mules, two horses, and two donkeys in the Inhambane region, in 1906-1907 (Districto de Inhambane, 1907: 89).

Donkeys were employed for menial tasks in cities. Around 1900, there were a series of municipal regulations concerning these tasks in Lourenço Marques, in terms of how the animals were to be used, where they should be housed, and so forth. For example, donkeys were employed to transport bodies to cemeteries, and to remove rubbish from the streets of the city (Roque, 2017).

The main sphere of action for donkeys was rural. The government employed them to carry packs in expeditions for the delimitation of frontiers. Exceptionally, when cattle died in

vast numbers from the numerous bovine diseases that afflicted the region around 1900, donkeys would be substituted for oxen in pulling carts or wagons (Roque, 2017).

Chartered companies and settlers also made use of donkeys. In Macequece, Manica, close to the border with Rhodesia and in the lands of the Companhia de Moçambique, donkeys were hired out on a daily basis around 1900 (Miranda, 1902: 92). The Companhia da Zambézia owned 58 *burros* in 1908 (Companhia da Zambézia, 1909: 25). Such *burros* were employed for light work on estates, even though mules and hinnies were considered to be better for such tasks (Andrade, 1907-1910: IV, 255). In the District of Quelimane in 1909, Europeans owned 69 donkeys, but only eight mules and two horses (Districto de Quelimane, 1909, 230). There is an intriguing set of photographs on the internet of donkeys, both ridden by Europeans and carrying packs in caravan formation, which are said to have been taken in Mozambique in 1890-1891. They are hosted by Pinterest (<https://www.pinterest.pt/pin/431501208019289119/>), and attributed to the Instituto de Investigação Científica Tropical of Lisbon, with an origin in the Arquivo Histórico Ultramarino. However, no further details are given.

Africans made considerable use of donkeys for transport, appreciating their cheapness and strength (Grillo, 1958: 68). In the far north of the colony, the Portuguese were seeking to replace African porters with donkeys in 1883. The authorities were thus 'introducing' these animals, apparently unaware of previous problems with disease (O'Neill, 2016: 319). Generally speaking, however, the Portuguese did not concern themselves much with encouraging the spread of humble *burros*.

Breeding and importing equids in the age of high colonialism

During the brief heyday of colonial equids, roughly from the 1890s to the 1910s, there were renewed efforts at breeding these animals. However, imports from South Africa and British Central Africa did not cease (Andrade, 1907-1910: I, Appendices, 18; IV, 255). Indeed, horses were imported from as far away as Australia, perhaps for racing (Yarwood, 1989: 202).

The government played a small part in breeding. The authorities in Inhambane kept a horse for stud purposes in 1910-1911. The animal was shown in a photograph with a caption, but there was no comment in the text (Districto de Inhambane, 1911: op. 148). The same situation occurred in Quelimane in that year, with a photograph and caption, but no explanation in the text (Districto de Quelimane, 1911, op. 148). This may have been in response to a specific request for information from the central authorities.

Foreigners were probably more prominent in breeding, and they experimented with producing mules and hinnies. According to O. W. Barrett, the Companhia de Moçambique imported big white 'Muscat asses' from the Arabian Gulf in the 1900s for stud purposes. The company apparently achieved excellent results in the cool Manica highlands, bordering on Southern Rhodesia. Barrett further recommended that small Basuto or Timor stallions should be mated with the finest donkey jennies, so as to generate hinnies for estate work (Andrade, 1907-1910: IV, 255). The Swiss Protestant Mission also appears to have bred mules in Matutwini, in southern Mozambique (IMPA).

Zebbras in colonial Mozambique served mainly for hunting and incipient tourism, without any obvious attempts at domesticating or hybridizing these animals. There were experiments of this kind in other parts of southern and eastern Africa, with the purpose of overcoming the problem of equine diseases. These trials enjoyed some successes, although they largely ceased with the spread of the internal combustion engine. Such experiments were known in Mozambique before the First World War, but were apparently not emulated there (Maugham, 1914: 98-100).

Equids after independence

Zebras were decimated in the wars and civil wars that preceded and followed Mozambique's independence. Hunted and eaten by armed groups in contending forces, or by famished civilians, they almost disappeared from the country. However, they are now being protected, and are being reintroduced from neighbouring countries into national parks. With licensed hunting severely limited, they serve mainly to be photographed by tourists (King and Moehlan, 2016).

In recent times, horses have acquired an allied role, in ventures mainly aimed at Western tourists. Horse-riding is popular among such visitors, and Mozambican beach resorts provide this as one of their attractions. Mozambique Horse Safari began its operations in 2006, with horses rescued from the Zimbabwe land invasions (Retzlaff, n. d.). This activity contributes to earning precious foreign exchange from tourists (IPC, 2006: 1, 22).

However, it is donkeys that have proved most significant for the independent nation. The long wars seriously depleted local herds, and led to farmers asking the government for help in reconstituting them. In February 2004, imports from neighbouring countries began, with about 20 animals sent from Swaziland to Inhambane, as a pilot project. The idea was to expand this to imports of at least 100 donkeys per province, which would be managed by local communities, in 'loan-and-breeding' programme (Jones, 2004).

Transport has been the most important application of donkeys. As in many parts of Africa, Mozambique has experienced severe transport dislocations since independence (Sabaratnam, 2017). Shortages of fuel, spare parts, trained mechanics, and foreign exchange, allied with persistent poverty, have seriously limited the use of the internal combustion engine. In this situation, 'taxi-burros' have flourished in towns (Saponoticias, n. d.). Similarly, in rural areas, 'burro-ambulâncias' transport the sick to hospital, as in Sofala (Pecuária.pt, n.d.). In 2011, donkeys were reportedly being used in the works for the construction of a new bridge over the Zambezi River (Pinto, 2011). More widely, donkeys have come into their own for rural transport. In 2001, the government considered that the use of animal transport, including donkeys and mules, was a key to opening up access to markets for rural cultivators, thereby reducing absolute poverty (Mozambique 2001).

Donkeys also contribute to nutrition. For example, Africans in the Cabaceira area of Mossuril, opposite Mozambique Island, apparently partake of donkey meat (Terán, 2007: no pagination). Europeans generally refuse to eat equids, reflecting a papal prohibition on eating horse-meat from 732 CE, as well as cultural norms (Simoons, 1961: 84, 86). Similarly, the meat of the domestic donkey and mule is forbidden to Muslims, although Shaf'i Muslims, who dominate Mozambican Islam, may eat the flesh of the horse (Andelshausen, 1996: 45-6). It is thus unclear how widely the flesh of equids, especially donkeys, is consumed in Mozambique.

The export of donkey hides to China from all over Africa has been rising very fast of late, and Mozambique is a participant in this trade. A gelatin substance extracted from the hides is a crucial part of a traditional medicine called *ejiao*, which has become wildly popular as a tonic in China. This may provide a newly lucrative outlet for owners of donkeys, although it is not clear how many of the hides exported through Mozambican ports actually originate in Mozambique. Many certainly come from areas inland, such as Botswana, where the donkey population is much larger (Greef, 2017).

Conclusion

The prevalence of a number of diseases in Mozambique, some affecting mammals in general, and others striking specifically at domesticated equids, has long limited the breeding and use of these animals. Indeed, this disease environment probably encouraged the precocious adoption of cars, lorries, buses, motorcycles, and other motorized vehicles, as in the rest of sub-Saharan Africa.

Despite these unfavourable environmental circumstances, equids have played a certain role in the history of the area that is today Mozambique. This stretches back into the mists of time in the case of wild zebras, which are not affected by disease in the same way as their domesticated cousins. Donkeys, mules and horses have had a more chequered career, but the story of colonial conquest and transport needs to take these animals into consideration. The hidden history of equids in Mozambique thus needs to be recovered, especially that of the humble *burro*, which has long been a precious aid to rural and urban Africans. This essay has done little more than to point to a number of potential avenues for further research, in the hope that others will develop the topic, and will look more widely at the history of animals in Mozambique.

Bibliographical references

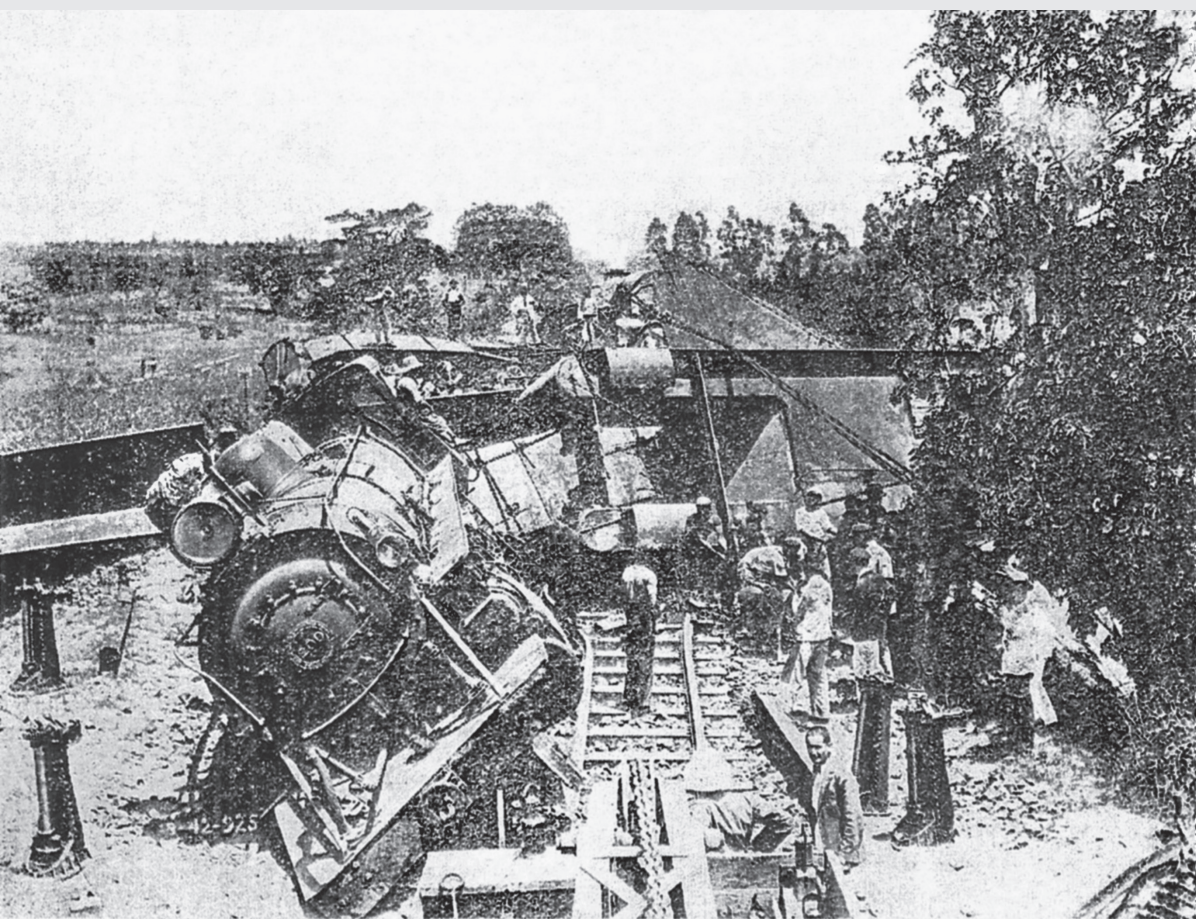
- Andelshausen, Beate (1996), *Schlachten im Einklang mit der Scharia: die Schlachtung von Tieren nach islamischem Recht im Lichte moderner Verhältnisse*, Sinzheim: Pro Universitate Verlag.
- Andrade, A. Freire de (1907-1910), *Relatórios sobre Moçambique*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- Andreas, Christian-Borries (2016), 'The background to, and impact and management of the epizootics of lung sickness and African Horsesickness in the Cape Colony, c. 1853-7,' DPhil Thesis, University of Oxford.
- Anon (2008), 'A guerra em Moçambique,' in O portal da história, história de Portugal, http://www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgm_mocambique.html (consulted 31 October 2017).
- (2009), 'Plains zebra (*Equus quagga*)' <http://www.wildliferanching.com/content/plains-zebra-equus-quagga> (consulted 13 September 2017)
- (2010), 'Antiga Rua Araújo, Rua do Pecado, em Lourenço Marques, Moçambique,' http://www.fotolog.com/40_amelia/8567330/ (consulted 31 October 2017).
- (2014), 'Grande Guerra - 1914 a 1918,' <http://grandeguerra-marr.blogspot.co.uk/> (consulted 31 October 2017).
- Barbosa, E. (1917-1918), 'O nosso esforço militar em África,' *Revista Militar*, 69, 12, pp. 836-43; and 70, 1-3, pp. 21-6, 104-12, 129-34.
- Barrett, O. W. (1910), 'Impressions and scenes of Mozambique,' *National Geographic Magazine*, 21, pp. 807-30.
- Boccardo, António (1876), *Década 13 da historia da India*, Lisbon: Academia das Sciencias de Lisboa.
- Boléo, José de Oliveira (1966), *Moçambique: pequena monografia*, Lisbon: Agência Geral das Colonias.
- Boteler, Thomas (1835), *Narrative of a voyage of discovery to Africa and Arabia performed by His Majesty's ships Leven and Barracouta from 1821 to 1826*, London: Richard Bentley.
- Botelho, Sebastião X. (1835), *Memoria estatistica sobre os dominios portugueses na Africa Oriental*, Lisbon: Typ. J. B. Morando.

- Brown, Karen (2008), 'Frontiers of disease: human desire and environmental realities in the rearing of horses in nineteenth- and twentieth-century South Africa,' *African Historical Review*, 40, 1, pp. 30-57.
- Burton, Richard F. (1859), 'The lake regions of Central Equatorial Africa, with notices of the Lunar Mountains, and the sources of the White Nile,' *Journal of the Royal Geographical Society of London*, 29, pp. 1-454.
- Cahen, Michel (2017), Personal communication.
- Capela, José (1988), *A república militar da Maganja da Costa, 1862-1898*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Caro, Tim (2016), *Zebra stripes*, Chicago: The University of Chicago Press.
- CEHU – Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (1962-1989) *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, Lisbon: CEHU.
- Clarence-Smith, William G. (forthcoming), 'The donkey trade in the Indian Ocean World in the long nineteenth century', in Martha Chaiklin and Philip Gooding, eds., *Trade in animals and animal products across the Indian Ocean*, Athens (OH): Ohio University Press.
- Companhia da Zambézia (1909), *Relatório, contas, e parecer do conselho fiscal*, Lisbon: Companhia da Zambézia.
- Companhia de Moçambique (1890-1942), *Relatório e contas*, Lisbon: Companhia de Moçambique.
- Costa, Mário (1932), *É o inimigo que fala: subsídios inéditos para o estudo da campanha da África Oriental, 1914-1918*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- Coutinho, João de Azevedo (1904), *A campanha do Barué em 1902*, Lisbon: Typ. da Livraria Ferin.
- Cruz, João J. de Sousa (2008), 'O enigma de uma colónia virtual: África Oriental Portuguesa (vulgo Moçambique),' *Revista Militar*, 2482 <https://www.revistamilitar.pt/artigo/344> (consulted 29 October 2017).
- Districto de Inhambane (1907), *Relatório do governador, 1906-1907*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- (1911), *Relatório do governador, 1910-1911*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- (1912), *Relatório do governador, 1911-1912*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- Districto de Quelimane (1909), *Relatório do governador, 1907-1909*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- (1911), *Relatório do governador, 1910-1911*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- Ellert, H. (1993), *Rivers of gold*, Gweru: Mambo Press.
- Fielding, Denis, and Krause, Patrick (1998), *Donkeys*, London: Macmillan Education.
- Gama, Curado da (2006), *Moçambique de outros tempos*, Lisbon: Quimera.
- Gamitto, Antonio C. Pedroso (1854), *O Muata Cazembe e os povos Maraves, Chévas, Muizas, Muembas, Lundas, e outros da Africa Austral: diário da expedição portuguesa comandada pelo Major Monteiro, e dirigida aquelle imperador nos annos de 1831 e 1832*, Lisbon: Imprensa Nacional.
- Gil, [José C.] Ferreira (1919), 'A invasão da África Oriental Alemã pelos Portugueses: o esforço da expedição de 1916,' *Revista Militar*, 71, 6-7, pp. 331-52.
- Great Britain, Admiralty, Naval Intelligence Division (1920), *A handbook of Portuguese Nyasaland*, London: HMSO.
- Greef, Kimon de (2017), 'Rush for donkey skins in China draws wildlife traffickers,' <https://news.nationalgeographic.com/2017/09/wildlife-watch-donkey-skins-china-wildlife-trafficking/> (consulted 31 October 2017).

- Grillo, F. Monteiro (1958), *A agricultura em Moçambique*, Lisbon: Centro de Estudos Económicos.
- Guillain, Ch. (1856-57), *Documents sur l'histoire, la géographie, et le commerce de l'Afrique orientale*, Paris: A. Bertrand.
- IMPA – International Mission Photography Archive, DM – Échange et Mission, Mozambique, Mules <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/landingpage/collection/p15799coll123> (consulted 29 September 2013).
- Inhülsen, Otto (1941), *Wir ritten für Deutsch-Ostafrika*, Leipzig: V. Hase & Koehler (2nd ed.).
- IFC – International Finance Corporation (2006), *The tourism sector in Mozambique: a value chain analysis*, Washington DC: World Bank.
- Jackson Haight, Mabel V. (1967), *European powers and South-East Africa: a study of international relations on the South-Eastern coast of Africa, 1796-1856*, New York: Frederick A. Praeger.
- Jones, Peta A. (2004), 'Donkey power in Mozambique,' *Draught Animal News*, 41, pp. 29-31.
- King, S. R. B., and Moehlman, P. D. (2016), 'Equus quagga: the IUCN red list of threatened species' <http://www.iucnredlist.org/details/41013/0> (consulted 13 September 2017).
- Lettow-Vorbeck, P. E. von (1920), *My reminiscences of Africa*, London: Hurst & Blackett Ltd.
- Lima, José J. Lopes de, and Bordalo, Francisco M. (1844-62), *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguesas na Africa occidental e oriental, na Asia occidental, na China, e na Oceania*, Lisbon: Imprensa Nacional.
- Livingstone, David (1857), *Missionary travels and researches in South Africa*, London: John Murray.
- Livingstone, David and Charles (1865), *Narrative of an expedition to the Zambezi and its tributaries, and the discovery of the lakes Shirwa and Nyassa, 1858-1864*, London: John Murray.
- Loureiro, João (2001), *Memórias de Moçambique*, Lisbon: João Loureiro e Associados Lda. (3rd ed.).
- Machado, Miguel (2011), 'A artilharia de montanha expedicionária a Moçambique em 1916,' *Operacional: Defesa, Forças Armadas e de Segurança*, 17 July. <http://www.operacional.pt/a-artilharia-de-montanha-expedicionaria-a-mocambique-em-1916/> (consulted 28 April 2017).
- MacKenzie, J. M. (1988), *The empire of nature: hunting, conservation and British imperialism*, Manchester: Manchester University Press.
- Mártires, Bartolomeu dos (1823), 'Memoria chorografica da Provincia ou Capitania de Mossambique na Costa d'Africa Oriental, conforme o estado em que se encontrava no anno de 1822,' unpublished – pages kindly scanned for me by Eugénia Rodrigues.
- Matthews, Timothy I. (1976), 'The historical tradition of the peoples of the Gwembe Valley, Middle Zambezi,' PhD Thesis, University of London.
- Maugham, R. C. F. (1910), *Zambezia: a general description of the valley of the Zambezi River, from its delta to the River Aroangwa, with its history, agriculture, flora, fauna, and ethnography*, London: John Murray.
- (1914), *Wild game in Zambezia*, London: John Murray.
- Mendes, António Martins (2006), 'Serviços veterinários de Moçambique: segundo período,' *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, 101, 557-8, pp. 5-15.
- Miranda, José F. Barreto (1902), *Manica-Sofala: guide to the Mozambique Company's territory*, London: William Clowes & Son.
- Mitchell, Peter (2017), 'Why the donkey did not go south: disease as a constraint on the spread of *Equus asinus* into Southern Africa,' *African Archaeological Review*, 34, pp. 21-41.
- Mozambique (2001), *Action plan for the reduction of absolute poverty, 2001-2005 (PARPA)*, Maputo: Council of Ministers.

- Newitt, Malyn (1995), *A history of Mozambique*, London: Hurst.
- (2002), *East Africa: Portuguese encounters in the world in the Age of Discoveries*, Aldershot: Ashgate.
- Nicholls, C. S. (1971), *The Swahili coast: politics, diplomacy and trade on the East African littoral, 1798-1856*, London: Allen and Unwin.
- O'Neill, H. E. (2016), *Northern Mozambique in the nineteenth century: the travels and exploration of H. E. O'Neill*, ed. Hilary C. Palmer and Malyn D. D. Newitt, Leiden: Brill.
- Paice, Edward (2007), *Tip and run: the untold tragedy of the Great War in Africa*, London: Weidenfeld & Nicolson.
- Pecuária.pt (n.d.), 'Moçambique aposta nos burros para garantir o transporte de doentes' <http://www.pecuaria.pt/conteudo.php?idart=81> (consulted 31 October 2017).
- Pélissier, René (1984), *Naissance du Mozambique: résistance et révoltes anticoloniales, 1854-1918*, Orgeval: Pélissier.
- Pinto, Augusto Macedo (2011), 'Tete: burros trabalhando nas circunzeiras da nova ponte em construção no Zambeze,' <http://nandiwe.blogspot.co.uk/2011/12/tete-burros-trabalhando-nas-circunzeiras.html> (consulted 31 October 2017).
- Pires, Ana Paula (2017), 'The First World War in Portuguese East Africa: civilian and military encounters in the Indian Ocean,' *e-Journal of Portuguese History*, 15, 1, pp. 82-104.
- Pires, Nuno Correia Barrento de Lemos (2014), 'Recordar o esforço português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918), a través da *Revista Militar*' <http://www.revistamilitar.pt/artigo/924> (consulted 26 April 2017).
- Randles, W. G. L. (1975), *L'empire du Monomotapa, du XVe au XIXe siècle*, Paris: Mouton.
- Retzlaff, Pat and Mandy (n.d.), 'Mozambique horse safari: Africa's premier beach riding destination' <http://www.mozambiquehorsesafari.com/> (consulted 31 October 2017).
- Rodrigues, Eugénia (2014), 'Eating and drinking at the royal hospital of Mozambique Island: medicine and diet change between the end of the eighteenth and the early nineteenth century,' *Afriques: Débats, Méthodes, et Terrains d'Histoire*, 5 <https://afriques.revues.org/1553> (consulted 1 May 2017).
- (2017), Personal communication, citing documents from 1704, 1723, 1752, 1753, and 1761.
- Rodrigues, M. M. Sarmiento (1956), *Pensamento e acção de Mouzinho de Albuquerque em Moçambique: antologia*, Lisbon: Graf. Boa Nova.
- Roque, Ana (2017), Personal communication.
- Sabaratham, Meera (2017), *Decolonising intervention: international statebuilding in Mozambique*, London: Rowman and Littlefield.
- Salt, Henry (1816), *A voyage to Abyssinia, and travels into the interior of that country, executed under the orders of the British government, in the years 1809 and 1810, in which are included an account of the Portuguese settlements on the east coast of Africa*, Philadelphia: M. Carey.
- Saponoticias (n.d.), 'Taxi-burro: o meio de transporte alternativo' <http://noticias.sapo.mz/foto/1171581/> (consulted 31 October 2017).
- Selous, F. C. (1903), 'Zebras and wild asses,' in C. J. Cornish, ed., *The living animals of the world: a popular natural history, volume 1, mammals*, pp. 189-97, London: Methuen.
- Simoni, Luís V. de (1821), 'Tratado medico sobre o clima e enfermidades de Moçambique,' unpublished – extract kindly copied for me by Eugénia Rodrigues.
- Simoons, Frederick J. (1961), *Eat not this flesh: food avoidance in the Old World*, Madison: University of Wisconsin Press.

- Speur, René (2015), 'Praça Mouzinho de Albuquerque Lourenço Marques 1971,' [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Praça_Mouzinho_de_Albuquerque_Lourenço_Marques_1971_\(2318204703\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Praça_Mouzinho_de_Albuquerque_Lourenço_Marques_1971_(2318204703).jpg) (consulted 31 October 2017).
- Swart, Sandra (2010), *Riding high: horses, humans, and history in South Africa*, Johannesburg: Wits University Press.
- Tegetmeier, W. B., and Sutherland, C. L. (1895), *Horses, asses, zebras, mules, and mule breeding*, London: Horace Cox.
- Terán, Lisa St. A. de (2007), *Mozambique mysteries*, London: Hachette Digital.
- Theal, George M. (1898-1903), *Records of South-Eastern Africa, collected in various libraries and archive departments in Europe*, Cape Town: Government of the Cape Colony.
- (1907-1910), *History and ethnography of Africa south of the Zambezi, from the settlement of the Portuguese in Sofala in September 1505 to the conquest of the Cape Colony by the British in September 1795*, London: Swan Sonnenschein & Co.
- Tylden, G. (1980), *Horses and saddlery: an account of the animals used by the British and Commonwealth armies from the seventeenth century to the present day, with a description of their equipment*, London: J. A. Allen & Co. (reprint of 1965 ed.).
- Yarwood, Alexander T. (1989), *Walers: Australian horses abroad*, Melbourne: Melbourne University Press.



Moçambique entre greves ferroviárias e “Modus Vivendi” (1920-1926)

M. F. Silva*
Maciel Santos**

pp. 127-148

Um dos pontos fracos da historiografia portuguesa sobre a luta de classes na sociedade moderna (na qual se inclui o chamado “conflito industrial”) tem sido muitas vezes a sua falta de articulação com a reprodução do capital nos contextos nacional e internacional. Os trabalhos sobre a história “política” e “ideológica” das instituições laborais, uma especialização relativamente intermitente em Portugal, beneficiaram dos muitos progressos recentes da historiografia “económica” e até “social”. Contudo, o défice de compreensão holística não desapareceu e o seu principal efeito negativo tem sido o primado da tónica descritiva, feita muitas vezes a reboque dos testemunhos dos próprios atores e das suas representações, em detrimento de hipóteses explicativas.

Estas considerações servem apenas de chamada de atenção para o que *também* falta conhecer sobre um sector industrial de primeira grandeza no qual se cruzaram interesses e conflitos nacionais e internacionais: os caminhos de ferro das colónias portuguesas.

1. Em primeiro lugar, porque estes **representavam exportações de capital sobretudo não-português**. A situação geográfica dos territórios coloniais portugueses, que fazia deles as saídas “naturais” dos *hinterlands* da África austral, tornou-os desde o início dos *booms* mineiros, uma extensão dos *special mining territories* (Congo, Rodésias, Rand). Uma pequena quantificação permite avaliar a sua ponderação nos investimentos das duas principais colónias portuguesas da África austral.

Quadro 001 – Emissões de Capital para Angola e Moçambique – anos 1870-1936
(em milhares de £)

Territórios	A – Total investido	B – Total sem investimentos ferroviários estrangeiros	B/A
Angola	31 971	15 971	0,50
Moçambique	34 761	14 671	0,42
Totais	66 732	305732	0,46

Fonte: Frankel, 1969: 158-159

O facto de mais de metade dos investimentos coloniais portugueses ter uma origem internacional (esmagadoramente britânica) e se destinar maioritariamente a linhas férreas condicionou, como seria de esperar, as políticas do Estado, das burguesias nacionais/coloniais e das organizações operárias. Desde o tratado anglo-português de 1891 que a sobera-

* CEAUP / IHC-FCSH NOVA. miguelfilipesilva@gmail.com O autor agradece os contributos de Pedro Aires de Oliveira.

** CEAUP. maciel999@yahoo.com

nia portuguesa a sul do Zambeze estava limitada em função do interesse estratégico que os corredores da Beira e de Lourenço Marques representavam para as colónias britânicas da África austral (Telo, 1994, p. 128; 141). Mais do que qualquer outro, o sector ferroviário colonial refletiu a reduzida margem de manobra de imperialismos secundários como o português, como uma pequena sinopse do caso da linha de “Delagoa Bay” rapidamente o demonstra.

Devido à sua função de trânsito para a principal região aurífera mundial (o *Witwatersrand*), o corredor de Lourenço Marques (porto e caminho de ferro) tornou-se durante cerca de 40 anos um foco nas disputas imperialistas. A linha férrea, que o Estado português nacionalizou litigiosamente em 1889, foi alvo das mais variadas tentativas de compra antes da sua conclusão. Os interesses antagónicos do Cabo e do Transvaal independente, que tinham respectivamente atrás de si a Grã-Bretanha e a Alemanha, disputaram o seu controlo nos dez anos seguintes. A manutenção da propriedade portuguesa da linha viria a garantir o *statu quo* mundial mas apenas à custa de uma convenção secreta anglo-alemã (1898) que dividia as respetivas zonas de influência no interior das colónias portuguesas. A derrota militar do Transvaal (1901) alterou a situação a favor do governo de Londres visto que com uma União sul-africana controlada a partir do Cabo desaparecia a possível interferência alemã na região. Mas para os interesses portugueses a pressão internacional não desapareceu com este desenvolvimento. Com menor pressão, Londres podia agora renegociar hipotecas coloniais portuguesas com a Alemanha, o que viria a acontecer em 1911-12 (2.ª convenção secreta anglo-alemã). Só a I Guerra Mundial acabaria de vez com os interesses alemães na África Austral. No entanto, a derrota alemã teve um efeito paradoxal na correlação de forças anglo-boer. Dada a necessidade do governo britânico de contar com a lealdade boer (indispensável às operações militares tanto no Sudoeste Africano como na África oriental alemã), a União sul-africana emergiu a partir do armistício como uma potência regional autónoma. Durante a década de 1920, apareceu então ao governo de Lisboa como sucessora da Alemanha no que respeita a pretensões de controlo sobre a linha de caminho de ferro e a região de Lourenço Marques¹.

Acresce que o investimento público nos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques (CFLM), mesmo já depois de resolvido o contencioso internacional que se arrastou por quase 12 anos após a nacionalização da linha, continuou a colocar problemas de dívida externa ao Estado português. Em 1925, o total dos “compromissos” da colónia – maioritariamente a credores externos “cuja liquidação se foi protelando” – chegava aos 29,7 mil contos acrescidos de 650 mil libras esterlinas. Dos encargos a pagar por estes empréstimos, mais de metade (53 %) correspondia a dívida dos CFLM².

2 – Em segundo lugar, por causa da ponderação e dos **efeitos multiplicadores dos investimentos** ferroviários coloniais. No caso de Moçambique, a linha do Estado era a principal rubrica orçamental do território: nos cinco anos imediatos ao fim da guerra anglo-boer (1903-1908), com rendimentos orçados sempre acima dos 1,1 mil contos anuais, representava em média 25 % da receita pública³. Nos dez anos imediatos ao fim da I Guerra, os CFLM ainda contribuía com uma média de 15 % para o orçamento da colónia.⁴ No entanto, o seu impacto ia muito para além das contas públicas porque eram,

¹ Para uma descrição da política mundial relativamente aos corredores de Moçambique, Telo (1994).

² A estes encargos deviam juntar-se os encargos do crédito para a aquisição de material do porto e c.f. (£ 3 000 000), “computados aproximadamente em £ 158 000 e cujas prestações se iniciaram em princípio de 1925”, e outros para satisfação de pagamentos a funcionários e fornecedores. AHU, MU, 875, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, officio confidencial, 16-7-1925.

³ AHU, SEMU, maço 595.

⁴ Anuário Estatístico, 1929: 188-91.

juntamente com o porto de Lourenço Marques, os principais factores do carácter transitário que tinha a própria atividade produtiva moçambicana. Era pela capital da colónia portuguesa que circulava grande parte do capital produtivo do Rand: entre 1922-24 cerca de 75 % das receitas alfandegárias de Lourenço Marques vinham das rubricas “trânsito” e “reexportações”⁵. A especialização no terciário da cidade foi, como se verá, um fator importante na evolução da composição e escala da sua classe trabalhadora.

3 – Finalmente, porque **o sector ferroviário era o que tinha, nas colónias portuguesas deste período, o capital mais concentrado e centralizado**. Os conflitos ferroviários assumiam assim uma importância decisiva sobre a correlação de forças nas sociedades coloniais.

Este aspeto, que decorria dos anteriores, não era obviamente um exclusivo dos caminhos de ferro coloniais. Quando ganharam escala nacional e internacional, através das respetivas federações, as organizações sindicais ferroviárias europeias dispuseram de uma capacidade negocial superior à média, o que se veria sobretudo nos anos imediatamente a seguir à I Guerra. Em vários casos nacionais a indústria dos transportes esteve na origem da nova fase das “relações industriais” e de grandes alterações institucionais nas organizações do trabalho. Dificilmente seria de outro modo, dados os efetivos que mobilizava. Por exemplo, em França, a Federação Ferroviária, que nas vésperas da grande greve de 1920 chegou a agrupar cerca de 350 mil sócios, esteve diretamente implicada na cisão da CGT e na posterior reconfiguração de todo o movimento sindical francês. Em Portugal, a Federação Ferroviária agrupava, no momento da sua criação, cerca de 16 mil sócios⁶. A concentração do setor ferroviário era ainda maior nas colónias onde, como se sabe, a industrialização estava no início e a composição de capital, salvo a dos investimentos mineiros, era baixa.

A conjugação destes pontos, que se explicam mutuamente, obriga a perspetivar os conflitos ferroviários nas colónias tendo em conta que:

- os interesses mineiros das colónias do *hinterland* africano davam às linhas férreas coloniais uma importância geopolítica;
- no caso da colónia de Moçambique, os rendimentos dos CFLM pesavam consideravelmente na *política orçamental* e na *política externa portuguesa*;
- os desenvolvimentos do setor ferroviário colonial (novas linhas, política de tarifas, conflitos laborais) tocavam diretamente interesses dos restantes ramos do capital colonial (público e privado, comercial, industrial e financeiro);
- os conflitos ferroviários, tanto na Europa como sobretudo nas colónias, se transformaram em pólos catalisadores de magnitude acima da média.

1. A classe trabalhadora de Lourenço Marques – composição e tendências

A excecionalidade da situação de Lourenço Marques transformou-a num campo privilegiado de observação dos conflitos ferroviários coloniais. Servindo como transitária do Transvaal, a cidade e os seus subúrbios tendiam a centralizar – o que não era consensual

⁵ Boletim Económico, série especial, n.º 3, 1927, p. 37.

⁶ Mais exatamente 15 900, agrupados em 19 organismos da classe. “O que foi o Congresso”, A Federação Ferroviária, 01/10/1922, p. 2.

mesmo nos meios oficiosos⁷- os investimentos públicos e a força de trabalho da colónia⁸. O crescimento da população urbana duplicou a partir do estabelecimento da ligação ferroviária com o Rand⁹. No entanto, a especialização no terciário, que condicionou a industrialização da cidade, não induziu a um crescimento igualmente rápido da sua população assalariada. Entre os censos de 1912 e 1928 evolução terá aparentemente sido assim:

Quadro 002 – População assalariada e total na área de Lourenço Marques

Ano	Área	Assalariados	População total	% Assalariados
1912	Cidade	9 528	13 170	72
1912	Cidade com subúrbios	19 395	25 833	75
1927	Cidade (a)	14 578	32 897	44
1927	Cidade (b)	18 982	37 301	51

(a) sem funcionários públicos; (b) com funcionários públicos

Fontes: – para 1912, Secretaria Geral do Governo Geral, Recenseamentos, 1913; – para 1927, Boletim Económico, série especial, 1930, quadro n.º 26, pp. 305-309.

No censo de 1927, 49 % dos recenseados foram classificados como “sem profissão”¹⁰ o que faz avaliar por defeito a percentagem dos assalariados. No entanto, há indicadores de uma diminuição relativa dos trabalhadores assalariados, cujos efetivos teriam evoluído de modo diferente se um crescimento industrial intensivo se tivesse verificado.

Quadro 003 – População assalariada na área de Lourenço Marques – por categoria de origem

Ano	Área	% Europeus	% Asiáticos	% Africanos
1912	Cidade	29	16	54
1912	Cidade com subúrbios	15	10	75
1927	Cidade (a)	11	10	79

(a) sem funcionários públicos

Fontes: ver quadro 002

Esse crescimento seria acompanhado pela instalação de ramos de composição de capital mais elevada, o que induziria uma maior emigração europeia qualificada, muito provavelmente masculina e sem família. O moderado crescimento médio anual das frequências absolutas de assalariados na área urbana entre 1912-27 (apenas 2,9 %, isto é, menos de

⁷ “A excepcional situação de Lourenço Marques em relação ao Transvaal, de que é porto natural, a necessidade de nos mantermos em condições de lutar vantajosamente com os portos ingleses, que ao nosso tem feito uma implacável guerra, tem-nos forçado a dispendir em melhoramentos e obras ali, não só todos os recursos disponíveis da província, mas ainda os subsídios que á metropole tem sido possível arrancar. Assim tem o resto da provincia sido sacrificado em beneficio exclusivo da capital, mas em beneficio mais aparente do que real, porque não assentando a prosperidade de Lourenço Marques numa base solida de desenvolvimento agricola ou industrial, elle se limita a servir de intermediario commercial ao Transvaal.” *Jornal do Comércio*, pp. 1-2.

⁸ Em 1925, as associações patronais do Norte de Moçambique (distrito de Moçambique) pediam a divisão administrativa da colónia para se emanciparem de Lourenço Marques. AHU, MU, 875, Associação Agrícola, etc. – Ministério das Colónias (telegrama), 29-080-1925.

⁹ A taxa de crescimento anual da população da cidade área foi de 3 % entre 1857-1895 (ano da ligação ferroviária regular com Joanesburgo) e de 6,4 % entre 1895-1927. *Boletim Económico, série especial, 1929, n.º 6, p. 4.*

¹⁰ Nesse total estava incluída a população feminina (“domésticas” e “todas as outras que vivem com as famílias e que não têm qualquer ocupação”) e ainda os menores. *Boletim Económico, série especial, n.º 10, p. 13.*

metade da taxa de crescimento populacional) indica que tal tipo de investimentos não aconteceu. A descida de 18 pontos na percentagem de "europeus" (a categoria mais suscetível de crescer com uma industrialização intensiva) parece conclusiva e não é desmentida pela diferença muito menor (apenas 4 pontos de diferença) quando se compara a cidade com "subúrbios" em 1912 e o censo de 1927. A área suburbana¹¹ era sobretudo habitada pelos trabalhadores africanos *fora dos ofícios*, isto é, fora das profissões assalariadas qualificadas. Eram quase exclusivamente trabalhadores africanos, que nos censos aparecem com designações profissionais indiferenciadas (lavadeiras, carregadores, "trabalhadores", "serviçais"): 94 % dos trabalhadores suburbanos se podem aqui agregar e destes praticamente todos eram não europeus.

Um ponto a ter em conta é que o aumento relativo dos trabalhadores não europeus não se pode identificar por si só com o aumento dos trabalhadores *fora dos ofícios*. Pelo contrário, como se verá pelo quadro seguinte, a evolução apontou para a progressiva qualificação dos não europeus. Contudo, é impossível não relacionar uma diminuição relativa tão acentuada dos profissionais europeus com os efeitos da terciarização que caracterizava a evolução da cidade. Nos totais de assalariados urbanos excluindo os "indiferenciados", os efetivos de um agregado que junte os ramos administrativos, serviços e transportes representam 56 % em 1912 e 65 % em 1927¹².

A relativa estagnação industrial foi acompanhada por outra grande característica do mercado de trabalho de Lourenço Marques durante este período: a formação rápida de um potencial *exército de reserva* de não europeus em todos os "ofícios" industriais. Agregando por ramos as profissões dadas pelos censos, obtém-se para os assalariados "não europeus" (chineses, indianos e africanos) a seguinte evolução, aqui apresentada pela ordem crescente que ocupam no censo de 1927:

Quadro 004 – População assalariada na área de Lourenço Marques – trabalhadores não europeus (%) por ramo de atividade

Ramo de atividade	Ano 1904	Ano 1912	Ano 1927
Saúde		69	44
Metal	20	40	52
Transportes	28	30	53
Comércio		47	53
Gráfica	35	39	55
Confeções têxtis		79	75
Quadros urbanos e industriais	24	39	77
Construção civil	39	63	78
Curtumes e outros	7	67	87
Alimentação		77	94
Trabalhadores indiferenciados	91	84	100

Fontes: – para 1904, Capela, 1981: 4; – para os restantes anos, ver quadro 002.

¹¹ A área suburbana em 1912 era 6,4 vezes maior que a considerada "urbana".

¹² Em ambos os agregados, há que colocar reservas sobre as frequências absolutas dos funcionários, como os próprios recenseadores o fizeram. Boletim Económico, série especial n.º 10, 1930, p. 13.

No censo de 1927 todos os ramos de “ofício” (metal, transportes, gráfica, quadros técnicos, construção civil, curtumes, etc.) tinham já uma maioria de trabalhadores não europeus. Eram sobretudo os trabalhadores africanos (ver quadro 003) quem ia substituindo os “oficiais” europeus. A proximidade e a procura do mercado de trabalho do Transvaal e do Natal tinham desde há várias décadas levado à proletarização sazonal ou integral da população africana na área do Sul do Save¹³. O pólo urbano de Lourenço Marques, embora sem poder competir com os níveis salariais do Rand, pôde assim contar com uma oferta de trabalho de grande magnitude, a qual – dado o fraco crescimento industrial registado – fazia pender negativamente para o trabalho a sua correlação de forças com o capital.

A fraca capacidade negocial dos trabalhadores qualificados europeus parece confirmada pela fragilidade das associações de classe na generalidade dos ofícios (Capela, 1981: 85-142), o que contribuía ainda mais para as dificuldades de qualquer movimento. Não foi acidental o facto de os sindicatos mais estáveis, as ações reivindicativas mais frequentes e também as greves mais prolongadas terem vindo dos ramos nos quais os trabalhadores qualificados europeus encontravam potenciais *exércitos de reserva* menos compactos. Nos ramos dos metais, transporte, comércio e indústrias gráficas regista-se em 1927 apenas uma pequena maioria de trabalhadores não europeus (52 a 55 %); em contrapartida, os quadros urbanos (desde capatazes a agrimensores e desenhadores), a construção civil, os ramos dos curtumes e alimentar já contavam com mais de 75 % de não europeus. Em todos os casos, sem qualquer capacidade de impor a *closed shop* ou mesmo restrições de aprendizagem, as associações de classe dos *oficiais* teriam de beneficiar de conjunturas extremamente favoráveis para se lançarem em movimentos reivindicativos – e de mais ainda para obterem sucesso. Os conflitos nos transportes urbanos e ferroviários, de longe os maiores da vida laboral de Lourenço Marques neste período, como se verá mais à frente, foram assim condicionados por um mercado laboral de baixa tensão da procura. Desagregando os setores do quadro quatro pelos postos de trabalho da viação urbana e ferroviária (como então se dizia, “oficinas, tração e movimento”), verifica-se, por exemplo, que no ramo dos metais os trabalhadores não europeus (indianos, principalmente) eram maioritários em quase todos os ofícios da metalomecânica¹⁴. No ramo dos transportes, o facto de nas principais profissões da “tração e movimento” (condutores de elétricos, maquinistas, guarda-freios e revisores) se verificar ainda em 1927 predomínio de europeus¹⁵ pouco significado teria num contexto de conflito aberto. O desemprego europeu na colónia estava concentrado em Lourenço Marques¹⁶ e não faltavam trabalhadores – qualificados ou não – que apenas esperavam ser recrutados para os quadros do Estado, CFLM incluídos¹⁷. A disponibilidade dos chamados “brancos pobres” para aceitarem salários de “não europeus” também ia crescendo¹⁸. Por outro lado, a facilidade de acesso de Lourenço Marques aos mercados de trabalho asiáticos facilitava a substituição de grevistas em qualquer área de qualificação. Apenas para dar

¹³ Em 1908 os trabalhadores das regiões moçambicanas a sul do paralelo 22 constituíam metade da força de trabalho mineira do Rand (e 90 % do contingente moçambicano nas minas). *Jornal do Comercio*, 23-04-1908.

¹⁴ Em 1912, já antes das grandes greves portanto, os não europeus (principalmente indianos) eram largamente maioritários nos ofícios de precisão (ourives, relojoeiros, mecânica).

¹⁵ Alguns destes europeus seriam provavelmente os “fura-greves” transferidos da metrópole por altura da greve de 1925-26. *O Século*, 24-12-1925, p. 3.

¹⁶ O registo de desempregados limitava-se à cidade de Lourenço Marques “por não se terem registado fora dela quaisquer manifestações de desemprego”. *Boletim Económico*, série especial n.º 9, p. 3.

¹⁷ “A maioria dos portugueses que emigram para as colónias, uma vez a elas chegados, têm uma preocupação única, dominante, absorvente: a de serem nomeados funcionários do Estado, das Câmaras Municipais ou Caminhos-de-ferro, não lhes servindo até serem assalariados ou tarefeiros dos serviços públicos”. *Colônia de Moçambique*, série especial n.º 9, p. 6.

¹⁸ Para testemunhos sobre a vida miserável dos “mumadji” (brancos pobres), ver Neves, 2001: 534.

um exemplo, na greve de 1925-26 os maquinistas em greve foram substituídos por contratações feitas em Macau¹⁹ e nas Maurícias²⁰.

Não será também necessário insistir no efeito deste excesso de oferta “não europeu” no plano ideológico e na praxis sindical: a incapacidade manifestada pela generalidade das organizações laborais e mesmo dos seus quadros mais lúcidos em manter uma política unitária, integrando os trabalhadores não europeus, foi o comportamento mais verificado (Capela, 1981: 37-46). Considerando as grandes diferenças salariais existentes entre europeus e não europeus²¹, pode concluir-se que a degradação salarial produzida pelo crescimento do exército de reserva atingia certamente mais os trabalhadores europeus, que eram igualmente os melhores organizados e que formavam o núcleo dos militantes sindicais²². Em consequência, a radicalização para a ação fazia-se *diferencialmente*, o que não deixava de ser induzido pelas entidades patronais²³. A dificuldade em manter greves e ações unitárias, tanto a nível de empresa como setorial ou mesmo greves gerais, assenta também nestas circunstâncias. O fracasso da greve geral de 1920, por exemplo, esteve na incapacidade de mobilizar o pequeno funcionalismo público, maioritariamente composto por não europeus²⁴, o que foi imediatamente percebido pelas autoridades na sua estratégia repressiva²⁵. O da greve de 1925, na qual os comboios nunca deixaram de circular, foi ainda mais flagrante já que falhou quase por completo na mobilização dos trabalhadores ferroviários não europeus²⁶.

2. Conflitos industriais em Lourenço Marques – as conjunturas do pós-guerra (1920-1927)

As greves constituem fenómenos tão esclarecedores sobre os conflitos entre classes que a história social nem sempre se preocupou em as enquadrar nos contextos extra-laborais, por vezes decisivos como o caso de Lourenço Marques o mostra. São contudo indicadores fundamentais e contando com a base descritiva proporcionada pelo trabalho pioneiro de José Capela (Capela, 1981) parece pertinente começar uma análise comparativa da classe trabalhadora moçambicana pelas greves ferroviárias ocorridas em Moçambique entre 1920-1926 (incluindo na comparação a de 1917).

¹⁹ “Os grévistas praticam violências”, O Século, 22-12-1925, p. 2.

²⁰ “Caminhos-de-ferro e porto de Lourenço Marques”, Comercio do Porto, 20-02-1926, p. 6.

²¹ Esta descrição do Rand é, salvaguardada a escala, certamente válida para Lourenço Marques: “Em resultado desta grande percentagem de trabalhadores indígenas, o trabalhador branco é empregado em trabalhos melhor remunerados, como capatazes e outros ofícios e misteres de direcção nas indústrias e na agricultura. O trabalhador branco em presença do indígena é forçado a manter um mais alto nível de vida, mas não encontra com facilidade remuneração de forma a que o possa conseguir.” AHD-MNE, A. 17, m. 45, Relatório Consular – Joanesburgo, pp. 15-16.

²² Numa polémica com o principal jornal nativista, o Emancipador argumentava que na única associação de classe “com maioria de pretos filiados”, as Artes Gráficas, “é preciso que os europeus andem à aguilhada a eles” porque “o preto foge das associações como o diabo foge da cruz”. Capela, 1981: 43.

²³ Como por exemplo, a interdição de entrada para o quadro permanente aos trabalhadores indianos e mauricianos, cujo tempo de serviço como contratados se contava em certos casos em mais de 30 anos. AHU, MU, 875, Enclosure N.º 1 with Mr. Cônsul General J. Pyke’s Despatch N.º 113, 10-11-1926.

²⁴ No censo de 1927, os “europeus” representavam apenas 49 % do funcionalismo.

²⁵ Diário de Notícias, 12-09-1920, p. 2.

²⁶ Do que imediatamente a administração tirou partido, como se vê do seguinte relatório sobre a greve: “No momento atual e aparte os indígenas a quantidade de pessoal que abandonou o serviço é o seguinte: Tendo ficado ao serviço o Chefe e Sub-Chefe do Deposito de Maquinas, 2 maquinistas principais e o Chefe de Reserva de Ressano Garcia aproveitou-se este pessoal para juntamente com o Engenheiro adunto da Tracção se fazerem os comboios que nunca deixaram de circular.” (sublinhado não original) AHU, MU, 873, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 22-12-1925.

2.1. A conjuntura do pós-guerra e o contexto internacional

Como seria de prever, com o fim da guerra e do pequeno ciclo de reconversão (1919-21) vieram a reconstrução europeia e a valorização do ouro²⁷. Daí resultou uma nova aceleração no crescimento da produção mineira do Transvaal e, com ela, a da economia de trânsito de Lourenço Marques. Conhecida a importância geopolítica dos CFLM e a sua ponderação nas finanças da colónia, podem utilizar-se as flutuações da sua receita bruta como indicador do ciclo comercial da África Austral.

Quadro 005 – CFLM – médias mensais da exploração

Período	Receita – £	Mercadorias – ton.
1911-1913	24 326 (a)	68 493
1922-1924	30 845	90 125
1925	34 657	101 948

(a) receitas em escudos convertidas à taxa média de câmbio dada por Mata *et alia*, 1993: 261.

Fontes: – para o triénio 1911-13, Ministerio das Colónias – Direcção Geral das Colónias, 1917, pp. 16-17; – para o triénio 1922-24 e 1925, Boletim Económico, série especial, 1930, n.º 3, 1927, p. 38.

No triénio 1922-24 as médias mensais das receitas e da tonelagem de mercadorias foram respetivamente superiores em 27 e 32 % ao último triénio pré-guerra. Em 1925, ano da grande greve ferroviária de Moçambique, os aumentos chegaram, respetivamente, a 42 e 49 %. Nesta fase de alta, sucederam-se os investimentos para substituir e modernizar equipamentos (sobretudo do material circulante dos CFLM, geralmente considerado insuficiente²⁸), tendo-se também renovado a instalação portuária para o carregamento de carvão²⁹). Apontava-se igualmente para a construção de novas linhas na colónia: o caminho de ferro da Zambézia, ligando o Niassa britânico à costa em 26 horas, foi inaugurado em Julho de 1922 e pedia-se então a conclusão da linha do distrito de Moçambique³⁰.

A contrastar com a euforia de preços e lucros³¹, que em pouco tempo tinha feito duplicar as receitas alfandegárias da cidade³², agravou-se a deterioração dos rendimentos do trabalho. O aumento do *exército de reserva* tendia a diminuir os salários reais, constantemente deteriorados pela inflação do papel-moeda³³ e pela desvalorização cambial: em 1926 o esterlino

²⁷ O período 1920-1929 é consensualmente considerado um ciclo do tipo Juglar, entrecortado por um ciclo curto 1920-21. Niveau, 1979: 204.

²⁸ Em 1923, comentava-se assim a balança comercial de Moçambique: “A verba despendida com a compra de material de caminhos-de-ferro para toda a Província, duzentos e cinquenta e oito contos, é, na verdade, ridícula.”, *Jornal do Comercio*, 03-01-1923, p. 1.

²⁹ Já em 1915 uma primeira instalação carvoeira tinha custado 100 mil libras e havia “desde 10 de junho de 1923 uma outra instalação semelhante mas de tipo diferente (patente Provay), a qual pode carregar 600 toneladas de carvão por hora, ou sejam 14 000 por cada dia de trabalho. O pôrto, com estas duas carvoeiras, fica sendo um dos mais bem equipados da África do Sul para o tráfego do carvão”. *Boletim Económico*, série especial, n.º 3, 1927.

³⁰ *Diário de Notícias*, 05-07-1922, p. 1 e 21-03-1924, p. 4.

³¹ Em 1929, a indústria mineira sul-africana distribuiu £ 13 milhões, 8,5 dos quais distribuídos em dividendos. AHD-MNE, A. 17, m. 45, Relatório Consular – Joanesburgo, p. 13.

³² “As receitas em 6 anos dobraram e ainda excederam. Isto só em escudos; porque, na parte cobrada em ouro, o excesso foi de quasi meio milhão de libras. E se trocarmos este meio milhão de libras em escudos, ao cambio medio de 1920, o mais alto até hoje, teremos uma receita verdadeiramente extraordinaria em relação aos escassos milhares de contribuintes brancos que a Província conta, sem contudo exgotar ou sequer fatigar a capacidade de tributação. Não ha memoria de um phenomeno d’esta natureza, nem na Metropole nem em qualquer das nossas provincias ultramarinas.” *Jornal do Comercio* 10-01-1923, p. 1.

³³ Mesmo comparando preços apenas em esterlino, as estatísticas oficiais registavam entre 1917 e 1927 aumentos superiores a 50 % em bens essenciais como batatas (+50 %) ou carne de vaca (+67 %). *Boletim Económico*, série especial, n.º 6, 1929,

tinha um prémio de 77 % sobre a libra-papel do BNU que circulava (Capela, 1981:189). Uma vez que a degradação salarial atingia os trabalhadores de salários mais elevados, isto é, os relativamente melhor organizados e que dispunham de associações de classe, a conjuntura altista fez certamente explodir a vaga de greves entre 1920-26.

Um outro factor decisivo para o aumento da tensão social depois de 1920 foi o endurecimento negocial do principal empregador regional (o Estado colonial) nos maiores conflitos – os que envolviam o porto e o caminho-de-ferro. Os factores para esta atitude, que contrastam com o que se passou no caso de conflitos em firmas de capital privado ou mesmo em empresas do Estado durante outros anos³⁴, são indissociáveis da evolução das finanças públicas e do contexto internacional da colónia. Na verdade, as finanças públicas também se articulavam com a política internacional porque grande parte dos juros e reembolsos se tinham de pagar a credores externos, como foi referido acima. A nova fase altista do Rand tinha induzido um *boom* de investimentos no porto e caminhos de ferro feito a crédito, cujos encargos se pagavam maioritariamente em divisas e induziam... a novos empréstimos para os pagar. Em 1925, a inflação e o atraso na concessão de um novo empréstimo faziam aumentar o risco de incumprimento numa conjuntura particularmente sensível³⁵. Só a 10 de Outubro desse ano o Estado autorizou uma injeção de 210 mil libras para evitar a ruptura financeira³⁶ mas a intenção por parte da administração em implementar cortes salariais e outras reduções de despesa do tipo das que iriam desencadear a grande greve ferroviária vinha desde, pelo menos, 1921³⁷.

A fase altista também implicou a retoma das reclamações do Transvaal sobre o controlo dos CFLM que, quando expressas pelos responsáveis públicos sul-africanos, assumiam por vezes a forma mais geral de controlo da região de "Delagoa Bay" – pelo menos assim aparecia na imprensa portuguesa. O enquadramento político fazia-se através da renovação da convenção de 1909 que regulava as tarifas ferroviárias, a percentagem do trânsito circulando na linha Lourenço Marques-Joanesburgo e o recrutamento para as minas do Rand.

A convenção tinha uma duração prevista de dez anos. Desde 1919 que se tinha entrado numa fase pré-negocial e a posição portuguesa era que, não tendo havido denúncia unilateral, a convenção se mantinha em vigor³⁸. Contudo, o arrastamento do processo começou rapidamente a fazer deteriorar as relações entre Lisboa e Pretoria. A partir de 1923, sucediam-se na imprensa metropolitana os desmentidos oficiais dos boatos sobre possíveis intervenções sul-africanas em Lourenço Marques³⁹. Como também seria de esperar, era na imprensa local moçambicana e na sul-africana que corriam os mais alarmistas⁴⁰. Em Maio de 1923, a subida da tensão política já atingia as relações entre a burguesia colonial e a da

p. 85 A falta de séries de salários nominais em Lourenço Marques impede a avaliação do impato sobre os salários reais que resultava da combinação destes aumentos em esterlino com a desvalorização cambial.

³⁴ Para contrastar as greves ferroviárias depois de 1920 com as que envolveram a *Delagoa Bay Development Corporation* em 1911, 1916, 1919, 1920 e 1925) e mesmo a Capitania do porto (1913) – todas envolvendo negociações e compromissos, ver o Anexo 1 e também Capela (1981): 157-217.

³⁵ "Se o empréstimo externo tivesse sido feito – como parte desse empréstimo era aplicado ao pagamento das dívidas da Província – desanuviada a situação e conseguida talvez a paridade entre a libra esterlina e a do BNU, a situação financeira seria dum completo desafogo." AHU, MU, 875, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 16-7-1925.

³⁶ Nessa altura, a administração dos CFLM tinha uma dívida de cerca de 50 mil £ e o seu orçamento teria acumulado um deficit de mais £ 32 662 "se continuasse ao serviço o pessoal eventual disponível". AHU, MU, 873, ofício 271/C do Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 20-12-1925.

³⁷ A extinção do quadro permanente nos CFLM já era uma intenção do Alto Comissário Brito Camacho em 1921: "Sucede ainda que, reputando um erro grave a formação do quadro permanente, eu me disponho a extingui-lo na reorganização dos serviços ferro-viarios que estou preparando." AHU, MU, 875, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 13-12-1921.

³⁸ Diário de Notícias, 11-01-1921.

³⁹ De que pode servir de exemplo o excerto de uma entrevista a Brito Camacho, então Alto-comissário em Moçambique: "Para finalizar, V. Ex.ª leu as entrevistas e artigos publicados sobre Moçambique. Perguntamos: "ha algum perigo iminente para a provincia?" * – Não, senhor! * – Nem futuro? * – Não, senhor! Não o prevejo. * – Disse que a União se arma e instrue tropas. * – Contra nós? Nem vale a pena falar n'isso...". Jornal do Comercio 07-01-1923, p. 1.

⁴⁰ "Colonias – Moçambique e a União Sul Africana", Jornal do Comercio, 09-01-1923, p. 2 e 27-01-1923, p. 1.

metrópole, tendo uma comissão eleita localmente exigido nada menos que: “a nomeação de um Alto Comissario que inspire absoluta confiança á colónia (...); que seja negociada com urgência uma nova Convenção entre Moçambique e a União Sul-Africana (...) que a União renuncie formalmente aos seus propósitos de condomínio ou predomínio na administração do porto e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques, e, quando assim não seja, pedir a denuncia do “modus vivendi” ultimamente assinado”⁴¹.

Como se isto não bastasse, à renegociação da Convenção os governos português e sul-africano juntavam um outro litígio. Tratava-se do contencioso herdado da vizinhança dos alemães em Angola: a fronteira sul desta colónia com o então Sudoeste Alemão e a divisão do caudal do Cunene. A fronteira do tratado de 1886 que tomava como referências as cataratas do rio nunca fora aceite pelo governo imperial, a demarcação da fronteira foi sucessivamente adiada e em 1911 o governo de Lisboa viu-se obrigado a aceitar provisoriamente uma zona neutra⁴². Depois da ocupação do Sudoeste Alemão pelas forças sul-africanas, o interlocutor do contencioso mudou-se para Pretoria e não para Londres, para fúria e espanto do ministério português que tinha tido a ingenuidade de pensar que a vitória dos aliados resolveria o assunto⁴³. Contudo, as autoridades britânicas ainda necessitavam mais de temporizar com as forças nacionalistas boeres em tempo de paz que durante a guerra: a ameaça mais séria para Londres era a da África do Sul voltar ao padrão-ouro e se desligar da libra (que só em 1925 voltaria ao padrão-ouro). Mas havia mais: em 1922, um governo sul-africano reprimira duramente a grande greve mineira dos trabalhadores europeus, o que deu como resultado a vitória dos nacionalistas nas eleições de 1924 (Cain *et alia*, 2001: 505-511). Para Portugal a evolução significava que todas as questões coloniais pendentes seriam agora resolvidas com um governo cada vez mais suspeito em Pretoria. A princípio, o governo nacionalista de Hertzog, *que não tem objectivos tão ambiciosos, o que abre caminho a um acordo com Lisboa*, ainda fez crer por momentos no avanço das negociações e numa resolução favorável para as pretensões portuguesas. No entanto, o novo governo sul africano rapidamente voltou a uma posição similar à do seu antecessor e o impasse continuou (Telo, 1994: 228-229).

A partir de Outubro de 1925, *um mês antes da grande greve ferroviária começar em Lourenço Marques*, abriu-se sob a égide da Sociedade das Nações uma nova ronda negocial bilateral, cujo arrastamento agora não favorecia nenhuma das partes. A posição portuguesa orientou-se para a dissociação dos contenciosos: as conversações deveriam começar por Angola (onde tinha uma posição *de jure* mais forte embora menor pressão negocial) e não por Moçambique⁴⁴ (onde a espada de Damocles do controlo do recrutamento para as minas se deveria manter a pairar o maior tempo possível sobre o Rand). A posição sul-africana era obviamente a inversa⁴⁵. No que respeita a Moçambique, a agenda da delegação negocial portuguesa não era pequena: *“deferred pay”*⁴⁶, tratamento aduaneiro favorável

⁴¹ A província de Moçambique, *Jornal do Comercio*, 31-05-1923, p. 1.

⁴² A faixa foi estabelecida “entre os paralelos das cataractas Kozombuo e Ruacaná, do Cunene ao Cubango”. AHD-MNE, 3.º P, A. 9, maio 21, ofício do MNE ao Ministério das Colónias, 10-08-1911.

⁴³ “Que deliberações cabem ao Governo da União em tal materia? Que tem o Governo da União com aquela história? O Governo inglês, sim, tem alguma coisa. Essa historia é a de uma negociação interminavel, em que nós pedíamos que se procedesse á demarcação, e em que a Alemanha a isso se recusava por todos os pretextos”. AHD-MNE, 3.º P, A. 9, maio 21, ofício MNE- Legação de Portugal em Londres, 13-11-1917.

⁴⁴ Os chefes das delegações negociais, que se deveriam coordenar eram mesmo diferentes: Augusto de Vasconcelos para Angola e Augusto Soares para renegociar o convénio com Moçambique. 3.º P, A. 9, maio 23, telegrama Ministro dos Negócios Estrangeiros-Augusto Soares, 22-05-1926.

⁴⁵ Em síntese: “Governo julga provavel que União pretenda obter conclusão negociações Moçambique antes dar resposta definitiva sobre acordo fronteira. Governo desejaria fazer politica oposta, obtendo resolução questão fronteira antes questão Moçambique.” AHD-MNE, 3.º P, A. 9, maio 22, telegrama MNE- Alto Comissariado da Republica em Moçambique, 15-10-1925.

⁴⁶ O pagamento diferido dos salários aos trabalhadores moçambicanos contratados pela WNLA para o Rand, de modo a favorecer o comércio e o fisco moçambicano, era uma longa reivindicação da administração portuguesa.

para assucares e cimento Moçambique, desistência intervenção administração caminho ferro e porto Lourenço Marques, concessão vantagens relativamente tráfego referido caminho-de-ferro e porto⁴⁷. Para a implementar, havia consenso entre as autoridades coloniais e metropolitanas de que seria necessário impedir qualquer pretexto (leia-se “greve”) ao governo sul-africano para interferir nos CFLM. As negociações iniciaram-se no final de Maio; a 29 desse mês as partes aceitaram negociar tudo em conjunto e a 15 de Junho foi conseguido um acordo para a fronteira do Cunene, assinado uma semana depois⁴⁸. O governo português tinha conseguido dissociar as questões pela ordem certa mas o que parecia mais fácil veio afinal a demorar: o convénio para Moçambique.

Não há elementos que mostrem quantas vezes a repressão brutal *da greve ferroviária* – em curso desde Novembro a Abril – foi um ponto tocado pelas delegações mas é absolutamente certo que nenhuma das partes a ignorava e que as reclamações sul-africanas a incluíam⁴⁹. Vale a pena citar na íntegra a resposta dada, um ano depois destes acontecimentos, pelo Ministro das Colónias João Belo ao Governador de Moçambique, a propósito do requerimento de 37 grevistas despedidos e que tinham recebido um acórdão favorável do próprio Conselho Superior das Colónias: “minha opinião ferroviários devem receber tal lição nunca mais se lembrem fazer greve principal argumento apresentado hertzog ocasião estada aqui para condenação nosso ferrovia”⁵⁰.

Em todo o caso, se essa repressão foi uma condição necessária para o avanço das pretensões do governo português, certamente que não foi a condição suficiente. Em 1927, o impasse negocial regressou e o governo da Ditadura Militar voltaria a cortar as negociações, confrontado *com a pressão sul-africana para a formação de uma «Junta Mista» encarregada de gerir o porto e a linha férrea*⁵¹. O novo convénio” só seria assinado em 11 de setembro 1928⁵².

2.2. As greves em Moçambique – uma análise comparativa

É importante salientar que os dados que apresentamos de seguida se referem aos movimentos grevistas documentados na imprensa operária de Moçambique⁵³ – “Os Simples” (1911-1915), “O Germinal” (1914-1918) e “O Emancipador” (1919-1937) – que acompanhou a colónia de forma sistemática desde 1912 a 1937.

Da análise dos dados recolhidos de 22 movimentos grevistas⁵⁴ sobressai que:

- as greves foram, na sua maioria, levadas a cabo em Lourenço Marques entre 1919-1926 (71 %);
- 41 % dos conflitos, e os de maior fôlego e impacto, foram no sector estatal;
- até 1917, as reivindicações foram maioritariamente ofensivas, buscando melhores condições salariais mas também de horário de trabalho. Depois, há uma clara alteração e a tendência vai ser a luta pela reposição dos salários reais, “engolidos” pela inflação;
- os resultados das greves foram equilibrados entre vitórias e derrotas para os assalariados, especialmente se analisarmos estatisticamente todo o período da I República em

⁴⁷ AHD-MNE, 3.º P, A. 9, maço 23, telegrama MNE-Consulado no Cabo, 11-05-1926.

⁴⁸ AHD-MNE, 3.º P, A. 9, maço 23, telegrama Augusto de Vasconcelos – Ministro dos Negócios Estrangeiros, 28-05-1926; 15-06-1926.

⁴⁹ A historiografia moçambicana repetiu durante décadas essas ameaças (Lima, 1971: 231-32).

⁵⁰ AHU, 873, Ministro das Colónias ao Governador de Lourenço Marques, 02-08-1927.

⁵¹ Alexandre (1993), p. 128.

⁵² AHD/MNE, SE/ACOR/ZA.PT/1962.09.25. Este acordo seria depois revisto em 1934 e em 1962, mantendo-se formalmente até 1964 e informalmente até 1975, fim do período colonial português.

⁵³ Dados recolhidos em fontes primárias e obtidos na obra de José Capela (1981).

⁵⁴ Ver cronologia no Anexo I.

- conjunto. No entanto, no período pós 1917, a tendência é claramente de derrota para os operários na resolução dos conflitos;
- 41 % das greves analisadas estiveram diretamente relacionadas com o Porto e CFLM e dessas 78 % aconteceram entre 1919-1926.

Em resumo, o fenómeno grevista na colónia passa-se maioritariamente em Lourenço Marques, no setor dos transportes, especialmente no porto e nos CFLM, no período de 1919-1926. Neste intervalo cronológico acentua-se o carácter defensivo dos movimentos e os assalariados vão ter que conviver com a derrota das suas ações⁵⁵.

Este breve resumo parece compaginável com o que se passa em Portugal durante o mesmo período – no que respeita à intensidade dos conflitos industriais, à correlação de forças em confronto e aos caminhos de ferro como potenciadores da dimensão das tensões. Será principalmente sobre estes que se focalizam os pontos seguintes.

2.2.1. A greve ferroviária de 1920 – abertura de um ciclo defensivo

Em 1919 e 1920, as questões mais recorrentes no jornal “O Emancipador”, inegavelmente a voz da classe assalariada “branca” e onde escrevem sobretudo ferroviários, foram:

- a depreciação monetária, empurrada pela necessidade de emissão para cumprir obrigações orçamentais, o que impulsiona uma forte inflação;
- o agravamento da carestia de vida⁵⁶, que importuna especialmente o “baixo funcionalismo”, que vê ameaçada a sua subsistência.

A principal reivindicação prendia-se com o pagamento dos salários, ou de parte deles, em ouro (libras), que altos funcionários, no caso do Estado, ou os “chefes” no privado, já usufruíam. Esta exigência era uma tentativa de recuperar parte do salário real perdido para o surto inflacionário⁵⁷.

Depois de uma greve do pessoal dos elétricos, em agosto de 1920, alguns ferroviários decidiram movimentar-se. Pediam 15£ de aumento geral, depois dos concedidos *com lauto bôdo ao pessoal maior*⁵⁸. Perante a recusa do Diretor dos CFLM, fundamentada nos supostos altos salários dos ferroviários, estes marcaram uma assembleia que decidiu apelar para o Governador-geral Interino, Manuel Moreira. Perante a sua recusa foi apresentada uma moção propondo a greve, que ficou marcada para dia 3 de setembro às 12h. Entretanto, hesitações de vários elementos levaram ao adiamento da greve para 4 de setembro, às 7h da manhã. A greve de 1920 não obterá uma adesão forte, ficando especialmente vulnerável pela pouca participação dos elementos da secção de tração – nomeadamente dos líderes da greve de 1917⁵⁹, considerada pelo Emancipador um momento histórico de grande vitória

⁵⁵ A escolha do recorte cronológico para este trabalho (1920-1926) parece-nos ficar suficientemente explicado por estas breves notas de análise do conjunto das greves observadas. Dos jornais operários possíveis de seguir, resta-nos assim “O Emancipador”, o único que cobre a nossa cronologia, sendo portanto aqui a fonte privilegiada.

⁵⁶ Para este assunto ver sobretudo Capela (1981) e também Penvenne (1995). Não sendo objeto deste trabalho, como tentamos deixar claro, é importante pelo menos deixar uma nota, visível neste jornal e durante todo o período de 1919-1920, sobre a tensão entre comerciantes, muitos deles indianos, e assalariados “brancos” – não se escusando estes últimos a usar argumentos nacionalistas e racistas contra os aumentos dos preços ao consumidor, da responsabilidade dos “monhés”.

⁵⁷ Como as autoridades reconheciam, não havia “elementos precisos em Moçambique por onde se possa reduzir a percentagens o agravamento do custo da vida derivado da guerra”. No entanto, a combinação do aumento de preços em libras (afetada por indicadores sul-africanos) e da depreciação cambial era calculada como tendo provocado em 1918 um aumento do custo de vida relativamente aos anos pré-guerra de cerca de 260 %. AHU, 873, Inspetor da Fazenda de Moçambique à Direção Geral ao Governador Geral, 30-04-1918.

⁵⁸ O Emancipador, 30/08/1920, p. 2.

⁵⁹ Capela (1981).

dos ferroviários⁶⁰. O pessoal da tração seria, juntamente com os maquinistas, decisivo na determinação do êxito dos surtos grevistas desta classe.

Fragilizado o movimento, a repressão policial e militar foi imediata e intensa. Em outubro, um dos grevistas desabafava que era errado atribuir a derrota à suposta não adesão do setor privado, para ele os "amarelos" estavam dentro de portas. (...) *vejo que os ferroviários pretendem atribuir o seu fracasso à cessação da greve geral pelas classes particulares (...). É ridículo [no original] (...). Não conheço na história proletariana [no original] de Portugal página tão vergonhosa, exemplo que se compare a tal cobardia! Sacrificaram [as classes particulares] os seus interesses materiais por dever de solidariedade, e não é justo que os ferroviários levem a sua deslealdade ao ponto de [lhe] imputarem as responsabilidades*⁶¹.

A justificação de António Faria, um dos responsáveis pela greve ferroviária de 1917 e não aderente à de 1920, mostra até que ponto se tornava difícil o consenso entre um setor ainda relativamente privilegiado: *"Não me encontrava em Lourenço Marques [mas] consultei parte dos meus colegas da Tração, ouvi as suas opiniões sobre a oportunidade da greve e reconheci manifesta indiferença. A muitos outros empregados fiz idênticas interrogações, convencendo-me que a greve não estava no íntimo da classe (...)"*⁶².

A imprensa burguesa, naturalmente, não dizia outra coisa: *"Deu origem ao conflito um pedido de aumento de salário, que não foi e não podia ter sido atendido, pois o pessoal grevista ganha mais do que os funcionários de maior categoria dos outros quadros"*⁶³.

A presença e pressão da South African Railways (SAR) foi relatada pelo telegrafista acústico, Aires dos Santos, e dá pistas sobre a percepção que os trabalhadores tinham sobre as implicações internacionais da paralisia da linha e do porto:

*Em fins de Agosto do corrente ano, quando era publico e notório que a greve era inevitável, veio a Lourenço Marques o Inspector da Divisão dos South African Railways, mr Murrey. Que veio fazer? Não sei. (...) O que posso declarar é que, por meu punho, foram passados dois telegramas extensos e em código, facto que deveras me surprehendeu [no original], porque não sendo a 1.ª vez que aquele Sr., vinha a Lourenço Marques, era (...) a 1.ª vez que passava telegramas naquelas condições. O que os telegramas diziam desconheço, mas certo é que após a sua recepção no destino, alguns telegramas se trocaram entre o Exmo sr. Engenheiro Director [dos CFLM] e a South African Railways. Aquele pedia o envio diário de 9000 toneladas de carvão, salvo erro, e estes em resposta, alegaram que em virtude do aviso definitivo da greve, não podiam satisfazer tal pedido sem que lhes fosse garantido que a greve não se tornava extensiva (...) O que é facto, porém é que o envio de carvão para o nosso porto, desde essa data, se tornou cada vez mais irregular. (...) tendo eu surpreendido algumas conversas entre ingleses sobre este assunto e que nos eram prejudiciais, delas dei conhecimento ao inspetor, que o poderá, querendo, certificar*⁶⁴.

No dia 11 de setembro de madrugada, foram embarcados no vapor Sado e deportados 25 grevistas.⁶⁵ Se os considerarmos como os principais "agitadores", percebemos que a adesão das classes profissionais com mais peso – tração e movimento – não foi elevada (apenas 5 maquinistas). A "estranha" dimensão da repressão fica bem vincada se a compararmos com o número de 21 grevistas presos e deportados na greve ferroviária de 1917, mais extensa e

⁶⁰ O Emancipador, 30/08/1920, p. 2.

⁶¹ O Emancipador, 18/10/1920, p. 2.

⁶² O Emancipador, 27/12/1920, p. 3.

⁶³ O Século, 10/11/1920, p. 4.

⁶⁴ O Emancipador, 17/01/1921, p. 1. Aires dos Santos escreve do "degredo" do Lumbo, no final de 1920, embora a notícia só tenha sido publicada na data indicada por esta referência.

⁶⁵ O Emancipador, 27/09/1920, p. 1; 15/11/1920, pp. 1-2.

violenta, mas considerada vencedora⁶⁶. Os de 1917 foram libertados mal a greve se resolveu, o que não aconteceu com os de 1920⁶⁷.

Treze deportados foram presos na fortaleza da Ilha de Moçambique, seis deles sem poder sair do calabouço, provavelmente os cabecilhas da greve⁶⁸. Dez dos ditos “deportados” não foram presos, mas transferidos dos CFLM para os Caminhos de Ferro do Lumbo⁶⁹. Manuel Alves Cardiga, ex-CFLM e à data comerciante, foi para a Beira⁷⁰.

Deportado para Mussuril, mas em liberdade, seguiu António Fortunato do Rego, ex-CFLM, militante do PS e ex-diretor de “O Emancipador”⁷¹. Em 27 de agosto de 1920 tinha participado na reunião que decidiu avançar para greve. Personalidade maior entre os deportados, Rego seria o candidato apresentado pelo PS na eleição suplementar para o parlamento português, em 19 de setembro de 1920, que pretendia preencher a vaga deixada em aberto pela renúncia de Domingos Faria de Sampaio e Melo.

Voltando ao destino dos deportados, fez-se um apelo de intervenção ao PS português e pediu-se o apoio do conselho jurídico da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), na qual a associação de classe dos ferroviários era filiada. Na mensagem que transcrevemos a seguir, escrita pelo próprio Secretário-Geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, percebe-se o eco que esta greve teve, pelo menos no Ministério das Colónias, liderado durante todo este processo por António de Paiva Gomes⁷². Seria preciso esperar pelo embarque do novo Alto-comissário para Moçambique, Brito Camacho, em março de 1920, para que a situação ficasse finalmente resolvida.

Em resumo, a greve de 1920, embora contando com o apoio inicial de alguns setores da indústria privada, nomeadamente dos metalúrgicos, e também do Partido Socialista local⁷³ teve uma reduzida base de apoio na própria classe ferroviária.

2.2.2. O período 1920-23 – adaptação ao ciclo e reorganização da classe

Em 1921, e perante a dolorosa derrota da greve do ano anterior, haverá uma tentativa de reorganização das associações da classe trabalhadora da cidade. Esta circunstância parece demonstrar a hipótese da derrota na greve de 1920 se dever também à fragilidade organizativa, tal como vinha sendo apontado em alguns editoriais d’“O Emancipador”, desde o início de 1920⁷⁴. A tentativa de reorganização foi polarizada pela reconstituição de um “Sindicato Geral” (de caráter federativo) – a que aderiria a associação de classe dos ferroviários –, que pouco tempo vai durar (1921/1923), e da *Casa do Trabalhador*⁷⁵.

O aparente ocaso do Partido Socialista é digno de nota, neste período situado entre dois momentos “quentes” – a greve de 1920 e a de 1925/26. Tutelando o jornal “O Emancipador”,

⁶⁶ Capela (1981).

⁶⁷ O Emancipador, 29/11/1920, p. 2. Carta assinada por A. Azevedo.

⁶⁸ O Emancipador, 18/10/1920; 27/09/1920, p. 1. Alfredo da Cruz (metalúrgico), Joaquim de Campos (metalúrgico), Carvalho Souto (pedreiro), António Regueira de Carvalho (metalúrgico), Cristiano (condutor de trens interino) e Lourenço Monteiro (faroleiro). As suas profissões também nos auxiliam a perceber a fraca adesão das profissões “que contam” nas greves dos ferroviários.

⁶⁹ Idem. Como foi o caso do “nosso” telegrafista Aires dos Santos, que aí viria a falecer em 1921.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Em Moçambique desde 1904, foi o delegado dos trabalhadores dos CFLM, em 10/07/1913, num congresso com vários sindicatos da África do Sul – “Conferência Científica da União Sul-Africana. Defendeu a necessidade de criar um Sindicato Geral dos trabalhadores em Moçambique. (ver “O Emancipador” de 2/1/1920). Em 1920 pede a aposentação por não ter sido, em 10 anos, promovido de 1.º aspirante dos CFLM (idem, 5/7/1920). Candidato a eleições pelo PS, como vimos, merecia pelo menos uma pequena prosopografia que procurasse estabelecer o seu pioneirismo como organizador do movimento dos trabalhadores de Lourenço Marques.

⁷² O Emancipador, 11/04/1921, pp. 1-2.

⁷³ O Emancipador, 06/09/1920, p. 3.

⁷⁴ Ver, p.e., O Emancipador, 16/08/1920.

⁷⁵ Esta mereceria um estudo detalhado, mais até do que o efémero sindicato, que não cabe nos objetivos deste artigo.

que se intitula “Semanário Socialista” até 1921, e tendo como diretores membros confessos do PS⁷⁶, a influência socialista vai aparentemente desaparecendo das páginas do jornal. No 1.º de maio de 1923 o editorial d’“O Emancipador” justificava-se assim:

O Emancipador foi feito girar em torno do velho PS e nesta altura se manteve até ao n.º 22, sob direcção de António Fortunato Rego.

Aceite a redacção principal, título provisório, por R[aúl] Neves Dias, desde essa data, o jornal ainda se manteve por muito tempo fiel ao PS até que o fracasso eleitoral deste partido, há anos na Metrópole, demonstrou a sua fraqueza e as divergências no seu seio⁷⁷ (...). Começou então a nossa separação, entrando O Emancipador no caminho da mais absoluta independência partidária [no original], em que se tem mantido. Sem partido a que esteja sujeito resultou insubsistente o seu subtítulo, pois vai longe a data em que na palavra socialista se compreendiam todos os avançados, sendo hoje ele uma simples denominação partidária [no original]. Desta maneira tinha que se definir a nossa atitude e isso acabamos de fazer. Dentro do subtítulo actual [Semanário Operário] cabem todas as ideias, e embora aqui nunca houvesse luta de facções socialistas, porque o Emancipador soube sempre ladeá-las agradando a todos, fica estabelecida, uma frente única de que este jornal será porta voz⁷⁸.

A verdade é que em 1925/26, durante a dura greve ferroviária, que trataremos mais à frente, não há nenhuma referência ao PS. Também aqui se encontra um paralelo com a evolução metropolitana, que desde há muito tinha feito com que as organizações do trabalho, independentemente da filiação partidária dos seus quadros, se autonomizassem relativamente aos partidos incluindo o Partido Socialista. A posição da Federação das Associações Operárias do Porto, que continuou a contar com uma maioria de quadros afetos ao PS, é significativa⁷⁹ a esse respeito.

Neste sentido, Raúl Neves Dias, gráfico e redator principal do Emancipador, em 20 de julho de 1921, afirmava:

(...) acusam-me de ser sindicalista em Lisboa e, logo que aqui cheguei, ter desprezado o sindicalismo, filiando-me no [PS] (...). Eu estreei-me [no original] na luta socialista em 1912 como redactor principal d’A Guerra Social, semanário socialista que viveu curta vida de jornais dessa ou de outra índole. Morto o jornal abracei a causa sindicalista, prestando as minhas provas na Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa em 1913 e 1914 sendo nomeado secretário-geral da Federação Tipográfica em Abril de 1915, eleito secretário-geral da Federação do Livro e do jornal no Congresso de Coimbra de 1915⁸⁰ e reeleito no Congresso de Évora de 1916, exercendo esse cargo até à véspera da minha partida para África em 1919. O ter-me dedicado à luta sindical não me inibia de seguir qualquer dos princípios filosóficos conhecidos. Assim, eu poderia pender para o anarquismo ou para o socialismo. Filiei-me no PS, de que fui e sou modesto soldado desde 1916 até hoje. Só aos desconhecedores dos fundamentos das várias escolas socialistas pode inspirar reparos neste dualismo. No entanto, não há coisa mais simples: eu, como tantos outros indivíduos, considero o sindicalismo a mais perfeita organização para a luta de classes pela acção directa, mas entendo também que o sindicalismo pode ser eficazmente ajudado no campo parlamentar, pelos socialistas (...)^{81, 82}.

⁷⁶ O caso Raúl Neves Dias, mencionado neste artigo.

⁷⁷ Sublinhado nosso.

⁷⁸ O Emancipador, 1/5/1923, p. 1.

⁷⁹ A Voz do Proletário, 18/08/1912, p. 3.

⁸⁰ Esta informação é muito relevante porque acontece um ano depois do Congresso de Tomar de formação da União Operária Nacional (UON) (1914) e debate de alguma forma o que se fixou na historiografia que dedica algumas páginas ao PS. César Oliveira, por exemplo, afirma a derrota (agora praticamente definitiva) do Partido Socialista com o nascimento da UON. Ver Oliveira (1973), p. 9 e seguintes.

⁸¹ O Emancipador, 20/7/1921.

⁸² Sublinhados nossos.

Em finais de 1921, os debates sobre as condições de filiação do novo *Sindicato Geral dos Trabalhadores de Moçambique* (SGTM) na CGT, pedida pelo primeiro, podem dar-nos mais pistas para a necessidade de muita cautela na análise “política” das instituições laborais e dos ditos partidos de classe. Deixamos, sobre esta matéria, mais uma leve nota à falta de estudos mais sistemáticos sobre os debates ideológicos em curso⁸³.

Raúl Neves Dias concordava com o pedido de adesão à CGT, *mas sem adotar táticas anarquistas*. Para ele, as táticas anarquistas não se enquadravam no contexto moçambicano. Propunha que as táticas fossem moderadas (reformistas) ou radicais (revolucionárias) em função *do que as circunstâncias impuserem*⁸⁴. Outro elemento, Faustino da Silva, metalúrgico contratado pelo CFLM, há 10 anos filiado no PS, secretário-geral do SGTM, defendia igual posição. A moção da filiação acabou aprovada por maioria, *mas com a condição de não ser obrigatório seguir a tática anarquista*⁸⁵.

Advogava-se, então, uma supremacia da tática sobre o debate ideológico – tática que deveria nascer da análise do *dever* das conjunturas, e não de uma perspectiva estática e retórica⁸⁶. Também aqui é impossível não estabelecer um paralelo com a evolução metropolitana, que seguia desde há mais de duas décadas uma trajetória semelhante, igualmente determinada pela necessidade de, numa conjuntura tendencialmente defensiva, consolidar as organizações e evitar os “desdobramentos”. Dificilmente o movimento sindical de Lourenço Marques, dividido por estratos de salários desiguais, terciarizado e confrontado com uma crescente concorrência de “não europeus”, poderia fazer outras escolhas.

2.2.3. A greve de 1925/26 – o paroxismo moçambicano antecipando o da metrópole

Foi durante a fase mais aguda de diminuição dos salários reais, que incluiu novo ataque às regalias do pequeno funcionalismo, que se desenrolou a ação grevista de 1925-1926.

Em 1925, a situação cambial tornara-se explosiva, com o prémio de transferência do banco emissor (BNU) a superar largamente os anteriores 18 %. Em novembro deste ano “O Emancipador” referia a *promessa* do BNU em o descer para 48 %. Como se sabe eram os rendimentos do trabalho (classe operária e funcionalismo) os mais penalizados⁸⁷. Depois de uma negociação longa e difícil, os funcionários estatais conseguiram obter uma subvenção mensal especial. Embora não conseguissem assegurar os termos que pretendem, 8€, obtiveram uma subvenção mínima para todos de 4€. O cumprimento por parte da direção dos CFLM desse teto mínimo, deixando de fora da subvenção muitos ferroviários, foi aumentando o mau estar. O despedimento de Faustino da Silva não ajudou mas a causa final do pronunciamento recaiu sobre uma portaria de reorganização do porto e CFLM. Damos voz aos grevistas através de uma nota de imprensa:

O Movimento é feito contra a reorganização dos CFLM (...) que cercea [no original] regalias (...) Aos assalariados é-lhes retirado o vencimento dos 3 primeiros dias de doença em cada mês; e aos operários corta-se o direito de poder entrar no quadro. Igualmente ao pessoal nomeado lhe tira o vencimento dos 31 dias de doença (...). Bastantes esforços foram feitos pela Associação do Pessoal do Porto e CFLM para o horário de trabalho de 8 horas, tendo até conseguido para os operários o horário de 44 horas por semana. (...) não podem os ferroviários aceitar (...) que lhes arranquem uma regalia (...) pois que a

⁸³ Seria muito útil um estudo da presença do PS da I República em Lourenço Marques: sua organização, debates e atividade na política municipal.

⁸⁴ O Emancipador, 14/11/1921, p. 1.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ O Emancipador, 12/11/1925, p. 1.

*reorganização aumenta de uma forma geral o horário de trabalho. (...) Os ferro-viários limitam-se a [lutar] pela conservação das suas regalias*⁸⁸.

Iniciou-se então uma greve que ambas as partes sabiam ser decisiva na alteração da correlação de forças que já estava em curso e que resultava de um fator permanente: a baixa tensão da procura de trabalho, sobretudo por parte das empresas públicas. Como se viu, desde 1921 que as autoridades administrativas pretendiam passar para os trabalhadores dos CFLM o máximo possível dos encargos financeiros implicados nos empréstimos desenvolvimentistas contraídos. O atraso na obtenção do novo empréstimo externo, que deveria evitar ruturas financeiras, levou a administração dos CFLM a concluir que o caminho a seguir era a redução do quadro permanente da empresa⁸⁹ e o aumento da exploração do trabalho dos que não fossem despedidos. Com a redução do quadro permanente baixariam as taxas salariais, aumentaria a duração média de trabalho e, mais do que tudo, diminuiria a massa salarial. O aumento anual na obtenção de mais-valia relativa foi, provavelmente por excesso, estimado em cerca de 40 mil libras⁹⁰. A implementação destas medidas começou no princípio do ano de 1925. Segundo o Alto Comissário, “pouco tempo depois da chegada do engenheiro Avelar Ruas á Colonia fui por ele informado que podia ser, desde logo, feita grande redução no pessoal quer europeu quer indígena.” Por razões óbvias a redução começou pelo pessoal indígena mas os salários poupados não foram, por razões igualmente óbvias, suficientes. Chegou então a ponderar-se a transferência do pessoal europeu assalariado para outros serviços públicos (o que também poucas hipóteses de êxito teria face a uma administração em permanente sub-financiamento)⁹¹ e esquemas de subsídios de retorno à metrópole para os excedentários (“passagem para a Metropole e trez mezes de vencimentos em escudos metropolitanos”)⁹². A publicação da portaria n.º 208, que se sabia ser inaceitável para os trabalhadores, visava deste modo resolver de uma forma ou de outra o que a administração queria por em pratica desde 1921⁹³. Não se podendo demonstrar que a greve foi voluntariamente provocada pela administração, é inegável que esta quis aproveitá-la para submeter de vez o trabalho organizado nos CFLM – o “cancro” a extirpar⁹⁴. A manutenção dos serviços mínimos, que durante a greve chegaram a ser feitos com uma força de trabalho reduzida a 10 % da original, foi imediatamente aproveitada pela administração para demonstrar a viabilidade das reduções de efetivos e da nova taxa de mais-valia⁹⁵.

⁸⁸ O Emancipador, 12/11/1925, p. 1.

⁸⁹ “Havia quadros de operarios para as oficinas, de fogueiros das tomas d’agua, de capatazes de indigenas, de agulheiros, faroleiros e muitos outros que em geral são constituídos em toda a parte por pessoal assalariado.” AHU, 873, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 22-12-1925.

⁹⁰ “Normalizados os serviços, fica aquele problema solucionado, trazendo para a mesma Administração uma redução de despeza que pode computar-se em quarenta mil libras anuais.” AHU, 873, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 20-12-1925.

⁹¹ “A consulta feita aos outros Caminhos de Ferro da Provincia e ás circunscrições civis da Colonia poucos resultados deu. Os recursos desses Caminhos de Ferro e circunscrições apenas permitiam a admissão de um numero muito reduzido de pessoal operário.” AHU, 873, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 13-12-1925.

⁹² AHU, 873, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 13-12-1925. É legítimo duvidar-se destas intenções de compensação relativa para os ferroviários, expressas já depois da greve ter começado, mas não certamente da intenção de reduzir custos salariais.

⁹³ “Esperava-se que a publicação da P.P. N.º 208 de 31 de Outubro ultimo produzisse um certo abalo porquanto ela acabava com abusos e o abuso cria sempre razes fundas... Mas, feliz ou infelizmente, esse abalo foi, em intensidade, alem de toda a expectativa.” AHU, 873, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 20-12-1925.

⁹⁴ “Fio-me, no entanto, que V. Exa, tendo prestado à Colonia um dos mais altos serviços, extirpou, de vez, o “cancro”. Não sómente alguns milhares de libras poupados. É um regimen de nova moral e de trabalho honesto que se implanta.” AHU, 873, Secretario Provincial do Interior ao Alto Comissário, 23-12-1925.

⁹⁵ “Tem sido intensivo o trabalho de todo o pessoal em serviço e ha nesse serviço deficiencias? Sem dúvida; mas não esqueçamos que o pessoal despedido e demitido conta-se por seicentos e cincoenta e que o pessoal aproveitado da Marinha Colonial, do Transporte Gil Eanes e o readmitido é de aproximadamente setenta homens.” AHU, 873, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 01-03-1926.

Mais do que qualquer outra, esta grande greve ferroviária foi também enquadrada e determinada pelo contexto da política externa do momento. Algumas semanas antes do seu início tinha surgido o boato da visita do Primeiro-Ministro da África do Sul, J. B. M. Hertzog, a Lourenço Marques, para regressar à negociação do “Modus Vivendi”⁹⁶, interrompidas desde 1923. “O Sol”, periódico situacionista que a 30 de junho de 1926 reconhecia a magnitude da greve (*arrastou-se durante 4 meses, vincando fases de uma grandeza impressionante*)⁹⁷, não deixava de sugerir o conluio dos grevistas e dos seus apoiantes de ocasião com a Inglaterra/África do Sul para a “compra” de Moçambique⁹⁸. Como seria de esperar, eram as autoridades administrativas – a entidade patronal do conflito – a insistir nessa acusação especialmente depois de constatada a determinação dos grevistas em prolongar a resistência⁹⁹. De modo simétrico, a mesma questão reaparecia no jornal da CGT metropolitana “A Batalha”. Depois de estimar a magnitude invulgar do conflito – o *prejuízo ascende a mais de meio milhão de libras*. Interrogava-se se o *Alto Comissário não faz parte da seita que queria vender as províncias*¹⁰⁰.

A derrota dos ferroviários de Lourenço Marques marcou, no então espaço colonial e metropolitano, o último dos grandes choques entre o poder e os trabalhadores dos caminhos de ferro. A mobilização fora talvez a maior de todas¹⁰¹ em Moçambique, principalmente entre os “europeus”:

Quadro 006 – Grevistas dos CFLM em Dezembro de 1925

Serviço	Em Greve
Tração e oficinas	399
Via e Obras	45
Serviços técnicos	38
Movimento	72
Eletricidade	68

Fonte: AHU, UM, 873, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 22-12-1925.

pelo que as consequências da derrota, em termos de substituição de efetivos, tomaram igualmente proporções inéditas. O desfecho, poucas semanas antes do golpe militar do 28 de Maio, acabou por lhe dar igualmente uma dimensão simbólica, captada pelo editorial d’“O Emancipador” em Junho desse ano a propósito de nova “remessa” de exilados, desta vez da metrópole:

Chegou a ocasião, visto a ironia do Destino, numa revolução, ter arremessado os vencedores de ontem para o rol dos vencidos de hoje. O Emancipador saúda os vencidos (...)

⁹⁶ O Sol, 15/10/1925, p. 11.

⁹⁷ O Sol, 30/6/1926, p. 1.

⁹⁸ O Sol, 15/12/1925, pp. 1-2 (sublinhado não original).

⁹⁹ “Estarão eles utilizando economias guardadas ou recebendo auxílio estranho? É cedo para apuramento da verdade, embora as informações sejam de que muitos deles recebem incitamento para prosseguir na sua atitude de resistência passiva, alimentada pelos boatos mais espatafurdios de que esta terra é extremamente fértil.” AHU, 873, Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 29-12-1925.

¹⁰⁰ A Batalha, 26/01/1926.

¹⁰¹ A mobilização inicial da greve atingiu 622 trabalhadores a 22 de Dezembro de 1925 (ver quadro 6). AHU, UM, 873. Alto Comissário ao Ministro das Colónias, 22-12-1925.

Como não poderia deixar de ser, pela sua duração e intensidade, a greve de 1925/26 entraria fortemente na memória coletiva ¹⁰².

Conclusões

Cruzando a informação sobre as greves de 1920 e 1925/26 a partir de “O Emancipador” e incluindo a da greve ferroviária de 1917 a partir de “O Germinal” (1915-1918) ou de Capela (1981), pode estabelecer-se o seguinte padrão evolutivo:

Quadro 007 – Greves ferroviárias em Lourenço Marques 1917

Ano	Adesão	Duração do conflito (mais ou menos de 1 mês)	Existência de Sindicato	Adesão da “Tracção”	Fase do ciclo	Proximidade de greves ferroviárias em Portugal metropolitano	“Modus Vivendi”	Resultado (para os trabalhadores)
1917	Forte	Mais	Sim	Forte	Recessiva	Sim	Em vigência	Vitória
1920	Fraca	Menos	Sim	Fraca	Recessiva	Sim	Em negociação	Derrota
1925/26	Forte	Mais	Sim	Forte	Altista	Sim	Em negociação	Derrota

O baixo rácio capital/trabalho e a conjuntura política internacional, mais do que as fases do ciclo, parecem ser as variáveis fundamentais desta tipologia visto que:

- a única greve vitoriosa aconteceu numa fase recessiva mas o mesmo aconteceu com a estrondosa derrota de 1920. No caso de Lourenço Marques, o predomínio da economia de trânsito, a fraca acumulação de capital produtivo e os reduzidos efetivos dos assalariados organizados não acrescentavam escala suficiente para que nos conflitos ocorridos durante as fases altistas se alterasse significativamente a correlação de forças entre o trabalho e o capital. Maior peso parece ter a evolução estrutural do proletariado urbano, de oferta crescentemente em excesso e minado por divisões (salariais e de estatuto) fundadas em diferenças “étnicas”.
- a intensidade da repressão governamental obedeceu principalmente a fatores exógenos aos conflitos locais. Em 1917, apesar da fase recessiva e paradoxalmente do facto de a greve ter ocorrido durante a guerra, os ferroviários foram beneficiados pela relativa estabilidade do bloco do poder. A participação portuguesa nas operações militares que se prolongaram até 1918 também em Moçambique contribuiu fortemente para a erosão salarial mas gerou uma relativa coesão político-partidária interna (a “União Sagrada”) e externa (campanhas conjuntas dos Aliados). Esta maior “segurança” por parte das classes dominantes pode explicar que apesar da proclamação do estado de sítio em Lourenço Marques, os grevistas tenham conseguido o essencial das suas reivindicações sofrendo repressões apenas temporárias. Em contrapartida, as duas grandes greves derrotadas (e uma delas em plena euforia altista) estão associadas a uma repressão brutal, que em 1296 passou pelo dismantelamento da própria classe, só explicável pela “razão de Estado” – no primeiro, pela incerteza da renovação do convénio, e, no segundo, pelos riscos de incumprimento com credores externos bem como pelas negociações em curso no Cabo.

¹⁰² Ver p. e, O Emancipador, 14/11/1927. Seria importante seguir neste periódico a história da memória desta greve até 1937 (ano em que finda O Emancipador).

- a maior ou menor mobilização durante as greves, a duração destas e a própria existência de organizações sindicais foram variáveis dependentes e não determinantes. Apesar de condicionadas pela fase do ciclo, refletiram sobretudo, como se disse acima, a crescente erosão negociada das organizações do trabalho. No caso dos ferroviários, os meses anteriores à greve de 1925 parecem corresponder a uma fase de desmobilização acentuada da associação de classe¹⁰³. Em sentido contrário, também é de notar que essa mesma greve, ao coincidir com o pico inflacionista, acabaria por funcionar – pelo menos durante algum tempo – como um catalisador do descontentamento de um bloco de classes populares. Contou deste modo com uma solidariedade inter-classista que as duas anteriores não tiveram mas, ainda assim, insuficiente.
- apesar da sua importância, intensidade e duração, a greve dos CFLM em 1925-26 mostrou também o enfraquecimento das organizações laborais portuguesas na segunda metade da década de 1920. A coincidência temporal da derrota de 1925-26, depois das últimas grandes greves metropolitanas do setor, mais do que umnexo causal, parece significar uma convergência evolutiva¹⁰⁴. Talvez se possa mesmo adiantar que, no seguimento do que as observações referidas sobre a evolução ideológica e tática apontam, o movimento sindical em Moçambique reproduziu num pequeno microcosmo a evolução metropolitana. A Federação Ferroviária, por exemplo, uma organização que no seu congresso constitutivo de 1922 incluía no programa um ponto para preparar a nacionalização do setor¹⁰⁵ mostrou, quatro anos depois, a sua impotência em conseguir qualquer readmissão dos grevistas de Lourenço Marques. Assim, longe de representar uma anomalia tropical, o movimento operário de Moçambique tem muito para oferecer à análise comparada.

Referências bibliográficas

Fontes de Arquivo – Acrónimos

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD/MNE).
Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Outras fontes primárias

Anuário Estatístico da Colónia de Moçambique. Anos de 1926-1927-1928. 1.º ano, 1929 Imprensa Nacional, Lourenço Marques.
Batalha (A), Lisboa.
Boletim Económico e Estatístico da Província de Moçambique, série especial, 1927-1930.
Comercio (O) do Porto, Porto.
Diário de Notícias, Lisboa.
Emancipador (O), Lourenço Marques.
Federação Ferroviária (A), Lisboa.
Jornal do Comercio e das Colónias, Lisboa.

¹⁰³ “Acção Federal.” A Federação Ferroviária, 25/06/1925, p. 3.

¹⁰⁴ A Associação do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques só aderiu à Federação Ferroviária de Portugal e Colónias em Novembro de 1926. Ver Federação Ferroviária, 20/11/1926, p. 4.
A primeira indicação oficial de que resolveria nesse sentido surgiu apenas já com a greve em curso. Ver Federação Ferroviária, 01/01/1926, p. 3.

¹⁰⁵ A moção de Pinto Barbosa “A posse da gestão directa da indústria” seria votada por unanimidade. Ver A Federação Ferroviária, 01/10/1922, p. 3.

Ministério das Colónias, Direcção Geral das Colónias, 4.ª Repartição, Caminhos de Ferro e Portos, *Estatística dos Caminhos de Ferro das Colónias Portuguesas de 1888 a 1915. Documentos principais e gráficos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917.

Secretaria Geral do Governo Geral da Província de Moçambique. *Recenseamentos da População e das Habitações da Cidade de Lourenço Marques e seus subúrbios – Referidos a 1 de Dezembro de 1912*. 1913, Imprensa Nacional, Lourenço Marques.

Século (O), Lisboa.

Sol (O), Lourenço Marques.

Voz (A) do Proletário, Porto.

Fontes Secundárias

Alexandre, V. (1993), *Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo*. *Análise Social*, 123-124. pp. 1117-1136.

Cain and Hopkins (2001), *British Imperialism 1688-2000*, Singapore: Pearson Education.

Capela, J. (1981), *O Movimento Operário em Lourenço Marques: 1898-1927*, Porto: Afrontamento.

Frankel, S. H. (1969), *Capital investment in Africa: its course and effects*, London: Oxford University Press.

Lima, Alfredo Pereira de (1971), *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*, Lourenço Marques.

Mata, Eugénia, Valério, Nuno (1993), *História Económica de Portugal – Uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Presença.

Neves, Olga Iglésias (2001), Moçambique in Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira, *O Império Africano 1890-1930*, Lisboa, Editorial Estampa.

Niveau (1979), Maurice, *Histoire des Faits Économiques Contemporains*, Paris: P. U. F.

Oliveira, César (1973), *A Criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento.

Penvenne, J. M. (1995), *African Workers and colonial racism: Mozambican Strategies Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*, Portsmouth: NH. Heinemann.

Telo, A. J. (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Chamusca: Edições Cosmos.

Anexo I

Cronologia analítica das greves documentadas em Moçambique nos jornais operários para a I República (1910-1926)¹⁰⁶

Ano	Local	Indústria	Estado/ Privado	Profissão	Motivações	Tipologia	Resultado
1911	Lourenço Marques (LM)	Transportes	Privado (P)	Guarda-Freios/ Condutores	Salário	Ofensiva (O)	Empate (E)
1911	LM	Transportes	P	Carroceiros	Salario	Defensiva (D)	Vitória (V)
1913	LM	Portuária	Estado (E)	Rebocadores	Horário Trabalho	O	V
1916	LM	Transportes	P	Guarda-Freios/ Condutores	Horário Trabalho	O	V
1917	LM	Porto e CFLM	E	Ferroviários	Salário	O	V

¹⁰⁶ Dados recolhidos pelos autores em fontes primárias e em Capela (1986).

Ano	Local	Indústria	Estado/ Privado	Profissão	Motivações	Tipologia	Resultado
1919	LM	Transportes	P	Guarda-Freios/ Condutores	Férias/Salário	O	V
1919	LM	Portuária	E	Estivadores	Salários	O	Derrota (D)
1919	LM	Naval	E	Metalúrgicos	Salário/Horário Trabalho	O	V
1920	LM	Porto e CFLM	E	Ferrovíarios	Salários	O	D
1920	Inhaca	Pesca	P	Pescadores	Salário	O	V
1920	LM	Transportes	E	Guarda-Freios/ Condutores	Despedimentos "Supras";	D	V
1920	LM	Vestuário	P	Alfaiates	salário		
1920	LM	Imprensa	P	Tipógrafos (?)	salário	O	
1921	LM	Naval	P	Metalúrgicos	Salário	D	D
1923	LM	Transportes	P	Elétricos	Salário	O	D
1924	LM	Portuária	E	Marítimos	Salários (?)	O	
1924	Niassa	Companhia Privilegiada	P				
1925	Beira	Greve Geral	P	Comerciantes; Porto	Salários	O	V
1925	LM	Porto	E	Estivadores	Salários	O	
1925	LM	Transportes; água e Luz	P	Guarda-Freios/ Condutores/ Func. água e Luz	Salários	O	D
1925 1926	LM	Porto CFLM	E	Ferrovíarios	Perda Regalias; despedimentos, novo regulamento	D	D
1926	Beira	Porto	P	Pilotos, alfândega etc.	Perda Regalias; despedimentos	D	D

O terror nas colónias como prelúdio do fascismo

João-Manuel Neves*

pp. 149-166

A nossa análise incide sobre um corpus constituído pelas narrativas estéticas coloniais do período situado entre 1890 e 1940 relacionadas sobretudo com Moçambique. No interior do discurso africanista, reproduzido e ao mesmo tempo construído pela literatura colonial, a generalização do terror nunca aparece como objetivo da dominação política total. O terror confunde-se antes de mais com a enunciação da utopia da supremacia racial absoluta, expressa na representação narrativa da interiorização pelas ditas “raças inferiores” da supra-humanidade dos colonizadores.

A elaboração das representações da supremacia racial

O sargento Manuel Simões Alberto, na sua narrativa de guerra *Condenados*, publicada em 1933 mas situada em 1917-1918, refere-se a Neutel de Abreu, o conquistador sanguinário dos territórios situados a norte do rio Ligonha, nos seguintes termos: “Os negros tinham pelo chefe um culto de semi-Deus, e a seu respeito corriam entre os nativos da Macuana as mais estranhas lendas que podem contribuir para que o seu prestígio fosse grande, e o seu valor fosse enorme” (Alberto, 1933: 81)¹. Examinemos a projeção da supra-humanidade de Neutel de Abreu enquanto signifiante da dominação total em paralelo a procedimentos similares utilizados por Eduardo de Noronha na sua narrativa historiográfica de 1906 sobre Mouzinho de Albuquerque, reeditada em 1934:

Entretanto, quando a comissura dos lábios se enrugava num sorriso raro, o semblante de austeridade de uma estátua grega, aureolava-se duma inefável expressão de cariciosa doçura, das pupilas irradiava a alegria infantil das almas singelas, despendiam torrentes da poesia que lhe povoavam o cérebro sonhador e ávido de glória, dir-se-ia os olhos inocentes e ingénuos duma criança emoldurados no busto severo e dominador dum semi-deus mitológico.

Êste oficial era Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque. (Noronha, 1934/1906: 50)

Foi nesse instante [em Mapulanguene, durante a segunda campanha do Gaza em 1897], que Mousinho, o estado maior e a cavalaria, que se encontravam dentro do quadrado, a cavalo, saíram para acabar a derrota e realizar a perseguição. Mousinho ia na frente, de cavalo marinho em punho. Sentia desprezo em desembainhar a espada para tal gente. Carregaram com ímpeto sobre os fugitivos, matando-lhes bastantes.

O capitão Gomes da Costa saiu com os cipais para apoiar a cavalaria, o que não foi preciso porque os caçafres só pensavam em se sumir. Houve estocadas feras e bravas. Basta dizer que todos mostravam as pontas das lanças ou as fôlhas vermelhas e que

* Centre de Recherches sur les Pays de Langue Portugaise – Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3

¹ Nas citações respeitámos a ortografia de cada obra que é muito variável.

não havia um único rosto que não se mostrasse radiante; o capitão Aires de Ornelas vinha encantado com a sua lâmina rubra até aos copos. (Noronha, 1934/1906: 212)

A imagem icónica de Mouzinho enquanto “semideus mitológico”, construída por Eduardo de Noronha desde 1906, quatro anos após o suicídio do antigo Comissário Régio, participa diretamente das representações de supra-humanidade da “raça” dominante, em particular no caso da elite dos conquistadores. A mistificação toma todo o sentido na descrição pelo mesmo autor das relações do chefe militar e dos seus oficiais com as populações africanas, cristalizada no assassinato em massa. A supra-humanidade de Mouzinho aparece expressa pelo autor através da representação do profundo desprezo do governador colonial dotado de plenos poderes por essas criaturas que constituem no texto a infra-humanidade dos guerreiros *ngunis*. São investidos a chicote de cavalo-marinho pelo herói que não os considera sequer dignos de serem passados à espada: “Sentia desprezo em desembainhar a espada para tal gente.” A representação da supra-humanidade como fundamento da dominação racial total, alcançada através do assassinato em massa, permite ao autor ultrapassar a abjeção em que se reconhece a si-mesmo. O escritor colonial participa desta *mise en scène* abjeta do horror e da sua banalização enquanto virtude da “raça” dominante. O seu relato radiante do massacre, onde os oficiais portugueses encontram a felicidade com as espadas e as lanças cobertas de sangue, constitui na realidade uma premonição apocalíptica da nova segmentaridade totalitária² que vai caracterizar o quotidiano colonial. É possível estabelecer a este nível um paralelo com a análise de Júlia Kristeva que vê na visão do escritor Louis-Ferdinand Céline “uma visão apocalíptica” com: *accents mystiques dans sa fixation du Mal comme vérité du Sens impossible (du Bien, du Droit)* (Kristeva, 1983 [1980]: 180). A supra-humanidade enquanto expressão última da superioridade da raça pode assim dar um sentido ao horror, permitindo ao próprio ego a reconstrução da personalidade dissociada pela experiência da abjeção. A representação do homem europeu sob uma dimensão divina apenas adquire a sua significação plena se entendida enquanto realização da utopia da supremacia racial absoluta, através do reconhecimento da supra-humanidade do “chefe branco” e em simultâneo a aceitação da sua própria inferioridade por essa “tal gente”, como escreve E. Noronha. O objetivo último da nova segmentaridade, assente em formas de dominação política, económica e sexual totais, consistiria nesta interiorização da subalternidade pelos colonizados, implicando a destruição da sua personalidade. Esta projeção de uma realização da utopia racial é enunciada ao mesmo tempo que o autor colonial revela a sua própria abjeção, exprimindo o seu fascínio pelos assassinos de massa e pelas carnificinas.

O ultrapassar da abjeção produz-se também através de um reinvestimento libidinal do horror e da dor que caracteriza o fascismo, do qual encontramos signos explícitos na narrativa da viagem de 1925-1927 de Julião Quintinha. O jornalista libertário descreve o momento em que Neutel de Abreu mistura o seu sangue com o do chefe Mocapera. O contingente de vários milhares de homens reunidos por este dirigente *makua*³ foi armado e comandado por Neutel e pelos seus imediatos, um grupo de criminosos portugueses deportados, responsáveis diretos pelos inúmeros massacres cometidos nas regiões a norte do rio Ligonha e pelo genocídio das populações Namarras. A mistura de sangue entre o semideus terrífico e o seu acólito africano, destinada a selar para todo o sempre a cumplicidade entre os dois, encontra-se associada por Quintinha, de forma muito

² O conceito de “segmentaridade” social foi desenvolvido por Gilles Deleuze (ver por exemplo: Deleuze et al., 1996 [1977]: 151 e ss).

³ 6 000 homens segundo René Pélissier; 30 000 segundo J. Quintinha. Ver: Pélissier, 1984: tomo 1, 236; Quintinha, 1929: 384.

significativa, à informação sobre o acesso de Neutel ao harém do dirigente *makua* onde se encontravam: “mais de 50 mulheres, das mais belas e ricamente vestidas” (Quintinha, 1929: 379). A narrativa associa a celebração do assassinato em massa e as representações da interiorização pelos colonizados da divindade dos membros da raça superior ao sexo disponível e abundante, significado pelo acesso ao harém do príncipe africano cúmplice dos crimes inomináveis. Nos aposentos encontram-se muito provavelmente jovens e crianças capturadas durante as razias. A narrativa enuncia a estreita ligação entre o assassínio e o terror, significantes da abjeção enquanto fixação ou banalização do mal, e as formas do desejo colonial em que a condição das jovens e das crianças é um produto do horror e reproduz a dor. A escrita de Quintinha aproxima-se das visões apocalípticas de Céline com *mises en scène*, como nos diz J. Kristeva, das “bases pulsionais” do fascismo: *Car c’est bien cette économie-là, celle de l’horreur et de la douleur dans leur plus-value libidinale, qui se sont trouvées captées, rationalisées et rendues opérantes, par le nazisme et le fascisme* (Kristeva, 1983 [1980]: 181).

Num outro plano, o ascetismo de Mouzinho, ao mesmo tempo que mistifica ainda mais o personagem aos olhos dos próprios europeus, encontra uma sublimação negativa no exercício visivelmente libidinal do terror, onde o horror e a dor convergem na constituição abjeta de si-mesmo enquanto sujeito imperial:

A minima desobediencia ou simples demora no cumprimento de uma ordem minha, era immediata e severa, para não dizer barbaramente castigada a chicote de cavallo marinho, e um preto convicto de espião do Gungunhana foi fuzilado e queimado o seu cadaver diante de 300 mabinguellas e manguni, que se haviam reunido por minha ordem. E não se pense que gosto de ver matar indigenas a sangue frio, ou de os ver estorcer-se atangatados pelo sjambock, mas percebêra que o Gungunhana ainda era muito temido e respeitado, devido em parte ás mortes que os todos os dias mandava fazer, e por isso, sem sair dos processos a que me cingia a minha qualidade de homem civilizado, fiz o possivel por inspirar um terror igual ao que espalhara em torno de si o regulo vatua. E quando me pareceu have-lo conseguido, marchei sobre elle (Albuquerque, 1897: 238).

Precipitado no abismo dos fluxos de morte, a afirmação patética da sua condição de “civilizado” por Mouzinho constitui a própria constatação da perda de si-mesmo, com o ego agora construído pela abjeção onde convergem a dor e o horror do suplício e do assassinato em massa. As formas de dominação pelo terror aplicadas pelos oficiais portugueses implicam um grau de degradação moral do seu próprio ego tão terrífico que a vitória construída na base destas práticas significa na realidade a mais estrondosa das derrotas. A superioridade racial dos conquistadores revela-se como um estado avançado de decadência psicológica, manifesto na psicose assassina, e o propósito civilizador que sustém a ideia de Império aparece assim como uma mera mistificação⁴.

Desde o seu regresso à metrópole, sobretudo no período posterior à hecatombe da Grande Guerra, confrontados com a devastação do tecido social e a ascensão das organizações proletárias, os militares africanistas vivem com a obsessão de continuar a propagar os fluxos de morte da conquista e da reterritorialização colonial. A atitude expressa nas narrativas de guerra dos anos 1920 relacionadas com as operações da Primeira Guerra mundial em Moçambique constitui o paradigma da predisposição destes homens⁵. No entanto, encontramos o seu signo anunciador já no dealbar do século, por exemplo na descrição de Eduardo de Noronha do deslumbramento de Aires de Ornelas (futuro tradutor

⁴ Sobre esta temática ver a análise de Ashis Nandy em *The Intimate Enemy* (Nandy, 1988 [1983]).

⁵ Ver por exemplo: Selvagem, 1925 [1919]; Cértima, 1925 [1924]; Alberto, 1933.

de Charles Maurras) e dos outros oficiais de Mouzinho perante o assassinato em massa: “Basta dizer que todos mostravam as pontas das lanças ou as fôlhas vermelhas e que não havia um único rosto que não se mostrasse radiante; o capitão Aires de Ornelas vinha encantado com a sua lâmina rubra até aos copos.” Os militares portugueses regressados à metrópole veem-se transportados por uma linha de fuga mortífera, desprovida de sentido, o que justifica a banalidade do mal. Esta encontra-se associada de alguma forma à memória do terror absoluto de que foram protagonistas no “Campo Santo d’África”, para utilizar uma expressão formulada na sua narrativa de viagem por Veva de Lima, próxima do integralismo e casada com o banqueiro Rui Ulrich (Lima, 1928: 315-316). Torna-se assim compreensível que Mouzinho tenha dedicado os últimos anos da sua vida à preparação de um *putsch* destinado a instaurar um regime autocrático de tipo cesarista, ao que o rei Dom Carlos sempre se recusou. O *caudillo*, sem sair da sua “qualidade de homem civilizado”, teria decerto feito o possível, como em Moçambique, “para inspirar o terror”. Aires de Ornelas, no seu prefácio à edição póstuma da memórias de Gomes da Costa, faz alusão aos planos de Mouzinho:

Quando Mousinho veio de África depois dos partidos políticos lhe terem tirado o governo, porque não houve no parlamento um só protesto contra a acção do sr. Conselheiro José Luciano, Mousinho pensou, é certo, na constituição de um governo militar apoiado no Exército que então teria um Comando em Chefe fora da política partidária. Escusado será dizer que não era para si que ele destinava esse Comando em Chefe. As transformações necessárias para atingir esse fim, preparei-as eu por sua ordem. Mas El-Rei D. Carlos nunca entendeu ser possível constituir um governo sem o apoio de uma organização política. Não se tinha dado ainda a cisão de João Franco, e quando ela se realizou Mousinho recusou-se sempre a entrar para esse agrupamento político, apesar dos pedidos instantes de alguns dos seus melhores amigos (Ornelas, 1930: xvi-xvii).

Encontramos também ecos destes planos *putschistas* na obra de Eduardo de Noronha. Este autor refere que Mouzinho teria sido seguido por toda a população se tivesse tentado tomar o poder por altura da sua passagem pela metrópole em 1897:

Se, nêsse momento, Mousinho, levantasse a espada e proferisse uma palavra, todos, todos os que ali estavam, sem distinção de classe ou de idade, segui-lo-iam cegamente, dominados, hipnotizados pelo seu prestígio, para a mais quimérica e absurda empresa que êle pudesse sonhar (Noronha, [1934/1906]: 245-246).

A participação de Aires de Ornelas ou de Paiva Couceiro, entre muitos outros membros da dita “geração de Mouzinho”, na constante desestabilização assassina do regime republicano, e depois a ligação deles às correntes políticas e militares favoráveis ao fascismo, após a instauração da ditadura em 1926, inscrevem-se também na mesma estratégia de propagação do terror.

A realização da “raça” no império

Encontramos por várias vezes nas narrativas coloniais deste período, como aliás se verifica nos excertos citados, o nome de Manuel Gomes da Costa (1863-1929). Este oficial da “geração de Mouzinho” distinguira-se já durante as campanhas coloniais em Goa, entre 1895 e 1896, tendo assumido também por várias vezes o comando das tropas de auxiliares africanos no decorrer das operações de conquista em Moçambique. Durante o consulado de Mouzinho, foi nomeado governador de Gaza. Após a sua participação na Grande Guerra na frente da Flandres, onde foi segundo-comandante do contingente português, o general

Gomes da Costa liga-se aos setores militares que conspiram com vista a um *putsch* contra o sistema liberal⁶. Será o primeiro chefe da ditadura, nomeado presidente da república desde junho de 1926, após o rápido afastamento do general Mendes Cabeçadas que era favorável a um compromisso com os políticos liberais. Gomes da Costa viria por sua vez a ser afastado do poder, um mês mais tarde, na sequência do golpe de estado conduzido pelo general Óscar Carmona, próximo da corrente política onde se destaca António de Oliveira Salazar. A intensidade dos fluxos de morte das campanhas de conquista pelo terror mas também da Grande Guerra é visível na ação dos homens que dirigem a ditadura. As afirmações de Gomes da Costa, num artigo publicado a 7 de janeiro de 1915 no diário lisboeta *A Capital*, parcialmente reproduzido na sua obra *A guerra nas colónias*, editada pela primeira vez em 1922 e depois em 1925, são reveladoras: “O signatario d’estas linhas estava em Africa quando se pensou em Portugal em mandar uma divisão para a guerra... (...) ... para entrar numa tal guerra é preciso ir preparado convenientemente. Morrer não importa mas é preciso morrer bem e com utilidade para a Patria. ‘Morrer mas devagar’.” (Costa, 1925 [1922]: 254)⁷.

As associações de antigos combatentes da Grande Guerra, mas também das campanhas militares africanas de conquista, encontram-se entre os setores da população, para utilizar a noção de Hannah Arendt, mais favoráveis a uma solução política fascista. A sua influência sobre os militares de carreira, em particular sobre os oficiais menos graduados, os *tenentistas*⁸, é muito significativa desde as primeiras campanhas de conquista⁹. Estes setores do exército encontram-se na origem, em agosto de 1927, do *putsch* falhado em que participam António Ferro ou Henrique Galvão, na altura tenente, dirigido pelo professor Fidelino de Figueiredo e pelo comandante Filomeno da Câmara¹⁰. Este último, governador de Timor durante a maior parte da década de 1910, está na origem de vários massacres da população desta colónia (Pélissier, 2004: 237ss). É também autor de um longo prefácio à obra de propaganda *Viagem à volta das ditaduras*, de António Ferro, onde faz a apologia dos regimes fascistas de Primo de Rivera e de Mussolini. Os “castigos” de Filomeno da Câmara, deportado e depois nomeado Alto-Comissário de Angola, em 1929, ou de Henrique Galvão, deportado na mesma altura e nomeado em seguida chefe de gabinete do comandante *putschista*, ocupando mais tarde as funções de governador do distrito da Huíla, são também significativos das ligações destes meios de conspiradores com o regime de terror implantado nas colónias. Os *tenentistas* são indispensáveis ao jogo político levado pacientemente a cabo por Salazar, desde o *putsch* de maio de 1926, mas sobretudo a partir da sua nova nomeação como ministro das finanças, em 1928, para conseguir formar uma elite fascista eficaz e respeitável, capaz de gerir um estado corporativo. A constituição de uma casta dirigente, reagrupada na formação política União Nacional, e o controle do setor mais temível da população, manipulado pela hierarquia integrista católica, permitirão ao ditador avançar, a partir do início dos anos 1930, com o seu programa totalitário. A institucionalização das milícias fascistas Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa e a abertura do campo de

⁶ De Gomes da Costa ver as seguintes obras: *Gaza: 1897-1898* (Costa, 1899); *A batalha do Lys* (Costa, 1920); *A guerra nas colónias: 1914-1918* (Costa, 1925 [1922]); *A revolta de Goa e a campanha de 1895-1896* (Costa, 1939). Ver também: Carvalho, 1957 [1940].

⁷ No seu posfácio à terceira edição da narrativa de guerra *Epopéia maldita* de António de Cértima, publicada em 1925, Gomes da Costa declara: “Em África, vemos os chefes e a sua claqué, na *Base*, comendo, bebendo, passeando, gozando, estendidos nas preguiçadeiras de verga, abanados pelos moleques, tomando limonadas ou *whisky* and *soda* bem gelados; o resto, a canalha, os párias, rotos e sujos, debaixo dum sol de inferno, sem pão, sem água, sem medicamentos, atolados nos lódos do Rovuma, trocando tiros com o inimigo pela honra de uma Patria cujos destinos estavam nas mãos de inconscientes, ou ignorantes, ou perversos” (Cértima, 1925 [1924]: 286).

⁸ Sobre o *tenentismo* ver: Rosas, 1994: 156-157 e ss.

⁹ Yves Léonard observou a propósito da reciprocidade entre as campanhas de conquista e o próprio sentido da funcionalidade imperial do exército que os militares cada vez mais se atribuem: “Junto dos seus pares, os militares, os ‘coloniais’ exercem um inegável poder de atração, a ponto de uma parte do exército português tender então para se ‘colonializar’. Simultaneamente, a ideia colonial tende igualmente a ‘militarizar-se’.” (Léonard, 2000: 533).

¹⁰ Sobre a evolução política, ver: Rosas, 1994: 151-241; Pinto, 2015: 21-101.

concentração do Tarrafal em Cabo Verde, em 1936, constituem os signos de consagração do novo poder. Como assinala António José Telo, apenas Salazar conhecia exatamente o jogo que conduzia para garantir o triunfo do fascismo após o *putsch* de 1926, numa altura em que as correntes republicanas conservadoras, como a dirigida pelo general Mendes Cabeçadas, tinham ainda uma expressão política considerável no seio da ditadura. A. J. Telo observou a este respeito:

A dimensão económica e a “arte”, sumamente difícil, de marcar pontos no universo altamente regulamentado e todo-poderoso da organização corporativa dos anos 30, torna-se fundamental. Neste campo, os partidos de pouco servem. Os que sobrevivem são dinossauros, que deixaram de representar as reais clivagens da sociedade. Em resumo, o desaparecimento real da classe política liberal só é possível porque a sua função desapareceu em larga medida. A criação do Salazarismo identifica-se assim com uma estratégia original para destruir o Estado liberal. (...) O novo político tinha sobretudo de gerir conflitos de bastidores, através da judiciosa distribuição de ajudas e criação de regulamentos. Todo o processo obedeceu a uma estratégia que só estava clara na mente de Salazar e, talvez, de alguns dos seus poucos conselheiros, como Quirino de Jesus (Telo, 1994: 125-126).

Entre os homens de que Salazar se serve como grupos de pressão para atingir os seus objetivos encontram-se, como vimos, vários oficiais das campanhas de conquista pelo terror em África. Na segunda metade dos anos 1920, estes militares estão à frente de setores da população preconizando a instauração sanguinária de um regime de terror fascista, que o “mago das finanças” sabia estar votado ao fracasso antes da neutralização institucional do republicanismo conservador. Um destes oficiais, o general João de Almeida (1873-1953), apresenta um percurso interessante ao nível da associação entre a banalização do terror como forma de dominação política total nas colónias ou na metrópole e os desenvolvimentos do pensamento racial português. Com a patente de capitão, foi nomeado desde 1903 sub-chefe e depois chefe do Quartel Geral de Angola. Em 1908, assume o governo interino do distrito da Huíla no sul do território. Entre 1907 e 1910, vai dirigir várias campanhas de conquista pelo terror na colónia. De início, em 1907, na região do Cuamato, no sul, e na região dos Dembos, situada a uma centena de quilómetros ao nordeste de Luanda. Vamos encontrá-lo depois na região da Huíla até 1910¹¹. No seu relatório de atividade, publicado em 1912, João de Almeida faz as seguintes afirmações acerca do governo pelo terror:

Reconhecida a necessidade absoluta de ocupar e, como mais urgente, a de balizar as fronteiras, mas por actos de administração e polícia, não nos embrenhamos nas largas dissertações sobre as formas de ocupação, nem tão pouco nos preocupamos com as opiniões dos intervencionistas ou dos que apregoam a guerra às guerras. Teorias românticas, de um generoso e utópico humanitarismo, que encontram no campo dos factos a mais formal e completa refutação! A diplomacia... os conselhos... o exemplo... o espírito de justiça... a propaganda... – como se houvesse tribus que se deixassem avassalar só por agrado e simpatia, sem protesto, e não procurassem reagir e impedir toda a penetração de elementos estranhos, sobretudo dos europeus que mantêm sempre o espírito de domínio, com toda a sua energia e força própria! E essas teorias, alheadas de todo o conhecimento prático e real, só têm contribuído para dar uma falsa orientação a quem se devia interessar, acima de tudo, pelas colónias. (...)
A coluna de 1907 havia terminado com a lenda do terror e com a apregoada ferocidade dos cuamatos, numa marcha sangrenta, mas vitoriosa de 50 quilómetros. Mas o eco das vitórias entre os indígenas apaga-se de-prensa; e, especialmente quando a lição

¹¹ Ver: Galvão, 1934 [1931]; Galvão, 1935; Almeida, 1936 [1912].

recebida não é directa, quando a devastação e a morte não atingiram os seus lares, a lembrança tem curta duração (Almeida, 1936 [1912]: 131-132).

Neste relatório, publicado dois anos após a implantação da República, João de Almeida reproduz o pseudo-valor-saber¹² reiterado pelo discurso africanista que associa a apropriação do território, a conquista seguida da administração e, por extensão, a dominação das “tribos” selvagens à “energia e força própria” dos europeus. Esta versão atualizada da “estratégia da crueldade” de António Enes (Enes, 1945 [1898]) ou da necessidade do exercício do terror expressa por Mouzinho deve ser relacionada, por um lado, com as fantasias do autor sobre “o fundo atlante da Raça”, enunciadas desde 1901 na sua tese de licenciatura apresentada à Universidade de Coimbra, onde se encontram muitas afinidades com o pensamento racial de António Sardinha¹³ e por outro lado, com as representações da luta das raças pela terra e da seleção natural das populações mais aptas em todo o planeta, desenvolvidas em particular na sua obra *Visão do Crente*, publicada em 1918 (escrita, segundo indica, em 1915). Neste ensaio, João de Almeida afirma:

A guerra actual é, como todas as guerras, uma consequencia fatal e lógica da competencia entre estados, ciosos da sua preponderancia sobre os outros, de ambição e supremacia que a sua vida pujante e a crença na missão histórica que julgam inherentes à sua raça, os leva a orientar no que hoje se chama imperialismo moderno. (...) Portugal tem também os seus objectivos, os seus fins a cumprir, tem também o seu imperialismo. (...)

Revigoroamento da raça, das suas qualidades ethnicas e fundamentaes, pela purificação dos usos e costumes n'um trabalho ordenado n'um sagrado respeito á tradição, pelo regresso ás suas formas politicas e organicas, tão proprias ao nosso modo de ser, alheando-as de importação por inadequadas e improprias do nosso temperamento sensível e irrequieto; (...)

Expansão da raça e da língua pelo augmento territorial, nos singulares pontos e adequados, á unica forma real de engrandecimento que tem constituido a ambição suprema da nação desde que se constituiu e radicou nos actuaes moldes, e a necessidade e as actuais circunstancias lhe aconselham a reatar (Almeida, 1918: 102, 106, 108-109).

Encontramos em *Visão do Crente* as projeções da mitologia ariana de luta planetária das raças que caracterizam o pensamento racial de Oliveira Martins ou de António Sardinha¹⁴. João de Almeida reafirma as suas convicções sobre a luta das raças pelo império e reproduz as suas afirmações de 1918 por ocasião da conferência *Nacionalismo e Estado Novo*, proferida no Teatro São Carlos em Lisboa a convite das organizações fascistas União Nacional e Liga 28 de Maio, publicada em 1932 em co-edição pela Agência Geral das Colónias (Almeida, 1932).

Até 1926, João de Almeida distingue-se pela sua participação nas incursões mortíferas de Paiva Couceiro contra a República (Pinto, 2015: 312). Após a instauração da ditadura, o general vai desempenhar um papel de primeiro plano entre os setores da populaça, ins-

¹² Retomámos o conceito de “pseudo-valor” de Joseph Gabel. Um pseudo-valor é um valor não dialético, um valor reificado: *La valeur réifiée est sa propre justification; elle est a priori et non pas a posteriori, analytique, et non pas synthétique. P. Szende a souvent insisté sur le rôle de l'a priori et de l'élément analytique dans la pensée autoritaire. (...) Le raciste s'estime supérieur parce qu'il est supérieur* (Gabel, 1962: 65-66). Sobre a noção de “valor-saber” ver: Bhabha, 2004 [1994]: 112 e ss.

¹³ Ver: Almeida, 1950-1952. Em 1932, por ocasião da sua conferência *Nacionalismo e Estado Novo*, João de Almeida reafirma as suas convicções sobre a origem atlante como especificidade da “raça portuguesa”: “E já antes da *Visão do Crente* [de 1918] – em 1901, nos trabalhos a que directamente procedíamos, reconhecemos a originalidade da raça autoctone, do HOMO ATLANTICUS, que não pode deixar de ser proclamada a base de uma teoria que pretenda abarcar, no passado, no presente e no futuro, todas as aspirações expressas ou implícitas da Nação.” (Almeida, 1932: 8-9).

¹⁴ Sobre esta temática ver o nosso artigo *Memória africana e falsificação do passado na literatura sobre o genocídio do Barué*, a publicar no quadro do projeto *Discursos memorialistas e a construção da história*, dirigido por Inocência Mata.

tando pela implantação imediata de um regime de terror (*idem*: 79). Em 1926, quando tem ainda a patente de coronel, João de Almeida, próximo do integralismo, será por alguns dias ministro das colónias no governo de Gomes da Costa. Depois desta experiência, vai evoluir nos meios políticos favoráveis ao fascismo, relacionados com o consulado de Gomes da Costa, que vão dar origem pelos finais de 1927 à Liga Nacional 28 de Maio. A Liga aparece aliás como o protótipo da União Nacional formada pouco depois à volta de Salazar. João de Almeida é preso, em 1930, acusado de preparar um *putsch*. Em 1932, os militares membros da Liga vão fazer pressão sobre o presidente Carmona para o nomear chefe do governo em vez de Salazar, considerando que ele é “o homem que encarna hoje todas as aspirações nacionalistas” (citado in *idem*: 90-91). Na imprensa da Liga é apresentado como o chefe providencial. Nesse momento, tem ainda o apoio de personagens como Henrique Galvão que publica, em 1931, um panegírico de João de Almeida focalizado nas atividades coloniais do candidato a ditador, reeditado em 1934 (Galvão, 1934 [1931]). Por volta de 1932, aparece como um dos dirigentes do partido nacional-sindicalista de Rolão Preto, formado a partir da Liga e próximo do nacional-socialismo alemão, onde continua a ser apresentado como candidato a chefe da ditadura. Em 1938, na sequência do *complot* montado contra Salazar após a detenção de Paiva Couceiro, também próximo dos nacional-sindicalistas, João de Almeida vai ser exilado (Pinto, 2015: 312).

O programa totalitário

Na sua conferência de 1932, onde aliás presta homenagem a Salazar considerando que as bases programáticas do Estado Novo, apresentadas em 1930, foram “a melhor revelação destes seis anos de govêrno ditatorial” (Almeida, 1932: 6), João de Almeida proclama acerca da política imperial a seguir pelo regime:

Não se trata, com efeito, sòmente de valorizar as condições materiais do País. Há um património moral e espiritual riquíssimo a defender. Necessário se torna que o Renascimento Português abraja todos os lanços da actividade nacional – económica, financeira, militar, espiritual – e que os abraja dentro de uma unidade perfeita de acção imperialista.

*Numa palavra: os objectivos fundamentais da política imperial consistem em servir integralmente, para a realização total da concepção do Império, os interesses superiores da Nação – fortalecendo-a sob todos os aspectos, dando-lhe unidade, decisão coordenada e consciência (*idem*: 33).*

O programa de João de Almeida coincide com os objetivos, formulados num tom mais rigoroso por Salazar, Quirino de Azevedo e Armindo Monteiro no *Acto Colonial* de 1930: a extensão do sistema totalitário “abrangendo todos os lanços da atividade nacional – económica, financeira, militar, espiritual”, tanto nas colónias como, agora também, no próprio solo da metrópole. Com efeito, a promulgação do *Acto Colonial*, elaborado com base numa experiência de três décadas de ditadura racial e de dominação total pelo terror nas colónias, aparece como o primeiro passo constitutivo da nova ordem totalitária no Portugal dos anos 1930-1940. A formulação de um novo quadro político destinado a intensificar a reterritorialização colonial marca, por um lado, um momento decisivo no processo de aglutinação à volta do programa imperial do fascismo de membros dos círculos elitistas do republicanismo, em particular de atores políticos até aí próximos da *Seara Nova*, como Ezequiel de Campos ou Quirino de Jesus, ou ainda de antigos dirigentes sindicalistas revolucionários como Carlos Rates. Ao mesmo tempo, o novel expansionismo imperialista acompanha a instalação progressiva de uma casta burocrática, em consonância com os

interesses tanto da burguesia como da elite fascista. O programa de desenvolvimento rápido da colonização aparece a esta burocracia, formada a partir da recomposição política operada por Salazar no início dos anos 1930, como a única forma eficaz de canalizar o movimento da população. Sob a ameaça de se fazer devorar pela deriva assassina do movimento, cujo sinal anunciador é constituído pelo nacional-sindicalismo, a nova elite vê-se obrigada a reinvestir os processos de apropriação geográfica para garantir a dominação política total na metrópole. No momento de promulgação do *Acto Colonial* existe uma unanimidade quase completa de todas as correntes políticas, reunindo os diferentes setores da sociedade portuguesa, à volta da extensão do programa imperialista, servindo como caução à implantação do totalitarismo na metrópole. A participação, desde 1931, do libertário Julião Quintinha, enquanto representante da “imprensa colonial”, nas atividades da Comissão de Lisboa do Movimento Pró-Colónias, formado com vista à organização da exposição e dos congressos coloniais que vão ter lugar no Porto em 1934, onde se encontram também os membros da *Seara Nova*, é o signo revelador desta convergência nacionalista. Esta convergência política à volta do programa imperialista ou do “problema colonial”, para utilizar os termos da *Seara Nova*, vai também afetar o partido comunista até ao final dos anos 1950, ou até mesmo ao início dos anos 1960, isto é, até ao momento em que aparece explícito o apoio da União Soviética aos movimentos independentistas das colónias portuguesas. A unanimidade nos anos 1930-1940-1950 em relação ao programa imperialista resulta, no caso do partido comunista, segundo José Neves, de uma “lógica nacional-colonialista no contexto do frentismo anti-salazarista”, preconizando um “colonialismo progressista” (Neves, 2011 [2010]: 166, 135)¹⁵. No início dos anos 1930, apenas um reduzido número de anarco-sindicalistas, dos quais a maioria vai perecer no “campo da morte lenta” do Tarrafal, se arriscaria ainda a pôr em causa o programa imperialista do fascismo que tem como objetivo a rápida ocupação física dos territórios africanos pela “raça portuguesa”. De facto, em paralelo às tomadas de posição maioritárias favoráveis à expansão imperial, das quais a obra colonial de Julião Quintinha constitui decerto o melhor exemplo, exprimiu-se também com regularidade, no seio dos meios libertários, anarcosindicalistas ou mesmo sindicalistas revolucionários da metrópole, uma tendência abertamente anticolonial. Esta tendência remonta às análises críticas de Emílio Costa, no dealbar do século XIX, sobre os métodos de terror como estratégia de conquista sistematicamente utilizados pelos membros da “Geração de 1895” e sobre a instauração da ditadura racial nas colónias. A corrente libertária anticolonial exprime-se também nas páginas do diário *A Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho, desde a sua fundação em 1919 até 1927¹⁶.

No contexto de convergência política à volta do programa imperialista, a própria suspensão das funções de embaixador em Londres, em 1926, seguida da passagem compulsiva à reforma de Norton de Matos (1867-1955), em 1934-1935, o principal representante da corrente colonial republicana, aparece sobretudo ditada por motivos de política interior. Com efeito, o general vai assumir-se como o dirigente carismático da oposição liberal conservadora à ditadura e entra em confronto direto com Salazar ao apresentar a sua candidatura à presidência da República em 1948-1949. Terá o apoio de todas as tendências políticas antifascistas impulsionadas pelo movimento popular desencadeado na sequência da vitória sobre o nazismo (Rosas, 1994: 369 e ss). Norton de Matos distinguiu-se como um dos

¹⁵ No entanto, são implícitas, na análise dos textos dos dirigentes comunistas consagrados à “questão colonial” por José Neves, conclusões que este autor não quer tirar a propósito da influência do pensamento racial e das representações da hierarquia cultural sobre a ideologia dos quadros do partido, em particular Álvaro Cunhal. Ver: Neves, 2011 [2010]: 135-169. Ver também: Manyá, 2004.

¹⁶ Ver o nosso artigo *As ilhas de São Tomé e Príncipe na narrativa de viagem de Julião Quintinha* (Neves, 2017). Ver também: Castro et al., 1995.

principais oficiais republicanos implicados no derrube do governo do general Pimenta de Castro, em 1915, a primeira tentativa de instauração de um regime ditatorial após a implantação da República. Foi governador-geral de Angola entre 1912 e 1915. Entre 1915 e 1917, o período situado entre o derrube da ditadura de Pimenta de Castro e o *putsch* de Sidónio Pais, Norton de Matos começou por ser ministro das Colónias, assumindo depois, ainda em 1915, o cargo de ministro da Guerra, tendo sido o organizador do CEP (Corpo Expedicionário Português) enviado para a Flandres. Foi nomeado Alto-Comissário de Angola em 1921, sendo obrigado a regressar a Lisboa, em 1923, debaixo do fogo da oposição tanto localmente de numerosos colonos como de integralistas e proto-fascistas na metrópole. Estes setores políticos mostram-se sobretudo contrários às medidas do general republicano para tentar transformar as terríveis condições de servidão a que os colonizados se encontravam submetidos. O Alto-Comissário preconizava a introdução de um regime de trabalho fundado numa espécie de contratualização forçada e generalizada. Adelino Torres considerou positiva a ação de Norton de Matos (Torres, 1991). Alfredo Margarido, no seu prefácio a este ensaio, participa das opiniões de A. Torres. Segundo Michel Cahen, as medidas do general inscrevem-se antes numa estratégia de generalização do trabalho forçado (Cahen, 2012: 157-159). O jornalista sidonista Pedro Muralha será um dos principais porta-vozes do protesto dos colonos com a narrativa da sua viagem por São Tomé, Angola e Moçambique, publicada em 1925 sob o título *Terras de África* (Muralha, 1925). Na mesma ótica, Cunha Leal publicaria em 1924 o opúsculo *Calígula em Angola* (Leal, 1924). Por outro lado, Norton de Matos é fortemente criticado, em Luanda e em Lisboa, pelas associações ligadas aos círculos crioulos devido à sua política de institucionalização sistemática da segregação e à pressão exercida sobre as populações para as submeter ao trabalho forçado. O general esteve, por exemplo, na origem da criação dos “bairros indígenas” nos centros urbanos, aos quais os colonizados deveriam ficar circunscritos desde a chegada da noite. Norton de Matos mostrou sempre uma oposição feroz em relação à mestiçagem e ao estatuto social e político dos crioulos, tendo as associações destes sido constantemente assediadas na colónia pela sua administração (Assis Júnior, 2014 [1917]; Andrade, 1997 [posth.]: 88-89, 104-107, 124-125). Um tópico incessantemente repetido pelo general nos seus escritos será o da instalação de “famílias brancas” como sendo uma das principais prioridades da política imperial: “Colonização dos nossos territórios de África por meio de famílias de portugueses brancos.” (Matos, 1944: I vol., 28). O general, leitor de Proudhon na juventude (*idem*: 69) nunca escondeu a sua admiração pelos métodos de terror empregues por Mouzinho, que o teria convidado para integrar o grupo de oficiais presente em Moçambique em 1895 (*idem*: 83-87). Lembremos ainda que Norton de Matos considerava João de Almeida como “o único militar que teve verdadeira visão do sul de Angola” e convidou-o, sem sucesso, para integrar a sua equipe quando foi nomeado Alto-Comissário de Angola em 1921 (*idem*: 82). Nas suas memórias é visível a influência que o pensamento racial fundado na mitologia ariana e nos princípios da “luta das raças” teve sobre as suas orientações políticas:

*Cinco impérios partilham hoje o mundo – o dos latinos, o dos anglo-saxões, o dos germânicos, a Rússia e o dos amarelos. (...) O espectáculo que a humanidade nos oferece é o da luta, que será por muitos séculos irreductível, entre estes cinco impérios; e, como consequência dessa luta, por um lado, o combate dentro de cada império pelo estabelecimento da hegemonia de uma das nações que o formam e, por outro lado, o esforço de anexação de territórios estranhos, isto é, de desmembramento dos impérios rivais (*idem*: 109-110)¹⁷*

¹⁷ Ver também: Matos, 1923; Matos, 1926; Matos, 1934; Matos, s/d [1951]; Matos, 1953; Matos, 1953a. Ver ainda: Léonard, 2000a: 536-553; Alexandre, 2000: 193-202; Rollo, (coord.), 2013-2014: II vol., 791-792; *idem*: III vol., 308-311, 600-603, 652-656.

Pelos meados dos anos 1920, duas correntes parecem tomar forma em relação ao modelo de administração colonial a seguir pelo estado português. Uma delas aparece representada por Norton de Matos e pelo Partido Democrático, tendo sido implementada durante o governo do general em Angola, de 1912 a 1915 e depois, como Alto-Comissário, de 1921 a 1923. Os dirigentes republicanos, como por exemplo Brito Camacho, também Alto-Comissário em Moçambique entre 1921 e 1922, defendem em geral este modelo descentralizado, preconizando uma grande autonomia administrativa. A outra corrente, favorável a uma administração centralizada a partir da metrópole, teria tomado forma lentamente na sequência do insucesso do sistema dos Altos-Comissários. A passagem de João Belo¹⁸ pelo ministério das colónias, entre agosto de 1926 e o seu falecimento em janeiro de 1928, foi um primeiro momento de afirmação deste modelo, mais explicitamente implementado quando Salazar se torna responsável pela pasta, em 1930 (Alexandre, 2000a: 205-217). Ao contrário de Manuel Villaverde Cabral ou de Valentim Alexandre, avançamos a hipótese de um desenvolvimento histórico em que o projeto imperial do fascismo constitui uma resposta totalitária da metrópole às necessidades da reterritorialização colonial após a fase das conquistas, o final da Grande Guerra, e a primeira transformação social do espaço pelo capitalismo colonial (Cabral, 1976: 889 e ss). O conceito de “Nação Una”, desenvolvido por Norton de Matos desde 1933¹⁹, supondo uma ligação estreita ou mesmo um prolongamento da metrópole nas colónias, através de uma política de intensificação da ocupação dos espaços por “famílias de portugueses brancos”, confirma esta evolução²⁰. As duas correntes imperialistas correspondem antes a temporalidades distintas e por vezes não-coincidentes, consoante os territórios ou mesmo as regiões no interior de cada uma das colónias. A constatação de uma certa complementaridade entre o modelo de administração militar descentralizada e essoutro de prolongamento territorial da metrópole na colónia, visível nas diferentes formas que vai assumir o “culto de Mouzinho”, deve-se sobretudo à sucessão descontínua no terreno dos processos de desterritorialização e de reterritorialização²¹. A participação dos colonialistas republicanos ou libertários como Julião Quintinha no “culto de Mouzinho” que se vai desenvolver a partir do final dos anos 1920, tem também a ver com uma recuperação literal do programa de governo militar cesarista esboçado pelo Comissário Régio no seu relatório *Moçambique: 1896-1898*, publicado em 1899 (Albuquerque, 1899). Com efeito, os colonialistas republicanos aderiam ao modelo de descentralização imperial defendido por Mouzinho, e posto em prática por Norton de Matos ou Brito Camacho, na sua oposição à política de estreita dependência das colónias em relação à metrópole, implementada a partir da promulgação do *Acto Colonial* em 1930. Neste sentido, Francisco Toscano et Julião Quintinha afirmam em *A derrocada do Império Vátua e Mousinho d'Albuquerque*, o panegírico de Mouzinho que seria distinguido com o primeiro prémio no V concurso de literatura colonial em 1930:

E a obra colonial da República, salvo pequenas restrições, merece o apoio de todos os portugueses. (...) Foi a República quem criou o primeiro Ministério das Colónias, quem concedeu a descentralização defendida por Mousinho e quem completou a ocupação e realizou as mais importantes obras de fomento (Toscano, e Quintinha, 1935 [1930]: 162-163).

¹⁸ João Belo foi um dos oficiais das campanhas de Mouzinho, tendo permanecido cerca de trinta anos em Moçambique, até 1925, exercendo funções militares e administrativas.

¹⁹ *A Nação Una* de Norton de Matos lembra curiosamente a *União Nacional* de Salazar.

²⁰ Num apelo “aos novos de Portugal” difundido em 1933, Norton de Matos proclama: “Tomai a peito o desenvolvimento paralelo dos territórios portugueses: – que a totalidade dos recursos e das energias nacionais seja aproveitada para a organização da Nação Una; que a todos toquem os sacrifícios e as vantagens. ‘Tudo para todos’ deve ser a vossa divisa. Nunca deis, no vosso esforço, a impressão de que olhais somente para um aspecto da questão nacional, para o desenvolvimento de uma região com exclusão das outras. Quebrareis assim a “unidade nacional”, sem a qual nada conseguiremos, nada seremos.” (Matos, 1944: I vol., 23) Ver também o ensaio *A nação una* (Matos, 1953).

²¹ Sobre o “culto de Mouzinho”, Wheeler, 1980: 301 e ss.

Na realidade, tanto o Comissário Régio Mouzinho como depois o Alto-Comissário republicano Norton de Matos eram antes de mais favoráveis às suas próprias formas de governo autocrático, que apenas tinha eventualmente de responder perante os núcleos de colonizadores europeus. Como referimos, as comunidades crioulas encontravam-se entre os principais opositores de um governador em geral muito próximo dos interesses dos colonos (Silva *et al.*, 1995: 349-404; Torres, 1987: 101-106; Andrade, 1997 [posth.]: 106-107, 125-126). A narrativa historiográfica de Toscano et Quintinha constitui o melhor exemplo da participação republicana no “culto de Mouzinho”. Neste quadro, é ainda de referir a obra *Mouzinho* do general Ferreira Martins, inicialmente destinada a ser publicada na coleção Cadernos Coloniais da editora Cosmos mas que acabaria por sair em 1938 em edição especial (Martins, 1938). Assinale-se também que a editora Cosmos, próxima do partido comunista (Neves, 2006), vai assumir a difusão de uma visão colonial “republicana” do mundo durante os anos 1930-1940, sobretudo com a coleção de brochuras Cadernos Coloniais²². As obras de Toscano e Quintinha e do general Ferreira Martins são a pôr em paralelo com a narrativa *Mouzinho: Grande capitão de África* de Amadeu Cunha, publicada pela Agência Geral das Colónias sob o formato de cinco brochuras, entre 1935 e 1936, na coleção Pelo Império (Cunha, 1935-1936). Esta coleção de brochuras foi editada entre 1935 e 1961 no quadro da doutrinação imperial do fascismo. O filme *Chaimite*, realizado por Jorge Brum do Canto em 1953, constitui o corolário da construção de Mouzinho enquanto ícone do império moderno pelo regime fascista. A este nível, pode ser estabelecida uma relação com *Feitiço do Império*, rodado em 1940 por António Lopes Ribeiro a partir do romance homónimo de Joaquim Mota Júnior (Mota Júnior, 1940). Trata-se tanto de uma película que inaugura a transposição para o cinema do realismo característico da literatura colonial “científica” como da primeira obra audiovisual de doutrinação imperial destinada a uma larga audiência. A. Lopes Ribeiro utilizou em grande parte imagens captadas por ocasião da *Missão Cinegráfica às Colónias de África*, conduzida por Carlos Selvagem em 1937.

A instituição da Agência Geral das Colónias, em 1924, com base num largo consenso social e político, aparece a par da conclusão das campanhas de conquista de territórios em África. De uma certa forma, a Agência inscreve-se já num projeto de transformação social do espaço, refletindo o programa político da “fixação” preconizado por António Sérgio e pela esquerda republicana reunida à volta do círculo da *Seara Nova*²³. Esta política, no quadro imperial, significa a ocupação pela colonização “branca” e a exploração económica intensiva dos territórios e das populações dos espaços coloniais. A “política de fixação” de António Sérgio aparece muito mais em fase com o centralismo do programa imperial do fascismo, expresso no *Acto Colonial*, que com o modelo precedente de autonomia administrativa dos territórios coloniais. A presença de Quirino de Jesus (1865-1935), um dos principais ideólogos da *Seara Nova* nos anos 1920, por detrás da elaboração do *Acto Colonial* toma todo o sentido neste contexto. Quirino de Jesus tinha-se tornado na eminência parda do regime e era a principal influência política de Salazar, encontrando-se associado às principais orientações programáticas do Estado Novo na primeira metade dos anos 1930²⁴.

O *Acto Colonial* institui-se sobretudo como prelúdio ao projeto de corporativismo fascista expresso e consignado na constituição de 1933 que define o Estado Novo²⁵. A partir da

²² A coleção completa pode ser consultada no site *Memória de África*.

²³ Ver por exemplo o número especial da revista *Seara Nova* sobre o “problema colonial”, em particular o artigo de Quirino de Jesus: *Portugal e as colónias: As ambições estranhas* (Jesus, 1926: 154-161).

²⁴ Ver a este respeito a forma como Quirino de Jesus é retratado por J. A. França (França, 2010: 25-26). A obra *Nacionalismo Português*, publicada em 1932 por Quirino de Jesus, constitui uma das melhores fontes para se compreender o quadro ideológico do fascismo português (Jesus, 1932). Ver também a recolha *Cartas e relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar* (Jesus, 1987). Ver ainda: Rodrigues, 2006.

²⁵ Ver a este respeito: Rosas *et al.*, 2012.

promulgação destas duas bases fundadoras, o regime de Salazar vai assumir contornos cada vez mais totalitários. Os territórios do império vão ser transformados em vastos campos de trabalho onde são impostas as novas formas de escravatura que caracterizam o capitalismo nas colónias portuguesas. Na metrópole, o desenvolvimento de uma economia corporativa tem lugar em simultâneo com a eliminação física dos dirigentes e dos principais militantes das organizações operárias no campo da “morte lenta” do Tarrafal, inaugurado como mencionámos em 1936. Por outro lado, a oposição política republicana vai ser neutralizada e são implementadas formas de doutrinação fascista e de controle da personalidade designadas pelo regime de “política do espírito”²⁶. O integrismo católico domina cada vez mais a vida social e individual, enquanto as populações urbanas são enquadradas por organizações de massa como as já referidas Legião Portuguesa ou Mocidade Portuguesa, instituídas também desde 1936 após a eclosão da guerra civil em Espanha. Estas organizações são diretamente inspiradas nas suas congéneres italianas ou alemãs, assim como a polícia política PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado), formada em 1933, que espalha o terror através de detenções, tortura, deportações e assassinatos, asfixiando todas as formas de atividade social ou política. Após a derrota das tropas do Reich em Stalingrado, em 1942-1943, sinal que prenuncia o colapso do nazismo, o fascismo português afasta-se lentamente da via totalitária na metrópole; no entanto nas colónias o quotidiano de terror não conhecerá mudanças.

Entre os historiadores consultados ao longo desta pesquisa, M. Villaverde Cabral demonstrou a natureza fascista da ditadura portuguesa sem no entanto aprofundar a análise do período situado entre 1930 e 1942, quando o regime assume nitidamente contornos totalitários (Cabral, 1976; Cabral, 1978). Fernando Rosas considera o Estado Novo como um “regime de vocação totalitária”, em particular durante os anos 1930 (Rosas, 2001). A análise das características da ditadura portuguesa no seu conjunto conduziram Michel Cahen a conclusões similares (Cahen, 2008). H. Arendt recusou considerar os regimes de Franco e de Salazar como formas de totalitarismo, provavelmente devido à posição ambígua dos fascismos espanhol e português em relação à perseguição dos judeus (H. Arendt, 2002 [1948-1975]: 548-549, 1211). A posição de H. Arendt serve sem dúvida de caução a historiadores como Stanley Payne que considera a ditadura portuguesa como um regime autoritário corporativo católico (Payne, 1995: 313, 317), chegando mesmo a retomar a fórmula paradoxal de Manuel Braga da Cruz que vê no salazarismo um sistema de “liberalismo corporativo autoritário” (idem: 313). Antes, num colóquio realizado em Lisboa em 1986, S. Payne propusera a noção de “regimes organicistas moderados ou corporativos” para definir modelos ditatoriais como o de Salazar (Payne, 1987: 26). Da mesma forma, historiadores como João Medina, Yves Léonard ou António Costa Pinto defendem que a ditadura portuguesa não pode ser interpretada como um sistema totalitário (Medina, 1993; Léonard, 1996; Pinto, 1992; Pinto, 2015: 235-237, 333-343). Como assinalou M. Villaverde Cabral, continua a faltar um estudo aprofundado das relações entre a expansão imperialista e a ascensão e posterior consolidação do fascismo em Portugal com Salazar (Cabral, 1988: 273-274), ainda que sua estreita associação não deixe margem para dúvidas (Cabral, 1976: 889 e ss). As nossas pesquisas permitem avançar que a investigação sobre a relação entre império e fascismo deverá também ter em conta as características totalitárias das sociedades coloniais desde o final do século XIX e igualmente o papel do pensamento racial na emergência e desenvolvimento das correntes fascistas. Por outro lado, podem ser estabelecidas conexões entre contextos imperialistas comparáveis, em particular a partir

²⁶ Ver por exemplo: Ó, 1999.

da relação entre experiência colonial italiana ou alemã e a implantação de sociedades totalitárias nestes países²⁷.

As projeções fantasistas expressas por altura da promulgação do *Acto Colonial* pelo general nacional-sindicalista João de Almeida, em particular sobre o fundo atlante da “raça portuguesa”, não apresentam na realidade características mais ficcionais do que a aparência de rigor científico da “raciologia” ou “ciência das raças” da escola de antropologia de Mendes Correia. Com o advento do fascismo, os raciólogos passaram a ter uma função administrativa central no estado corporativo pela participação direta nos processos de reterritorialização imperial, através da implementação de um programa de antropologia colonial. No novo quadro totalitário, marcado pelas pretensões de eficácia e de rigor da burocracia fascista, não é de forma alguma surpreendente ver Mendes Correia, em 1940, no discurso proferido no momento de inauguração da grande realização da propaganda do regime, o Congresso do Mundo Português, apresentar o condutor da nação como o verdadeiro protótipo do “Chefe” da “Raça portuguesa”:

Está presente, senhores, está entre nós, nestas galas cultas duma Universidade moderna, a figura rude, forte, varonil, embora esbatida pelo tempo, dum homem que apenas veste um saio negro de lã grosseira, se protege com um pequeno escudo redondo, suspenso do pescoço por correias, empunha uma curta adaga e trás os compridos cabelos amarrados com uma fita. Pastor dos Hermínios, soldado, chefe, adivinhastes quem é.

Homens civilizados do século XX, portadores dos pergaminhos duma história admirável, inclinamo-nos todos em homenagem respeitosa perante êsse vulto o qual nos contempla com uma indulgência patriarcal que contrasta com a austera dureza do seu porte e das suas tradições guerreiras. Sorri satisfeito perante mais de dois mil anos duma história de que é precursor, perante oito séculos duma independência de que é o símbolo heróico.

É êle quem abre o ciclo dos Chefes gloriosos, êsse ciclo que hoje, perante o mundo alcançado e atônito, tem como alta e serena encarnação lusitana, outro português da Beira, expressão das virtudes perenes duma Raça, vivificada pela chama da fé em valores espirituais e nos destinos sagrados da Pátria (Correia, 1940: 15-16).

Ao reinvestir a lenda de Viriato, o dirigente da resistência lusitana à ocupação romana, Mendes Correia retoma o mito da “raça portuguesa” que se teria constituído enquanto “raça histórica” nesse período. Segundo as ficções debitadas ao longo de mais de um século por Alexandre Herculano, Teófilo Braga, Oliveira Martins, António Sardinha, João de Almeida e pelo próprio Mendes Correia entre muitos outros, os lusitanos já condensariam, desde há mais de dois milénios, as características biológicas e culturais dos portugueses de 1940. O ditador Salazar, à frente da burocracia fascista, que Mendes Correia integra plenamente, aparece representado como o “Chefe glorioso”, encarnando à semelhança de Viriato a “expressão das virtudes perenes duma Raça”. As “tradições guerreiras” da raça são indissociáveis para o raciólogo da “história admirável” e dos “destinos sagrados da Pátria”. Estes desígnios traduziram-se na realidade, durante os cinquenta anos que antecederam este discurso, por um envolvimento da população portuguesa nos fluxos de morte que devastaram os territórios africanos e contribuíram para a instauração do fascismo na metrópole. Em 1940, quando as principais campanhas de conquista se encontravam concluídas há cerca de vinte anos, a segmentaridade totalitária prossegue ao longo de linhas mortíferas derivadas das que caracterizaram a fase inicial de luta pelo império. A estreita relação entre o fascismo e o império funda-se de facto nas representações da luta sacrificial da “raça portuguesa” e na intensidade dos fluxos de morte que acompanha-

²⁷ Ver por exemplo: Palumbo, 2003; Vargaftig, 2016; Gemeaux, 2010; Olusoga *et al.*, 2011 [2010]; Theweleit, 1987 [1978]; Theweleit, 1989 [1978].

ram os processos de apropriação geográfica. A natureza mortífera do fascismo imperial vai revelar-se em todo o seu horror, volvidos apenas vinte anos após o discurso de Mendes Correia, quando a longa resistência cultural das populações colonizadas culmina na luta política pela independência. A intransigência do regime português para encontrar uma solução política conduz, em 1961, a um primeiro levantamento armado em larga escala no noroeste de Angola. A resposta do governo português de Salazar vai ser o genocídio do povo *bakongo* desta colónia, retomando assim, quarenta anos depois, as práticas assassinas evocadas e glorificadas nas narrativas coloniais até aos anos 1930²⁸. Em 1964, um primeiro levantamento armado pela independência, em Mueda, no planalto maconde, onde se concluíra por volta de 1920 a conquista de Moçambique, vai também saldar-se por um massacre das populações africanas. Os fluxos de morte, sob um fundo ideológico de luta da “raça portuguesa” pela realização do império²⁹, vão acompanhar o fascismo até à sua queda em 1974, num contexto de sucessivas derrotas, tanto militares como políticas, que conduzirão também à independência das colónias.

Referências bibliográficas

- Alberto, Manuel Simões (1933), *Condenados: A Grande Guerra vivida às portas do degredo*, Aveiro: e. a.
- Albuquerque, Mousinho de (1897), Chaimite. In: Ornelas, Ayres d', et al. (Henrique Paiva Couceiro, e Eduardo Costa, e Joaquim Mousinho de Albuquerque), *A campanha das tropas portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*, Lisboa: M. Gomes.
- (1899), *Moçambique: 1896-1898*, Lisboa: Manoel Gomes.
- Alexandre, Valentim (2000), Situações coloniais: II – O ponto de viragem: as campanhas de ocupação (1890-1930). In: Bethencourt, Francisco, e Chaudhuri, Kirti, dir., *Do Brasil para África (1808-1930): IV vol.: História da expansão portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates, pp. 182-211.
- (2000a), *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*, Porto: Afrontamento.
- Almeida, João de (1918), *Visão do Crente*, Porto: Companhia Portuguesa.
- (1932), *Nacionalismo e Estado Novo*, Lisboa: Agência Geral das Colónias/Parceria António Maria Pereira.
- (1936 [1912]), *Sul de Angola: Relatório de um govêrno de distrito: (1908-1910)*, Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- (1950-1952), *O fundo atlante da raça portuguesa e a sua evolução histórica*, 2 vol., Lisboa: e. a.
- Andrade, Mário de (1997 [posth.]), *Origens do nacionalismo africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*, Lisboa: D. Quixote.
- Arendt, Hannah (2002 [1948-1975]), *Les origines du totalitarisme, suivi de Eichmann à Jérusalem*, (dir. ed.: Pierre Bouretz), Paris: Gallimard.
- Assis Júnior, António de (2014 [1917]), *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Lisboa: Mercado de Letras.
- Bhabha, Homi K. (2004 [1994]), *The Location of Culture*, (with a new preface by the author), London/New York: Routledge.

²⁸ Sobre o genocídio dos Bakongo de Angola, em 1961, ver o nosso artigo: *Frantz Fanon and the Struggle for the Independence of Angola: The Meeting in Rome in 1959* (Neves, 2015).

²⁹ Até 1973, a festa nacional portuguesa será celebrada como “Dia da Raça” pelo fascismo português, tendo lugar a 10 de junho, suposta data de falecimento do poeta Camões. Como se sabe, desde 1977 a data assinala o “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”.

- Cabral, Manuel Villaverde (1976), *Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes*, *Análise Social*, vol. XII (48), 1976-4.º, pp. 873-915.
- (1979), *A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)*, *Análise Social*, vol. XV (8), 1979-2.º, pp. 373-392.
- (1988), *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, 2.ª ed., Lisboa: Presença.
- Cahen, Michel (2008), *Salazarisme, fascisme et colonialisme: Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception*, *Portuguese Studies Review* (Toronto), vol. XVI-1, pp. 87-113.
- (2012), *Indigenato Before Race? Some Proposals on Portuguese Forced Labour Law in Mozambique and the African Empire (1926-1962)*. In: Bethencourt, Francisco, e Pearce, Adrian J., ed., *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-speaking world: Proceedings of the British Academy*, Wiltshire: Oxford University Press, pp. 149-171.
- Carvalho, António G. G. Ribeiro de (1957 [1940]), *As campanhas ultramarinas de Gomes da Costa: Com um apêndice sobre Mousinho*, 2.ª ed., Lisboa: e. a. [1.ª ed. em *Cadernos Coloniais*, 1940].
- Castro, José de, e Garcia, José Luís (1995), *A Batalha e a questão colonial*, *Ler História*, n.º 27-28, Lisboa, pp. 125-146.
- Cértima, António de (1925 [1924]), *Epopeia maldita: O drama da guerra de África*, 3.º milhar, Lisboa: e. a.
- Correia, António Augusto Mendes (1940), *Da pre-história à história portuguesa*, Separata dos Anais da Faculdade de Ciências do Porto, Porto: Imprensa Portuguesa.
- Costa, Manuel Gomes da (1899), *Gaza: 1897-1898*, Lisboa: M. Gomes.
- (1920), *A batalha do Lys*, Porto: Tip. Renascença Portuguesa.
- (1925 [1922]), *A guerra nas colónias: 1914-1918*, 2.ª ed. aum., Lisboa: Portugal-Brasil.
- (1939) *A revolta de Goa e a campanha de 1895-1896*, s/l [Lisboa]: s/n [Soc. Ind. de Tipografia].
- Cunha, Amadeu (1935-1936), *Mousinho: Grande capitão de África*, 5 vol., Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Deleuze, Gilles, e Parnet, Claire (1996 [1977]), *Dialogues*, 2.ª ed. aum., Paris, Flammarion.
- Enes, António (1945 [1898]), *A guerra de África em 1895 (Memórias)*, 2.ª ed., Lisboa: Edições Gama.
- França, José Augusto (2010), *O Ano X: Lisboa 1936: Estudo de factos socioculturais*, Lisboa: Presença.
- Gabel, Joseph (1962), *La fausse conscience: Essai sur la réification*, Paris: Minuit.
- Galvão, Henrique (1934 [1931]), *História do nosso tempo: Acção e obra de João de Almeida*, 2.ª ed., Lisboa, s/n (Ottosgráfica).
- (1935), *Dembos*, 3 vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- Gemeaux, Christine de, dir. (2010), *Empires et colonies: l'Allemagne, du Saint-Empire au deuil postcolonial*, Clermont-Ferrand: Presses universitaires Blaise-Pascal.
- Jesus, Quirino de (1926), *Portugal e as colónias: As ambições estranhas*, *Seara Nova: O problema colonial: Número especial*, n.º 68-69, Lisboa, 09/01/1926, pp. 154-161.
- (1932), *Nacionalismo português*, Porto: Empresa Industrial Gráfica.
- (1987), *Cartas e relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, Lisboa: Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.
- Kristeva, Julia (1983 [1980]), *Pouvoirs de l'horreur: Essai sur l'abjection*, Paris: Seuil.
- Leal, Cunha (1924), *Calígula em Angola*, Lisboa: e. a.
- Léonard, Yves (1996), *Salazarisme et fascisme*, Paris: Chandeigne.

- (2000), I: A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930). In: Bethencourt, Francisco, e Chaudhuri, Kirti, dir., *Do Brasil para África (1808-1930): IV vol.: História da expansão portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates, pp. 521-535.
- (2000a), II: A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930). In: Bethencourt, Francisco, e Chaudhuri, Kirti, dir., *Do Brasil para África (1808-1930): IV vol.: História da expansão portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates, pp. 536-553.
- Lima, Veva de [pseud. de Genoveva de Lima Mayer Ulrich] (1928), *D'aquém & d'além-mar: Crônicas de viagem (1923-1924)*, Lisboa: e. a.
- Maia, Carlos Roma Machado de Faria e (1936 [c. 1918]), *Nostalgia africana: Verídicas narrativas*, (nova ed. aum. de *Scenas africanas: 1897 a 1917*), Lisboa: e. a.
- Manya, Judith (2004), *Le Parti Communiste Portugais et la question coloniale: 1921-1974*, Thèse de doctorat, Bordeaux: Université Montesquieu.
- Martins, Ferreira (1938), *Mousinho*, Lisboa, Cosmos.
- Matos, Norton de (1923), *A missão colonizadora de Portugal em África*, Lisboa: Papelaria Fernandes.
- (1926), *A Província de Angola*, Porto: Maranus, 1926.
- (1934), *A acção civilizadora do exército português no Ultramar: Conferência, s/l* (Porto): Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa.
- (1944/1945), *Memórias e trabalhos da minha vida*, 4 vol., Lisboa: Editora Marítimo-Colonial.
- (s/d [1951]), *Angola: Ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola que se publica ao reeditar-se o seu relatório de governo*, Lisboa: Gama.
- (1953), *A nação una: Organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*, (pref. de Egas Moniz), Lisboa: Paulino Ferreira Filhos.
- (1953a), *África nossa: O que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*, Porto: Marânus.
- Medina, João (1993), Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo. In: Medina, João, dir., *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias: vol. XII: O Estado Novo: I: O ditador e a ditadura*, Amadora: Ediclube, pp. 11-142.
- Mota Júnior, Joaquim (1940), *O feitiço do império*, Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Muralha, Pedro (s/d [1925]), *Terras de Africa : S. Tomé e Angola*, s/l [Lisboa]: s/n [Publicita].
- Nandy, Ashis (1988 [1983]), *The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self under Colonialism*, Delhi/Oxford, Oxford University Press.
- Neves, João-Manuel (2015), *Frantz Fanon and the Struggle for the Independence of Angola: The Meeting in Rome in 1959*, *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies*, vol. 17, issue 3, Routledge, pp. 417-433.
- (2017), As ilhas de São Tomé e Príncipe na narrativa de viagem de Julião Quintinha. In: Mata, Inocência, e Silva, Agnaldo Rodrigues da, coord., *Trajetórias Culturais e Literárias das Ilhas do Equador – Estudos sobre São Tomé e Príncipe*, São Paulo, Pontes Editores.
- Neves, José (2006), A Biblioteca Cosmos. In: Curto, Diogo Ramada, dir., *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pp. 823-878.
- (2011 [2010]), *Comunismo e nacionalismo em Portugal: Política, cultura e história no século XX*, 2.ª ed., Lisboa: Tinta-da-China.
- Noronha, Eduardo de (1934/1906), *Mousinho de Albuquerque: O militar, o colonial, o administrador: Narrativa histórica e militar – ilustrada*, (Prefácios: Aires de Ornelas, Paiva Couceiro; 2.ª ed. de *O Herói de Chaimite*, revista, correcta e modificada), Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Ó, Jorge Ramos do (1999), *Os anos de Ferro: O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”: 1933-1949 : Ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa: Estampa.

- Olusoga, David, e Erichsen, Casper W. (2011 [2010]), *The Kaiser's Holocaust: Germany's Forgotten Genocide*, London: Faber and Faber.
- Ornelas, Aires de (1930), Prefácio. In Costa, Manuel Gomes da, *Memórias*, Lisboa: A. M. Teixeira & C^{ia}.
- Palumbo, Patrizia (ed.), (2003), *A Place in the Sun: Africa in Italian Colonial Culture from Post-unification to the Present*, Berkeley/London: University of California Press.
- Payne, Stanley (1987), A taxonomia comparativa do autoritarismo. In: Pinto, António Costa (org.), *O estado novo: das origens ao fim da autarquia: 1926-1959*, 2 vol., Lisboa, Fragmentos, I vol., pp. 23-30.
- (1995), *A History of Fascism: 1914-1945*, Oxon/New York: Routledge.
- Pélissier, René (1984), *Naissance du Mozambique: Résistance et révoltes anticoloniales (1854-1918)*, 2 tomos, Orgeval, Éd. Pélissier.
- (2004), *Les campagnes coloniales du Portugal: 1844-1941*, Paris: Pygmalion.
- Pinto, António Costa (1992), *O salazarismo e o fascismo europeu: Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa: Estampa.
- (2015), *Os camisas azuis e Salazar: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*, Lisboa: Edições 70.
- Quintinha, Julião (1929), *Oiro africano: Crónicas e impressões de uma viagem jornalística na África Oriental Portuguesa*, Lisboa: Edições Portugal Ultramar.
- Rodrigues, Abel Martins (2006), *As origens do salazarismo: O nacionalismo português segundo Quirino de Jesus*, Braga: Universidade do Minho.
- Rollo, Maria Fernanda (coord.), (2013-2014), *Dicionário de história da I República e do republicanismo*, 3 vol., Lisboa: Assembleia da República.
- Rosas, Fernando (2001), *O salazarismo e o homem novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*, *Análise Social*, vol. XXXV (157), pp. 1031-1054.
- Rosas, Fernando, autor do vol., e Martins, Fernando, e Amaral, Luciano do, e Rollo, Maria Fernanda, colaboradores, (1994), *O Estado Novo (1926-1974): 7.º vol.: História de Portugal*, (dir.: José Mattoso), Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando, e Garrido, Álvaro (coord.), (2012), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, Coimbra: Almedina.
- Selvagem, Carlos (1925 [1919]), [pseud. de Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos], *Tropa d'África*, 4.ª ed., Lisboa/Paris: Aillaud e Bertrand.
- Silva, Armando B. Malheiro da, e Garcia, José Luís Lima (1995), *Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar*, *Revista de História das Ideias*, vol. 17, pp. 349-404.
- Telo, António José (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Cosmos.
- Theweleit, Klaus (1987 [1978]), *Male fantasies*, 1.º vol., Minneapolis: Univ. of Minnesota Press.
- (1989 [1978]), *Male fantasies*, 2.º vol., Oxford: Polity Press.
- Torres, Adelino (1987), As empresas e a economia angolana de Norton de Matos a Vicente Ferreira (o protocapitalismo dos anos 20). In: Pinto, António Costa, org., *O estado novo: das origens ao fim da autarquia: 1926-1959*, 2 vol., Lisboa: Fragmentos, II vol., pp. 101-106.
- (1991), *O império português: entre o real e o imaginário*, Lisboa: Escher.
- Toscano, Francisco, e Quintinha, Julião (1935 [1930]), *A derrocada do Império Vátua e Mousinho d'Albuquerque*, 2 vol., 3.ª ed. rev. et aum., Lisboa: Casa Editora Nunes de Carvalho.
- Vargaftig, Nadia (2016), *Des empires en carton: Les expositions coloniales au Portugal et en Italie (1918-1940)*, Madrid: Casa de Velázquez.
- Wheeler, Douglas L. (1980), *Joaquim Mousinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo*, *Análise Social*, Lisboa, vol. XVI (61-62), pp. 295-318.

José Capela e a Igreja Católica

Eric Morier-Genoud*

pp. 167-175

José Capela (pseudónimo de José Soares Martins) é muito conhecido como historiador da escravatura, das sociedades pré-coloniais e do movimento operário em Moçambique e em Portugal. Menos conhecido é o seu percurso religioso e sua pesquisa sobre a Igreja Católica em Moçambique. No entanto, estas duas facetas são tão importantes e interessantes como os seus estudos históricos mais conhecidos. Um olhar sobre o percurso religioso de José Capela e sua pesquisa sobre a Igreja Católica deverá ajudar-nos a entender a sua personalidade e sua perspetiva socio-histórica. Nesta ordem de ideias, apresentarei dois elementos no presente artigo, Capela, o padre, e Capela e a história da Igreja Católica, em duas secções sucessivas, antes duma conclusão onde tentarei sublinhar alguns traços da personalidade e da visão de “Zé Capela”.

Antes disto, talvez valha a pena relatar como conheci José Capela. O meu encontro com o professor foi, primeiro, indireta e obviamente, por via das publicações dele. A seguir, encontrei-o pessoalmente em 1990, quando iniciei uma pesquisa sobre a Igreja Católica e a diocese da Beira em Moçambique, cujo bispo foi durante muitos anos Dom Sebastião Soares de Resende. Procurando o diário do bispo, fui informado de que José Capela era seu sobrinho e que não só ele tinha o arquivo do tio como também tinha sido padre na Beira antes da independência. Por isso, entrei em contacto com o professor em 2000, para falar do arquivo do tio e da experiência dele. Entrevistei-o e ele facultou-me o acesso ao diário do tio que estava depositado num colégio de Ermesinde, dirigido pelo seu irmão, o padre Sebastião Braz. Só voltei a ver José Capela uma vez mais, em 2014, aquando duma conferência na Universidade do Porto. Ele procurou-me e encorajou-me a publicar o diário de Dom Sebastião.

Capela, o Padre

José Soares Martins nasceu em 1932. O pai era comerciante e lavrador; a mãe era irmã de Dom Sebastião Soares de Resende, o primeiro bispo da diocese de Beira, Moçambique. Dom Sebastião foi para a Beira nos fins de 1943, quando Capela tinha 13 anos. O bispo guardou contacto com a família, visitando-a sempre que ia a Portugal e, sem dúvida, foi uma influência para José Capela ingressar no seminário com seu irmão. No seminário, ele interessou-se pelos trabalhos missionários e por África, lendo romances e trabalhos etnológicos. Ele próprio o recorda e menciona nas suas memórias:

Na biblioteca do seminário, a que tinha acesso privilegiado e que frequentava em satisfação de brotoejado etnológica, li a partida para a Guiné de quem se propunha estudar as línguas locais. Engenheiro de profissão, deixara tudo em troca do diletantismo magnífico. Então, mais do que os brasileiros, eram os africanistas que surgiam de férias, despertando curiosidades novas e excitando imaginações jovens (Capela, 2017: 54).

* Queen's University Belfast. e.morier-genoud@qub.ac.uk

José Capela graduou-se em teologia no Seminário do Porto em 1954. Logo a seguir, o tio convidou-o a ir trabalhar na sua diocese, em Moçambique, convite que Capela aceitou “com um sim decidido” (Capela, 2017: 54).¹ Chegou à Beira a 5 de Março de 1955 – naquele dia, o tio escreveu no seu diário:

*Chegou o P. José Martins. Veio de avião e aqui vinha com o Manuel Resende e o José Resende, seus primos. Parece-me muito magro e pálido. Não sei se é normal aquilo, se não é normal. Tem muita lábia, facilidade de conversa e revela cultura geral bastante boa. O moleque Francisco disse-me: Padre novo tem cabelo, cabeça, cara e olhos como sr. Bispo!!! Que melhor! O outro pequenito Eduardo perguntou-me se ele era meu irmão. Respondi que era sobrinho.*²

Desde 1940, graças à Concordata e ao Acordo Missionário, o Estado e a Igreja Católica eram aliados próximos nas colónias e o Estado apoiava o trabalho da Igreja com abundantes fundos, terras e outros privilégios. Bispo muito dinâmico, Dom Sebastião usava estes apoios para criar inúmeras novas missões, paróquias, igrejas, escolas e hospitais, que muito se esforçou por dotar de pessoal religioso. Viajava bastante para o estrangeiro na procura de missionários dispostos a trabalhar em Moçambique já que Portugal não tinha religiosos em número suficiente para a tarefa missionária nas colónias (Morier-Genoud, no prelo, ch. 1). Em 1955, quando Capela chegou a Moçambique, era tempo de “alto colonialismo”. O Estado tinha planos de um maior desenvolvimento e os movimentos nacionalistas africanos estavam ainda por nascer (Pereira, 2012). Se o desenvolvimento colonial se fazia com apoio do Estado, fazia-se também, senão sobretudo, graças ao trabalho forçado e à produção forçada dos Africanos (Zamparoni, 2004; Isaacman, 1996). Dom Sebastião era um bispo moderno e adepto da doutrina social da Igreja e, por isso, tal situação incomodava-o. Há numerosas condenações da situação social na Beira no diário do Bispo. Em 1950, ele denunciou pela primeira vez *publicamente*, na sua pastoral anual intitulada *Ordem Anti-Comunista*, o trabalho forçado e a produção forçada do algodão. Isto criou a primeira crise entre a Igreja e o Estado na Beira, tendo o Estado proibido a circulação da pastoral. Ainda assim, em privado o governador tentou obter do bispo o nome dos empresários do algodão que quebravam a lei para os perseguir.

Chegado à Beira, José Capela trabalhou como padre diocesano e no jornal da diocese, o famoso *Diário de Moçambique* (fundado em 1950), onde, pouco depois, iniciou uma nova página de “Arte e Letras”. Em 1956, face às dificuldades de recrutar jornalistas, Capela foi convidado a integrar a redação do jornal a tempo inteiro e, em 1959, depois de meses fora do jornal, foi promovido a diretor-adjunto, portanto, diretor executivo do diário, uma vez que o Bispo, formalmente o diretor, não o dirigia (Capela, 2017: 71-72). O *Diário de Moçambique* era uma obra importante para Dom Sebastião, na qual ele investiu muito dinheiro e energia. Para ele, era um meio não tanto para evangelizar os africanos, mas para “reconquistar” os portugueses na colónia. O jornal foi desenhado para não parecer um diário religioso, a fim de melhor chegar e convencer os colonos crentes praticantes e não-praticantes, assim como os não-crentes. Sendo um jornal da Igreja, tinha uma linha editorial independente e com alguma distância face ao governo colonial (Rocha, 2000: 169-170).³

Como diretor do *Diário de Moçambique*, Capela conseguiu dar um novo ímpeto ao jornal. Depois da modernização dos meios de comunicação e de produção, ele lançou-se na expansão da atividade jornalística, tomando conta, em 1960, do jornal *Voz Zambeziana* (até então

¹ Ver também entrevista telefónica com o José Capela, Porto, 1 de Outubro de 2000 e entrevista presencial, Porto, 20 de Outubro de 2000.

² Diário do Bispo da Beira (agora depositado na Biblioteca Central da Faculdade de Letras, Universidade do Porto), Março de 1955.

³ Ilídio Rocha engana-se sobre a data de lançamento do jornal que é Dezembro de 1950 e não Dezembro de 1951.

editado pela diocese de Quelimane), relançando, em 1962, o *Voz Africana* (jornal do Centro Africano de Manica e Sofala) e iniciando, em 1963, uma nova revista chamada *Economia de Moçambique* (Capela, 1989; Rocha, 2000: 169-170). Sobre o *Voz Africana*, que passou de jornal mensal para mestiços a um jornal bimensal para os Africanos, Capela explicou o seguinte num artigo histórico-biográfico:

Na redação do Diário de Moçambique tínhamos chegado a conclusão da impossibilidade de fazer deste [o Diário de Moçambique] um jornal africano. O atraso da escolarização junto dos indígenas, nomeadamente na zona de maior influência do diário, os interesses altamente diferenciados de europeus para africanos, a viver, cada [uma] das raças, numa separação que atingia todos os níveis, a censura prévia à imprensa eram alguns dos motivos que nos levavam a tal convicção [da necessidade de lançar um jornal só para africanos] (Capela, 1971: 7-8).

Capela e a diocese escolheram escrever e publicar o jornal *Voz Africana* em português, a língua oficial da província, o que limitou a sua circulação. Apesar disso, o jornal teve bastante sucesso. Capela conta que o sucesso era tanto que: “As cartas [dos leitores] choviam sobre a redação em número tal que, publicando-se embora duas páginas de formato ‘tabloid’, em cada número, nem com esse espaço se conseguia satisfazer totalmente a solicitação dos correspondentes”. Não era a *Voz Africana* o primeiro jornal africano em Moçambique (outros existiram antes, alguns escritos em línguas africanas), mas foi talvez o jornal mais dinâmico e “interactivo” do país, com muito espaço dedicado a cartas dos leitores – Ilídio Rocha diz que o seu sucesso se baseou “na publicação das cartas que passou a receber dos seus leitores e que refletiam os mais importantes aspetos da sua vida” (Rocha, 2000: 191).

A linha independente e às vezes crítica do *Diário de Moçambique* levou a vários conflitos entre a diocese e o Estado Colonial. A partir de 1958 e duma primeira crise com as autoridades devida a uma reportagem crítica sobre cheias, o jornal passou a ser cada vez mais censurado. Seria suspenso três vezes por não ter submetido artigos à censura ou por ter publicado uma informação incómoda para o regime (Lima, 1990). Estes conflitos e suspensões aconteceram em parte por causa do contexto, já que a situação política nacional e imperial estava tensa e o governo era cada vez mais sensível às diferenças de opinião. Em qualquer dos casos, o resultado foi uma crescente distanciação nos anos 1960 entre Estado e Igreja. Do lado católico, a perspectiva duma descolonização punha em jogo o futuro da Igreja, que não se queria afundar com o colonialismo. Capela levantou o assunto da independência de Moçambique no jornal já em 1959 (Capela, 2017: 74-75). O bispo levou mais três anos antes de apostar na independência de Moçambique, três anos durante os quais ele se aproximou do luso-tropicalismo (Morier-Genoud, 2001; Castelo, 1998). Do lado do Estado, o governo começou a duvidar da eficiência da Igreja Católica para ajudar a manter a hegemonia colonial. Por isso, por um lado, começou a diminuir o seu apoio à Igreja (em particular em relação à educação, tendo o Estado iniciado um ensino secundário oficial) e, por outro lado, começou a cooptar certas igrejas protestantes e sectores muçulmanos até então considerados indesejáveis (Cahen, 2000).

Se o início da luta armada de libertação da Frelimo em 1964 agudizou ainda mais as relações entre Estado e Igreja, também dividiu internamente a Igreja, em especial na Beira. As divisões teológicas, sociais e políticas opunham muitos padres e irmãs, maioritariamente estrangeiros, a padres e irmãs portugueses (mas não só). O bispo da Beira guardava equidistância entre as fações, tendo com único critério que os religiosos trabalhassem para o bem da Igreja. Com a morte de Dom Sebastião Soares de Resende, por doença no início do ano de 1967, este equilíbrio perdeu-se e as tensões transformaram-se em conflito aberto. Os setores conservadores da igreja e a polícia política (PIDE) aproveitaram-se da oportuni-

dade da morte do Bispo para fazer uma “limpeza” dentro da Igreja. No centro do país, eles retiraram a responsabilidade do seminário de Zobué aos Padres Brancos e entregaram-na aos Jesuítas, considerados mais leais a Portugal. Eles também expulsaram e perseguiram vários padres progressistas. Mais, a escolha do Vaticano para novo bispo da Beira dum padre liberal foi recusada por Salazar que usou, pela primeira vez, o seu direito de veto (previsto na Concordata). Em consequência, um bispo muito conservador sucedeu a Dom Sebastião na Beira, com consequências negativas para os missionários progressistas e para a estabilidade da diocese (Morier-Genoud, no prelo).

José Capela fazia parte dum pequeno grupo de clero secular português da diocese da Beira, que trabalhava com o Bispo que, sendo liberal ou progressista e aliado ao clero estrangeiro da mesma linha, se revelava cada vez mais crítico do colonialismo e da Igreja concordatária. Capela afirma que ele tinha sido inspirado por correntes do catolicismo francês, especificamente pelo *Personalismo* de Emmanuel Mounier, e por católicos franceses que tomavam posição contra a guerra da Argélia (Capela, 2010: 165; Coq, 2012). Capela teve um papel ativo nas lutas do clero a favor da descolonização e da reforma da Igreja moçambicana. Além da sua ação no *Diário de Moçambique*, escreveu em 1961 (sob anonimato) no *Témoignage Chrétien* um artigo no qual denunciava a ditadura salazarista e o colonialismo português. Nos fins de 1967, assinou uma carta dos “Padres da Beira” (redigida por um padre português) dirigida aos bispos da Conferência Episcopal de Moçambique, em que pedia plena aplicação das decisões do Concílio Vaticano II, uma alteração de posicionamento sociopolítico da hierarquia católica e mudanças em relação ao ensino no país. Ademais, Capela entregou o documento à imprensa internacional para maior difusão fora de Moçambique. Assim, a carta e a causa ganharam visibilidade internacional, mas foi a publicação da carta no próprio *Diário de Moçambique* que veio a criar mais problemas, porquanto o governo português suspendeu o jornal mais uma vez (por 30 dias), suspensão que pôs o jornal a beira da falência. Ora, esta quase-falência levou o novo Bispo da Beira a achar impossível continuar a obra e a decidir vendê-lo um ano depois a interesses... salazaristas (Capela, 2017: 85-96; Sousa, 2015: 351).

Face à crise do *Diário de Moçambique*, à crise da Igreja e da política moçambicana, a seguir ao falecimento do bispo, e tio, em 1968, José Capela decidiu sair de Moçambique. Viajou para o Brasil, onde ficou três meses, visitando o país do sul ao norte. Lá encontrou intelectuais e políticos progressistas (sem o anticlericalismo português, notou ele nas suas memórias), assim como religiosos adeptos da teologia da libertação (entre os quais Dom Helder Câmara) (Capela, 2017: 117-118).⁴ O país era fascinante, explicou em entrevista, mas não era terra dele, uma terra onde podia fazer trabalho político-social.⁵ Por isso regressou a Portugal. Aqui ponderou voltar a Moçambique, mas o novo bispo da Beira não o queria e estava disposto a tudo para ele não regressar. Ao mesmo tempo, surgiu nova oportunidade com o regresso a Portugal do Bispo António Ferreira Gomes, exilado por Salazar. O bispo propôs a Capela fazerem em conjunto um novo jornal católico no Porto, o que Capela aceitou. Seria a *Voz Portucalense* (Capela, 2017: 117-118).

De 1968 até 1974, Capela dirigiu para a diocese do Porto a editora Telos, encarregue da *Voz Portucalense* e duma livraria. Relançou a editora Afrontamento, integrou a cooperativa cultural Confrontos, iniciou um movimento cooperativista e colaborou com o Conselho Mundial da Paz. Capela descreveu-se a si mesmo como “apartidário” (pois era ainda padre), mas as suas inclinações e ações colocavam-no no mundo social e politicamente progressista e anti-colonialista. Por isso, a PIDE interrogou-o e mandou fechar a cooperativa Confrontos,

⁴ José Capela, entrevista 1 de Outubro de 2000 e 20 de Outubro de 2000.

⁵ Ibid.

de que era diretor. Mas nunca o prendeu nem o molestou fisicamente. Capela afirmou: “Do meu palmarés não consta a vitimização pela Pide” (Capela, 2017: 120). Foi durante este período que o padre Capela começou a sua pesquisa histórica sobre a escravatura, tendo publicado os seus primeiros livros, uns documentais e militantes, outros mais académicos (Capela, 2017: 117-121 e 127).

Capela e a história da Igreja Católica em Moçambique

José Capela é muito conhecido como historiador do século XVIII e XIX, tendo escrito (como já dissemos) livros e artigos sobre a escravatura, a história pré-colonial, a história da resistência à conquista portuguesa e, ainda, a história do movimento operário em Moçambique. Bem menos conhecidos são os seus trabalhos e comentários sobre a história da Igreja católica no país. São pouco numerosos e poucos conhecidos, mas são muito importantes por causa da qualidade deles e da perspectiva do autor. Primeiro, por Capela ser um grande historiador que, neste domínio, detinha um conhecimento interno e experiencial da Igreja. Segundo, pela sua perspetiva crítica, em particular face a uma certa historiografia pós-colonial, tanto religiosa como política.

O primeiro livro de José Capela foi o cruzamento do trabalho dele como padre e do trabalho inicial dele como historiador académico. Em 1971, após o seu regresso a Portugal, deu à estampa *Moçambique pelo seu povo: cartas à Voz Africana*, que juntava uma seleção das cartas enviadas ao jornal *Voz Africana*. Em 1973, Capela publicou *O Vinho para os pretos* e, em 1974, um terceiro livro (o primeiro sobre a escravatura) intitulado *Escravatura. A empresa de saque: o abolicionismo, 1810-1875*. Neste livro, Capela discute no prefácio situações de quase-escravatura (os “contratos”) existentes antes da independência em Moçambique. Sobre elas, cita extensivamente o diário do Bispo da Beira que denunciava vivamente estas situações (desde a sua chegada) (Capela, 1974). O paralelismo era interessante e ilustrativo, mas não só, pois não era necessária esta digressão sobre o Bispo para a demonstração da quase-escravatura. Daí, fica a impressão que Capela quis fazer saber que o Bispo da Beira tinha desde sempre denunciado a injustiça social em Moçambique. Sendo o livro publicado no período de transição para a independência em Moçambique, é muito provável que Capela quisesse deixar claro que a Igreja não tinha toda comungado com o colonialismo como muitos diziam na altura.

A seguir, Capela não escreveu livros nem artigos apenas sobre a Igreja. Escreveu, sim, em 1989 um pequeno artigo sobre o *Diário de Moçambique* para um número especial sobre a Beira da revista *Arquivo* (revista do Arquivo Histórico de Moçambique). O artigo era analítico e biográfico, falando da história do jornal e da experiência dele como diretor-adjunto. Em 1991, ele escreveu uma secção do seu livro *Donas, Senhores e Escravos* na Zambézia sobre a Igreja Católica no vale do Zambeze. Escreveu sobre os Dominicanos e os Jesuítas, isto é, sobre a história destes missionários, desde a chegada a Moçambique nos fins do século XVI até a primeira república anticlerical do século XX. A leitura era crítica, nuançada e complexa. Se, por um lado, documentou que historicamente os padres se comportaram como prazeiros, com tantos escravos quanto outros donos de prazos, ele não esqueceu os lados mais “positivos” da acção missionária. Como disse no livro, não lhe interessava nem a hagiografia nem a condenação sem *nuance*, pois que estas duas posições eram problemáticas. Explicou ele:

A historiografia missionária esta prejudicada a um ponto que diria irremediável, sujeita como tem sido à apologética, quando é vista do lado de dentro, e deturpada pelos preconceitos do anticlericalismo e outros que não perdoam a presença do ideal puro e porventura ingénuo portas adentro dos sistemas engendrados para a exploração, uma encarada do lado de fora (Capela, 1995: 160-161).

Mais, como historiador exigente, Capela não queria só entender a história da Igreja com *nuanças* e num contexto histórico adequado. Ele queria também estudar as dinâmicas sociais, ideias e políticas além da religião. Logo, estava interessado nos missionários, neste caso na medida em que deram um contributo à “formação do *status* e do *ethos* zambezi-anos” (Capela, 1995: 161).

A crítica de Capela à historiografia sobre Moçambique recaiu sobre a história da igreja durante o primeiro e o segundo império português, assim como durante o terceiro império e o período pós-colonial. Num artigo sobre historiografia moçambicana (num livro sobre os dezasseis anos de historiografia em Moçambique, publicado em 1991), ele atacou o “apriorismo ideológico” (o “tomar posição aprioristicamente”) (Capela, 1991), que considerava um problema muito sério entre os historiadores de Moçambique. Escreveu sobre três casos que achava ser particularmente claros. O primeiro era o da historiografia sobre a sociedade tradicional, da qual, segundo ele, não se podia falar em Moçambique. O segundo era o da leitura nacionalista retro-activa da história, onde se lia tudo à luz do nacionalismo africano, mesmo antes de Moçambique existir. O terceiro caso de apriorismo relacionava-se com a Igreja Católica. Sobre este último assunto ele escreveu:

Não é verdade que a Igreja Católica, em Moçambique, se tenha mancomunado perinde ac cadaver [como um cadáver] com o colonialismo vigente, tal como se tem feito crer. Terá sido, até, dentro da Igreja que se terão verificado as primeiras atitudes contestárias do sistema colonial. As primeiras a partir de dentro de instituições de alguma maneira integradas no mesmo sistema. Sendo história contemporânea, trata-se de uma atitude especialmente grave porque suscetível de fixar para o futuro pontos de vista tidos como definitivos uma vez que debitados a testemunhas próximas dos factos.

Este caso é paradigmático relativamente ao fenómeno tão repudiado de se partir do apriorismo dicotómico que perfila bons de um lado e maus do outro em satisfação a uma dialética caseira. De facto, nem sempre os agora supostos maus estiveram ao lado do colonialismo nem os tidos como bons se mantiveram na trincheira do progresso. Esse tipo de dualismo tem sido uma armadilha para plúmitivos que se pretendem iluminados, se dispensam da investigação e avançam com interpretações de acontecimentos que nada têm a ver com a realidade mas que satisfazem todos os requisitos de uma lógica idealizada (Capela, 1991: 75).

Esta crítica de Capela era a de um historiador rigoroso que tinha um conhecimento interno e íntimo da Igreja, que, como padre na Beira, tinha vivido alguns dos acontecimentos aos quais se referia e que tinha trabalhado a favor a descolonização de Moçambique. Podemos perguntar se tal crítica terá resultado de alguma decepção da sua parte. Não tanto pessoal, penso, pois Capela continuou com boas relações em Moçambique após a independência e viveu lá mais anos como adido cultural da embaixada portuguesa. Tal crítica talvez derivasse duma decepção intelectual. É que a religião foi muito atacada após a independência em Moçambique (em particular, no período anticlerical que durou até 1981) e o papel da Igreja Católica (ou dalguns sectores da Igreja) a favor da independência nunca foi bem reconhecido – tudo isso com base em visões históricas que iam contra “os factos” (Morier-Genoud, 1998). Decepção, ou não, o facto é que continuamos hoje com uma visão dominante da história da religião em Moçambique que opõe boas igrejas e más igrejas, numa “dialética caseira”, com base em “interpretações de acontecimentos que nada têm a ver com a realidade”, o que permanece um desafio para os historiadores.

Vale a pena ainda referir duas notas em relação a José Capela e à história da Igreja Católica em Moçambique. Primeira, ele criticou tanto os historiadores de fora da Igreja como os de dentro da Igreja – a primeira citação criticava, pois, a história apologética (a hagiografia)

dos membros da Igreja. Ora esta crítica não foi somente retórica e sem *praxis*: na década de 1990 Capela avançou com uma proposta de criação de um centro de estudos de história da Igreja Católica em Moçambique. Esta proposta foi feita aquando da criação da Universidade Católica de Moçambique (aberta em 1996) quando a Igreja pediu o apoio do Professor Capela. A proposta era para criar um centro de estudos onde poderiam reunir-se diferentes arquivos da Igreja e onde se faria uma história *académica*, rigorosa, da Igreja. Infelizmente, a ideia não encontrou interesse suficiente para a concretização do projeto e a história académica continua quase sem tratar da Igreja Católica, ao passo que a história escrita pela Igreja continua a ser predominantemente apologética.⁶

Segunda nota, vale a pena recordar que a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) foi sondada em 1997 para atribuir a José Capela um doutoramento *honoris causa* antes de ele regressar a Portugal no fim do seu mandato como adido cultural da embaixada portuguesa. A proposta parece ter tido o apoio do governo português, mas a proposta não resultou. Seria o primeiro doutoramento *honoris causa* da UEM. José Pimentel Teixeira (que sucedeu a Capela como adido cultural da embaixada) avança que a recusa foi provavelmente por “razões políticas” – principalmente por Capela ser português (Teixeira, 2014). Talvez o facto de ter sido um antigo padre e crítico do nacionalismo e do regime vigente também não tenha ajudado. Em contrapartida, era um historiador muito respeitado em Moçambique, tendo muito bons laços nos meios académicos e políticos moçambicanos. Felizmente, e independentemente da razão exata da recusa (parece ter sido uma recusa por ausência de resposta), outras propostas surgiram. A Universidade Politécnica de Moçambique e Universidade do Porto decidiram conferir-lhe tal reconhecimento *honoris causa* nos anos 2010, embora, por causa do seu estado de saúde, não se tenha conseguido fazer o ato formal antes de ele morrer em 2014 (Teixeira, 2014).

Conclusão

Estas notas sobre José Capela (padre e historiador da Igreja Católica) revelam facetas pouco conhecidas do grande historiador da escravatura, das sociedades pré-coloniais e do sindicalismo em Portugal e em Moçambique. Antes de ser historiador, Capela, um padre formado no Porto, integrou o clero da diocese da Beira durante treze anos. Aí fez parte dum núcleo influente, progressista e ativista, de padres portugueses que queria modernizar a igreja e que trabalhou a favor da descolonização e da independência de Moçambique. Capela regressou a Portugal, via Brasil, em 1968, a seguir à morte de Dom Sebastião, seu tio, substituído por um bispo muito conservador. Em Portugal associou-se a Dom António Ferreira Gomes, regressado do exílio, e juntos lançaram um novo jornal católico progressista, entre outras atividades. Neste mesmo período começou a escrever história académica, uma parte da qual tratou da história da Igreja Católica. Nesta história, ele adotou uma linha rigorosa, crítica e independente, na qual recusou tanto a hagiografia em prol da Igreja quanto a hagiografia em prol dum nacionalismo africano militante. Este posicionamento levou-o a escrever linhas originais e das mais esclarecedoras sobre o assunto.

A linha teológica e ideológica de José Capela inspirou-se inicialmente no personalismo de Emmanuel Mounier e do clero francês engajado na luta contra a guerra da Argélia. Sua estada e suas actividades em Moçambique reforçaram estas opções (através da *praxis*) e, por isso, foi ainda mais radical e ativo após o seu regresso a Portugal. Ele virou então um ativista não só contra o colonialismo e a guerra colonial, mas contra o capitalismo e a favor

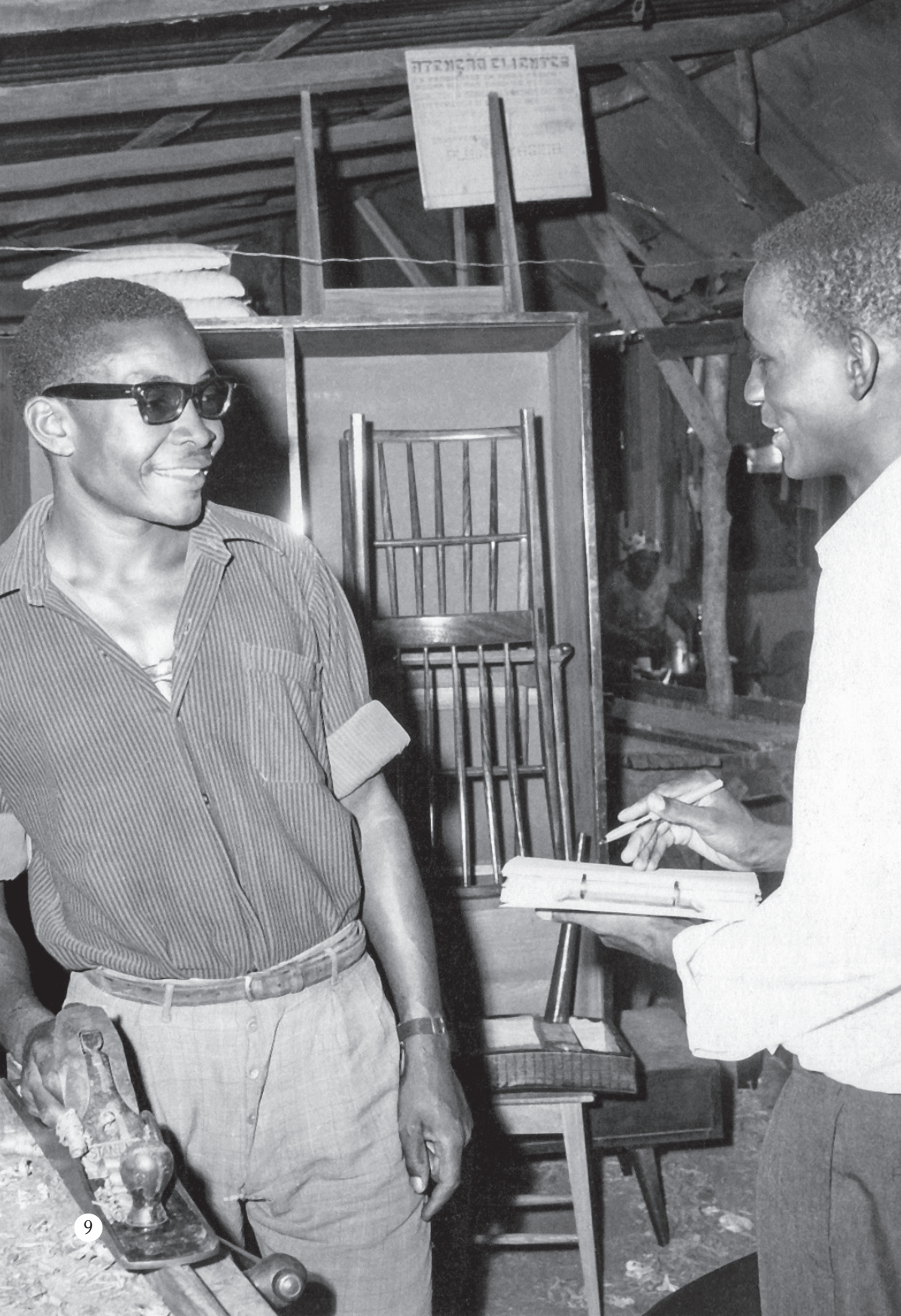
⁶ Entrevista telefónica, Porto, 1 de Outubro de 2000. Para uma história hagiográfica da Igreja, ver por exemplo Sousa & Correia, 1998.

do cooperativismo – tudo numa linha pacifista e católica. Quando passou ao outro lado do papel e virou historiador profissional, a sua escolha de temas foi, logicamente, sobre a escravatura, o sindicalismo e as sociedades pré-coloniais em Moçambique e em Portugal – e um pouco sobre a Igreja Católica. Metodologicamente, tentou manter uma linha crítica, longe da hagiografia, fosse ela católica ou nacionalista. Pretendia, pois, evitar o que ele achava serem os grandes pecados da historiografia existente, a saber, o apriorismo ideológico e o apriorismo dicotómico que “perfila bons de um lado e maus do outro em satisfação a uma dialética caseira”. A visão social e política do Capela, as suas escolhas temáticas e o seu posicionamento metodológico levaram-no a contribuir de maneira singular e muito importante para a historiografia de Moçambique, de África e da Igreja Católica. Bem-haja José Soares Martins!

Referências bibliográficas

- Cahen, Michel (2000), “L’État Nouveau et la diversification religieuse au Mozambique, 1930-1974. II. La portugalisation désespérée (1959-1974)”, *Cahiers d’études africaines*, n.º 159, pp. 551-592.
- Capela, José (2017), *O Sopro do Vento Sul no Silvo das Locomotivas da Linha do Norte*, Porto: Edições Afrontamento.
- (2010), *Moçambique pela sua história*, Riberão: Humus.
- (1995), *Donas, Senhores e Escravos*, Porto: Afrontamento.
- (1991), “O apriorismo ideológico na historiografia de Moçambique”. In Alexandrino José & Paula Maria G. Meneses (eds.), *Moçambique – 16 anos de historiografia: focos, problemas, metodologias, desafios para a década de 90. Artigos e depoimentos resultantes do primeiro painel de historiografia realizado em Maputo de 31 de Julho a 3 de Agosto*, Maputo: Notícias (coleção Painel Moçambicano), pp. 73-78.
- (1989), “Para a história do ‘Diário de Moçambique’”, *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6, pp. 177-180.
- (1974), *Escravatura. Conceitos. A Empresa de Saque*, Porto: Afrontamento.
- (org.), (1971), *Moçambique pelo seu povo: cartas à voz africana*, Porto: Afrontamento.
- Castelo, Cláudia (1998), ‘O modo português de estar no mundo’. *O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto: Afrontamento.
- Coq, Guy (2012), *Mounier: O compromisso político*, Lisboa: Gradiva.
- Isaacman, Allen F. (org.), (1996), *Cotton is the Mother of Poverty: Peasants, Work and Rural Struggle in Colonial Mozambique, 1938-61*, London: James Currey.
- Lima, A. Carlos (1990), *Caso do Bispo da Beira. Documentos*, Porto: Civilização.
- Morier-Genoud, Eric (no prelo), *Catholic Complexity. Religious Institutes, Hierarchy and Politics in Central Mozambique, 1940-1980*.
- (2001), “O Episcopado e o Estado Novo. O caso de Dom Sebastião Soares de Resende”, artigo não publicado, 2001, 10p. (apresentado no Seminário de História Religiosa Contemporânea do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica de Lisboa, 17 de Março de 2001).
- (1998), “Y-a-t-il une spécificité protestante au Mozambique? Discours du pouvoir postcolonial et histoire des églises chrétiennes”, *Lusotopie 1998* (Karthala, Paris: 1998), pp. 407-420.
- Pereira, Victor (2012), “A economia do império e os planos de fomento”. In Miguel Bandeira Jerónimo (dir.), *O império colonial em questão (secs XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*, Lisboa: Edições 70, pp. 261-295.

- Rocha, Ilídio (2000), *A Imprensa de Moçambique, História e Catálogo (1854-1975)*, Lisboa: edição Livros do Brasil.
- Sousa, José Augusto Alves de (2015), *Memórias de um Jesuíta Missionário em Moçambique. 1960-2004. Quarenta e quatro anos de compromisso na Igreja e na sociedade moçambicana. Uma nova face da missão*, Braga: Editorial A.O.
- Sousa, José Augusto Alves de e Correia, Francisco da Cruz (1998), *500 anos de evangelização em Moçambique*, Maputo: Paulinas.
- Teixeira, José Pimentel (2014), “José Soares Martins, José Capela”, *Notícias* (Maputo), suplemento cultural, 24 Setembro.
- Zamparoni, Valdemir (2004), “Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas”, *Africana Studia*, n.º 7, pp. 299-325.



As vicissitudes políticas nas sucessivas vidas da *Voz Africana* em defesa dos africanos

Augusto Nascimento*

pp. 177-195

Este texto exploratório sobre o *Voz Africana* resulta de uma primeira abordagem da agência de moçambicanos empenhados na afirmação da sua diferenciação social e, tentativamente, na procura de efetiva igualdade face aos colonos. Neste texto, tentar-se-á explicar como as conjunturas políticas do mutante colonialismo ditatorial e os constrangimentos do quotidiano na Beira se repercutiram na publicação e nos conteúdos do jornal¹ e como isso denotou, ou não, adesões políticas, não raro calculadamente enunciadas ou, em alternativa, caladas.

A análise do jornal afigura-se relevante porque, num tal contexto político, a palavra era a única arma de africanos letrados e diferenciados em sua defesa e dos ditos indígenas. No ocaso do colonialismo, a palavra voltou a ser importante para a afirmação dos negros, conquanto a renovação do jornal se devesse à acção de europeus desafetos do colonialismo e apostados em conferir visibilidade às vidas africanas. Por fim, o jornal acabou capturado por agentes colonialistas sem, contudo, perder o tom reivindicativo que adquirira desde o início da segunda série.

A imprensa na Beira

Na Beira, sob administração da Companhia de Moçambique de 1892 a 1942, a imprensa (de que citaremos alguns títulos) enfrentou, entre outros escolhos, a exiguidade do meio e o rarefeito suporte a iniciativas associativas e culturais e a empreendimentos jornalísticos. Mencione-se, também, a animosidade para com o que não fosse consonante com o laço colonial e, em concreto, com os interesses económicos hegemónicos. O poder discricionário dos mandantes sobre a vida cidadina, imprensa incluída, foi enorme. Por exemplo, segundo um regulamento de 1897, as publicações periódicas dependiam de autorização do governador do Território, podendo ser suspensas ou proibidas quando desprestigiassem as autoridades ou promovessem questiúnculas entre nacionalidades (Costa, 1902: 345). Por regra, apoiou-se a imprensa de cariz económico ou propagandístico. Ao invés, foi menos benquista e perseguida a oposicionista ou tão-somente propensa a abordar temas incómodos.

* Universidade de Lisboa, Centro de História. anascimento2000@yahoo.com

¹ Vários estudos sobre a imprensa nas colónias são úteis para a compreensão da trajetória do *Voz Africana*. Para uma visão panorâmica da imprensa nas colónias portuguesas, veja-se Fonseca 2014. Sobre a imprensa e a produção cultural em Cabo Verde, ver Oliveira 1998 e Fernandes 2006. Embora não atidos à imprensa, mas usando-a para suporte dos rumos do associativismo em São Tomé e Príncipe e em Angola, ver respetivamente Nascimento 2005 e 2012 e Rodrigues 2003. Acerca de um jornal ao serviço do colonialismo mas capaz de abordar o quotidiano de angolanos, ver Bittencourt 2017; para uma panorâmica da evolução da imprensa em Moçambique, ver Gonçalves 1965 e Rocha 2000.

O primeiro jornal terá sido o *Comércio da Beira*, de 1892, conquanto também se refira que o primeiro jornal, publicado a 25 de Outubro de 1892, foi o semanário *Beira*, cujo subtítulo era *Jornal de Anúncios*. Gratuito, pretendendo viver dos anúncios, durou seis números. A 2 de Abril de 1893, surgiu na vila o semanário *Correio da Beira*, publicando-se até 21 de Outubro de 1894.

Em 9 de Fevereiro de 1898, surgiu o *The Beira Post*, pertença, entre outros, da Companhia de Moçambique. No ano seguinte, o jornal foi desdobrado numa edição em inglês e noutra em português intitulada *O Correio da Beira*. Significativamente, sem assinantes, a edição em português acabou em 1900 (Costa, 1902: 345).

Apesar da aparentemente maior liberalidade política do regime republicano, na Beira, como noutros meios coloniais, a vida da imprensa revelou-se espinhosa, sucedendo-se jornais publicados por poucos anos. Por exemplo, entre 1911 e 1913 publicou-se o *Imparcial*, continuado pelo *Pátria*, entre 1914 e 1917 (Rocha 2000: 114; Moutinho 1924: 15). Ter-se-ão publicado o *Tempo*, em 1919 ou 1920, e o *Manica e Sofala* entre 1920 e 1923.

Já sob a Ditadura, além dos condicionalismos impostos aos jornais², os de matriz liberal e oposicionista foram perseguidos. Ainda assim, a 7 de abril de 1928 apareceu o quinzenário *Comércio da Beira*, crítico da tolerância de Lisboa para com alegados abusos da Companhia. Uma vez suspenso pelas autoridades, escoradas na lei de João Belo ou na mera discricionariedade, a Maçonaria substituiu-o pelo *19 de Junho*, surgido a 25 de Julho de 1929³. Este jornal, que se dizia defensor da humanidade e do direito, retomou o primeiro título em 1932, publicando-se até 1937. Afora outros fatores, a ilegalização da Maçonaria e a amputação das liberdades prejudicaram o jornal.

A exemplo de congêneres de outras colónias, a 2 de Setembro de 1933, a Associação dos Empregados do Comércio e Indústria publicou o *Vanguarda*, órgão defensor dos interesses dos filiados, europeus, que, em contexto colonial, enfeitavam a solidariedade classista e assumiam os pressupostos de um racismo relativamente contido no plano das enunciações mas operante na criação de barreiras sociais.

Enfileirando na vaga de jornais política e socialmente empenhados, em 30 de Dezembro de 1933, iniciou-se a publicação do *Voz Africana*, órgão do Grémio Africano de Manica e Sofala, depois Centro Africano de Manica e Sofala (doravante, CAMS). Décadas depois, o destino do *Voz Africana* seria marcado pelo confronto entre preponderâncias expressas noutros jornais, mormente, o *Notícias da Beira* e o *Diário de Moçambique*, cuja redação se tornaria local de cavaqueio de oposicionistas.

O *Notícias da Beira* foi um órgão oficioso da Companhia de Moçambique, que o financiaria, segundo alguns, para pugnar pelos interesses de agiotas contra os de Portugal (Moutinho, 1924: 78 e 111-112). Entre várias mudanças de nome ao longo de décadas, em 1927, passou a *The Beira News/Notícias da Beira*. Em 1951, quase uma década após o fim da administração da Companhia de Moçambique, deixou de ser bilingue. Em 20 de Agosto de 1966 passou a diário. Alegadamente pertença de comerciantes, teria como mandante Jorge Jardim (Rocha, 2000: 213), a quem movia o combate ao *Diário de Moçambique*, jornal da diocese da Beira.

De facto, desde 1950, a Igreja local marcou presença com o generalista *Diário de Moçambique*, gizado por D. Sebastião Soares de Resende como meio de combater as injustiças sociais e os flagrantes abusos (Capela, 1989: 178), que quedavam impunes no quadro colonial.

² Por exemplo, pelo decreto n.º 27495, de 27 de janeiro de 1937, o diretor de um jornal teria de ser um português habilitado com curso superior (art. 4.º). Previa-se igualmente que não pudesse ser fundada qualquer publicação sem que fosse feita prova de meios financeiros, por via de depósito ou aval bancário, do montante correspondente ao custeio da laboração do jornal durante seis meses.

³ Para contornar as suspensões e interdições ditadas administrativamente, a reedição sob outro nome era uma prática corrente desde o século XIX; ver, por exemplo, Fonseca, 2014: 106 e 112.

A diocese da Beira criou o Centro Social, Limitada, uma sociedade por quotas, mais tarde transformada em sociedade anónima, designada Companhia Editora de Moçambique. A 24 de Dezembro de 1950, iniciou a publicação do *Diário de Moçambique*, dito um jornal de grande informação e, porventura, a instituição que mais projectou internacionalmente a cidade (Capela, 2017: 85). Até 1956, foi dirigido por monsenhor Francisco Nunes Teixeira e, desde então⁴, por José Soares Martins.

A partir desta data, o jornal pautou-se por um dinamismo perturbador para o regime colonial, patente, por exemplo, na reportagem e, simultaneamente, denúncia das trágicas cheias de 1958, o qual levou a acionar alguma ajuda, mas que teve como consequência o endurecimento da censura. Não obstante, foi, se não o primeiro, um dos primeiros jornais de grande circulação a falar de descolonização. O *Diário de Moçambique* não só teve polémicas homéricas com as autoridades e os poderosos, cuja voz era o *Notícias da Beira*, como foi suspenso várias vezes. Uma deveu-se à notícia sobre a primeira ação armada da Frelimo, apesar de ter sido feita a par da publicação do comunicado oficial a esse respeito⁵. Outra suspensão, por dez dias, relacionou-se com a não submissão à censura prévia da homília de D. Sebastião por ocasião dos vinte e cinco anos da Concordata, texto que, por lei, estava isento de escrutínio censório⁶. Por fim, a 15 de fevereiro de 1968, a notícia, não submetida à censura prévia, de que os soldados “roubavam” carros para regressar ao quartel durante a noite, deu azo à suspensão por um mês (Rocha 2000: 170), ao cabo do qual retomou a publicação com um número especial amparado pelo comércio local⁷.

Lido por europeus desalinados da situação, o jornal viveu do prestígio do seu impulsor, o bispo da Beira. D. Sebastião e Jorge Jardim protagonizaram um conflito contido mas sem tréguas, porventura desde a saudação de 1959 ao governador Correia de Barros, na qual se insinuaria uma posição favorável à independência de Moçambique (Tajú, 1989: 162-163). Após a morte do bispo, a participação maioritária da diocese na Companhia Editora de Moçambique – também detentora do *Voz Africana*, do *Voz da Zambézia* e da revista *Economia de Moçambique* – foi vendida pelo sucessor, o subserviente D. Manuel Ferreira Cabral, a 1 de Setembro de 1969⁸. Acordada antes das eleições de Outubro de 1969, a venda foi formalizada em 1 de Janeiro de 1970, a um grupo económico encabeçado por Jorge Jardim, que pagou quinze mil contos – montante considerado elevado para o valor económico do jornal – disponibilizados pelo governo da colónia ou, noutra versão, por um consórcio capitalista. Contra a aspiração de D. Sebastião, que teria recomendado esforços para que o *Diário de Moçambique* lhe sobrevivesse e espelhasse os seus desígnios “ao serviço de Cristo, da Igreja, de Moçambique”, o *Diário de Moçambique* deixou de se publicar a 15 de março de 1971.

Condicionado pelas problemáticas da Guerra Fria e da dita ameaça comunista, preenchido por colunas mundanas, abordando as prementes questões sociais da óptica de uma imperativa evangelização, escrito por vezes numa linguagem incompreensível para parte dos leitores – que, potencialmente, rondariam os dez mil –, à primeira vista dir-se-iam injustificados os motivos pelos quais despertou tão grande sanha aos acólitos do regime,

⁴ Em 1957, segundo Tajú, 1989: 159.

⁵ Conforme José Soares Martins, entrevista a Isabel Galhano 2013; também Capela, 2017: 79.

⁶ Em 15 de Dezembro de 1964, o *Diário de Moçambique* publicou uma nota pastoral com considerações críticas sobre a suspensão do jornal determinada pelo Governador-geral de Moçambique, nota pastoral que não foi submetida à censura prévia. Por despacho, o governador suspendeu o jornal por dez dias, já depois da homília ter sido publicada sem submissão à censura. O bispo recorreu para os tribunais, contra a violação da Concordata, que vigorava como direito português (Lima, 1990: 11, 14 e ss). Ao tempo, o caudilgo sustentou a prerrogativa eclesiástica de não submissão das notas pastorais à censura.

⁷ Conforme José Soares Martins, entrevista a Isabel Galhano, 2013.

⁸ A venda do jornal, ordenada pelo sucessor de D. Sebastião, terá estado na origem de uma incomodidade efetiva o bastante para provocar a sua remoção.

se não prevalecesse a mais absoluta aversão das autoridades e dos mandantes a notícias mais plausíveis do que as narrativas oficiais ou à mínima interpelação ao seu mando. Por exemplo, não ter apoiado o candidato oficial contra Humberto Delgado constituiu-se, para o regime, num pecado mortal da Igreja da Beira. Outra razão de atrito, a reportagem acerca das cheias tornou-se numa denúncia acutilante da inépcia governamental. De facto, o *Diário de Moçambique*, acerca do qual se teria prognosticado estar fadado para ser um jornal acomodado à situação, avultou como uma voz de denúncia da exploração colonial e, no limite, terá apontado para a independência de Moçambique como meio de libertação (Capela, 1996: 23).

A vida do *Voz Africana*

A decisão do Grémio Africano, criado em 1932 numa urbe colonial avessa ao associativismo, de publicar um jornal foi tomada numa assembleia convocada para o efeito a 15 de Dezembro de 1933. O primeiro número saiu a 30 de Dezembro desse ano, graças ao labor *pro bono* e a desoras de dois tipógrafos africanos⁹.

A publicação de um jornal africano – no caso, de um grupo de mestiços de origem humilde, decerto instruídos na missão franciscana da Beira e culturalmente diferenciados face até a parte dos europeus – era um cometimento difícil, tanto pela aversão à expressão de outros interesses que não os da Companhia de Moçambique e, depois, do regime colonial, quanto pelas dificuldades em vingar num meio em que os interesses daqueles a quem pretendia representar eram quase totalmente desconsiderados. Sujeita a inúmeras provações, a mole africana não secundou o jornal. Ao contrário das expectativas dos criadores, que lhe terão vaticinado uma ampla adesão, o jornal não alcançaria projeção para além de um círculo reduzido que nem sequer chegaria ao número dos sócios ou dos que orbitavam em torno do CAMS. Fosse como fosse, a publicação de um título afigurava-se imperiosa por equivar à afirmação de modernidade, de progresso e, embora ilusoriamente, a uma qualificação para a almejada interlocução com as autoridades.

Após o recurso a uma tipografia particular¹⁰, em 1936, o Grémio adquiriu uma tipografia¹¹. A publicação do jornal, para mais com meios próprios, significava a apropriação da inovação técnica, qual prova de verdade das palavras difundidas. Com a apropriação da materialidade do progresso ensaiava-se suscitar atitude similar dos conterrâneos com relação ao aperfeiçoamento pessoal e grupal. O CAMS pressupunha o interesse dos seus conterrâneos na ilustração¹². A presunção desta predisposição não era ilógica à luz do tirocínio dos elementos do CAMS, mas subestimava os escolhos apostos pela difícil sobrevivência diária à adesão do comum dos africanos a ideais de progressos futuros e, por conseguinte, ao jornal e ao associativismo.

Apesar de recorrentemente se saudar a valia da iniciativa, durante quase três décadas o jornal nunca superou o atrofamento de meios e de possibilidades com que nasceu. Se pensado como um veículo de propaganda e meio de congregação dos mestiços e negros em

⁹ *Voz Africana* (doravante, VA), 29 de dezembro de 1962, p. 2; ver também, 30 de dezembro de 1942, p. 1; 8 de Janeiro de 1972, p. 1.

¹⁰ Os primeiros números compuseram-se na tipografia da Minerva Central, propriedade do colono António Piedade da Costa, assim considerado um dos fundadores da *Voz Africana*, cuja morte se assinalou em 1972, cf. VA, 5 de Dezembro de 1972, p. 20.

¹¹ VA, 29 de fevereiro de 1936, p. 1.

¹² Bastamente equacionado, o dilema destes mestiços pode sintetizar-se da seguinte forma: ao passo que a socialização do imaginário derivada da educação formal favorecia a identificação com a nação colonizadora, a experiência de colonizados despertava-os para a necessidade de afirmarem a sua nação (Fernandes, 2006: 27) ou, no caso, a sua identidade, aqui entendida como a expressão dos laços sociais que os situavam no mundo. Todavia, faltaram as condições para a assertividade na afirmação de uma diferença, mormente face aos colonos.

torno do CAMS, o jornal não terá suscitado senão débeis resultados. O jornal tornou-se num empreendimento oneroso, que não terá sido abandonado por tal significar a amputação de um dos mais propósitos emblemáticos do CAMS. Em todo o caso, e diversamente de elites africanas noutras urbes e em épocas precedentes, sujeitos à pressão ditatorial, os mestiços do CAMS nunca estiveram em condições de sequer aspirar à interlocução entre governantes e demais colonizados, no caso, a viver em condições miseráveis nos subúrbios da Beira.

Em 1962, de permeio com uma mudança profunda de grafismo e de conteúdos, iniciou-se a publicação da II série, de que se encarregaram elementos da diocese da Beira, mormente José Soares Martins. A partir de 1970, a tutela de Jorge Jardim não acarretou uma tão notória mudança porquanto o regime encetara uma aproximação aos colonizados, tolerando, quando não amparando, discursos críticos de situações de privação contanto não questionassem o laço colonial.

Num certo sentido, a surpreendente singularidade na evolução do jornal residiu na sua exponencial repercussão a partir do momento em que, com a II série, trocou a pose doutrinária pela abordagem não apenas das difícilimas vidas dos africanos de baixa condição económica e social, como também das suas paixões, entre elas, o futebol e o popularíssimo boxe, a que o jornal tentou aduzir o gosto pelo folclore. A par disso, enalteceu-se a criação plástica dos moçambicanos. De alguma forma, na II série esvaneceu-se a ligação com o CAMS, mas, em contrapartida, o jornal extravasou em muito os limites da Beira, tornando-se um jornal africano em Moçambique.

Após o 25 de Abril de 1974, suspendeu a publicação em 27 de Junho com o n.º 530. Já sob a direção do advogado René de Assunção, publicou-se até n.º 540, saído a 19 de Outubro de 1974 (Rocha, 2000: 190-191).

A publicação atribulada do *Voz Africana*

O jornal era o órgão do Grémio, depois CAMS. Para os promotores da iniciativa, que se tentavam ligar ao mundo e defender a sua posição social contra a agressividade racista do colonialismo ditatorial, umas das facetas do progresso materializava-se na imprensa, instrumento de difusão do conhecimento.

Após a compra da tipografia, anunciou-se que o jornal passaria a quinzenal¹³ e, depois, a semanal¹⁴, mas, ao cabo de algum tempo, tal propósito gorou-se¹⁵. Afora dificuldades circunstanciais, aludiu-se repetidamente à falta de pagamento da maioria das supostas assinaturas para explicar atrasos tornados corriqueiros e mais regulares do que a almejada periodicidade¹⁶. Após o *élan* dos primeiros anos, a saída do *Voz Africana* foi assaz irregular, conquanto ditada pelo denodo em preservar o título, o que levou à publicação de números de duas e de uma página só. O *Voz Africana* pode até não ter sido declarado extinto por inércia administrativa ou por (inconfessada) conveniência política do regime colonial.

Com o termo da II Guerra no horizonte, assomou de novo a crença num futuro radioso para o jornal, aventando-se até a intenção de criar agências na colónia, assim como em

¹³ VA, 30 de abril de 1936, p. 1.

¹⁴ VA, 25 de setembro de 1937, p. 1.

¹⁵ Mais tarde, dir-se-ia que, a despeito da falta de numerário, em janeiro de 1936 o Grémio adquirira material tipográfico e de impressão. O número de 29 de fevereiro já foi composto e impresso na tipografia do Grémio. E a 18 de maio iniciava-se a publicação quinzenal. Porém, mercê de dificuldades financeiras, a 25 de setembro de 1937 voltou à publicação mensal, que se manteve irregular até ao n.º 103, de 31 de janeiro de 1962, o derradeiro da primeira série, cf. VA, 29 de dezembro de 1962, p. 2.

¹⁶ Diga-se, dificuldades semelhantes punham à prova a publicação de outros jornais, caso do *Diário de Moçambique* que, desprovido de meios, ainda se deparava com um rarefeito mercado, dado o limitado número de europeus, pouco mais de dez mil em inícios dos anos 50, cf. Capela, 1989: 178.

Angola e São Tomé, o que, a somar à aventada autoridade dos subscritores dos artigos, dava a garantia de que o jornal não soçobraria. Em maio de 1944, afirmava-se que o número de então seria o último número de emergência. Para julho ou agosto anunciou-se a publicação mensal do jornal¹⁷. Porém, não obstante a convicção então expressa, o número seguinte só se publicou meio ano depois.

Persistiria, pois, a publicação de números de emergência, a que o jornal parecia condenado, pelo menos até que os africanos encarassem a necessidade de ajudar o jornal a sobreviver¹⁸. Afirmando que a crise de desinteresse pelos valores africanos teria de ter um fim, pois o marasmo não se podia arrastar indefinidamente, os fautores do jornal continuavam, com fé, a militar em prol do jornalismo africano¹⁹. Em dezembro de 1950, de novo se anunciava a esperança de, a partir de janeiro seguinte, publicar mensalmente²⁰ mas não se manteve essa regularidade por muito tempo.

Em Fevereiro de 1951, lançou-se uma campanha pró-assinantes com o propósito de tornar o jornal quinzenal para melhor servir os “nossos interesses”, o que dependia do número de assinantes a angariar em toda a colónia²¹. A campanha terá falhado, porquanto, em agosto desse ano, se focavam as atribulações da *Voz Africana*, que custava dinheiro ao CAMS, que o mantinha na esperança de, reconhecido o esforço, ver aumentado o número de assinantes. Apesar das dificuldades, considerava-se o jornal um valor real e um agente cultural impossível de desprezar. Esperava-se que, com a publicação regular, não faltassem os assinantes, que ajudariam a singrar uma obra de todos e destinada a elevar “o nosso orgulho de portugueses”²². Ora, independentemente desta equação política, a indiferença tinha a ver com o fosso entre o teor do jornal e as preocupações da imensa mole de africanos dos subúrbios.

Em dezembro de 1951, lembrados os dezanove anos do *Voz Africana*, relembrou-se as dificuldades financeiras que tolhiam o seu desenvolvimento²³. Em 1952, de novo se aludia ao escasso número de assinantes, insuficiente para fazer face a despesas elevadas, e à conseqüente falta de publicação do jornal. Precisava-se, pois, de assinantes e anunciantes. Porém, pouco depois, expressando a de certeza de que “com a ajuda de todos” se poderia “fazer mais e melhor!”, insistia-se nos empecilhos à publicação regular do *Voz Africana*, que procurava servir os seus assinantes²⁴. Os vinte anos do jornal, completados a 20 de dezembro de 1952, não puderam ser assinalados senão cerca de três meses depois. Ainda assim, considerava-se que, para um jornal dependente das boas vontades, vinte anos representavam alguma coisa²⁵.

A irregularidade da publicação não podia deixar de ser considerada negativamente não só por desbaratar possíveis ganhos – o de formar uma opinião – mas por acabar por negar os supostos benefícios da tomada de palavra através do jornal, entrementes rendido ao laço colonial. Em 1961, as dificuldades económicas voltaram a ser citadas como óbice à publicação regular do jornal, num número em que, com meses de atraso, se dava nota da

¹⁷ VA, 30 de maio de 1944, p. 1.

¹⁸ VA, 24 de fevereiro de 1950, p. 1. Já em Novembro de 1944, os fautores do jornal diziam que, aquando do anúncio da periodicidade regular, mal imaginavam as dificuldades a vencer. Tinham publicado um novo número de emergência para cumprir o mínimo de três números por ano e poder manter o jornal, na esperança de que o “nosso elemento” se compenetrasse da necessidade absoluta da manutenção e desenvolvimento do “nosso baluarte”, cf. VA, 25 de novembro de 1944, p. 1.

¹⁹ VA, 24 de fevereiro de 1950, p. 1

²⁰ VA, 20 de dezembro de 1950, p. 3.

²¹ VA, 28 de fevereiro de 1951, p. 3.

²² VA, 31 de agosto de 1951, p. 3. Ainda nesse ano se insistiu em que o jornal acarretava despesas exorbitantes para o CAMS, cf. VA, 26 de outubro de 1951, p. 2.

²³ VA, 31 de dezembro de 1951, p. 1.

²⁴ VA, 31 de março de 1952, p. 2; 30 de junho de 1952, p. 3.

²⁵ VA, 23 de março de 1953, p. 1.

grandiosa manifestação de fé patriótica de 23 de outubro de 1960, na qual milhares de pessoas, incluindo muitos africanos, tinham repudiado as falsas afirmações contra Portugal na ONU²⁶.

O tom político e social do *Voz Africana*

Previsivelmente até em função do título, com afinidade semântica com *O Brado Africano*, e não só, desde o início *Voz Africana* enunciou a intenção de defesa dos Africanos²⁷. Nas décadas de 1930 e seguintes, o *Voz Africana* foi sobretudo um jornal teórico ou doutrinário, fruto da ilustração e da dedicação do grupo do CAMS, da militância circunscrita à palavra enquanto forma possível de acção, de um tempo em que as actividades políticas em prol de interesses próprios eram interditas e em que a participação de africanos na vida pública quedava quase restringida ao tolerado protesto moral²⁸ – por exemplo, contra o racismo, qual negação da igualdade no trato a que os mestiços ou assimilados se achavam com direito –, cujo reverso era a conscrita adesão à nação colonial (que, sem embargo, poderia ser genuinamente sentida por alguns dos dinamizadores do jornal, até por se lhes afigurar natural e inquestionável). De permeio com a deferência para com os símbolos portugueses²⁹ e a anuência aos alegados propósitos da soberania lusa, publicavam-se densos textos doutrinários e ideológicos.

Instrumental, ou não, a adesão do jornal à causa nacional esteve durante décadas simbolizada na representação gráfica da fortaleza de S. Caetano de Sofala, símbolo da história lusíada da conquista e colonização de terras de África oriental, cuja representação honrava o cabeçalho do pequenino baluarte *Voz Africana*³⁰. Em 1958, a representação da dita fortaleza deixou de figurar no cabeçalho³¹. Em todo o caso, o jornal não se poderia guiar pela uma predisposição para rupturas políticas, impossíveis sob dominação do Estado Novo, que obrigara a calar ideias até de mera de autonomia. Mas foi sendo lembrado o fito da valorização da *raça negra*, que passava pela afirmação da respectiva civilização e pelo combate ao racismo.

Aduza-se, para o protesto moral contra abusos e ilegalidades de autoridades, mobilizavam-se os lemas do próprio ideário colonial, assim se vertendo sub-repticiamente posições políticas de outro modo indizíveis. Nos anos 30, imbricada com um rotineiramente protestado portuguesismo, a crítica de atitudes racistas de agentes colonialistas, que feriam, sobretudo, mestiços e negros diferenciados e assimilados, denunciava a injusta secundarização social e a negação do apregoado propósito civilizador português. Por exemplo, os do GAMS ressentiam-se da exclusão de eventos cosmopolitas na cidade. Em 1936, a Câmara Municipal convidara toda a população a ir ao aeródromo para aguardar a chegada dos aviadores. Porém, alegando ordens, um guarda branco interditara a entrada no recinto a assimilados mestiços e negros. Em 1928, aquando da chegada do aviador Pais Ramos, os assimilados tinham sofrido idênticos vexames que, extensivos a várias esferas da vida colectiva e pessoal, desqualificavam o seu amor-pátrio. Por isso, perguntava-se quando se

²⁶ VA, 11 de fevereiro de 1961, p. 1.

²⁷ VA, 30 de dezembro de 1933, p. 1.

²⁸ Segundo Penvenne, nos anos 30 e 40, o regime tolerava, embora não atendesse, a argumentação moral dos africanos; nos anos 50, tal argumentação poderia ser tomada como subversão (1996: 461), uma situação ao tempo porventura menos derivada do enquistamento do regime do que da vulnerabilidade em que se achava por via da mudança internacional relativamente ao colonialismo.

²⁹ Posteriormente, salientar-se-ia a edição de dois números em pano de cetim branco, artisticamente franjado, impressos a ouro, o n.º 46, de 2 de agosto de 1939, consagrado à visita presidencial, e o n.º 53, de 19 de Julho de 1942, assinalando a passagem da administração dos Territórios de Manica e Sofala da Companhia de Moçambique para o Estado português, cf. VA, 29 de Dezembro de 1962, p. 2.

³⁰ VA, 31 de dezembro de 1935, p. 1.

³¹ VA, 20 de outubro de 1958, p. 1.

acabaria com a situação, desprestigianete para a nação, de estrangeiros brancos terem mais consideração e liberdade do que os “nacionais colorados”³²

Esta pergunta pareceria tacticamente certa, na medida em que elegia a nação como pólo maior da sua fidelidade política, ao mesmo tempo que, mais do que criticar o colonialismo enquanto deturpação dos fitos da nação, atacava a Companhia de Moçambique, diga-se, tão mais criticada quanto se lhe vaticinava o fim. Porém, a pergunta não teria resposta. Ao invés, assistir-se-ia ainda por algum tempo ao crescendo das medidas racistas que negavam a cidadania dos africanos e a sua pertença à nação. Na verdade, o protestado portuguesismo não se revelaria uma salvaguarda política e social contra a agressividade racista. Restaria ao jornal, de acordo com um argumento em voga, endossar as atitudes racistas à imitação local dos hábitos ingleses.

Apesar da sobrevivência de um magma racista difuso mas operante anos 50 adentro – traduzido nas interdições de entrada de negros em estabelecimentos comerciais ou de circulação nocturna no núcleo branco da cidade, expeditamente castigada com palmatoas atinentes a infundir o temor – o *Voz Africana* começou a debater outras questões, que não apenas a dos preconceitos raciais, começando a atentar nas demandas das condições básicas de sobrevivência dos negros.

Um dos temas, tornado recorrente nos anos seguintes, era o do alojamento dos trabalhadores imigrados. Ainda na primeira metade dos anos 50, reclamou-se a infraestruturação dos subúrbios, cuja precariedade as chuvas evidenciavam. Por exemplo, no bairro da Munhava, erigido sobre um lamaçal, a água teimava em permanecer dado o abandono das valas de escoamento. As ruas de acesso ao casario, predominantemente de madeira e zinco, eram autênticos lagos que tiravam aos moradores a comodidade mínima a que, como contribuintes, tinham direito. No jornal, instou-se a Câmara a cuidar de tais bairros com milhares de habitantes³³. Não sucederia assim, mas estas demandas constituiriam o terreno em que se moveria o jornal na sua II série.

Tematicamente aberto e de vocação doutrinária, contando com contributos variados, incluindo naturais de outras colónias, mas debilmente enraizado, o jornal não ecoaria muito para além do círculo dos ilustrados fundadores do CAMS. A reivindicada instrução e a projecção da imprensa pareciam recursos para a modelação das mentalidades e a emancipação dos colonizados, mestiços e negros. Porém, a escolha da imprensa como “baluarte” não concitava apoio social. Atento o enquistado racismo do regime, o jornal nem sequer oferecia aos seus fautores a ilusão de uma (hipotética) interlocução com os governantes. E, ignorado pelo comum da população, o jornal não beneficiava o CAMS, pautado, se não pela reverência, ao menos pela acomodação face ao poder.

Ainda assim, o jornal não deixava de ser a afirmação da luta contra a descrença, a afirmação da perseverante fé no futuro dos Africanos, mesmo se, aferido pela reduzida projecção do jornal, ele parecia desmentido a cada passo. Talvez também a isso se devesse a tolerância das autoridades, que avaliariam a irrelevância política e social do jornal pela sua reduzida circulação. Tal mudaria a partir de 1962.

A nova “estrela” no “céu moçambicano”

A publicação de um jornal passara a demandar especialização do saber e, desejavalemente, um labor profissionalizado. Sem embargo do voluntarismo dos animadores do jornal, à dificuldade de arcar com as despesas somava-se a crescente complexidade das tarefas

³² VA, 29 de fevereiro de 1936, pp. 1 e 4.

³³ VA, 23 de março de 1953, p. 4.

jornalísticas. Lembre-se, o *Diário de Moçambique* não só tinha o apoio da Igreja, como passara por um processo de profissionalização na década de 50. Justamente, a CAMS pedia para efectuar a impressão do *Voz Africana* na tipografia da Companhia Editora, que a facultava a baixos custos ou até gratuitamente. Na impossibilidade de obter os retornos estimados e face à difícil edição do jornal, o CAMS delegá-lo-ia à Companhia Editora, da Igreja, onde, afinal, parte do grupo fundador do jornal se educara. Além desse elo passado, também a atitude do bispo terá ajudado à cedência do título à Igreja da Beira. Por contrato de aluguer do título, de 2 de Junho de 1962, a edição do *Voz Africana* passou a ser assegurada pela Companhia Editora. Deste modo, o jornal passou a ser dirigido por José Soares Martins (Rocha, 2000: 191), a quem terá cabido a iniciativa de tal entendimento.

Num testemunho, Soares Martins deu nota da sua relativa frustração pelo facto de o *Diário de Moçambique* ser inacessível à quase totalidade dos africanos. Por isso, ele ambicionava criar um jornal que desse conta de outras realidades, as quais, contíguas ao mundo dos colonos, eram ignoradas como se inexistissem. A percepção das fragilidades da edição do *Voz Africana* foi o ensejo para José Soares Martins³⁴ propor passar ele a produzir e a publicar o jornal “com a vida africana”, que, formalmente, se manteria editado pelo CAMS e dirigido por José António da Trindade. Segundo Soares Martins, a proposta foi aceite com satisfação pelo CAMS, ainda credor de uma contrapartida financeira. Num certo sentido, a Soares Martins terá movido um paternalismo politicamente engajado, eivado de uma intuição preclara relativamente à ascensão dos Africanos, mormente no tocante à vindoura independência, inevitável mesmo se de contornos ainda indeterminados. Enquanto isso, Soares Martins apostava na consciencialização dos indivíduos pela visibilidade e humanização das suas vidas. E, num certo sentido, elevava-lhes o orgulho de Africanos.

O primeiro número da II série do renovado *Voz Africana*, saído a 2 de Junho de 1962, revelou-se uma sensação, desde logo pela fotografia de “pretos” na primeira página, até então algo de unimaginável. No semanário feito predominantemente com notícias africanas, entrevistou-se e fotografou-se a heteróclita população negra. Com ironia, diga-se, Soares Martins veio a considerar que, contra os princípios, estava deliberadamente a fazer um jornal racial, nalguma medida, uma provocação ou, noutros termos, um desforço contra o racismo dos brancos.

O foco nas vidas dos negros relativizava os protestos de portuguesismo patentes no jornal e desmentia o paternalismo político da ditadura como a única abordagem da condição dos negros. Ora, perante um novo jornal, para além de motivado pela preocupação acrescida em resultado das convulsões em África e, em particular, da insurgência em Angola, o antagonismo da administração colonial derivou quer de reticências de princípio ao protagonismo africano ou, tão-somente, a qualquer destaque das vivências africanas – que até então o *Voz Africana* não conseguira –, quer da reserva, se não oposição, face ao que não podia deixar de ser entendido como um avanço da diocese da Beira no meio africano, avanço que, para o regime, não traria senão problemas.

Malgrado o primeiro número conter uma saudação ao governador Sarmento Rodrigues³⁵, José Soares Martins teve de viajar até Lourenço Marques para falar com o secretário-geral do governo, segunda figura da hierarquia político-administrativa da colónia. Por regra avessas a iniciativas não controladas, as autoridades terão intuído a muito maior eficácia de um jornal dirigido aos pobres e ao seu quotidiano do que a de um jornal com pose

³⁴ José Soares Martins, ou José Capela, chegou à Beira em Fevereiro de 1955. Enquanto sacerdote, seguiu seu tio, o bispo da Beira, tendo tido ação relevante no *Diário de Moçambique*, de que foi chefe de redação a partir de 1956 e diretor-adjunto a partir de 1959, período em que, até à morte de D. Sebastião, o jornal cresceu em notoriedade pelo afrontamento das autoridades coloniais.

³⁵ VA, 2 de junho de 1962, p. 1. O jornal voltaria a saudar Sarmento Rodrigues pelos dois anos de governação, cf. VA, 1 de junho de 1953, p. 1.

literária que poucos entendiam e do qual a imensa mole se apartava. Ademais, a renovação do aspeto gráfico, que transfigurou um jornal pardacento numa revista atrativa pela inclusão de fotografias, ainda mais acentuou o impacto da iniciativa, forçosamente tida como adversa por provir da diocese da Beira. Para contrariar a oposição das autoridades que, para alguns, nunca permitiriam a concretização do seu intento, Soares Martins baseava-se na existência do título e no conseqüente direito de publicação, uma possibilidade resultante da lei, cuja interpretação, malgrado a ditadura, nem sempre era discricionária. Perante a firmeza de Soares Martins, o secretário-geral passou da injunção “Vocês não podem publicar! A lei não permite” à incapacidade de a sustentar que não na base da sua discricionarietàade feita lei. Independentemente do comprazimento pela desfeita de um poder despótico – cujo agente equivocadamente tomara por lei a habitualmente pronta obediência a qualquer seu ditame arbitrário –, Soares Martins reconheceu que se as autoridades tivessem decidido fechar o jornal, seria impossível contrariá-las. “Mas não tiveram coragem para isso!”. Ironicamente, esta contenção viria a revelar-se frutuosa para o poder colonial, atenta a posterior captura do jornal para o círculo do governo³⁶.

Ao iniciar a II série, o *Voz Africana* afirmou pretender levar informação e divertimento às populações. Anunciou o uso de novas técnicas jornalísticas para que os leitores sentissem algo de novo, pelo menos na apresentação do jornal³⁷. Segundo Soares Martins, a recetividade ao primeiro número foi “espantosa”. Não por acaso, o jornal foi um êxito nas zonas suburbanas, onde se vendia na rua³⁸.

A recetividade constatada nos recantos da Beira – onde, por vezes debaixo dos candeeiros da rua, os negros se reuniam para um ler e os demais escutar –, seria confirmada pelas cartas chegadas de todo o Moçambique³⁹, as quais, cumprindo com o seu título, o jornal publicava. Em parte, a nunca antes imaginada repercussão do jornal derivou das cartas⁴⁰ que, conforme aduziu Soares Martins, eram escritas pela primeira vez, não só na vida dos remetentes, mas na história de um povo (Capela, 2017: 83).

Ao invés de dar nota de almejar uma interlocução a que as autoridades coloniais nunca anuiriam, o jornal afirmou-se como altifalante dos sem voz. Para além das cartas, o jornal também singrou graças a inquiridos onde se promovia a opinião dos que vincavam as dificuldades do quotidiano na Beira e demais cidades da colónia. Assim, afirmava-se como uma plataforma de procuração dos interesses dos negros, que, na Beira, decerto nenhuma associação lograra instituir.

Da mesma forma, dava conta dos anseios, predilecções e modos de vida com que os negros se identificavam. Por exemplo, devotava páginas aos vários campeonatos de futebol e, em particular, ao de S. Benedito, na missão da Manga, nos subúrbios da Beira. Temas como a ascensão social de renomados futebolistas⁴¹ e, localmente, de pugilistas, além de menções a artistas, cientistas e políticos africanos certamente induziam à identificação com o jornal, para o que contribuía a abundância de fotografias, desde as de dignitários negros às de inquiridos na rua. Alvitremo-lo, as profissões de fé no futuro do “elemento” africano e os

³⁶ Conforme José Soares Martins, entrevista a Isabel Galhano, 2013.

³⁷ VA, 2 de junho de 1962, p. 2.

³⁸ Por exemplo, no mercado da Munhava, o primeiro número da nova *Voz Africana* esgotou, cf. VA, 2 de Junho de 1962, p. 1 e 9 de junho de 1962, p. 3.

³⁹ Por várias ocasiões, José Soares Martins deu nota da sua surpresa perante a inesperada avalanche de cartas. A surpresa poderia ter a ver com a imaginada pouca apetência de indivíduos pobremente letrados em escrever para o jornal, o que só denota quanto passaram a sentir o jornal como seu. Todavia, e salvaguardadas as devidas diferenças, tal tinha sucedido na África Ocidental Francesa, cf. Lüsebrink, 2003: 17.

⁴⁰ Não raro, as cartas de leitores incluíam recados a familiares e amigos, para além de exporem, amiúde ingenuamente, injustiças e desafeições. Ocasionalmente, a secção incluiu fotografias dos remetentes.

⁴¹ O nome e a imagem de alguns deles foram usados para publicitar o jornal. A dado passo, noticiou-se que, apesar da fama, Eusébio era leitor do *Voz Africana*. Numa foto, aparecia a ler o jornal, encostado à varanda da casa de madeira e zinco onde vivera, cf. VA, 10 de agosto de 1963, p. 1.

debates sobre a inexistente desigualdade das raças – para o que se citaram, por exemplo, as posições do jornal *Catholic World* ou das Nações Unidas – não terão feito tanto pelo jornal quanto as notícias sobre desporto e sobre as condições de vida dos mais desfavorecidos entre os quais estava a larga mole de imigrantes que o crescimento das cidades chamava. Entre outras, estas mudanças transfiguravam um erudito mas pardacento jornal para mestiços numa revista de actualidades dirigida à grande maioria de negros habitantes da Beira e demais cidades. Importa registar ter sido pela mão de um branco – Soares Martins dirigiu o jornal até 1968 –, membro de uma instituição conservadora, que o jornal cumpriu com o propósito inscrito no seu título. Nas palavras de Soares Martins, era um jornal voltado para a realidade africana de Moçambique, mormente da Beira. A esmagadora maioria do público-alvo era paupérrima e iletrada, mas o jornal teve uma enorme recetividade, indiciada pela catadupa de cartas de leitores (Capela, 1996: 26-27).

Em dezembro de 1962, comemorou-se o trigésimo aniversário do jornal, cujo diretor era, desde 31 de dezembro de 1935, António José Trindade. Todavia, tratava-se de outro jornal, a que certamente os do CAMS estariam rendidos. Conforme se escreveu, profusamente ilustrado e com belo aspeto gráfico, com notícias de todos os recantos da província, o jornal chamara a atenção de todos e, em especial, da “grande massa de aborígenes em que tem muita aceitação e procura”⁴².

Num balanço aquando do primeiro aniversário da II série, saudou-se a renovação que, havia muito, era necessária e cujo resultado eram os numerosos leitores com que o jornal passara a contar⁴³. Numa carta, um leitor dizia que, fazia um ano, uma nova estrela, o *Voz Africana*, despontara no céu moçambicano. Aliás, de cartas ao jornal, pode inferir-se a ideia de que os seus subscritores ignoravam a I série do “afamado” jornal que, para eles, começara em 1962.

Em 1965, anunciou-se o aumento do preço para 2\$50 a partir de Julho. O jornal, que alegava prescindir dos lucros, dizia não podia suportar prejuízos com que arcara durante três anos para poder chegar a toda a província. Feito um inquérito, os leitores teriam aceitado o aumento e alguns até asseverado que o jornal valia mais⁴⁴.

Apesar de o parecer a variados olhares, o *Voz Africana* recusava ser “um jornal de pretos”⁴⁵, pretendendo-se um jornal moçambicano que abordava problemas que mais de perto tocavam todos os moçambicanos, na verdade, os mais desfavorecidos. Aquando do primeiro aniversário da II série escreveu-se que “muitas consciências despertaram, muitos homens resolveram acreditar que a civilização é uma meta pela qual todos devemos lutar e que, seja quem for, a pode vir a alcançar”⁴⁶.

Para provar a possível valorização dos africanos e, em especial, dos moçambicanos, o jornal publicitou os préstimos e feitos de figuras negras da colónia. Por exemplo, anunciou com semanas de antecedência a venda de *Nós matámos o cão tinoso*, de Luís Bernardo Honwana⁴⁷.

⁴² O articulista previu que o *Voz Africana* viria a ser o jornal de maior tiragem em Moçambique, cf. VA, 29 de dezembro de 1962, p. 2.

⁴³ Por ocasião do primeiro aniversário da II série, o jornal agradecia os auxílios das entidades oficiais e encorajamentos e, bem assim, os incitamentos dos leitores, cf. VA, 8 de junho de 1963, p. 2.

⁴⁴ VA, 19 de junho de 1965, p. 16. Posteriormente, com base numa ronda por postos de venda na capital, dava-se nota da aceitação popular do jornal nos bairros periféricos da cidade, cf. VA, 16 de setembro de 1967, pp. 8-9.

⁴⁵ A questão terá sido aflorada pois que, no número comemorativo do aniversário do jornal, se dizia que se o qualificara de ‘racista’, o que se refutava por impossível num jornal que era de todos, não só de Africanos de todas as cores, mas também de metropolitanos, cf. VA, 29 de dezembro de 1962, p. 2.

⁴⁶ VA, 8 de junho de 1963, p. 2.

⁴⁷ Com uma tiragem de dois mil exemplares, o livro tinha ilustrações de Bertina Lopes e arranjo gráfico de Pancho Guedes (VA, 8 de fevereiro de 1964, p. 16.) Anos depois, o *Voz Africana* transcreveria de *O Comércio do Porto* uma crónica laudatória de José Régio, cf. VA, 25 de novembro de 1967, p. 7.

Para além da capacidade de superação do comum dos negros – provada nas difíceis tarefas da sobrevivência quotidiana nos subúrbios –, a beleza das performances artísticas – alvo de encómios nas notícias sobre o folclore – e o génio da criatividade africana tornaram-se mote de notícias, denotadoras do óbvio intento de promoção de vultos africanos. Um dos nomes que logo avultou foi o de Malangatana, que, entrevistado, sumariou o seu tirocínio enquanto artista⁴⁸. Em 1962, anunciou-se um prémio de pintura para Malangatana⁴⁹. Os trabalhos do mais “conhecido e significativo artista plástico de Moçambique” foram sendo noticiados. Já em 1972, aludiu-se a duas exposições Malangatana em Lisboa⁵⁰.

Em 1967, numa extensa reportagem, o jornal noticiava que Alberto Chissano, um ex-servente do Núcleo de Arte, colectividade devotada à difusão da arte e dos artistas plásticos de Moçambique, se fizera artista e organizara uma exposição com um grupo de amigos. Em 1972, noticiou-se uma exposição do escultor em Lisboa⁵¹.

Antecipemo-lo, nos anos 70, o *Voz Africana* destacou Shikhani, artista beirense, de quem se noticiaram as exposições na Beira, as apresentações na metrópole⁵² e até o casamento no registo civil da Beira, que mereceu uma fotografia⁵³.

A par de notícias da criação de artistas consagrados, o jornal noticiou exposições de debutantes e, até, uma exposição de pintura de Lourinho Macuácuá, recluso da Machava⁵⁴. Somaram-se reportagens como, por exemplo, a “‘Pau preto’, arte e profissão” de numerosos africanos⁵⁵, artistas anónimos e humildes, qualificação que contradizia a pregressa ideia de que qualquer forma de auto-emprego era, grosso modo, uma variante da ociosidade.

Evidentemente, tal crença no homem africano não deixaria também de abonar a favor da soberania lusa, a qual permitia a realização de elevados fins de cada indivíduo. Fosse como fosse, os citados tirocínios não só provavam que a civilização estava ao alcance dos Africanos, mas também que as suas contribuições artísticas, culturais e literárias tinham valia bastante para enfileirar no património civilizacional da humanidade.

Porém, o jornal não se ateu à nação portuguesa como horizonte de realização dos negros. Publicou também notícias de africanos em universidades europeias, denotando a concretização de outra relação com o mundo que não a tutelada pelos portugueses nem a enformada pelos valores supostamente tradicionais da “raça negra”. O jornal publicou imagens de dignitários, com vestes africanas, em banquetes oferecidos por congéneres europeus, ex-colonizadores, em conversações com o presidente dos EUA ou, ainda, a notícia de um negro com assento no Supremo Tribunal dos EUA⁵⁶. Tais notícias e imagens comportavam uma mensagem subliminar avessa ao colonialismo, mesmo se, ao mesmo tempo, com as notícias sobre a luta dos negros nos EUA implicitamente se aduzia uma comparação favorável à política portuguesa⁵⁷ que se proclamava isenta de racismo.

Sem se furtar à propaganda política, antes fazendo-a – por exemplo, ao dar nota dos aplausos de populares ao governador-geral no cinema Império⁵⁸ – para obter um ganho de

⁴⁸ Malangatana era um dos artistas presentes numa exposição em Ibadan sobre arte e arquitectura em Moçambique e África do Sul, cf. VA, 16 de junho de 1962, pp. 8-9.

⁴⁹ VA, 15 de setembro de 1962, pp. 1 e 3. Também a morte do pai de Malangatana foi notícia, assim como uma referência num jornal dinamarquês, cf. VA, 25 de maio de 1963, pp. 13 e 29 de junho de 1963, p. 13, respetivamente.

⁵⁰ VA, 21 de março de 1972, p. 13.

⁵¹ VA, 26 de agosto de 1967, pp. 8-9; 4 de julho de 1972, p. 9.

⁵² A dado passo, o jornal passou a acompanhar as realizações deste beirense. Por exemplo, VA, 27 de junho de 1972, pp. 15 e 16; 16 de agosto de 1972, p.13; 19 de setembro de 1972, p. 3; 18 de setembro de 1973, p. 7; 25 de setembro de 1973, p. 7.

⁵³ VA, 11 de dezembro de 1971, p. 8.

⁵⁴ VA, 29 de maio de 1973, p. 17.

⁵⁵ VA, 4 de julho de 1972, p. 6.

⁵⁶ VA, 7 de outubro de 1967, p. 1.

⁵⁷ Esta comparação a benefício de Portugal – cujas colónias não ocorreriam a discriminação e a violência comuns nos EUA – foi feita noutras colónias, por exemplo, em Cabo Verde, no oficioso *Arquipélago* (Oliveira, 1998: 559). Também se faziam comparações com o *apartheid* na África do Sul.

⁵⁸ VA, 25 de agosto de 1962, pp. 1 e 3.

palavra sobre intoleráveis inércias do colonialismo, o *Voz Africana* teceu, em consonância com o espírito das alterações legislativas após a eclosão da guerra em Angola, uma crítica velada ao cultivo obrigatório do algodão e publicou uma carta sobre trabalho contratado e maus tratos em Mexinine⁵⁹. O *Voz Africana* também denunciou a incúria administrativa, aludindo a crianças não registadas, logo, inexistentes para o Estado e, por isso, impedidas de prestar exames na escola⁶⁰.

À margem dos clausulados legais e de *nuances* da política, o jornal empenhar-se-ia na denúncia crua das inaceitáveis misérias do quotidiano de negros. Em 1963, publicou uma foto de um “pedaço vivo” da cidade do caniço, lembrando que as lixeiras eram um perigo para as crianças a quem pareciam lugar de entretenimento. Acrescentava esperar que as palavras não quedassem meras vozes no deserto da inação⁶¹. Era hora de construir os famigerados bairros para os ‘economicamente débeis’⁶², expressão então em voga.

Aparentemente abstendo-se da declaração de princípios políticos, o *Voz Africana* enunciava premissas de mudança social e firmava um padrão de reivindicação viável no quadro político vigente. A reivindicação não se cingia mais à instrução – como fora típico das primeiras décadas, quando tal demanda era também um desafio aos africanos –, antes se alargava à cidadania e à pertença à cidade, clamando o jornal por valorização salarial e por habitação para os negros. Ademais, lembrava-se, a demanda de valorização social das populações era legítima por ser uma preocupação do governo, corpos administrativos, atividades económicas e cidadãos.

Tal valorização social implicava a justa remuneração do trabalho, que permitisse aos africanos sustentar a família⁶³, reclamação, que parecia pouco audaz, ia frontalmente contra a usura dos corpos africanos, muitos deles deslocados e a lutar arduamente para sobreviver no entorno de cidades como Beira e Lourenço Marques.

Ainda que eivado de paternalismo, o discurso acerca da promoção social da mão de obra africana abria portas a reivindicações dos que, acreditando, ou não, no colonialismo, pugnavam pela melhoria das condições de vida dos negros, propondo medidas imediatas de compensação do esforço laboral. Vista a necessidade de cada indivíduo dispor de meios para a subsistência decente, o *Voz Africana* advogou o aumento salarial dos trabalhadores desqualificados. Para obviar a imaginados entraves, propôs como medida imediata o pagamento de prémios de produção⁶⁴.

O jornal interpelou as instâncias administrativas em torno de itens básicos como habitação, água, electricidade e locomoção. Ao longo da década de 1960, a questão da habitação passou a mote do jornal⁶⁵. A propósito da imperiosa construção de bairros sociais com condições satisfatórias, não deixa de ser interessante a crítica, formulada em 1963, ao convite para se pronunciarem todos menos os interessados nos ditos bairros. Algo precoce, tal chamada de atenção para a necessidade de ouvir os interessados⁶⁶ era algo de inconcebível

⁵⁹ VA, 6 de abril de 1963, pp. 2 e 6.

⁶⁰ VA, 16 de novembro de 1963, p. 2.

⁶¹ VA, 29 de junho de 1963, p. 1. Também em 1968, numa primeira página, se reportava que, numa lixeira de Lourenço Marques, adultos e crianças remexiam o monturo à procura de objetos aproveitáveis e de comida. Esse espectáculo repugnante e desumano era reportado nas páginas centrais, cf. VA, 3 de Fevereiro de 1968, p. 1.

⁶² VA, 29 de junho de 1963, p. 1. Ver a menção a essa necessidade dita premente, por exemplo, em VA, 2 de março de 1963, pp. 4-5; 9 de março de 1963, p. 5; 23 de março de 1963, p. 3; 30 de Março de 1963, p. 16; 20 de abril de 1963, p. 3.

⁶³ Esta demanda foi enunciada logo no primeiro número da nova série, cf. VA, 2 de junho de 1962, p. 2.

⁶⁴ VA, 16 de junho de 1962, p. 2.

⁶⁵ Em prol da sua abordagem do problema da habitação, o jornal chamava à colação o programa de incentivo à construção própria delineado pela Companhia de Cimentos de Moçambique para os seus trabalhadores, na sequência do que se considerou notável a promoção social dos trabalhadores africanos da dita Companhia cf. VA, 28 de julho de 1962, p. 2 e 22 de setembro de 1962, pp. 8-9.

⁶⁶ VA, 21 de setembro de 1963, p..

para as cogitações colonialistas. Todavia, o jornal concretizá-lo-ia a respeito da construção dos bairros e de outros itens da vida social.

As gravosas condições de sobrevivência nos subúrbios foram sendo atribuídas à omissão ou à inépcia camarária, por exemplo, no tocante à proteção das chuvas. Embora em jeito de lamentação, não faltou o reparo crítico à edilidade por não ter atempadamente, se não solucionado, ao menos remediado uma situação agravada de ano para ano, pois o crescimento da cidade do caniço tornava cada vez mais difícil uma solução justa. Os trabalhadores, que viviam como podiam, tinham erguido uma cidade a ser olhada pelos vereadores com a mesma atenção que lhes merecia a cidade branca. Na época seca, muitas obras se poderiam ter feito para que as chuvas causassem o mínimo de estragos. Enquanto não se construíssem bairros, a cidade do caniço tinha de ser protegida dos danos das chuvas ou, conforme se sentenciava, o problema da cidade do caniço devia ter prioridade sobre os demais⁶⁷.

Outra das questões assaz focadas foi a do abastecimento de água nos bairros da periferia, considerado uma justa e imperativa necessidade. Apontava-se a falta de fontanários como um problema angustiante, um quase crime de lesa bem-comum. Por exemplo, em 1963, assinalava-se que só Munhava da Companhia, onde se situava o depósito, dispunha de três fontanários. Os habitantes dos demais bairros suburbanos tinham de socorrer-se de poços de água salobra ou de palmilhar quilómetros carreando água. Ao argumento de que muitas das povoações desapareceriam a prazo, o jornal retorquia que, mesmo que assim fosse, a privação de água era inaceitável. Num alinhamento, involuntário, ou não, com um mote anticolonial, considerava difícil ter, após quatrocentos e tal anos, de esmolar água⁶⁸. Já com jornal sob influência de Jorge Jardim, em 1971 denunciaram-se as más condições e os contrastes inadmissíveis, por exemplo, com a chamativa epígrafe “gente sem água, água sem gente”⁶⁹. Vincando um tom reivindicativo, e contra qualquer relutância dilatária, o *Voz Africana* clamava por água nos subúrbios como uma obrigação devida às pessoas⁷⁰. O jornal chamou igualmente a atenção para a necessária eletrificação das povoações suburbanas, todas sem luz eléctrica. Era dito, as linhas eléctricas passavam nas povoações mas não lhes forneciam electricidade⁷¹.

Os subúrbios também estavam mal servidos de transportes. Para muitas famílias, a paragem mais próxima distava quilómetros. Além disso, era notória a insuficiência de carreiras, por exemplo, para a Manga, um dos mais extensos bairros, com habitantes a morar a quilómetros da estrada para a Beira⁷².

Em 1973, a primeira página inseria um protesto contra o anunciado aumento de preços dos machimbombos, causa de alvoroço entre os munícipes dos subúrbios. O jornal falava da exorbitância dos aumentos, acrescentando que algumas pessoas já teriam contactado o jornal para manifestar o seu desacordo⁷³.

Em suma, na II série, operou-se uma mudança de vulto no *Voz Africana*: à teorização, por exemplo, sobre a igualdade racial preferiu-se a abordagem de problemas concretos dos negros nas cinturas das cidades, a qual continha uma crítica, mesmo se comedida, à omissão e a opções políticas das instâncias administrativas. Com efeito, sucessivamente

⁶⁷ VA, 23 de novembro de 1963.

⁶⁸ VA, 6 de julho de 1963, p. 8.

⁶⁹ VA, 11 de setembro de 1971, p. 12.

⁷⁰ VA, 16 de outubro de 1971, p. 2.

⁷¹ VA, 30 de novembro de 1963, p. 11.

⁷² VA, 31 de agosto de 1963, pp. 8-9.

⁷³ VA, 15 de maio de 1973, p. 1.

Novo artigo contra o aumento das tarifas dos machimbombos surgiria na semana seguinte, cf. VA, 22 de maio de 1973.

embalado pelo respaldo da diocese, por velados interesses dos mandantes⁷⁴ e pela forçada tolerância do regime para com as demandas por causa da insurgência armada, o jornal denunciou as privações vividas nas periferias das urbes. Não se tratava mais de denunciar ou de discutir o racismo, questão tornada secundária⁷⁵, tratava-se, sim, de pugnar pelos ‘economicamente débeis’.

A par da aparente anuência ao laço colonial, a que a ditadura obrigava, a intensidade da descrição das degradantes condições de vida nas periferias das cidades e da reivindicação, sobretudo quando comparada com a pouca atratividade da primeira série, era indubitável⁷⁶. Diferentemente dos jornais generalistas, e sem embargo de não atacar o laço colonial, o *Voz Africana* era militantemente um jornal em prol dos negros.

A mudança formal e de conteúdos, que tornara o jornal irreconhecível face à I série, tornara-o também apelativo para os africanos. Ainda que não necessariamente profícuo, essa transfiguração apontou um caminho, de tal forma que, quando os colonialistas se assenhorearam das publicações da Igreja da Beira, mantiveram a linha de defesa dos Africanos em relação a questões básicas do dia a dia. E Miguel Murupa, que veio a dirigir o *Voz Africana*, pôde alegar que o jornal era lido por milhares de africanos, para além de também ser comprado por europeus (Rocha, 2000: 192).

Nos derradeiros anos, um satélite do regime

Em 1970, o *Voz Africana*, formalmente um órgão do CAMS⁷⁷, mantinha a pretensão de ser um jornal africano. Porém, nesse ano discutiu-se um contrato de “exploração” do *Voz Africana* por quinze anos”. Numa assembleia extraordinária, sócios do CAMS apreciaram uma proposta da Companhia Editora para publicar o jornal de 1971 a 1986. Após hora e meia de discussão, incumbiu-se a direcção do CAMS de, no prazo de quinze dias, elaborar um estudo-programa sobre as condições do novo contrato para ulterior deliberação⁷⁸.

Em 1971, o cabeçalho manteve-se inalterado até Março, quando o jornal passou a ser composto e impresso na tipografia do *Notícias da Beira*⁷⁹. Por fim, em resultado da previsível deliberação da assembleia do CAMS, a 14 de Setembro foi assinado o contrato de exploração do jornal pela Companhia Editora de Moçambique, entrementes integrada na empresa Notícias da Beira SARL⁸⁰.

Nos anos seguintes, o jornal alardeou uma vincada defesa do regime colonial. Por exemplo, num artigo com o *sui generis* título “A verdade não se improvisa”, os concursos de *misses*, agenciados por Jardim, tornavam-se prova de uma sociedade multirracial. A seu modo, este editorial alinhava o jornal com o regime e provava a sua instrumentalização por Jardim. Porém, é possível que tais destaques não tenham diminuído a receptividade do jornal entre o grosso dos leitores⁸¹. Em termos hipotéticos, o empenho no laço colonial não alterou radicalmente o figurino do jornal. O tom reivindicativo em prol das condições

⁷⁴ Não se exclua que o tom reivindicativo do jornal, mesmo após a aquisição certamente por Jorge Jardim, tenha tido a ver com desígnios políticos deste, interessado na adesão aos seus propósitos que “a mais largo prazo” coincidiriam com os “interesses nacionais”, cf. Jardim, 1976: 141-142.

⁷⁵ Evidentemente, também secundarizada pelo regime colonial. Assim, em 1973, asseverava-se não existir racismo em Moçambique, cf. VA, 16 de outubro de 1973, p. 1.

⁷⁶ Salvaguardadas as diferenças políticas, tal evolução no sentido de uma mais acentuada nota reivindicativa também ocorreria na imprensa da AOF, cf. Lüsebrink, 2003: 262.

⁷⁷ VA, 11 de julho de 1970, p. 1.

⁷⁸ VA, 31 de outubro de 1970, p. 12.

⁷⁹ VA, 20 de março de 1971.

⁸⁰ Afirmando-se que o jornal continuaria a “missão de ser, em Moçambique, uma voz africana de Portugal. De novo, uma renovação na continuidade”, cf. VA, 18 de setembro de 1971, p. 1.

⁸¹ VA, 13 de março de 1971, p. 1.

de vida dos africanos manteve-se⁸², ao mesmo tempo que as notícias instilavam a ideia de que o regime promovia os africanos. Simultaneamente, enquanto jornal da cidade, o *Voz Africana* podia ignorar situações mais dramáticas, mormente, as violências no mato. Em todo o caso, as notícias denotam alteração de prioridades. Previsivelmente, por pressão da guerra, preferia-se a formação de soldados à ordenação de sacerdotes. Em 1964, fora notícia de primeira página a ordenação de um sacerdote negro em Tete⁸³, notícia dirigida tanto a africanos, que podiam encontrar no cristianismo a sua realização pessoal, quanto aos colonos, a quem se lembrava o fim da primazia do seu catolicismo. Já em 1973, aquando do 3.º campeonato nacional de paraquedismo na Beira, destacava-se a participação de três africanos dos Grupos Especiais Paraquedistas com a publicação respectiva fotografia⁸⁴. Aduza-se, independentemente dos constrangimentos subjacentes a ambos os tirocínios, não deixavam de ser domínios de realização inalcançáveis para os negros em épocas não muito longínquas.

No plano político, a diferença esteve, pois, na mais frequente insinuação das “verdades” do regime colonial – subliminarmente confirmadas por notícias como a de 400 jovens de Moçambique formados comandos em 1972⁸⁵, notícia que realça a lealdade à nação colonizadora – e no compromisso com o regime, ostensivo nas notícias sobre as dissidências e regressos de ex-elementos da Frelimo⁸⁶ e sobre ataques desta a populações rurais. Justamente, outra nota da colagem ao regime era dada por fotografias que sugeriam o apoio dos meios rurais a Portugal. Por exemplo, o *Voz Africana* publicou fotografias do governador a cumprimentar uma fileira de autoridades tradicionais no distrito de Tete⁸⁷.

Simultaneamente, outra dimensão não menos prezada da paz política e social era a da convivência religiosa. Com o regime rendido à pluralidade religiosa, o jornal assinalava o novo ano hindu, a peregrinação maometana a Sofala⁸⁸, e, ainda, o facto de o governador-geral ter assistido às cerimónias do fim do Ramadão⁸⁹.

Como se disse, por pressão da guerra e para tentar cerzir uma cada vez mais difícil coesão, uma constante dos derradeiros anos foram as amiudadas notícias anti-Frelimo. Retornado a Moçambique, Miguel Murupa afirmou “Quem observe os Estados Africanos deverá honestamente admitir que Portugal tem razão”⁹⁰ e criticou a Frelimo⁹¹. Murupa fora quadro da Frelimo, a que se juntara em 1962. Após uma estada nos EUA para estudar, abandonou-a em 1970. Acabou por fugir da Tanzânia, entregando-se às autoridades coloniais. Enquanto homem de Jorge Jardim, dirigiu a partir de finais de 1972 o *Voz Africana*⁹².

⁸² Por si só, as reivindicações e denúncias em prol dos Africanos dificilmente permite respostas taxativas acerca da instrumentalização do jornal. Por exemplo, segundo o jornal, as padarias da Beira não vendiam o pão a 2530 como mandava a lei (VA, 27 de junho de 1970, p. 8). Podemos presumir que a denúncia da venda de pão em contravenção ao disposto na lei era dúplice porque inútil, constituindo mais um ato de propaganda do que um passo efetivo na defesa dos Africanos. Porém, a presunção de duplicidade assenta no conhecimento dos fins políticos dos novos donos. Como considerar uma hipotética mensagem de idêntico teor em anos anteriores?

⁸³ VA, 11 de julho de 1964, p. 1.

⁸⁴ VA, 10 de julho de 1973, p. 2.

⁸⁵ VA, 16 de agosto de 1972, pp. 14-15.

⁸⁶ Não se tratava de algo de inédito. Porém, as sucessivas notícias sobre deserções na Frelimo no caso do colonialismo adquiriam uma tonalidade diferente, por exemplo, da do regresso de Domingos Arouca, depois nomeado para consultor jurídico do BNU para Moçambique. Anunciou-se que Domingos Arouca colaboraria com o jornal (cf. VA, 18 de maio de 1963, p. 2). Porém, ele seria empossado como director de *O Brado Africano*, cf. VA, 21 de novembro de 1964, p. 4.

⁸⁷ VA, 20 de junho de 1970, p. 1.

⁸⁸ VA, 10 de outubro de 1970, p. 1.

⁸⁹ VA, 5 de dezembro de 1970, p. 1.

⁹⁰ VA, 12 de dezembro de 1970, pp. 1 e 12.

⁹¹ Segundo Murupa, Marcelino dos Santos escusara-se ao debate por tal não convir à Frelimo, cf. VA, 26 de junho de 1973, pp. 1 e 20; ver também VA, 10 de julho de 1973, p. 2; 17 de julho de 1973, pp. 2 e 6-7.

⁹² Em finais de 1971, Murupa foi certamente induzido a associar-se à homenagem aos fundadores da *Voz Africana* ocorrida no CAMS. Coube-lhe descerrar um quadro com o retrato e uma nota biográfica de cada um dos fundadores do jornal (VA, 8 de janeiro de 1972, p. 1). No final de 1972, dirigia o jornal, conquanto o diretor continuasse a ser Trindade, cf. VA, 19 de dezembro de 1972, p. 7; ver também Couto, 2011: 221 e ss.

Nos que seriam os derradeiros anos do colonialismo, o jornal deu espaço às vozes de africanos contra a Frelimo. As notícias anti-Frelimo eram não só irrefutáveis por efeito da feição ditatorial do regime e da guerra, como também supostamente confirmadas pelos casos de arrependidos que se entregavam às autoridades portuguesas, que eram recuperados e que agradeciam a magnanimidade do governador⁹³. Por exemplo, em 1972, noticiou-se a apresentação às autoridades de João José Craveirinha Jr, do Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo⁹⁴. O reencontro com Miguel Murupa foi documentado fotograficamente⁹⁵ e Craveirinha Jr. foi entrevistado para dar nota da sua desilusão com a Frelimo⁹⁶. Também em 1972, aludindo-se à pretendida desagregação da Frelimo, se noticiou que Lázaro Kavandame estava vivo⁹⁷.

Significativamente, nos anos 70, ao mesmo tempo que dava nota da promoção dos negros e de um ambiente social pacificado, o jornal noticiava a repressão nos subúrbios das cidades – fotografados aquando de visitas de um ou outro governador –, em contramão com a omitida deterioração do controlo militar no norte e centro de Moçambique. Por exemplo, em 1972, noticiou-se uma rusga na Manga. Teriam sido controladas 775 pessoas e, de 12 indocumentadas, cinco tinham sido detidas⁹⁸. Ainda dando conta da acção policial, noticiar-se-ia o prosseguimento de rusgas, levadas a cabo em colaboração com a DGS, nos subúrbios, mormente na Munhava. Teriam sido revistadas 400 palhotas, controladas 1000 pessoas e detidos 28 suspeitos⁹⁹. O jornal enfileirou, pois, no intento de dissuasão da acção subversiva nas cidades.

Revelar-se-ia bem mais difícil lidar com os conflitos em Novembro de 1972, em resultado dos quais, dizia-se, se tinham verificado três mortos e mais de 150 feridos. Os distúrbios tinham-se estendido da Muchatazina se à Chipangara e à Munhava. Numa visão simplista, vários grupos étnicos tinham-se unido contra os zambezianos, referidos como instigadores e como vítimas, razão pela qual se tinham posto em fuga da Beira¹⁰⁰.

Era bem mais simples publicar uma fotografia de um ato eleitoral na Beira com brancos e negros na mesma fila¹⁰¹. Teve, todavia, pouco préstimo, como o teve a transcrição do editorial de Jorge Jardim publicado no *Notícias da Beira* a 3 de Maio, no qual afirmava ter uma solução para a independência de Moçambique (Couto, 2011: 260), a saber, o protocolo de Lusaka, de que nem as autoridades depostas nem o novo poder quiseram saber. Menos ainda a Frelimo.

Notas finais

Criado pelo Grémio Africano de Manica e Sofala nos sombrios anos 30, durante três décadas o *Voz Africana* ensaiou congregar, promover e defender os Africanos, uma noção primeiramente referida aos mestiços, mas que progressivamente terá abrangido os designados indígenas. No meio de ingentes dificuldades, uma constante ao longo das várias conjunturas políticas, o fito da defesa dos Africanos foi sendo concretizado através da produção do jornal assente no empenho do pequeno escol africano da Beira.

Nos anos 60, num contexto de múltiplas pressões políticas, adensadas pela antevisão de desfechos políticos de monta, durante quanto tempo o *Voz Africana* foi de Africanos

⁹³ VA, 25 de dezembro de 1971, p. 11; veja-se também VA, 23 de maio de 1972, pp. 1 e 3.

⁹⁴ VA, 11 de julho de 1972, p. 2.

⁹⁵ VA, 18 de julho de 1972, p. 1.

⁹⁶ VA, 11 de julho de 1972, p. 2, pp. 18-19.

⁹⁷ VA, 16 de agosto de 1972, p. 1.

⁹⁸ VA, 16 de agosto de 1972, p. 6.

⁹⁹ VA, 11 de julho de 1972, p. 14.

¹⁰⁰ VA, 7 de novembro de 1972, pp. 1 e 20.

¹⁰¹ VA, 30 de outubro de 1973, p. 20.

e pugnou pelos Africanos? Reinventado por José Soares Martins, na sua II série o *Voz Africana* rompeu o quase-monopólio colonialista da palavra sobre a vida dos africanos, que até então o jornal, pretendendo fazer prova de civilização de um grupo restrito, não conseguira romper. Já a polarização das atenções dos africanos nos seus interesses banais induzida por um periódico elaborado na esfera da diocese da Beira causou apreensão, pelo menos aos mais zelosos defensores dos postulados colonialistas e das barreiras raciais. De certo modo, o *Voz Africana* acabou como um instrumento do regime, como sucedeu ao *Brado Africano*, de Lourenço Marques, ou como o foi o *Tribuna dos Musseques* em Angola. Todavia, apesar de se terem assenhoreado do jornal, os agentes do colonialismo ativeram-se ao padrão de denúncia e de reivindicação firmado desde 1962. Tal exercício tornou-se fácil porque, ao tempo, as autoridades coloniais tinham interesse na circulação de veículos que, no quadro do propalado portuguesismo (mesmo se difuso e volátil), dessem voz às aspirações dos Africanos, assim desviados da adesão aos ideários independentistas. Este intento foi procurado pelos últimos proprietários do jornal, que reivindicando em nome dos Africanos, procuraram em vão fomentar a acomodação ao laço colonial e limitar o eco dos ideários independentistas.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Entrevista

Entrevista a José Soares Martins conduzida por Isabel Galhano, Porto, 2013, a publicar.

Jornal

Voz Africana, 1933-1964, Beira.

Fontes secundárias

Bittencourt, Marcelo (2017), “O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960)” in *Análise Social* n.º 225, Lisboa, ICS, pp. 874-893.

Capela, José (1989), “Para a história do ‘Diário de Moçambique’” in *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* n.º 6, Maputo, AHM, pp. 177-180.

— (2017), *O sopro do vento sul no silvo das locomotivas da linha do norte*, Porto, Afrontamento.

Costa, Eduardo (1902), *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique (1892-1900)*, Lisboa.

Couto, Fernando Amado (2011), *Moçambique 1974. O fim do império e o nascimento da nação*, Alfragide, Caminho.

Fernandes, Gabriel (2006), *Em busca da nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Fonseca, Isadora de Ataíde (2014), *A imprensa e o império na África portuguesa, 1842-1974*, dissertação de doutoramento, Lisboa, ICS-UL.

Gonçalves, José Júlio (1965), *A informação em Moçambique (contribuição para o seu estudo)*, Lisboa.

Jardim, Jorge (1976), *Moçambique. Terra Queimada*, Lisboa, Intervenção.

Lima, A. Carlos (1990), *O caso do bispo da Beira*, Livraria Civilização Editora.

- Lüsebrink, Hans Jurgen (2003), *La conquête de l'espace public colonial. Prises de parole et formes de participation d'écrivains et d'intellectuels africains dans la presse à l'époque coloniale (1900-1960)*, Québec, Éditions Nota Bene.
- Moutinho, Affonso (1924), *Alhos e bugalhos (Os meus dois últimos anos de África)*, Beira, 1924.
- Nascimento, Augusto (2005), *Entre o mundo e as ilhas. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de novecentos*, São Tomé, UNEAS.
- (2012), "A República em São Tomé e Príncipe: os escolhos à afirmação da elite são-tomense" in Pinheiro, Luís da Cunha e Rodrigues, Maria Manuel Marques (org.), *Em torno de duas Repúblicas: 15 de novembro de 1889 – 5 de outubro de 1910*, Lisboa, CLEPUL, pp. 115-150.
- Oliveira, João Nobre de (1998), *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau.
- Penvenne, Jeanne (1996), "João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique" in *Journal of African History* n.º 3, vol. 37, Cambridge, pp. 419-464.
- Rocha, Ilídio (2000), *A imprensa de Moçambique. História e catálogo (1854-1975)*, Lisboa, Edições Livros do Brasil.
- Rodrigues, Eugénia (2003), *A geração silenciada. A Liga Nacional Angolana e a representação do branco em Angola na década de 30*, Porto, Afrontamento.
- Tajú, Gulamo (1989), "D. Sebastião Soares de Resende, primeiro bispo da Beira: notas para uma cronologia" in *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* n.º 6, Maputo, AHM, pp.149-176.



A Renamo um assunto para historiadores e cientistas sociais*

Michel Cahen**

pp. 197-204

Este artigo é quase um não artigo: é uma chamada de atenção para que o assunto “Renamo” saia da mera discussão política ou da esfera dos artigos de atualidade para se tornar um *assunto como qualquer outro* nas ciências sociais e, em particular, na história.

Por isso, queria apresentar aqui algumas observações sobre a melhor forma de forjar a *historicidade* do assunto “Renamo”.

Com efeito, em Moçambique, ao contrário de Angola, a passagem da primeira idade colonial – o período mercantil e escravocrata – para a segunda – o período do capitalismo colonial – tomou também a forma de uma viragem geopolítica de maior importância: o abandono das ricas regiões agrícolas do Norte em proveito de uma economia de serviços dependente da África do Sul, com a mudança de capital da Ilha de Moçambique para o extremo-sul, Lourenço Marques, mudança decidida em 1898.

Desequilíbrios coloniais e pós-coloniais

A Beira, tal como Lourenço Marques, foi uma produção desta viragem para o capitalismo colonial. Lourenço Marques era uma mera aldeia colonial (Xilunguine) e não havia nem sequer uma aldeia na foz do Rio Pungué quando a decisão de construir Beira foi tomada em 1887, secundarizando definitivamente a velha Sofala. No entanto, mesmo se Lourenço Marques e Beira foram cidades da mesma geração histórica, as suas posições geopolítica e geoeconómica foram muito diferentes. Quando se compara os brancos de Lourenço Marques com os da Beira, até mesmo a sua visão sobre a colónia se revela diferente. Os brancos da Beira vieram de uma entidade política que, até 1942 não era a colónia de Moçambique, mas o Território de Manica e Sofala, sob a administração da Companhia de Moçambique. Tinham uma autonomia colonial de facto. E sempre os brancos da Beira lamentaram esta perda de autonomia, como lembrou recentemente Egídio Guambe na sua tese de doutoramento (Guambe, 2016). Aqui, a partir da nomeação do Bispo Sebastião Soares Resende, também o catolicismo foi diferente. E o protestantismo não era dos Suíços como no Sul, mas o dos congregacionalistas americanos. A cidade colonial beirense sentia muito a domi-

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Colóquio Internacional “José Capela e a história de Moçambique: 45 anos depois de *O vinho para o preto*”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 29-30 de Maio de 2017. Uma versão ampliada foi depois apresentada e discutida na V Conferência Internacional do IESE, “Desafios da investigação social e económica em tempos de crise”, Maputo, 19-21 de Setembro de 2017. Este artigo é uma versão adaptada desta conferência. No colóquio do Porto, ao contrário da maioria dos colegas ali presentes, a minha intervenção não incidiu sobre uma temática que tivesse sido alvo da pesquisa de José Capela, no entanto, pensei ser-lhe fiel de outra maneira. Ele foi um branco da Beira. Para quem conhece Moçambique, isto já diz muito, é outro Moçambique, deste outro Moçambique de que faz parte a Renamo.

** Casa de Velázquez (Madrid) e centro de investigação “Les Afriques dans le monde” (CNRS-Sciences po Bordeaux). m.cahen@sciencespobordeaux.fr

nação e o centralismo laurentinos, além do lisboeta. Lembre-se que Humberto Delgado, candidato da oposição às eleições presidenciais, venceu aqui as eleições de 1958, apesar das tentativas de fraude. E não foi em Mueda, em Junho de 1960, que começou a luta anticolonial moderna¹, mas no sul de Sofala e norte de Inhambane, com os motins da Machanga e Mambone em 1953 e 1954, vilas da foz do rio Save – revoltas quase completamente ignoradas na historiografia moçambicana e na narrativa nacional emergente. Isto é, no plano da sócio-história, não há dúvida alguma de que Beira e a região de Sofala fazem parte do Sul de Moçambique – e é bom lembrar aqui que o centro geográfico de Moçambique está em Quelimane –, mas já no nível político, Beira e a região de Sofala fazem parte do Norte. Não é uma questão étnica, é uma questão de relacionamento entre as populações colonial e indígena e o Estado colonial, que provocou cristalizações identitárias mais regionais do que étnicas. Isto é, a Beira é a parte “moderna” do “Velho Moçambique”² que tentou sobreviver nas regiões do rio Zambeze, na Zambézia, nas costas nordeste de Moçambique; este “Velho Moçambique” cujas elites crioulas de todas as espécies ligadas ao mundo do Índico, e também as populações indígenas, foram marginalizadas pela viragem para o extremo-Sul (Chichava, 2007).

No entanto, os desequilíbrios criados por essa viragem colonial foram mantidos e mesmo agravados pela política de “*modernização autoritária*” da Frelimo – isto é, uma política económica, social e simbólica de hostilização das relações sociais originalmente prevalentes no seio do campesinato, entendidas, numa leitura simplista do marxismo, como “feudalismo” e “obscurantismo” –, modernização autoritária que foi chamada “construção do socialismo”. Este paradigma era ligado a um imaginário nacional que, apesar de ser dito numa linguagem “marxista-leninista” ficava muito português e até salazarista: uma nação homogénea, uma só língua, o Estado como principal ator da economia, um regime de partido único, um sindicalismo ligado ao poder de Estado, isto é, corporativista, uma fortíssima centralização do poder. A decisão de manter Lourenço Marques como capital do país foi a ilustração espetacular da decisão de não modificar os desequilíbrios criados pelo capitalismo colonial da segunda idade da colonização. Mas também é interessante notar que, para a jovem elite política da Frelimo, não era *concebível*, nem era *imaginável*, escolher uma capital que não fosse Lourenço Marques, porque esta era o protótipo mais urbano, mais lusófono e mais moderno da nação projetada e desenhada de uma maneira principalmente negativa (caso dos “Abaixos!”: abaixo o feudalismo, o obscurantismo, o tribalismo, o divisionismo, etc.). A Frelimo era anti-imperialista e anti-tribalista, mas, ao mesmo tempo, era contra a sociedade africana, não queria *partir dela* para construir uma nação pluralista, mas impor a ela uma nação homogénea – a dita “Unidade nacional” a que voltou recentemente Luís de Brito (2016).

Esse paradigma de “modernização autoritária” é que explica, em grande medida, *não* a existência da Renamo, mas a capacidade dela em conquistar uma base social em partes importantes de Moçambique, precisamente em Sofala, em Manica, em Tete, na Zambézia e em Nampula. O facto de Moçambique, enquanto país, ter pago muito caro a circunstância de ser vizinho dos regimes brancos minoritários da Rodésia e da África do Sul não explica a capacidade de um grupo rebelde em construir uma importante base social no campesinato.

¹ Não estou falando aqui da resistência à penetração colonial, dita resistência “primária”, mas da resistência à dominação colonial já estabelecida, dita resistência “secundária”. Sobre os motins de Machanga e Mambone, estou preparando um estudo aprofundado, mas já se pode ler Cahen (1991, 2000). Estou também preparando novo estudo sobre Mueda, mas já se pode consultar Cahen (1999).

² Criei a expressão “Velho Moçambique” para designar as regiões e as formações sociais que constituíam o centro de gravidade de Moçambique durante a primeira idade colonial e que, depois da viragem para o Sul decidida durante a transição para o capitalismo colonial, sobreviveram numa situação marginal não só política mas também, e muito em particular, economicamente – marginalização que se agravou depois da independência. Fiquei muito contente quando Sérgio Chichava (2007) usou esta expressão para o título da sua tese.

Desequilíbrios cognitivos

No entanto, se os desequilíbrios que acabei de mencionar são económicos, sociais e políticos, também são *cognitivos*. O colonialismo do século XX sobrevalorizou a sua própria história no Sul da colónia no que toca ao século XIX e a Frelimo fez a mesma coisa. O exemplo paradigmático é a breve guerra contra Ngungunhane, feito um inimigo feroz dos portugueses quando, durante 90% do seu reino, fora seu aliado. Foram inventadas operações militares importantes contra ele, quando as principais guerras que Portugal travou para a conquista efetiva do território foram no Norte do país: em particular, ocorreu um outro tipo de guerra de conquista, uma espécie de “guerra civil intracolonial”, entre, por um lado, o Portugal reinol com as suas tropas enviadas à colónia e aumentadas com auxiliares africanos e, por outro, os prazeiros, igualmente portugueses – mesmo sendo negros ou mestiços –, mas portugueses da terra e desde então incompatibilizados com a conquista efetiva do território³. Por assim dizer, uma guerra civil entre a primeira idade colonial e a segunda...

A Frelimo fez a mesma coisa, fazendo de Ngungunhane um herói anticolonial, até hoje o único chefe africano pré-colonial feito oficialmente herói, quando a sua dinastia foi tão invasora e colonialista quanto os Portugueses.

Outro exemplo é a grande importância dada, na narrativa nacionalista, à figura de Eduardo Mondlane, que, à semelhança da elite dirigente da Frelimo na altura, era do Sul. A exaltação de Mondlane reforçou-se sobretudo depois da viragem neoliberal porque Mondlane podia ser o protótipo de herói não “comunista”. E, com certeza, o papel, a figura, a obra de Mondlane, foram importantíssimos⁴. Mas porque é que não se fala nem se pesquisa sobre Kamba Simango, o primeiro moçambicano que, tendo feito estudos superiores, muito antes de Mondlane e, aliás, também nos Estados Unidos, foi o fomentador de uma importante organização nacionalista, o Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala, reprimida em 1953 e proibida definitivamente pelo colonizador em 1956?⁵

Felizmente, a jovem pesquisa moçambicana, assim como a estrangeira, modificou *parcialmente* essa situação cognitiva, com a multiplicação de trabalhos sobre o centro e o norte geográficos, isto é o Norte político do país. Mas, em proporção com a superfície e a população do centro e do norte de Moçambique, permanece um desequilíbrio.

A ausência da Renamo

Ora, esses desequilíbrios tradicionais da história de Moçambique continuam e parecem reproduzir-se sob um outro aspeto: a quase ausência de estudos, nas ciências sociais e humanas, sobre a Renamo e o que vou chamar o “mundo da Renamo”, isto é, não só a organização em si, mas as sociedades que viveram sob seu domínio ou a apoiaram. Pessoalmente, não conheço nenhuma tese de mestrado, nem nenhuma dissertação de licenciatura, feitas em Moçambique e cujo tema, ou tema central, seja a Renamo ou o mundo da Renamo. Posso errar, *tenho a esperança de errar*, mas, de qualquer maneira, o que existe

³ Sobre as operações militares, ver em particular os trabalhos de René Pélissier (2000 [1988]). É de lembrar que os prazos representavam, num dado território, a coroa portuguesa. Se a instituição prazeira mudou muito ao longo dos séculos, os prazos nunca chegaram a constituir entidades políticas africanas, mas mantiveram-se como um tipo de Estados secundários entre o Estado imperial português e as chefaturas africanas, em representação da coroa.

⁴ Publiquei recentemente um artigo sobre o assunto (Cahen, 2017).

⁵ Não é de admirar que esta figura esteja hoje a ser usada pelo Movimento Democrático de Moçambique (partido de oposição) que o considera herói... Até hoje, entre os poucos estudos sobre Kamba Simango, consulte-se a obra pioneira de Mário Pinto de Andrade (1984) sobre o “Proto-nacionalismo” (considero pessoalmente que o conceito de “proto-nacionalismo” é altamente questionável, como se o único “nacionalismo” possível fosse o definido à escala de todo o território colonial, e que o que existia antes, pois não era bem “nacionalismo” mas “proto”, numa visão teleológica). Veja-se igualmente Lorenzo Macagno (2012) e Leon P. Spencer (2013). Por fim, ver a breve biografia por Eric Morier-Genoud (2011). Vários estudos estão avançando sobre esta história (Lorenzo Macagno, Eric Morier-Genoud, Michel Cahen...).

deve ser uma pequeníssima exceção. O importante projeto lançada há anos por João Paulo Borges Coelho e Sérgio Nathú Cabá sobre a história social da guerra em Moçambique tentou romper com isso, incluindo alguns capítulos sobre as zonas da Renamo, em todo o caso, olhadas principalmente a partir da documentação do lado da Frelimo. Acresce que este estudo nunca foi publicado (Coelho & Cabá, 2003).

Quanto a teses de doutoramentos defendidas por moçambicanos no estrangeiro, pouquíssimas incidem sobre a Renamo: caso da tese de Domingos do Rosário sobre as autarquias ganhas pela Renamo em 2003 e perdidas em 2008 (Rosário, 2009); ou pesquisas de antropologia e de etnopsiquiatria de Vitor Igreja⁶. Há, sim, uma exceção setorial: existem alguns trabalhos sobre a reintegração dos antigos combatentes da guerra civil, incluindo os da Renamo, da mesma maneira que se elaboraram estudos sobre as crianças-soldados. Mas é o processo de reintegração no mundo civil que é estudado, não exactamente o mundo da Renamo em si.

No quadro da pesquisa não moçambicana, sem falar de artigos do tempo da guerra civil que eram para denunciar a Renamo mais do que para estudá-la, livros ou artigos já antigos de Ken Wilson (1991, 1992), Alex Vines (1996), Caroline Nordstrom (1997), Margaret Hall & Tom Young (1997), Carry Manning (2002), Michel Cahen (2003), incluíram a Renamo. Cabe também citar a pesquisa do antropólogo português Fernando José Florêncio (2005) sobre as chefaturas tradicionais, que incide em parte sobre o mundo da Renamo. Recentemente, publicou-se o livro de Stephen Emerson, uma história militar da guerra civil, que obviamente inclui numerosos dados sobre a Renamo (Emerson, 2014). E em Agosto de 2018, vai sair o livro de Eric Morier-Genoud, Michel Cahen & Domingos do Rosário sobre as dinâmicas locais da guerra civil em Moçambique.

Tudo somado, a produção ainda é, a meu ver, muito insuficiente para acabar com uma situação onde o olhar sobre Moçambique permanece predominantemente um olhar a partir da esfera do mundo social do Estado moderno, isto é, o mundo social da Frelimo.

Para estudos subalternos sobre Moçambique

Isto quer dizer que precisamos, para Moçambique (e com certeza para outros países africanos) de *estudos subalternos*. É como se a origem vergonhosa da Renamo, apoiada pela Rodésia e pela África do Sul do *apartheid*, impedisse a investigação de se debruçar mais sobre ela. Também existem dificuldades editoriais criadas pelo ambiente político conturbado do Moçambique de hoje. Por exemplo, durante anos, o manuscrito de memórias de Hassane Armando – um jovem que testemunhou o massacre de Homoine em Julho de 1987, foi raptado pela Renamo e viveu meses nas zonas dela – esperou por uma editora em Moçambique. Nenhuma ousou publicar as suas memórias do massacre, como se a guerra civil fosse para esquecer e não para estudar⁷.

Não é fácil trabalhar sobre a Renamo, com certeza. Não há arquivos da Renamo bem organizados como os da Frelimo, nem sempre é fácil, num ambiente de grande desconfiança, obter entrevistas e, sobretudo, conseguir entrevistas *interessantes*, com dirigentes, quadros médios e locais, militares da Renamo, mulheres do Destacamento Feminino da Renamo. Mas será que é fácil trabalhar sobre a Frelimo? Talvez o estudo da Frelimo seja ainda mais difícil. Para o comprovar, basta lembrar que ainda não sabemos quem, dentro da Frelimo, decidiu, e exactamente quando, o abandono do dito “marxismo-leninismo”, abandono oficializado no quinto congresso de 1989; e, alguns meses depois, quem exactamente decidiu a passagem para o pluralismo político. Nunca o comité central foi consultado de antemão

⁶ Vitor Igreja (2007). O mesmo autor publicou muitos artigos que incidem, pelo menos parcialmente, sobre o mundo da Renamo (entre outros: 2008a, 2008b, 2015).

⁷ Afinal, este livro vai ser publicado, mas em Lisboa e não em Moçambique (Armando, 2018).

sobre essas decisões e o V congresso não discutiu do fim do partido único... Logo, a Frelimo também é um assunto difícil.

No entanto, no que toca à Renamo, o tempo é um fator facilitador. Gente que, alguns anos atrás, não se disporia a falar, pode aceitar fazê-lo hoje. Pode haver tendências contrárias: por exemplo, os dois períodos recentes de volta a confrontos militares em Moçambique, 2013-14 e 2015-2016, fecharam de novo muitas bocas, talvez por medo. Noutros casos, prevalece a impossibilidade de trabalho de terreno. No entanto, a tendência a longo prazo deve ser a progressiva facilitação dessa investigação.

Há muitos aspetos que precisamos de aprofundar, de que vou citar somente alguns exemplos:

- a estrutura militar da Renamo durante a guerra civil ainda é mal conhecida. O que sabemos é que não se tratava de bandidos armados ou de mercenários, mas de um exército de guerrilha muito disciplinado. Alguns trabalhos recentes de Eric Morier-Genoud e os meus próprios vão avançando um pouco mas estamos longe de poder fazer a história da evolução da estrutura da Renamo durante os 16 anos da guerra civil;
- à margem da estrutura militar propriamente dita, seria bom um estudo das milícias da Renamo, nomeadamente os *mudjibas*.
- precisamos de uma história *social* das zonas da Renamo durante a guerra civil. Os trabalhos pioneiros de Christian Geffray (1991, Geffray & Pederson, 1986, 1988), assim como os trabalhos contraditórios de Otto Roesch (1992a, 1992b), abriram pistas, mas deve-se ir muito mais longe. Como funcionavam essas zonas no plano económico? Como funcionava o comércio de troca nelas? Sabemos algo das relações sobre os chefes tradicionais e a Renamo, mas estamos longe de poder descrever o dia a dia dessas relações.
- precisamos de uma história em termos de *géneros*, não só das zonas da Renamo, mas mesmo dentro da Renamo.
- precisamos de uma história *religiosa* das zonas da Renamo, também mas não exclusivamente, nas regiões de forte implantação muçulmana. A ligação entre as confrarias sufis e a implantação da Renamo deve ser estudada de forma mais aprofundada.
- precisamos da multiplicação de monografias históricas e etnográficas *locais* sobre a implantação da Renamo, durante e após a guerra civil. Moçambique é um país muito heterogéneo e as mesmas causas não produziram os mesmos efeitos em toda parte. Se sabemos que a política de “modernização autoritária” da Frelimo explica em larga medida a capacidade da Renamo em se implantar, houve, no entanto, muitas comunidades camponesas vítimas dessa mesma política e que, no entanto, permaneceram fieis à Frelimo. Muitas vezes, para perceber porquê é que uma comunidade se manteve fiel à Frelimo e outra passou para o lado da Renamo, temos que recuar até ao tempo colonial e, até, ao fim do século XIX, isto é, ao momento em que se constrói, ou justamente, não se constrói, uma relação estabilizada entre essas comunidades e o Estado moderno, colonial e, subsequentemente, pós-colonial.
- além disso, temos que quebrar o maniqueísmo da história da guerra civil. Esta teve, com certeza, dois atores principais, mas não apenas esses dois atores. Cumpre lembrar que ocorreu uma situação de guerra civil na Alta Zambézia logo em 1976, com o surgimento do Partido Revolucionário de Moçambique, que se fundirá só mais tarde (1982) com a Renamo⁸; que houve milícias privadas; que existiram os Naparamas⁹, etc.

⁸ Sobre o PRM, ver o capítulo de Sérgio Chichava (2018), in Morier-Genoud, Cahen & Rosário (2018). Este capítulo é oriundo da pesquisa doutoral de S. Chichava (2007).

⁹ Além do trabalho de S. Chichava, um grande progresso no estudo dos Naparamas foi feito por Corinna Jentsch (2014, 2018) e Domingos do Rosário (2018).

– enfim, precisamos de melhor conhecer a Renamo de hoje em dia; parece estranho, mas, por exemplo, não se conhece bem o processo que levou o Presidente Dhlakama a deixar uma política bastante moderada entre 2000 e 2009 e a adotar uma radicalização que lhe permitiu recuperar um espaço político depois da sua saída de Maputo, ida para Namputa e, depois, para a Gorongosa. Que é que aconteceu, dentro da Renamo? Qual era a situação dos antigos combatentes depois da criação da Associação deles, em Quelimane, em 2007, mas que nunca funcionou? Sobejam muitas perguntas para serem esclarecidas...

O mundo da Renamo representa aproximadamente 40% de Moçambique, geográfica e demograficamente. Além deste argumento factual, deve-se parar com uma situação na qual a pesquisa sobre a Renamo equivale mais ou menos a um tabu. Tornar a Renamo um assunto de discussão aberta seria muito importante para sarar feridas, para estabelecer mais confiança entre os diferentes segmentos da sociedade moçambicana, enfim, para criar uma comunidade de cidadãos e, até, uma nação!

Descolonizar o saber é também, na investigação, acabar com os desequilíbrios cognitivos criados pela colonização e mantidos pela Frelimo. No caso de Moçambique, descolonizar o saber também será “des-sulizá-lo”¹⁰.

Referências bibliográficas

- Andrade, Mário Pinto de (1984), *Proto-nacionalismo em Moçambique: um estudo de caso : Kamba Simango. 1890-1967*, Arquivo/Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n.º 6, pp. 127-148.
- Armando, Hassane (2018), *Tempos de fúria. Memórias do Massacre de Homoine, 18 de Julho de 1987*, Lisboa: Colibri.
- Brito, Luís de (2016), Instituições políticas e unidade nacional. In: Brito Luís de et alia (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*, Maputo: IESE, Marimique, pp. 23-32.
- Cahen, Michel (1991), “Les “mutineries” de la Machanga et de Mambone (1953): conflits sociaux, activisme associatif et tension religieuse dans la partie orientale de la “zone vandau””, Bordéus, CEAN-IEP, 55 p. mimeo.
- (1999), *The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress*, *Africana Studia*, n.º 2, pp. 29-46.
- (2000), L’anticolonialisme identitaire: conscience ethnique et mobilisation anti-portugaise au Mozambique (1930-1965). In: Dubois, Colette, Michel, Marc & Soumille, Pierre (orgs.), *Frontières plurielles, Frontières conflictuelles en Afrique subsaharienne*, Paris, L’Harmattan, pp. 319-333.
- (2003), *Os outros. Um historiador em Moçambique, 1994*, Basileia: P. Schlettwein Publishing Foundation [ed. francesa: 2002].
- (2017), *Un autre regard sur Eduardo Mondlane, Social Sciences and Missions*, n.º 30, pp. 163-169.
- Chichava, Sérgio (2007), Le “Vieux Mozambique”: l’identité politique de la Zambézie, tese de ciências políticas, Bordéus: Institut d’études politiques-Université Montesquieu Bordeaux 4.
- (2018), The Anti-Frelimo Movements and the War in Zambezia. In: Morier-Genoud, Cahen & Rosário (2018), capítulo 1.
- Coelho, João Paulo Borges & Cabá, Sérgio Nathú, orgs. (2003), *Elementos para a História Social da Guerra em Moçambique, 1978-1992*, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (não publicado).

¹⁰ Agradeço muito ao Augusto Nascimento pela revisão do texto que escrevi diretamente em português.

- Emerson, Stephen A. (2014), *The Battle for Mozambique: The Frelimo–Renamo Struggle, 1977–1992*, West Midlands: Helion & Co. Ltd.
- Florêncio, Fernando (2005), *Ao Encontro dos Mambos. Autoridades Tradicionais VaNda e Estado em Moçambique*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Geffray, Christian (1991), *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*, Porto: Afrontamento.
- Geffray, Christian & Pederson, Mogens (1986), *Sobre a guerra na província de Nampula: elementos de análise e hipóteses sobre as determinações e consequências socio-económicas locais*, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 4-5, pp. 303-318.
- Geffray, Christian & Pederson, Mogens (1988), *Nampula en guerre*, *Politique Africaine*, n.º 29, pp. 28-40.
- Guambe, Egídio (2016), *Réformer l’administration pour renégocier la centralité de l’État au Mozambique. Analyse à partir du cas des municipalités de Quissico, Beira, Mueda et Ribáuè*, tese de ciências políticas, Bordéus: Institut d’études politiques-Université de Bordeaux.
- Hall, Margaret & Young, Tom (1997), *Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence*, Athens (Oh): Ohio University Press.
- Igreja, Vitor (2007), *The Monkeys’ sworn oath: Cultures of engagement for reconciliation and healing in the aftermath of the civil War in Mozambique*, tese de antropologia, Leiden: Universiteit Leiden.
- (2008a), *Gamba Spirits, Gender Relations, and Healing in Post-Civil War Gorongosa, Mozambique*, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n.º 14, pp. 350-367.
- (2008b), *Memories as Weapons: The Politics of Peace and Silence in Post-Civil War Mozambique*, *Journal of Southern African Studies*, n.º 34, pp. 539-56.
- (2015), “Os Recursos da Violência e as Lutas pelo Poder Político Moçambique”, in L. de Brito et alia (eds.), *Desafios para Moçambique 2015*, Maputo: IESE, Marimbeque, pp. 29-50.
- Jentzsch, Corinna (2014), “Militias and the Dynamics of Civil War”, tese de ciências políticas, New Haven (CT): Yale University, 2014.
- (2018), *Spiritual Power and the Dynamics of War in the Provinces of Nampula and Zambezia in Mozambique*. In: Morier-Genoud, Cahen & Rosário (2018), capítulo 3.
- Macagno, Lorenzo (2012), Franz Boas e Kamba Simango: epistolários de um diálogo etnográfico. In: Trajano Filho, Wilson (org.), *Travessias Antropológicas: estudos em contextos africanos*, Brasília: ABA Publicações, v. 1, pp. 127-157.
- Manning, Carrie L. (2002), *The Politics of Peace in Mozambique: Post-conflict Democratization, 1992-2000*, Santa Barbara: Praeger.
- Morier-Genoud, Eric (2011), *Columbus Kamba Simango*. In: Akyeampong, Emmanuel K., & Gates Jr Henry Louis (orgs), *Dictionary of African Biography*, Oxford: Oxford University Press.
- Morier-Genoud, Eric; Cahen, Michel & Rosário, Domingos do (2018), *The War Within. New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*, Martlesham (R. U.): James Currey, a sair em Agosto de 2018.
- Nordstrom, Carolyn (1997), *A Different Kind of War Story*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Pélissier, René (2000), *História de Moçambique*, 2 vols, Lisboa: Editorial Estampa [ed. francesa : 1988].
- Roesch, Otto (1992a), *Reforma económica em Moçambique: notas sobre a estabilização, a guerra e a formação das classes*, *Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 11, pp. 5-35.

- Roesch, Otto (1992b), 'Renamo and the Peasantry in Southern Mozambique: A View from Gaza Province', *Canadian Journal of African Studies*, vol. 26, n.º 3, pp. 462-84.
- Rosário, Domingos do (2009), *Les mairies des autres. Une analyse politique, socio-historique et culturelle des trajectoires locales. Le cas d'Angoche, de l'Île de Moçambique et de Nacala Porto*, tese de ciências políticas, Bordéus: Institut d'études politiques-Université Montesquieu Bordeaux 4.
- (2018), *War to Enforce a Political project? Renamo in Nampula Province, 1983-1992*. In: Morier-Genoud, Cahen & Rosário (2018), capítulo 2.
- Spencer, Leon P. (2013), *Toward an African Church in Mozambique: Kamba Simango and the Protestant Community in Manica and Sofala, 1892-1945*, Mzuzu (Maláui): Mzuni Press.
- Vines, Alex (1996), *Renamo: from terrorism to democracy in Mozambique?*, Londres: University of York.
- Wilson, Kenneth B. (1991), *War, Displacement, Social Change and the Re-Creation of Community: An Exploratory Study in Zambézia, Mozambique, preliminary report of a field study in Milange District, March-April 1991*, Oxford: Refugee Studies Programme.
- Wilson, Kenneth B. (1992), *Cults of Violence and Counter-Violence in Mozambique*, *Journal of Southern African Studies*, vol. 18, n.º 3, pp. 527-583.

*José Capela
e a historiografia de Moçambique*





Moçambique pelo seu povo **Mozambique: Many People, Many Stories. Contested Masculinities & Gendered Perspectives**

Jeanne Marie Penvenne*

pp. 207-220

José Capela – Journalist/Scholar/Editor/Historian

This paper originated as the *Conferência de Abertura* for the *Conferência Internacional José Capela e a História de Moçambique, 45 Anos depois de O Vinho para o Preto*. It is difficult to think of the last 45 years of Mozambique's history without thinking of José Capela, the pseudonym of journalist, scholar, editor and historian, José Soares Martins. He courageously published important work on Mozambican history before the end of Portugal's censorious New State Regime. He and his flagship press, *Afrontamento*, were ready to push fresh work out the door immediately after the Coup of the Red Carnations on April 25th 1974 that ended the New State.

Many of us have bookshelves filled with José Capela's publications. Thanks to Matteo Angius, Maciel Santos and colleagues in Maputo and Porto we now have CDs of his complete works, including many articles and chapters in edited collections (Edições Electrónicas/Centro de Estudos Africanos, Universidade de Porto <http://josecapelaemocambique.cei.iscte-iul.pt/pt/sobre-jose-capela/>). He authored and edited scores of works that spanned a breadth of topics from the 18th to the 21st centuries. Capela's depth with the complex entanglements of slavery and the slave trades in Portuguese Africa and the Indian Ocean, especially in Zambezia and Central Mozambique, was remarkable. He also had a very strong suit in works of historiography, the press and documentation. The inaugural issue of Jill R. Dias's *Revista Internacional de Estudos Africanos* (1984), carried a classic essay, "Mozambique Historiography Pre-1890," by José Soares Martins and Eduardo Medeiros (Capela, 1996a; Martins, Medeiros, 1984). Those useful, timely and prodigious publications supported generations of new scholarship.

Capela's work anticipated and contributed to key themes in Mozambique's last half century of scholarship: tensions among laborers of all descriptions, capitalist initiatives of all descriptions, the state, the press and, sometimes, what Mozambicans had to say about it all. Scarcely any work on Mozambique in the 21st century does not owe a debt to José Capela. Although his overall production was broad and diverse, this essay builds from his contributions to analysis of the Portuguese colonial era press. He published key documents

* Tufts University. Jeanne.Penvenne@Tufts.Edu

and essays that took on the prolific, feisty labor organization newspapers published in Lisbon and Lourenço Marques from the late 19th century through the Republican period. These papers hold great potential for historians, but navigating them is tricky. Capela's *O Movimento Operário em Lourenço Marques* on Portuguese labor unions and Jill R. Dias's important and still unpublished essay "*Portuguese African Associations in Lisbon and International Pan-Africanism, 1912-1931*" on Pan African groups in Lisbon and the Portuguese empire demonstrate the challenges of working with the press (Capela, 1982; Dias, 1989). Scores of labor and political newspapers emerged and then quickly disappeared; people published under their own name or under pseudonyms; political parties and unions frequently split or changed names for many reasons. It was difficult to keep track of historical actors, figure out how one group was related to another, and sort through the bombast to draw out what might actually have happened, let alone what it meant. Capela and Dias set high standards for reading these sources with care and transparency.

O Movimento Operário em Lourenço Marques explored links and tensions between metropolitan and colonial labor unions and associations. Like many of his works, *O Movimento Operário* is a combination of analysis and summary documentation. It provided a chronology of strike actions, but also an excellent sense of the mercurial nature of labor union leadership, loyalties, jealousies and the power of a single personality. Further it revealed solidarity among white workers through their cooperatives and mutual aid associations. Capela notes the contradictions that racial discrimination and tiered citizenship imposed throughout the era of the *indigenato* – the body of legislation that located the majority population as subjects rather than citizens (Penvenne, 1995; O'Laughlin, 2000). Again, characteristically, Capela left a good deal of analysis for his readers' own judgment. He implicitly invited us to develop his evidence to our own ends. Scores of scholars, including Fátima Mendonça, António Sopa, Fátima Ribeiro, Ilídio Rocha, Aurélio Rocha, Valdemir Zamparoni, Olga Iglésias das Neves and I, embraced that invitation. We built on his work and then on each other's work (Rocha, 1980; Rocha, 2000; Sopa, 1985; Sopa and Ribeiro, 1996; Soares and Zamparoni, 1992; Zamparoni, 1988; Neves, 1989; Neves, 2009; Penvenne, 1989; Penvenne, 1996).

José Capela had an excellent nose for important and neglected issues in Mozambican history, and his work on the colonial press anticipated many interests of the 21st century academy. First, in 1932, on the 10th anniversary of the death of Mozambican journalist João dos Santos Albasini, Karel Pott, who was at the time a famed Mozambican lawyer, journalist and director of Albasini's newspaper, *Brado Africano*, wrote: "*The history of Albasini's life has yet to be written and his magnificent articles in Defense of Law, Reason and Justice have yet to be compiled*" (Braga-Pinto and Mendonça, 2012, 412-413). In 1996, Capela responded to Pott's challenge by publishing and framing Albasini's hard-hitting essays on the Portuguese alcohol trade in Mozambique – essays Albasini wrote under one of several pseudonyms, *João das Regras*. Capela also echoed Pott's call for a deeper investment in Albasini's life and legacy: "*Mozambique owes João Albasini a published critical analysis of his journalistic essays... [because they] capture a critical period in [Mozambique's] history in all of its excitement*" (Capela, 1996; Soares and Zamparoni, 1992). My work on Albasini's life and legacy was inspired by precisely that conviction – Albasini captured some of what was distinct and hopeful in the narrow window of early twentieth century Mozambique (Penvenne, 1989; Penvenne, 1996).

In 2014 César Braga-Pinto and Fátima Mendonça's book, *João Albasini e as Luzes de Nwanzengele: Jornalismo e Política em Moçambique, 1908-1922*, took us a long way toward the goals set forth by Pott and Capela (Braga-Pinto and Mendonça, 2012). In *Luzes de Nwanzengele* they published the articles in *O Africano* and *O Brado Africano* signed by

Albasini, but they intend to complete a further collection of the articles Albasini signed in all of his pseudonyms. Mendonça and Braga-Pinto framed Albasini's signed work with both a textured history of Mozambique's press and with attention to the intellectual currents that shaped him. Capela's standards, his inspiration and imagination are at play in these innovative works.

Capela's works on Portuguese colonial policies, capitalism, and the role that alcohol played in Mozambique's socio-economic and political history remain standards: *O Vinho Para o Preto*; *A Burguesia Mercantil do Porto*; *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista* and *O Alcool na Colonização do Sul do Save*. It is important to place these efforts in time. In light of the difficulty of using Portuguese and Mozambican archives and libraries in the 1970s, his contribution of primary source material should not be underestimated. These works opened fertile terrain for those interested in the strategies and financial underpinnings of the turn of the twentieth century colonial period, particularly in southern Mozambique. They revealed the strong ties among Portugal's wine merchants, Lisbon's colonial priorities, the Lourenço Marques municipality's licensing and policing policies, and the municipality and colony's need for revenues. Then, of course, there was the question of the toll alcohol took on worker health both in cities and in the countryside, where it could be part of a plantation worker's daily rations. Cheap wine in this period was often cheaper and more accessible than potable water. Capela was attentive to all aspects.

Dignity, Vernacular History, Everyday Life & "Writing Upwards"

The May 2017 Porto conference in honor of José Capela sensibly chose *O Vinho para o Preto* as its anchor. The book is indeed "vintage" Capela – including documents, narrative and statistical information. I greatly appreciate *O Vinho para o Preto*, and have used in many of my works, but I chose instead to focus on *Moçambique pelo seu Povo* (Capela, 1971). The first edition of *Moçambique Pelo seu Povo* came out in 1971, so it was actually published before *O Vinho para o Preto* (1973). Whether *Moçambique pelo seu Povo* was or was not Capela's first book, I chose it because its empirical data and spirit inspired and continues to inspire my research (Penvenne, 1993, 1995, 1996, 2015).

First and most importantly, *Moçambique pelo seu Povo* confirmed my enduring sense that José Soares Martins truly was an exceptional man. I first explore how *Moçambique pelo seu Povo* came to be compiled and published, and Capela's strategy for editing the text. I briefly sample from the letters to convey a sense of the writing and writers, and then explore the letters in light of contemporary themes of historical interpretation: so-called vernacular histories, genres of "writing upwards," considerations of African newspapers and their publics, discourses for evolving social identities, concepts of social capital, issues of everyday life and finally quests for gendered perspectives (Lyons, 2015; Peterson and Macola, 2009; Peterson, 2004; Adebani, 2017; Peterson et al., 2016). The essay simply suggests the book's many possibilities across these areas.

Capela: *Moçambique pelo seu Povo*

Shortly after he arrived in Beira from Porto in 1956, journalist José Soares Martins partnered with the *Centro Africana de Manica e Sofala* to provide financial support for the *Centro's* weekly newspaper, *Voz Africana* (1962). Soares Martins was interested in Mozambique, Mozambicans, their history and their interpretations. As he recounts in the introduction to the 3rd edition of *Moçambique pelo seu Povo* he realized that *Diário de Moçambique*,

the main Beira newspaper where he worked, seldom reflected the lived experiences of Mozambique's majority population (Capela, 1974, 7-12). In the high colonial era most Portuguese people did not pay particular attention to the quotidian of the majority. Soares Martins' willingness to subsidize the *Voz Africana* was one thing. The fact that his partnership with *Centro Africana de Manica e Sofala* confirmed the *Centro's* full authority over the paper's content and editing, despite the subsidy, was something else (Capela, 1974: 7-12). Nothing was more contested in colonial Mozambique than the authority of the black majority population, particularly when that authority was exercised independent of white oversight. José Soares Martins, the rare man, did not oversee the *Centro Africana de Manica e Sofala* or *Voz Africana*. He accepted and respected their authority and dignity.

The *Voz Africana* regularly published letters to the editor written by its diverse readership. In 1971 Soares Martins selected and edited a collection of these letters from the late 1960s and early 1970s and published them as: *Moçambique: Pelo Seu Povo*. Although the social tenor of Mozambique was shifting somewhat by the early 1970s, I am sure that the title, claiming that this was Mozambique, captured by Mozambique's people – with the letters written by ordinary Mozambicans, rather than by Portuguese – was a statement in itself. The letters range from perfectly correct Portuguese to what is popularly called *Português do Quintal* – backyard or kitchen Portuguese. Many of the writers began or closed their letters asking forgiveness for the errors in their written Portuguese, or mentioning that they had little or no schooling. Capela, always a meticulous editor, further confirmed his respect for the dignity and authority of the authors of these collected letters through his exact reproduction of their orthography, grammar, punctuation and word choice. He changed nothing. That too was a statement.

Capela located his sympathies right from the outset. He dedicated the collection to Padre António Vieira's *Sermão do Bom Ladrão*: "Those who deserve the name of thieves are those who raise the legions and direct armies who rob and dispossess the population. Those other thieves rob only a man; these rob cities and kingdoms. The others rob at their personal risk. These rob without fear or danger. The others rob and are hanged; these others hide and hang people" (Capela, 1974: 5). He arranged the letters into seven sections. Five of the seven featured ordinary men's perspectives on the rapidly shifting social and material expectations and loyalties among lineage, family, work colleagues, neighbors and urban acquaintances. The letters highlight the tensions among shifting moral economies, ascendant capitalist relations and what Goran Hyden called the "economy of affection" (Hyden, 1980).

The sixth category directly challenged colonial rule – "*Em patria ocupada*." That one included letters regarding the daily abuses faced by people considered *indígenas*, or natives. That was a legal category before 1961 and a status in practice after that date (Penvenne, 1995; O'Laughlin, 2000). Throughout the colonial era white employers and the police had largely uncontested authority over black employees and residents. Nonpayment, arbitrary firings, petty and wholesale violence were common complaints in quotidian conversations, but were not voiced "upward" to colonial authorities without considerable risk.

The final category, "*A vida na tragédia do dia a dia*," conveyed the systemic violence of poverty and voiced the writers' frustrations with inequality, rapid change and arbitrary over-rule. Those were solid threads through all of the sections. Although Capela did not change any of the writers' words, he occasionally inserted a footnote to clarify a word's meaning or to confirm his solidarity with writers' sentiments. Some footnotes were editorial and risky. Capela asserted, for example, that: "*Workers are recruited for large companies by administrators who receive gratuities (500\$00 to 1000\$00) per head delivered. From there, naturally and in truth in Mozambique, they say we sell people.*" (130). He also noted that whole communities moved *en masse* to avoid "*injustices and arbitrariness*" inflicted by

the colonial authorities (131), and he confirmed that patterns of arbitrary police violence described in the letters to the editor could be generalized to the *bairros* population as a whole (97).

Senhor Director – Letters to the Editor of *Voz Africana*

Precious few black Mozambicans contributed in any form to Mozambique's many newspapers, and those who did were almost exclusively men. The letters to the editor of *Voz Moçambicana* collected in *Moçambique pelo seu Povo* captured the spirit of the era and shed light on the challenges of urban life and the social dilemmas faced mostly by young men in Beira and the small and medium cities in Central Mozambique. The letters highlighted men's shifting expectations and the erosion of their ability to exercise social control over women, youth and their own circumstances. Quite apart from the many lines of interpretation the letters suggest, they also comprise a treasure trove of what would later be called *Moçambicanismos*, contemporary expressions and the particular ways Mozambicans spoke and wrote Portuguese: *paus* for escudos, *dar porrada* for beatings (16, 17) (Lopes et al., 2002). Many of the letters to the editor in the first sections revolved around jockeying for position regarding employment, social status, race and color hierarchies, education and courtship.

The first letter in the section "*Patria Ocupada*" rang familiar to anyone with knowledge of *bairro* life of this period. It was written by A. T., age 22, from Machanga, resident in Chipangana, "a miserable *bairro* of Beira." A. T. conveys the experience of two hapless Mozambican brothers. One had brought a *garrafão* (gallon jug) of home made *sura* (palm wine) from their family in the countryside to share with family in the city. As most home made alcoholic drinks, families and individuals enjoyed *sura* from time to time as it suited them (Medeiros, 1998). The sale of industrially produced beer and imported Portuguese wines was taxed and licensed whereas *bebidas caseiras*, known also as *bebidas cafreais*, were produced in the household, gift and so-called "informal" economies, and thus avoided licenses and taxation.

Unfortunately one of the brothers encountered a policeman who spotted the *sura* and forced the man to return to his brother's home to destroy the *sura* and smash the bottles. The police then proceeded to convey what Mozambicans commonly called a *pancada da graça* (a free beating). The police beat the men bloody for being in possession of *sura*. Capela assumed editorial license to assert in a footnote that *sura*, "like other *bebidas caseiras Africanas* was barbarously suppressed by the police who systematically invaded homes [in African urban neighborhoods] to that end". Capela then confirmed that the author's letter regarding home made alcoholic drinks shared among families, "passionately and accurately captured the tragic detail of the usual situation of daily life of the black populations in Mozambique's cities." (97). A. T.'s letter ended, similar to many others, by asking the readership: "is this right?" "Is this in the spirit of Dom Pedro and [Portuguese] justice?" (97). Harkening back to the 1908 inaugural issue of João Albasini's newspaper *O Africano*, Mozambicans used the press to juxtapose savage injustice and Portugal's claim to promote civilization and justice (Braga-Pinto and Mendonça, 2012: 67). The sale and circulation of alcohol figured in many of those challenges (Penvenne, 1995: 40-43; Penvenne, 2015: 45-60).

My research centers ordinary people, their words, their ways and their quotidian concerns. In 1977-1978 I spoke with and recorded the oral narrations and songs of scores of young, middle aged and elderly men in Maputo. Most of them could not read or write Portuguese, even *Português do quintal*, so they were unlikely to have contributed with a letter to an editor. Nevertheless, the tone, the words and concerns of the people writing to the

editor/readers of *Voz Africana* in the early 1970s rang familiar with the concerns men in Maputo conveyed to me and my tape recorder by the end of the decade. Who held power, by what means, to what ends and against what resistance? What comprised legitimate and accountable governance? Who had the authority to appropriate and allocate resource – key resources like land, labor and taxes? These were all big issues and very much in transition in both periods. The authors of these letters experienced much of their lives in question and in transition: legitimacy, accountability, and responsibility. Lineage authority and control over resources were clearly eroded, but young men, in particular, were conflicted. If legitimacy, accountability and responsibility did not lie within their lineage and family leadership, than with whom were such important features vested?

Vernacular Histories & Social Capital

Letters in the first five sections very much reflect what Derek Peterson and others describe as vernacular or homespun histories. This is an explicitly male genre that asserts men's perspectives and authority on contested issues (Peterson, 2009; Peterson and Macola, 2009). Peterson and others have looked at the content of men's writing in formats similar to the *Voz Africana* letters. They argue that by writing down what they deemed to be proper behavior the men produced a kind of social and cultural history of lineage norms. The letters shed light on the dilemmas young men faced in towns. Although they revealed a truly broad range of concerns, the key themes are contested masculinities and men's efforts to control adult women, young men, boys and girls. Men write to document and argue for right relationships, and to stake, reinforce and defend claims in lineage and colonial society. They narrate situations around bride wealth and proper behavior that reflected lineage norms as they saw them. This brings to mind Martin Chanock's classic essay on the codification of so-called customary law, and the ways the process reinforced male authority and aspired to take a fix on what were otherwise quite fluid and highly contested claims among men, women, and lineage leadership (Chanock, 1982).

J. Raposo Chivale, a twenty year old native of Vilanculos, living in Beira, conveyed his thoughts about his homeland and misunderstandings about courtship, bride wealth, and marriage. He argued that a father's authority and proper education in these matters was essential, particularly when two suitors courted a daughter or when issues of different levels of education, age or social status emerged (29-33). In each case a young man's position was framed in light of "proper" lineage norms and family considerations. He implicitly and explicitly asked for confirmation that his position on these dilemmas was correct. That effort to locate one's position within debates and stakes claiming was a key feature of the letters.

Here, Barbara Cooper's comments about "tradition", its meanings and practice particularly for migrants and those seeking to locate themselves within shifting sands. She notes: "Tradition' then becomes not fixed formulas or forms but rather a longstanding processual practice of invention drawing on existing images and forms of expression to create a present and future self that is imbued with meaning precisely because the past is immanent with it... The past thus both constrains and enables the present" (Cooper, 2005: 203).

Social Capital

Many writers posited frameworks and used the letters to position themselves to secure and to reinforce what Pierre Bourdieu calls their social capital, their standing within networks in neighborhoods, workplaces, kinship groups and the like. Bourdieu underscores the important

work needed to establish, cultivate and sustain one's standing: "*The reproduction of social capital presupposes an unceasing effort of sociability, a continuous series of exchanges in which recognition is endlessly affirmed and reconfirmed*" (Bourdieu, 1986: 250; Berry, 2018). Exchanges institute mutual acknowledgement, assertions and confirmations. When the author asks the readership "*is this correct?*" there is a tacit call to confirm the author's place and claim. Urban and rural household, gift and informal market work and relationships were deeply imbricated with the cultivation and maintenance of social capital. The work necessary to establish, sustain and reproduce social capital was complicated and exacerbated by migration, poverty and the insecurity of *bairro* life in colonial Mozambique. These letters reveal the process in detail when it goes well and when it goes badly. A domestic worker pleads that he was fired because he presumed to buy a fish from the same fish monger who was selling fish to his employer: "*Senhora, eu não tenho boca para comer?*" (111). Alberto Tivane of Beira complains that an errant family member despoiled Tivane's own reputation for proper behavior by his drinking and disgracing the family (17-18). Presenting and defending one's reputation comes up again and again, often followed by the tropes that seek confirmation of the writer's position.

"Writing Upwards"

The letters are also a perfect example of Martyn Lyon's notion of "*Writing Upwards*", a form used by the weak to address the powerful (Lyons, 2015). The letter writers might confirm their inferior status and strike a loyal, obedient and deferential tone, but they nonetheless brought to light situations that required redress. Many letters began or ended with the author placing himself and his language skills in perspective. Herminio Nogueira Selimane, an unemployed 16 year old resident of the town António Enes, informed his readers: "*sobre a classe eu tenho, classe-nada*" "*What grade did I complete, no grade!*" (125). The writers located themselves among local and formal tropes, using, as Lyons suggests, "*blend of oral and familiar language with formal discourse of petitioning*" (Lyons, 2015: 327). Lyons reminds us that deference can mask what James Scott calls a "*hidden transcript*" of underlying resistance that is "*inexpedient to voice publically*" (Lyons, 2015: 328). Lyons calls attention to the tropes authors deploy to make their case – particularly the interface of vernacular images and formal petitioning languages. The comment "*não tenho boca para comer?*" fits this pattern nicely (111).

African Print Cultures

Recent work focused on *African print cultures: newspapers and their publics in the twentieth century* confirms that 20th century African newspapers are rich vehicles for scholarship at many levels (Peterson et al., 2016). The letters in *Voz Africana* not only conveyed the day to day lives of ordinary people, the anxieties of men and youth, but they were arenas for experiments in stakes claiming, in "*voice*", and for the negotiation of community. Many of the letters in this collection "*wrote upward*" and voiced truth to power, if often in veiled tones with hidden transcripts. The letters and the press overall provided a space for Mozambicans to navigate evolving and contested identities. Tensions among people who identified as *assimilados* and *mestiços* highlighted the ever-present energy around race, class, education and status. Documents and mobility still hinged on *bom comportamento*. Testaments to appropriate behavior and the capacity to call in character references could be the keys necessary to open doors of upward mobility, or even to sustain one's place in society. Again, notions of social capital and the energy needed to sustain and expand it

were ever operative in letters to the editor. In sum, these letters illustrate men's efforts to craft vernacular histories, their skills of "*writing upwards*", their experiments with developing discourse and tropes for evolving identities, their strategies for claiming and reproducing social capital and the importance of African newspapers and their publics. These are all very rich areas, and tell us a lot about the issues men in Beira and Central Mozambique worried about in this period. Again, the concerns and tone of the letters very much resonated with the oral testimonies conveyed by men in Maputo in the late 1970s when I conducted research on labor, urban and social history.

Seeking Gendered Perspectives: *Voz Africana* – Men's Perspectives on Life Struggles & Women

Compiled before our contemporary attention to gendered perspectives, the *Voz Africana* letters clearly documented contested and shifting masculinities, but also revealed how men spoke about women. Indeed very many of the men's letters were specifically about women. Women did not write in these newspapers. Women overall had lower levels of literacy in any language than did men, but more importantly they were unlikely to have written "*upwards*" to men or anyone else in this era. Women had ways of being heard, usually through songs, stories and spirit possession ritual, but they would have viewed publically speaking out as inappropriate and feared the predictable sanction (Vail and White, 1991: 231-277; Penvenne, 2015: 25-27; Sheldon, 2010). Within the *mestiço* population, however, in some places and times, girls actually outnumbered boys in the upper grades. *Mestiço* women's education, in partnership with their alleged attitudes of superiority, is sometimes mentioned as a factor in their "*marriagability*." Depending upon their specific circumstances, *mestiça* and *assimiladas* women could enjoy more mobility and independence in urban areas than women considered *indígenas* (Frates, 2002).

Men argued that urban women, and especially *mestiças*, would not court a man who had not completed the *quarta classe*, the equivalent of primary school and the basic credential for entry-level employment in the formal economy and civil service (29-31). Women, the men further alleged, favored men who worked in offices and disdained anyone who worked in domestic service (125). Men's letters complained bitterly about discrimination around differences of education, class, color and race (144-145). Saide, a 19 year old from Nampula, then a student at the *Escola de Artes e Ofícios*, wrote to a young woman "*of the same color*" to see if he could court her. Instead of writing back, to simply say no, she wrote that she did not want to hear any more from him because "*she didn't want to marry um preto*" (28). Control over women, courting, sexual access and women's capacity to evade male control were core themes throughout the letters, but the tones were far from uniform. A man from Vila Nova de Mocuba blamed girls of eight or nine years old for their being married as children. Some letters framed contested masculinities around men's treatment of women. A man from Charre wrote of the disgraceful behavior of a civil servant/interpreter from Charre who took out his aggression on his wife, beating her as though she were a slave or his domestic worker: "*Senhor Director: isto não é uma vergonha um senhor vingar a sua senhora parece uma escrava? Cara sem vergonha*". The letter asserted the shame of beating one's wife (28-29).

J.M.D. Jongué, a 24 year old man from Machanga, living in Beira, wrote to berate men who left their families to work in the city "*...to earn money that the family needed, but then spent their earnings in bars drinking wine, without a thought of their family suffering in the rural area*". They then miss work because they are hung over from drink and risk losing their jobs (49). Women who remained tending a family in the rural area enjoyed more sympathy

in the letters than women who came to the city with their children to try to make a living. But men also wrote, seemingly without regret, about leaving women and children behind. Valentim Cassiano Laissa, a 19 year old student at Escola de Nipamu, wrote: “*Before I went to school I had a woman and with her I had a daughter, then I wanted to abandon them to go to school. I left the woman so that I could go on arranging my life and family, because a man can not hold on to two things despite having two hands*” (16-17).

Although some letter writers admired women in Beira who worked self-employed in the informal sector, such women were always subject to allegations that they lived a *vida putaria*, prostituting themselves (27, 49, 52-53). Many writers complained of having spent their hard earned money on gifts and clothing for the women they courted, only to be rejected in the end. Selemane Magude Timóteo of Buzi, wrote: “*I am so annoyed when I think of the money I spent [on this woman].. up to today I cry about that money*” (125). Letters along these lines echo a popular men’s worksong, “*Wawuya Celina!*” Many men in Maputo knew the song about the husband who regretted buying Celina blouses, *capulanas*, and gifts, because, in the end he alleged she was unfaithful. She was a “*whore*”, and his money was wasted (Penvenne, 1995: 214-215; Penvenne, 2015: 86).

Seeking Gendered Perspectives: Cajú de Chamanculo, Women’s Perspectives on Life Struggles and Men

Although contested masculinities, deployment of “*tradition*”, and men’s navigation of their social capital dominated their letters, men’s efforts to control women were more than a leitmotif. When comparing the concerns conveyed in the *Voz Africana* letters to those voiced by men in Maputo during field research I conducted in the late 1970s and those voiced by women in Maputo during field research in the early 1990s, I find similarities among the men, and strong contrasts between the men and the women. On one level that is unsurprising. Historians are increasingly aware that, as Jan Bender Shetler claims: “*... women possessed not just another version, but wholly different kinds of knowledge about the past...men and women share neither styles of oral narration nor types of knowledge about the past. Men and women occupy separate spheres in their daily routines, sharing the same world but participating in different, though intersecting, sets of discourses about that world... A gendered analysis of oral tradition is necessary for finding its historical meaning*” (Shetler, 2007: 11-12).

A quest for gendered perspectives in this context requires the juxtaposition of narratives and tropes that are entangled. I want to suggest the ways in which the strategies and concerns of the urban male letter writers of colonial Beira, published in *Moçambique pelo seu povo*, reflected, intersected and contrasted with the oral narratives I recorded among women and vice versa. I also hope to follow up on José Capela’s insights on taxation, alcohol, and colonial legislation by following one woman’s narrative.

The first point to make is that whereas one can tell there were women in men’s lives in the letters and in the narrations I collected in the 1970s, not much is revealed about them. In the women’s narratives, however, men and the children they fathered were front and center. So too was the responsibility the men did or did not take within families. You could not miss them. Women’s conversations were often as much about men and their behavior as men’s letters to *Voz Africana* were about women and their behavior. If men were concerned that women were in town and not in rural areas farming their husbands or father’s plots, women were concerned that, because the husbands and fathers who were supposed to support their agricultural efforts did not do so, they had to set down the hoe

they used on those plots and pick up the “hoe of the city”. “*A xikomu xa lomlu, iku tira*”. The hoe of the city, they said, is a job (Penvenne, 2015: 80-120).

Again, in his letter to *Voz Africana* noted above, Valentim Cassiano Laissa simply mentions: “*Before I went to school I had a woman and with her I had a daughter, then I wanted to abandon them to go to school. I left the woman so that I could go on arranging my life and family, because a man can not hold on to two things despite having two hands*”. His daughter and her mother clearly had a different perspective, and women often needed more than two hands to care for the children men left behind. A chapter in the book based on the women’s conversations is titled: *Children are not like chickens!* Women often said that unlike chickens, you can not just leave your children in the yard for your neighbors to feed. One often heard the refrain “*Someone had to look after these children!*”. Elina Cinavale Mulungo captured the narratives’ tone: “*These children do not have fathers. But we feed, clothe and educate these children. But when the child grows up, then the father says ‘Yes, this is my child’... The men were like that – they were useless for anything except what you do between the sheets!*” (Penvenne, 2015: 167).

The cohorts of women who shared their stories were among the poorest in the colonial era city, and a disproportionate number of them were widowed, divorced, separated or single mothers who never married. That was also a characteristic of women in Southern Mozambique as a whole. It is linked with the historically high rates of male labor migration from Sul do Save to South Africa. Like many of the men who wrote in *Voz Africana*, these women’s ideal life situation had not worked out, so they invented and worked on the best alternative they could manage. Women’s conversations, like men’s letters, floated the new self-images that they hoped would accommodate and secure their urban lived reality. Much evidence suggests that women’s social capital in resource knowledge, networks, and claim staking capacities is more compromised by migration than is men’s (Colson, 2008). Recouping support requires a great deal of social labor investment in family, gift and informal sectors.

Both men and women complained of the way alcoholism fueled abuse, whether domestic or otherwise. A shoemaker from Quelimane wrote to *Voz Africana* about a *bébénhoco* guy – a combination of *bébadó* and *nhoca*, a drunk and a snake – in short a mean drunk (208). Women were more vulnerable to abuse from alcohol than were men. In fact, experience with drunk and violent men often encouraged women to entrust their security – whether in rural or urban areas – to communities of women. For many women that involved gathering what anthropologists call *matrikin*, mother, sister, maternal aunts and nieces. Women, who had not been able to trust or depend upon the socially appropriate man or men in their lives, turned to women whom they felt they could count on more fully. That did not always work out as planned, but it was a common and documented strategy (Penvenne, 2015: 137; Loforte, 2000).

One essential area where men’s and women’s conversations overlapped was with regard to bride wealth – *lobolo* – the exchange of wealth between the groom’s and bride’s family that (in part) legitimized a marriage in the eyes of the lineage (clan) community. Although it is a controversial and often misunderstood practice, most male letter writers and most women who shared their narratives felt it was important and that expectations around it should be honored. Bride wealth worked out differently for men and women, but in both cases it was linked to the idea of “honorable” and socially “necessary” behavior. It was a component of social capital, and was often generated piecemeal as families could manage. The poorest and most vulnerable families seldom managed it, but it was a shared aspiration. Men felt it secured their claims and women felt it honored their contribution and potentially protected them from spousal abuse that could result in divorce without repayment of bride

wealth. As we shall see, women who needed to be free of a marriage, for whatever reasons, often aspired to reimburse any bride wealth exchanged for their marriage because they wanted to bring the social and ritual situation to a proper wrap.

Southern African historical frameworks for labor migration are anchored in models that assume men and the ways men move and work as normative. When the historical actors doing the work and moving are men that's fine. A deep literature exists on the state and private capitalist motors behind men's movement to the city to get a waged job, or men being conscripted for tax payment, forced labor at a private plantation or at the state port and railway complex. We are not as clear that the women and children who migrate and work as part of the making, unmaking and remaking of families – often linked to what men are or are not doing – are also and accurately migrants and workers. Furthermore, the labor of women and children was as deeply imbricated into the state and private economies of Southern Mozambique as men, but it played out differently. Their foundational contributions have often been scripted invisible. Women's "social work" in the household, gift, and informal sectors of the economy was absolutely essential for quotidian survival, but even in the recent past such work was approached as residual. Only by putting women's experiences into conversation with men's do we begin to build a fuller appreciation of daily life.

At the close of the colonial era, Mozambique's cashew industry was big business in the formal economy. It was Mozambique's leading source of foreign exchange and the labor force at its heart were women whose "nimble fingers" anchored the industrial shelling component. Thousands of Mozambican women put down their field hoes to pick up the hoe of the city at Lourenço Marques' Chamanulo cashew shelling factory, from its origins in the late 1940s through the end of the colonial era. Of the many hundreds of articles published and indexed about the Southern Mozambican cashew economy less than a half dozen even mentioned that the industry hinged on mostly migrant women and their labor as cashew shellers. If women's labor was scripted invisible even in this big and important formal sector of the economy, how much less visible was women's essential work in the household, gift and informal sectors.

It is instructive to take the life narrative of one woman, Balbina Tinga (Penvenne, 2015: 152-153). Through Balbina Tinga's narrative we have her spoken letter, her effort to "speak upwards" through the oral history project. Her narrative revealed her efforts to develop and sustain social capital, and the necessary linkages among lineage interests, taxes, forced labor, household, gift, informal and formal sector labor. Men experienced these things in one way and women in another, but they were entangled. Balbina was one of the more than one hundred cashew-shellers who taped their experiences for my research project. Her story may sound dramatic, but was by no means exceptional. Balbina was from a poor southern Mozambican family. Because he did not have money to pay the family's taxes, her father was often taken for *shibalo* (conscript labor) on a near-by Portuguese owned plantation.

When Balbina was about 8, her father accepted a bride wealth for her to become the third wife of a man who asked for her in marriage. He worried about Balbina, but he worried more that another stint of *shibalo* would kill him, and then what would happen to Balbina and the rest of the family. Balbina moved to her new husband's home, thereby forming a new family and contributing her labor to her husband's lineage. By so doing Balbina's father received a bride-wealth that he used to pay the family's taxes. So before Balbina became a teenager her daily labor and migration between households clearly illustrated the entanglements among capitalist plantations, forced labor, state taxes and lineage agreements around bride wealth.

When Balbina's father saw that she was abused in the marriage, he took pity on her. He found another man who was willing to pay twice the amount of bride wealth that he received for Balbina's first marriage. He freed Balbina from her first marriage by using half the new bride wealth to pay off her first bride wealth. Balbina then moved to the second husband's family, and her father used the balance of her second bride wealth to pay the family's taxes. Thus Balbina "earned" the family's taxes twice by migrating with her labor to two new families.

Shortly after her second marriage, Balbina's father died, and Balbina worried what would become of her mother and siblings. Balbina experienced alcohol fueled domestic violence in her second marriage to that point that she finally fled to Lourenço Marques. The word had spread in southern Mozambique that women who were suffering in rural households could flee to the cashew factories and make a new life and livelihood. When Balbina left for the capital city's cashew factories she was still under age, despite having been twice married. She was clever and she soon managed to get hired. She saved everything she could, first to repay the bride wealth for the marriage she had fled, and second to pay her family's taxes for the third time. She then saved to relocate her mother and siblings from their rural home to her home in Lourenço Marques.

In short, within a short period of time, Balbina Tinga had paid her family's taxes three times – twice through her migration and labor in the household economy and then through wage savings in the formal economy. After paying off her own bride wealth and bringing her family to town, Balbina put her savings into building a home to shelter her extended family. Eventually her household was comprised of her mother, her sister, her daughter, two nieces and one nephew. Balbina's *matrikin* formed the core of the household. She even repaid the bride wealth for her sister and daughter – first because honorable standing in the lineage demanded it, and second because if the marriage was over, all parties to "Be done with it!" Balbina wanted no possibility of further claims on children or resources. Everyone in her household worked in some capacity to leverage each other's production in the household, informal, gift and formal sectors. The group pooled care and resources to support the health of the household.

Men's letters to *Voz Africana* and women's testimony for a history of Chamanculo's cashew factory both contribute many stories from many people about life, migration and work. They offer windows into everyday lives, into experiences and what people choose to remember about them, about people's efforts to construct new identities in changing situations and to claim, extend and reproduce social capital for themselves and their families. Contested masculinities are often more familiar to historians than are the gendered perspectives women's narratives, songs and multiple ways of knowing convey about history and memory. This essay simply skims the surface of the many and generative ways we might think about their words in light of contemporary questions and insights regarding vernacular histories, writing upwards, social capital, evolving discourses of urban identities and contestations around gendered perspectives.

Bibliographic references

- Adebanwi, Wale (ed.), (2017), *The political economy of everyday life in Africa: beyond the margins*, Oxford: James Currey.
- Berry, Sara (forthcoming 2018), Social work: entrepreneurial labor in the 20th century, in *The [ILO] general labour history of Africa: twentieth century*, Geneva: ILO.
- Bordieu, Pierre (1986), Forms of Capital, in Richardson, John G., *Handbook of theory and research for the sociology of education*, Westport, CT: Greenwood Press, pp. 241-260.

- Braga-Pinto, César, Mendonça, Fátima Mendonça (ed.) and introd. (2012), *João Albasini e as luzes de Nwanzengle: jornalismo e política em Moçambique, 1908-1922*, Lisbon: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias & Maputo: Alcance Editores.
- Capela, José, (1971), *Moçambique: pelo seu povo*, First edition metadata from ALUKA: <http://www.aluka.org.ezproxy.library.tufts.edu/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.crp3b10015>. Accessed 22 November 2017.
- (1973), *O vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação do vinho para África*, Porto: Afrontamento.
- (1974 3rd ed.), *Moçambique: pelo seu povo*; selecção prefácio e notas a cartas de *Voz Africana*, Porto: Afrontamento.
- (1982) *O movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927*, Porto: Edições Afrontamento.
- (1995), *O álcool na colonização do Sul do Save, 1860 – 1920*, Maputo: Litografia Ach. Brito [Edição do Autor].
- (1996a), A imprensa de Moçambique até a independência,” in Sopa, Antonio and Ribeiro, Fátima Ribeiro, eds. *140 Anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Maputo: Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, pp. 11-27.
- (1996b), João Albasini e o álcool, in Ribeiro, Fátima, Sopa, António, org. *140 Anos de Imprensa em Moçambique*, Maputo: Associação Moçambicana da Língua Portuguesa [AMOLP], pp. 65-87.
- Chanock, Martin, (1982), Making customary law: men, women and courts in colonial Northern Rhodesia, in Hay, M. J., Wright, M. (eds.) *African women and the law: historical perspectives*, [Boston University Papers on Africa, Vol. 7], New York: Columbia CollegePress, pp. 53-67.
- Colson, Elizabeth (2008), Gender, development, refugees and resettlement, in Indra, Doreen Mariem ed. *Engendering forced migration: theory and practice*, New York: Berghahn Books, pp. 23-39.
- Cooper, Barbara M. (2005), Oral sources and the challenge of African history, in Philips, John Edward, (ed.) *Writing African history*, Rochester: University of Rochester, pp. 191-215.
- Dias, Jill R. (1989) Portuguese African associations in Lisbon and international Pan-Africanism, 1912-1931, [Unpublished paper presented at IV International Meeting on Portugal], Durham, New Hampshire, University of New Hampshire, 21-24 September.
- Frates, L. Lloys (2002), *Memory of place, the place of memory: women's narrations of late colonial Lourenço Marques*, [unpublished PhD thesis], Los Angeles: University of California at Los Angeles.
- Hydén, Göran (1980), *Beyond Ugamaa in Tanzania: Underdevelopment and an Uncaptured Peasantry*, London: Heinemann.
- Loforte, Ana Maria (2000) *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*, Maputo: Promédia.
- Lopes, Armando Jorge; Siteo, Salvador Júlio; Nhamuende, Paulino José (2002), *Moçambicanismos: para um léxico de usos do Português Moçambicano*, Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- Lyons, Martyn (2015), *Writing upwards: how the weak wrote to the powerful*, *Journal of Social History*, vol. 49, N.º 2, pp. 317-330.
- Martins, José Soares; Medeiros, Eduardo da Conceição (1984), *A história de Moçambique antes de 1890: apontamentos bibliográficos sobre os resultados de investigação entre 1960 e 1980*, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 1. pp. 201-216.
- Medeiros, Eduardo (1998), *Bebidas Moçambicanas de fabrico caseiro*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Neves, Olga Iglésias (1989), “Em defesa da causa Africana – Grémio Africano; intervenção na sociedade de Lourenço Marques” [Dissertação de Mestrado], Lisbon: Universidade Nova de Lisboa.

- (2009), *O movimento associativo Africano em Moçambique: tradição e luta (1929-1962)*, *Africanologia – Revista Lusónona de Estudos Africanos*, Vol. 2, pp. 179-214.
- O’Laughlin, Bridget (2000), *Class and the customary: the ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique*, *African Affairs*, N.º 99, pp. 5-42.
- Penvenne, Jeanne Marie (1989), ‘We are all Portuguese!’: challenging the political economy of assimilation, Lourenço Marques, 1870 to 1933.” in Vail, Leroy ed., *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, Berkeley: University of California, pp. 255-288.
- (1993), *Trabalhadores de Lourenço Marques, 1870 – 1974*, [Estudos, 9] Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- (1995), *African workers and colonial racism: Mozambican strategies for survival in Lourenço Marques, Mozambique 1877-1962*, Portsmouth: Heinemann.
- (1996), *João dos Santos Albasini (1876-1922): the contradiction of politics and identity in colonial Mozambique*, *Journal of African History*, Vol. 37, N.º 3, pp. 417-464.
- (2015), *Women, Migration and the Cashew Economy of Southern Mozambique, 1945 to 1975*, Woodbridge, Suffolk: James Currey.
- Peterson, Derek R. (2004), *Creative writing: translation, bookkeeping, and the work of imagination in colonial Kenya*, Portsmouth: Heinemann.
- Peterson, Derek R.; Hunter, Emma; Newell, Stephanie (2016), *African print cultures: newspapers and their publics in the twentieth century*, Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Peterson, Derek R.; Macola, Giacomo (2009), Introduction: homespun historiography and the academic profession, in Peterson, Derek R, Macola, Giacomo, *Recasting the past: history writing and political work in modern Africa*, Athens: Ohio University Press. pp. 1-28.
- Redding, Sean (1996), *South African Women and Migration in Umtata, Transkei 1880- 1935*, in Sheldon, Kathleen, *Courtyards, Markets and City Streets, Urban Women in Africa*, Boulder: Westview Press, pp. 31-46.
- Rocha, Ilídio (1980), *Catálogo dos periódicos e principais seriados editados em Moçambique da introdução da typografia até independência, 1854-1975*, Maputo: Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique.
- (2000) *A imprensa de Moçambique: história e catálogo (1854-1975)*, Lisbon: Libros do Brasil.
- Sheldon, Kathleen (2010), Creating an archive of working women’s oral histories in Beira, Mozambique, in Chaudhuri, Nupur, Katz, Sherry J., Perry, Mary Elizabeth, *Contesting archives: finding women in the sources*, Urbana: University of Illinois, pp. 192-210.
- Shetler, Jan Bender (2007), *Imagining Serengeti: a history of landscape memory in Tanzania from earliest times to the present*, Athens: Ohio University Press.
- Soares, Paulo; Zamparoni, Valdemir (1992), *Antologia de textos do jornal “O Africano” (1908-1919)*, *Estudos Afro-Asiáticos*, Vol. 22, pp. 127-178.
- Sopa, António (1985), *Catálogo dos periódicos moçambicanos, notícias histórica, 1854- 1984*, [Licenciatura thesis] Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Sopa, António; Ribeiro, Fátima (eds.) (1996), *140 anos de imprensa em Moçambique; estudos e relatos*. Maputo: Associação Moçambicana da Língua Portuguesa.
- Vail, Leroy; White, Landeg (1991), “The possession of the dispossessed; Songs as History among Tumbuka Women,” in Vail, Leroy; White, Landeg, *Power and the praise poem; southern African voices in song*, Charlottesville: University of Virginia Press, pp. 231-277.
- Zamparoni, Valdemir (1988), *A imprensa negra em Moçambique: a trajetoria de “O Africano,” 1908-1920*, *Africa: Revista Estudos Africanos* [São Paulo], Vol. 2, pp. 73- 86.

José Capela, transversalidade de discursos e práticas em sistemas existenciais excludentes em Moçambique

Martinho Pedro*

pp. 221-237

Introdução

José Capela enunciou uma frase emblemática que, apesar de curta, é, para nós, carregada de um significado tão profundo que para a sua descodificação caberia uma elaboração livresca de referência. No seu livro “Moçambique pela sua história” Capela expressa, de forma ríspida, uma frase, a qual constituiu-se no ponto de partida para o desenvolvimento do presente artigo. De facto, numa comunicação apresentada por ele, no Ciclo de Debates «Tempos de Transição», organizado em 2008 pelo Centro Nacional de Cultura, Círculo Eça de Queiroz e Sedes, o autor iniciara a sua apresentação nos seguintes termos:

“Gostaria de começar por me congratular com a titulação atribuída a esta mesa no conjunto dos debates sobre os «tempos de transição», ou seja, O FIM DO IMPÉRIO – OS ÚLTIMOS DIAS DO ULTRAMAR. Porque, desde logo, é circunscrita uma perspectiva correspondente àquilo que se pretende significar. De um ponto de vista ontológico, não é indiferente que o mesmo lance histórico seja designado «Fim do Império» ou «Descolonização» (como vulgarmente se diz). Houve colonizações, não houve descolonizações (sublinhado nosso)” (Capela, 2010: 162).

De facto, se o processo colonial foi, de forma antitética, seguido pelo anticolonial, a afirmação sugere, no ramo semântico, um quadro paradoxal, dado que as duas realidades existiram, com a conquista e desenvolvimento de espaços coloniais, por parte dos europeus, e com o desenvolvimento de processos emancipatórios, conduzidos pelos grupos sociais que se consideravam constrangidos. O objetivo deste artigo é de prospectar o sentido *envisagé* por José Capela, em virtude de tal afirmação corporizar uma realidade imanente aos sistemas coloniais e pós-coloniais, se tal descolonização for analisada em função dos caracteres que ela tomou. Uma perspetiva analítica em volta da afirmação de Capela só pode redundar no postulado segundo o qual, por mais que tenha havido o processo da descolonização, a matriz colonial continuou evidente. De certa forma, não é, nem na altura em que Capela a enunciou foi, uma descoberta prima, em virtude do processo histórico indiciar-nos que, se por um lado a matriz evolucionar traz ruturas, as quais são demarcáveis num quadro temporal marcado por conflitos, no sentido marxista da dinâmica societal, por outro, existem elementos que atravessam os tempos, demarcando “longas durações”, acto já evidenciado

* Universidade Pedagógica, Moçambique. Departamento de Ciências Sociais. marpmatos@gmail.com

desde a Escola dos Anais. Contudo, mesmo que não tenha sido uma descoberta, o artigo de Capela e outro similar pode sempre contribuir, quer por trazer pontos clarividentes desses processos de rutura e de continuidade, quer por propiciar novo prisma de análise, ou ainda, por agregar, num mesmo plano descritivo, explicações dispersas, no âmbito da elaboração de nova investigação, seja ela de orientação monográfica, eclética ou holística.

A captação de uma realidade de “longa duração” é viável, de certa forma, fazendo a correlação entre processos e actores dos dois momentos, no caso em epígrafe, do colonial e do pós-colonial. Para tal efeito, a mobilização de uma perspectiva dialéctico-retrospectiva e comparativa torna-se premente, com vista a encontrar continuidades entre um momento e o outro ou, então, com o fim último de repertoriar similitudes presentes nos dois momentos que indiciem tais continuidades, o que é possível buscando não só as características imanentes, mas também todas as elaborações desenvolvidas sobre a temática e sobre os momentos.

Contextualizando os dois momentos mobilizados por Capela, nomeadamente o colonial e o pós-colonial, importa demarcar que depois de um período mais ou menos longo, iniciado, de forma sistemática, depois da Conferência de Berlim de 1884/1885 e do subsequente período de ocupação direta, o continente africano testemunhou a coabitação territorial, mesmo que parcial, de dois sistemas societais, mas em processos e contextos ambivalentes. Nessa coabitação houve a manifesta sujeição das realidades societais africanas, o que engendrou, no mesmo espaço, um processo de contestação à situação anteriormente imposta, visando terminar com a subalternidade dos grupos constringidos. Tal processo veio a ocorrer numa altura em que, coincidentemente, para o lado das diferentes potências europeias, as respetivas regiões ultramarinas constituíam-se em fontes de investimentos acelerados de capitais. Ademais, logo depois da crise económica dos anos 30, cujas medidas protecionistas subsequentes encontravam nos territórios imperiais espaços privilegiados de manobra, estes tornaram-se lugares estratégicos para a recuperação e rentabilização das economias metropolitanas.

Para o caso Português, com o Estado Novo, foi, de facto, o mesmo período em que ocorreu o arranque da economia colonial, a qual beneficiar-se-ia do binómio saído do circuito económico mundial do período posterior à crise dos anos 30 do século XX, circunscrito na retração-protecção, algo que era visto como uma lufada de ar fresco na então constringida economia imperial. A esse título, a Associação Industrial chegou a evidenciar que

“As novas directivas da vida internacional hão-de marcar à nossa indústria o início de uma era de prosperidade, isto porque hoje a indústria portuguesa não tem, como até aqui, que lutar contra o destino para se manter e se desenvolver. O seu trabalho de readaptação é menos árduo pois é o próprio destino que lhe abre novos e largos horizontes”
(Matoso, 1994: 146).

Visando aproveitar essa oportunidade, Portugal iniciou a implementação de um projeto colonial de facto, começando pelos aspetos de carácter legal, a saber: a primeira lei do condicionamento industrial de 1931, revigorada cinco anos depois; a Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, com uma cláusula no seu artigo 285.º relativa à Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, visando uma melhor catalogação da mão de obra; a reimposição das culturas obrigatórias, em 1938, entre outras medidas legislativas. Aliás, tal manobra foi complementada pela adopção de outras posturas que propiciassem ao país uma maior rentabilidade do intervencionismo económico metropolitano nas colónias, com a sua “neutralidade” na Segunda Grande Guerra, iniciada em 1939. Como para se antecipar às críticas internacionais, o período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela aceleração da emigração de colonos portugueses para a colónia de Moçambi-

que (Wuyts, 1989: 20), que justificasse a pertença desta num plano imperial e multirracial, processo em parte expresso pelos Planos de Fomento, pelos Colonatos e pela criação de povoações rurais, associadas às cantinas rurais e mais tarde aos latifúndios brancos. É no quadro desse ímpeto colonial que Portugal conhece um movimento contestatário vindo da outra franja da população que, apesar de ser considerada como parte do conjunto populacional do império, achava-se coartada dos seus direitos. Por essa via, se uns achavam-se no direito de se libertarem do jugo colonial, reclamando terem sido submissos no seu próprio território, outros achavam-se também no direito de permanecerem no mesmo território, cuja justificação era encontrada nos avultados empreendimentos e investimentos, tanto financeiros, como temporais e até psicossociais.

Alicerces da inscrustação europeia nos espaços coloniais

No quadro das colonizações, o continente europeu procurou inserir os alicerces para a sua manutenção nos espaços coloniais e no mundo em geral a partir da moldagem de um padrão de conduta a ser seguido daí para diante. Tal padrão ficou circunscrito quer no modelo de exploração económica, quer em função do controlo da circulação dos bens e da informação, bem como do arcabouço institucional que seria responsável pela manutenção da ordem que, por sua vez, permitisse a correlação entre as realidades sociais estabelecidas, o que actualmente é expresso como colonialidade. Para a introdução desse padrão de referência, foi necessário, tal como aponta Quijano, que houvesse o controlo do poder, pela garantia da manipulação de cinco meios de existência social, a saber:

“o trabalho e os seus produtos; a natureza e os seus recursos de produção; o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças” (Quijano, 2009: 76).

Se analisarmos historicamente as relações dos últimos três séculos, veremos que a divisão existente entre as zonas produtoras e as de transformação e de consumo, em parte definidas num contexto assimétrico, foi projetada e operada no quadro do capital internacional, cujas origens centraram-se na Europa e, com a colonização, sistematizaram-se em todo o mundo. Para o caso de Moçambique inseriu-se, neste contexto, e a título de exemplo, a clara definição do espaço colonial, com o Ato Colonial, com a lei da complementaridade económica e a de condicionamento industrial dos anos 30, em que os maiores beneficiários eram os setores e grupos sociais que estavam directamente ligados ao centro europeu, no quadro da economia-mundo. De outra forma, a necessidade de catalogação das potencialidades para satisfazer a demanda da produção mundial foi feita em função de uma repartição geográfica dos recursos e dos respetivos padrões da sua exploração, o que, à escala global, foi também empreendido, num primeiro momento, pelo continente europeu.

Numa outra vertente, se bem que não seja algo especificamente oriundo do modelo europeu, mas como prática geopolítica, as pessoas passaram, também, a serem categorizadas em função de duas alteridades, mas que, entretanto, a Europa veio a institucionalizar: a geográfica e a histórica. De facto, a Europa veio a pontenciar, a partir do Período Moderno, a projecção do factor “Posição e circulação” iniciado por Estrabão, na Bacia Mediterrânica, mas que depois transferir-se-ia paulatinamente para a Europa Ocidental e, definitivamente, centrar-se-ia no Atlântico Norte, envolvendo os dois blocos que o bordejam, nomeadamente a Europa Ocidental e a América do Norte.

O mesmo ocorre com “*a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento*”, apontada por Quijano, que, também, ao ter sido ditada num contexto eurocentrado, praticamente propiciou para que todo o mundo visse a sua mundividência colocada em questão, em virtude de validar-se, como verdadeiro, o conhecimento que passasse pela via Cartesiana e num quadro experimental ou colocado à prova, o designado conhecimento científico. A esse propósito, Torrealba (2012) defende que a racionalidade moderna se apresentava, para o europeu, como a lógica natural, universal e irrefutável, pela qual foram ignoradas todas as mundividências extra-ocidentais cujos grupos sociais constringidos deveriam ver as suas culturas votadas ao desaparecimento.

O controlo daqueles meios de existência possibilitou que a Europa passasse a ter sempre alguma palavra, estivesse ou não diretamente envolvida, pelo simples facto de “*o eurocentrismo não [ser] exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia*” (Quijano, 2009: 74-75). Assim, é mister concluir-se que a Europa garantiu a formatação da sua prevalência, ao plantar raízes para a posteridade. Como para enfatizar a prevalência desta realidade na actualidade, Corm (2004: 82) aponta que “*as ideologias ocidentais estão portanto em toda a parte; aparentes ou escondidas, elas estruturam e desestruturam as sociedades, ao sabor das modas intelectuais do Ocidente (...)*”. Dessa forma, por questões geopolíticas supra-estatais, os então países colonizadores tiveram, até a altura das independências das colónias africanas, e têm, até a atualidade, a necessidade de perpetuarem, de uma ou de outra forma, a sua permanência em África, no geral, e em Moçambique, em particular.

Para o primeiro caso, e no quadro do Império Português, Souto (2011) aponta que, mesmo com o 25 de Abril, houve alas que, de forma aberta, mostraram a necessidade de manutenção do poder português num quadro imperial, a crer pelas ideias de António Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional, que pretendia garantir a manutenção da pluri-continentalidade de Portugal, num quadro de um Estado unitário, cuja opção pela auto-determinação e pela independência por parte de Moçambique só seria possível caso os portugueses fossem incapazes de levar a cabo grandes tarefas, o que para aquela ala não era o caso (Souto, 2011: 193-194).

Ao que as evidências indicam, tal posição de uma ala não querer desligar-se do espaço imperial não era assumida apenas por Portugal. Outros países colonizadores europeus não estavam tão pouco preparados para abandonar as suas colónias quando o surto da descolonização atingiu os diferentes quadrantes territoriais da África colonial. A este propósito, a Grã-Bretanha procurou aceitar as reivindicações emancipatórias para conservar as posições adquiridas, tal como aponta D’Almeida-Topor (1993). A autora enfatiza mesmo que: “*no conjunto, ela, [a Grã-Bretanha] aceita de conceder as reformas com a perspectiva (de) «não perder uma colónia, mas ganhar um membro na Commonwealth»* (D’Almeida-Topor, 1993: 208). Mais adiante, a autora indica que, apesar de ter tido uma atitude tardia, a França enveredou por uma política comparável à da Grã-Bretanha. Aquela potência, para manter as suas possessões africanas, introduziu a lei-quadro de Defferre que, apesar de estabelecer um regime de autonomia, com a introdução de eleições de governantes locais por via do sufrágio universal, manteve um governador obrigatoriamente francês e, durante a 4.ª República, com o General de Gaule, foi criada a Comunidade Francesa (Topor, 1993: 209; Gentili, 1999: 308). Nesse quadro, a França chegou mesmo a desenvolver guerra em certos territórios para manter os interesses coloniais.

Para o segundo caso, mesmo depois das independências, as anteriores metrópoles mantêm relações privilegiadas com as respetivas antigas possessões ultramarinas, embora estas últimas tenham, também, graças ao ambiente multipolar, espaços de manobra para

encontrarem novos parceiros. Dessa forma continuam expressivos os planos neo-coloniais projetados aquando do início do processo emancipatório, com a emergência, por exemplo, da CPLP, no quadro do anterior espaço imperial português, da *Commonwealth*, para o caso inglês, e da Francofonia, entre outras realidades. Dessa forma, é suficiente para afirmarmos que, de facto, houve e há uma manifesta continuidade dos ditames eurocêntricos em África, e não só. Contudo, essa pretensão foi muito cedo contestada, se atendermos a que o diapasão entre o momento que iniciou a colonização efetiva, pouco antes da Conferência de Berlim, com as pretensões da Bélgica, de Portugal e da Inglaterra em África (Uzoigwe, 2010), e o início de uma frontal rejeição do sistema, ao nível de todo o continente, ocorrido nos anos 40 do século subsequente, entanto situação que devia ser terminada, é de cerca de mais ou menos três quartéis.

O grito pela rutura da situação constrangedora

O desenvolvimento do processo libertário das então colónias europeias em África, oriundas da colonização moderna europeia foi, desde os primórdios, concebido num quadro emancipatório e, geralmente, de rutura em relação à situação que estava sendo experimentada nos diferentes quadrantes do continente. Tal processo encontrou apoiantes até em certas franjas da sociedade política Ocidental, como foi com os Estados Unidos, logo depois da Segunda Grande Guerra, facto emblemático, em virtude de ter se posicionado ao lado do seu rival Soviético. Correlativamente, esse desiderato foi ombreado pela emergente Organização das Nações Unidas que advogava a extensão do direito dos povos em dispor de si mesmos, bem como a extensão da Declaração Universal dos Direitos do Homem, para além, ainda, de outros exemplos práticos e apoios vindos de processos emancipatórios da Ásia (Ki-Zerbo, 1978: 469-474; D'Almeida-Topor, 1993: 157-164). Estas bases indiciavam padrões de ruptura, se concebermos que o novo quadro relacional proposto no âmbito das relações internacionais passou a gravitar à volta de uma nova geometria, baseada num contexto igualitário ou, pelo menos, horizontal.

No interior das colónias, a situação vigente era vista como improcedente, pelo facto de colocar grupos sociais que coabitavam no mesmo espaço num plano relacional e situacional ambivalente e antipodal, por isso de exclusão. Ante a recusa do igualitarismo, por parte dos grupos sociais ligados directamente ao sistema colonizador, houve o recrudescimento das clivagens. É nesse quadro que os movimentos emancipatórios ou libertários engendraram processos contestatários visando a alteração da situação prevalecente, sendo que, em algumas realidades, como o foi do caso moçambicano, enveredou-se mesmo por uma luta armada e revolucionária.

Pelos caracteres desse processo emancipatório esperavam-se resultados irreconciliáveis, em virtude da revolução indiciar uma mudança radical. A esse propósito, Magode (1996) aponta que o Movimento de Libertação, ao ter partido de uma situação colonial, visou a desintegração desta. Nessa perspetiva, foi avançada a necessidade de substituir-se a cultura do colono por uma nova, com o fim de se estabelecer, por via do processo revolucionário, o tal hiato diferencial, indicativo de um novo comprometimento dos atores que conduziam o processo com vista a bafejar as populações nativas de benesses que dessem aos nativos a ideia da inclusão e de pertencimento em relação ao período precedente.

Como para concretizar o seu projeto, a Frelimo passou, com a independência, a alterar o carácter de certas realizações que vinham decorrendo desde o período colonial. No âmbito económico, especificamente no ramo da agricultura, houve a socialização do meio rural, cuja estratégia assentava na criação de um setor estatal e no desenvolvimento de cooperativas agrícolas, da coletivização da terra e dos meios de produção e na formação de aldeias

comunais, como forma de estender para todo o país as conquistas das zonas libertadas (Mosca, 2011: 35).

Apesar das contradições emergentes na implementação do desiderato por essa via, pensava-se que em pouco tempo seria possível transformar o meio rural e os grupos sociais aí residentes, os quais deviam apresentar novos caracteres, redundando-se na formação do “Homem Novo”, despidido das amarras do colonialismo e do feudalismo que recorrentemente era repescado como justificativo do atraso dos moçambicanos nos períodos precedentes.

Para a execução da política afirmava-se que “na República Popular de Moçambique o poder pertence aos operários e camponeses, unidos e dirigidos pela Frelimo, e é exercido pelos órgãos do poder popular” (Egerö, 1992: 129). Por estas medidas, percorria-se o caminho para a tal rutura em relação ao período precedente. De uma economia que servia os interesses da metrópole, a partir das plantações e culturas obrigatórias e de um sistema em que o nativo não tinha direitos políticos, passar-se-ia a outra em que este, inversamente, passaria a ser o destinatário dos resultados económicos e também usufrutuário de plenos direitos. Por via dessas esperanças, houve uma adesão massificada ao sistema, embora também houvesse resistências na adoção de certas práticas, como o foi o processo das aldeias comunais, dado que o projeto de socialização do meio rural foi avançado no mesmo momento em que o grupo organizador estava a combater fatores de agregação das comunidades rurais (Hanlon, 1997), como o eram as autoridades tradicionais, o curandeirismo, práticas jurídicas e de socialização endógenas, engendrando processos conflitantes entre o grupo revolucionário e os distintos grupos e meios sociais rurais. A este processo, Gentili, (1999: 368-369), citando Geffray, aponta que a Frelimo, enquanto grupo modernizador, não terá tido em nenhuma consideração as tradições, tendo penalizado o mundo tradicional camponês. Ademais, as novas estruturas impostas eram estranhas ao ecossistema social local e, recorrentemente, eleitas por mecanismos estranhos ao meio sociocultural. Isto é, o sistema avançou com a criação de fundamentos de agregação artificial, mas sem fundamentos ou elos de sustentação interna, assegurada apenas por mecanismos de caráter legal, o que, à partida, veio a constituir-se numa das fragilidades do processo de socialização do meio rural. Por essa via, ela posicionava-se como elemento exterior ao grupo de apoio o que, em si, constituía-se num erro pragmático.

Com o tempo, tais fragilidades vieram a evidenciar-se com o desregramento da base económica considerada como alavanca da economia nacional – a indústria, a qual ficou desprovida não só de recursos humanos qualificados, mas também de maquinarias e de capital para a provisão de insumos. Face a esta realidade, foram introduzidas mudanças radicais em relação ao rumo inicialmente dado ao sistema governativo de Moçambique. A este propósito, Castel-Branco (2017) aponta que, embora a Frelimo tenha partido, depois do seu terceiro congresso, com uma política anticapitalista, o falhanço dos planos económicos, a partir de meados dos anos 80, levou-a, justificando o combate ao imperialismo, a introduzir o nacionalismo económico e a apoiar-se no estatismo, o que, em última instância veio, tal como no período colonial, não só a limitar o desenvolvimento de classes capitalistas nacionais, mas também a criar pressupostos para um ordenamento de acordo com o contexto étnico e racial (2017: 264). Isto equivale a afirmar que começou a alimentar-se uma certa alteridade ou a emergirem processos de exclusão interna, numa altura em que se advogava o igualitarismo como marca orientadora do sistema. De forma mais esclarecedora, Magode situa o distanciamento da elite em relação à restante população nos seguintes termos: “após a Independência, a formação do Estado unitário (ultracentralizado), (...), muito embora com práticas “socialistas” (...) não evitou a possibilidade de confundir-se com um sistema de relações políticas que comportava elementos de dominação e reprodução de desequilíbrios” (1996: 43). Esta realidade constituía-se, segundo Graça (2005: 157), num

"factor desestruturante do Estado após as independências – e sem dúvida dissociativo da construção da nação – [fruto da] insuficiente socialização dos futuros novos líderes africanos no ambiente das instituições modernas de natureza ocidental, por causa de o processo de mudança sócio-cultural ser ainda muito recente".

De certa maneira, as novas elites tinham uma razão inequívoca para se comportarem daquela maneira, em virtude de, no quadro funcional, não terem tido outra referência senão a do colonizador, já que haviam perdido as raízes tradicionais com o processo aculturativo em marcha. Este carácter resultava do facto de tal grupo, que Cabaço chama de grupos sociais peri-urbanos (Cabaço, 2010: 131), estar desenquadrado das relações hierárquicas e que, na aceção de Carlos Serra, tinha as seguintes características: (i) o abandono das fronteiras da aldeia que inicia a subversão dos protocolos cognitivos e referenciais; (ii) a transfronteiralização e o mestiçamento dos horizontes epistemológicos, pela multiplicação comparativa dos campos da alteridade; (iii) a fragmentação do tempo unificado; (iv) a tomada de consciência da diferença e das desigualdades; (v) a multiplicação dos campos de gestão individual; e a substituição dos antigos centros sagrados de produção social e de verdade por entidades seculares (*Idem*, p. 132).

Com as características anteriormente anunciadas emergem as condições para a manifestação da colonialidade que, apesar de estar sempre presente, era eclipsada pelo grupo revolucionário. A título de exemplo, note-se que mesmo durante o momento do desenvolvimento do processo libertário, onde havia uma franca oposição entre o sistema vigente e a ala dos "libertadores", prevaleceu o rasto de uma mundividência portuguesa entre estes últimos. Sobre o assunto, Couto aponta que membros da MOLIMO (Movimento de Libertação de Moçambique), fundada em 1970 e sediada no Quénia, escrevendo para as Nações Unidas, haviam redigido que *"nós não queremos escorçar os portugueses do nosso país, porque temos permanecido há 472 anos sob a lei portuguesa e acostumávamo-nos a eles, apesar das torturas, massacres e perdas de vida que nos causaram"* (Couto, 2011: 189).

A própria guerra estava a ser conduzida por via de um grupo ocidentalizado, com as armas europeias, numa língua do ocidente, como para confirmar o que Corm (2004) defendeu na parte precedente. O que até a este ponto podemos equacionar é o seguinte: se é trivial que todos os países colonizadores quisessem manter a sua hegemonia no continente africano, tal como apontamos no subtítulo precedente, não seria de pensar que a expressividade europeia fosse continuada entre os colonizados, os mesmos que impunham até a altura da independência uma ruptura revolucionária, o que, à primeira vista, encontra um fundamento paradoxal, cujos meandros da sua circunscrição esboçamos no ponto subsequente.

Os pressupostos da (re)mobilização paradoxal da situação colonial

A informação contida no subtítulo precedente aludindo à formatação de um certo costume de portugalidade no interior do grupo social constringido, apesar das torturas, massacres e perdas de vida causadas pelos colonizadores revela, *à priori*, a prevalência de uma situação que moldou formas de estar para esse grupo constringido, cujos fatores merecem ser descortinados. Um dos pressupostos que achamos explicar do porquê dessa busca a uma realidade antipodal que, no quadro da nova sociabilidade introduzida, no Moçambique pós-colonial, havia sido condenada ao banimento, situa-se no prisma da execução do poder. Idealmente, se os actores do processo emancipatório tivessem pretendido, de facto, uma ordem igualitária, teria sido fácil se os mesmos tivessem programado que não haveria alguma forma de poder, o que, logicamente, seria incomportável numa situação em que houvesse um campo de competição de forças. Só pelo simples facto de reconhecer

a necessidade de existir um poder era sinónimo da introdução de relações ambivalentes, fossem elas bem notórias ou não.

Se bem que no quadro da transição do período colonial para o pós-colonial tivesse sido projetado o princípio da “guerra popular”, difícil seria situar a continuidade desse caráter do “poder das massas”, pelo menos objetivamente, logo após a independência de Moçambique, a partir de 1975. De facto, no primeiro contexto, aquele princípio era aparentemente aplicável, em virtude da guerrilha ter condicionado, em termos práticos, a participação plena de todos os que estivessem na Frente, com a repartição das diferentes tarefas daquela pelos diferentes membros concernidos, corporizando uma das cláusulas saídas do II Congresso do movimento libertador. E, até certo ponto, prevaleceu, pelo menos como um ideal, entre os camaradas, propiciando, de facto, a derrocada do colonialismo. Mas, num contexto pós-colonial, onde os pontos de referência para a existencialidade dos grupos sociais locais seriam multiplicados, praticamente seria impensável todos desempenharem as mesmas funções. Por mais que um sistema seja tão inclusivo é, de facto, difícil de conceber que o mesmo promova um poder igualitário em todos os segmentos da sociedade. Sempre comportará alguma dissimetria capaz de propiciar uma ambivalência no acesso às decisões, aos recursos, às oportunidades, etc., equivalendo dizer que, mesmo no período da luta, onde supostamente o poder era o das massas, no quadro da tomada do protagonismo, sempre houve algum grupo mais restrito que projetava as ações, as perspectivas, as decisões, etc. Basta dizer que no grupo da propalada geração “25 de Setembro” é fundamentalmente a elite que é vista como tendo sido protagonista, pese embora parte dela não tenha diretamente participado nas frentes de combate. Assim, mesmo que se elaborem teorias sobre a prevalência de um modelo socialista, concebido como igualitário, este foi acompanhado pela presença de uma *intelligentsia* – o embrião dessa dissimetria – que pela sua ação num modelo totalitário veio a aproximar-se das práticas que anteriormente tinham sido um factor para o desenvolvimento do movimento de libertação de Moçambique.

Se nos ativermos à conceção de Dahrendorf, citado por Rocher, (1989), segundo a qual os conflitos sociais nem sempre ocorrem da desigual distribuição da propriedade dos meios de produção, tal como defende a teoria Marxista, mas, fundamentalmente, da desigual distribuição da autoridade, teoria com que concordamos¹, somos levados a conjeturar que a revolução moçambicana, longe de ter iniciado o desenvolvimento de um sistema igualitário, tal como veio a defender-se a partir do III Congresso do Partido Frelimo, realizado em 1977, ocorreu mais pela necessidade de substituir uma autoridade que era concebida externa por outra interna. Por aqui abre-se a possibilidade para afirmar-se que bastava mudar o interlocutor para a situação manter-se na mesma. De facto, uma revisitação do projeto da construção do comunitarismo politicamente almejado e vigente entre o III Congresso e o fim da Primeira República Moçambicana, o qual introduziu planos económicos e sociais, com evidentes plataformas substitutivas, indicadas até 1990 como revolucionárias em relação às correspondentes do período colonial, indicia a presença de paralelismos, senão de continuidades, mesmo de forma não avisada, de processos que haviam caracterizado o antitético modelo precedente.

O facto de terem sido os assimilados que moldaram o poder certamente veio implementar muitos dos aspetos que haviam se sistematizado nas experiências individuais e de grupo durante a colonização, até a altura que cada um integrou-se na frente libertária. Tal realidade era incontornável, porque a única experiência que haviam tido, fora da endógena, era a euro-ocidental, moldada pelos portugueses, daí que muitos dos aspetos tenham sido

¹ Concordamos com esta teoria em virtude da mesma propiciar a explicação do posicionamento de cada um numa escala hierarquizada da sociedade, com base no qual cada um tem, potencialmente, a possibilidade de controlar os meios de produção.

transpostos para o período pós-colonial. Nesse processo, citando Dorman (2006), Matsimbe (2017) aponta que os partidos libertadores nacionalistas, mesmo tendo tido a “(...) *necessidade de dar outro formato aos novos Estados independentes*”, acabaram, de acordo com Young (2004) “(...) *por importar, de forma intacta, importantes práticas, rotinas e mentalidades da ideologia do Estado colonial*” (Matsimbe, 2017: 63), “*aspectos contra os quais haviam lutado, como é o caso do uso da violência, o autoritarismo, a exclusão, a exploração do homem pelo homem, a ideia de existência de cidadãos de primeira e de segunda (...)*” (Ibid.). Se bem que concordemos com o anterior argumento, entramos, entretanto, em colisão, quando o mesmo autor afirma que há alguma inquestionabilidade de que “(...) *a nova classe nacionalista, foi guiada pelos mesmos modelos europeus de liderança, governação e ideias de desenvolvimento*” (Matsimbe, 2017: 63). Segundo o nosso ponto de vista, há um aspeto que está em falta, que é o contexto colonial, cuja ausência deturpa a realidade e a essência. De facto, o que ocorreu foi a transposição de modelos coloniais implementados por países europeus e não, necessariamente, de modelos europeus. No momento da criação das colónias e do desenvolvimento de processos coloniais em África, os europeus não introduziram elementos correlativos aos existentes no seu continente. De facto, os europeus implementaram algumas tipicidades nem sempre idênticas às metropolitanas. Moçambique é um exemplo prático. Basta citar alguns elementos e processos como, por exemplo, a existência de circunscrições, de regulados, de uma educação para o indígena, de um código civil aplicável apenas aos nativos, etc., etc. Como corolário, o sistema republicano, com os seus escudos – liberdade, igualdade e fraternidade –, que haviam sido experimentados aquando da Primeira República Portuguesa, mas logo depois retirados, não foram extensivos a Moçambique. Como para fundamentar que a essência da funcionalidade política europeia, corporizada por uma liderança, uma governação, e ideias de desenvolvimento, não estava presente em Moçambique, recorramos a Foucault (1999). Este aponta que a transição do Antigo Regime para o Constitucionalismo na Europa, ocorrido entre fins do século XVIII e durante o século XIX, coincidiu com a introdução do que ele chamou de espaço para dar oportunidade aos outros, caracterizado, segundo o autor, por um poder que não era o de superestrutura, mas mais integrado ao jogo, à distribuição, à dinâmica, à estratégia, sendo um poder não conservador, mas inventivo, detendo ainda os princípios de transformação e de inovação (Foucault, 1999: 48). Facilmente se observa que nenhum dos atributos indicados por Foucault foi integrado nos modelos impostos nos espaços coloniais. Nesse caso, a terem que continuar modelos do período colonial no pós-colonial não terão sido os que estiveram presentes na Europa. Assim, não é preciso desenvolver grandes equações para aventar que nenhuma das realidades acima indicadas foi estendida ao continente africano, o que corrobora a ideia de que os modelos introduzidos em África, mesmo tendo sido engendrados num quadro eurocêntrico, não eram perfeitamente comunicantes com os correspondentes metropolitanos.

Depois desta trajetória teórica, somos levados a trazer alguns elementos exemplificativos que expressam a transversalidade de discursos e práticas entre um período e outro, evidenciando a ideia de Capela de que não houve descolonização, indiciário de que a eurocentralidade/colonialidade continuou a imperar no continente africano depois das independências dos distintos territórios colonizados.

Transversalidade de discursos e práticas em conjunturas históricas antitéticas

A captação da transversalidade de discursos e práticas entre os dois períodos em análise, nomeadamente o colonial e o pós-colonial, só pode ser feita lendo os elementos que, do pri-

meiro, transpuseram o período independentista, o qual, ao ter-se constituído como a charneira entre os dois momentos, funcionou, por um lado, como propulsor de novos elementos e, por outro lado, como factor poroso que, por esse carácter, condicionou a passagem de certos processos que, tendo iniciado no precedente, estenderam-se ao momento posterior àquele. No quadro deste artigo, estes últimos constituem-se no objecto a ser revisitado.

A atender a várias opiniões, somos de aceitar a ideia segundo a qual a replicação dos elementos do período precedente surgiu de um colapso dos projectos avançados para a concretização do processo revolucionário em Moçambique, resultantes, em parte, de uma inaptidão dos diferentes segmentos mobilizados para o efeito. A este propósito, Matsimbe, citando Ajayi (1982) explica que “(...) [se] a nova liderança dos Estados independentes tinha uma ideia muito clara sobre o que queriam (sic!) eliminar, nomeadamente o jugo imperialista, a discriminação e exploração do homem pelo homem, (...) faltava[-lhe] uma ideia sobre o tipo de sociedade a criar. Tinham uma ideia bastante vaga de uma sociedade baseada nos conceitos de europeização e modernização” (Matsimbe, 2017: 65).

Mergulhados nessa inépcia, e sem outros referenciais, o mais lógico era voltarem-se para a realidade conhecida ou que havia se constituído enquanto mecanismo de socialização primária no quadro político e governativo moderno que coincidia, necessariamente, com o modelo colonial recentemente experimentado. Por outro, a introdução de mecanismos aproximados aos de coerção do período precedente poderia servir, de certa maneira, como mecanismo para fechar as lacunas encontradas ao longo do processo. É por via dessas duas realidades que procuramos identificar as dinâmicas e elementos que, tendo sido engendrados pela colonização, foram sendo reproduzidos no pós-colonial.

Uma das características imanescentes do sistema colonial português foi o centralismo da sua funcionalidade político-administrativa. Se tal centralidade era justificada, tal como entendemos, para inviabilizar processos comunicacionais dispersos que, por sua vez, propiciassem a emergência de realidades incontroláveis pelo sistema montado, a ideia encontrada foi a de reduzir os pontos de contacto entre os europeus e os africanos e, com isso, a diminuição da intersubjectividade. Por essa via, os assuntos podiam ser controlados sem o recurso de um aparato muito sofisticado e era possível interligar todos os processos que garantissem a reprodução do Estado corporativo e do Nacionalismo Económico do então Estado Novo.

Paralelamente, o Estado formatado para dar uma sustentação ao poder popular, propalado desde a altura da guerrilha e formalmente abraçado em 1977 pelo Partido-Estado, veio a reproduzir o precedente carácter centralista, com a concentração de poderes no Partido FRELIMO. Mesmo que no pós-colonial e no período precedente não aparecesse de forma expressiva, havia práticas que nos dois momentos indiciavam o expressivo *slogan* de “tudo pelo Estado” e “nada contra o Estado”. Aqui, o corporativismo do Estado foi expresso pelo centralismo, pelo qual o Partido-Estado tinha o controlo exclusivo de todas as organizações que representavam os diferentes sectores sociais, nomeadamente a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), bem como os diferentes sectores económicos, cuja política de nacionalização foi tomada como medida que pudesse responder aos ditames do momento.

O sistema de dominação que se cristalizou na sequência do partido único, ao ter procurado homogeneizar complexos heterogêneos presentes em Moçambique no intuito de procurar reduzir pontos de contacto com as diferentes complexidades sociais, manteve uma classificação binária, sempre marcante no período precedente. No entanto, se durante o período colonial as antípodas gravitavam entre o moderno e o tradicional, no pós-colonial tal criação do outro foi circunscrita no quadro da pertença ou simpatia ao partido no

poder, que se constituiu em *insider*, enquanto todos os restantes seriam identificados como “outros”. Segundo vários autores, tal realidade propiciou a cunhagem do *slogan*: “*quem não está conosco está contra nós*”, prática recorrente actualmente em Moçambique (Dorman, 2006; Melber, 2002; Meneses, 2015b, citados por Matsimbe, 2017). De facto, Matsimbe aponta que

“a política divisiva dicotômica de Nós e Eles que separa os sujeitos dos agentes no período colonial foi decalcada. Os Outros foram substituídos por todos os que se mostravam contra os ideais da revolução, os apelidados xiconhocas ou inimigos internos, reacţionários, boateiros, candongueiros, obscurantistas, perigosos, etc. Esta divisão foi tomando diferentes formatos ao longo do tempo, tendo os Outros sido representados pelos bandidos armados, lacaios, fantoches do imperialismo, inimigos do Estado e do povo. Hoje, os Outros incluem todos os que alegadamente não deixam a Frelimo cumprir a sua missão histórica de servir o «glorioso povo moçambicano» (...)” (Matsimbe, 2017: 64).

Durante o período colonial havia ainda uma prática recorrente, que se circunscrevia na corrida aos empregos fornecidos pelo Estado, a chamada empregomania (Papagno, 1988: 242) resultante do Estado deficitário, um aspeto que é também recorrente em Moçambique do período pós-colonial². Actualmente, o Estado moçambicano é visto como aquele que comporta o maior volume de funcionários, contrastando, também, com uma recorrente exiguidade das finanças públicas.

Se o processo colonial foi desprestigiado pela exclusão das realidades sócio-culturais indígenas, por via da *lusitanização* promovida, por sua vez, pela Educação para o indígena, o sistema pós-colonial em Moçambique não pode furtar-se às mesmas críticas. A este propósito, Lopes escreve que a FRELIMO, mais do que colocar-se numa perspetiva pós-tradicional que lhe teria proporcionado continuar com a tradição, mesmo num quadro contestatário ou de redefinição, colocou-se numa perspetiva antitradicional (2010: 53), não fugindo à regra instituída durante o período colonial, pela qual as culturas moçambicanas foram votadas ao desaparecimento. Como corolário desta realidade, o que se viu no período colonial, bem como no pós-colonial, foi a proibição do uso das línguas nacionais, consideradas, erradamente, como dialetos.

A autoridade – e os seus instrumentos, de coerção em particular – apontada por Quijano como o quinto elemento de reprodução que o colonialismo usou para se manter em África e, de forma particular, em Moçambique, é manipulada também no período pós-colonial. Mesmo que aqueles sejam, ao nível constitucional, propriedades do Estado e, por isso, impelidos a defenderem tudo o que seja relativo a Moçambique, os mesmos passaram a estar detidos, paradoxalmente, pelo sistema em vigor, cujas ações têm sido situadas num quadro partidário (Matsimbe, 2017). Seguramente, essa forma de agir não se distancia de um modelo imposto durante o período colonial, onde meios idênticos foram colocados não para defenderem todo o quadro societal presente na colónia, mas um grupo e sistema impostos num contexto de exclusão, revelando, de certa maneira, uma transposição de prática entre um período e o outro.

Uma característica geral da governação do território, apresentada por Papagno (1988), é tão corrente em Moçambique contemporâneo que, se não fosse um trabalho de índole científica, ou se o mesmo fosse destinado apenas aos que vivem em Moçambique, não precisaria

² Aliás, a tal empregomania continuou a ser debatida nos anos 60 do século XX; geralmente era empregue um pessoal efêmero, sem habilitação e, por isso, sem interesse. Segundo um autor, a tal corrida à empregomania condicionava que os empregos fossem transitórios, até que aparecesse um novo e melhor emprego, fenómeno que refletia-se na instabilidade dos funcionários (Santos, 1960: 1-3).

de trazer algum fundamento documental. Bastaria a experiência para se confirmar que existe um decalque fiel dos aspectos que a seguir perfilham.

Referindo-se ao pessoal administrativo, aquele autor afirmava que “*ao longo dos últimos cinco séculos, esta classe soube conservar a sua posição hegemônica sobre a sociedade e garantir-se as fontes de riqueza, sem cuidar grandemente das condições gerais do país*” (Papagno, 1980: 242-243). O governador Major Vasco Guedes de Carvalho e Meneses apontava, em meados do século XIX, que a administração

*(...) é muito pouco satisfatória. Quando a auctoridade superior não tem força, todas as inferiores se relaxam, e se acrescentarmos que a administração tinha contraído desde muito, hábitos pronunciados de relaxação, (...) e a muito grande falta de comunicações, obstam a fiscalização, e que o pessoal é máu e está muito mal pago, poderá ajuizar-se como as couzas estavam e andavão (...)*³.

Pese embora não possamos encontrar uma equiparação temporal, as características apontadas por Papagno prevaleceram para o período pós-colonial, onde reina o clientelismo, o nepotismo e a cleptocracia geralmente associados aos funcionários públicos (Mosca, 2014: 68), com alguma suspeição de manipulações por parte da geração de 25 de Setembro que, com os seus tentáculos, define a repartição do poder. Quanto à participação da elite, Mosca aponta que “*não há ingenuidade que aceite não existirem agentes da elite política e económica por detrás desta devastação e roubo dos recursos minerais*” (Mosca, 2014: 131). Atualmente, há um caso designado Dívidas Ocultas, cujos supostos envolvidos estão ligados àquela geração, mas a que ninguém quer apontar o dedo de forma contundente. É assim que no período colonial e no pós-colonial identificamos as mesmas consequências derivadas daquela captura do Estado. Citando António Enes, um autor apontava que “*(...) das causas reais e supostas do atrazo da província, eram os erros da administração os principais culpados, pois nenhuma delas derivava do solo, da população ou quaisquer outros factores naturais de Moçambique*” (Basílio, 1965: 7). O autor acrescenta ainda que “*(...) os funcionários que lá estavam nem eram os mais competentes nem os mais recomendáveis, mas sim apenas os oportunistas e os protegidos. E isto fora de sempre*” (Id.: 23)⁴. Ademais, o mesmo pessoal estava implicado numa promiscuidade de financiamentos de empresas ou participação de autoridades em negócios privados. Sobre tal realidade um relatório apontava que

*“V. Exa., Exmo. Snr. Governador Geral, ajuizará também deste meu modo de actuar e verá bem que é mais “gente grande” que na firma Ferreira dos Santos tem superior cotação e que este Governo feriu, e que ligada á emigração e ao pessoal administrativo a quem máculas tenham sido descobertas, por certo lhes não agradará a pessoa que, acima de tudo, incumbido por V. Exa. da espinhosa missão de erguer alto este Distrito, que tão baixo cahiu, fará cumprir Leis e regulamentos e zelar criteriosamente os dinheiros do Estado”*⁵.

Tal realidade, quando fosse particularizada, trazia uma descrição, como a da Ilha de Moçambique, onde poucos eram os funcionários que tinham apenas um único emprego. E era frequente, em lugar de se manterem nos seus postos oficiais, encontrarem-se a cuidar dos seus afazeres prioritários ou deslocarem-se frequentemente ao continente, onde praticavam a atividade comercial⁶.

³ AHU, Pasta 17, Ofício n.º 193 2.ª via, 1855/6.

⁴ No quadro actual de Moçambique, Mosca (2014: 133) aponta que “*os subordinados aceitam acriticamente as ordens do chefe, (...) não sendo permitidas iniciativas de pontos de vista (...) ou questionamentos à sabedoria dos chefes por mais ignorantes e imbecis que sejam. Como se diz, “defende-se o pão” ou “não se deve cuspir no prato onde se come”. Reproduz a incompetência institucional (...)*”.

⁵ AHM, Governo Geral, Relatório n.º 19, 1927: 11-12.

⁶ AHM, Cx. 1021, Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique, 1913.

Quanto às características acima apresentadas, Moçambique continua a desvendar, em cada dia, novos recursos e, em termos ideais, tem uma população activa de aproximadamente 10 milhões de habitantes, não podendo, em condições normais, posicionar-se nos últimos lugares nos rankings promovidos por Agências Internacionais. O que prevalece é a contínua promiscuidade das elites políticas (Mosca, 2014: 69), com impactos significativos sobre a funcionalidade do Estado.

No aspeto funcional, uma passagem de um relatório do período colonial é expressiva como algo recorrente nos dois períodos. De facto, um inspetor colonial narra parte dos males que impediam uma funcionalidade normal dos assuntos. O inspetor apontava que:

“Por onde quer que passemos, em Moçambique, se erguem queixumes contra as normas burocráticas, em uso; contra os outeiros de papéis, que pejam as secretarias, e, hora a hora, trepam a cumeada mais alta, a fazerem-se montanhas.” “E com tais raciocínios, todos justificáveis, a impunidade acaba por cobrir o simpático delinquente...” “As actividades, em que mais se nos entremostra o cúmulo do papel, são as de feição técnica. O médico não pode tratar dos doentes; não pode sair da secretaria; não pode visitar postos sanitários e maternidades; mal pode empunhar a bisturi, porque o desgraçam de cima, ... O enfermeiro, em vez de tratar da freguesia hospitalar, vai preenchendo mapas (...) “O agrónomo, ... não vai para o campo praticar o que estudou e sabe, porque os papeis, de cuja realidade nunca suspeitara, o tolhem, o absorvem, o esmagam, entre as paredes dum secretaria”. E são esses, – os técnicos superiores e básicos da terra, – quem mais crucifixa as pobres autoridades administrativas, conferindo-lhes competência enciclopédica, rogando-lhes sugestões e alvitres, para culturas; cometendo-lhes serviços novos; exigindo-lhes estatísticas, e o mais que, de costume, brota de cabeças ôcas ou quasi.”⁷.

Uma descrição do Moçambique pós-colonial não estaria longe desta caracterização. Outro sector em que possível identificar características que perduram ao longo dos tempos situa-se no lado do judiciário. Como a indiciar alguma antiguidade na sua prática, comecemos por observar o que um governador de Moçambique apontava durante o século XIX:

“Exausto o cofre, e mal administradas as rendas públicas, pela inércia e immoralidade de parte dos empregados, (...) Os Feitores dos outros portos não cumprem melhor os seus deveres; (...) um ou outro navio, a despeito de todas as penalidades que tenha imposto, lá se introduz n’um ou n’outro ponto da costa e d’acordo com as actividades descarrega o que bem lhe convem – como desgraçadamente os traficantes e delapidadores tem sempre mais ou menos protecção, baldado é fazer-lhe instaurar processo, porque sahem tão puros e illibados, como uma vertical – acontecendo muitas vezes que aquelles mesmos que os denunciação são os primeiros, chegada a occasião do inquerito judicial, que declarão que tal não houve, e, nem se temem nem se envergonham de ser perjuros!”⁸.

A continuidade do mesmo processo no espaço colonial português de Moçambique, durante os anos 30, era expressa da seguinte forma:

“Alguns funcionários são desonestos e incompetentes. Em Erati, havia um Secretario que ha dois anos vinha cometendo toda a casta de roubos aos indigenas e ao Estado. E muito embora isso fosse do dominio público, não se procedia contra esse funcionario...” “Em Corrane, estava um chefe de Posto de nome Lapa, que procedeu identicamente, mas conseguiu embarcar para a Europa trinta dias antes da minha chegada a este distrito”. “Na séde da Circunscricção do Mossuril, ao Administrador Ivo Josué, ... também lhe são feitas bastantes acusações, graves algumas, aguardando a conclusão do inquerito para lhe aplicar as sanções da Lei. Na Lunga, o chefe do Posto Chaby, é também acusado de factos muito graves, pelos quais está sendo sindicado”⁹.

⁷ AHM, Governo Geral, Relatório de 1947: 245.

⁸ AHU, Pasta 12, Capilha n.º 1, Moçambique – 1850, 2 de Janeiro de 1850 Doc. N.º 107/850.

⁹ AHM, Governo Geral, Relatório n.º 19, 1927: 5-6.

As descrições presentes nas duas últimas citações são aplicáveis ao Moçambique atual, onde frequentemente os jornais apresentam artigos de desvio de fundos públicos, mas que nunca são esclarecidos. Ademais, chegam a ocorrer casos em que, depois do roubo, o funcionário recebe uma espécie de gratificação, com a sua recondução para ocupar uma posição idêntica ou superior. Estas e demais situações são mobilizáveis como exemplos para traçar uma continuidade do *modus operandi* do sistema colonial montado em Moçambique, reproduzido, no mesmo território, durante o período pós-colonial.

Notas finais

A manifestação de referenciais eurocêntricos na atualidade, seja em Moçambique, como na África, senão em todo o Mundo, resultou da combinação de diferentes factores, uns eurocêntricos, outros de carácter africano e, finalmente, de conjunturas internacionais, que mesmo não sendo diretamente engendrados pela Europa, encontraram neste continente as referências para a sua inserção.

Pelo lado eurocêntrico, a permanência do seu modelo foi indicativo da sua implementação durante um longo período, a ponto de se sistematizar e constituir-se como realidade que passou a concorrer com os tradicionalismos presentes nos espaços extra-europeus. A universalização dos atributos eurocêntricos, sem significar uma aceitação universal dos mesmos pelos e entre os outros padrões sociais presentes nos vários quadrantes do mundo foi, pelo contrário, resultado de uma receção dos mesmos num quadro impositivo, de forma direta, indireta, coercitiva ou subtil.

Uma leitura retrospectiva indica que a expansão daqueles atributos para um plano planetário e para uma projeção temporal de “longa duração” foi definida em função do fator posição e circulação, erigido num plano unidirecional, o qual foi, por sua vez, definido como fundamento de controlo real de bases de sobrevivência dos territórios contemplados. Tal realidade redundou na sua prevalência, desafiando os tempos e as circunstâncias geográficas, para além do período em que foram directamente mobilizados pelos atores europeus. Para garantir a prevalência do fator posição e circulação, o europeu controlou certos meios de existência social, pelos quais o respetivo continente foi capaz de capitalizar a sua presença, neste caso concreto no continente africano. De facto, a ação combinada dos vários mecanismos de controlo social foi crucial para a redução dos pontos de contacto, levando, às vezes, a pensar-se que a sua ação e influência eram tão naturais e, por isso, benéficas aos outros grupos sociais, mesmo que por trás passassem outras agendas.

No plano africano, tal permanência resultou de forma paradoxal, com a salvaguarda de modelos que haviam se constituído em fatores para a formação de movimentos emancipatórios por parte dos grupos constringidos. Para tal efeito, a expressividade de práticas e modelos coloniais foi facilitada pela contínua operacionalidade do sistema-mundo cada vez mais complexo e onde a ligação dos anteriores grupos constringidos com o mundo exterior continuou a ser definida em função dos mecanismos imperantes da geopolítica mundial, introduzidos aquando da divisão internacional do mundo, promovida pelo capitalismo e progressivamente aperfeiçoada durante os séculos XIX e XX.

Outro fator não menos importante ficou ligado ao facto de os grupos agregadores das sociedades constringidas terem sido formatados no interior do sistema colonial, o qual constituiu-se como recurso de apoio, sempre que os modelos projetados para e durante o período pós-colonial foram ineficientes. De facto, tal recurso às realidades que haviam colocado o africano numa situação antipodal foi sinónimo da rebusca de realidades identitárias que se constituíram como única plataforma comunicacional com a modernidade, definida, geralmente, num ambiente pouco propício à diversificação de pontos de contacto,

mercê dos protecionismos instituídos nos diferentes sistemas coloniais. Dessa forma foi possível que práticas e mecanismos do período precedente passassem para o pós-colonial, revelando-se aí a manifestação da colonialidade até a actualidade e corporizando o que Capela havia já tornado evidente, anos antes.

Embora fora do quadro eurocêntrico e africano, o colapso do sistema socialista e de uma das maiores potências do século XX, a URSS, veio a exacerbar a prevalência do Consenso de Washington, mas que, em última instância, espelha o modelo de vida ocidental e também eurocêntrico.

O grande revés no processo relacional entre a África e o mundo Ocidental emerge quando o africano se encosta aos modelos anteriormente ditados pela Europa, mas sem significar a inserção num campo dialógico com referenciais idênticos. De facto, o africano, ao buscar as experiências tidas no seu continente, isto é, ao se inspirar nas experiências adquiridas *in situ* durante a colonização, pode constatar que estas nem sempre se mostram comunicantes com as realidades similares experimentadas no mesmo período e nem na actualidade europeias. Dito de outra forma, apesar desses modelos terem uma origem europeia, eles foram especificamente desenhados para funcionarem no continente africano, num contexto colonial. Isso equivale a dizer que o acto da descolonização não deixou, necessariamente, as aquisições das antigas metrópoles, cujos modelos foram desenhados no quadro das transformações operadas na transição do Antigo Regime para o regime republicano referenciados por Foucault, a que fizemos alusão nas últimas páginas da parte onde abordamos os pressupostos da (re)mobilização paradoxal da situação colonial. Tal como afirmamos nessas páginas, se, na Europa, a passagem do Antigo Regime para o republicano propiciou oportunidade aos outros, dando possibilidades de competição aos diferentes atores presentes naquele continente, proporcionando a aquisição personalizada de escolhas, de estatutos e da liberdade, tais aspetos jamais foram estendidos ao continente africano. É assim que o continente africano continua a reproduzir predominantemente as anteriores matrizes desenhadas num quadro colonial, possibilitando a transposição de práticas e discursos do período colonial para o pós-colonial. Dessa forma, o plano eurocentrado situa-se apenas ao nível da formatação da experiência colonial moderna, mas nunca é expressão de realidades similares entre a África e a Europa.

Como consequência desse carácter comunicacional, no plano do relacionamento entre as anteriores colónias e as anteriores metrópoles continua, a nosso ver, a prevalecer o ambiente de subalternidade, na medida em que os modelos existenciais mobilizados por ambas as partes, apesar de serem de origem europeia, nunca ultrapassaram nem ultrapassam as aparentes semelhanças. Esta realidade equivale a dizer que o africano só pode reproduzir a imagem de uma Europa distorcida e, nesse quadro, jogam-se papéis entre as peças originais e as refratárias, mas cuja existência da imagem dependerá, sempre, da presença do modelo original, expressando a imponência da colonialidade.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Arquivo Histórico Ultramarino, Pasta 12, Capilha n.º 1, Moçambique – 1850, 2 de Janeiro de 1850 Doc. N.º 107/850.

———, Pasta 17 – Gabinete do Governo Geral 1855/6, Ofício n.º 193, 2.ª via.

Arquivo Histórico de Moçambique, Cx. 1021. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique, (1913), Maço de Dezembro, Ofício n.º 264.

- - Governo Geral - Relatório n.º 19, Relatório - memorial do Governo do Distrito de Moçambique (Julho de 1927).
- , Governo Geral Relatório da Inspeção à Colónia de Moçambique (1947) pelo Inspetor Superior D. António de Almeida.

Fontes secundárias

- Basílio, Francisco Xavier (1965), *Antecedentes históricos da Reforma Administrativa da Província de Moçambique de 1907*. Dissertação apresentada no ato de licenciatura no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, na época de Janeiro do ano letivo de 1964-65, [Lisboa].
- Cabaço, José Luís (2010), *Moçambique. Identidades Colonialismo e Libertação*, Maputo: Marimbique.
- Capela, José (2010), *Moçambique pela sua História*, V. N. Famalicão: Edições Humus, Lda.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2017), Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique. In: Brito, Luís de, Castel-Branco, Carlos, Chivava, Sérgio, Forquilha, Salvador e Francisco, António (organ.). *Desafios para Moçambique*, 2017. Maputo: IESE.
- Castro, Iná Elias de et al (2008), *Geografia. Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, Brasil.
- Corm, Georges (2004), *Oriente Ocidente. A fractura imaginária*, Lisboa: Teorema.
- Couto, Fernando Amado (2011), *Moçambique 1974. O Fim do Império e o Nascimento da Nação*, Maputo: Ndjira.
- D'Almeida-Topor, Hélène (1993), *L'Afrique au XX^e Siècle*. Paris: Armand Colin.
- Egerö, Bertil (1992), *Moçambique. Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Foucault, Michel (1999), *Les Anormaux. Cours au Collège de France, 1974-1975* (Hautes Études), Paris: Gallimard le Seuil.
- Gentili, Anna Maria (1999), *O Leão e o Caçador. Uma história da África sub-saariana*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Graça, Pedro Borges (2005), *A construção da Nação em África*, Coimbra: Edições Almedina.
- Hanlon, Joseph (1997) *Paz sem benefício. Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*, Maputo: Nosso Chão.
- Ki-Zerbo, Joseph (1978), *Histoire de l'Afrique Noire. De hier à demain*, Paris: Librairie A. Hatier.
- Lopes, José de Sousa Miguel (2010). *Educação e cultura africanas e afro-brasileiras: cruzando oceanos*, Belo Horizonte: A tela e o texto.
- Magode, José (Edr.) (1996), *Moçambique. Etnicidades, Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada*, Maputo: CEEI/ISRI.
- Matoso, José (Dir.) (1994), *História de Portugal. O Estado Novo vol. 7*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Matsimbe, Zefanias (2017), Partidos libertadores na África Austral. Reflexão sobre os desafios para Moçambique. In: Brito, Luís de, Castel-Branco, Carlos, Chivava, Sérgio, Forquilha, Salvador e Francisco, António (org.). *Desafios para Moçambique*, 2017, Maputo: IESE.
- Mosca, João (2011), *Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*, Maputo: Escolar Editora.
- (2014), *Os elefantes pisam... Mas não matam a Savana*, Maputo: Alcance Editores.
- Papagno, Giuseppe (1988) , *Colonialismo e Feudalismo. A questão dos Prazos da Coroa em Moçambique nos finais do século XIX*, Lisboa: A Regra do Jogo.

- Rocher, Guy (1989), *Sociologia Geral. Vol. 3 Mudança Social e Acção Histórica*, Lisboa: Editorial Presença.
- Souto, Amélia Neves (2011), Moçambique no período da descolonização portuguesa (1973-1974): que descolonização? In: Augusto Nascimento, Aurélio Rocha, Eugénia Rodrigues (2011) *Moçambique: Relações históricas regionais e com os países da CPLP*, Maputo: Alcance Editores.
- Uzoigwe, G. (2010), Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: A. Boahen, (Ed.) *História Geral de África. África sob dominação colonial, 1880 - 1935. Vol. VII.* (pp. 21-50), São Paulo: Cortez Editora/UNESCO.
- Wuyts, Marc Eric (1989), *Money and planing for socialist transition. The Mozambican experience*, Aldershot: Gower.

ESCRAVATURA CONCEITOS A EMPRESA DE SAQUE

José Capela



O *Kairós* na análise do fenómeno da escravatura na obra de José Capela*

Pedro Pereira Leite**

pp. 239-253

“A invocação idílica da Ilha paradisíaca e o apelo à memória do centro do encontro de culturas gerador de correntes de afetividade só terão sentido após o exorcismo de mal entendidos históricos que continuam a confundir-nos. O que jamais tendo sido tentado, se ilude com toda a desfaçatez” (Capela, 2002).

Esta comunicação que aqui hoje apresentamos é um tributo ao historiador José Soares Martins, que conheci nos idos dos anos de setenta, com o nome literário de José Capela. Assumo este tributo, na forma autobiográfica, com a consciência de que se trata dum vulto de grande significado na historiografia portuguesa e moçambicana pelo seu contributo do conhecimento do nosso passado comum. Um passado partilhado, controverso e polémico pelas relações coloniais, que José Capela reconhece, intervém e enfrenta primeiro, e depois, após a independência, através do seu reconhecimento, como forma de ultrapassar essas relações desiguais, numa perspetiva de irmandade de valores.

Ao longo destes 30 anos que levo de ofício de historiador, entre as várias dimensões da obra de José Capela que fui descobrindo, o fenómeno da escravatura foi aquele onde mais bebi. Já lá iremos! Será injusto não começar por referenciar aqui aquela que foi a primeira das suas obras que li, “*Moçambique pelo seu Povo*”, publicada em 1974. Encontrei o livro de José Capela no Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral em

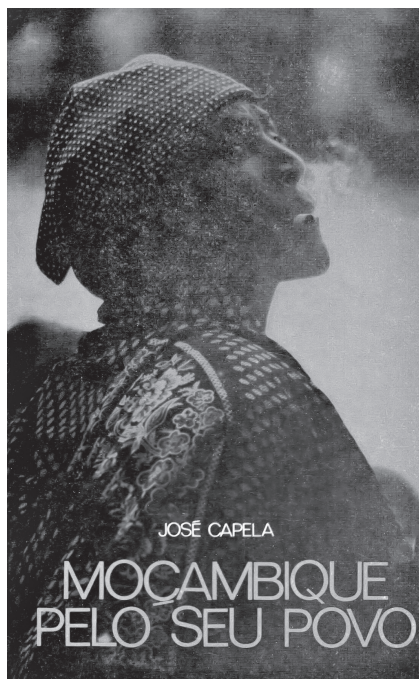


Ilustração 001 – Capa do livro de José Capela “Moçambique pelo seu Povo”.

* Comunicação apresentada no Colóquio Internacional “José Capela e a história de Moçambique: 45 anos depois de O vinho para o preto” 29-30 de Maio – 2017, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. pedropereiraite@ces.uc.pt

Lisboa¹, em meados dos anos oitenta, nos trabalhos sobre as questões da “Educação para o Desenvolvimento”, como então nomeávamos as atividades de sensibilização da opinião pública sobre o “desenvolvimento africano”².

Reconheço hoje que, inicialmente, quando li “Moçambique pelo seu Povo” não me apercebi de imediato do gesto de inovação metodológica que José Capela esboçara na historiografia portuguesa e que lhe permitiu aceder ao *kairós* e ao *locus* da terra e das gentes de Moçambique. É certo que Capela teve uma formação em teologia. A sua ida para Moçambique e a sua atuação como jornalista não poderia esquecer a dimensão do ser humano e da sua autonomia pessoal e interação com os outros. É sabido que o seu tio, D. Sebastião Soares de Rezende, que o havia chamado para a Beira, havia sido um dos prelados que participara no concílio do Vaticano II, onde se defendeu uma aproximação da ação ecuménica aos mais pobres³. Não sei quais as razões pessoais que levaram Capela a dar voz às comunidades, à sua história e aos sentidos das suas vidas e dos seus lugares. Dar a voz aos outros foi uma das formas que Capela procurou construir nas suas primeiras obras, realçando, e aqui a sua renovação epistémica, a natureza injusta dessa relação de dominação colonial e a percepção do seu fim.

Embora subjetiva, porque por mim pensada, a generosa contribuição de José Capela para a minha compreensão da história de Moçambique só mais tarde a entendi. Estava em trabalho de campo, na foz do Save, em Quelimane, e conversava com o grupo de artistas que intervinham num sarau no centro cultural da Pedagógica, quando compreendi que as controvérsias e as tensões da relação colonial estão presentes nesta nossa história comum. Mas é com essa memória que estamos a construir os nossos presentes. É tempo de memórias tensas, com esquecimentos e culpas controversas mas, por isso mesmo, é através do seu reconhecimento que nos é permitido superar os seus limites e criar novas ações. É nessa nossa liberdade de escolha que a consciência pode desempenhar um papel emancipador ou subalterno.

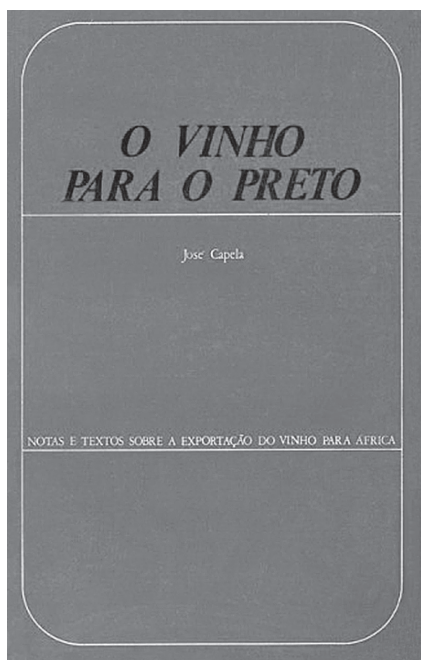


Ilustração 002 – Capa do livro de José Capela “O vinho para o Preto”.

José Capela e a história

Regressemos então ao fenómeno da escravatura em José Capela. Como afirmamos a sua obra foi a minha porta de acesso à problemática do tráfico negreiro. Aconteceu no início

¹ <https://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/centro-de-recursos/documentacao/historial/> (consultado em agosto 2017).

² Não cabe no âmbito deste trabalho a análise crítica desta questão, na altura usado no sentido da teoria da dependência do economista André Gunder Frank.

³ Ficou célebre em Moçambique a polémica que grassou entre as gentes da Beira, quando D. Sebastião de Rezende após o seu regresso de Roma defendeu, em homilia o ecumenismo na Igreja católica, palavra que na ignorância da época foi confundida com “comunismo”.

da década de oitenta, na Faculdade de Letras de Lisboa, quando no terceiro ano, na disciplina de opção, escolhi “História de África”. Uma cadeira que era então lecionada por Isabel Castro Henriques⁴ numa disciplina pioneira em Portugal, numa academia que ensaiava uma abordagem pós-colonial, como mais tarde se virá a chamar este campo de estudos culturais. Estamos numa época em que a Historiografia portuguesa se procurava renovar através das abordagens da *Nova História*, acolhendo novas problemáticas, novos objetos, novas metodologias. A História de África assumia-se como uma dessas novas formas de fazer história.

Como efeito da revolução de Abril na academia, a Faculdade de Letras de Lisboa atravessava na época fortes tensões no seio do seu corpo docente. Na sequência da democratização das universidades, em 1974, os lentes alinhados ao regime fascista tinham sido liminarmente saneados. Entre os anos de 1976 e 1977 foi necessário acolher novos professores, para satisfazer a elevada procura do ensino superior, que então também ele se procurava democratizar, como então na época de defendia. É nessa renovação do corpo docente, que Isabel Castro Henriques, regressada de Paris entra na Faculdade de Letras. A Associação de Estudantes da Faculdade de Letras, procurava um lente para as aulas sobre os “descobrimientos”. Segundo Isabel Castro Henriques nos confessou, na época contrapropôs como alternativa a História de África. Uma nova abordagem, mais adequada aos tempos, descentrada do lugar do colonizador e procurando entender os processos históricos a partir das dinâmicas do continente. Vingou!

Com o passar dos anos, a normalização “democrática” fez regressar os “velhos” professores e as relações de força no conselho científico alteraram-se. A tensão atingiu o seu auge nos inícios da década de oitenta, quando então frequento a licenciatura. Para simplificar, a disciplina “História de África” que me tinha cativado e na qual me tinha inscrito, transformava-se numa “História da Expansão Portuguesa em África”, nome contra o qual os alunos se bateram, pela sua formulação neocolonial, sem sucesso.

Tratou-se duma alteração de nome, mas não de conteúdos. A proposta de Isabel Castro Henriques de trabalhar a História a partir dos processo que aconteceram no interior de África, procurando dar voz aos africanos continuou. Compreender de que modo as culturas locais existiram, como se organizavam, como enfrentaram o colonialismo e como a ele resistiram era a opção proposta de estudar a história a partir do seu locus.

A opção epistemológica implicava naturalmente a renovação das metodologias. Onde não havia documentos escritos era necessário estudar a partir das fontes orais. A arte africana implicava entender os sistemas de pensamento africanos. O modo de organização do espaço, físico e social, implicava conhecer as formas africanas de relação social. A história renovava-se pelo diálogo com outras disciplinas do saber: a geografia, a antropologia, a arte, a linguística, a psicologia, a economia, a ciência política.

Nessa altura ainda se debatia, entre os lentes da Faculdade de Letras, se havia realmente uma “história em África”, argumentando que a não existência de escrita implicava ausência de objeto. A isto contrapunham-se as novas



Ilustração 003 – Jardim da Memória na Ilha de Moçambique: A porta para o Mundo.
Foto do autor.

⁴ Isabel Castro Henriques, Professora Emérita da Faculdade de Letras. Doutorada em História de África pela Universidade de Paris. <https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/pt/menucesa/equipa-de-investigacao/379>.

metodologias e as novas problemáticas dando relevância aos processos históricos. A escravatura é uma dessas novas problemáticas. A escravatura não apenas como um comércio, mas sobretudo a escravatura como um modo de organização do real, que implicava a desumanização do ser e a sua transformação em mercadoria. A história de África permitia compreender que a narrativa sobre esses tais impérios que os portugueses criaram para construir o seu mundo messiânico, não passava apenas duma construção imaginária que legitimava a tragédia que se abateu sobre os povos africanos dominados e, sabemos-lo hoje, também para os seus dominadores.

Do ponto de vista da historiografia conservadora a História de África não tinha lugar como objeto epistémico. A ausência dos africanos como sujeitos epistémicos foi uma forma de silenciamento do outro e das outras narrativas alternativas. Não deixa de ser sintomático que dez anos após Abril, na altura em que Portugal entra na CEE, entender que predominava na sociedade portuguesa uma visão excludente dos outros na sua História. A memória da escravatura era silenciada no seu significado como integrando a consciência coletiva. Continua a sê-lo no presente⁵.

O mérito do trabalho de José Capela foi o de trabalhar sobre o fenómeno da escravatura na perspetiva dum fenómeno histórico. Não foi naturalmente um caso único. O fenómeno da escravatura esteve presente no pensamento historiográfico em língua portuguesa. António Carreira com o seu “tráfico Português de Escravos”, publicado em 1979 pela Junta de Investigação do Ultramar era um livro de referência, sobretudo para o estudo das relações comerciais no Atlântico Sul. Também do Brasil. José Ramos Tinhorão⁶ que escreveu em 1988 “Os Negros em Portugal: uma presença silenciosa”, publicado pela Editorial Caminho, se tornou um trabalho pioneiro pela sua proposta de trabalhar as influências dos africanos na cultura portuguesa, nomeadamente na música e nas festividades.

O tema da escravatura será posteriormente objeto de vários trabalhos de pesquisa, em grande parte impulsionados por Isabel Castro Henriques no seu Centro de Estudos Africanos na Faculdade de Letras, reunindo para além da história a literatura. A esse facto não terá sido alheio a influência de Alfredo Margarido (1928-2010)⁷ que nos anos cinquenta havia frequentado a casa dos estudantes do Império e que a partir de Paris escrevia sobre a emergência da literatura em língua portuguesa nas novas nações africanas⁸.

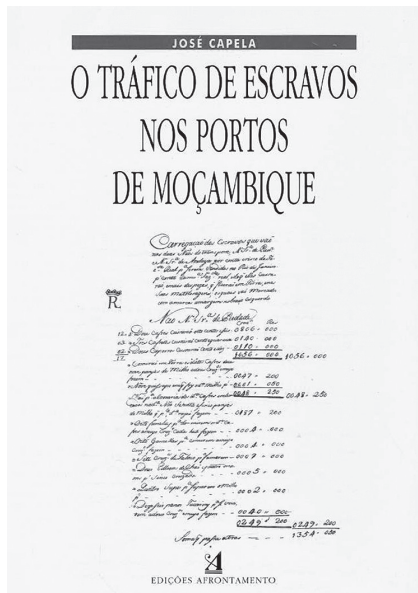


Ilustração 004 – Capa do Livro de José Capela “O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique”.

⁵ Veja-se por exemplo a iniciativa “Testemunhos da Escravatura: Memória Africana” feita em Lisboa no âmbito da Capital Ibero-americana de Cultura (2017). www.testemunhosdaescravatura.pt (consultado em agosto 2017).

⁶ Veja-se biografia de José Ramos Tinhorão em <https://ims.com.br/titular-colecao/jose-ramos-tinhorao/> (consultado em 04/DEZ2017).

⁷ Veja-se a obra deste autor na página da Biblioteca Nacional www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=700:exposicao-alfredo-margarido-um-pensador-livre-e-critico-17-abr-31-maio&catid=162:2012&Itemid=733&lang=pt (consultado em 04/DEZ2017)

⁸ Margarido, Alfredo (1980), Estudos sobre as Literaturas das Novas Nações Africanas de Língua Portuguesa, Lisboa, A Regra do Jogo.

Dessa altura, em síntese, o trabalho sobre a História da África permitiu-nos o acesso a várias dimensões de pensamento histórico, nas quais o trabalho de José Capela sobre a escravatura foi um dos contributos. Por exemplo a distinção entre escravatura e tráfico negroiro e as questões do processos de reconhecimento do outro foram duas questões que nos acompanharam ao longo do nosso percurso de pesquisa.

O tráfico de escravos na Ilha de Moçambique

A questão da escravatura, com o finalizar da licenciatura em História, perdeu relevância face às questões do reconhecimento do outro. Ainda a abordamos no âmbito dum pequeno trabalho no Mestrado em Estudos Africanos, que na sequência frequentamos no ISCSP em Lisboa⁹, no qual procuramos olhar para a questão do seu impacto ao nível da organização interna das sociedades africanas. Pouca relevância terá tido, porque o perdemos: mas, em contrapartida a questão do reconhecimento do outro ganhou relevância.

Os trabalhos de Educação para o Desenvolvimento que então íamos desenvolvendo em Portugal com trabalho numa ONG de Desenvolvimento; os Mestrado em História da Educação, com base na análise da implementação dos sistemas educativos coloniais, nas colónias portuguesas durante o Estado Novo, permitiram ir desenvolvendo a questão do reconhecimento do outro. Com a diluição da relevância do fenómeno da escravatura no nosso trabalho, a obra de José Capela torna-se mais distante, os livros ficam nas prateleiras empoeiradas da estante por cerca de duas dezenas de anos.

Curiosamente, ou talvez não. As duas questões acabaram por se reencontrar no nosso trabalho de pesquisa para o doutoramento a partir de 2008. A Ilha de Moçambique constitui o cenário dessa aproximação.

A questão foi-se insinuando através da questão do silenciamento da presença africana nos museus portugueses. No âmbito do curso de doutoramento, já a pensar no caso da Ilha de Moçambique, efetuamos um teste às metodologias de trabalho par análise da presença dos africanos e da cultura africana nos museus de Lisboa¹⁰.

Tratava-se dum pequeno exercício que partir da questão simples de interrogar se existiria uma conformidade entre o discurso sobre a proximidade dos contributos das culturas africanas em Lisboa, presentes nos discursos do quotidiano, e as representações dessas culturas nas narrativas dos museus de Lisboa. A resposta que encontramos a esta questão que havíamos formulado foi a que existia um silenciamento sobre a herança africana nas representações desses museus. Um silenciamento que contrastava com a forte presença africana na cidade de Lisboa, seja na sua história, seja nesse presente, que é ainda o nosso, visível na vivência da cidade, na música, na arte, na gastronomia. Concluimos que havia uma desconformidade entre os ritmos da cidade e as narrativas mnemónicas do presente, pelos menos no que relacionava com as heranças relevadas nos museus da cidade.

É certo que nessa altura também estávamos influenciados pela recente publicação do trabalho de Isabel Castro Henriques “*A Herança Africana em Portugal*”¹¹ e pelo achamento dum cemitério de escravos em Lagos, onde entre outras questões, se discutia o “duplo

⁹ Tratou-se do primeiro mestrado sobre Estudos Africanos que abriu em 1986, tendo como diretor Adriano Moreira, antigo Ministro do Ultramar no Estado Novo, dando sequência a uma proposta de continuidade de estudos sobre África, a partir duma perspetiva de “comunidade de língua”.

¹⁰ Leite, Pedro Pereira (2011). “A imagem dos Africanos nos Museus de Lisboa”, in Atas do XI CONLAB, UFBA in http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2966/1308069142_ARQUIVO_AImagemdosAfricanosnosMuseusdeLisboa-texto.pdf?sequence=1 (compulsado em 04DEZ2017).

¹¹ Henriques, Isabel Castro (2007). *A Herança Africana em Portugal*, Lisboa, CTT. Ver resenha em: <http://www.redalyc.org/pdf/770/77019782008.pdf> (consultado em 04DEZ2017).

esquecimento” das populações africanas¹². Duplamente esquecidas, na sua memória como escravos e como seres humanos, pois os achamentos foram feitos numa lixeira medieval da cidade. Mais tarde, no âmbito do Projeto da Unesco “A Rota do Escravo” acabaríamos por trabalhar sobre essa questão, mas sem que tenhamos conseguido ultrapassar essa questão no então projeto do Museu da Escravatura de Lagos¹³. Em palavras sintéticas o museu fala da questão da escravatura, mas os esqueletos e o lugar onde foram encontrados não tiveram a dignidade de se constituírem como objeto patrimonial africano.¹⁴

A problemática da memória, do esquecimento e do silenciamento das heranças africanas nos museus portugueses, ficou por aí, na medida em que o objeto da investigação para a tese que desenvolvíamos era Moçambique. Este tinha sido um exercício metodológico, e lançamo-nos no trabalho de campo em Moçambique. Na bagagem levávamos o livro de Paul Ricoeur “A História, A Memória e o Esquecimento”¹⁵ um livro que nos levava às problemáticas do “eikon”¹⁶ sobre o qual procurávamos refletir.

Após uma passagem por Maputo viajamos pelo País, onde identificamos os museus e analisamos as representações das memórias e heranças neles existentes. Com esse material recolhido, arribamos na Ilha de Moçambique, com uma agenda de investigação que procurava entender a Memória coletiva da Ilha como fundamento dum processo museológico. O Doutoramento que fizemos em Museologia foi feito numa perspetiva da sociomuseologia¹⁷, ou museologia social como se expressa no Brasil. A primeira preocupação foi o reconhecer o espaço (território) e a comunidade. A agenda era apertada. Pela manhã entrevistas a atores locais e visitas a lugares patrimoniais. Recolhíamos memórias. Da parte da tarde, pela hora do calor dedicava um par de horas à escrita do Diário de Investigação. Ao fim da tarde um pequeno passeio para colocar a conversa em dia e regresso às leituras pelo fresco da noite.

Logo nos primeiros dias da estadia, na Livraria Café dos Arcos, encontramos na montra o Livro de José Capela “*O tráfico de escravos nos Portos de Moçambique*”. Já o tínhamos visto em Lisboa, nos inícios do milénio, mas não o havíamos lido, afastados que estávamos da problemática. Peguei nele. Custou-me 2.800 meticais, ao câmbio da época cerca de 50 € hoje. O dobro do preço numa livraria lisboeta. O livro é um luxo na Ilha. Lembro-me de o ler, deliciado na quitanda, embalado pelos ventos do Índico. Foi uma rara e estranha experiência este meu reencontro com José Capela. O seu labor meticuloso e rigor de pesquisa transpareciam no livro. Tinha visitado arquivos de três continentes. Lisboa, Rio de Janeiro, Maputo. Uma triangulação que lhe deu uma amplitude vastíssima. Foi um trabalho de quase uma vida. Uma tese que teria sido defendida sem dúvida com brilhantismo

¹² [https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/sobre/reino-do-algarve/o-cemiterio-de-escravos-de-lagos/\(consultado-em-04DEZ2017\)](https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/sobre/reino-do-algarve/o-cemiterio-de-escravos-de-lagos/(consultado-em-04DEZ2017)).

¹³ <https://www.cm-lagos.pt/Descobrir-lagos/visitar/museus#685-nucleo-museologico-rotas-da-escravatura-mercado-de-escravos> (consultado em 04DEZ2017).

¹⁴ <https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/sobre/lagos/o-caso-do-cemiterio-de-escravos-em-lagos-e-o-processo-de-protacao-patrimonial/> (consultado em 04DEZ2017).

¹⁵ Ricoeur, Paul (2008), *A História, A Memória e o Esquecimento*, São Paulo: UNICAMP.

¹⁶ O eikon é uma problemática grega sobre a representação (a imagem). A questão ganhou relevância nos anos 90 com os trabalhos de Ricoeur e de Marc Augé sobre os Lugares de Esquecimento (Augé, 2001), em contrapartida aos Lugares de Memória de Pierre Nora (Nora, 1977).

¹⁷ Não cabe neste trabalho detalharmos o percurso académico. O seu centro de reflexão é sobre a Influência de José Capela no nosso trabalho. Cabe todavia explicitar que ainda procuramos centrar o nosso trabalho de doutoramento na área da História, tendo desenvolvido vários anos de investigação numa comunidade mineira no vale do Sado, em Portugal. A necessidade de resolução de algumas questões na relação entre o espaço museológico onde trabalhamos e a comunidade, levou-nos a procurar a museologia social. No trabalho “*Casa Muss-amb-ike: o compromisso no processo museológico*” (Leite, 2012) distinguimos a diferença entre as problemáticas da História e da Memória Social. Ainda que sejam por vezes convergentes nos objetos de estudo, divergem no tempo. Paul Ricoeur, no livro citado dá algumas ideias sobre a resolução desta questão, quando aborda o *chronos* e o *kairós* (op. cit.).

na academia. Mas não foi só o seu rigor de historiador que me foi útil. O que mais me foi útil foi o encantamento que me provocou.

Esta é a exata palavra que designa: encantamento. Muitos são os avisos sobre o investigador se deixar seduzir pelo seu objeto de investigação. Mas o encantamento faz parte da descoberta. Temos que sabe-lo reconhecer para o enfrentar. Raras vezes temos oportunidade de ler sobre um objeto histórico no lugar desse objeto. De entender o kairós e o loci desse que nos chega desse objeto. Em resumo de encontrar uma conformidade entre a escrita sobre o lugar e a sua história, e o presente desse lugar. Com as suas contradições. Com as suas tensões, reificadas e silenciadas. Quando percorria as ruas e olhava o espaço sentia o tempo. Quando olhava para as pedras da fortaleza de São Sebastião, ou para os portões da Casa dos Arcos, não podiam deixar de entender que dentro dessas pedras ecoava também o sofrimento dos cativos. Dos que se viram privados da sua condição humana, lançados pelos aós oceanos, trocados como mercadorias para criar riqueza do mundo colonial.

Nas igrejas da ilha os nomes dos negreiros saltavam à vista. Tomáz Gonzaga, poeta da incondição mineira, exilado na Ilha como punição pelo seu gesto libertador no Brasil, transformado em negreiro pelo casamento em Moçambique, esquecido da sua Marília. Era afinal bisavô de dona F., que gentilmente nos falou das memórias da ilha e da sua família. Radicados há centenas de anos nas famílias da ilha, os herdeiros dos protagonistas destas histórias transportam memórias tensas. Há silêncios e esquecimentos na memória negreira. Silêncios sobre a memória colonial. Esquecimentos que estão presentes nos corpos e nas histórias, mas não se falam. Elementos impronunciáveis mas presentes. Aí tive a clara percepção dos limites da história. Da sua escrita, pelo menos.

A leitura do livro de Capela e o fato de levar a problemática da memória como agenda de investigação fariam prever que encontrasse localmente abundante material para trabalhar. No entanto o nosso projeto saiu gorado e a análise do fenómeno da escravatura acabou por não ter relevância na nossa tese. Em parte, porque na memória local, onde muitos são herdeiros de escravistas, a escravatura é um fenómeno conflitual. Na altura não tivemos nem o génio, nem a possibilidade de com ela trabalhar. De outro lado, por parte das populações africanas, o fenómeno do tráfico negreiro é uma memória cultural, isto é, está fora da experiência vivida pelas três últimas gerações, apenas sendo acedida por via dos lugares de memória, de que o “Jardim da Memória” é um exemplo. Ainda como corolário de tudo isso, a escravatura, enquanto fenómeno social é uma realidade presente nos dias de hoje no mundo Índico, o que torna o trabalho de pesquisa sobre essa questão bastante mais complexo.

A questão da vivência da memória da escravatura na Ilha encontra no Jardim da Memória¹⁸ um exemplo paradigmático, tal com o são as comemorações do dia do fim da Escravatura a 23 de agosto. O Jardim da Memória é um projeto da UNESCO, executada no Mundo Índico através do programa “A rota dos Escravos”, construído pelos franceses num antigo armazém portuário. Trata-se de uma memória externa à ilha, que ninguém da ilha quis marcar, e por isso apenas tem um uso turístico.

A sua conceção é feita com base numa apresentação em três círculos permanecem como a ilustração da memória em conflito. O mundo interno da ilha, o mundo africano no Índico e o mundo global. Trata-se dum equipamento onde o trabalho sobre os fragmentos do passado demonstra os impasses no entendimento do presente. No trabalho que então efetuamos, para além do impacto visual do equipamento, talvez influenciados pela leitura do livro de José Capela, o Jardim pareceu-nos, na nossa análise à época um programa feito

¹⁸ Sobre o Jardim da Escravatura veja-se http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/encontros/1097_JardimdaMemoria.pdf (consultado em 04 de 2017).

a partir de fora dos interesses da comunidade. Um programa onde a História é usada como tribunal para criar uma narrativa e uma explicação de eventos, através da qual é feita a sua resinificação. A memória é também isso: um processo em reconstrução permanente sobre o entendimento que o presente relewa sobre o passado. Foi preciso chegar ao fim da tese para entender isto. O Jardim da memória apresentava uma memória “suave” sem questionamento. A nossa agenda de investigação não estava ainda preparada para trabalhar plenamente sobre isso, por isso apenas o enunciamos como programa de trabalhos futuros. Uma agenda que tarda em avançar.

Talvez Capela, no seu livro, o tenha entendido e por isso optado por trabalhar sobre os acontecimentos. Não se esquiva de trabalhar sobre uma memória controversa, mas apresenta-a como um conjunto de ações realizadas de forma consciente por homens e mulheres de um dado tempo, que recolheram por isso benefícios. Sem deixar de transparecer que se tratou duma operação que anulava condição e a dignidade humana, procurava ver essa problemática através de diferentes ângulos, apoiado em registos e procurando entender os contextos. Foi sábio nessa escrita. Na nossa leitura sobre o livro de Capela, e depois de termos procurado, através de metodologias de história oral e nas narrativas biográficas¹⁹, encontrar a memória vivida, acabamos por nos aproximar dos limites desta obra de Capela, condição para se avançar numa investigação.

Por exemplo, Capela neste livro sobre o tráfico de escravos, não usa a memória oral. Nem tinha que usar. Delimitou o seu objeto de investigação entre 1733 e 1903, que inicia no século XVIII quando a reforma administrativa autonomiza a província do vice-reinado da Índia, recentrando em Lisboa a administração Ultramarina; e o período de início da ocupação sistemática de Moçambique. Baliza um corpo documental administrativo. O tráfico é algo que ultrapassa longamente as datas da abolição, as fronteiras administrativas e as crenças lusotropicalistas sobre a bondade do colonialismo português. O trabalho não perde a sua relevância.

O encontrar os limites duma obra dum autor é um desafio aliciante. Só os podemos compreender a partir dessa obra. Esse foi um mérito, mais um que José Capela me legou, e que me permitiu aceder a campos novos de problematização. É essa a condição do mestre. Conduzir para deixar continuar. Confesso que passei algum tempo a procurar alternativas para os ultrapassar. A questão da história oral, e a sua aplicação metodológica, que procurava “compreender o chão que pisamos”²⁰, não foi fácil. Por isso, na escrita da tese optamos por terrenos mais familiares. Estávamos na Ilha, mas construir um diálogo não com a comunidade sobre uma questão controversa não era fácil. Como já acima enunciamos trata-se duma memória conflitual e distante. Como nos disseram: *“A escravatura deixou muitas memórias. Quase todos os escravos vinham de outras partes. Vinham lá do interior. A Ilha é um ponto de transporte. Eles vinham lá do interior para o Mossuril. Não há distinção entre a ilha e o Mossuril. Aqui eles partiam. Só cá ficavam os mudos. Aqueles que não tinham condições para trabalhar. Os rejeitados. Lá na estrada ao pé do Celeiro há “armazém”. Quer dizer: era um “armazém” entre aspas para guardar pessoas. Também no vale do Makuti havia um local. Uma casa velha. Mas já não há nada para ver porque as pessoas construíram dentro as suas casas. Também na Casa do Luís de Camões havia uma feitoria de escravos”* (entrevista a Laurentina, 2009), afirma-nos uma jovem quadro, licenciada em história, a regressar á sua terra para início de carreira profissional como professora²¹.

¹⁹ Veja-se (Thompson, 1993), (Farrroti, 1991), (Delory-Momberger, 2006) e (Lechner, 2009).

²⁰ Usamos aqui a referência à historiografia anglo-saxónica de Paul Thompson cristalizada na expressão “Dig wher we Stand” (que traduzimos por Escavar onde estamos).

²¹ Entrevistas com atores locais, realizadas na Ilha de Moçambique em novembro de 2009, no âmbito da pesquisa de doutoramento “Casa Muss-amb-ike: o compromisso no Processo Museológico” (Leite, 2012).

E ao tentarmos aprofundar um pouco mais esta memória, rapidamente os interlocutores remetem para trabalhos especializados, o que evidencia uma relação distante com o fenómeno. Isso é uma memória cultural. “São fontes orais e de alguém que estudou. O Dr. Luís Filipe apontou várias feitorias na Ilha de Moçambique. As pessoas mais velhas também se lembram disso. A escravatura continuou em 1920 até 1940. Muitos dos mais velhos ainda se lembram disso. Utilizava-se o trabalho forçado. A construção da fortaleza, por exemplo, foi feita com mão-de-obra escrava aqui de Moçambique”.



Ilustração 005 – Jardim da Memória na Ilha de Moçambique – A voz dos cativos. Foto do autor.

Uma memória tensa que procura equilibrar-se: “A escravatura foi muito penosa. Mas pudemos tirar algum proveito. As ilhas do Índico são ilhas onde encontramos a nossa cultura. São povos que se formaram da escravatura. Os escravos acabaram por se transformar em famílias e a nossa cultura acabou por se espalhar pelo mundo fora. Eles falam macua como nós. A colonização também tem aspetos positivos. Esta é a nossa história. A história de um povo” (Lechmer, 2009).

O fenómeno da escravatura estudado por Capela deixa claro que entre o século XVII, XVIII e XIX, o comércio, dos escravos e dos produtos do sertão, foram a principal fonte de receitas da alfândega de Moçambique. Os escravos enviados para o Brasil, e de seguida para as Ilhas Reunião foram uma atividade florescente durante centenas de anos. A riqueza da ilha, a sua construção foi em grande parte resultado dessa atividade negreira que alimentou os cabedais das elites locais e dos colonos. Sabemos, através dos registos que Capela publicou, que o tráfico de escravos, embora formalmente proibido, continuou de forma informal até ao princípio do século XX, onde ainda se julgavam indivíduos pela prática de comércio de escravos.

Basta uma breve comparação entre os nomes dos traficantes de escravos, referenciados nas investigações de Capela com os nomes inscritos nas lápides conservadas nas igrejas cristãs da ilha, para entender que os abastados negociantes benfeitores eram os mais importantes traficantes da colónia. O silêncio cúmplice sobre este assunto que todos os interlocutores nos prendaram, e que em certa medida inviabilizou o nosso trabalho, não resulta tanto da falta de conhecimento sobre o fenómeno, mas sobretudo pelo incómodo mnemónico que a questão gera. O esquecimento é neste caso uma prática de memória, ou se preferirmos como uma Política de Memória. É necessário não esquecer que a questão da escravatura foi um instrumento político, de dominação do outro e uma narrativa do poder. As políticas de memória são construídas com objetivos políticos e os fenómenos históricos estão longe de serem meros eventos inocentes que ocorrem no tempo e no espaço. José Capela, na sua “História do Tráfico Negreiro em Moçambique” não deixa de revelar essa consciência do presente. Essa foi mais uma lição que aprendi com mestre Capela.

Das diferentes e variadas lições que estou devedor a José Soares Martins aquela que me interessa relevar é a do seu contributo para a construção dum kairós na historiografia portuguesa.

A dimensão do tempo presente é como sabemos a melhor definição do tempo *kairótico*. O aqui e agora, onde tudo se joga, onde a decisão se inscreve. É certo que há uma dimensão cronológica no tempo, com a sucessão de fatos que se encadeiam de forma interligada. Na conjugação entre o Crónos e o Kairós afirma-se a liberdade. O livre-arbítrio, na sua

dimensão agostiniana, que permite ao indivíduo inscrever a sua ação no movimento coletiva da história. De a influenciar através da sua leitura do mundo, dos limites da sua ação e da sua capacidade de se interligar com a ação coletiva.

A historiografia portuguesa, que não cabe aqui analisar, grosso modo desenvolve-se a partir dos trabalhos de Herculano, no século XIX. Antes de Herculano, escreviam-se essencialmente crónicas de reis, como bem salientou Barradas de Cravalho²². Se as crónicas eram histórias de reis, ainda que a Monarquia Lusitana de Frei Bernardo de Brito procurasse alicerçar a especificidade autóctone do mítico povo Lusitano, civilizado pelos romanos no sudoeste peninsular, Herculano faz história como “ciência” a partir da análise dos documentos. A sua *Portugalia Monumenta Histórica* disso testemunha, ainda que fundamentalmente alicerçado numa dada ideia de medievalidade e da força dos concelhos como especificidade do território.

A partir daí, e essa é a questão que nos interessa salientar, a História de Portugal passa a ser uma História Nacional. Coelho da Rocha ou Pinheiro Chagas, e o prolixo Oliveira Martins escrevem as primeiras sínteses da história da Nação. Escreveram-nas empenhados em projetos políticos de afirmação da Nação. Fundamentos étnicos de fusão entre lusitanos e romanos, fundamentos religiosos messiânicos a recordar a herança judaica, fundamentos linguísticos, foram afinal argumentos com que a história romântica se foi afirmando na esteira do grande Michelet e Von Ranke. A república partilhará dessa herança, envolvida que esteve nos processos da missão civilizadora. O Estado Novo inaugura uma narrativa histórica profundamente influenciada pelos medievalistas franceses, com base nos heróis envolvidos em missões transcendentais. A leitura da gesta marítima era vista como uma continuidade das cruzadas. Mas, este é uma questão relevante, a história era coisa do passado. Raramente se estudavam os tempos presentes. O presente era visto como um espelho do passado, onde a ação se deveria basear na tradição. Como uma via única onde a autonomia do eu e do outro se dilui na narrativa sacralizada colocada fora do tempo, fora da qual não havia História.

Essa foi uma das ruturas que José Capela fez, procurando escutar a voz do outro, procurando no presente os vestígios dos fenómenos do passado. Um passado que não era já visto como uma sucessão de gestos heróicos com o fim de atingir a libertação do espírito, mas como processos que opções que chegam ao presente e que o influenciaram. Sem os reconhecer não se estava em condições de tomar decisões sobre o futuro.

É certo que Capela não terá escrito isto. Esta é uma visão muito pessoal sobre a obra deste autor para aquilo que vou escrevendo. Nos registos autobiográficos é sempre impreciso pensar a extensão dos contributos dos outros.

A história e a poética do saber

Reconhecer o contributo de Capela para a forma como olhei para o fenómeno da Ilha de Moçambique, sobretudo para aquilo a que temos vindo a nomear o seu Kairós não invalida o contributo de outros autores que trabalharam a partir dos processos do reconhecimento do outro.

Na questão a problemática da Ilha de Moçambique estava presente a questão da escravatura como um fenómeno do passado que transportava uma memória controversa, como também estavam presentes memórias carregadas de tensões. A Memória dos Portugueses, por exemplo, que fizeram da Ilha do Índico um hotel para os comandos da guerra colonial, ou a memória tensa entre moçambicanidade e luso-tropicalismo.

²² Carvalho, Joaquim Barradas (1977), *Da História Crónica à História Ciência*, Lisboa: Livros Horizonte.

Neste último domínio, Alfredo Margarido foi um instrumento útil. A leitura do seu livro “Lusofonia e os novos Mitos Lusófonos”²³ permitiu entender melhor as memórias controversas e as narrativas que nela estão presentes. Não interessa agora detalhar a invenção conceitual que a palavra Lusofonia transporta.

Em linhas breves, porque aqui interessa-nos refletir sobre o contributo de José Capela para o nosso trabalho, na Faculdade de Letras na disciplina de História de África que Isabel Castro Henriques lecionava, abordava-se uma leitura crítica da expansão portuguesa e o processo da construção da imagem do outro. Mais tarde, através dos trabalhos de Alfredo Margarido, compreendi que estas lições de Castro Henriques tinham esse autor como inspiração. Disse Margarido, em síntese, que a gesta ultramarina foi, num primeiro momento, baseada no pensamento medieval da Cruzada. Isso legitimou o domínio e genocídio epistémico do outro através da espada e da cruz. Havia naturalmente outras abordagens, como por exemplo do Jesuíta Bartolomeu de Las Casas. Mas sabemos que esses escritos ficaram marginais no pensamento da época. A ausência de alma nos gentios foi a operação mental que permitiu a sua redução à condição de escravo. Mais grave ainda, a negação da dignidade do permitiu a sua passagem a mercadoria: A coisa! A naturalização do outro é transformá-lo em algo passível de apropriação e por isso de troca.

Com o final da escravatura, a estrutura de legitimação ideológica, como se dizia na época, passou a ser o da *Missão Civilizadora*. O final do século XIX e o período Republicano usou-se o processo de legitimação do domínio do outro, do seu corpo e do seu pensamento, através do princípio de levar a “civilização ao outro”. Um processo de dominação que nega mais uma vez a sua identidade e anula as suas memórias.



Ilustração 006 – Pescadores da Ilha. Desenho de Beatriz Oenix, 2009.

O terceiro movimento desta ideologia colonial de invisibilidade de outro, emerge com o advento dos movimentos de libertação africanos, a partir do pós-guerra. Como os direitos históricos e dos deveres de civilizar deixaram de ter aceitação como estrutura de legitimação da dominação colonial, substituídos pela emergência dos princípios e valores da autodeterminação e das ideias do Desenvolvimento, o Estado Novo, ensaia a legitimação do colonialismo através do Luso-tropicalismo. O luso tropicalismo é a célebre teoria do sociólogo Brasileiro Gilberto Freyre²⁴ que defendia uma especificidade do modo português de estar no mundo²⁵, com base a sua suposta aptidão de se miscigenar e com isso criar novas formas de estar.

²³ Margarido, Alfredo (2002), *A Lusofonia e os Novos Mitos Lusófonos*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

²⁴ Freyre, Gilberto (1933/1964), *A Casa Grande e a Sanzala*, Lisboa: Livros do Brasil.

²⁵ Título de tese de Cláudia Castelo (1999). *O modo português de Estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*: Porto, Edições Afrontamento.



Ilustração 007 – Recolectores da Ilha de Moçambique. Foto do autor.

Escrito a partir da experiência brasileira, Freyre é convidado a visitar o Império Português, criando argumentos para legitimar essa ideia, que mais não visava negar, mais uma vez, a identidade e a memória do outro, ao mesmo tempo que procurava encontrar uma folga na pressão mundial que Portugal sentia para que descolonizasse os seus territórios africanos.

A Ilha de Moçambique foi um dos lugares visitados por Freyre, relatado na sua *“Aventura e Rotina”*²⁶ o que explica algumas tensões que a memória da ilha transporta, sobretudo para os portugueses que a visitam. Mas isso é apenas uma nota sobre este processo de mitificação da portugalidade e da sua impossibilidade de reconhecimento do outro.

Margarido, depois de desmontado o mito do luso-tropicalismo, alerta para a possibilidade do conceito de Lusofonia poder traduzir a intenção de recuperação do império perdido, agora com base na língua. O principal argumento sobre a ideia de lusofonia é a que que

apenas pode ser útil se nele souber incluir os lugares de enunciação. Os diferentes lugares dos outros, das suas memórias e formas de interagir. Ora o lugar de enunciação foi o que Capela soube dar voz nos seus trabalhos iniciais sobre Moçambique, nomeadamente o *“Moçambique pela voz do seu povo”*.

A ideia de Lusofonia, criada nos anos noventa, talvez inspirada nas políticas francesas da língua, surge pela mão de Santos Neves, então reitor da Universidade Lusófona, como um projeto aglutinador do mundo de expressão portuguesa.²⁷ Com efeito, muitos encontram nesta expressão da “fala lusa”, criada no espaço intelectual do centro do antigo império, uma alternativa à Língua ou Expressão Portuguesa como expressão da continuidade imperial de domínio do outro, recusando-lhes as “línguas maternas” e crioulos. É contra isso que Margarido se levanta, contra essa esperança de reconstruir um país unido pelo Atlântico, com base num mito messiânico numa fala inscrita no lastro da história colonial, violenta e de dominação, e sobretudo uma narrativa onde esse passado é esquecido em nome duma suposta irmandade naturalizada.

Lusofonia é um conceito inventado pelos académicos, que etimologicamente significa a fala lusa, que como se sabe não existe. Poderá ser um equívoco ou uma criação de intelectuais e políticos com determinadas intenções. Mas sabemos existe efetivamente um mundo onde se fala português. Fala-se por escolhas políticas, que nos casos dos novos países africanos, foi uma escolha da sua independência política, como forma de aglutinar os territórios, habitados por várias nações e línguas, algumas delas transfronteiriças. Tratou-se pois duma opção da praxis política que chega até nós. Como poderia, por exemplo, ser atingida a alfabetização e concretizada a educação para todos que as Independências pressupunham no seu contexto, sem um corpo de educadores e de recursos preparados para o efeito. Recursos

²⁶ Freire, Gilberto (1954), Lisboa: Livraria Bertrand.

²⁷ Neves, Fernando Santos (2002), *Crítica da Razão Lusófona*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

esses que existiam em português. Opção que hoje pode parecer discutível, mas que nos contextos da época talvez não o tenha sido. Opções que deixam marcas e memórias que estão hoje presentes.

Talvez por isso se vejam tão poucos a defender a Lusofonia fora do retângulo europeu. Contudo, como nota Margarido há palavras conceituais que são úteis para construir em conjunto, políticas de línguas e políticas culturais. Margarido não olha para a Lusofonia como um espaço, mas como um lugar de enunciação: uma Lusotopia²⁸ e é com essa preocupação que Margarido a defende. Lusotopia como referência duma geocultura²⁹ o que é em si uma questão de tensão e complexidade.

Do ponto de vista histórico, a palavra transporta uma ideia de resistência cultural pela língua (que herda dos processos de diferenciação das línguas peninsulares), ao mesmo tempo que levanta a questão da possibilidade de emancipação pós colonial a partir da enunciação e do reconhecimento da diversidade dos outros. A complexidade passa pelo reconhecimento dum tempo de um passado conflituoso. Um passado que influi sobre o presente a partir do qual se abrem oportunidades de relações, que podem ser iguais e mutuamente vantajosas se ultrapassarem os traumas e os silenciamentos. Nesse sentido Lusotopia poderá ter alguma utilidade como ferramenta de justiça cognitiva do mundo.

José Capela e a questão da verdade e do reconhecimento do outro a partir do lugar de enunciação

Como conclusão desta reflexão autobiográfica do contributo de José Capela para a construção da minha leitura de Memória e Esquecimento importa acentuar o debate que tenho vindo a fazer sobre o lugar da verdade nas narrativas da memória.

Já acima evidenciamos a distinção entre história e memória coletiva feita por Pierre Nora em “Lugares de Memória”³⁰. Como Nora deu conta, há nos seus elementos constitutivos matérias comuns. Fatos que advém do passado, que funcionam como uma espécie de interação (chama-lhe um jogo de espelhos) em que a relevância (vontade de memória) conduz a uma intenção de lembrança que a História não pode ignorar.

A fixação da relevância dos acontecimentos do passado constitui-se como algo de comum, que conduz a dois caminhos que, em termos de pensamento científico se diferenciam: nos trabalhos de história pela hermenêutica sobre os documentos que é uma ferramenta de crítica indispensável, e que conduz a uma narrativa histórica; nos trabalhos sobre a memória social, a crítica da memória coletiva é um trabalho mais complexo na medida em que a sua hermenêutica é simultaneamente um dado, que pode ser analisado e o processo onde essa mesma a memória se concretiza. A história constitui-se como a construção duma narrativa de sentido, ou melhor um enunciado construído a partir de diferentes vozes coletivas, apresentado em determinados



Ilustração 008 – Pescador da Ilha de Moçambique. Ao fundo Ermida de São Sebastião na Fortaleza na Ilha de Moçambique. Foto de Isabel Osório.

²⁸ Sobre esta questão veja-se <https://lusotopias.wordpress.com/>.

²⁹ Leite, Pedro Pereira (2013). Lusotopia e Geocultura, in “Lusotopia – Revista de Geocultura, n.º 0, <https://lusotopias.wordpress.com/>.

³⁰ Nora, Pierre (1977), “Lugares de Memoria” in *Le Golf* (1977). A Nova História, 1, Lisboa: Edições 70.

momentos, em determinados contextos. Trata-se de uma verdade relativa. Contudo, como essa narrativa foi construída sobre um passado, ainda que esse passado seja coletivo, ela não deixa de ser apenas uma narrativa possível sobre esse passado. A sua verdade dependerá sobretudo da sua adequação ao contexto de cada presente, no momento é que ela se constitui como memória. O desafio que a História enfrenta está nesse sentido em entender e integrar a diversidade nas suas narrativas.

A publicação em 1974 de “Moçambique pela voz do seu Povo”, por José Capela foi, para o nosso trabalho, e independentemente do seu mérito como documento de investigação histórica, uma chave que nos levou a entender a construção de outras narrativas. Tratou-se duma narrativa que é construída a partir do reconhecimento do outro e que me permitiu tomar consciência sobre a relevância do lugar dos enunciados no âmbito duma ciência social que procura construir a emancipação social com base na participação dos próprios sujeitos. Uma herança com que fico a partir do trabalho do mestre José Capela, a quem hoje presto homenagem.

Referências bibliográficas

Obras de José Capela

O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas Colónias: as ideias coloniais de Marcelo Caetano, Porto: Afrontamento, 1977.

Escravidura, Porto: Afrontamento, 1974.

A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900), Porto: Afrontamento, 1975.

O vinho para o preto, Porto: Afrontamento, 1973.

Moçambique pelo seu povo. 3.ª ed., Porto: Afrontamento, 1974.

Donas, senhores e escravos, Porto: Afrontamento, 1996.

O escravismo colonial em Moçambique, Porto: Afrontamento, 1993.

O tráfico de escravos nos portos de Moçambique: 1733-1904. Porto, Afrontamento, 2002.

Conde de Ferreira & C.ª: Traficantes de escravos, Porto: Afrontamento, 2012.

Outras obras

Augé, Marc (2001), *Les formes de l'oubli*. Paris: Éditions Payot et Rivages.

Carvalho, Joaquim Barradas (1977), *Da História Crónica à História Ciência*, Lisboa: Livros horizonte.

Castelo, Cláudia (1999), *O modo português de Estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto: Edições Afrontamento.

Delory-Momberger, Christine (2006), *Formação e socialização. Os ateliês biográficos de projeto*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n.º 2, pp. 359-371.

Farroti, Franco (1991), “Sobre a autonomia do método biográfico”, in *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 9, pp. 171-177.

Freire, Gilberto (1954), *Aventura e Rotina*, Lisboa: Livraria Bertrand.

Freyre, Gilberto (1933/1964), *A Casa Grande e a Sanzala*, Lisboa: Livros do Brasil.

Honnet, Axel (2011), *Luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*, Lisboa: Edições 70.

Lechner, Elsa (2009), “História de Vida: Olhares Interdisciplinares”, Porto: Afrontamento.

- Leite, Pedro Pereira (2011), *Casa Muss-amb-ike: O compromisso no processo museológico*, Ilha de Moçambique: Marca D'Água.
- (2011), *Olhares Biográficos, A Poética da intersubjetividade em museologia*, Lisboa/Ilha de Moçambique: Marca D'Água, 61 páginas.
- (2013), *Lusotopia e Geocultura*, in “Lusotopia –Revista de Geocultura”, n.º 1.
- Margarido, Alfredo (2002), *A Lusofonia e os Novos Mitos Lusófonos*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Neves, Fernando Santos (2002), *Crítica da Razão Lusófona*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas
- Nora, Pierre (1977), “Lugares de Memória” in *Le Golf, Jacques (1977). A Nova História*, 1, Lisboa: Edições 70.
- Ricoeur, Paul (2007), *História, Memória e Esquecimento*, Campinas: UNICAMP.
- Santos, Boaventura de Sousa (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto: Edições Afrontamento, 59 páginas.
- Thompson, Paul (1993), *The Voice of the Past*, London: Oxford University Press.





Entrevista

EDUARDO MEDEIROS

**Os historiadores – e antropólogos –
continuam a usar nomenclaturas e
categorias sociais fixadas sem sentido**



Eduardo Medeiros

Os historiadores – e antropólogos – continuam a usar nomenclaturas e categorias sociais fixadas sem sentido

Entrevista conduzida por Eugénia Rodrigues* e Augusto Nascimento*

2 de Dezembro de 2017

Eduardo da Conceição Medeiros nasceu em 1941, na freguesia de Chão de Couce, concelho de Ansião, donde foi, ainda criança, para a cidade da Beira em Moçambique. Em 1958, a campanha de Humberto Delgado para a presidência da república em Portugal, que suscitou um amplo apoio na Beira, levou-o a aderir aos meios anti-coloniais e anti-fascistas em Moçambique. Eduardo Medeiros passou a fazer a ligação entre nacionalistas e opositores radicados em Joanesburgo, na África do Sul, e os da Beira e da então cidade de Lourenço Marques.

Por não existir universidade em Moçambique, em 1962 chegou a Lisboa para estudar engenharia civil no Instituto Superior Técnico, na época das grandes movimentações estudantis. Já cadete miliciano em Tavira, foi preso pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) no Hospital Militar, em Évora, em 1964, no âmbito da vaga de prisões que atingiu os meios estudantis opositores ao Estado Novo em Lisboa, Coimbra e Porto. Tendo sido condenado a dezasseis meses de prisão, foi libertado ao fim de treze, por efeito de uma amnistia a presos não condenados a prisão maior. Convocado para prosseguir o serviço militar em Penamacor, Eduardo Medeiros decidiu-se pelo exílio, na Bélgica, onde obteve o estatuto de refugiado da Organização das Nações Unidas. Licenciou-se em Ciências Sociais (Antropologia) pela Universidade Livre de Bruxelas, em 1972. Entre 1976 e 1988 leccionou na Universidade de Maputo, actual Universidade Eduardo Mondlane. Foi co-fundador, com o Professor Aniceto dos Muchangos, da Universidade Pedagógica, onde leccionou e criou o Departamento de Antropologia. Doutorou-se em Antropologia Social e Cultural, na Universidade de Coimbra, em 1996, com a tese sobre os Ritos da iniciação dos rapazes Macua-Lómuè (Norte de Moçambique), Regressado a Portugal, em 1998, ingressou na Universidade de Évora, onde trabalhou até 2007.

Eugénia Rodrigues e Augusto Nascimento (ER/AN): Chegou ainda criança à Beira, onde completou o ensino primário e fez o secundário, num período que coincidiu com o início da acção pastoral de D. Sebastião Soares de Resende como bispo da Beira. Que memórias guarda da cidade desses tempos?

Eduardo Medeiros (EM): Para a criança que era eu nesse tempo, a cidade estava na outra margem, à esquerda do braço de mar, dito *Chiveve*. A minha família vivia do outro lado, num lugar que se chamava Esturro e que ainda não era propriamente um Bairro, à beira da estrada Alfred Lawley (que só soube quem fora muitos anos depois) que

ligava Matacuane e a Chota. Entre essa estrada e a Munhava ficava uma primeira linha de algumas casas de madeira e zinco e de casas de pau a pique e cobertura de palha, e para além delas, os pântanos com arrozais.

Do outro lado do *Chiveve* estava a cidade dos britânicos e associados lusos e de outras nacionalidades, das firmas inglesas e afins, com o seu «campo de golfo», o seu “Club”, o templo deles, mas também o dos gregos, o dos católicos e o Bairro nobre da Ponta Géa (descrito recentemente por Borges Coelho, mas para um tempo posterior ao meu). Na foz do *Chiveve*, mas na margem direita estava o porto e a estação do caminho de ferro para onde iam trabalhar os do

* Universidade de Lisboa, Centro de História.

Esturro, de Matacuane e da Munhava, e ali perto da área portuária ficava o Maquinino. Era um bairro antigo – “chiqueiro de porcos”, no dizer de um famoso colonialista –, de gente pobre, modesta, remediada, numa convivência de europeus pobres, chineses, indianos, mestiços de várias mestiçagens e alguns africanos residentes, bairro onde ficava a minha Escola Primária, o meu cortador de cabelo, e o *Beira Amateur*, campo de *Cricket* e de *Hoquey Campo* dos britânicos onde eu passava tardes de sábado a ver espantado “jogar” aquilo, e a bebericar chá numa taça de porcelana nas bancadas que me era ofertado! Para o lado do caminho de ferro, um antigo e bonito bairro de casas de madeira e zinco, e o Clube Ferroviário. E ficava também nesta margem direita, já distante do principal braço de mar mas envolvida pelos seus canais, a sede e o campo de jogos do Centro Recreativo Indo-Português, e a novíssima Igreja de Nossa Senhora de Fátima e os Cemitérios, o dos “civilizados”, e mais longe, a dar com a estrada para Matacuane, diante da casa dos meus pais, o dos Indígenas, e mais adiante os *Compounds* dos trabalhadores da estiva vindos das reservas de mão de obra do Centro e do Norte de Moçambique.

Entre o Esturro e a cidade ficava o aeródromo que passou a ser o “*dáda*” de Jorge Jardim, onde víamos as avionetas descolar e aterrar. Ficava depois do campo de aviação o canal principal do *Chiveve* e os seus múltiplos ramais e o «campo de golfo», mais a residência episcopal e de Soares Martins, tudo bordejado pela famosa estrada Correia de Brito que se prolongava em direção ao núcleo primitivo do burgo até à Praça do Município. Quando os ramais do *Chiveve* se inundavam com a maré-alta tínhamos que fazer um desvio para ir para a Escola. Menos o meu irmão mais novo, que ficava com amiguinhos na margem da “*lângua*” a pescar *mussopo*.

Depois, quando fui para o Liceu, comecei verdadeiramente a minha descoberta da cidade e das suas praias índicas, sobretudo a dos Pinheirinhos, para lá do mangal. Foi

neste período que passei a cruzar-me com Soares Martins, com os do “*revirinho*” no *Cine-Clube* e nas bancadas dos campos de desporto (porque nunca fui frequentador assíduo de cafés).

ER/AN: Entretanto, a Beira começou a crescer muito e a mudar de fisionomia social e económica no final dos anos 50, com forte desenvolvimento económico e turístico, e com a chegada de muitos colonos. E por isso fugia dela!

EM: Foi de 1959 a meados 1962 – quando abandonei definitivamente a cidade – que viajei pelas actuais províncias centrais, pela antiga Rodésia e pela África do Sul, com estadias em Lourenço Marques. (E até tinha programado uma ida e volta a Moçâmedes, na outra costa, mas os acontecimentos no Catanga desfizeram-me o projecto!). Foram as minhas viagens de contrabandista aprendiz de militante anticolonial, sem saber exactamente o que e como era isso. Comecei por pedir boleia ao comandante de um navio que ia acostar no porto de Quelimane! Com mesa e cama! Num atrevimento que enterneceu o dono do barco! Mais a conversa sobre isso de andar de porto em porto e do que se podia saber em cada um deles.

No ano seguinte levaria (o navio), de Lourenço Marques para a Beira, um pacote de jornais proibidíssimos na colónia vindos do Brasil para Joanesburgo que eu transporte para Lourenço Marques. Depois, em Quelimane, como não conhecia ninguém, fui bater à porta do governador, que se sentiu na obrigação de me dar guarida, e me meter rapidamente na cabine de um camião na manhã seguinte para ir à vida..., até ao Ile, e depois tomei outro até ao Alto Molócué, e depois outro até ao Gurué, e depois uma clandestinidade até ao Malawi, e depois noutro até Mocuba, e depois ainda noutro até Mopeia, e depois, numa canoa até à Missão da Chupanga, na outra margem, e depois no comboio de via reduzida da Sena Sugar até Vila Fontes e

no Trans Zambezia Railways de regresso à Beira.

Na viagem seguinte regressaria pelo TZR até Donana, Mutarara, Caldas Xavier (hoje: Cambalatsitsi, ou Kambulatsitsi), e nos camiões até à Angónia, até Moatize, até Tete, Boroma, depois Catandica, Chimoio, e de comboio novamente para a Beira. Deu para ver campos, tal como o jovem padre Soares Martins nas suas andanças, a paisagem humana dos rurais, a cara (e as casas) de recrutadores de mão de obra, as plantações de sisal e de chá na Zambézia, e as minas de carvão em Moatize, dos belgas, que não me deixaram visitá-las, e a vila poeirenta, quentinha e sequíssima de Tete, onde conheci os familiares dos meus colegas no Liceu da Beira, a tribo dos tetenses. Mais tarde, noutros comboios, até Lourenço Marques, via Salisbury, Bulwayo, Francistown, Joahnnesburg para me encontrar com o Adelino Simões, com estadias nas escaldas para “sentir!” os nacionalismos chonas e matabeles e ouvir falar dos que seriam fundadores de movimentos independentistas, Stithole e Nkomo, com fotografias nos jornais africanos que lia (e levava para a Beira). E, em Lourenço Marques, com a Bertina e o Virgílio, o Craveirinha e o grupo do *Despertar* (José Luís Cabaço, Fernando Magalhães, de quem tinha ajudado a vender na Beira o seu «3x9=21», o Luís Bernardo Honwana, a Ana Maria Barradas, e outros, e outros...

ER/AN: Na Beira, participou em atividades antifascistas e anticoloniais, nomeadamente a partir da campanha de Humberto Delgado, em 1958, o qual obteve a maioria de votos na cidade. Qual era o clima político que se vivia então na Beira? Pode falar-nos um pouco sobre o seu próprio envolvimento nas movimentações políticas então em curso?

EM: Comecei antes de 1958. Curiosamente, na paróquia de Nossa Senhora de Fátima, gerida pelos Jesuítas, onde havia um grupo da Ação Católica, nas reuniões do qual

alguém perguntava: “porque não estão aqui católicos negros?”. Começaram nesse dia as minhas interrogações e a minha aspiração militante, alimentada na biblioteca do Clube Ferroviário, fundada e gerida certamente por “obreiros, que só mais tarde rotularia de anarquistas e comunistas, pelo que já tinha lido nos *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado, daquela biblioteca, onde havia de tudo, clube onde passei a jogar (mal) futebol e basquetebol, mas também nas conversas na Munhava com um místico brâmane de quem queria saber o que era isso das «castas», mas que me falava da situação hindustânica e sobre o destino de Goa Damão e Diu. Raiva anticolonial definitiva quando assisti ao lançamento para valas comuns no cemitério indígena diante da casa dos meus pais de dezenas de cadáveres queimados de trabalhadores que morreram na tragédia no porto. Mas na Beira nunca estive ligado a qualquer grupo anti-salazarista organizado, se é que os havia (!), talvez só o dos franco-maçons (o dos chineses, certamente, segundo o meu amigo Weng, que fora iniciado (!) mas usavam uma outra designação). Gravitava, sim, entre grupos de amigos (creio que não organizados politicamente), como o do Fernando Couto (pai do Mia) pelo jazz e Paul Robson, do Nunes Cordeiro, do Carlos Lança, nos da Biblioteca Municipal (onde passava o Américo Nunes e o Máximo Dias), na Manga em casa do operário da via e obras do caminho de ferro, que eu designava arreliado por “anarquista” por causa da filha (mas que pelos vistos tinha sido mesmo), só por que ele me punha a ouvir Wagner de enfiada por aquelas bobines de fita contínua que nunca mais acabava, como que para pagar o “lobolo”, mesmo assim, da filha, «nada!». Mas sobretudo com os do desporto, verdadeiras situações de moçambicanidade, mais os «sino-moçambicanos», e o Zé Pádua, que andava ainda a pintar cavalos. Participei nas manifestações pelo Humberto Delgado lançadas por malta do Liceu (Rui Nogueira, Américo Nunes, António Matos e outros e outras

(pergunto-me se não foi o tempo da Maria João Seixas e da Isabel Brito!). Mas também fui escolhido no Liceu (não sei porquê) para ir cumprimentar o senhor Ministro Adriano Moreira, de passagem pela cidade! Para lhe dizer que andávamos assim, os jovens, como que a não compreender os “*évènements*”. Até que chegaram à Beira, vindos de férias, aqueles da *Crise Académica!*

ER/AN: José Soares Martins chegou à Beira, em 1955, para se tornar um dos braços direitos do tio, o bispo D. Sebastião Soares de Resende. Em 1956, assumiu a chefia da redação do *Diário de Moçambique*, criado para, conforme o bispo, “debelar os abusos”, e em 1959 tornou-se seu diretor-adjunto. Chegou a conhecer José Soares Martins nessa altura e a sua atividade na diocese e no *Diário de Moçambique*?

EM: Claro! Embora não privasse com ele. Que queria ele saber desse miúdo que era eu? Mas cruzava-me com ele e tive falas sobre ele em diversas circunstâncias. A primeira, no Instituto Liceal D. Gonçalo da Silveira (antes do Liceu oficial), criado pelo senhor Bispo e gerido pelos Maristas (quase todos brasileiros). Numa famosa fotografia muito conhecida estamos todos: Dom Sebastião, os Maristas, Soares Martins, e todos os alunos, dos quais eu no meio da maralha. A segunda, na própria Diocese, onde ia com outros jovens falar com o bispo sobre a criação de um grupo de Escuteiros. A terceira, em conversas com meu irmão que na Escola Técnica era aluno dele. A quarta, em conversas com o Rui Cartaxana, que na altura já morava no Esturro, e que andava pelo *Diário de Moçambique* naquela guerra dos arrozais contra o advogado dos que se diziam “donos” daquilo. A quinta, com os meus amigos chineses do Esturro e da Manga, da *Juventude Católica Chinesa*, que andavam muito ligados a ele em viagem pela Gorongosa, a sexta com o Rui Nogueira que tinha um quarto de página semanal no *Diário de Moçambique*.

ER/AN: A atividade jornalística parecer constituído uma verdadeira devoção de José Soares Martins. Da sua ação jornalística, retém algum texto marcante? Como era a receção e o uso do *Diário de Moçambique* na Beira e em Moçambique?

EM: Dos escritos dele li certamente os *Editoriais* não assinados. Lembro-me dessas primeiras páginas sobre o Congo belga, sobre as grandes cheias do Zambeze, sobre os arrozais da Munhava.

ER/AN: Como estudioso do passado colonial da cidade da Beira, que “notas escaldantes” – expressão de José Capela – deveriam ser relembradas e necessariamente levadas em conta na história da vida da cidade e, na medida em que se afigurar pertinente, na história de Moçambique?

EM: Até 1960 a Beira foi um burgo muito cosmopolita, no sentido liberal dos costumes, com uma elite letrada e cultivada, e num estranho «*todos iguais*» entre brancos e cooptados. Isso provocava obviamente ao bispo e sobretudo aos religiosos retrógrados, críticas azedas e mal-estar (e sorrisos certamente ao jovem Soares Martins). A Dom Sebastião, “irritava-o” a fação maçónica e a incompetência administrativa no mundo rural, o *apartheid* na cidade muito mais estabelecido que noutra localidade moçambicana. Como não havia *tabloids* nem os *blogs* de hoje, íamos todos, sobretudo os não praticantes, à Missa das 9h na Paróquia de Nossa Senhora de Fátima onde o padre predicava com veemência sobre as “poucas-vergonhas” que assolavam a cidade! Sobretudo na chegada ao cais dos *paquebots* de cruzeiros vindos pelo canal do Suez. Tanta veemência levou o homem a deixar o sacerdócio!

Havia, pois, nesse tempo na Beira, um grupo importante de liberais e intelectuais antifascistas (que não necessariamente anticoloniais, e só uns raros a pensar em

independentismos futuros, sabemos lá quais!), e um importante grupo de homens da Igreja Católica das Missões, quase todos não portugueses, e quase todos anticoloniais e independentistas, num independentismo mais africano, nestes. Foi por entre esses grupos na cidade e nas Missões aquando das minhas viagens que me fui alimentando. Todavia, só com as vivências posteriores fui descodificando e rotulando todas essas coisas. Havia também na cidade uma elite grega, britânica, e de outras nacionalidades. Dos gregos só aproveitei as suas actividades desportivas e os cantos litúrgicos nas suas missas ortodoxas! Creio que na Beira quis ver e sentir tudo o que era local de culto, chinês, indiano, muçulmano, ortodoxo, anglicano, metodista, católico (da missa africana das 7) e sessões do “*nhamusoro*” no Régulo Luís. E a extraordinária liturgia do futebol aos domingos de manhã no *matope* seco da Chipangara, ou nas belíssimas tardes da estação seca no campo da Missão de São Benedito, na Manga.

Depois de 1960, ou mesmo um ou dois anos antes, isto mudou com a chegada de muitos metropolitanos, com formação ou desenvolvimento das suas Casas Regionais, das romarias (a de Nossa Senhora do Mar (?) ou da Agonia (?) dos poveiros e afins na “praia dos Pinheirinhos”, das procissões, das sucursais dos Clubes metropolitanos, da ocupação classista e racial das praias, etc.

ER/AN: Recorda alguns momentos de conflito surdo entre D. Sebastião Soares de Resende e Jorge Jardim? Ou entre adeptos e opositores do regime? Tendo presente que nem todos os elementos do revirinho” eram anticolonialistas, de que modo tais conflitos, porventura mote de conversas em surdina, eram sentidos e vividos na cidade?

EM: Foi nesse novo contexto citadino e de Moçambique, após 1958, que Jorge Jardim se lançou para a ribalta social e política local (e na colónia). Em conflito, obviamente, com D. Sebastião. Os dois homens

tinham posicionamentos religiosos e políticos bem diferentes, e também na defesa de patrimónios respetivos, o do *Diário de Moçambique*, por exemplo, com o ataque lançado por Jardim pela aquisição do *Notícias da Beira*, o do *Rádio Pax* versus *Rádio do Aéro-Clube*, de que Jardim era influente, o dos *Escuteiros* de vertente católica versus *Escuteiros* lançados pelo Jardim com o seu *Jamboree*, no Dondo, o da *Escola Chinesa*, que o senhor bispo pretendia que fosse gerida pela Diocese, contra os “maçons” chineses amigos e compadres de Jardim, etc.

ER/AN: Da cidade da Beira veio para Lisboa, em 1962, para estudar no Instituto Superior Técnico e viveu na altura na Casa dos Estudantes do Império. Como foi a sua experiência na casa e o convívio com os nacionalistas africanos?

EM: Estive sempre ligado à CEI até à minha prisão. Mas não vivia nela, no sentido de ser hóspede do Lar da Casa. Comia, sim, palavreava, e participava na conspiração de muitos dos seus membros. Éramos muitos pró-nacionalistas e independentistas, cada um à sua maneira, e cada qual com tarefas próprias, os que as tinham, invisíveis, *Et pour cause!* Mas a maioria não as tinha, mesmo os que estão ou estiveram no poder depois nesses países. Mantive relações de amizade e de interesses com todos, falando sempre de outras coisas. Portanto, respondo à pergunta com uma outra: «quem é que vivia com quem?». Não era eu para eles o «sobinha»? Convém dizer o seguinte: nem todos os anticolonialistas na CEI tiveram actividades antisalazaristas! Para muitos deles, o anticolonialismo era uma caminhada natural para o seu futuro. Não a luta anti-fascista do presente. Então para aqueles brancos da CEI, anticolonialistas e com práticas associativas estudantis (que me levaram à expulsão do Técnico) e militância anti-fascista (que me levou à prisão) foi tramado! Olhados de soslaio de um lado e do outro (por isso quando fui a Paris em

1964, regressei e acabei por ser preso!). Personagens estranhas, que éramos, bons para sermos aproveitados. Até hoje, para os “indígenas” de ambos os lados.

ER/AN: Depois da independência de Moçambique e de se ter formado como antropólogo na Bélgica, foi convidado, em 1976, para ser professor na Universidade Eduardo Mondlane. Nessa altura, também José Soares Martins regressou a Moçambique para ser adido cultural na embaixada portuguesa. Conviveram durante esses anos em Maputo. Como caracteriza a atividade de Soares Martins como adido cultural?

EM: Respondo com três palavras: com «Diplomacia» embora não fosse diplomata de ofício, com «Trabalheira» por ter aturado tantos diplomatas, e com atuação trabalhosa, e «Relevante» por tudo o que fez, e que ainda hoje perdura.

ER/AN: José Soares Martins revelou-se um historiador prolífero, tendo abordado temáticas tão diversas como a do vinho para o preto, a burguesia mercantil do Porto, a República de Maganja da Costa, os prazos do Zambeze ou o tráfico de escravos e editado importantes documentos para a história de Moçambique. No caso do tráfico escravagista, chegaram a colaborar e escreveram juntos o livro *O Tráfico de Escravos de Moçambique para o Oceano Índico*, publicado em 1987. Como escolheram esse tema que, na época, era quase inexplorado na História de Moçambique?

EM: Tanto Soares Martins como eu tínhamos lido sobre o comércio de escravos suahili para as Comores e Madagáscar, e que os franceses os levavam dali para a Reunião e Maurícia. Pelo meu lado, por causa do meu interesse sobre a extensão dos falares que hoje dizemos “macuas” tinha estabelecido contactos com Madagáscar através do investigador Noel Guenier acerca

dos «Makoa» que por lá se estabeleceram. E, de seguida, tínhamos tido conhecimento dos textos de Filliot e de Vérin sobre os «Mozambiques» naquelas Ilhas. E, obviamente, o célebre artigo de Edward Alpers nos *Cahiers d'Etudes Africains*, de Paris.

ER/AN: No seu livro sobre as *Etapas da Escravatura no Norte de Moçambique*, em 1988, considerou que existia uma escassez de fontes pelo que “Só a Etnologia, a Linguística e a re-análise dos velhos textos árabes, portugueses e indianos referentes ao oceano Índico poderão revelar mais dados sobre a amplitude do tráfico e da escravidão”. No caso dos textos, eles têm sido usados para construir a história do tráfico, nomeadamente por José Capela. Como é que a etnologia e a linguística poderiam alargar o nosso conhecimento sobre o tema?

EM: Sempre fui muito persistente em dizer que só a etnolinguística, a arqueologia, a etnohistória, a etnobotânica e mesmo a etnozologia, disciplinas ignoradas ou quase em Moçambique, eram indispensáveis para a história do passado moçambicano e das Diásporas nas Ilhas do Oceano Índico ocidental. Os historiadores (e antropólogos) continuam a usar nomenclaturas e categorias sociais fixadas sem sentido, como, por exemplo, o das etnias, como se elas sempre tivessem existido e vindo “*d’ailleurs*”! O que não é verdade. Algumas das próprias identidades étnicas e respetivas etnicidades estão em construção hoje por questões políticas nacionais e regionais. Vejam o caso dos Macondes que não era historicamente etnia alguma como Jorge Dias supôs, mas que começou a ser construída desde Mueda, ou um pouco antes. Ora, o estudo aprofundado pela etnolinguística dos falares em cada uma das regiões é indispensável para a compreensão a evolução local desses idiomas. Tomemos o caso «xisena». Este idioma surgiu no contexto das mestiçagens no vale

do Rio Zambeze, entre a Lupata e a Foz. Foi uma «língua franca» como ainda o é hoje, antes do advento de uma *Etnia Sena*, se é que ela já existe verdadeiramente! Todas as populações que têm vindo a dar origem às propagadas etnias resultam da primeira leva de ocupação do território de agricultores da Idade Antiga do ferro, seguida de uma outra de agricultores da Idade Recente do Ferro, alguns chegados depois dos europeus terem arribado aos litorais do Oceano Índico. Todos agricultores. O que é que a etnohistória e a etnobotânica nos tem dito sobre isto? Pouco! Muito menos sobre a chegada dos pastores e seu gado, falando, ou não, idiomas bantu. O que é que a etnolinguística e a etnozologia nos diz sobre isto, para Moçambique? Pouco. Mas continua-se a falar de uma «agropecuária» como se isso tivesse existido num passado não muito antigo!

ER/AN: Há dezenas de anos, Valentim Alexandre defendeu que o carácter inovador da abordagem da história colonial estava nos escritos de José Capela e não no de historiadores profissionais. No plano historiográfico, qual o legado da diversificada obra de José Capela para todos os estudiosos de Moçambique?

EM: Não sei. Vós, historiadores da História Colonial é que deveis esclarecer isso. Para mim, a questão é: «Contribuirão os escritos de Capela para uma História Moçambicana? Só o futuro dirá. Esperando que sim.

ER/AN: Atenta à pluralidade política, económica, social e cultural de um Moçambique, irreconhecível e inimaginável há poucos anos, para não dizer há décadas, a que desideratos políticos e sociais poderá servir a obra historiográfica de Soares Martins?

EM: Para já, nenhuns. Na atual fase de construção da própria ou próprias identidades

vão tentar que seja ignorado! Só os futuros historiadores moçambicanos vão querer pegar em tudo o que seja útil e indispensável para a História Moçambicana. E os de José Capela são-no.

ER/AN: E qual a importância da obra historiográfica de José Capela para a historiografia de portugueses e de outros sobre Moçambique, a região e as relações com o espaço do Índico?

EM: Servirá para engrossar a bibliografia e algumas notas de roda pé dos profissionais. José Capela não foi, nem será um dos seus! Por enquanto!

ER/AN: A sua própria obra no campo da antropologia sobre as sociedades do norte de Moçambique tem uma forte ligação à história. Como é que a antropologia se articula com a história para compreender o passado dessas sociedades?

EM: Teoricamente, a Antropologia é uma Ciência do Hoje, da observação participante. Mas a maioria dos antropólogos envolvem-se em questões históricas fazendo de conta que não! E outros, fazendo de conta que não houve história, servem modas e jogos políticos internos e externos do momento. Voltai ao Eráti e à história regional das identidades macuas e estruturas e domínios políticos na longa duração (sob domínio europeu desde o final do século XIX)! A mim ficou-me o vício da contextualização histórica, vício que me veio de Vansina e Maquet, em Bruxelas. Mas nas condições de trabalho em que estive envolvido em Moçambique não me tornei nem uma coisa nem outra, nem as duas juntas. Apenas um compilador etnográfico nos tempos livres e nas férias das minhas obrigações de docência na Universidade Eduardo Mondlane e na Universidade Pedagógica.





África em debate

Poderes e identidades



Army in African countries in conditions of armed conflicts (On the example of the Democratic Republic of Congo)

Galina Sidorova* e Igor Harichkin**

pp. 267-277

The formation of statehood in Africa as well as the formation of the relations between its society and army has been unequal. A great influence on this process was made by the colonial past, when interests of African peoples were subordinated to the interests of the metropolises. The institutions of traditional chieftaincy and religious beliefs also have had a significant impact on the society. Numerous conflicts and discords come as a result of cultural difference between ethnic groups, their intransigence and hostility. Over the past two centuries the character of society has changed several times, which entailed transformation of the armed forces as well as their role in life of the entire population.

History

During the period of colonial conquest in the XVII-XIX centuries, metropolises' armed forces conscripted Africans as additional, minor forces, composed of mixed subdivisions in which until the second half of the XIX century officers and non-commissioned officers were European (Subbotin, 2002: 21-38). Due to the fact that Africans were conscripted by force up to the purchase of potential soldiers as slaves, army at that time was out of society and was a foreign body to it.

The structure of colonial societies developed with the growth of the colonial empires of England, France, Portugal and Germany. This new structure demanded more and more armed forces to maintain order in already developed territories and to provide more intensive development of internal areas. The borders of colonies, including internal administration, which later became the frontiers of independent States, were determined by their European colonial authorities' administrations and took into account, in most cases, purely geographical boundaries – rivers, lakes, mountains – fully or partially ignoring the ethnic composition and needs of the indigenous population. The balance of political forces in Europe defined the size of colonies and their location.

When accessing the role of the army in the life of African societies it is also necessary to take into consideration the role of the family. In the most African states up to this day family is a wide concept, rather close to the term “community” in our understanding. Meanwhile,

* Department of Theory and History of International Relations, Moscow State Linguistic University. gal_sid@mail.ru

** Institute of International Relations and Socio-Political Studies, Moscow State Linguistic University. mo.kafedra@yandex.ru

in the late nineteenth century, from the paramilitary forces, consisting of Africans, largely not detached from the everyday life of their families, new divisions began to be prepared. This military force was able to fight not only in the African continent, but also in Europe (Potekhin, 1956: 7). This primarily refers to France, where “Senegalese shooters” took part in the Franco-Prussian war of 1870. Initially, Senegalese divisions were formed of natives from Senegal, who served as soldiers, and junior non-commissioned officers, but by the First and especially the Second world war these forces included representatives of almost all Nations inhabiting the tropical colonies of France in Africa (Fargettas, 2012: 384).

The process of forming divisions within the colonies was subjected to the principle of “displacement” i.e. for the Europeans it was obvious that not only combat application, but also a little bit serious training was impossible on the territory of the tribe or tribal groups, from which recruit came. For this purpose, in most cases recruits were transferred to another ethno-cultural region. For example, military training of Christians and animists (traditional beliefs) were often conducted on the territory of administrative units the Muslim population dominated. After finishing the service soldiers returned to the place of conscription, and, if they hadn't received grass-roots posts in the colonial administration, lived in their communities, receiving very small pensions on years in grade or old age, not standing out considerably in terms of welfare from the tribesmen. Reintegration to the community environment was swift and relatively painless.

Towards the end of the 1950s and early 1960s most countries of the continent gained formal independence, which led to the transformation of the society and armies, and of course, changed their interrelation. Armies of colonial authorities left the colonies almost without striking a blow. This all resulted in a vacuum of armed forces. Depending on the preceding policy of each individual colonial authority in deal of training of the military among the indigenous population there were available a very limited number of officers, a few more troops of the subsidiary character such as military doctors and military financiers, etc. The process of creation of new armed forces in the independent states was affected particularly in a strong way by the fact that most of them were headed by groups with tribal overtones. Within large tribal groups, even in countries with a relatively homogeneous ethnic composition, there were little groups up to several tens of thousands of people. These sub-tribal units formed the basis of colonial army that later defected to the side of the new independent government. The cause of this phenomenon is both ethnic (coexisting of “aggressive and not aggressive tribes,” cattlemen and farmers on the same territory) and socio-economic. For example, in the areas adjacent to the seas, large river systems, and historic trade routes, the standard of living and education, both westernized and traditional, was higher. For the tribes “from the provinces” service in the army was much more attractive financially, it gave the opportunity to obtain education at least up to the level of general literacy. “Having perched” in the army even as a common soldier or recruit actively promoted arrival of his tribesmen to his subdivision, considering the platoon or troop as prototype of his clan, although in a different form.

As a result, in dozens of States in the first years of independence there was a paradoxical situation: the army consisted of ethnic minorities, whose interests were different from the other groups exceeding them a hundred times in number.

This was the real cause of the majority of real or attempted revolutions which occurred so often in Africa in the 1960s-70s. Having come to power, apart from decorating their shoulder boards with new, often very big stars, officers worked hard to save their compatriots in the army. Due to the small number of tribes and, consequently, a limited mobilization base, it was difficult. Even a replacing of all officer positions with fellow tribesmen turned out to be impossible.

The solution was simple. Since a real threat of foreign aggression for most African countries did not exist, and the army was used mainly for suppression of disorders and rebellions of any kind, the basic number of divisions was deliberately made unfit for action. There was no interest in equipping the army with efficient technique.

In this regard, it is appropriate to recall the fragment from the conversation of the author with major General of the Congolese army Padiri Bulenda, that took place in Kinshasa in May 2012, while talking about a possible cooperation of our country with the DRC in the military-technical field. General explained clearly: *“Since the age of colonialism nothing has changed in this country. In terms of the military equipment supply do not try. Today you put it, and in three months it will stay idle and rusting on the roadside”* (Sidorova, 2013: 250).



In fact, even the rulers of some African countries are also afraid of the creation of a strong army in their countries, in order to avoid military coups. One of the former Russian observers, who worked in the Republic of Congo (Brazzaville) in 1982, brought this up as a typical example. Inspecting the tank unit, which consisted of nearly 50 modern tanks, he noticed that they didn't have what was needed in order to start those tanks. Modern tanks can be started either using a battery pack, a pneumatic unit or a hauling unit. All the batteries from the wagon lack electrolytes, within the pneumo-cylinders were some trussed holes, and the hauling units were missing. An officer from that tank regiment explained that the leadership of the country and its surroundings will prevent the appearance of some “extra” combat-ready units, able to commit a military coup. Such was the airborne battalion, which made this kind of attempt earlier.

It is commonly known that in the modern world various models of civil-military relations and political leadership of the armed forces have occurred, which are determined by peculiarities of historical development, by the mentality of the people and other circumstances. It should be noted that in multicultural African societies sometimes it's being tried to establish the structures of a civil society based on the “ethnic” principle. As is well known, this form of self-organization of the civil society was proposed as an alternative to the conflictogenic principle of the ethnic federalism (Filippov, 2001: 23-38). Tribal principle to a certain extent influenced the formation of a modern army.

Society and the army of the Democratic Republic of the Congo (DRC)

In order to better understand the genesis of the process of interaction between the army and civil society in Africa it is proposed to consider the example of the Democratic Republic of the Congo (it is worth mentioning that the country changed its name several times) (Istorija DRK, 2009: 744-746). The Congolese national army has experienced several stages in its formation, beginning with *Force Publique* in 1886 until the formation of the modern army branches – the National forces of the Democratic Republic of the Congo.

In 1886 the Belgian king Leopold II, who was the sole owner (until 1908) of a huge area of two million square kilometers named the Independent state of the Congo, established in its African colony the first military unit – *Force Publique*, where there were not only officers from Belgium, but also from Sweden, Denmark and other European countries. Later, immigrants from East African countries – Cameroon, Rwanda, Burundi – joined the *Force Publique*. By 1914 the army was about 17 thousand people from the Congolese, and the natives at that time “replaced” the white officers, who nevertheless continued to hold command positions. After obtaining the independence in 1960, the Congolese national army (ANC) was formed. The political and military situation in those times was extremely tense. Along with the separatist mood in several provinces of the country there has been a fragmentation of the political society. The persecution of the political leader Patrice Lumumba and his associates had begun.

The newly created army was unable to cope with the growing protests against the government. There was no unity in the army – it was hampered by the disagreements between some ethnic groups, as well as deep-rooted prejudices. Commanders often turned to magic and to the local witches “to become invincible against bullets” or “invisible” in the case of an enemy encirclement. They had made their soldiers believe in this (Wikha Tshibinda, 2010: 1-32). The results were disastrous: “*Convinced of their immortality, thousands of soldiers and civilians, who lost their common sense and their ability to defend properly, died on the battlefields*” (Lanotte, 2003: 36).

In 1965, as a result of a military coup in the Congo, Mobutu Sese Seko came to power, having ruled the country for 32 years. The state was renamed Zaire and the army was renamed the Armed forces of Zaire. During his reign nepotism and tribalism flourished. Mobutu chose for the command positions immigrants from the Provinces of Ecuador, where he was born, and he chose “Lingala” to be the language of the whole army. The last years of the Mobutu regime were characterized by the actual collapse of the security sector of the state. In a decade of continuous subregional and civil wars in the DRC, partially occupied by boundary states, the only regular army had ceased to exist by the middle of 1990s.

Laurent-Désiré Kabila has been called to liberate the country from the despotism of Mobutu. He spent most of his life in partisan detachments, but he had no management skills of a country or an army. And although he managed to overthrow the hated dictator in 1997, he couldn't stay in power. As a result of a conspiracy he was killed in 2001, therefore he did not realize the task of creating an efficient army. One of the reasons for the failed government was the conflict between the military and civil society which was not pleased with the dominance of immigrants from neighboring Rwanda in their country. In the ranks of the Congolese army there was a significant number of officers from the Rwandan army. The Belgian researcher Olivier Lanotte refers these eloquent facts (Vinokurov, 2005a: 109). For the first time the Banyamulenge who had helped Kabila come to power enjoyed a privileged position in the government and some party units. This is the chief of staff George Kaberere, Minister of foreign Affairs B Karaha, General Secretary of ADSOKZ D. Buger (Vinokurov, 2005b: 109). However, the majority of the Congolese people did not support the pro-Rwandian movement of the President. In April 1998, Kabila convened a constitutional commission in order to organize a reform, but this did not solve many deadlock problems.

The army has a child's face

The military forces of state armies, faced with the need of recruiting new soldiers, began to recruit teenage children, not only boys but also girls. In some cases, young children were bought from poor families, but more often they were simply taken away from refugees, who were threatened with a gun. The refugee camps served the aim of refilling the army ranks, numbering tens of thousands, and sometimes up to 200 thousand displaced people, and sometimes even the neighborhoods of shacks from the outskirts of towns in Eastern DRC. The millions of refugees striving for more prosperous areas away from the genocide in Rwanda (1994), from the local conflicts in Burundi, Uganda and the Congo, left their villages and towns. Their only vital problem was daily survival.



Many lacked any hope of improving the situation. The sense of identity and belonging to any government, if there was any, disappeared and the tribal affiliation has become more and more vague.

Taken from such an environment children from the age of 4-5 years appear to be «clean sheet», identifying with the military unit, where there they are living and are taught military science, which is imposed on them. Unlike children of the same age from a refugee camp, they are dressed in a qualitative way compared to the clothing of the majority of local children's military uniform, they are not starving all the time as it happened during all the previous years of their short lives. The children, who found themselves among the militaries, got the nickname «Kadogo», that translated from Swahili means rookie. Having no life experience, «Kadogo» don't understand what death and injury are, how valuable their lives are, and moreover – other lives. More about this is described in the book of the Flemish writer David van Reybrouck (Reybrouck, 2010: 711), who is also a member of the armed forces of the DRC from the former child soldiers (Nzita Nzuami, 2010: 90).

To this day numerous armed groups operating in Central Africa use the work of teenagers. At the age of 8-9 years, child soldiers are involved in combat operations in the infantry, at 10-11 years, in armor and light field artillery (primarily as pitchers and loaders of 60-mm and 82-mm mortars). Often they are charged with carrying out mass executions of prisoners and civilians. Together with older soldiers, they participate on equal terms in the total plunder of the captured settlements, and on reaching puberty, in the mass rapes. According to stories of children, they were used as militants, escorts, porters, cooks, guardians and sexual slaves. They had to carry and bury the bodies of adults and children killed on the battlefield. From the group of girls numbering 421, the recruitment of which was documented, 32 % reported that they had become a victim of rape and sexual abuse. This is stated in the report of the UN Secretary General on the situation of children in the armed conflict from January 2014 (Security Council, 2014: 7).

Having a vague idea of good and evil due to immaturity, as well as traumatized psyches, child soldiers almost do not experience emotions. Often they are accustomed to drugs, used to lower the barrier of fear, remove pain from light wounds and increase endurance

during combat. Drugs are especially used by armed groups that have a Skktaite component, such as May-May, Army of the Lord, and many others. The total number of child soldiers who participated to this day in the ongoing hostilities in Central Africa can be minimally estimated at 300.4 million. In regions where military operations have ceased, attempts are being made to rehabilitate the children soldiers, returning them to normal life.

Security sector reform in the conflict period

The first attempts at regulation the security sector were undertaken in 2003 with the Days of Strategic Planning and Restructuring of the Armed Forces of the Democratic Republic of the Congo, within which a comprehensive plan was developed that focused on creating a triad: the armed forces in the field, response, and the strength of global defense (Mémorandum, 2003: 1). However, the legal regulation plan, which lagged behind the evolution of the internal political situation (the concept of semi-autonomous armed forces in the regions at the time of its approval was out of date and did not meet the centripetal tendencies in the development of the country), was never realized.

Real steps for the creation of the army were taken because of negotiations between the warring factions, held in Pretoria (South Africa) and at the conclusion of a Comprehensive Global ceasefire agreement in March 2003 (Accord Global, 2002: 1). Soon, the Congolese army received its present name, the Armed forces of the Democratic Republic of the Congo, which is reflected in the Transitional Constitution of 2003 (Berhezan, 2014: 3).

A new model of national armed forces of the DRC had no legal basis for a long time (there were only two articles of the Constitution). Only in August 2011 it defines the status of the armed forces of the DRC (law No. 11/12 “On organization and functioning of the armed forces of the DRC”), (Loi, 2011). The act consists of 159 articles. It says that the highest body of the armed forces of the DRC, that is the Supreme Defence Council, headed by the President of the country (Loi organique, 2012: 3). Central control of the armed forces of the DRC is in the Main headquarters, consisting of three structural units that control the army, navy and air force, the secret service and the legal framework – a military Tribunal.

According to the named law, national armed forces should safeguard the independence, territorial integrity, national security, sustainable development, as well as the protection of the population, including abroad, as well as develop their scientific and cultural potential. The leadership of military forces of DRC is obliged to manage human and material resources and monitor the dedicated budgets for these purposes (art. 47).

The armed forces, according to the law of the country, are apolitical, carry out humanitarian missions on peacekeeping and conflict resolution within the framework of the UN, African Union and bilateral and multilateral agreements with the Democratic Republic of the Congo (art. 55). In accordance with the law, it was expected a decrease in the number of the ranks of the army and police resulting from retirements, resignations, and demobilization, in accordance with the programs to increase the effectiveness of the army.

In December 2012, 144 non-governmental organizations (NGO's) of The Democratic Republic of the Congo, addressing the President of the country, have expressed their opinions on the further reform of the power bloc, focusing on creating «*apolitical professional army, which the Congolese people would be proud of*» (Ngangu Muponba, 2012: 5). Understand «apolitical army» as the army which will not take the side of one of the tribes in case of conflict.

Long-term and phased program of the reform of the armed forces of the DRC, aimed at 15 years, envisages the creation of a trained and equipped army by 2025, which will be

able not only to ensure in an independent way the security and territorial integrity of the country after the withdrawal of the UN peacekeeping Mission (MONUSCO), but also to actively participate in the international peacekeeping operations of the African Union and the UN. To achieve these goals, it is planned to implement a complex of measures to modernize the legislative and regulatory framework, to reform the organizational and command structure, to provide it with modern arms and military equipment, personnel training, improvement of the social conditions of the servicemen (optimizing the number of the armed forces, demobilization by age, etc.). The argumentation of the General of the Congolese army Malu Malu is important on this subject. He believes that *“first and foremost, to develop a strategic plan for the military reform, which is based on a clear program, to create an effective system of military tribunals, and to take action to ensure the safety of the civilian population of the Eastern regions”* are necessary to create an effective army (Malu-Malu, 2012: 3).



In connection with numerous remarks by NGOs who defend human rights, in the power structures of the DRC was raised the question of creating a military police to halt massive human rights violations committed by armed forces (discussed later). In view of the critical situation in the East of the country, where there are permanent hotbeds of tension, the country's leadership has embarked on a reorganization of the armed forces throughout the country. The process of transformation began with the North and South Kivu provinces, 30 regiments were formed (prior to this were the brigades or battalions) for 1,200 people, loaded with the equipment and the necessary transport. During the process of the reorganization of the army troops targeted sessions on civil liability, human rights, military tactics and military discipline, physical and sports training were conducted.

Organization of the army is a complex and expensive process. In the countries of the African continent management is even more complicated. In the Democratic Republic of the Congo, in addition to the above factors, there is a complex interplay of Congolese foreign numerous advisers and “experts” from Belgium, France and the United States, who are on a continuous basis in the Ministry of Defence and carefully monitor all military processes.

At present the Supreme Commander-in-Chief President is J. Kabila. He operates the advisory body, the Supreme Defence Council. The President administers the armed forces, through the Ministry of Defence and the General Staff of the armed forces. The Ministry of Defence is the supreme military authority, which determines and realises in practice general principles of construction of the armed forces and the development of the military industry. The General Staff of the armed forces is the supreme body of the operational management of the armed forces. Its functions include development of basic provisions of the military doctrine, the identification of areas of development, training and joint exercises of troops (forces), and operations across the armed forces during the war period. Organizational headquarters consist of five departments: operational and planning, combat

and operational training, military intelligence, administrative and tsha. The headquarters of the armed forces shall exercise direct management of the armed forces. They are chaired by the chiefs of staff. The territory of the Democratic Republic of the Congo is divided into 10 military districts, under the direction of commanders. Forces and resources allocated in the data merge by order of the Chief of the General Staff of the armed forces.

Problems on the way to reform

An important obstacle to the reform of the army is the problem of crimes committed by servicemen of the national armed forces. It is seen in the Congo in the context of human rights violations. This problem has not lost its relevance for a long time and is closely monitored by the UN, the International Criminal Court, a number of international NGOs, including “Human Rights Watch”, “Amnesty International”, “International Crisis Group” and others. DRC researcher Thierry Virkulon believes that *“the army reform in the Congo is dealt with from time to time, without having a certain system”* (Virculon, 2012: 109). One of the large Congolese law enforcement organizations, “Renadok”, stated that nothing changes in the legal sphere, except for official rhetoric, in particular, in the field of reforming the army and the national police. The question is raised about the need to revise the national defense and security policy with a view to creating an effective army and police capable of protecting civilians from emerging threats (Kalonji Mukendi, 2012: 5).

In the opinion of experts of these organizations, the Congolese armed forces pose a serious threat to the civilian population, which is often an object of intimidation and arbitrariness (Rapport de l'AMNESTY, 2012: 74). So, despite the tough statement of the head of the DRC on measures to curb sexual violence and corruption in the army, made in 2009, there have not yet been any significant changes. Measures on the part of the United Nations are also less effective, although the post of the UN Secretary-General's Special Representative on Sexual Violence in Armed Conflict was established because of conflicts. The Code of Honor containing a number of regulations for soldiers and officers (Code de conduit, 2009: 67) is not much useful. In 2011, UN human rights experts conducted a survey of more than 10,000 families in the province of North Kivu and concluded that servicemen ranked second among the criminal elements after the militants operating in the country. From January to June 2012, experts documented numerous violations of human rights by members of the Armed Forces of the DRC. Numerous crimes are committed by deserters from the ranks of the armed forces. Moreover, the illegal actions of Congolese soldiers spread not only to the conflict regions of the East of the DRC. A number of offenses were committed by them during the parliamentary and presidential elections in 2011. Among them – suppression of the opposition forces, journalists' arrests, charges and daily violations due to the so-called “duality” of the functions of the armed forces and the police. Planned actions by the authorities were conducted both in the capital and in all regions of the country. Similar phenomena are observed due to the fact that units of the Republican Guard or the military police often participate in the dispersal of unauthorized demonstrations, assisting the national police, which is unable to withstand large-scale speeches. Theoretically, the national police are called upon to deal with security problems within the country, and the army to ensure external security. However, their duties are “diluted” and do not coincide with the approved strategy under the relevant laws on the army and the police. Often, police units are led by army officers who transfer the model of the armed forces to the police. In addition, army officers created elite rapid response units within the staff structure of the police, which leads to contradictions between servicemen and policemen.

Another problem hampering the establishment of an effective system of interaction between civil society and the military is the involvement of the latter in the process of plundering natural resources. Low-income servicemen of the Armed Forces of the DR of Congo, who often have large families and are forced to look for money on the side, are one of the links in the contraband chain. In addition, some officers are not legally responsible. They benefit from the control over the territories where they are deployed, using the slave labor of ordinary soldiers for mining or the construction of expensive mansions. Another problem is the high corruption among the top management of the Ministry of Defence. Measures against it are practically not being undertaken. Instead of mobilizing the resources of the country to address security issues, senior officers only contribute to the prosperity of corruption, often appropriating the pay of ordinary soldiers. Theoretically, the monthly salary of servicemen in 2015 was \$ 90 for an officer, \$ 60 for a soldier, but these insignificant sums do not reach the lowest army level, settling in the pockets of the highest army leadership. As a result, the military is forced to embark on the path of robbery, forcing the local population to mass exodus in search of a quiet life. An NGO group from the Democratic Republic of the Congo believes that at present the army is disliked and even rejected by civil society. «The Congolese people will cooperate with the army at all times and under any circumstances if it finally becomes a real republican one» (Ngangu Muponba, 2012: 5).

Conclusion

Assessments of interaction between civil society and the army in Africa require knowledge of a number of the civilizational peculiarities of African States. It would be wrong to transfer the European model of the formation of African societies without taking into account their traditions, local beliefs and customs. Although the former metropolises, as in colonial times, trying to keep African countries in its sphere of influence in the “new African policy” by imposing Western standards of development.

Despite the fact that several African countries had democratic elections, having a legitimate head of state and the built vertical of power, the army represents a weak link in the power block of the country. The laws on the army and police, as well as long-term program of reforming of the power unit often exist only on paper.

In the administrative area there is the weakness of the command structure, no discipline and fortitude morale. And most importantly – there is a general idea that could unite the soldiers do not have enough qualified officers. Armed and law enforcement agencies are poorly structured and poorly equipped, undisciplined and little trained. Prevent inter-ethnic differences, and language barrier (for example, in the DRC there are more than 450 tribes speaking local dialects). Recruited from different regions of the country, soldiers sometimes do not understand each other and can't communicate. In this situation, the armed forces cannot guarantee the security and territorial integrity.

Many soldiers do not receive social and medical assistance to die from heart diseases and AIDS. Considering the plight, they often return to their field commanders and become fighters of illegal armed groups. Moreover, the soldiers are forced to plunder and ravage the local population, thereby provoking mass exoduses, as well as a humanitarian catastrophe. In many States of the African continent, the civilian population does not consider the army as a support and a reliable defender. Real change is needed in society, so that law enforcement agencies become worthy and functional.

Given the poor state of the Treasury, in particular in the DRC, the authorities lack the capacity to address issues of reform of the power block and, therefore, are financially

dependent on foreign partners. The palm holds the European Union, strongly proving the “indispensability”. But donor assistance does not resolve the issue. Finance “dissolve” in the vast country, and the situation in the army is not changing.

From the analysis of the studied problem it follows that forming strong and effective civil and military relations in the state depends on such factors as the strict observance by soldiers and officers of the all-civil and special military legislation and the understanding by the population of the need of a national army as an indispensable condition of stability and territorial integrity of the country. In the states with an unstable political system where there are only basic principles of democracy or in the so-called failed state this process goes at slow rates.

Another decade of continuous and consecutive efforts from the political power will be necessary for achievement of required result – that the army serves the country and that people aren't afraid of “the person with a gun».

Bibliographic references

- Accord Global et Inclusif sur la transition eb RDC (Republique d’Afrique du Sud) le 17 decembre 2002. Adopté à Sun City le 1^{er} avril 2003. 2003. URL <http://democratie.francophonie.org/IMG/pdf/VII.1.pdf> (date of the cite: 28.05.2017).
- Berhezan, Georges (2014), *Forces armees de RDC: le chajs isnstitutinnalise?* Bruxelles: Groupe de recherche et d’information sur la paix et la sécurité (GPIP).
- Code de conduit du soldat de la République Démocratique du Congo (2009), Kinshasa: Ministère de la défense nationale et des anciens combatan.
- Code de conduit des forces armées de la République Démocratique du Congo (2010), Kinshasa: Ministère de la défense nationale et des anciens combatants.
- Fargettas, Julien (2012), *Les tirailleurs senegalais*, Paris: Tallandier.
- Filippov, Vassili (2001), *Jetnopoliticheskie paradoksy i krizis jetnicheskogo federalism, Federalizm i regional'naja politika v polijetnichnyh gosudarstvah*, Moskva.
- Harichkin, Igor (2011), *Grazhdanskoe obshhestvo: puti razvitija, Vestnik Universiteta (Gosudarstvennyj universitet upravlenija)*, n. 11, pp. 109-111.
- Kalonji Mukendi, Gode (2012), *Le RENADHOC reste après le retrait de la VSV*, Kinshasa: Le Phare.
- Lanotte, Olivier (2003), *République Démocratique du Congo Guerre sans frontières*, Bruxelles: Complexe.
- Loi n 011/012 du 11 Août 2011 portant organisation et fonctionnement des Forces armées. Kinshasa: Journal Officiel de la République Démocratique du Congo.
- Loi organique N.º 12/001 du 27 juin 2012 portant organisation, composition, attributions et fonctionnement du Conseil supérieur de la défense, Kinshasa: Journal Officiel de la République Démocratique du Congo.
- Malu-Malu, Diana Général A. (2012), *A propos de la réforme des forces armées*, Kinshasa: Le Potentiel.
- Ngangu Muponba, Donatien (2012), *La Société civile insiste sur l'urgence et la nécessité de materialiser la réforme de l'armée*, Kinshasa: Le Potentiel.
- Nzita, Nzuami J. (2010), *Si ma vie d'enfant soldat pouvait être racontée*, Aix-en-Provence: Persée.
- Potehin, Ivan (1956), *Rodovye otnoshenija v sisteme social'nyh otnoshenij sovremennoj afrikanskoj derevni*, Moscow: Institut Afriki RAN.
- Rapport de l'AMNESTY International. Document. La République Démocratique du Congo. « Si tu résiste, on te tue ». Juin 2012. 74 p. // URL: <http://www.amnesty.org/fr/library/asset/>

- AFR62/007/2012/fr/bff12d28-a763-471c-b1ec-e0ec77c6174f/af620072012fr.pdf (date of the cite: 29.01.2017).
- Sidorova, Galina (2013), *Vooruzhennye konflikty v Afrike na primere Demokraticeskoj Respubliki Kongo*, Moscow: Vostochnaja Literature.
- Subbotin, Valeryi (2002), *Kolonial'nye vojska v konce XVIII – nachale XX veka, Voprosy istorii*, n.º 2. pp. 21-38.
- Vinokurov, Jyri (2005), «*Velikaja afrikanskaja vojna*» 1998-2002 gg. (*Istoki i nekotorye posledstvija*). *Problemy social'no-politicheskikh i kul'turnyh transformacij afrikanskih obshhestv v sovremennoj otechestvennoj afrikanistike. Materialy nauchnoj konferencii «Afrika: obshhestva, kul'tury, jazyki»*. Sankt-Peterburg.
- Vircoulon, Thierry (2012), *Afrikarabia – RDC: «Au Kivu, la solution est politique»* 15.05.12 URL: <http://www.congoforum.be/fr/interviewsdetail.asp?id=186884&interviews=selected> (date of the cite: 12.05.2014).
- Wikha, Tshibinda (2010), *Les forces armées de la République Démocratique du Congo. Organisation, structure et base juridique*. URL http://www.hamann-legal.de/upload/8Baudouin_2.pdf (date of the cite: 26.05.2017)

Handwritten Arabic text in a dense, cursive script, likely a manuscript or a collection of verses. The text is written in black ink on a light-colored background. The script is highly stylized and difficult to read due to its density and the overlapping of lines. The text appears to be a collection of verses or a continuous passage, possibly related to religious or historical themes. The words are written in a way that fills the page, with very little white space between the lines. The overall appearance is that of a well-used, possibly aged, manuscript page.



Notas de leitura

L'Ultramar intéresse-t-il les éditeurs portugais?

René Pélissier

pp. 281-296

Généralités et regroupement de plusieurs pays

Sans que cela soit une règle absolue, il est fréquent que les rapatriés de conflits coloniaux – ainsi que leurs descendants – et surtout les anciens combattants, se plaignent d'être oubliés, voire méprisés, par la société dans laquelle ils se sont réinsérés tant bien que mal, après leur «retour». Pour les démobilisés cela varie évidemment selon la nature et l'ampleur de la guerre dans laquelle ils ont été impliqués, selon aussi la psychologie nationale, l'intensité de la participation de la population, de même que des combats, des pertes et de la durée de la guerre et de ses objectifs. Le facteur prépondérant semble être la réponse à cette double question: a-t-on vaincu (et gagné) ou perdu la guerre et valait-elle de tels sacrifices? Il faut naturellement comparer entre d'une part une guerre patriotique comme celle conduite par la Belgique et la France en 1914-1918, ou l'URSS contre l'Allemagne nazie et ses alliés, et d'autre part une guerre coloniale comme celle des Portugais en 1961-1974 ou des Français en Indochine et en Algérie, et aussi une guerre foncièrement idéologique telle que celles des Etats-Unis au Vietnam ou de l'Afrique du Sud en Angola nous en offrent l'exemple. N'évoquons même pas les combinaisons de motivations possibles qui sont attestées dans maints conflits.

Bref, pour ce qui est des anciens combattants portugais, ils ne sont pas les seuls à s'estimer maltraités par la nouvelle société *post-bellum*, et un observateur étranger ne vivant pas dans cette société n'est pas le mieux placé pour évaluer la pertinence ou non de cette impression. Il a un simple outil très imparfait à sa disposition: l'importance de l'*antigo Ultramar* dans la presse et l'édition actuelles. A en juger de par les rafales de textes, la source ultramarine n'est pas tarie, loin de là, au Portugal. Qu'on en juge!

O jornalismo português e a guerra colonial¹ est un livre important qui nous replonge dans les marécages nauséabonds d'une fin d'empire récalcitrant, le tout dans un contexte autoritaire qui jusqu'au bout se sera battu pour prétendre, contre toute vraisemblance, que le cas portugais était unique. Il fallait intoxiquer l'opinion publique de la métropole et museler l'information contraire. Quoi de plus efficace alors que la PIDE (et la censure) dans le panorama institutionnel de la fin du salazarisme? En réunissant, 32 textes de journalistes, anciens militaires, politiciens, professeurs, etc., l'organisatrice du recueil a réussi à composer une étude qui laisse peu de zones d'ombre sur ce qu'on pouvait écrire ou dire publiquement jusqu'en 1974. A force de censurer et surtout de s'autocensurer, la presse coloniale portugaise était devenue un «terrain vague» que nous pûmes mesurer sur place en Angola le jour où nous tombâmes sur un journal sud-africain oublié dans une chambre

¹ Torres, Sílvia (coord.) (2016), *O jornalismo português e a guerra colonial*, Lisboa, Guerra e Paz, pp. 431, photos noir et blanc.

dans la Lunda en 1966. Les journalistes angolistes de l'époque, interviewés dans ce livre, prétendent pourtant que la presse locale était plus «libre» qu'au Portugal. Admettons! Pour nous c'était l'incarnation d'un provincialisme étriqué où tout était réuni pour en faire l'une des pires en Afrique sud-saharienne. C'était une sorte de *Pravda* d'extrême droite à l'eau de rose s'adressant à des colons portugais qui ne se rendaient pas compte ou ne voulaient pas l'admettre qu'ils étaient en guerre. Situation inverse de ce qui se passait, selon le brillant chapitre consacré à Spínola et à un représentant de la presse portugaise en 1972 (pp. 350-374), en Guiné.

Avec la même orientation, mais de façon plus brutale, le livre posthume des deux co-auteurs qui suivent aurait peut-être mérité une préparation plus attentive. Si nous avons bien compris, c'est un couple de partisans farouches de la lutte anticolonialiste qui a rédigé **Histórias coloniais**². Chaque lecteur en tirera les conclusions qu'il voudra, mais nous porterons à son crédit qu'il a pioché libéralement dans les travaux de ses prédécesseurs et quelques archives pour donner huit brèves études consacrées à démontrer qu'aucune parcelle de l'Império n'a jamais accepté sans se révolter la domination portugaise. Ce faisant nous apprenons que même dans ce «laboratoire» du lusotropicalisme que l'on prétend parfois trouver au Cap-Vert, les colonisés se dressèrent contre le Portugal dès 1934. Si les deux co-auteurs étaient sortis des écrits des mythographes marxisants du type Basil Davidson, ils auraient dû remonter au XIX^e siècle (pour ne pas dire dès le début de l'installation coloniale) pour trouver des ancêtres nationalistes résistants les armes à la main. Cela aurait exigé des recherches originales et au minimum 1 500 pages, tâche évidemment au-delà de ce qu'on peut attendre d'un simple historien professionnel. Ce qui manque en définitive actuellement au Portugal ce sont deux ou trois éditeurs curieux de ce qu'ils ignorent, qui sortiraient des sentiers battus et qui montreraient qu'un petit public local existe qui oserait prendre dans l'histoire nationale autre chose que ce que l'historiographie routinière lui a enseigné dès l'école primaire. Tant qu'on reste avec Vasco da Gama on vendra, espère-t-on. Mais aller fouiller dans les coins les plus obscurs, c'est financièrement risqué. Vraiment? Maintenant qu'il n'y a plus de censure officielle, l'autocensure semble l'avoir remplacée sous la forme de comptables ignorants. Donc, ce livre constitue un premier pas encore timide de l'autre côté du miroir. Applaudissons-le avec prudence pour qu'il fasse des émules plus aventureux que lui.

Capitães do fim ... do Quarto Império³ ne soulève pas ce genre de problèmes, même s'il ne plaira pas à tout le monde au Portugal. Tiré d'une thèse de sociologie de quelque 900 pages, il constitue une défense du rôle des capitaines issus du contingent («capitaines éprouvettes» dans le jargon des officiers de carrière qui ne les aimaient pas). Ils avaient été créés à partir de 1970, à la «va-vite», pour répondre au manque criant d'officiers subalternes placés à la tête des centaines de compagnies qui quadrillaient les 2.000.000 km² de l'Império. Autrement dit, en cette fin de cycle, les candidats à l'admission au Saint-Cyr portugais ne se bouscullaient pas au concours depuis qu'on risquait de mourir en uniforme, même dans une guerre asymétrique. Le texte se divise en deux grandes parties: 1.^o) le contexte politique et la «formation-éclair» de ces «capitaines éprouvettes»; 2.^o) les témoignages de ces intéressés, ventilés entre ceux qui ont publié leurs expériences et ceux qui ont simplement été interviewés par l'auteur qui les a classés par théâtres d'opérations. La tonalité générale est sombre: un sentiment de gâchis et même parfois de honte d'avoir participé à une décolonisation qui fut tout sauf «exemplaire».

² Mateus, Dalila Cabrita & Mateus, Álvaro (2016), *Histórias coloniais*, Lisboa, A esfera dos livros, pp. 270, photos noir et blanc.

³ Nogueira, António Inácio (2016), *Capitães do fim ... do Quarto Império*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 367.

Le poids de l'Ultramar dans l'édition portugaise actuelle apparaît même en force dans le Volume II de la biographie monumentale du président **Jorge Sampaio**⁴, telle que l'a établie le journaliste José Pedro Castanheira. Dans une précédente chronique consacrée au Volume I, nous avions suffisamment exprimé notre sentiment sur les grandes qualités du travail de l'auteur, mais nous ne pouvions pas prévoir que l'avenir de l'Angola et surtout de Timor et de Macau allait requérir plus d'une centaine de pages du Volume II portant sur le rôle de diplomate du président portugais. Nous renvoyons donc à la Section IV tous les lecteurs férus de déambulations dans les labyrinthes des conférences internationales et les coulisses des cabinets ministériels.

Toujours dans les poids lourds, mais en remontant le temps colonial, on doit signaler deux autres mastodontes. **Arquitetura moderna em África**⁵ exigerait un présentateur plus qualifié qu'un historien militaire. Et nous allons nous contenter d'enfoncer une porte ouverte en rappelant aux non-initiés que les architectes portugais ont acquis à l'étranger une notoriété qui dépasse de loin tout ce que peuvent ambitionner leurs confrères issus de pays infiniment plus connus et étudiés que le Portugal. Et cette gloire déborde largement les limites de la profession puisque certains de ses pratiquants intéressent même la grande presse de qualité, hors frontières. Le lecteur de l'ouvrage doit cependant se poser une question cruciale devant la richesse de l'iconographie (plusieurs centaines de photos couleur) offerte. Qui paie ces œuvres d'art? Probablement pas les éditeurs portugais, compte tenu de leur situation financière et de leur timidité avant de se lancer dans des investissements n'atteignant pas le vingtième du coût des livres d'architecture! Il y a donc là des mystères que nous ne sommes pas capable d'élucider. La directrice du volume et ses collaborateurs ont donc battu le rappel de toutes les constructions caractéristiques et notables datant des années 1940 (jusqu'en 1975) que le développement des villes blanches, suite au boom économique en Angola et au Mozambique, justifia à l'époque. Ils les analysent peut-être en faisant l'impasse sur ce qu'elles sont devenues depuis l'indépendance, ce qui nous laisse avec une impression de fraîcheur vraisemblablement parfois usurpée par les occupants actuels.

Si les censeurs de l'Estado Novo lisaient le magnifique livre d'Arlindo Manuel Caldeira, **Escravos em Portugal**⁶ ils tomberaient foudroyés par l'apoplexie. L'auteur calcule que du XV^e au XVIII^e siècle vécut en métropole et dans les îles adjacentes un million d'esclaves, ce qui non seulement place le Portugal parmi les principaux pays européens détenteurs de cette main-d'œuvre mais le situe en tête du palmarès, si l'on peut dire. On ne parle pas ici du Brésil, donneur de leçons traditionnel. L'un des points forts de Caldeira est qu'il s'attache à montrer que si l'esclave noir (et métis) était majoritaire, il y eut aussi au Portugal des esclaves «blancs» (musulmans d'Afrique du Nord, des Asiatiques, etc.). Mais son coup de maître est que son livre porte sur l'esclave en tant qu'individu et dans ses relations avec son propriétaire et son environnement. Les titres des chapitres sont éclairants à cet égard: achat et vente des esclaves; géographie de l'implantation de ces captifs; différences de statuts (ville, campagne, cour); pratiques religieuses (y compris sorcellerie), famille, sexualité, émancipation, etc. Et pour chaque situation, il s'efforce de donner un ou plusieurs cas concrets, ce qui rend passionnante la lecture. En un mot, il personnalise des «objets» statistiques. Allant encore plus loin, il nous apprend que d'autres formes d'esclavage moderne refont surface dans le Portugal (et l'Espagne) de nos jours, même s'il ne s'agit plus

⁴ Castanheira, José Pedro (2017), **Jorge Sampaio. Uma biografia. Volume II. O Presidente**, Lisboa, Edições Nelson de Matos; Porto, Porto Editora, pp. 1063, photos noir et blanc.

⁵ Tostões, Ana (ed.) (2013?), **Arquitetura moderna em África: Angola e Moçambique**, Caleidoscópio, Casal de Cambra (Portugal), pp. 477, centaines de photos noir et blanc et couleur.

⁶ Caldeira, Arlindo Manuel (2017), **Escravos em Portugal dos origens ao século XIX. Histórias de vida de homens, mulheres e crianças sob cativo**, Lisboa, A esfera dos livros, pp. 523.

d'Africains mais d'ouvriers bien blancs et portugais. Des esprits malveillants pourraient également prétendre que l'héritage colonial est si lourd au Portugal dans la mentalité de certains petits caciques de province qu'ils traitent leurs travailleurs comme les colons de jadis.

Il faut donc rendre hommage à la minutie et au fabuleux travail d'un historien qui a pris le taureau par les cornes pour nous révéler l'un des aspects les moins reluisants du passé national. Dès lors, nous ne pouvons que recommander la traduction en anglais de ce titre, ne serait-ce que pour élargir les perspectives des chercheurs américains qui persistent à quantifier et autopsier les problèmes innombrables légués par une partie de leurs ancêtres. Ils se sont même installés et incrustés dans la mentalité de certains milieux actuels. L'esclavage est une constante historique dans la quasi-totalité des sociétés humaines, y compris parfois contemporaines. Abstenons-nous donc de jeter la pierre à tel ou tel. Qui est innocent par ces temps de bandes d'exploiteurs et de mafias transfrontalières?

Les **Histórias de uma bala só**⁷ du pilote-aviateur devenu homme d'affaires en RDC actuelle, Carlos Acabado, contiennent des récits intéressants l'Est-Angola et aussi la Guinée. L'auteur a un talent de conteur humoriste, mais il éclaire aussi certains faits historiques comme: 1.º) l'attaque par l'UNITA en 1966 de Teixeira de Sousa; 2.º) les relations entre les commerçants de l'agglomération et les hommes politiques katangais. Et un cas probablement véridique d'espionnage par une métisse qui se laisse emporter par la passion amoureuse pour favoriser tantôt le MPLA, tantôt les militaires portugais, tantôt les deux à la fois. Très loin de la CIA, chacun utilisait ses charmes dans ce Far-East incertain; 3.º) l'attaque (mai 1973) par le bataillon de *comandos* africains de la base de Kumbamori du PAIGC au Sénégal, face au poste portugais de Guidage.

Guinée

Usons d'un euphémisme en disant que cette Guinée portugaise n'a pas laissé beaucoup de traces positives dans la conscience coloniale des élites métropolitaines des deux derniers siècles. Nid de guêpes pour les gouvernants cap-verdiens et européens, et souvenirs amers pour les dizaines de milliers de soldats qu'ils y envoyèrent, cette colonie tardive n'avait même pas la ressource d'avoir engendré un colonat européen et, de ce fait, tissé des liens familiaux avec le petit peuple du Portugal, comme ce fut le cas pour l'Angola et même le Mozambique: pas de «*retornados*» pour la Guinée, mais des anciens combattants blessés ou revenus malades des tropiques insalubres. Rares sont donc les auteurs qui la regrettent, et si on disposait de bases complètes on verrait incontestablement que les optimistes qui en sont réchappés ne sont pas majoritaires. Mais il en existe et la preuve nous en est fournie par les deux titres qui suivent.

Les **Memórias boas da minha guerra**⁸ sont offertes par un ancien sous-officier qui y accomplit son service militaire de mai 1967 à février 1969, donc avant que les choses tournent carrément au vinaigre pour le Portugal et ses partisans. Bambadinca, Fã Mandinga, Catió, Gandembel, Cabedu, Dunane, Canquelifa, etc., n'étaient pas précisément des stations thermales, et l'auteur participa à de nombreuses opérations, mais il n'insiste pas trop sur le déroulement des combats, sinon pour en retenir le côté anecdotique, voire humoristique. C'est son droit et cela nous change.

⁷ Acabado, Carlos (2017), *Histórias de uma bala só. Acasos de vida e de morte que a trajetória de uma bala ditou*, Lisboa, Ancora Editora; Oeiras, Núcleo de Oeiras/Casais da Liga dos combatentes, pp. 150, photos noir et blanc.

⁸ Ferreira, José (2016), *Memórias boas da minha guerra. Volume I*, Lisboa, Chiado, pp. 216, photos noir et blanc.

La **Guinée**⁹ qui lui emboîte le pas a des ambitions littéraires qui surgissent dans ces souvenirs mêlés de guerre et de services en coopération. L'auteur y était *alferes miliciano* en 1970-1972 puis y revint en tant que conseiller technique (hôpital) en 1990-1992. Il a donc une double vision de la Guinée vue à travers le prisme du combattant au bord du précipice et ensuite du technicien plongé dans le chaos de l'indépendance. Comme cela ne lui suffisait pas, il a aussi inventé des chapitres historiques inspirés de personnages ayant existé (premiers navigateurs, mercenaires sénégalais, etc.). Il appartient aussi à l'école des Portugais qui ont conservé des réminiscences émues de leurs amours avec les jeunes beautés locales. Bien.

Nous ne savons pas si la lecture du gros volume de João Freire, **A colonização portuguesa da Guiné (1880-1960)**¹⁰ doit faire classer l'auteur dans le tiroir des optimistes ou celui des pessimistes. Les chapitres consacrés à l'implantation militaire sont établis d'après notre livre *Naissance de la Guinée...*, Editions Pélessier, 1989, Orgeval. En revanche, tout ce qui concerne l'Administration coloniale, la sociologie, l'économie, la vie sociale et le rôle – capital – de la Marinha en Guinée est original bien que l'organisation du livre soit compliquée (que vient faire l'Appendice sur la Marine en Angola et à São Tomé?). Il y avait là de quoi faire un livre séparé. En résumé, un texte très riche qui aborde des sujets extérieurs à la Guinée (cf. la guerre de Batepá). Mais les diagrammes et la cartographie sont précieux. Nous sommes d'accord avec l'auteur lorsqu'il réfute la thèse (propagée par un Américain) d'un nationalisme pan-*guineense* au sein de la population tribalisée, et il démolit l'utopie d'une coalition des *indígenas* contre les Portugais. L'admettre reviendrait à orienter des travaux censés être scientifiques en fonction des préjugés d'un auteur nationaliste qui défend sa chapelle, au mépris de l'histoire militaire. João Freire ne tombe évidemment pas dans cette erreur car la résistance à la conquête portugaise a toujours été segmentée selon des clivages ethniques et/ou religieux.

Curieusement, João Freire, placé devant les lacunes des bibliothèques portugaises, s'est presque entièrement abstenu d'utiliser les témoignages d'étrangers ou les volumes des *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Academia das Ciências, gigantesque compilation d'un officier de marine (Cristiano José de Sena Barcelos) d'origine cap-verdienne partielle. Par contre, il s'est essentiellement appuyé sur les torrents de législation parus au *Boletim Oficial* local, émanant de Lisbonne, de Bolama puis de Bissau. Il en résulte une image relativement flatteuse et progressiste de l'Administration portugaise sans que le lecteur puisse se rendre compte de son application sur le terrain et de l'influence réelle de ce juridisme forcené sur la population tribalisée (sauf pour ce qui est du réseau routier). La Guinée à la fin du cycle colonial était la victime de la mauvaise réputation à l'étranger de l'Administration locale. La colonie était sous-développée, certes, mais ce n'était pas pour autant un enfer où rôtaient des *indígenas* affamés. Avec les frontières aussi proches et poreuses qui étaient les siennes, les exodes massifs de population auraient eu vite fait de vider le pays au profit des voisins. Ce n'était pas le cas.

Angola

Comme le Mozambique, l'Angola n'est pas prêt à quitter l'imaginaire – et les préoccupations – du Portugal actuel, bien après le décès du dernier ancien combattant et du dernier «*retornado*». En témoigne l'abondance récente des nouvelles parutions et leur variété. Commençons par les origines.

⁹ Salgado, Paulo Cordeiro (2016), *Guiné, crónicas de guerra e amor*, Carviçais (Portugal), Lema d'Origem Editora, pp. 232, illustrations couleur.

¹⁰ Freire, João (2017), *A colonização portuguesa da Guiné (1880-1960). Contributos sobre o papel da Marinha - com dois apêndices sobre Cabo Verde e São Tomé e sobre a caça aos negreiros de Angola*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, pp. 445, photos noir et blanc.

Il est plus facile à un journaliste éminent de se proclamer historien qu'à un historien académique de devenir journaliste. Même en Angola où l'avenir des historiens locaux nous paraît être loin d'être assuré, tant la concurrence est vive dans les médias. **Crónica da fundação. Huambo Nova Lisboa**¹¹ semble nous en apporter la confirmation. Ce livre a été rédigé par un journaliste «retornado», né à Nova Lisboa en 1947 et élevé dans le prestige de sa profession à l'échelon colonial. Il ne s'est donc pas embarrassé des démarches habituelles attendues d'un historien universitaire, à savoir: 1.º) rassembler le maximum de sources et de travaux et les confronter minutieusement; 2.º) ne pas se laisser décourager par l'ampleur de son sujet; 3.º) essayer d'établir une «vérité moyenne» et la présenter humblement en soulignant les incertitudes et les faiblesses de la documentation utilisée, sans vouloir introduire des problèmes qui n'ont rien à voir avec le thème central. Une fois libéré des excroissances du livre, le lecteur qui voudrait savoir comment est née, en 1912, Nova Lisboa, trouvera ici, cependant, quelques pages originales sur des personnages sous-estimés dans l'histoire du Plateau central. Pour le reste, un simple coup d'œil à la bibliographie indiquée devrait suffire à éclairer sa lanterne, s'il est du métier.

On sera encore plus rapide avec **Angola 1961**¹² car nous avons la nette impression que ce livre est la réédition plus ou moins élargie ou modifiée d'un texte antérieur de son auteur (*Estratégia de um conflito. Angola 1961-1974*, Lisboa, Prefácio, 2008, 207 p.) que vous avons déjà longuement analysé (cf. René Pélissier, *Portugal-Afrique-Pacifique*, Editions Pélissier, Orgeval, 2015, 201 p). Nous résumerons nos appréciations en disant qu'il s'agit d'une présentation des qualités des forces terrestres portugaises et non d'un historique détaillé des opérations pour la seule année 1961.

Os Flechas¹³, contrairement à ce qui est dit en quatrième de couverture, ne devrait pas avoir la prétention d'être la première étude à avoir décrit la plus grande réussite de la PIDE en Angola sur le plan strictement militaire. Cet honneur revient à John P. Cann, *The Flechas...*, publié en Afrique du sud (30.º South Publishers) dès 2013, qui est le pionnier en ce domaine. L'auteur du livre devrait le savoir puisqu'il est l'officier en activité de la Marine portugaise qui fut chargé un temps du renseignement dans cette prestigieuse corporation. Nous ne voulons pas croire que la Bibliothèque de la Marine portugaise ignore John P. Cann qui est le chantre américain (lui-même officier de la Marine US) des prouesses des «marines» portugais en Afrique. Quoiqu'on ait vu pire dans les bibliothèques portugaises! Peu importe, en réalité, car **Os Flechas**, fondé sur des recherches archivistiques sérieuses de son auteur, complète largement le travail de John P. Cann. Le texte montre que la guerre avait été «gagnée» en 1974 dans l'Angola oriental grâce aux *Flechas* et à la PIDE/DGS, ce qui est peut-être un peu exagéré. Et son auteur ajoute pour enfoncer le clou que Kaulza de Arriaga s'opposa à la création ou la venue des *Flechas* au Mozambique, car il n'acceptait pas que la PIDE/DGS installe une troupe à elle, en dehors de l'Armée régulière. Les querelles interarmes sont fréquentes dans les institutions militaires lorsqu'elles ont atteint le degré maximum de la sclérose, et l'Armée de l'Estado Novo n'échappait pas à cette fatalité. Le coup de génie est que la PIDE/DGS avait finalement compris que l'Armée de Terre n'était pas adaptée à la guerre subversive et qu'il fallait donc recourir aux bonnes vieilles recettes des Portugais en Afrique tropicale: la guerre ethnique. Et là, par l'intrigue et quelques subsides, ils n'eurent pas trop de mal à faire combattre les Bantous et leurs métis révolutionnaires par ceux qu'ils méprisaient: les Bushmen qui massacrèrent sans vergogne les guérilleros, très

¹¹ Figueiredo, Xavier (2014), *Crónica da fundação. Huambo Nova Lisboa. Uma cidade criada em condições inéditas, em tempo de mudança*, Lisboa, Monitorius, pp. 172, photos et cartes noir et blanc.

¹² Bernardo, Henrique Gomes (2017), *Angola 1961. História e estratégia de um conflito*, Lisboa, Chiado Editora, pp. 383.

¹³ Ângelo, Fernando Cavaleiro (2017), *Os Flechas. A tropa secreta da PIDE/DGS na guerra de Angola (1967-1974)*. Alfragide (Portugal), Casa das Letras, pp. 288 + 8 p. de planches noir et blanc.

loin de Genève et de ses conventions. Quand l'Armée portugaise et la DGS abandonnèrent lâchement leurs terribles tueurs auxiliaires en 1974-1975, les Bushmen payèrent chèrement leur participation à un conflit qui les dépassait. Les rescapés des contre-massacres furent alors recueillis par les Sud-Africains qui à leur tour surent les exploiter à leur profit. Quand on connaît la situation actuelle des survivants abandonnés en Angola, Namibie et Afrique du Sud, qui doit-on incriminer? L'inspecteur Óscar Cardoso, l'inventeur diabolique des *Flechas*? La folie des débâcles confuses? Les tueurs des deux camps? Les politiques?

Pour les Portugais qui n'ont pas accès à la littérature angolaise en anglais *Os Flechas* constitue une très honnête introduction à un problème de moralité publique qui hantera encore longtemps les spécialistes des questions militaires au Portugal.

Plus de quarante ans après coup, apparaissent encore des livres qui éclairent des épisodes inconnus des années troubles de 1974-1975. Nous recommandons comme très utile *Angola*¹⁴, travail d'un technicien de l'aéronautique portugais, exilé au Brésil. Parmi les histoires vécues qu'il présente, on remarque dans le désordre chronologique: 1.º) un camp de redressement pour jeunes, installé par le MPLA dans le *muceque* Rangel à Luanda (août 1975); 2.º) la guerre civile à Malange occupé par le FNLA (août 1975) et évacué par l'Armée portugaise; 3.º) le détournement d'un avion des lignes intérieures (17 octobre 1975), au profit du FNLA; 4.º) l'ambiance au QG de Holden Roberto à Ambriz à la veille ou pendant la bataille décisive de Quifangondo; 5.º) la célébration de l'indépendance à Carmona/Uíge sous la responsabilité de Daniel Chipenda (devenu secrétaire général du FNLA), puis à Nova Lisboa/Huambo (11 novembre 1975) pour le compte de la coalition factice FNLA-UNITA; 6.º) la vie angoissée dans le *colonato* de Cela en mars 1961; 7.º) la situation à Ambriz après l'effondrement du FNLA à Quifangondo; 8.º) l'utilisation de l'aviation du FNLA pour ravitailler en armes les troupes encore «fidèles» à Serpa Pinto/Menongue, Cuito Cuanavale, Calai et Cuangar (mi-décembre 1975); 9.º) Noël 1975, la mésentente entre les troupes de l'UNITA et celles du FNLA à Huambo d'où l'avion rapatrie Holden Roberto à Kinshasa.

Encore plus précieux et même capital pour mesurer l'état de décomposition pitoyable de l'Armée portugaise en Angola oriental pendant l'été 1975, il est indispensable de lire *Últimos no Leste de Angola*¹⁵ rédigé par un ancien (?) anarchiste qui eut le malheur d'être incorporé en métropole deux jours avant le 25 avril 1974 et envoyé tardivement (17 mai 1975) avec son bataillon en Angola pour protéger l'évacuation des colons orientaux repliés sur Luso/Luena. Son texte comprend le journal du sous-officier Jorge Machado-Dias et la reproduction des *relatórios* de divers officiers (et d'un sous-officier) à propos des graves événements qu'il relate. Il ne porte pas dans son cœur l'UNITA, ni les deux autres mouvements nationalistes opérant dans la Lunda et au Moxico. On doit considérer ce livre comme un document sérieux décrivant sans complaisance la déliquescence des forces terrestres, sur le terrain même où elles avaient remporté leur plus brillante victoire sur la guérilla: l'Est On l'a déjà écrit maintes fois, leurs retraites, minées par l'effondrement du commandement, leur sont souvent fatales. Cela devient une débandade tragico-comique lorsque plus personne ne veut être le dernier mort d'une guerre coloniale, censée être terminée depuis 1974. L'analyse de l'auteur est impitoyable: incompréhension totale entre les colons, les conscrits et les officiers métropolitains.

Fin juillet 1975, il y a des combats de rues à Luso entre MPLA (revenu) et le FNLA: les Portugais en uniforme se contentent de ramasser morts et blessés. Le 12 août, un convoi de véhicules avec 300 colons à bord part vers l'ouest, escorté par une unité. Ceux qui restent

¹⁴ Carraça, António Pisco (2017), *Angola. Lembranças de uma guerra esquecida*, Lisboa, Chiado Editora, pp. 193, photos noir et blanc.

¹⁵ Machado-Dias, Jorge (avec le concours de Silva, José Manuel da & Figueiras, Almerindo) (2017), *Últimos no Leste de Angola na retirada do Exército português em 1975*, Lisboa, Chiado Editora, pp. 326, nombreuses photos noir et blanc.

en arrière (environ 400 hommes) sont chargés d'évacuer à leur tour un millier d'armes et du matériel de guerre, embarqués sur un train (près d'1 km de long) qui contient aussi près de 400 colons. Or l'UNITA a besoin de ces armes car il vient d'être chassé de Luso par le MPLA et ses alliés, les fameux «Tigres» katangais. Le train part le 17 août: il ne laisse plus de soldats portugais derrière lui et ce jusqu'à la frontière zambienne. Mais le train est arrêté deux fois en route par l'UNITA. L'UNITA a été avisée du stock d'armes probablement par les cheminots du chemin de fer de Benguela. Les soldats portugais ne peuvent se défendre (trop dispersés et sans ordres de résister). L'UNITA «hérite» donc des armes escortées, plus celles du bataillon et des colons qui perdent aussi leurs véhicules évacués sur des wagons plats.

Lamentable entrée dans la gare de Nova Lisboa de ce qui reste d'un bataillon désarmé, et déjà à moitié en civil. Le bataillon végétera en attente pendant des semaines à Nova Lisboa tenu par l'UNITA mais il a fini de perdre son âme: il n'obéit même plus à ses officiers. Les annexes du volume montrent que les unités encore dispersées dans la Lunda seront regroupées à Saurimo et pourront sortir sans incident du district de la Lunda tombé entre les mains du MPLA.

L'aviation ayant pris soin de déménager dès juin 1975 sa base aérienne de Saurimo, il n'y a donc plus de forces portugaises constituées sur un théâtre d'opérations qui s'étendait sur tout le ventre mou de l'Angola depuis 1966: des centaines de milliers de km² vont alors s'enfoncer dans la guerre civile qui y durera plus de deux décennies.

Faisons un retour en arrière dans le temps et l'espace (la côte et les villes intérieures) puisque l'on aborde maintenant le cimetière des illusions perdues. **Franco-atiradores**¹⁶ a pour auteur un blanc d'Angola qui entremêle des épisodes de sa biographie et des articles (ou d'autres textes) qu'il avait élaborés au fil des années de sa militance. Il n'a joué qu'un rôle minime dans le mouvement nationaliste angolais. C'est plutôt, il le reconnaît, un marginal qui partit étudier au Brésil et voulut organiser avec quelques blancs et métis une formation clandestine et monter des actions pacifiques (tracts, affiches, etc.) contre l'Armée portugaise en Angola. Non marxistes et généreux, ils voulaient établir une démocratie dans un pays qui ne l'avait jamais connue. Peut-être charmés par les leurres des sirènes du lusotropicalisme à la brésilienne, ils rêvaient d'un pays arc-en-ciel potentiel qui échoua devant un racisme bilatéral. Il ne suffisait pas d'habiter près d'un *muçequ* pour dissiper la méfiance. Ces illuminés auraient dû faire preuve de réalisme car si les colons n'étaient pas unanimes quant à leur avenir sur place, ils n'étaient pas pour autant majoritairement disposés à accepter les slogans égalitaires. Prolétaires, petits ou moyens bourgeois laissaient cela aux songe-creux et aux phantasmes de la jeunesse. Face aux marxisants sans états d'âme et aux masses négro-africaines, vouloir créer un faux Brésil c'était vraiment prendre ses désirs pour des réalités.

Leonor Figueiredo, journaliste portugaise élevée en Angola, nous montre de façon détaillée une autre variété de cette effervescence politico-utopique. Comme elle était sur place à Luanda lors de la prise en main de la capitale par les durs du MPLA rentrés d'exil. **O fim da extrema-esquerda**¹⁷ nous éclaire sur un aspect mal connu de nous: la répression impitoyable déclenchée par le MPLA de Brazzaville et des maquis (les plus politisés et les plus aguerris) contre une nébuleuse de jeunes crédules qui croyaient, eux qui étaient restés tranquillement en Angola, qu'ils allaient être capables de se mesurer au pro-soviétisme et à l'habileté des nouveaux arrivants. Ces pseudo-maoïstes imaginaient-ils une fable pouvant

¹⁶ Gonçalves, Jonuel (2017), *Franco-atiradores. Clandestinidade e informalidade nos combates democráticos em Angola (Abril de 1958-Abril de 2017)*, Lisboa, Guerra e Paz, pp. 203, photos noir et blanc.

¹⁷ Figueiredo, Leonor (2017), *O fim da extrema-esquerda. Como o MPLA dizimou os Comités Amílcar Cabral e a OCA (1974-1980)*, Lisboa, Guerra e Paz, pp. 262, photos noir et blanc.

devenir réalité en Angola, grâce à leur activisme brouillon dans les lycées? S'appuyant sur ses souvenirs et ceux des acteurs qui vécurent cette folle entreprise, l'auteure a déterré des secrets qui hantent encore les rescapés (une centaine de victimes) des incarcérations et des tortures ordonnées par le MPLA dès 1974 (avant donc la déclaration d'indépendance du 11 novembre 1975) jusqu'en 1980, c'est-à-dire même après les éliminations bien plus massives qui frappèrent à partir de 1977 les partisans de Nito Alves, ou censés tels. Il y a toujours «plusieurs demeures dans la maison du Père», mais on les retrouve aussi chez les marxistes et les autres nationalistes s'étant emparés d'un quelconque pouvoir. Surtout en Afrique. Il rapporte trop pour qu'on le partage inconsidérément. Bon livre qui s'ajoute aux autres pierres qui s'abattent depuis quelques années sur la façade présentable des mouvements nationalistes qui ont remplacé l'Estado Novo dans ses colonies d'Afrique continentale.

Parlons-en de ce Nito Alves et de sa tentative de coup d'État du 27 mai 1977, et surtout de la répression aveugle que le MPLA d'Agostinho Neto avalisa, puis ordonna (ou tout au moins toléra) pour venger les victimes appartenant à son propre appareil clanique. Le nombre de témoignages de survivants et d'études publiés à ce sujet commence à être très lourd.

Angola. O 27 de Maio¹⁸ est une nouvelle contribution utile puisqu'elle émane d'un jeune (à l'époque) militant blanc du MPLA qui fut arrêté à Luanda, le 30 mai 1977, transféré et détenu à la prison de São Paulo qu'il décrit de façon dantesque puis envoyé au camp de détention de Tari (près de Quibala au Cuanza Sul).

Succédant à la célèbre PIDE/DGS des Portugais, la police politique d'Agostinho Neto, la non moins redoutable DISA, hérita de son infrastructure carcérale mais, devant l'ampleur des arrestations, elle dut bientôt ouvrir beaucoup plus de camps en province. Comme on n'allait pas s'encombrer de considérations juridiques, vu l'urgence de la vengeance, la DISA (formée ou conseillée par les Cubains et peut-être les Soviétiques et leurs homologues en Europe de l'Est), torturait à tort et à travers «coupables», suspects ou innocents dénoncés. Les cas douteux étaient en surnombre. On évacuait donc les cellules en fusillant tel ou tel, surtout s'il avait un appartement «réquisitionné» d'office par un policier mal logé. Un intellectuel blanc comme l'auteur protesta de son innocence, mais il perdit bel et bien son appartement. La «Révolution» devait au moins loger ses plus fidèles serviteurs. De quoi se plaindrait-il? On lui avait laissé la vie sauve quand il fut libéré en septembre 1979 sans autre forme de procès.

Pour alléger l'atmosphère pénible du livre précédent, on peut lire un roman sans fil probablement fondé sur des faits réels: le sort d'un soldat portugais «oublié» après l'évacuation de 1975 et qui resta caché dans la région de Porto Amboim jusqu'à ce qu'on le capture et le rapatrie en 1986, en pleine guerre civile. Il retrouve un Portugal méconnaissable: décolonisé, «africanisé». **Adeus África**¹⁹ rappelle par certains côtés les histoires authentiques de ces soldats japonais ensauvagés que l'on retrouva des décennies plus tard dans les jungles des Philippines ou d'autres îles du Pacifique.

Mozambique

Hasard des programmes éditoriaux ou de l'insuffisance de notre documentation, voire du désintérêt des responsables des services de presse demandés, la section mozambicaine en portugais est bien faible dans cette chronique. Nous ne pouvons que signaler

¹⁸ Reis, José (2017), **Angola. O 27 de Maio. Memórias de um sobrevivente**, Lisboa, Nova Vega, pp. 126 + 8 p. de planches et de documents noir et blanc.

¹⁹ Silva, João Céu e (2015), **Adeus África. A história do soldado esquecido**, Lisboa, Guerra e Paz, pp. 317.

A conquista das almas²⁰ qui présente une collection d'*ephemera*, réunie par un colonel du MFA, et analysée par les deux auteurs qui examinent les principales modalités de l'action psychologique de l'Armée et de l'Administration portugaises pour contrer la propagande du FRELIMO, auprès des populations rurales en priorité. L'importance du livre provient de la reproduction des tracts, brochures et affiches et même de pièces d'archives rendant compte de l'efficacité relative de la «*psico*». Le meilleur moyen de démentir *en interne* les clichés et l'auto-intoxication du régime salazariste prétendant défendre des Africains portugais «depuis 500 ans» se situe dans l'utilisation intensive des langues vernaculaires du Nord-Mozambique, en plus du swahili véhiculaire, dans le matériel distribué. Faute de créole local, un «*pretoguês*» rudimentaire était même employé car l'écrasante majorité des ruraux étaient incapables de comprendre le portugais correct. Une carte secrète montre, dès 1969, que la contamination anticolonialiste affectait déjà la moitié du territoire. Quel que soit le brouillage de la propagande, le haut-commandement savait donc à quoi s'en tenir sur la lusitanité des campagnes, avant même l'arrivée des guérilleros. Dans ces conditions, gagner la guerre était une tâche au-dessus des moyens de l'Armée.

Tout différent est le somptueux album intitulé **Ibo**²¹ qui consiste en une réédition (peut-être élargie) du relevé architectural et urbanistique du livre publié en 2005 par la Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico de Maputo, sur l'île d'Ibo, dont le chef-lieu homonyme (Vila do Ibo) constituait longtemps la deuxième agglomération par importance, après Moçambique. C'est donc un site qui a une histoire séculaire et des constructions vénérables dont les photos en couleur rendent compte. La partie historique de l'ouvrage explique bien sa splendeur à la haute époque et sa décadence ultérieure. Actuellement, elle est devenue un rendez-vous touristique mineur mais international, au large de la côte de la province du Cabo Delgado.

Timor

Même sommaire, une analyse de ce qu'il s'est publié sur Timor au Portugal avant la fin de l'occupation japonaise montrerait la rareté des titres qui apparaissaient alors, de loin en loin, sur l'île, plusieurs années pouvant se passer entre deux parutions. Le bout de l'Império était bien le cadet des soucis des éditeurs. Or que voit-on depuis la disparition de l'Armée indonésienne? Tout le contraire. Prenons l'exemple de 2016 qui est loin de représenter le sommet de la vague timorienne dans son ancienne métropole. Un sondage partiel effectué à distance nous montre en 2016 trois titres rédigés par des auteurs amateurs ayant eu un lien direct et même prolongé avec Timor. Nous ne parlons pas ici d'historiens, de journalistes en reportage ou de politologues, et encore moins d'ethnologues: ce sont de simples témoins qui pensent trouver un public avec, pour certains, leurs divagations dans les montagnes. **Adeus Timor!**²² est un travail non maîtrisé d'un auteur touche-à-tout (théologie, beaux-arts, beaucoup d'ethnologie empirique, etc.). Il a vécu à l'intérieur de Timor de 1972 à 1974 puis il y revient en 2000-2001 constater les conséquences dramatiques de la présence indonésienne et surtout l'essor fulgurant du catholicisme. Il relate ce que les partisans du Portugal lui ont dit sur la guerre civile de 1975 entre l'UDT et le FRETILIN qui l'emporta. Puis par un saut en arrière vertigineux il enchaîne sur une version peu courante de la

²⁰ Afonso, Aniceto & Gomes, Carlos de Matos (2016), **A conquista das almas. Cartazes e panfletos da acção psicológica na guerra colonial**, Lisboa, Tinta da China, pp. 47 + quelques dizaines de pages jointes non paginées, photos noir et blanc.

²¹ Carrilho, Júlio (coord.) (2015), **Ibo. A casa e o tempo**, Caleidoscópio, Casal de Cambra (Portugal), pp. 208, centaines de photos et autres illustrations noir et blanc et couleur.

²² Coutinho, Luís de Sousa (2016), **Adeus Timor! «Eu Portugal me confesso»**, Lisboa, Chiado Editora, pp. 271, illustrations.

terrible révolte du Manufai (1911-1912) due, selon lui, à des rivalités entre chefferies, ce qui le conduit à s'enfoncer dans la généalogie de plusieurs familles plus ou moins princières. Bien qu'ultranationaliste portugais, il reconnaît que le *liurai* (chef coutumier) Dom Boaventura était un personnage qui mériterait une monographie. D'accord!

Comme il fournit une vision interne, celle des grandes familles pro-portugaises, on baigne évidemment dans l'unilatéralisme monarchiste avec cet auteur anti-FRETILIN encarté, mais comme on est également plongé dans l'amateurisme dans ce livre touffu et confus, on lui reconnaîtra volontiers une utilité inattendue. Avec lui, on est loin des apparences onusiennes et du pétrole off-shore, mais nous entrons dans la moelle timorienne des vieux conteurs, sitôt quitté Dili et ses clubs de karaté. S'il veut faire un jour une monographie sur Dom Boaventura nous lui disons chiche!, mais qu'il apprenne d'abord à réunir et étudier une bibliographie sérieuse, et qu'il confronte tous les points de vue. Il y a du travail sur sa planche.

Olho do Furacão²³ surprend un peu de la part d'un général en retraite. C'est un mélange de témoignages sur les derniers jours de la présence portugaise à Timor, dont Dili et l'île d'Ataúro, avec des incursions sur les débuts de l'Império à Ceuta. Dom Fernando côtoie la politique métropolitaine en 1975. On débouche ensuite sur le 25 avril 1974 et des poésies de l'auteur. Nous n'avons pas bien saisi l'objectif recherché, mais il y a au moins deux chapitres qui apportent du nouveau. C'est déjà beaucoup.

Timor-Leste²⁴ est à l'extrémité du spectre politique ouvrant cette section timorienne puisqu'il s'agit d'extraits des archives personnelles et des souvenirs d'un ancien journaliste portugais de la BBC à Londres, activiste de la cause du FRETILIN. Il y a là un empilement d'articles et de documents donnant une vision engagée des activités de quelques micro-lobbys locaux incriminant naturellement l'invasion et l'occupation indonésiennes, le rôle de l'Eglise et la responsabilité de plusieurs personnalités et diplomates australiens. Le texte s'arrête bien avant le retrait piteux des Indonésiens.

Annexe

Pour ne pas donner au lecteur lusophone l'impression fautive et dangereuse qu'avec la maigre vingtaine de livres portugais que nous lui avons présentés ici, il a déjà fait le tour de la question qui l'intéresse, nous voudrions une fois de plus attirer son attention sur un problème grave: l'absence ou la rareté des livres étrangers le concernant directement dans les bibliothèques publiques et universitaires de son pays le condamne à un provincialisme préjudiciable et ridicule si on n'a pas la possibilité de les acheter soi-même. C'est dramatique et cela dure depuis des siècles, ce qui a déséquilibré de nombreuses études historiographiques ou d'autres champs des sciences humaines en portugais. Lorsque l'inaccessibilité de ses sources ou travaux en langues étrangères est un mal dû à des contraintes politiques (essentiellement la censure) cela s'explique aisément et c'est temporaire, espère-t-on, mais cela devient intenable lorsque ces limites sont imposées par les seules pénuries budgétaires. Pourquoi les bibliothèques brésiliennes ou angolaises sont-elles si pauvres en livres et revues publiés dans toutes les langues pertinentes pour les études africanistes même réduites à la lusophonie, alors que pour des sciences dures ou prestigieuses (par exemple la physique, la médecine, etc.) on ne tolérerait pas ces carences? Est-il normal et rentable de devoir financer l'envoi des plus brillants des chercheurs nationaux dans les capitales extérieures parce qu'ils ne trouvent pas chez eux

²³ Barrento, António (2016), *O olho do furacão. O fim do fim. Timor*, Porto, Fronteira do Caos Editores, pp. 136, photos noir et blanc et couleur.

²⁴ Ferraz, Gilberto (2016), *Timor-Leste, dívida por saldar*, Lisboa, Chiado Editora, pp. 361, photos noir et blanc et couleur.

ce qui permettrait d'élargir leur vision de leur histoire nationale? Peut-on se détacher d'un petit nationalisme de boutiquiers étroits si l'on n'a pas rencontré le point de vue de l'autre, qu'il soit votre adversaire ou un observateur neutre? Doit-on attendre passivement que les héritiers des grands bibliophiles lèguent aux bibliothèques publiques les collections de leurs parents ou bienfaiteurs? Au temps du salazarisme, nous nous rappelons ce que le regretté J.C. Silva de la Livraria Histórico-Ultramarina nous disait. Il se plaignait de voir que la Bibliothèque nationale de son pays ne lui achetait jamais les livres qui étaient pourtant absents de ses rayons, notamment les voyageurs étrangers des deux derniers siècles dans ce qui allait devenir les territoires portugais d'Afrique.

Mais abandonnons notre prêchi-prêcha qui n'aura d'ailleurs aucune influence sur la politique d'acquisition de ces vénérables institutions et donnons plutôt quelques indications sur ce qui devrait se trouver à la disposition du lecteur moyen à Luanda, Lisbonne, Porto ou Coimbre en matière de documentation récente.

Angola

Après la lecture – ardue pour le non-spécialiste que nous sommes en matière de droit international maritime – du plaidoyer de l'avocat Darwin Kambale Isemughole, on peut se demander comment et pourquoi, malgré de tels juristes brillantissimes, la RD Congo (RDC) est si mal gouvernée et sa population aussi misérable depuis l'indépendance. L'auteur de **Délimitation maritime**²⁵ cherche donc à augmenter le potentiel économique de son pays et, tout naturellement, regarde vers les gisements pétrolières off-shore, au large du minuscule accès à la mer de son pays. Le mirage pétrolier de l'Angola fascine apparemment les élites congolaises qui voudraient bien, elles aussi, en profiter. La création convenue entre la RDC et l'Angola d'une Zone d'intérêt commun répartissant à égalité le plateau continental ne semble pas suffire à l'auteur qui préconise un règlement judiciaire (devant la Cour pénale internationale de Justice) tranchant définitivement la délimitation en mer de cette Zone d'intérêt commun. A en juger par la bibliographie fournie dans l'ouvrage, si toutes les entrées en sont consultables sur place à Kinshasa les juristes congolais savent, eux, l'utilité de disposer d'un centre de documentation à la hauteur. Que dit-on à Luanda?

Battle for Angola²⁶ du journaliste Al J. Venter est un cas spécial car l'auteur, journaliste impulsif à la recherche de l'extraordinaire, préfère l'oralité pittoresque à la transcription minutieuse de propos tenus dans des langues qu'il ne maîtrise pas. Ce qui fait que, tout en nous couvrant d'éloges, il invente certaines déclarations assez éloignées de ce que nous avons écrit. Ne doutant de rien, il s'enhardit jusqu'à résumer à sa façon l'histoire militaire de l'Angola avant 1961, l'essentiel étant que son public exaltant les vertus martiales en ait pour son argent. La chronologie pour lui étant une contrainte, il commence donc son récit dans ce livre bancal mais passionnant par les exploits des mercenaires sud-africains d'Executive Outcomes embauchés par le MPLA pour chasser en 1994 l'UNITA de la double Lunda diamantifère. Puis il se lance dans les caravelles et ce qu'il pense être la conquête portugaise. Il se rabat ensuite sur ses souvenirs de Luanda, enchaîne sur ce qu'il connaît bien (l'aide de l'aviation sud-africaine aux Portugais) et débouche sur ses morceaux de bravoure habituels à propos de la Border War. Il termine par une centaine de pages à nouveau sur les mercenaires à Soyo et dans les deux Lundas. Décousu, son texte ne répond

²⁵ Kambale Isemughole, Darwin (2017), **Délimitation maritime entre la RD Congo et l'Angola. Quelle solution juridique, politique et économique?**, Paris, L'Harmattan, pp. 225.

²⁶ Venter, Al J. (2017), **Battle for Angola. The end of the Cold War in Africa c. 1975-89**, Solihull (Angleterre), Helion & Company Limited. Egalement distribué par Casemate UK, Oxford, OX4 1JE, pp. XLII + 43-527 p. + 32 p. de planches noir et blanc et couleur, centaines de photos noir et blanc et couleur.

pas véritablement aux canons du *fact-checking* journalistique, mais son public s'en moque: il veut des héros, alors il lui en offre une grosse palanquée.

Il est cependant souvent original. On citera à cet égard son séjour à Luanda en octobre 1975, son engagement à Nova Lisboa dans une troupe de planteurs rhodésiens combattant Daniel Chipenda. Il est également utile pour Cassinga et le Sud-Ouest angolais au nord du Kaokoveld. Il recycle pour la énième fois ses nombreux reportages parmi les unités de Pretoria et sur la formation des 480 membres des Recces (services spéciaux composés de supermen). Et tout le monde s'est habitué à lui depuis cinquante ans qu'il abreuve ses lecteurs de ses prouesses sur terre, sur et sous la mer. 32 livres à ce jour et toujours avec panache!

Dans la même catégorie (les Sud-africains blancs ne meurent jamais!), il faut lire dans un style légèrement moins exubérant, **Chopper Down!**²⁷. C'est la présentation des aventures enjouées d'un pilote d'hélicoptères, devenu instructeur de pilotes pour les Forces aériennes d'Afrique du Sud, en Namibie et en Angola méridional (1973-1987) aux côtés de l'UNITA, puis s'engageant contre elle dans une société de mercenaires (Executive Outcomes). Au diable les convictions, il faut vivre de ses talents, donc l'UNITA devient le nouvel ennemi puisque c'est le MPLA qui maintenant paie. Il interviendra également en Sierra Leone et en Côte d'Ivoire. Mais c'est en Angola que l'UNITA résiste le mieux face à ces nouveaux venus. On y risque sérieusement sa vie. Avec seulement environ 100 hommes sur le terrain Executive Outcomes perdra 18 hommes abattus ou exécutés par l'UNITA en 1994, surtout dans les Lundas. Ce qui l'emporte dans ces combats obscurs, c'est l'esprit de corps et d'indéniables compétences militaires. La vision de l'auteur et de ses camarades, tous professionnels, à propos de l'Armée du MPLA en 1993-1994, est terriblement négative, tant dans les camps d'entraînement (Cabo Ledo) que lors de la reprise (provisoire) des deux Lundas. Corruption générale des officiers supérieurs, incapacité à planifier et à respecter ses engagements, recours à l'improvisation (l'héritage portugais?), sacrifice des soldats involontaires, de véritables troupes de voleurs affamés, et surtout gâchés du matériel. Par comparaison, l'Armée de Savimbi est quasi prussienne. A noter que l'auteur éprouve certaines réticences également à l'égard des dirigeants d'Executive Outcomes qui s'enrichissent sur le dos des hommes qui risquent leur vie sur le terrain. En tout cas, un livre capital pour connaître les opérations dans les deux Lundas.

Clôtons cette section par le livre d'un Brésilien – suppose-t-on un peu hardiment et sans aucune preuve – qui a étudié aux Etats-Unis et qui depuis y enseigne dans une université. **The Atlantic Slave Trade**²⁸ est la confirmation involontaire de nos affirmations sur la nécessité de disposer d'une base de données polyglottes si l'on veut percer dans l'historiographie internationale, quel que soit le thème choisi. Et c'est aux Etats-Unis et uniquement là qu'on la trouvera pour l'Afrique lusophone. Pour une période d'à peine 88 ans et un sujet aussi particulier que les «exportations» d'esclaves depuis les côtes angolaises de l'époque et celles du domaine kongolais, l'auteur mobilise une bibliographie d'environ 450 entrées qu'il complète par une exploitation minutieuse des archives angolaise, brésiliennes et britanniques pertinentes.

Le résultat est grandiose. Ce chercheur est devenu *le* spécialiste éminent de son sujet et est déjà en mesure de saper les thèses de certains de ses prédécesseurs tels que Miller et Vansina pour ne citer que les plus connus. Chiffres à l'appui (une trentaine de tableaux

²⁷ Alberts, Carl (2016), **Chopper Down! The story of a mercenary pilot in Africa**, Pinetown (Afrique du Sud), 30.º South Publishers. Distribution pour l'Europe par Casemate UK, Oxford, OX4 1JE, pp. 362, nombreuses photos noir et blanc et couleur.

²⁸ Silva, Daniel B. Domingues da (2017), **The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780-1867**, Cambridge-New York, Cambridge University Press, pp. XV-231, photos noir et blanc.

statistiques), il démontre que la formation de l'empire lunda n'est pas l'un des facteurs déterminants dans l'accroissement spectaculaire des embarquements d'esclaves. Plus dérangent peut-être pour l'Angola du XXI^e siècle, il a calculé que les esclaves exportés d'Angola ne provenaient pas en majorité de territoires très éloignés du socle colonial mais qu'ils étaient originaires de régions relativement proches des «ports». Autrement dit, c'étaient les ancêtres des Angolais actuels qui étaient vendus par les Blancs, leurs métis et d'autres «Angolais». On peut s'attendre à quelques remous en Angola si l'ouvrage y parvient et réussit à y être compris.

Mozambique

Une remarque liminaire s'impose. Pour des raisons trop longues à exposer dans cette chronique, alors que les études en langues autres que le portugais sont depuis quelques années devenues relativement rares sur l'Angola (sauf celles concernant la gestion de quelques très grandes entreprises coloniales, la traite négrière ou les questions militaires vues par les Sud-Africains), c'est exactement le contraire qui se produit pour le Mozambique. Là les chercheurs étrangers se revendiquant sociologues, ethnologues, économistes, politologues, historiens, et même simplement féministes bon teint l'emportent sur les quelques auteurs qui s'attaquent encore à la période 1964-1992. Nous ferons une exception pour l'historien britannique Malyn Newitt qui a une productivité remarquable depuis son départ en retraite. Son **A short history of Mozambique**²⁹ a le grand mérite d'avoir rassemblé sous une même couverture les périodes précoloniale, coloniale et post-coloniale (jusqu'au milieu de la deuxième décennie du XXI^e siècle), tout en détarrant certaines racines anciennes des problèmes actuels qu'il ne cherche nullement à minimiser. C'est non seulement un résumé de sa grande *History of Mozambique* de 1995, augmenté d'une actualisation d'une cinquantaine de pages pour nous conduire à notre époque, c'est aussi une analyse fine et impitoyable des faiblesses du pays. Il descend parfois à des détails à la limite du journalisme. Il nous apprend ainsi que le Mozambique est le 180^{ème} sur 188 Etats indépendants, en matière de développement humain. Encore plus bas donc que le Sud-Soudan et même la Guinée-Bissau (c'est un comble!). Il n'est pas innocent non plus qu'il nous rappelle que Dhlakama, le dirigeant de la RENAMO, passe pour avoir des pouvoirs occultes lui permettant d'échapper aux embuscades du FRELIMO dont d'ailleurs de nombreux cadres supérieurs partagent ces croyances.

Qu'un magazine local se disant indépendant ose laisser entendre en 2016 que l'ex-président Chissano était un agent du KGB et qu'il était directement impliqué dans un complot ayant entraîné la mort du président en exercice Samora Machel en 1986, c'est encourageant pour la liberté de la presse au Mozambique, certes. Mais si cela est avéré un jour, de façon incontestable, est-ce un heureux présage pour l'avenir du pays? On est déjà bien loin des rêves socialisants du FRELIMO.

Newitt n'hésite donc pas à touiller dans la marmite en appuyant sur les points où cela fait mal et il ne semble pas optimiste avec de tels dirigeants avides de pouvoirs, c'est-à-dire des avantages financiers qu'ils confèrent dans ces républiques d'opérette. Cecil Rhodes doit bien rire dans sa tombe.

En attendant, ce sont les touristes étrangers qui servent à masquer – difficilement – les failles du développement mozambicain. **The good holiday**³⁰ est une monographie d'anthropologie sociale basée sur l'analyse d'une tentative intéressante: la prise en main

²⁹ Newitt, Malyn (2017), **A short history of Mozambique**, Londres, Hurst, pp. XI-254 + 8 pages de planches noir et blanc.

³⁰ Baptista, João Afonso (2017), **The good holiday. Development, tourism and the politics of benevolence in Mozambique**, New York-Oxford, Berghahn, pp. IX-280, photos noir et blanc.

par une communauté villageoise du tourisme local, aux abords du parc transfrontalier du Grand Limpopo, à la frontière de l'Afrique du Sud. On ne peut pas ici entrer dans tous les recoins de cette expérience. Cela revient en fin de compte à vouloir marier le tourisme et le développement rural. Le village de Canhane a été le pionnier en la matière et, malgré les difficultés rencontrées, on souhaite qu'il fasse école dans d'autres régions du Mozambique intérieur, loin des plages et des hôtels de luxe. Les problèmes rencontrés sont exposés avec clarté. Mais on peut douter que cela soit une solution généralisable à l'échelle nationale, même avec une aide massive de l'étranger. L'un des atouts de Canhane est qu'il est implanté parmi les Changanes qui ont déjà bénéficié de longs contacts avec les missions religieuses depuis plus d'un siècle. Ce n'est pas le cas de toutes les régions du Mozambique.

Un auteur norvégien, Bjørn Enge Bertelsen, et son livre le plus récent, sont cités élogieusement par Malyn Newitt, ce qui venant de la part d'un historien est un gage *a priori* de qualité. Lui aussi est un spécialiste mozambicaniste en anthropologie sociale. Il faut cependant avouer honnêtement que la lecture de cette somme n'est pas facilement abordable par un profane, tant les problèmes soulevés sont complexes et nombreux. Le style également n'est pas à la portée du premier venu. On atteint parfois les confins de l'ésotérisme pour les non-initiés. C'est donc, semble-t-il, un texte pour politologues déjà bien avertis des thèmes qui agitent de nos jours les ethnologues de pointe. Nous ne pouvons faire mieux que citer quelques thèmes analysés: 1.º) la violence, la guerre, l'Etat et l'anthropologie au Mozambique; 2.º) le territoire, les approches spatio-historiques de la formation de l'Etat; 3.º) l'esprit, l'autorité traditionnelle, le sol et les médiums; 4.º) le corps, la maladie, la mémoire, les soins et la guérison (?); 5.º) la souveraineté, le Président, la sorcellerie; 6.º) l'économie, la production et l'accumulation; 7.º) la loi, l'autorité politique et la multiplicité des souverainetés; 8.º) la ou les dynamique(s) des pouvoirs. Traductions non garanties! Bref, il s'agit d'un livre ambitieux avec une bibliographie impériale de 40 pages propre à faire pleurer les bibliothécaires lusophones. Il marque, à coup sûr, un tournant dans la littérature scientifique mozambicaniste car l'auteur de **Violent becomings**³¹ enfonce son scalpel plus profondément que les autres chirurgiens dans les viscères d'un pays malade. Reste à trouver les remèdes salvateurs. Viendront-ils des thaumaturges scandinaves?

Beaucoup moins conquérant, **Mobile secrets**³² est à l'affût de la dernière nouveauté: le rôle du téléphone mobile dans les relations sociales et sexuelles de la jeunesse mozambicaine. Il faut que tout le monde trouve une niche originale dans la course à l'emploi et à la promotion parmi les nouvelles générations d'universitaires. Soit, donc, cette nouvelle arrivée dans le champ mozambicaniste. L'auteure a un atout: elle se met en scène sur le terrain et écrit fort lisiblement ce qui rend passionnantes ses découvertes. Elles se situent surtout à Inhambane, ce qui constitue de sa part un bon choix, car ce terrain est encore peu «exploré» par les chercheurs anglophones. Comme nous n'avons même pas de téléphone mobile, on nous pardonnera probablement de nous intéresser que modérément à cette passion qui a contaminé le Tiers-Monde des urbanisés en mal de modernité, même s'ils n'ont pas un liard dans leurs poches trouées. L'auteure a une grande qualité: elle parle de façon ludique de problèmes légers ou graves qu'elle classe ainsi: la communication orale au Mozambique; paraître et se dissimuler; la criminalité et l'insouciance; l'amour et la tromperie; la sexualité et l'argent; la vérité et la cécité volontaire; la téléphonie mobile et

³¹ Bertelsen, Bjørn Enge (2016), **Violent becomings. State formation, sociality, and power in Mozambique**, New York-Oxford, Berghahn, pp. XXVIII-332, photos noir et blanc.

³² Archambault, Julie Soleil (2017), **Mobile Secrets. Youth, intimacy, and the politics of pretense in Mozambique**, Chicago, The University of Chicago Press, pp. XX-183, photos noir et blanc.

l'intimité. Là aussi, traductions non garanties! Un livre à connaître pour pénétrer dans une petite partie de la société implantée dans cet ancien comptoir méridional.

Le sujet de la jeunesse au Mozambique abordé sous un angle plus historique et politique se retrouve dans un article d'une vingtaine de pages de Didier Nativel inclus dans **Jeunesses et dynamiques générationnelles XIX^e-XXI^e**³³. Il parle des jeunes citoyens colonisés du Sud-Mozambique, essentiellement à Lourenço Marques, de 1940 à 1975, c'est-à-dire lorsque sévissait la «ségrégation occulte» mais réelle des jeunes devenant apprentis anticolonialistes africains dans la capitale.

Timor

Les torrents de livres en anglais d'il y a quelques années se sont ralentis et dans notre sélection nous n'en avons retenu qu'un seul qui nous ramène à nouveau vers les ethnologues qui décidément ont la cote d'amour de l'édition. Leur connaissance du terrain est évidemment une nécessité mais leur spécialité ne peut être pleinement appréciée que par leurs confrères, surtout lorsqu'ils se focalisent sur de petites unités, à Timor (les *sucos*, les *aldeias*, les familles régnautes, etc.). Quelqu'un qui cherche une simple introduction globalisante à la société actuelle risque souvent d'être désarçonné par ce livre. Mais en grattant sous les jargons utilisés, certains auteurs nous démolissent proprement les simplifications outrancières et le manichéisme des propagandistes des années militantes. Non, tous les partisans du FRETILIN et des autres partis surgis en 1974-1975 n'avaient pas les mains propres. Les massacres furent bilatéraux, ce qui n'est pas surprenant, vu les traditions insulaires. N'en déplaise aux naïfs, si brutales et exécrables qu'elles furent, les occupations japonaise et indonésienne eurent des partisans dans plusieurs sociétés et familles, soit par opportunisme, soit pour répliquer à certains massacres antérieurs. Même chose pour la colonisation portugaise dans l'île.

Pour des raisons personnelles, l'article qui nous a le plus intéressé dans **Fieldwork in Timor-Leste**³⁴ est celui rédigé par le doyen de ces ethnologues, David Hicks, qui fut l'un des pionniers étrangers en 1966-1967 à avoir été autorisé à venir sur place. Pendant plus d'un an, reclus à Viqueque et dans les villages alentour, lui et sa famille étaient considérés par les pouvoirs portugais comme inoffensifs, très loin d'ailleurs de la guerre coloniale en Guinée, au Mozambique et en Angola. En Angola, pendant ce même été 1966, René Pélissier, lui, avait été admis – surveillance discrète de la PIDE –, à visiter superficiellement une dizaine de districts en Angola et à faire son apprentissage d'historien débutant (cf. son journal de route, René Pélissier, *Explorar. Voyages en Angola et autres lieux incertains*, Editions Pélissier, Orgeval, 1979). Plus de cinquante ans plus tard, nous continuons chacun de son côté à remercier toujours Ruy Cinatti et Carlos Abecassis, nos bienfaiteurs, décédés depuis longtemps, hélas!

Timor pousse-t-il au sentimentalisme?

³³ Bois, Dominique & Rajaonah, Fananirina V. & Tisseau, Violaine (coord.) (2016), **Jeunesses et dynamiques générationnelles XIX^e-XXI^e siècles (Madagascar, Mozambique, Afrique du Sud)**, *Cahiers Afrique* n.º 29, Paris, L'Harmattan, pp. 315, photos noir et blanc.

³⁴ Nygaard-Christensen, Maj & Bexley, Angie (coord.) (2017), **Fieldwork in Timor-Leste, Understanding social change through practice**, Copenhague, NIAS-Nordic Institute of Asian Studies, pp. XV-261, photos noir et blanc.

José Capela (2016), *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique 1717-1904*, Porto: Afrontamento

Jorge Ribeiro*

pp. 297-299

A primeira página desta obra recorda-nos, desde logo, a sua matéria-prima, o escravo, na sua definição mais clara, enviada pelo capataz-mor de Moçambique para a ata da sessão de 13 de março de 1853: “... quando a tripulação da embarcação for composta de escravos, por isso que sendo estes considerados como coisas...”. É o primeiro clarão deste livro luminoso por um dos mais importantes investigadores da Escravatura a nível internacional, José Capela.

Foram os armadores franceses que induziram o desenvolvimento do tráfico moderno em Moçambique, escreve José Capela no segundo capítulo. O impulso do Governo francês em 1774, apetrechando barcos e financiando expedições, promoveu o comércio negreiro de forma “florescente”. De 1783 a 1792 saíram 43 navios de Nantes para o Índico. De 1798 a 1808, Bordéus encaminhou mais 64, dispondo de grandes facilidades no que respeitava aos meios de troca mais adequados para o negócio de escravos na Costa Oriental de África. Além de vinhos e aguardentes, abundavam patacas espanholas obtidas em S. Domingos (que as recebia de Cuba em troca de escravos) e, à partida para a Índia, no porto de Cadiz (obtidas dos navios provenientes de Lima, Havana e Montevidéu).

Há boas razões para acreditar que o tráfico sistemático a partir de Moçambique, com envolvimento de armadores de praças portuguesas, brasileiras ou moçambicanas, não existiu antes da última década de Setecentos (p. 69). Até que as condições do negócio mudaram: “As autoridades centrais de Lisboa insistiam em que Moçambique pagasse as mercadorias que recebia da Metrópole com escravos para o Brasil”.

Este livro – “O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1717-1904” – comporta, ao longo das suas 396 páginas, uma profunda investigação criteriosamente apresentada em nove capítulos. O tráfico (transíndico, transatlântico e clandestino), os armadores e os negociantes, a economia e os efeitos do tráfico, portos, rotas, caravanas. E os escravos – a sua captura, viagem para a costa, antes do embarque, o transporte e as condições de alimentação, lotação, doenças e mortandade. Os seus destinos, motins e rebeliões a bordo. As obras de José Capela sobre a história da Escravatura completam-se na riqueza da sua investigação ao longo de 40 anos. O relacionamento da colonização europeia com as formas sociais de cativo ou de escravatura verificou-se cedo, lê-se num excelente artigo publicado na Revista Africana Studia (n.º 14/2010) intitulado «A captura de escravos no Sudeste Africano para o tráfico a longa distância»:

tão cedo como em 1507 estavam os portugueses a organizar o dispositivo militar para o controlo do Canal de Moçambique. E em janeiro desse ano o escrivão da feitoria de Quíloa passava um conhecimento de 27 peças de escravos marinheiros que o feitor daquele porto mandava ao capitão-mor da frota estacionada em Sofala. Escravos marinheiros

* CEAUP.

tirocinados nas lides da navegação pelos arábios que talavam aqueles mares, parte de um apresamento feito por Bartolomeu Afonso, no mesmo ano e com a mesma origem Afonso de Albuquerque foi fornecido com 20 escravos.

Uma primeira referência ao tráfico sistemático de escravos é a de terem sido vendidos em Sofala mais de 600, entre maio de 1510 e setembro de 1512. O movimento de escravos no porto não se limitava à escravatura doméstica nem ao recrutamento militar. Era um tráfico organizado, consistente. Vinha de muito antes. E assim se manteve durante séculos.

(...) Entrado que era o século XX, o tráfico de escravos mantinha-se na costa de Moçambique. Segundo o comandante da Divisão Naval Portuguesa no Índico, em 1902 mantinha-se um tráfico consistente na costa de Moçambique que ele significava de grande e pequena escravatura. A grande era de europeus que lá iam fazer carregamentos exclusivos de escravos. Negreiros poderosos com agentes e mandatários em Bombaim, Zamzibar e Mascate. Em Mascate encontravam colocação para todos os escravos. A pequena escravatura era dos navios especialmente empregados no contrabando de mercadorias. (...) Este comércio executado nos portos, abastecido pelas caravanas provenientes do interior tem, então, como fonte, a rapina de pessoas, à mão armada, para execução da qual os agentes do tráfico eram sistematicamente abastecidos de pólvora pelos mesmos pangaiois que, no fim do circuito, carregavam escravos.

Em maio de 2010, José Capela deu uma entrevista ao Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, explicando, digamos assim, a base do sistema. «Dentro de Moçambique, todas as empresas, muito particularmente as empresas de plantação, dispunham de recrutadores profissionais que talavam o interior à cata de trabalhadores. Socorriam-se dos administradores e dos chefes de posto que peitavam. Prática corrente. Mal remunerados, muitos desses agentes de autoridade, de férias em Portugal, exibiam os seus trens de vida publicamente comentados. As grandes empresas estatais, das quais a mais relevante era a dos Portos e Caminhos de Ferro, também recorriam à prestação de trabalho forçado. Na linguagem corrente, em contraste com o trabalhador *voluntário*, havia o *contratado*».

(...) As empresas, dada a procura de mão de obra intensiva nas grandes companhias de plantação – de que eram exemplo as açucareiras – não dispensavam o trabalho forçado. Mantinham os recrutadores e nem sequer eram respeitadas as normas legais estabelecidas para o recrutamento. Socorriam-se de perversidade tais como interpelarem o passante, extorquirem-lhe a caderneta e denunciarem-no ao administrador como indocumentado, logo remetido para o trabalho forçado.

O fabuloso negócio da escravatura, que começa nos recrutadores, progride rapidamente por duas vias: no tráfico clandestino dominado pelos arábios, e no tráfico “legal” onde entram armadores, uma multitude de negociantes, negreiros brasileiros, capitães-generais, governadores, fornecedores de portos e viageiros. A que José Capela dedica um quinto da sua obra em epígrafe.

Este portentoso estudo sobre o tráfico de escravos nos portos de Moçambique integra, a fechar, um repertório de navios que atracaram e levantaram ferro desses mesmos portos, entre os anos de 1717 e 1860. Trata-se de um registo notável, cinquenta e sete páginas repletas de informações agrupadas nas colunas «Ano», «Navio», «Viagem conhecida», «Armadores», «Escravos» e «Fontes», dados que o investigador recolheu em exaustivas leituras de documentos atestando autos de visita, manifestos de carga, requerimentos e despachos de passaporte, comunicações entre as diversas autoridades nos portos, mapas com datas de chegada e partida dos navios negreiros.

Carregar escravos em portos sem qualquer vigilância alfandegária, por exemplo, largar de um porto e visitar outros onde a carga aumenta sem ser declarada, atracar no Brasil com

mais escravos que os registados à partida de Moçambique – neste contexto, como alerta o autor, é fácil admitir que haverá números que pecam por defeito num negócio já de si ilegal. «Mesmo não levando em linha de conta os capitais anónimos que podiam situar-se por detrás de uma expedição, raramente surge o nome do armador (...) porque o negócio nos portos de Moçambique era defeso a não portugueses, e quando os navios não portugueses passaram a pagar impostos mais elevados sobre escravos exportados fizeram-se vendas fictícias de navios», acrescenta José Capela.

Antes de morrer, a 14 de setembro de 2014, o autor de «Moçambique pelo seu Povo», «O Vinho para o Preto», «Escravidão, a Empresa de Saque», «O Escravismo Colonial em Moçambique? – dentre duas dezenas de títulos incontornáveis neste capítulo da História Universal – ainda refundiu e valorizou mais o que editara doze anos antes. É a segunda edição de «O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique 1717-1904», pela Editora Afrontamento.

Resumos

Abstracts

Resumés

ملخصات

África do Sudeste nos relatos de naufrágios do séc. XVI – Para uma compreensão genealógica das categorias de representação geográfica e antropológica

Glória de Santana Paula

A problematização dos espaços geográficos e das representações antropológicas que lhes estão associadas, quando empreendida na longa duração, permite-nos compreender muitos conceitos e imagens numa perspetiva genealógica.

Neste sentido, propomo-nos refletir sobre as categorias de representação geográfica e antropológica, a partir de textos sobre naufrágios de navios portugueses ocorridos no sudeste africano, durante o século XVI. O espaço geográfico constituído pela *Costa do Cabo da Boa Esperança*, *Costa de Cafres*, *Terra de Cafres*, posteriormente designado *Cafraria*, afirmava-se nos discursos da anti-epopeia como um *locus* estranho, oponente e marginal face aos referentes culturais do ocidente europeu, ao mesmo tempo que a sobrevivência de muitas centenas de naufragos dependia do “agasalho” dos povos classificados como “cafres” e “bárbaros”. Perceções, conceitos, imagens e representações da África do Sudeste, cristalizados na literatura de naufrágios, foram replicados em sistemas de classificação antropológica que haviam de persistir e modelar diferentes paradigmas até aos tempos coloniais e a cuja desconstrução histórica ainda assistimos.

Palavras-chave: Cafraria, Cafres, indígenas, representações antropológicas dos africanos.

Southeast Africa in the reports of shipwrecks in the 16th century. For a genealogical understanding of the geographical and anthropological representation categories

Thinking about geographical places and their anthropological representations, in a long historical perspective, allows us to approach concepts and images in genealogical terms. In this sense, the aim of this paper is to think about geographical and anthropological representations, starting from a *corpus* of texts about shipwrecks occurred in the Southeast of Africa, during the 16th Century. The African area called in Portuguese texts *Costa*

do Cabo da Boa Esperança, *Costa de Cafres*, *Terra de Cafres*, and later, *Cafraria*, was perceived as a strange *locus*, opposing and marginal according to European cultural references. At the same time, hundreds of shipwreck survivors depended on the warm reception of the local peoples referred to as “caffers” and “barbarians”. Perceptions, concepts, images and representations of Southeast African people and land, crystallized in shipwreck literature, were continually repeated in anthropological classification systems, which persisted and shaped different paradigms until colonial times. Even today, we may testify the historical deconstruction of some of these conceptions.

Keywords: *Cafraria*, Coffers, indigenous, anthropological representations of the Africans.

L’Afrique du sud-est dans les récits des naufrages du XVI^e siècle. Pour une compréhension genealogue des catégories de représentations géographiques et anthropologiques

La problématisation des espaces géographiques et des représentations anthropologiques qui leurs sont associés, quand entreprise à longue durée, nous permet de comprendre beaucoup de concepts et d’images dans une perspective genealogique.

Dans ce sens nous nous proposons de raisonner sur les catégories de représentations géographiques et anthropologiques à partir de textes sur des naufrages de navires portugais survenus dans le sud-est africain pendant le XVI^e siècle. L’espace géographique qui constitue la *côte du Cap de la Bonne Espérance*, la *côte de Cafres*, *Terre de Cafres*, plus tard désigné *Cafreterie*, s’affirmait dans les discours de l’anti-épopée comme un *locus* étrange opposant et marginal face aux références culturelles de l’occident européen, en même temps que la survie de centaines de naufrages dépendait de l’accueil des peuples classifiés comme des «cafres» ou «barbares». Perceptions, concepts, images et représentations de l’Afrique du sud-est, givrés dans la littérature de naufrages, ont été répliqués dans des systèmes de classement anthropologique qui devraient persister et modeler des différents paradigmes jusqu’au temps du colonialisme e dont la déconstruction historique nous continuons à constater.

Mots-clés: Cafreterie, Cafres, indigènes, représentation anthropologique des africains.

جنوب شرق إفريقيا في روايات السفن الغارقة خلال القرن السادس عشر. من أجل فهم أنساب فنات التمثيل الجغرافي والأنتروبولوجي .

غلوريا دي سانتانا باولا

إن إشكالية المساحات الجغرافية والتمثيلات الأنتروبولوجية المرتبطة بها، تسمح لنا بعد فترة من الزمن بفهم العديد من المفاهيم والصور في منظور علم الأنساب. من هذا المنطلق فإننا نقترح العمل على أقسام التمثيل الجغرافي والأنتروبولوجي انطلاقاً من النصوص التي عنيت بحطام السفن البرتغالية جنوب شرق أفريقيا خلال القرن السادس عشر. المنطقة الجغرافية التي تشكل ساحل رأس الرجاء الصالح، ساحل كافريس، أرض كافريس، التي كانت تسمى فيما بعد كافراريا، يظهر في الخطابات المعادية للملحمة باعتباره مكاناً غريباً، معارضاً ومهتماً فيما يتعلق بالمراجع الثقافية لأوروبا الغربية، في الوقت نفسه، يلاحظ أن بقاء منات من السفن الغارقة كان يعتمد على مساعدة و ترحاب الشعوب المصنفة "كافريس" و "برابرة". هذه التصورات والمفاهيم والصور والتمثيلات لجنوب شرق أفريقيا، التي تبلورت في أدب السفن الغارقة، تم تكرارها في أنظمة التصنيف الأنتروبولوجي التي كانت مستمرة وشكلت نماذج مختلفة حتى العصور الاستعمارية حيث ما مازلت نرى هذا التفكك التاريخي.

الكلمات - المفاتيح : كافراريا؛ كافريس؛ الشعوب الأصلية؛ التمثيل الأنتروبولوجي للأفارقة

Rotas e esfarrapadas: a precariedade da vida militar na Capitania de Moçambique e Rios de Sena no século XVIII

Ana Paula Wagner

Investigações indicam a importância que as forças militares assumiram para a manutenção do Império Português, tanto como elemento de defesa e controle dos territórios, mas também como sujeitos sociais coparticipantes da vida administrativa. Assim, conhecer as circunstâncias de vida desses indivíduos instalados na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, possibilita entender de que maneira eles puderam, ou não, dar as suas contribuições para a sustentação da presença portuguesa naquele território.

Palavras-chave: militares, vida material, Capitania de Moçambique e Rios de Sena, Império Português.

Torn and ragged: the precariousness of military life in the Captaincy of Mozambique and Rios de Sena in the Eighteenth Century

Investigations indicate the importance that the military forces had for the maintenance of the Portuguese Empire, both as an element of defense and control of the territories, and also as social subjects participating in the administrative life. Thus, knowing the life circumstances of these individuals installed in the Captaincy of Mozambique and Rios de Sena makes it possible to understand how they could or could not contribute to the support of the Portuguese presence in that territory.

Keywords: military, material life, Captaincy of Mozambique and Rios de Sena, Portuguese Empire.

Déchirés et en lambeaux: la précarité de la vie militaire dans le Capitanat du Mozambique et Rios de Sena au XVIII^e siècle

Les recherches nous signalent l'importance que les forces militaires ont assumé dans le maintien de l'Empire portugais, autant la défense que le contrôle des territoires, mais aussi comme des sujets qui participent socialement dans la vie administrative. En conséquence, avoir une connaissance de la vie de ses individus installés dans le Capitanat du Mozambique et Rios de Sena nous donne la possibilité de comprendre de quelle manière ils ont pu ou non donner leurs contributions pour la subsistance de la présence portugaise dans ce territoire.

Mots-clés: militaires, vie matériel, capitanat du Mozambique et les Fleuves Sena, L'Empire Portugais.

تمزق وترقيق: هشاشة الحياة العسكرية في قبطانية الموزمبيق و "ريوش دو سينا" في القرن الثامن عشر

آنا باولا فاغنر

تشير الأبحاث إلى الأهمية التي توليها القوات العسكرية للإبقاء على الإمبراطورية البرتغالية، كعنصر من عناصر الدفاع ومراقبة الأراضي، ولكن كذلك كفاعلين اجتماعيين مشتركين في الحياة الإدارية. وهكذا، فإن معرفة ظروف حياة هؤلاء الأفراد المستقرين في قبطانية موزمبيق و "ريوش دوسينا"، تجعل من الممكن فهم كيف تمكنوا أو لم يتمكنوا، من المساهمة في الرفع من الوجود البرتغالي في ذلك الإقليم.

الكلمات - المفاتيح: العسكر؛ الحياة المادية؛ قبطانية موزمبيق، ريوش دوسينا؛ الإمبراطورية البرتغالية.

Os conceitos de escravidão na obra de José Capela: uma leitura jurídica

Margarida Seixas

Nos textos de José Capela surge com frequência a distinção entre escravidão europeia e escravidão africana, partindo de conceitos de “pessoa” diversos. A escravidão designada “simbiótica” foi aproveitada pelos portugueses e cruzou-se com as estruturas por eles introduzidas, na origem de modelos mistos, com características específicas. Esta leitura de Capela visa apurar se as distinções enunciadas têm correspondência jurídica e se a interseção de conceitos deu origem a novas ideias e práticas.

Palavras-chave: Escravidão africana, Escravidão europeia, Direito português.

The concepts of slavery in the work of José Capela: a legal reading

In the texts of José Capela, the distinction between European slavery and African slavery often arises, based on varying concepts of “person”. The so-called “symbiotic” slavery was used by the Portuguese and interconnected with the structures introduced by them, to create mixed models, with specific characteristics.

This reading of Capela aims to determine if the distinctions mentioned have legal correspondences and if the intersection of concepts gave rise to new ideas and practices.

Keywords: African slavery, European Slavery, Portuguese law.

Les concepts de l’esclavage dans l’œuvre de José Capela: une lecture juridique

Dans les textes de José Capela on aperçoit fréquemment la distinction entre l’esclavage européen et l’esclavage africain, en partant du concept d’«individu». L’esclavage désigné par “simbiotique» a été utilisé par les portugais et s’a croisé avec les structures par eux introduites, dans l’origine de modèles mixtes, avec des caractéristiques spécifiques.

Cette lecture de Capela vise à établir si les distinctions exposées ont une correspondance juridique et si l’interceptions des concepts ont créé de nouvelles idées et différentes pratiques.

Mots-clés: Esclavage africaine, esclavage européen, Droit portugais.

مفاهيم الرق من خلال أبحاث جوزي كابيلا: قراءة قانونية

مارغريدا سيشاس

في أبحاث جوزي كابيلا، غالباً ما يظهر التمييز بين الرق الأوروبي والرق الأفريقي إنطلاقاً من مفاهيم مختلفة لمصطلح “فرد”. لقد سخر البرتغاليون ما يسمى بالعبودية “التوافقية” وجعلوها تتقاطع مع البنيات التي أدخلوها و هو ما أنتج نماذج مختلطة و ذات خصائص محددة.

وتهدف هذه القراءة التحليلية لكابيلا إلى تحديد ما إذا كانت الفروق المذكورة تحتوي على مطوِّرات قانونية وإذا كان تقاطع المفاهيم أدى إلى خلق أفكار وممارسات جديدة.

الكلمات-المفتاحية: الرق الأفريقي؛ الرق الأوروبي؛ القانون البرتغالي.

Memórias da Diáspora: diálogos históricos entre Moçambique e as ilhas Mascarenhas

Aurélio Rocha

A historiografia da zona do Índico Ocidental tende, desde há algum tempo, a ser redimensionada, afirmando a relevância de uma história africana nas ilhas do vasto oceano. O tráfico de escravos e as formas de trabalho servil tiveram incidências económicas e sociais profundas em Moçambique e nas ilhas do Oceano Índico, proporcionando por essa via relações culturais e políticas muito especiais, que são históricas, a partir do século XVIII, se não mesmo antes, e que se prolongaram pelo século XX. Procura-se aqui identificar o que ficou dessas relações marcadas pelos tráficos de pessoas, trazendo elementos que possam levar a uma melhor compreensão da história aos descendentes dos arrastados nessa enorme infâmia, honrando-se desse modo a memória dos Africanos que foram durante tanto tempo desumanizados, coisificados e rejeitados pelas sociedades coloniais intolerantes e racistas do século XX.

Palavras-chave: Tráficos, relações históricas e culturais, organização social, resistências.

Memories of the Diaspora: historic Dialogues between Mozambique and the Mascarene Islands

Historiography of the Western Indian Ocean has lately stressed the relevance of an African history on the islands of the vast ocean. The slave trade and forms of servile work had deep economic and social implications in Mozambique and in the islands of the Indian Ocean, thus providing very special cultural and political relations, which are historical, from the eighteenth century on, if not before, and which continued through to the twentieth century. We try to identify what has remained of these relationships marked by trafficking persons, bringing elements that could lead to a better understanding of history to the descendants of those stuck in this enormous infamy, thus honoring the memory of the Africans who were for so long dehumanized, reified and rejected by the intolerant and racist colonial societies of the twentieth century.

Keywords: Traffic, historical and cultural relations, social organization, opposition.

Souvenirs de la diaspora: dialogues historiques entre le Mozambique et les Mascareignes

L'historiographie de la région occidentale de l'Océan Indien a tendance, depuis quelque temps, à affirmer l'histoire africaine dans les îles d'un vaste océan. La traite d'esclaves et les formes de travail subalterne ont eu des incidences économiques et sociales profondes au Mozambique et dans les îles de l'océan Indien, en créant par cette voie des relations culturelles et politiques très spéciales, qui sont historiques, à partir du XVIII^e siècle, ou même auparavant, et qui se prolongent pendant le XX^e siècle. On tente, ici, d'identifier ce qui reste de ces relations marquées par la traite des gens en apportant des éléments qui puissent mener à une meilleure compréhension de l'histoire aux descendants attirés dans cette énorme infamie, honorant de cette façon la mémoire des Africains qui depuis des temps ont été pour tant de temps déshumanisés et rejetés par les sociétés coloniales intolérantes et racistes du XX^e siècle.

Mots-clés: Traite, Relations historiques et culturelles, organisation sociale, résistance.

مذكرات المغتربين: حوارات تاريخية بين الموزمبيق و جزر ماشكارينياش

أوريليو روشا

التاريخ لمنطقة غرب المحيط الهندي بدأ يعرف في السنوات الأخيرة نوعاً من إعادة الاعتبار، ضد النفي وعدم المبالاة الذي تعرض له التاريخ الإفريقي في جزر المحيطات الشاسعة. يمكن القول كذلك بأن تجارة الرقيق وأشكال العمل الوضع خلقت أثراً اقتصادياً واجتماعياً عميقاً في الموزمبيق وجزر المحيط الهندي، وأنتجت هذه الطريقة علاقات ثقافية وسياسية متميزة، ذات أهمية تاريخية ابتداءً من القرن الثامن عشر، إن لم يكن قبل، والتي استمرت حتى القرن العشرين. نسعى هنا إلى تحديد ما الذي حدث لتلك العلاقات التي تميزت بالإتجار بالبشر، وبالتالي جلب الضوء على العناصر التي تمكن من فهم أفضل لتاريخ الأجداد الذين عانوا الأمرين من هذه الجرائم، وتكريم ذكرى الأفارقة الذين استبيحت إنسانيتهم لمدة طويلة بل و تم رفضهم وإقصائهم طوال القرن العشرين من طرف المجتمعات الاستعمارية الغير المتسامحة والعنصرية.

كلمات-المفتاحية: الاتجار، العلاقات التاريخية والثقافية، التنظيم الاجتماعي، المقاومة

O negócio do tráfico negro de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c. 1808-1829

Carlos Gabriel Guimarães

O trabalho tem como objetivo analisar o comércio negreiro desenvolvido pelo negociante português João Rodrigues Pereira de Almeida em Moçambique. Ele foi um dos principais negociantes da Praça do Comércio da cidade do Rio de Janeiro no período Joanino (1808-1821) e de D. Pedro I (1822-1831), e teve vários negócios. O principal foi o comércio de escravos nas regiões de Angola e Moçambique, e nesta última, fez várias carregações até 1829. Faleceu em 1830.

Palavras-chave: comércio de escravos, comerciante, Moçambique, carregações.

The business of slave trade of João Rodrigues Pereira de Almeida, the Ubá baron, and his firm, Joaquim Pereira de Almeida, in Mozambique, c. 1808-1829

The aim of this paper is to analyze the slave trade developed by the Portuguese merchant João Rodrigues Pereira de Almeida in Mozambique. He was one of the chief merchants of the *Praça do Comércio* of the city of Rio de Janeiro in the *Joanino* period (1808-1821) and D. Pedro I (1822-1831), and he had several business deals. The main one was the slave trade in the regions of Angola and Mozambique, and in this last one, made several cargos until 1829. He passed away in 1830.

Keywords: slave trade, merchant, Mozambique, shipments.

La traite d'esclaves de João Rodrigues Pereira de Almeida, le Baron de Ubá et de la Société de Joaquim Pereira de Almeida au Mozambique, c. 1808-1829

Ce travail a comme objectif l'analyse du commerce d'esclaves développé par le commerçant portugais João Rodrigues Pereira d'Almeida au Mozambique. Il a été un des principaux commerçants de *Praça do Comércio* de la ville de Rio de Janeiro dans la période *Joanino* (1808-1821) et de D. Pedro I (1822-1831) et a eu plusieurs affaires dont la principale était le commerce d'esclaves dans les régions de l'Angola et de Mozambique où il avait fait plusieurs charge-ments jusqu'à 1829. Il est décédé en 1830.

Mots-clés: Commerce d'esclaves, commerçant, Mozambique, chargement.

مشروع تجارة الرقيق لجواو رودريغش بيريرا دو ألميدا، برون أوبا، وشركة جواكيم بيريرا دو ألميدا في الموزمبيق: 1829-1808

كارلوش غابرييل غيمارايش

الهدف من هذا العمل هو دراسة و تحليل تجارة الرقيق التي أقامها رجل الأعمال البرتغالي جواو رودريغش بيريرا دي ألميدا في موزمبيق. لقد كان واحدا من كبار التجار في براسا دو كمرسيو بمدينة ريو دي جانيرو في الفترة الجوانينية (1808-1821) وضون بيدرو الأول (1822-1831)، حيث عقد العديد من الصفقات. وأهمها كانت تجارة الرقيق في منطقتي أنغولا وموزمبيق، وخاصة في هذه الأخيرة، سيما و أنه أقام عدة حمولات حتى عام 1829. وتوفي في عام 1830.

الكلمات-المفتاحية: تجارة الرقيق، التاجر، موزمبيق، الحمولات

Dinâmicas sociais no norte de Moçambique no século XIX: escravidão, comércio, deslocamentos e mobilidade social.

Regiane Augusto de Mattos

É possível notar no norte de Moçambique, ao longo do século XIX, o surgimento de novas configurações sociais, como a dos *namarrais*, construídas a partir das múltiplas relações estabelecidas em meio aos espaços políticos, culturais, religiosos e de trocas comerciais com outras sociedades locais, como os sultanatos islâmicos da costa e os *imbamelas*. É objetivo deste artigo analisar esse processo a partir dos seguintes aspectos – escravidão, comércio, deslocamentos e mobilidade social –, destacando as contribuições de José Capela para o tema das dinâmicas sociais em Moçambique.

Palavras-chave: deslocamentos, mobilidade social, Moçambique.

Social dynamics in northern Mozambique in the 19th century: slavery, trade, displacements and social mobility

In the north of Mozambique, along the 19th century, it is possible to perceive the emergence of new social configurations, like the *namarrais*, built from the multiple relationships established amidst the political, cultural and religious spaces, and from the commercial exchanges with other local societies, like the coastal Islamic sultanates and the *imbamelas*. The aim of this article is to analyze this process starting from the following aspects: slavery, trade, displacements and social mobility, highlighting the contributions of José Capela for the issue of the social dynamics in Mozambique.

Keywords: displacements, social mobility, Mozambique.

Dynamiques sociales au nord du Mozambique (XIX^e siècle): esclavage, commerce, migration et mobilité sociale

Il est possible de remarquer dans le nord du Mozambique, au long du XIX^e siècle, l'émergence de nouvelles configurations sociales, comme celles des *namarrais*, construites à partir des multiples relations établies dans les espaces politiques, culturels, religieux et commerciaux avec d'autres

sociétés locales, comme les sultanats islamiques de la côte et les *imbamelas*. L'objectif de cet article est d'analyser ce processus à partir des aspects suivants: l'esclavage, le commerce, les migrations et la mobilité sociale, en soulignant les contributions de José Capela pour le thème de la dynamique sociale au Mozambique.

Mots-clés: migration, mobilité sociale, Mozambique.

الديناميات الاجتماعية في شمال الموزمبيق في القرن التاسع عشر: الرق، التجارة، النزوح والتقلبات الاجتماعية

ريجيان أوغوستو دي ماتوش

من الممكن أن نلاحظ في شمال الموزمبيق، طوال القرن التاسع عشر ظهور تشكيلات اجتماعية جديدة، مثل إثنية النامارين التي نتجت عن العلاقات المتعددة التي أقيمت في الفضاءات السياسية والثقافية والدينية والمبادلات التجارية مع المجتمعات المحلية الأخرى، مثل السلطانيات الإسلامية للساحل وإمباملا. الهدف من هذا المقال هو تحليل هذه العملية من الجوانب التالية: الرق، التجارة، النزوح والتقلبات الاجتماعية مع إبراز مساهمات جوسي كابيللا في موضوع الديناميات الاجتماعية في الموزمبيق.

الكلمات-المفتاح: النزوحات، التنقل الاجتماعي، موزمبيق

Os Khokholo dos Chopi no contexto político dos finais do século XIX no sul de Moçambique

Mário José Chitaúte Cumbe

Nos finais do século XIX registou-se uma disputa pelo poder político no sul do atual território de Moçambique entre os *nguni*, os *chopi* e os portugueses. Como resposta a esta disputa, os *chopi* criaram um sistema de fortificações defensivas, os *khokholo*, que são povoações fortificadas com estacas e paliçadas semelhantes aos amuralhados do tipo Zimbabwe e às aringas da Zambézia, estudadas por José Capela. O argumento é que os *khokholo* foram um espaço de identidade étnica e de independência política dos *chopi* que permitiu uma cultura e etnicidade diferentes no sul de Moçambique.

Palavras-chave: *Khokholo*, Aringa, Moçambique.

The chopipeople's khokholo in the political context of southern Mozambique at the end of the 19th century

At the end of the 19th century, there was a dispute for political power in the south of the present territory of Mozambique between the *nguni*, the *Chopi* and the Portuguese. As a response to this dispute, the *Chopi* created a system of defensive fortifications, the *khokholo*, that are settlements fortified with stakes and palisades similar to the Zimbabwe-type walnut trees and the Zambézia shoals, studied by José Capela. The argument is that the *khokholo* were a space of ethnic identity and political independence of the *Chopi* that allowed a different culture and ethnicity in southern Mozambique.

Keywords: *Khokholo*, Aringa, Mozambique.

Les Khokholo des Chopi dans le contexte politique a la fin du XIXe siècle au sud du Mozambique

A la fin du XIXe siècle, on a enregistré un conflit pour le pouvoir politique au sud de l'actuel territoire du Mozambique entre les *ngunis*, les *chopi* et les portugais. Comme réponse à ce conflit, les *chopi* ont créé un système de fortifications défensives, les *khokholo*, qui sont des populations fortifiées avec des palissades des clôtures semblables à ceux du Zimbabwe et aux *aringas* de Zambézia, étudiés par José Capela. L'argument est que les *khokholo* étaient un espace d'identité ethnique et d'indépendance politique des *chopi* qui a permis une culture et une ethnicité différentes au sud du Mozambique.

Mots-clés: *Khokholo*, Aringa, Mozambique.

خوخولو التشوبي في السياق السياسي لنهاية القرن التاسع عشر في جنوب الموزمبيق

ماريو جوسي شيتاوت كومبي

في نهاية القرن التاسع عشر، كان هناك نزاع على السلطة السياسية في جنوب بلاد الموزمبيق الحالي، بين النغوني والتشوبي والبرتغاليين، وكرد على هذا النزاع، أنشأ التشوبي أنظمة من التحصينات الدفاعية تسمى خوخولو التي هي مستوطنات محصنة بأكوام وحواجز شبيهة بأسوار من نوع زيمبابوي وأرينغاش زيمبابوا التي درسها جوسي كابيللا. الحجة هي أن خوخولو كانت فضاء للهوية الإثنية والاستقلال السياسي التشوبي التي سمحت بثقافة وأثنية مختلفة في جنوب موزامبيق.

الكلمات-المفتاح: خوخولو، أرينغا، موزمبيق

Os equídeos na história de Moçambique: o papel de zebras, burros, cavalos e os seus híbridos

William G. Clarence-Smith

A história dos equídeos em Moçambique está na sua infância, tendo o gado sido objeto de mais estudos do que aqueles animais. E no entanto, caçaram-se zebras desde os tempos primordiais. Os equídeos domesticados chegaram primeiro por via marítima, e só depois por terra. Apesar de vulneráveis às doenças, tiveram o seu papel na história militar e civil de Moçambique nos tempos coloniais. Hoje em dia, as zebras e os cavalos atraem turistas, ao passo que os burros servem sobretudo como meios de transporte.

Palavras-chave: zebras, burros, cavalos, história militar.

Equids in Mozambican history: the role of zebras, donkeys, horses, and their hybrids

The history of animals in Mozambique is in its infancy, and cattle have been more studied than equids. And yet, zebras were hunted from early times. Domesticated equids arrived at first by sea, and then by land. Although vulnerable to disease, they played a part in Mozambique's military and civilian history in colonial times. Today, zebras and horses attract tourists, while donkeys serve mainly for transport.

Keywords: zebras, donkeys, horses, military history.

Les équidés dans l'histoire mozambicaine: le rôle des zèbres, ânes, chevaux e ses hybrides

L'histoire des animaux au Mozambique est dans son enfance, et les bovins sont plus étudiés que les équidés. Pourtant, les zèbres étaient chassés dès une époque reculée. Les équidés domestiqués sont arrivés par voie de mer, et puis par voie de terre. Malgré les maladies, ils jouèrent un rôle dans l'histoire militaire et civile du Mozambique colonial. Aujourd'hui, zèbres et chevaux attirent les touristes, tandis que les ânes servent surtout au transport.

Mots-clés: zèbres, ânes, chevaux, histoire militaire.

الخيول في تاريخ الموزمبيق: دور الحمير الوحشي والحمير والخيول وهجنهم

وليام ج. كلارنس سميث

تاريخ الحيوانات في الموزمبيق لا يزال في بدايته، وإن كانت الماشية تم دراستها أكثر من الخيول. ومع ذلك، تم اصطياد الحمير الوحشية منذ العصور الأولى. وصلت الخيول الأليفة في البداية عن طريق البحر، ثم عن طريق البر. وعلى الرغم من أنها معرضة للأمراض، فقد لعبت دوراً في التاريخ العسكري والمدني للموزمبيق في الأزمنة الاستعمارية. اليوم، الحمير الوحشي والخيول تجذب السياح، في حين أن الحمير تستعمل أساساً للنقل.

الكلمات-المفتاح: الحمير الوحشي، الحمير، الخيول، البغال

Moçambique entre greves ferroviárias e o "Modus Vivendi" (1920-1926)

Miguel Silva e Maciel Santos

Não obstante o trabalho pioneiro de José Capela (1981), pouco se conhece do movimento operário em Moçambique, especialmente da sua articulação com a metrópole e com as especificidades da colónia, que resultavam da relação que mantinha com os interesses mineiros da África do Sul. Através de fonte primárias ainda mal exploradas pretende-se descrever e interpretar, no quadro das negociações dos convénios entre Portugal e a África do Sul conhecidos por "modus vivendi", a sequência de grandes greves ferroviárias em Moçambique durante o período 1920-1926.

Palavras-chave: Moçambique, África do Sul, sindicalismo, caminhos de ferro.

Mozambique between the railway strikes and the "modus vivendi" (1920-1926)

Despite José Capela's pioneer work (1981), little is known about the labour movement in Mozambique, particularly about its general context and how it was shaped by the specific features of this colony, namely its close relationship with the mining interests of South Africa.

Throughout new primary sources, seen under the framework of the Anglo-Portuguese "modus vivendi", this paper intends to focus on the great railway strikes of Mozambique of the years 1920-1926.

Keywords: Mozambique, South Africa, syndicalism, iron paths.

Mozambique entre des grèves de cheminots et le «modus vivendi» (1920-1926

Malgré le travail pionnier de José Capela (1981) le mouvement ouvrier du Mozambique reste fort mal connu, surtout en ce qui concerne son rapport avec celui de la métropole et ceux de la colonie avec les intérêts miniers de l'Afrique du Sud.

Cet article utilise des nouvelles sources pour interpréter les grandes grèves de cheminots que, pendant les négociations de protocoles entre les autorités portugaises et sud-africaines, se sont déroulés pendant les années 1920-1926.

Mots-clés: Mozambique, Afrique du Sud, syndicalisme, chemins de fer.

الموزمبيق بين إضرابات السكك الحديدية و "مرحلة التعايش" (1920-1926).

م. ف. سيلفا - مسييل ساتوش

على الرغم من العمل الرائد لجوسي كابيل (1981)، لا يُعرف سوى القليل عن الحركة العمالية في الموزمبيق وخاصة العلاقات التي كانت تربطها بالمركز مع خصوصيات المستعمرة الناتجة عن العلاقة التي كانت تربطها مع مصالح التعدين في جنوب إفريقيا.

من خلال المصادر الأولية التي لا تزال غير مستغلة، نود في هذا المقال وصف وتفسير تسلسل إضرابات السكك الحديدية الضخمة في الموزمبيق خلال فترة 1920-1926 والتي تزامنت مع المفاوضات حول الاتفاقات بين البرتغال وجنوب إفريقيا والمعروفة بـ "مرحلة التعايش".

كلمات مفتاح: الموزمبيق، جنوب إفريقيا، العمل النقابي، السكك الحديدية

O terror nas colónias como prelúdio do fascismo

João-Manuel Neves

As campanhas de conquista pelo terror, empreendidas até aos anos 1930, e a instauração da ditadura racial nas colónias procuraram pôr em prática os programas arianos de extinção ou de redução à servidão de comunidades ditas de "raça inferior". No caso português, o fascismo tem em grande medida as suas origens no transplante para a metrópole tanto das linhas mortíferas de luta pelo território do império em África, como das formas de governamentalidade totalitárias aplicadas aos "selvagens".

Palavras-chave: Império português, Fascismo português, Terror colonial, Totalitarismo.

Terror in the Colonies as a Prelude to Fascism

The campaigns of conquest by terror, which lasted up to the 1930s, and the setting up of a racial dictatorship in the colonies sought to put in practice Aryan programmes of annihilation or reduction to servitude of communities deemed to be of an "inferior race". In the case of Portugal, the origins of Fascism were largely due to the transplantation to the homeland of the deadly lines of the territorial struggle for empire in Africa as well as the forms of totalitarian governmentality applied to "savages".

Keywords: Portuguese Empire, Portuguese Fascism, colonial terror, Totalitarianism.

La Terreur dans les colonies comme prélude du fascisme

Les campagnes de conquête par la terreur, entreprises dans les années 1930, et l'établissement de la dictature raciale dans les colonies cherchent la mise en œuvre des programmes aryens d'extinction ou à réduire à la servitude des communautés dites de «race inférieure». Dans le cas portugais, le fascisme a en grande partie son origine dans la greffe autant des lignes mortelles de lutte de la métropole pour le territoire de l'empire en Afrique que des formes d'un gouvernement totalitaire appliqué «aux sauvages».

Mots-clés: Empire portugais, Fascisme portugais, terreur coloniale, totalitarisme.

الإرهاب في المستعمرات كتمهيد للفاشية

جواو مانويل نيفيش

سعت حملات الغزو المرعبة، التي ارتكبت حتى سنوات 1930 وإنشاء الديكتاتورية العرقية في المستعمرات، إلى تنفيذ مخططات الانقراض الأرية أو تحويل الجماعات التي كانت تعتبر بـ "العرق الأدنى" إلى درجة العبودية. في الحالة البرتغالية، نلاحظ بأن النظام الفاشي و إلى حد كبير كانت أصوله تعود إلى تطبيق و زرع المخططات القتالية و النضال من أجل الأراضي في إمبراطورية أفريقيا و كذلك في شكل الحكم الشمولي التي كانت تطبق على "المتوحشين".

الكلمات المفتاح: الإمبراطورية البرتغالية، الفاشية البرتغالية، الإرهاب الاستعماري، الشمولية

José Capela e a Igreja Católica

Eric Morier-Genoud

José Capela é um historiador de renome que aborda os temas da escravatura, das sociedades pré-coloniais e dos movimentos laborais em Portugal e em Moçambique nas suas obras. Porém, sabemos pouco sobre a sua trajetória pessoal como padre e sobre a sua pesquisa e análise da Igreja Católica em Moçambique. Todavia, estes dois aspetos são tão interessantes como importantes – eis por que razão constituirão o ponto fulcral deste artigo. A sua análise ajudar-nos-á a compreender melhor o homem, o historiador, a sua perspetiva teórica e metodológica, bem como o seu contributo para a historiografia de África e da Igreja Católica.

Palavras-chave: história, sacerdócio, igreja, Moçambique, Historiografia.

José Capela and the Catholic Church

José Capela is a well-known historian of slavery, pre-colonial societies and labour movements in Portugal and Mozambique. We know little however about his personal trajectory as a priest and his research and analysis of the Catholic Church in Mozambique. Yet these two aspects are interesting and important – this is why they will form the core of this article. Their analysis will help us better understand the man, the historian, his theoretical and methodological perspective, as well as his contribution to the historiography of Africa and the Catholic Church.

Keywords: history, priesthood, church, Mozambique, historiography.

José Capela et l'Église Catholique

José Capela est bien connu comme historien de l'esclavage, des sociétés précoloniales et des mouvements syndicaux au Portugal et au Mozambique. On sait peu par contre sur son parcours religieux et sa recherche et analyse de l'église catholique au Mozambique. Ces deux aspects sont pourtant intéressants et importants – ce pourquoi ils forment le cœur du présent article. Leur analyse nous permettra de mieux comprendre l'homme et l'historien, sa perspective théorique et méthodologique, ainsi que

sa contribution à l'historiographie de l'Afrique et de l'église catholique.

Mots-clés: histoire, sacerdoce, église, Mozambique, historiographie.

جوسي كابيللا والكنيسة الكاثوليكية

إيريك موريجنود

جوسي كابيللا هو مؤرخ معروف كمتخصص في الرق ومجتمعات ما قبل الاستعمار وحركات النقابية في البرتغال وموزمبيق. نعرف القليل عن مساره الشخصي كرجل دين و حول بحوثه وتحليله للكنيسة الكاثوليكية في الموزمبيق. ومع ذلك، فإن هذين الجانبين مثيرين للاهتمام - وهذا هو السبب في أنها سوف تشكل جوهر هذا المقال. سيساعدنا تحليل هذه الجوانب في فهم الإنسان والمؤرخ وتوجهه النظري والمنهجي، فضلا عن إسهامه في تاريخ أفريقيا والكنيسة الكاثوليكية.

الكلمات -المفتاح : التاريخ، الكهنوت، الكنيسة، موزمبيق، علم التاريخ

As vicissitudes políticas nas sucessivas vidas da Voz Africana em defesa dos africanos

Augusto Nascimento

A *Voz Africana* refletiu não só as diferentes mutações por que passou o colonialismo, como também as sucessivas provações e acomodações dos Africanos a esse colonialismo de feição ditatorial. Nos sombrios anos 30, o Grémio Africano de Manica e Sofala criou o jornal *Voz Africana* com o qual tentou, ao longo de décadas, congregar, promover e defender os Africanos. O jornal atravessou conjunturas políticas assaz diversas e conheceu diferentes orientações com a consequente variação do engajamento do escol africano na produção do jornal. Na década de 60, assumindo a responsabilidade de editar o jornal, pessoas ligadas à diocese da Beira apostaram em conferir existência social à mole africana da Beira e da colónia. Nos anos 70, mudando de novo a tutela do jornal, a interpelação em nome dos Africanos foi sendo instrumentalizada no sentido de obter a sua acomodação à situação colonial.

Palavras-chave: Moçambique, associativismo africano, imprensa africana.

The political difficulties in the successive lives of the newspaper *Voz Africana* on the defense of Africans

The newspaper *Voz Africana* (African Voice) reflected not only the different mutations of colonialism, but also the successive difficulties and accommodations of Africans subjected to this dictatorial colonialism. In the 1930s, the Grémio Africano of Manica and Sofala created the *Voz Africana*, newspaper with which it tried, for decades, to bring together, promote and defend Africans. The newspaper went through many different political conjunctures and knew different orientations with the consequent variation of the engagement of the African elite in the production of the newspaper. In the 60s, assuming the responsibility of editing the newspaper, people linked to the diocese of Beira bet on conferring social existence on the African mole of Beira and the colony. In the 1970s, again changing the tutelage of the newspaper, the interpellation on behalf of the Africans served to obtain their accommodation to the colonial situation.

Keywords: Mozambique, colonialism, African associativism, African press.

Les évènements politiques dans les successives vies du journal *Voz africana* dans la défense des africains

Le journal *Voz Africana* a tenu en compte non seulement les différentes mutations par lesquelles le colonialisme a passé, mais aussi les successives épreuves et ajustements des Africains à ce colonialisme de nature dictatoriale. Dans les sombres années trente, la Guilde Africaine de Manica et Sofala a créé le journal *Voz africana*, lequel a essayé, pendant des décennies, de rassembler, promouvoir et défendre les Africains. Ce journal a traversé des différentes conjonctures politiques et a connue des orientations différentes en conséquence d'y avoir des engagements variés dans la production du journal de la part de l'élite africaine. Dans les années 60, le diocèse da Beira a pris la responsabilité de l'édition du journal. Dans les années soixante-dix, avec un nouveau changement de tutelle, l'interpellation au nom des Africains a été utilisé comme un instrument dans le sens d'obtenir son adaptation à la situation coloniale.

Mots-clés: Mozambique, association africaine, presse africaine.

التقلبات السياسية في الحياة المتعاقبة لصوت أفريقيا للدفاع عن الأفارقة

أوغوستو ناشيمبتو

يمكن القول بأن "صوت أفريقيا" لم تعكس الطفرات المختلفة التي مر بها الاستعمار فحسب، بل شملت أيضا التجارب المتعاقبة وكذا ردود فعل الأفارقة لهذا الاستعمار ذو الطابع الديكتاتوري. في الثلاثينيات من القرن العشرين، أنشأت النقابة الأفريقية مانিকা وسوفالا صحيفة *فوز أفريكانا* أو صوت أفريقيا التي حاولت، على مدى عقود، جمع و تأهيل الأفارقة والدفاع عنهم. مرت الصحيفة عبر العديد من المراحل السياسية المختلفة وعرفت توجهات مختلفة مع التباين الناتج عن انخراط المدرسة الأفريقية في إنتاج الصحيفة. خلال عقد الستينيات، ومع تحميل المسؤولية لتحرير الصحيفة لأشخاص ذوو ارتباطات مع ديوسيز دا بيرا، تم الزهان على منح الوجود الاجتماعي على الجانب الأفريقي لمنطقة بيرا والمستعمرة. وفي السبعينات، بعد تغيير إدارة الصحيفة مرة أخرى، فإن التعبير باسم الأفارقة كان له دور أساسي و تم تسخيرها من أجل الحصول على تيعيتها للوضع الاستعماري.

الكلمات-المفتاحية: الموزمبيق، الجمعيات الأفريقية، الصحافة الأفريقية

A Renamo, um assunto para historiadores e cientistas sociais

Michel Cahen

O assunto "Renamo" deve sair da mera discussão política ou da esfera dos artigos de atualidade para se tornar um tema como qualquer outro nas ciências sociais. Ora, os desequilíbrios tradicionais da história de Moçambique parecem reproduzir-se no aspeto da quase ausência de estudos sobre ele. Descolonizar o saber é também, na investigação, acabar com os desequilíbrios cognitivos criados pela colonização e mantidos pela Felimo.

Palavras-chave: Ciências sociais, descolonização do saber, Moçambique, Renamo.

Renamo, an issue for historians and social scientists

The issue "Renamo" should come out of the sheer political debate or from the sphere of the news articles to become a topic as any other in the area of social sciences. But, as a matter of fact, the traditional unbalances in the history of Mozambique seem to reproduce in the sense of the almost complete absence of studies about it. Decolonizing knowledge is, in the field of research, also a way to eradicate the cognitive unbalances created by colonization and kept by Felimo.

Keywords: Social Sciences, decolonizing knowledge, Mozambique, Renamo.

La Renamo, un sujet pour les historiens et les autres chercheurs en sciences sociales

Le sujet “Renamo” doit sortir de la simple discussion politique ou de la sphère des articles d’actualité pour devenir un thème comme n’importe quel autre en sciences sociales. Or il semble que les déséquilibres traditionnels de l’histoire du Mozambique se reproduisent sous la forme d’une quasi-absence d’études sur lui. Pourtant, décoloniser le savoir est aussi, dans la recherche, en finir avec les déséquilibres cognitifs créés par la colonisation et maintenus par le Frelimo.

Mots-clés: décolonisation du savoir, Mozambique, Renamo, Sciences sociales.

رينامو، موضوع للمؤرخين وعلماء الاجتماع

مايكل كاهن

موضوع "رينامو" يجب أن ينتقل من مجال النقاش السياسي أو من مجال المقالات الظرفية ليصبح موضوعاً مثل أي موضوع آخر في العلوم الاجتماعية. ومع ذلك، يبدو أن الاختلالات التقليدية لتاريخ الموزمبيق تتكاثر في وجه عدم وجود دراسات بشأنها. إنهاء الاستعمار المعرفي في مجال البحث، يمر عبر وضع حد للاختلالات الإدارية التي تم إنشاؤها بواسطة الاستعمار والتي تم الحفاظ عليها من قبل فريليمو.

الكلمات-المفتاحية: العلوم الاجتماعية - إنهاء استعمار المعرفة - موزمبيق - رينامو

Moçambique pelo seu povo. Moçambique: muitas pessoas, muitas histórias. Relações de género e masculinidades contestadas

Jeanne Marie Penvenne

Este artigo aborda as contribuições académicas de José Capela, defendendo que, desde as primeiras publicações, ele não só antecipou e contribuiu para a abordagem de temas importantes e duradouros na história moçambicana, como proporcionou a gerações de estudantes novas fontes e inovadoras perspectivas para a investigação. Embora aponte o uso

de fontes de imprensa, incluindo os estimulantes jornais da classe trabalhadora do início do século XX, o artigo foca o relacionamento de José Capela com a imprensa, mormente o *Voz Africana*, e as cartas escritas ao diretor do jornal na época colonial tardia. Em 1971, José Capela publicou uma seleção dessas cartas sob o título *Moçambique pelo seu povo*. Neste artigo, argumenta-se que a coleção de cartas é um tesouro da história vernácula, social e de género. Essa compilação fornece uma janela sobre a vida quotidiana no centro de Moçambique bem como sobre a implantação e a evolução do capital social dos jovens urbanos. Tais cartas são exemplos de “redação para cima” e de estratégias masculinas para controlar as mulheres. Por fim, procura-se revelar perspectivas de género através da leitura dos discursos das masculinidades, cotejando as cartas publicadas na *Voz Africana* com as narrativas orais de mulheres trabalhadoras urbanas dessa época.

Palavras-chave: história vernacular, capital social, lobolo, masculinidades.

Moçambique pelo seu povo. Moçambique: Many People, Many Stories. Contested Masculinities & Gendered Perspectives

This paper reflects on the scholarly contributions of José Capela, noting that, from his earliest publications, he anticipated and contributed to important and enduring themes in Mozambican History, and provided generations of students with innovative source material and avenues for investigation. Although it highlights Capela’s use of press sources, including the challenging working class newspapers of the early twentieth century, it focuses on his relationship with the press, especially *Voz Africana*, and his selection of late colonial era letters to the editor of that paper that he published in 1971 as *Moçambique pelo seu povo*. It argues that the collection is a treasury of vernacular, social and gender history. It provides a window into everyday life in Central Mozambique, young urban men’s development and deployment of social capital, examples of “writing upwards”, and men’s strategies to control women. It closes by seeking gendered perspectives through reading the contested masculinities discourses of the *Voz Africana* letters against oral narratives of urban working women focused on the same time period.

Keywords: Vernacular history, Social Capital, Bridadealth (lobolo), Masculinities.

Moçambique pelo seu povo. Le Mozambique: beaucoup de gens, beaucoup d'histoires. Relations de genre et masculinité contestée

Jeanne Marie Penvenne

Cet article fait une approche aux contributions académiques de José Chapela, défendant que dès les premières publications non seulement il s'est avancé et a contribué à une approche de thèmes importants et de longue durée dans l'histoire du Mozambique, ainsi comme il a équipé les nouvelles générations d'étudiants de nouvelles sources et de perspectives innovantes pour la recherche. Bien qu'on utilise des sources de presse, y compris les journaux de la classe ouvrière du début du XX siècle, l'article ce centre dans la relation de José Chapela avec la Presse et les lettres écrites au directeur du journal à l'époque tardive de la colonisation. En 1971 José Capela a publié une sélection de ces lettres sous le titre *Moçambique pelo seu povo*. Ces lettres sont des exemples de composition «vers le haut» et des stratégies masculines afin de contrôler les femmes. Finalement, on recherche des perspectives de genre à travers la lecture des discours de la virilité, en consultant les lettres publiées dans la *Voz Africana* avec les récits oraux des femmes travailleuses urbaines de cette époque.

Mot-clés: Histoire vernaculaire, capital social, masculinité.

موزمبيق: كثير من الناس، العديد من القصص. علاقات جنسانية وذكورية متنازع عليه

جين ماري بينفيني

هذا المقال يقربنا من المساهمات الأكاديمية للمؤرخ جوزي كابيلا، و الذي دافع منذ أولى المنشورات عن أهمية المساهمة في تقريب الموضوعات الهامة واعتماد الأمد الطويل في تاريخ موزمبيق، التي زودت الأجيال الجديدة من الطلاب بمصادر جديدة ووجهات نظر مبتكرة للبحث. فضلا عن استخدام المصادر الصحفية بما في ذلك صحف الطبقة العاملة في أوائل القرن العشرين، هذا المقال يتركز حول علاقة جوزي كابيلا مع الصحافة وخاصة *فوز أفريكانا* والرسائل الموجهة لمدير الصحيفة في أواخر فترة الاستعمار. في عام 1971 نشر جوزي كابيلا مجموعة مختارة من هذه الرسائل تحت عنوان "موزمبيق وشعبها" في هذه المقالة ناقش هذه المجموعة من الرسائل ككثير من العامية والاجتماعية والجنسانية. وهذا التجميع يوفر لنا نافذة عن الحياة اليومية في وسط موزمبيق، فضلا عن استقرار و تطور المجتمع. هذه الرسائل هي "أمثلة على التكوين التصاعدي" واستراتيجيات الذكور للسيطرة على المرأة. وأخيرا، سوف نبحت عن وجهات نظر الجنس من خلال قراءة خطاب الفحولة، عبر دراسة

الرسائل التي نشرت في *فوز أفريكانا* والنصوص الشفوية للنساء العاملات في المناطق الحضرية في ذلك الوقت.

الكلمات-المفتاح: تاريخ العامية، رأس المال الاجتماعي، موزمبيق لشعبها، الذكورة

José Capela, transversalidade de discursos e práticas em sistemas existenciais excludentes em Moçambique

Martinho Pedro

O clamor moçambicano do pós-Segunda Guerra Mundial engendrou um processo antitético e, nessa perspectiva e por via revolucionária, intencionou-se a substituição da cultura do colono por uma nova. Entretanto, apesar desse processo libertário revolucionário indiciar a introdução de cosmovisões excludentes, na prática, os discursos e as práticas presentes na colonização portuguesa em Moçambique foram transpostos para o pós-colonial, expressando a colonialidade.

Palavras-chave: transversalidade, colonialidade, Moçambique.

José Capela, interdisciplinary discourses and practices in the Mozambican segregation systems

The post Second World War outcry in Mozambique gave rise to an antithetic process and, from that perspective and by revolutionary means, the substitution of the settler's culture for a new one was intended. Meanwhile, and although, in practice, this libertarian revolutionary process denotes the introduction of excluding world visions, the discourses and the practices present in the Portuguese colonization in Mozambique were transposed for the post-colonial period, expressing the colonial condition.

Keywords: interdisciplinary studies, colonial condition, Mozambique

José Capela, transversalité des discours et des pratiques dans les systèmes de ségrégation au Mozambique

La clameur mozambicaine de l'après-Second Guerre mondiale a engendré un processus antithétique et, dans cette perspective et à travers une phi-

l'osophie révolutionnaire, le remplacement de la culture du colon par un nouveau s'est visé. Cependant, en dépit de ce processus libertaire révolutionnaire conduisant à l'exclusion de pratiques précédentes, effectivement, les discours et les pratiques présentes dans la colonisation portugaise au Mozambique ont été transposées vers la période postcoloniale, exprimant le colonialisme.

Mots-clés: transversalité, colonialité, Mozambique.

جوسي كابيللا، مميزات الخطابات والممارسات في النظم الوجودية الإقصائية في الموزمبيق

مارتينيو بيدرو

لقد أثارت الصدمة الموزمبيقية بعد الحرب العالمية الثانية مسار مناهض، ومن هذا المنظور ومن جانب ثوري، كان الهدف منه أن يحل محل ثقافة المستوطنين. ومع ذلك، على الرغم من هذه العملية الثورية التحريرية التي أدت إلى إدخال نظرة عالمية إقصائية، عملياً، تم نقل الخطابات والممارسات التي كانت موجودة إبان مرحلة الإستعمار البرتغالي في الموزمبيق إلى ما بعد الإستعمار، تعبيراً عن الكولونيالية.

الكلمات-المفتاح : عرضية، الاستعمار، موزمبيق

O Kairós na análise do fenómeno da escravatura na obra de José Capela

Pedro Pereira Leite

A análise do fenómeno da escravatura é estruturante na obra científica de José Capela. Pioneiro desta análise na historiografia contemporânea em Portugal, Capela legou-nos um trabalho metódico de inventariação de fontes que desvelou a sua dimensão no fenómeno na formação colonial portuguesa moderna. A escrita da história de José Capela revela uma dimensão ética sobre o fenómeno, que permite entender a este fenómeno histórico como uma forma de consciência do presente no tempo *kairótico*.

Palavras-Chave: tráfico de escravos, consciência história, tempo *Kairótico*.

The Kairos in the analysis of the phenomenon of slavery in the work of José Capela

The analysis of the phenomenon of slavery is structuring in the scientific work of José Capela. Pioneer of this analysis in contemporary historiography in Portugal, Capela left us a meticulous work of inventorying sources that unveiled its dimension in the phenomenon in the modern Portuguese colonial formation. The writing of the story of José Capela reveals an ethical dimension about the phenomenon, which allows us to understand of this historical phenomenon as a form of consciousness of the present in kairotic time.

Keywords: slave trafficking, history consciousness, Kairotic time.

Le Kairós dans l'analyse du phénomène de l'esclavage dans l'œuvre de José Capela

L'analyse du phénomène de l'esclavage est un élément qui structure le travail scientifique de José Chapel. Pionnier de cette analyse de l'historiographie contemporaine au Portugal, Capela nous a légué un méticuleux travail d'inventoriât de sources qui ont révélé sa dimension dans le phénomène de la formation coloniale portugaise moderne. L'analyse des chargements dans les ports de la côte du Mozambique, a constitué l'endroit d'observation qui lui a permis de comprendre l'installation d'une affaire tentaculaire, de relations locales et transafricaines.

L'écrit de l'histoire de José Capela révèle une dimension éthique sur phénomène. L'analyse du phénomène de l'esclavage dans l'œuvre de José Capela permet la compréhension de phénomène historique, aussi comme une forme de conscience du présent. Une conscience du temps de *Kairótico*. Nous avons argumenté dans cet article que l'expérience de vie de José Capela au Mozambique, sa proximité à deux visions, l'Européenne et Mozambicaine, lui a permis de surmonter les limitations de la description chronologique et comprendre, dans les mémoires la densité du phénomène de l'esclavage dans le présent. Nous défendons que se conscience de l'histoire de l'esclavage était, pour José Capela, un projet de vie et une proposition de libération.

Mots-clés: traite d'esclave, conscience historique, *Kairos*.

ال كأيروسُن في تحليل ظاهرة الرق من خلال عمل جوسي كاببلا

بيدرو بُرَيْرَا لَيْتْ

يعد تحليل ظاهرة الرق عنصرا بنويا في الأبحاث العلمية لجوسي كاببلا. ذلك أنه يعتبر رائد هذا التحليل في سياق علم التاريخ البرتغالي المعاصر. لقد ترك لنا عملا دقيقا وبخاصة ما يتعلق بتجميع المصادر التي كشفت بُعد هذه الظاهرة في التكوين الاستعماري البرتغالي الحديث. وشكل تحليل الشحنات في موانئ ساحل موزمبيق، مكان الملاحظة الذي سمح له بفهم تُشكّل تعاملات تجارية متشابكة، من العلاقات المحلية وعبر أفريقيا.

وتكشف كتابة قصة جوسي كاببلا بعداً أخلاقيا عن الظاهرة. ويتيح تحليل ظاهرة الرق في عمل جوسي كاببلا فهم الظاهرة التاريخية، كشكل من أشكال الوعي بالحاضر وأيضا الوعي بالزمن الكأيرُونيكي.

لقد جادلنا في هذه المقالة بأن تجربة حياة جوسي كاببلا في الموزمبيق وقربه من الرويتين، الأوروبية والموزامبيقية، سمح له بالتغلب على قيود الوصف الزمني وفهم، من خلال ذكرياته، أهمية ظاهرة الرق على هذا الأساس نرى ونستنتج بأن الوعي التاريخي لظاهرة الرق كان، بالنسبة لجوسي كاببلا، مشروع حياة بأكملها ووصفة للتحرر.

كلمات-المفاتيح : تجارة الرق، الوعي التاريخي،الزمن الكأيرُونيكي

Legendas das ilustrações

1. *No batelão do Zambeze*. Beira, década de 1950. Coleção particular da família de José Soares Martins.
2. *Exterior da Fortaleza de S. Sebastião, Ilha de Moçambique*. José dos Santos Rufino, *Albuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, Hamburgo, 1929, volume VII, Distrito de Moçambique, p. 31.
3. *A praia da “Ponta Vermelha” em Mocímboa da Praia*. José dos Santos Rufino, *Albuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, Hamburgo, 1929, volume VIII, Distrito de Tete e Territórios de Cabo Delgado (Niassa), p. 51.
4. a. *Trabalhos de Campo*. José dos Santos Rufino, *Albuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, Hamburgo, 1929, volume X, Raças, Usos e Costumes e Alguns Exemplos da Fauna Moçambicana, p. 60.
b. *Apanhando ameijoas*. José dos Santos Rufino, *Albuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, Hamburgo, 1929, volume X, Raças, Usos e Costumes e Alguns Exemplos da Fauna Moçambicana, p. 61.
5. *Outro aspecto da escôlha do carvão*. José dos Santos Rufino, *Albuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, Hamburgo, 1929, volume VIII, Distrito de Tete e Territórios de Cabo Delgado (Niassa), p. 25.
6. *Beira, década de 1950*. Coleção particular da família de José Soares Martins.
7. *Gaza: Três guerreiros de 1895*. volume X, Raças, Usos e Costumes e Alguns Exemplos da Fauna Moçambicana, p. 20.
8. *O Sol*, nr.º 7, 15/01/1926.
9. *Repórter da Voz Africana*. Coleção particular da família de José Soares Martins.
10. *Campanha eleitoral da Renamo*. Angónia, 2014. Foto de Michel Cahen.
11. *Na redacção*. Beira, c. 1956. Coleção particular da família de José Soares Martins.
12. José Soares Martins. Beira, década de 1960. Coleção particular da família de José Soares Martins.
13. Capa da edição de 1974 de “Escravidão. Conceitos. A empresa de saque.”
14. José Capela e Eduardo Medeiros. Beira, década de 1980. Coleção particular de Eduardo Medeiros.
15. Eduardo Medeiros. Coleção particular de Eduardo Medeiros.
16. *UN Mission*. Nord Kivu, D. R. Congo, 2014. Foto de Galina Sidorova.
17. *Often, police units are led by army officers*. Nord Kivu, D. R. Congo. Foto de Galina Sidorova.

Crítérios para publicação

- A *Africana Studia* só publica trabalhos inéditos.
- A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos de qualquer área de investigação cuja temática seja África e sociedades africanas.
- Os trabalhos só poderão ser aceites em português, inglês ou francês.
- A publicação de trabalhos está sujeita à apreciação dos Conselhos Científico e Editorial bem como de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para apresentação de originais

- Os originais devem chegar no programa WORD para Windows ao seguinte endereço eletrónico: *africanastudia@letras.up.pt*.
- Os originais devem vir acompanhados pela identificação do autor (nome, instituição e contactos).
- O corpo de letra deverá ser em fonte Arial ou Times New Roman. Tamanho: 12 pontos para o corpo do texto e 10 pontos para as notas. Espaço entre linhas: 1,5.
- As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias, etc.) devem ser numeradas de 01 em diante. A localização de cada imagem no texto deve ser indicada pelo autor. As imagens devem ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel ou JPEG, TIFF ou EPS para imagens). As imagens devem ter no mínimo 10 x 6 cm com 1200 x 800 pixel (300 dpi).
- Os artigos terão no máximo 70 000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens).
- Cada artigo submetido será acompanhado de resumos em **duas línguas** escolhidas do seguinte conjunto: português e/ou inglês e/ou francês e/ou árabe. Cada resumo não poderá ultrapassar um máximo de 500 caracteres do alfabeto latino. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de quatro).
- As resenhas não poderão exceder os 25 000 caracteres.

Normas de revisão e citação bibliográfica

- Os autores terão a possibilidade de rever provas dos seus trabalhos.
- Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de indisponibilidade, deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano: página).
Exemplo: (Rodrigues, 2000: 15).
- Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser acrescido de uma letra minúscula.
Ex: (Rodrigues, 2000a: 15).
- Se a referência citada for de vários autores ficará:
(Rodrigues *et alia*, 2000: 15).
- As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como quaisquer vocábulos em língua estrangeira.
- As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando cinco linhas em corpo 10.
- A lista das referências bibliográficas será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, devendo estas ser listadas por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Coletâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs. (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, n.º (ou vol.) 8, pp. 12-35.
 - Artigos/capítulos em colectâneas: Matos, A. (2002), “Os novos políticos africanos”. In: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António (orgs.), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da primeira publicação.
 - Nas referências bibliográficas eletrónicas deverá indicar-se sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta. Exemplo Portal da Língua Portuguesa, 2011. *Vocabulário ortográfico do português* [Em linha]. [Consult.21mar.2012]. Disponível em: <http://portaldalinguaportuguesa.org>.
- As referências das fontes primárias deverão vir em notas de rodapé e começar pelo acrónimo do arquivo/instituição, seguindo-se as unidades de arquivo numa ordem do geral ao particular.

Exemplo: AHU, maço 1665.1 – Governo de Angola, SNI, Nota n.º 136, 02-01-1935

Os acrónimos deverão ser desdobrados na lista das referências bibliográficas.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*.

As imagens, no caso de serem originais e enviadas por via postal, serão devolvidas se assim for explicitado pelos autores.

Editorial Criteria

- *Africana Studia* publishes only unpublished papers.
- *Africana Studia* accepts papers from every scientific field whose main object regards Africa and African societies.
- Papers are only accepted in Portuguese, English or French.
- Acceptance for publication depends on the validation of the Scientific and Editorial Boards of *Africana Studia* as well as on the validation of peer reviewers.

Editorial Norms

- Articles should be sent in Windows-Word files to the following e-mail address: africanastudia@letras.up.pt.
- Articles must include the author's identification (name, institution, contacts).
- Characters should preferentially be typed in Arial or Times New Roman font. Size: 12 for body text and 10 for footnotes. Spacing: 1,5.
- If the article includes images of any sort they should be numbered from 01 onwards. The location of each image should be indicated by the author. The images should have the extension XLS – Excel and/or JPEG, TIFF or EPS. Images should have at least 10x6 cm with 1200x800 pixels (300 dpi).
- Articles should not exceed 70.000 characters, including spaces, references and bibliography (images excluded).
- Each submitted article should include abstracts (maximum 500 characters of the Latin alphabet) **in two languages** chosen out from Portuguese, English, French and/or Arabic. Abstracts must come with a set of key-words (maximum of four).
- Book reviews should not exceed 25 000 characters.

Revision and reference norms

- Authors can review their proof-readings.
 - Authors are asked to send the proofs back within the next 10 days after their reception. In case of unavailability to do so, they should inform the *Africana Studia* Editorial Board in writing.
 - References within the text should follow the norm (author, year: page).
Example: (Rodrigues, 2000: 15).
If there is more than one reference to the same author in the same year a minor character should be added to the name.
Example: (Rodrigues, 2000a: 15).
If there is more than one author in the quotation, the reference should be:
Example: (Rodrigues *et alia*, 2000: 15).
 - Quotations and foreign words should come in *italic*.
 - Footnotes submitted only be used for complementary information, preferentially not longer than five lines in size 10.
 - A list of Bibliographical References should come at the end of the article and must only quote the books, articles and manuscripts mentioned in the footnotes. The order of appearance is by ascending chronological order when there is more than one reference to the same author.
 - The bibliographical list should come as follows:
 - Books: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Collective books: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, org. (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Articles in Journals : Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, vol. 8, pp. 12-35.
 - Articles/chapters in collective books: Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, in, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António (orgs), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Translated books should include, if possible, the year of the first printing.
 - Quotations from online databases must always show the site/path, date of publishing and date of query. Example: Portal da Língua Portuguesa, 2011. *Vocabulário ortográfico do português* [Em linha]. [Consult. 21mar.2012]. Disponível em: <http://portaldalinguaportuguesa.org>.
 - References to archival sources should come in footnotes and start by the acronym of the institution, followed by the archival units in descending order.
Example: AHU, maço 1665.1 – Government of Angola, SNI, minute n.º 136, 02-01-1935.
- Acronyms should be written out in full and be included in the bibliographical list.
- The copyrights of all published material belong to *Africana Studia*.
- Original images supplied by the authors will be returned to them if requested.

Editorial ethics

1. Advertising and conflict of interests

This is an International Journal published by the R & D Unit CEAUP.

The Editorial Board of *Africana Studia* (AS) states that direct or indirect advertising as well as other commercial revenue has no impact or influence on AS editorial decisions.

Advertising other than the one coming from scientific journals will not be accepted.

2. Edition

The Editorial Board of AS is responsible for deciding which submitted articles will be published. The decision is based on the editorial project of each Journal issue and on the information provided by the peer-reviewers involved.

2.1. Editorial point of view

The editorial opinion on each Journal's issue is given on page 5 and is clearly identified as such. It is signed by the responsible editor or co-editor of each issue; otherwise it reflects the AS point of view on the subject in reference.

2.2. Reviewing practices

Every manuscript is blindly evaluated by at least two peer reviewers on the base of a standard enquiry provided by the Editorial Board of AS.

Submitted manuscripts are confidential documents and no information concerning them is to be disclosed to anyone other than the respective author or authors, the reviewers or other members of the AS Editorial Board. Unpublished information disclosed in submitted manuscripts cannot be used in anyone else's work without the express written consent of the author.

The reviewer's information is to be blindly delivered to the authors in a maximum period of six months after the manuscript submission. It will be accompanied by the final decision as regards its publication, issued by the Editorial Board of AS.

Complaints based on ethical grounds regarding published articles oblige the Editorial Board of AS to contact the author or authors and may also lead to further communications to institutions and research bodies.

2.3. Articles – Submission and publishing requirements

Authors are considered all those who have made significant contributions to the papers submitted. Therefore, if the paper has more than one author, all must be identified as co-authors. Those who have just participated in a lesser degree to articles should be identified as contributors.

All authors are committed to present only original works.

In the case they have used their own previous work and/or works of others, these should be appropriately cited or quoted. No paper will be published if it does not include sufficient references to allow others to validate the provided information. Information from private or oral sources must not be used or reported without explicit permission from the sources.

Fraudulent statements are to be tracked and eliminated and both the Scientific Board of AS and the peer reviewers involved in each journal issue are urged to *prevent*. Authors are also committed to notify the Editorial Board of AS of significant errors or inaccuracies in their published work so that they can be corrected. Authors are committed to explicit the sources of the financial support they have used to produce their scientific outputs.

2.4. Interviews and publication of oral sources

The published interviews follow the pattern internationally accepted by the Associations of Oral History.

No interview will ever be published without proper revision and consent from the interviewed person. The consent must also include the subtitles and headlines of each published interview.

2.5. Book reviews and other reports

Book reviewers must abide by a standard enquiry in order to provide accurate and objective reviews of books and papers.

Reports of Scientific Events reflect the author's own point of view. As regards complaints on ethical grounds and errors that may be received concerning them, the Editorial Board of AS will proceed as referred above in the case of articles.

3. Non peer reviewed sections

The non-peer reviewed sections of the *Africana Studia* are the *Entrevista (Interview)* and *Notas de Leitura (Reviewers' Notes)*.

4. Images and graphic layout

The Editorial Board is responsible for all the published images and for the graphic layout of each number of the Journal.

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 28 – 1.º semestre – 2017

SINDICALISMO E TRABALHO EM ÁFRICA



Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. - FLUP

Africana Studia - Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal

Telefone / Fax (00-351-226077141)

Dois números semestrais (Two issues/year)

Portugal	22 €
U.E. (European Union)	28 €
PALOP's	32 €
Resto do Mundo (Rest of the world)	32 €

Desconto para estudantes (Student's discount) — 20 % (*)

(*) Add copy of student's card

Nome (Name) _____

Morada (Address) _____

Telefone / Fax _____

Endereço electrónico (E-mail) _____

Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer) _____

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/WIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) _____

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank tranfer)

(Assinatura / Signature)

Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto